

FERNANDO DOS ANJOS SOUZA

**CONFLITOS ARMADOS, ENCONTROS E COMBATES NAS
FRONTEIRAS DO SUL DE MATO GROSSO, NAS DÉCADAS
INICIAIS DO SÉCULO XX**

DOURADOS – 2018

FERNANDO DOS ANJOS SOUZA

**CONFLITOS ARMADOS, ENCONTROS E COMBATES NAS
FRONTEIRAS DO SUL DE MATO GROSSO, NAS DÉCADAS
INICIAIS DO SÉCULO XX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Paulo Roberto Cimó Queiroz**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S729c Souza, Fernando Dos Anjos

Conflitos armados, encontros e combates nas fronteiras do sul de Mato Grosso, nas décadas iniciais do século XX / Fernando Dos Anjos Souza –
Dourados: UFGD, 2018.

443f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Paulo Roberto Címó Queiroz

Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas,
Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Tenentismo. 2. República velha. 3. Mate laranja. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

FERNANDO DOS ANJOS SOUZA

**CONFLITOS ARMADOS, ENCONTROS E COMBATES NAS
FRONTEIRAS DO SUL DE MATO GROSSO, NAS DÉCADAS
INICIAIS DO SÉCULO XX**

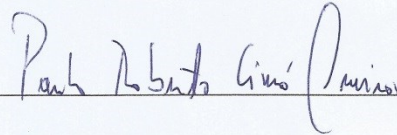
TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em 11 de abril de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

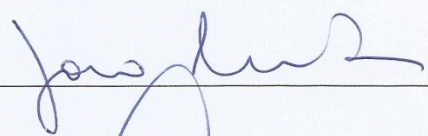
Presidente e orientador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD)




2º Examinador:

João Carlos de Souza (Dr., UFGD)



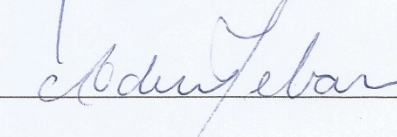
3º Examinador:

Linderval Augusto Monteiro (Dr., UFGD)



4º Examinador:

Ademir Gebara (Dr., UFGD)



5º Examinador:

João Edson de Arruda Fanaia (Dr., UNEMAT)



A todos que dedicaram instantes preciosos em suas existências para compartilhar comigo a
leitura deste texto.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José Ferreira de Souza e Josina dos Anjos Souza, já falecidos, por terem ensinado as primeiras letras e inculcado o gosto pela leitura.

Aos meus irmãos, Delcina de Souza de Oliveira, Izaias dos Anjos Souza e Fábio dos Anjos Souza, pelo incentivo, apoio e sugestões.

Aos Professores Doutores Paulo Roberto Cimó Queiroz, João Carlos de Souza, Ademir Gebara e Linderval Augusto Monteiro, pela colaboração durante a Banca de Qualificação para o prosseguimento desta tese.

Ao Padre Tiago Figueiró, *sdb*, e a todos que elevaram suas preces ao nosso Deus para a realização desse trabalho.

À Ivanir Martins de Souza e Gesliane Sara Chaves, pela atenção e estímulo quando estive pesquisando no Centro de Documentação Regional da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

Ao Wallace Gomes de Lima, da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, pela alegria, atenção e dedicação nas minhas solicitações.

Ao general de brigada Lourenço William da Silva Ribeiro Pinho, ao coronel Marcelo Lima Rocha, ao major Niedson de Carvalho Mendonça e a todos os companheiros da caserna, pela demonstração de companheirismo e paciência ao acompanharem a evolução deste trabalho.

Ao coronel Cláudio Moreira Bento, pelos conhecimentos recebidos em 1978, ainda nos bancos da Academia Militar das Agulhas Negras, quando fui agraciado com o Diploma de Menção Honrosa pelo destaque no Curso de História Militar.

Ao Dr. Eng. Daniel Russi, à Professora Mestre Maria Gabriela de Almeida Bernardino e Sra. Silvana Martins de Oliveira, pela ajuda inesperada e de grande importância para a finalização deste trabalho.

Agradeço, em especial, a minha esposa, Nair Maciel dos Santos Souza, aos meus filhos, Felipe Maciel dos Santos Souza e Mariana Souza Bode, e ao meu neto Kian Souza Bode, por estarem sempre presente, em cada letra digitada na tese.

- 1. O primeiro objetivo é olhar com gratidão o passado.**
- 2. Além disso, viver com paixão o presente.**
- 3. Abraçar com esperança o futuro é o terceiro objetivo.**

Papa Francisco. (Carta Apostólica às pessoas consagradas, para proclamação do Ano da Vida Consagrada, 2014)

RESUMO

O trabalho aborda os conflitos armados deflagrados nos anos 1920, na região sul do antigo Estado de Mato Grosso, correspondente ao sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul. O objetivo geral é estudar os acontecimentos na fronteira Brasil – Paraguai, ocorridos nas décadas finais da Primeira República. São objetivos específicos: apresentar uma configuração para a região estudada, em particular para a porção sul e fronteira com o Paraguai na década de 1920; destacar a presença militar e de corporações armadas e os relacionamentos com os movimentos sediciosos que eclodiram na região; caracterizar a participação de personagens militares e outros envolvidos nos conflitos, com ênfase em Heitor Mendes Gonçalves e na Companhia Mate Laranjeira; avaliar a presença do Estado como contribuinte para os conflitos armados, e as evidências do surgimento de uma identidade nacional na região fronteira. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, com utilização de biografias, memórias e fontes impressas produzidas na época pela imprensa. Para referencial teórico, aplicaram-se os conceitos de Pierre Nora, Roger Chartier, Michel de Certeau, Michael Pollak, Rémond, Pierre Bourdieu, Paul Ricouer, Sabina Loriga, sobre lugares de memória e o uso de memórias, biografias, arquivos eletrônicos e imprensa na pesquisa histórica, somados às ideias do sociólogo Norbert Elias (1897-1990) sobre um processo civilizador. O estudo permitiu concluir que o sul do antigo Estado de Mato Grosso não era uma região isolada. As comunicações permitiam a circulação das pessoas e das ideias, como os ideais do Movimento Tenentista e a construção de identidades, em consonância com as outras regiões do País. Os conflitos armados acontecidos na região nas décadas finais da Primeira República tiveram origens endógenas e exógenas, com o predomínio dos militares na liderança. Heitor Mendes Gonçalves e a Companhia Mate Laranjeira participaram dos principais conflitos armados, neles interferiram diretamente e, destacaram-se como personagens principais na região e, portanto, no Estado de Mato Grosso.

PALAVRAS – CHAVE: Tenentismo. República Velha. Mate Laranjeira.

ABSTRACT

This thesis discusses the armed conflicts that occurred in the 1920s, in the southern region of the former State of Mato Grosso, currently in the southwest of the State of Mato Grosso do Sul. The general objective is to study the events on the Brazil - Paraguay border, occurred in the final decades of the Brazilian's First Republic. They are specific objectives: to present a configuration for the studied region, in particular for the southern portion and border with Paraguay in the 1920s; highlight the presence of military and armed corporations and the relationships with the seditious movements that broke out in the region; characterize the participation of military characters and others involved in the conflicts, with emphasis on Heitor Mendes Gonçalves and Mate Laranjeira Company; evaluate the presence of the State as a contributor to armed conflicts, and evidence of the emergence of a national identity in the border region. A bibliographical and documentary research was carried out, using biographies, memoirs and printed sources produced at the time by the press. For theoretical reference, the concepts of Pierre Nora, Roger Chartier, Michel de Certeau, Michael Pollak, Rémond, Pierre Bourdieu, Paul Ricouer, Sabina Loriga, on places of memory and the use of memories, biographies, electronic files and the press were applied. In historical research, added to the ideas of the sociologist Norbert Elias (1897-1990) on a civilizing process. The study concluded that the south of the former state of Mato Grosso was not an isolated region. The communications allowed the movement of people and ideas, such as the ideals of the Tenentista Movement and the construction of identities, in harmony with the other regions of the Country. The armed conflicts that occurred in the region in the last decades of the First Republic had endogenous and exogenous origins, with the predominance of the military in leadership. Heitor Mendes Gonçalves and Mate Laranjeira Company participated in the main armed conflicts, in which they interfered directly and, as they stood out as main characters in the region and, therefore, in the State of Mato Grosso.

key words: Tenentismo. Brazilian's First Republic. Mate Laranjeira.

RESUMEN

Esta tesis trata de los conflictos armados ocurridos en la década de 1920, en la región sur del antiguo Estado de Mato Grosso, actualmente el suroeste del estado de Mato Grosso do Sul. El objetivo general es estudiar los eventos en la frontera Brasil - Paraguay, ocurridos en las últimas décadas de la Primera República brasileña. Son objetivos específicos: presentar una configuración para la región estudiada, en particular para la porción sur y frontera con Paraguay en los años de los noventa e veinte; destacar la presencia de corporaciones militares y armadas y las relaciones con los movimientos sediciosos que estallaron en la región; caracterizar la participación de personajes militares y otros involucrados en los conflictos, con énfasis en Heitor Mendes Gonçalves y Compañía Mate Laranjeira; evaluar la presencia del Estado como contribuyente a los conflictos armados y la evidencia del surgimiento de una identidad nacional en la región fronteriza. Se realizó una investigación bibliográfica y documental, utilizando biografías, memorias e impresos producidos entonces por la prensa. Para referencia teórica se aplicaron los conceptos de Pierre Nora, Roger Chartier, Michel de Certeau, Michael Pollak, Rémond, Pierre Bourdieu, Paul Ricouer, Sabina Loriga, sobre lugares de memoria y el uso de recuerdos, biografías, archivos electrónicos y prensa en la investigación histórica, sumada a las ideas del sociólogo Norbert Elias (1897-1990) sobre un proceso civilizador. El estudio concluyó que el sur del antiguo estado de Mato Grosso no era una región aislada. Las comunicaciones permitieron el movimiento de personas e ideas, como los ideales del Movimiento Tenentista y la construcción de identidades, en armonía con las demás regiones del País. Los conflictos armados que se produjeron en la región en las últimas décadas de la Primera República tuvieron orígenes endógenos y exógenos, con predominio de los militares en el liderazgo. Heitor Mendes Gonçalves y Compañía Mate Laranjeira participaron en los principales conflictos armados, en los que interfirieron directamente y, al destacarse como personajes principales en la región y, por tanto, en el Estado de Mato Grosso.

Palabras clave: Tenentismo. Primera República brasileña. Mate Laranjeira.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEMS-CML - Arquivo Público Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul - Coleção
Companhia Matte Laranjeira

AHEx – Arquivo Histórico do Exército

BC – Batalhão de Caçadores

BE – Batalhão de Engenharia

Bol Reg - Boletim Interno do Regimento

BI – Batalhão de Infantaria

BolReg10 - Boletim Interno do 10º Regimento de Cavalaria

Cap - Capitão

Cel - Coronel

CE - Correio do Estado

CM - Correio da Manhã

CMMT – Circunscrição Militar de Mato Grosso

EFNOB - Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

GAM – Grupo de Artilharia Misto

JOP - O Progresso

PRC - Partido Republicano Conservador

PRMG - Partido Republicano de Mato Grosso (Matogrossense)

RAM - Regimento de Artilharia Montado

RC - Regimento de Cavalaria

RCI - Regimento de Cavalaria Independente

RISG - Regulamento para Instrução e Serviços Gerais nos Corpos de Tropa do Exército

RI – Regimento de Infantaria

RM - Região Militar

RMG - Relatório do Ministério da Guerra

MPR - Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional

MPMT - Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso

SMT - Sul do antigo Estado de Mato Grosso

Ten - Tenente

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 - População no SMT nos Censos de 1900 e 1920.....	30
Quadro 1 – Resultados das eleições de 1920 no SMT para a Assembleia Legislativa	70
Quadro 2 - Resultados das eleições de 1920 no SMT para a Assembleia Legislativa	71
Quadro 3 - Resultados das eleições municipais de 1920 em Ponta Porã para Intendente.....	72
Quadro 4 - Resultados das eleições municipais de 1920 em Ponta Porã para Vereador.....	73
Quadro 5 - Resultados das eleições municipais de 1920 em Ponta Porã para Juiz de Paz.....	75
Quadro 6 - Nomes escolhidos pela Fusão para as eleições estaduais de 1921.....	76
Quadro 7 - Unidades Militares da 13ª Inspeção Militar (Mato Grosso) em 1909.....	90
Quadro 8 - Organização da Brigada Mista em Mato Grosso.....	101
Quadro 9 - Evolução do efetivo da Força Pública de Mato Grosso.....	113
Quadro 10 - Empréstimos da Empresa Mate Laranjeira para o Estado de Mato Grosso.....	163
Quadro 11 - Notícias desfavoráveis à Empresa Mate Laranjeira no <i>Correio da Manhã</i>	164
Quadro 12 – Edições do <i>Diário de Notícias</i> sobre o <i>Inquérito Ricardo Pinto</i> a respeito da Empresa Mate Laranjeira.....	218
Quadro 13 - Oficiais denunciados pela Revolução de 1922 em Mato Grosso.....	277
Quadro 14 – Outros oficiais mandados apresentar ao comandante da 2ª Região Militar.....	278
Quadro 15 – Situação do efetivo inicial das tropas da Circunscrição Militar de Mato Grosso.....	286
Quadro 16 - Promoções dos sargentos contrarrevoltosos de 1924 no 10º RCI.....	298
Quadro 17 - Promoções dos cabos contrarrevoltosos de 1924 no 10º RCI.....	299
Quadro 18 - Promoções dos soldados contrarrevoltosos de 1924 no 10º RCI.....	300
Quadro 19 – Organização da Divisão Revolucionária para a entrada em Mato Grosso.....	336
Quadro 20 - Forças governistas do Destacamento Sul de Mato Grosso em 1925.....	341

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Parte da Carta Esquemática de Mato Grosso 1890-1922.....	60
Figura 2 - Quartel do 5º Regimento de Artilharia Montado em Aquidauana.....	93
Figura 3 - Quartel - General da Circunscrição Militar em Campo Grande.....	101
Figura 4 - Pavilhão principal do 1º RAM em Campo Grande (atual sede do Comando Militar do Oeste).....	104
Figura 5 - Construção do prédio para a Força Pública Estadual em Ponta Porã.....	121
Figura 6 - Sede da Companhia de Polícia Militar em Bela Vista – MS.....	123
Figura 7 - Tenente Heitor treinando tiro com o Pelotão de Vaqueanos da Coluna Leste na Campanha do Contestado.....	146
Figura 8 - Lembrança dos oficiais da 4ª RM pela transferência do tenente Heitor...	150
Figura 9 - Homenagem do Esquadrão de Cavalaria de Ponta Porã ao tenente Heitor Mendes Gonçalves em 1921.....	153
Figura 10 - Bilhete consultando data de passagem em Ponta Porã e intenção das homenagens ao tenente Heitor Mendes Gonçalves em 1921.....	154
Figura 11 - Rua Capitão Heitor Mendes Gonçalves, no Distrito de Sanga Puitã (Ponta Porã – MS).....	166
Figura 12 - Placa homenageando o Capitão Heitor Mendes Gonçalves no 10º RCMec (Bela Vista – MS).....	167
Figura 13 - A maquete da estátua de Antonio João em Ponta Porã e a estátua em Pedro Juan Caballero.....	179
Figura 14 - Telegrama de Leonel Mendes Gonçalves sobre o <i>Conflito de Ponta Porã</i>	191
Figura 15 - Telegrama de Heitor Mendes Gonçalves ao Estado-Maior do Exército	204
Figura 16 - Carta do tenente-coronel Tertuliano Potiguara ao proprietário do <i>Correio da Manhã</i>	205
Figura 17 - O <i>Correio da Manhã</i> e o <i>Conflito de Ponta Porã</i>	207
Figura 18 - O <i>Correio da Manhã</i> e o crime de Ponta Porã: matou para não morrer	209
Figura 19 - Carta de Antonio Machado Salgueiro a Heitor Mendes Gonçalves.....	213
Figura 20 - Telegrama com três buracos à bala, supostamente conduzido no bolso de João Baptista de Azevedo.....	220
Figura 21 - Preocupação com a exibição da roupa da vítima aos jurados e do impedimento do juiz Eurindo Neves.....	221
Figura 22 - Rua Batista de Azevedo e Aeroporto Internacional (Ponta Porã – MS)	224
Figura 23 - Bilhete de Alvaro Campos transmitindo telegrama de Olegário de Barros.....	225
Figura 24 - O caso da Carta Falsa e o Clube Militar.....	229
Figura 25 - Certidão atestando o Movimento Sedicioso de 1922 em Porto Murtinho.....	261
Figura 26 – O SMT em 1921 – 1925.....	284
Figura 27 - A campanha de Mato Grosso da Coluna Miguel Costa – Prestes.....	338
Figura 28 - Ponte sobre o rio Amambai, incendiada em 1925.....	343
Figura 29 - Monumento ao combate da Cabeceira do Apa (Antonio João – MS)....	349
Figura 30 - Esquema da Campanha do Destacamento Sul de Mato Grosso.....	351

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas e siglas.....	9
Lista de quadros e tabelas.....	10
Lista de ilustrações.....	11
INTRODUÇÃO.....	15
Capítulo 1	
UMA CONFIGURAÇÃO PARA O SMT NOS ANOS DE 1920.....	27
1.1 Aspectos sociais e populacionais da parte sul do antigo Estado de Mato Grosso nos anos de 1920.....	28
1.2 A imprensa no SMT nos anos de 1920.....	41
1.3 A questão das terras para a exploração dos ervais no SMT.....	49
1.4 Aspectos políticos do Estado de Mato Grosso nos anos de 1920.....	53
1.4.1 As eleições de 1920 no SMT.....	62
1.4.2 O acordo conciliatório: a <i>Fusão</i> para as eleições de 1922.....	75
1.5 As tensões sociais com os anseios da população expressos na imprensa presidenciais.....	77
Capítulo 2	
A PRESENÇA MILITAR NO SMT: ORGANIZAÇÕES MILITARES FEDERAIS E CORPORações ARMADAS ESTADUAIS.....	82
2.1 As reformas e reorganização do Exército na Primeira República.....	83
2.1.1 A atuação do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca como ministro da guerra (1906-1908) e presidente da República (1910-1914).....	86
2.1.2 O governo de Wenceslau Braz (1914-1918) e o general José Caetano de Faria como ministro da Guerra.....	94
2.1.3 A gestão Pandiá Calógeras no Ministério da Guerra (1918-1922) e a construção de novos quartéis no SMT.....	97
2.2 As corporações armadas no SMT.....	105
2.2.1 A Guarda Nacional.....	106
2.2.2 A Força Pública do Estado de Mato Grosso.....	111
2.2.3 A Guarda Aduaneira.....	116
2.2.4 A milícia da Empresa Mate Laranjeira.....	118
2.3. As revoltas militares no SMT no primeiro decênio do século XX.....	123
2.3.1 A rebelião de 1º de dezembro de 1912 no 13º RI de Corumbá.....	125
2.3.2 A revolta do capitão Antonio Netto de Azambuja, do 17º RC, no ano de 1912 em Ponta Porã e Bela Vista.....	126
Capítulo 3	
HEITOR MENDES GONÇALVES E OS CONFLITOS EM PONTA PORÃ	133
3.1 O tenente Heitor Mendes Gonçalves: brasileiro, soldado, mato-grossense e seus companheiros de farda.....	134
3.1.1 A família Mendes Gonçalves: comerciantes, fazendeiros e a Empresa Mate Laranjeira.....	134

3.1.2 O tenente Heitor Mendes Gonçalves: de militar a capitão-diretor da Empresa Mate Laranjeira.....	140
3.1.3 Os companheiros revolucionários de Heitor Mendes Gonçalves.....	169
3.2 O tenente Costa Ribeiro, da Força Pública de Mato Grosso: dever legal ou transgressão penal?.....	172
3.3 Os civis e as forças políticas envolvidas nos conflitos de Ponta Porã.....	174
3.4 Ecos dos últimos acontecimentos: o conflito de 1921 em Ponta Porã.....	176
3.4.1 Os antecedentes de uma discórdia mortal: a proposta da construção da estátua homenageando Antônio João.....	176
3.4.2 Ecos dos últimos acontecimentos: um golpe de estado em Ponta Porã.....	185
3.4.3 Ecos dos últimos acontecimentos: o dever legal de manutenção da ordem interna.....	195
3.5 O crime de Ponta Porã: matou para não morrer ou julgamento corrompido?	210
3.5.1 A morte de Baptista de Azevedo: um duelo em defesa da honra militar?.....	210
3.5.2 João Baptista de Azevedo: um mártir na defesa dos pequenos proprietários?.....	216

Capítulo 4

O LEVANTE MILITAR DE MATO GROSSO EM 1922: TENENTISMO E CONFLITOS POLÍTICOS.....	226
4.1 As revoltas no SMT: tenentismo, conflitos e interesses políticos.....	237
4.2 A reação do presidente do Estado de Mato Grosso e as ações em Cuiabá.....	249
4.3 A sedição de 1922 em Corumbá e Porto Murtinho.....	254
4.3.1 A amotinação do 17º Batalhão de Caçadores em Corumbá.....	259
4.3.2 O tenente Lydio Gomes Barbosa e o movimento sedicioso em Porto Murtinho...	258
4.4 As ações revolucionárias em Bela Vista e Ponta Porã.....	265
4.4.1 Bela Vista: a falta de adesão do 10º RCI ao movimento revoltoso.....	265
4.4.2 Ponta Porã: a cidade escolhida para o início da Revolução de 1922.....	266
4.5 Os envolvidos na Revolução de 5 de julho de 1922 no SMT.....	275

Capítulo 5

BRASILÂNDIA: O PAÍS REVOLUCIONÁRIO DA ERVA-MATE.....	282
5.1 O Tenentismo: combates e participação de revoltosos no SMT em 1924.....	285
5.1.1 A revolta no 10º Regimento de Cavalaria Independente em 1924.....	293
5.1.2 O uso do telégrafo na Revolução de 1924.....	307
5.2 Os combates em Três Lagoas e nas barrancas do rio Paraná.....	311
5.2.1 A atuação do 66º Batalhão e a participação de Odilon de Queiroz.....	322
5.2.2 A participação dos índios nas tropas legalistas do SMT em 1924.....	331

Capítulo 6

COLUNA MIGUEL COSTA-PRESTES: ENCONTROS E COMBATES PELOS CAMINHOS DA ERVA-MATE.....	334
6.1 A marcha da Coluna no SMT, do rio Iguatemi ao combate de Cabeceira do Apa.....	335
6.2 A rebelião no 17º Batalhão de Caçadores (março de 1925) e no 6º BE (fevereiro de 1925).....	358
6.3 As mulheres na Coluna Revolucionária: amantes ou guerreiras?.....	366
6.4 Ações dos potreadores na região de Dourados, Entre Rios e Vacaria: o convívio e os saques às fazendas.....	369
6.5 As percepções dos revolucionários da Coluna Miguel Costa – Prestes sobre Heitor Mendes Gonçalves e a Empresa Mate Laranjeira.....	376

6.6 O envolvimento da Empresa Mate Laranjeira: conveniência política ou suporte militar?.....	386
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	395
REFERÊNCIAS.....	408
APÊNDICES.....	421
ANEXOS.....	433

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda os conflitos armados deflagrados nos anos 1920, na região sul do Estado de Mato Grosso, região hoje correspondente ao sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul.

A pesquisa é orientada pela tese que os militares do Exército, das guarnições militares situadas na região sul do antigo Estado de Mato Grosso, participaram nos conflitos armados transcorridos nas décadas finais da Primeira República. Procura-se demonstrar que o sul do antigo Estado de Mato não era isolado, e os conflitos deveram-se a motivos endógenos e exógenos à região.

Tenentismo ou Movimento Tenentista é como ficou conhecido um conjunto de levantes chefiados por militares, ocorridos na Primeira República (1889-1930), com repercussões na porção sul do antigo Estado de Mato Grosso. O nome decorreu do fato de terem sido seus principais líderes os oficiais de nível intermediário, com predominância dos tenentes, secundados por capitães. O movimento teve origem no Exército, com um único episódio na Marinha com ressonância de revolta, acontecido no encouraçado *São Paulo*, em novembro de 1924.

A presente tese tem como objetivo geral estudar os acontecimentos na fronteira Brasil – Paraguai, ocorridos nas décadas finais da Primeira República. Para alcançar o objetivo geral, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar uma configuração para o antigo Estado de Mato Grosso na década de 1920, nos aspectos populacionais, sociais, econômicos e políticos, em particular para a porção sul, atualmente correspondente ao sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, e com mais ênfase para os municípios da região fronteira com o Paraguai.

- Destacar a presença militar e de corporações armadas na porção sul do Estado de Mato Grosso e os relacionamentos com os movimentos sediciosos que eclodiram na região, até o final da década de 1920.

- Identificar e caracterizar a participação de personagens militares, das forças federal e policial, políticos e instituições envolvidas nos conflitos na região Sul do Estado de Mato Grosso e, ainda, componentes da família Mendes Gonçalves, com ênfase em Heitor Mendes Gonçalves e a Empresa Mate Laranjeira.

- Avaliar a presença do Estado como fator contribuinte para os conflitos armados, e as evidências do surgimento de uma identidade nacional nos municípios da fronteira Brasil-Paraguai.

Para referencial teórico foram utilizadas as ideias do sociólogo Norbert Elias (1897-1990) sobre um processo civilizador, descrito por ele como um processo permanente, de longo prazo, envolvendo o controle de emoções e o monopólio da violência pelo Estado. Conforme Elias (1993), o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção específica, mas realizada de forma intencional e sem planejamento algum, pois as relações entre pessoas tornam-se interdependentes e se entrelaçam formando múltiplas configurações, sem um planejamento “racional”. Elias (1993), ao explicar o processo civilizador pelas diferenças entre a integração do indivíduo em uma sociedade complexa e em outra menos complexa, utiliza a diferenciação das funções sociais e a sincronização de atividades,

Trata-se, é claro, apenas de uma imagem. [...]. Mas este dá pelo menos uma ideia de como a grande pressão formativa sobre a constituição do homem ‘civilizado’, seu autocontrole constante e diferenciado, vincula-se à crescente diferenciação e estabilização das funções sociais e à multiplicidade e variedade cada vez maiores de atividades que ininterruptamente têm que se sincronizar. (ELIAS, 1993, p. 197).

As diferenciações das funções sociais, descritas por Elias (1993), aumentam as redes de interdependências, o autocontrole, a presença do Estado para conter e monopolizar a violência e manter os espaços sociais pacificados.

O recorte espacial envolve a região nos limites do Brasil com o Paraguai e a Bolívia, em terras atualmente pertencentes ao Estado de Mato Grosso do Sul. A expressão *região sul do antigo Estado de Mato Grosso* é comumente utilizada na historiografia regional para referir-se à região compreendida pelo atual Estado de Mato Grosso do Sul, antes da data da sua criação. O Estado de Mato Grosso do Sul teve a sua criação pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, por desmembramento do antigo Mato Grosso, e foi implantado a partir de 1º de janeiro de 1979. A abreviatura SMT é empregada neste trabalho como referência ao antigo sul de Mato Grosso, antes da divisão.

No território sul-mato-grossense, a linha divisória entre o Brasil e o Paraguai percorre 1.365 quilômetros. Destes, 436,9 quilômetros estão em uma linha seca, a qual passa pelos municípios sul-mato-grossenses de Antônio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Japorã e Mundo Novo, delimitada nos pontos mais altos de uma ligação terrestre do rio Paraná até encontrar o rio Apa. Complementam a relação dos

municípios fronteiriços do Mato Grosso do Sul os municípios de Corumbá, Porto Murtinho, Caracol, Bela Vista, onde a delimitação entre os países é feita pelos rios Paraguai e Apa.

Os estudos centralizaram-se nos municípios de Bela Vista e Ponta Porã, na região fronteira, mas com expansão para a parte sul do antigo Estado de Mato Grosso.

Nesta tese, foram empregados os conceitos de fronteiras definidos por Moro Gomes e Norbert Elias.

De acordo com Moro Gomes (2011), embora sejam comumente utilizados como sinônimos, os termos fronteira e limite são fundamentalmente diferentes. Os limites são abstrações de algo imaginado como inerte, fixado em linhas negociadas e desenhadas em mapas e nos terrenos, para transpor para a realidade a noção abstrata de Estado. A fronteira, diferentemente, é uma área viva e dinâmica, lugar de comunicação e troca, onde uma população interage com outra, aquela que está à sua frente, expandindo-se e buscando relacionamentos além do limite juridicamente estabelecido pelos Estados.

Na definição de Moro Gomes (2011), os marcos limitadores são construídos na fase principal do processo de demarcação da linha divisória entre países, e eles identificam por onde se desenha no terreno essa linha, formando símbolos visíveis dos limites entre dois países.

Norbert Elias, sociólogo alemão, conceitua a fronteira como a linha delimitadora do espaço de atuação do Estado-Nação, o limite até onde o Estado efetuava a cobrança de impostos, instituiu a circulação de moedas próprias, prestava serviços e exercia o monopólio da violência, pelo poder do único uso legítimo da força física. Para um passado recente, Norbert Elias (1980, p. 183-187) considera que as fronteiras dos Estados não são simples linhas geográficas, fixadas pelos limites. Elas não mais coincidem com os espaços sociais determinados pelas “sociedades”, pois a delimitação do espaço de atuação do Estado não impede o estabelecimento de relações entre as pessoas e grupos sociais dos Estados diferentes, existindo a formação de interdependência entre elas e os grupos. Essa interdependência leva a uma indefinição de onde ficarão as fronteiras no futuro.

No presente estudo, procurou-se seguir a observação de ser possível “incidir um feixe de luz primeiro sobre as pessoas singulares e depois sobre as configurações formadas por muitas pessoas separadas” (ELIAS, 1980, p. 141).

Uma *revolução*, segundo Elias (1980, p. 188), é uma forma de violência social que ocorre dentro dos Estados, e requer a utilização da força física dentro de uma sociedade-estado. O termo *revolução* é empregado de maneira idêntica à utilizada por Prestes (1991)

para designar os movimentos contestatórios aos governos da época, quando *revolução* significava luta armada contra o governo, e assim era entendida por seus protagonistas.

Neste trabalho, utilizou-se a denominação de *Primeira República* para o período que vai até 1930 na história do Brasil republicano, seguindo Schwarcz (2012) que julga mais conveniente essa designação, em contraposição à classificação pejorativa de República Velha, construída para desqualificar o passado pelos ideólogos do Estado Novo. Com a delimitação temporal utilizada, foram excluídos do estudo os acontecimentos relacionados com a Revolução de 1930. A escolha do termo *Primeira República* justifica-se pelos experimentos sociais novos realizados no período:

Primeira pois teve o protagonismo do início (para o bem e para o mal) e porque ensejou múltiplas e complexas formas de exercício da cidadania, algumas delas ainda hoje bastante desconhecidas. É certo que história não tem volta ou retorno, mas é igualmente correto pensar que nesse contexto, em que tantos novos desafios se abriam – a inauguração de um regime político e de novas modalidades de convívio social -, personagens e atores ganharam as ruas e criaram formas diversas de atuação e projeção social. (SCHWARCZ, 2012, p. 32).

Metodologia e fontes

O estudo aqui relatado apresenta múltiplas abordagens, pois se encontra nas interseções dos campos da História, com encontros entre a História Política, História Cultural, História Militar, História Social e História Regional.

A História Política, descrita por Rémond (2003) como “ciência-encruzilhada”, onde é impossível praticar o isolamento, sendo a pluridisciplinaridade um elemento vital, na nova concepção surgida com a renovação da história política, delineada a partir da década de 1980, estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. O objeto da História Política é de natureza interdisciplinar e passou a permitir novos enfoques sobre “acontecimentos e fenômenos cujo segredo se julgava ter descoberto e cuja significação se acreditava ter esgotado” (RÉMOND, 2003a, p. 30). O inventário de direções que a História Política vem seguindo nas últimas décadas, conforme Rémond (2003a, p. 36) incluem aspectos desenvolvidos neste trabalho: eleições, partidos, biografias, opinião pública, mídia, ideias políticas, política interna e política externa, guerra (aqui representada pelos conflitos armados ocorridos nas revoltas político-militares).

A política é descrita por Rémond (2003b, p. 444) como uma atividade relacionada com o poder, quando se estabelecem relações de indivíduos com a sociedade, para a

conquista, o exercício e a prática do poder. Conforme Falcon (2011, p. 55), é difícil separar História e poder, sendo quase impossível olhar para um sem perceber a presença do outro.

A *nouvelle histoire*, trazida pela revista *Annales*, em número de 1971, imprimiu novo rumo para a produção histórica, permitindo pensar o *global* como *espaço de dispersão de múltiplas unidades*, surgindo a possibilidade de estudo sobre múltiplas histórias, em unidades parciais, locais, em lugares históricos pouco conhecidos dos historiadores, afirma Falcon (2011, p. 67-68). O espaço geográfico do presente estudo registra acontecimentos em Bela Vista e Ponta Porã, localidades fronteiriças entre o Brasil e o Paraguai, envolvendo por abrangência a região sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, o sul do antigo Mato Grosso e, por consequência, o Centro-Oeste brasileiro.

A inclusão da História Militar é decorrente da afirmação de que “o campo da história militar não se esgota na guerra [...]” (SANCHES, 2010, p. 2). Assim, pretende-se explorar outros direcionamentos que podem ser relacionados com a História Militar, entendida como não dedicada exclusivamente aos estudos sobre as guerras, e superando conceitos anteriores, nos quais a história militar se confundia com as histórias das guerras desde a Antiguidade greco-romana, segundo Vainfas e Soares (2012, p. 115), e era explicada como um “adendo dos estudos de história política produzidos no país” (MANCUSO, 2008, p. 2).

Afirmam Vainfas e Soares (2012, p. 121) que uma nova história militar desabrochou a partir dos anos 1980, com novos objetos de pesquisa sendo incluídos nos estudos. De acordo com Parente (2009) os novos campos e objetos de investigação da história militar foram construídos a partir do conceito de Nova História Social, e trouxeram contribuições para uma ampliação da investigação. Parente (2009, p. 9) indica como campo de estudo para a História Militar, amparado na atual metodologia da História Social, “o estudo das Forças Armadas a partir de sua presença e atuação regional, destacadamente de sua inserção na vida cotidiana ao longo da história”, onde pouco se conhece sobre a atuação das Forças Armadas no âmbito de uma História Social e Regional.

A tese resultou na construção da biografia de Heitor Mendes Gonçalves e do esboço biográfico de João Baptista de Azevedo, personagens destacados nos eventos estudados. Na elaboração dessas biografias, procurou-se levantar os acontecimentos onde suas trajetórias de vidas se entrecruzaram, unindo-os em um mesmo campo social, libertando o trabalho do historiador das cadeias de um caminho cronológico, segundo os ensinamentos de Bourdieu (2006). Com essas biografias, busca-se superar o desafio proposto por Loriga (1998), de

separar o homem comum do herói e reconstituir os entrelaçamentos entre eles e os grupos sociais que representam.

Os poucos estudos realizados sobre o assunto envolvendo a participação militar no cotidiano de cidades, em particular nas regiões de fronteira, mostram a importância e a pertinência do assunto estudado. Em pesquisa realizada em 27 de agosto de 2016, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, cruzando os resultados com os buscadores “tenentismo” e “tenentista” encontraram-se vinte e quatro registros. Destes, dezoito são dissertações de mestrado e os outros seis são de teses de doutorado. Dentre eles, quatro possuem como o espaço temporal posterior à década de 1920, outros quatro enfocam Prestes ou a Coluna Prestes como tema central e oito são dedicados a estudos de desdobramentos regionais ou de personagens específicos.

Consultando a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com os buscadores no campo “assunto” para “tenentismo” e “tenentista”, localizou-se, em acréscimo ao Banco de Teses e Dissertações, a dissertação de Tecchio (2012), sobre os combates à Coluna Paulista de 1924, durante o percurso no Oeste Paranaense.

Realizada a pesquisa no acervo de teses e dissertações do *Portal Domínio Público*, em 27 de agosto de 2016, com os buscadores já citados, na área de conhecimento *História*, não foram encontrados trabalhos.

Nos trabalhos encontrados nos bancos de dados mencionados, percebe-se que o Movimento Tenentista apresenta-se com estudos mais intensos nas regiões onde teria ocorrido com maiores desdobramentos. Antosz Filho (2001) analisa os desdobramentos das ações revolucionárias em São Paulo, nos aspectos econômicos, sociais e institucionais. Mendes (2015) elaborou sua dissertação sobre o tenentismo maranhense, analisando reportagens do jornal *A Folha do Povo*, um jornal que defendia as ideias tenentistas; Santos Cruz Maynard (2008) analisa o levante militar ocorrido em Sergipe em 1924, liderado por capitães e tenentes; Oliveira (2011) pesquisou as representações da passagem da Coluna Prestes no sertão cearense. Os estudos acadêmicos sobre o Movimento Tenentista e seus desdobramentos em Mato Grosso são escassos (eles serão mencionados mais adiante, neste trabalho).

Existem, no entanto, obras de cunho memorialista, usadas como fontes nesta tese. Elas trazem relatos, biografias ou memórias dos revolucionários de 1924: Távora (1974), Talma (1926), Oliveira (1956), Lima (1979), Cabanas (1926), Barros (1954 e 1997). O líder Luis Carlos Prestes é o personagem central no livro de Reis (2014), nas narrativas de sua filha, Anita Prestes (1991, 1994, 1995), e suas entrevistas concedidas em Moscou resultaram no

livro do norte-americano Macaulay (1977). Também relatam suas memórias os comandantes militares que combateram os revolucionários, como Costa (2013) e Noronha (1924 e 1925).

O uso de obras memorialistas, assim consideradas aquelas cujos autores testemunham suas participações nos eventos, implica o reconhecimento de que a memória, conforme propõe Chartier (2010, p. 21-22), é uma das modalidades da relação que as sociedades mantêm com o passado e, na forma coletiva ou individual, conferem uma presença a esse passado. O testemunho obtido pela memória pode ser utilizado como “fiador da existência de um passado que foi e não é mais” (CHARTIER, 2010, p. 23).

Ao utilizar as histórias das vidas, encontradas em lugares de memória ou obtidas em biografias ou em obras destinadas a preservar memórias coletivas ou familiares, as observações de Nora (1993), Bourdieu (2006), Pollak (1989) e Paul Ricouer (2010) trouxeram importantes orientações. Elas alertam ao historiador sobre os monumentos como lugares de memória, a seleção nos relatos autobiográficos de certos acontecimentos significativos, dando-lhes coerência, e, ainda, sobre os momentos de silêncio e de esquecimentos nas memórias. Coube o trabalho de identificar e analisar esses momentos e finalidades.

Ao lado do emprego de obras autobiográficas como fontes, foram construídas novas biografias com as informações obtidas nas pesquisas, principalmente sobre os personagens que participaram nos conflitos armados no SMT.

Outros historiadores também direcionaram os estudos sobre os eventos do Tenentismo, destacando Carone (1972, 1973, 1975), Sodré (1985), Carvalho (2005), Silva (1971) e Santa Rosa (1976).

Evidenciando uma tendência mais recente, surgem obras escritas por jornalistas, como Meirelles (1995) e Doria (2016). Meirelles (1995) pesquisou em documentos, em diversas obras sobre a Coluna Prestes, percorreu o itinerário da marcha pelo país, e entrevistou diversas pessoas, para elaborar seus relatos. Doria (2016) procura, segundo sua conceituação, trazer à vida os anos de 1920, todavia não comenta os acontecimentos ocorridos no território mato-grossense, apenas trazendo situações de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, deixando de citar os tenentes que atuaram apenas em Mato Grosso.

Os fatos relacionados com o Movimento Tenentista e transcorridos no território mato-grossense são encontrados nas obras de Reys (1922), Mendonça (1970) e Corrêa (2006a e 2006b). Ferreira (2009 e 2014) discute em seus trabalhos aspectos da evolução institucional do Exército no antigo território mato-grossense, entre as décadas finais do século XIX e as iniciais do século XX e, ao investigar o processo de implantação do sorteio militar na área de

abrangência da Circunscrição Militar de Mato Grosso entre os anos de 1908 e 1932, registra os desdobramentos das revoltas tenentistas no Estado de Mato Grosso.

A metodologia utilizada para o trabalho iniciou-se com uma pesquisa exploratória em acervos documentais, seguida das pesquisas documental e bibliográfica, na procura de informações sobre os conflitos armados acontecidos na fronteira Brasil – Paraguai, nos anos de 1920.

A imprensa periódica, representada pelos jornais impressos, é amplamente utilizada como fonte para localizar e analisar notícias sobre os acontecimentos. Embora os jornais não fossem mencionados diretamente por Nora (1993), eles estão considerados como locais de memória, reunindo informações e permitindo o acesso a diferentes versões de acontecimentos passados. São analisadas notícias de jornais que circulavam, tanto em Mato Grosso, como em outros Estados, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A obtenção de informações por meio de periódicos, como os jornais, é uma possibilidade de fonte histórica que se apresentou aos historiadores após as publicações da 3ª geração da *Escola dos Annales*, ao proporem “novos objetos, problemas e abordagens” para a prática historiográfica.

Souza (2008) considera o jornal como um dos símbolos da modernidade e, por meio da imprensa periódica, permite ao historiador, em busca de respostas às suas perguntas, realizar a revisitação de lugares e fatos pesquisados, retrocedendo ao passado.

O uso dos jornais como fonte seguirá as recomendações de Luca (2010) sobre os procedimentos a orientar as pesquisas. A atenção para a disposição das notícias, o realce ou destaque para os assuntos, o estabelecimento de uma série de reportagens, as confrontações com outras fontes, incluindo versões diferentes em jornais opositores, ligados a grupos políticos adversários.

Outros cuidados são oriundos dos considerados indispensáveis por Bauer e Gertz (2010) ao se trabalhar com documentos de processos, aqui adaptados para os jornais: conhecer o funcionamento do órgão de imprensa que produziu o jornal; atentar para a data de edição e relacionar seu conteúdo com a conjuntura do período; e, “cruzar” as informações de diferentes origens.

Sobre os jornais e notícias que circulavam na Primeira República, é importante destacar a recomendação sobre o conhecimento das tendências políticas do órgão de imprensa, em consequência do alinhamento partidário de seus redatores:

os jornalistas, nascidos na classe média ou afoitos de popularidade, arremetiam, indiferentemente, sobre os processos políticos dos partidos regionais ou sobre a vida pessoal de quaisquer de seus membros. A confusão

era tremenda. Aquele que ouvisse um partidário do Governo ficaria sabendo que o país andava às mil maravilhas. Aquele que escutasse um opositor crônico concluiria logo que o Brasil estava à beira do clássico abismo, onde se debruça há tempos... (SANTA ROSA, 1976, p. 29).

A partir dessas constatações, neste trabalho procura-se extrair das fontes jornalísticas as posturas e ideias políticas que conduziram as ações apontadas na época estudada, as relações sociais construídas e seus entrelaçamentos, na região sul do antigo Estado de Mato Grosso.

Aos nomes dos jornais foi acrescentado nas citações o Estado em que eram impressos, seguindo a metodologia adotada pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Este procedimento evita dúvidas sobre a localização de jornais que circulavam com o mesmo nome em diferentes Estados.

Por causa das três reformas ortográficas promovidas no Brasil, desde o período considerado para o recorte temporal deste trabalho, procurou-se atualizar a grafia das palavras transcritas, buscando manter a forma original dos nomes próprios e dos lugares, estes quando o significado histórico é relevante.

A Era da Informação trouxe novos recursos ao pesquisador. Muitos arquivos estão com documentos digitalizados e disponíveis em páginas virtuais, facilitando o acesso. Os acervos virtuais serão utilizados para localizar e selecionar documentos pertinentes à pesquisa. A pesquisa na internet para localizar nos bancos de dados os documentos digitalizados deve ser motivo da mesma prevenção citada para os jornais. Ao historiador cabe o estabelecimento de critérios e referências para as escolhas dos bancos de dados e das informações. Outras recomendações podem ser acrescentadas, como os cuidados na seleção e processamento das informações:

É quase inevitável não se empolgar com a ideia de ter acesso a enormes quantidades de fontes, livros, textos de estudos específicos, que viabilizariam muitos estudos de historiadores que não poderiam fazê-lo por falta de recursos para apoiar as pesquisas. Mas vale o alerta: o que para máquinas é apenas uma questão de capacidade de armazenamento, para os homens significa o esforço hercúleo de processar tanta informação. Bombardeados constantemente por uma enorme quantidade de conteúdos, específicos e gerais, as pessoas, inclusive os historiadores profissionais, precisam filtrar e controlar essas informações para poder processá-las de forma qualificada. (TAVARES, 2012, p. 316).

Sobre essas recomendações sobre o trabalho historiográfico na Era das Informações, podem ser acrescentadas as observações relacionadas com a era digital ou da textualidade eletrônica. Para Chartier (2010, p. 59-60), a era digital trouxe uma nova modalidade de

recepção dos discursos históricos, na qual é permitido ao leitor, se assim o desejar, refazer total ou parcialmente o percurso do autor e ler ou consultar os documentos analisados.

Prestes (1991, p. 99-100) afirma existir uma falta na historiografia referente ao tenentismo, ainda sem abordar a participação dos “de baixo”, e os trabalhos conhecidos referiam-se apenas aos objetivos e à atuação dos oficiais. Segundo a autora, algumas informações sobre a participação dos soldados e dos voluntários civis são pouco frequentes. A narração autobiográfica de Odilon de Queiroz, encontrada em *No transpirar da vida* (não editado), é utilizada como fonte neste trabalho. Odilon de Queiroz foi incorporado ao Exército em 1924, na cidade de Aquidauana, e participou como soldado nos combates aos revolucionários nas margens do rio Paraná e posteriormente na perseguição à Coluna Miguel Costa – Prestes. Seu depoimento mostra as percepções de um combatente de baixo grau hierárquico, embora da força legalista, sobre o conflito armado, trazendo informações sobre a mentalidade, a motivação, por quais motivos combatiam e os impulsos dos participantes de menor grau hierárquico nas lutas armadas provocadas pelo movimento. A análise dessa biografia realiza-se, assim, de forma inédita para a historiografia sobre o Tenentismo.

As atividades de pesquisa documental e bibliográfica foram realizadas nos acervos do Centro de Documentação Regional (CDR/FCH), da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil, do 10º Regimento de Cavalaria e do 11º Regimento de Cavalaria, sob a guarda dos atuais 10º e 11º Regimentos de Cavalaria Mecanizada, respectivamente em Bela Vista – MS e Ponta Porã – MS, obtendo-se as informações consubstanciadas sobre os personagens militares envolvidos nos acontecimentos estudados nesta tese.

No Arquivo Público Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul, foi consultada a Coleção Companhia Matte Laranjeira (APEMS-CML), com fotografias e documentos utilizados neste trabalho.

No Arquivo Histórico do Exército – AHEx (Rio de Janeiro – RJ), obteve-se a documentação sobre a carreira militar do tenente Heitor Mendes Gonçalves, o que permitiu os ajustes nos conteúdos provenientes das fontes jornalísticas, utilizadas para a elaboração de uma biografia do militar.

São poucas as figuras inseridas neste trabalho. Elas mostram aspectos da época e as particularidades dos locais estudados. As imagens das fotografias e mapas, consoante o estabelecido por Certeau (1982) para a operação historiográfica, almejam revelar o lugar do qual se narram os acontecimentos investigados e, outro objetivo, diferenciar o tempo pesquisado daquele em que se encontra o leitor, na posição atual no processo, promovendo

uma articulação do presente com o passado. Outras figuras reproduzem documentos armazenados na Coleção Cia Matte Laranjeira, existente no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, contendo informações exploradas no trabalho.

O primeiro capítulo, *Uma configuração para o SMT nos anos de 1920*, é destinado a esboçar, de uma maneira sumária, um contexto com as características da porção sul do antigo Estado de Mato Grosso, durante os anos de 1920. São enfocados os aspectos sociais e populacionais, a questão das terras para as atividades econômicas, as correntes políticas, a imprensa existente na época, e as tensões sociais existentes na população, em decorrência desses aspectos. O foco central é para os municípios localizados na fronteira Brasil-Paraguai, com destaque para Ponta Porã e Bela Vista. Um espaço é reservado para a apresentação do jornal *O Progresso*, impresso em Ponta Porã, e utilizado como fonte primária sobre os eventos ocorridos na época proposta.

O segundo capítulo, *A presença militar no SMT: organizações militares federais e corporações armadas estaduais*, está direcionado para uma apresentação da presença militar no SMT, em decorrência das reformas e reorganização do Exército nas gestões dos ministros Mallet, Hermes e Pandiá Calógeras, surgindo unidades e quartéis, aumentando a presença militar na região do sul do antigo Estado de Mato Grosso.

O terceiro capítulo, *Heitor Mendes Gonçalves e os conflitos em Ponta Porã*, é um desdobramento do anterior. Nele, aborda-se o episódio envolvendo militares do Exército, incluindo Heitor Mendes Gonçalves, no evento denominado *Conflito de Ponta Porã*. Ao verificar tratar-se de um estudo inaugural, o enfrentamento entre militares e civis, transcorrido na cidade de Ponta Porã, no ano de 1921, recebeu essa designação do autor desta tese. O capítulo contém biografias dos oficiais envolvidos, do Exército e da Força Pública Estadual, assim como dos civis e forças políticas participantes como personagens centrais nos acontecimentos.

No quarto capítulo, *O levante militar de Mato Grosso em 1922: tenentismo e conflitos políticos*, insere-se uma descrição dos movimentos sediciosos considerados como um desdobramento do Tenentismo, eclodidos nos quartéis do SMT, localizados nas cidades de Campo Grande, Corumbá, Porto Murtinho e Bela Vista.

As operações militares inseridas na Revolta de 1924 são analisadas em dois capítulos, correspondentes aos períodos dos comandos na Circunscrição Militar de Mato Grosso dos generais João Nepomuceno Costa e Alfredo Malan d'Angrogne.

O quinto capítulo, *Brasilândia: o país revolucionário da erva-mate*, enfoca os acontecimentos deflagrados em 1924, compondo o *Segundo 5 de julho* no Estado de Mato Grosso. O título refere-se à pretensão dos revoltosos paulistas de instalar a Brasilândia, um Estado independente no SMT. No texto, há a descrição do processo de alistamento utilizado para a formação dos Batalhões Patrióticos, com base no depoimento de Odilon de Queiroz e da participação dos índios Terena e Kaiowá nos batalhões patrióticos. São citadas a situação em Campo Grande, Três Lagoas e Corumbá, os deslocamentos para Três Lagoas, os combates do Campo Japonês e Uerê, e os tiroteios nas barrancas do rio Paraná. São destacadas a censura e prisão de jornalistas e o apoio à legalidade pelas autoridades estaduais e chefes políticos, incluindo as dificuldades impostas pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para o movimento dos revoltosos.

Uma contrarrevolução, realizada em Bela Vista, conduzida por sargentos que prendem os oficiais revolucionários, é especialmente analisada, assim como a revolta dos sargentos em Corumbá, culminada com um trágico fuzilamento.

No sexto capítulo, com o título *Coluna Miguel Costa-Prestes: encontros e combates pelos caminhos da erva-mate*, estuda-se a segunda fase da Revolução de 1924 no SMT, com uma análise dos combates aos revoltosos durante a passagem da coluna Miguel Costa – Prestes, durante o comando do general Malan na Circunscrição Militar. Registram-se fatos desconhecidos ou pouco valorizados na historiografia nacional. Além dos combates em Iguatemi, Panchita e Cabeceira do Apa, estão acrescentados os episódios com participação das mulheres que acompanhavam os revoltosos, os pequenos acontecimentos descritos pela população envolvida no conflito durante a passagem da Coluna na região. Contém, ainda, uma análise da participação da Empresa Mate Laranjeira, por intermédio de seus diretores, principalmente Heitor Mendes Gonçalves.

1. UMA CONFIGURAÇÃO PARA O SMT NOS ANOS DE 1920

Neste capítulo, pretende-se esboçar, de uma maneira sumária, um contexto com as características da porção sul do antigo Estado de Mato Grosso durante os anos de 1920, com a adição de fatos acontecidos em anos anteriores e posteriores ao decênio. Os assuntos pesquisados envolvem os aspectos sociais e populacionais, as atividades econômicas, as correntes políticas e os jornais que circulavam com as notícias da região, divulgando as tensões sociais existentes.

A década de 1920 é um período de transformações e alterações sociais, políticas e econômicas, marcado por conflitos armados, inclusive na região sul do antigo Mato Grosso, e por diversos eventos ainda pouco explorados na historiografia, embora importantes na história regional.

A década de 1920 marca as origens do Brasil moderno, conforme mostram Lorenzo e Costa (1997). É uma década que ocupa posição de destaque nas fases de transição experimentadas no país, e consistiu para o Brasil “uma época de renovação, mudanças, superação do atraso, construção da nação e da nacionalidade” e de “aceleração da história”, com a emergência de novas ideias, novos atores políticos e, entre esses, os militares. Na década, surgiram ou se robusteceram o pensamento político de fortalecimento do Estado para a superação das crises, o desenvolvimento rodoviário, novos padrões de consumo e de comportamento, o projeto de mudança da Capital Federal para o Planalto Central.

Um fato a ser destacado no Mato Grosso, no período em estudo, é o início da construção de uma identidade mato-grossense, na gestão de Dom Aquino como presidente do Estado de Mato Grosso (1918-1922), quando é comemorado o bicentenário da fundação de Cuiabá (1919). Podem ser apontadas no âmbito regional as transformações ocorridas no SMT após o início da circulação dos trens na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, com a cidade de Campo Grande assumindo a condição de principal polo comercial do estado e de centro estratégico (Queiroz, 2011) ou ainda, como capital militar do Mato Grosso, pela instalação da sede do Comando da Circunscrição Militar do Estado de Mato Grosso. Ocorreu, também, a instalação e construção de quartéis em cidades localizadas na fronteira Brasil – Paraguai.

Quais eram os processos sociais em desenvolvimento na região do SMT, em particular na fronteira do Brasil com o Paraguai? Quais as peculiaridades desses processos no Estado de

Mato Grosso? Como identificar ou relacionar os acontecimentos aqui situados com outros ocorridos no país? Foram as perguntas norteadoras das reflexões trazidas à tona neste capítulo.

1.1 Aspectos sociais e populacionais da parte sul do antigo Estado de Mato Grosso nos anos de 1920

Finalizando os cinco anos da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), foram assinados em Assunção, datados de 9 de janeiro de 1872, o Tratado Definitivo de Paz e Amizade Perpétua e o Tratado de Limites entre o Império do Brasil e a República do Paraguai.

Pelo Tratado Definitivo de Paz e Amizade Perpétua, os signatários reconheciam que “as questões e dúvidas levantadas sobre os limites de seus respectivos territórios muito contribuíram para a guerra que desgraçadamente se fizeram os dois Estados”. E declaravam estar de acordo para assinalar seus respectivos limites, e “convieram em declará-los, defini-los e reconhecê-los”, de acordo com o Tratado de Limites entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, promulgado pelo Decreto nº 4911, de 27 de março de 1872. Por esse Tratado, os 436,9 quilômetros de limites constituídos por uma linha seca entre o Brasil e o Paraguai, do rio Paraná ao Apa, ficou com a seguinte delimitação:

Do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até onde ela finda. Daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambai. Prossegue pelo mais alto desta Serra até à nascente principal do rio Apa. (BRASIL, 1872).

A *Comissão Mista Demarcadora Brasileiro-Paraguaia* realizou os trabalhos de demarcação dos limites, instalando os marcos, monumentos binacionais delimitadores dos países. A demarcação dos limites motivou que novas famílias se instalassem na região e deram condições para o surgimento de novos povoados.

Seus habitantes, no entanto, ignoraram a linha demarcatória como limite e, segundo a descrição de Armando Pereira, engenheiro que esteve na fronteira a serviço da *Companhia Constructora de Santos*, quando da construção dos quartéis das tropas federais na década de 1920, o limite dos países, fixado em linha seca, estimulava a convivência das pessoas, permitindo o trânsito livre aos dois países:

A vida da fronteira obedece, portanto, a uma confraternização de brasileiros e paraguaios que viajam livremente pelo Brasil ou pelo Paraguai. Em Ponta Porã onde a fronteira é seca, isto é, a linha divisória passa pelo centro de uma rua, Avenida Internacional se vêem tabuletas em português de um lado e

castelhano de outro. Nas duas cidades, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, os habitantes vivem a mesma vida, partilham as mesmas alegrias e os mesmos pesares. (PEREIRA, 1928, p. 25).

Pelos resultados do Censo Demográfico divulgados em 1926, o Estado de Mato Grosso contava, em 1920, com 21 municípios e 36 distritos. O espaço geográfico do Mato Grosso compreendia, na época desse Censo, os atuais Estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia. A população total no estado, segundo o Censo de 1920, era de 246.612 habitantes, distribuídos em uma área de 1.477.041 km², com uma densidade territorial da população de 0,167 habitante por quilômetro quadrado e totalizando 0,81% da população brasileira. Havia uma baixa densidade populacional, pois o Estado de Mato Grosso era detentor de 17,4% do território nacional.

A população mato-grossense estava distribuída nos 21 municípios, sendo 12 com menos de 10.001 habitantes; em 6 com a população entre 10.001 e 20.000, 2 de 20.001 a 30.000 e mais 1 entre 30.001 e 40.000 habitantes. Ocorreu um acréscimo nas unidades administrativas na região Sul do Estado. Enquanto em 1900 eram apenas 6 municípios nessa região, em 1920 existiam 11 municípios distribuídos na parte sul, passando para 13 ao final da década de 1920, segundo a relação de Gressler e Vasconcelos (2005): Corumbá (1850), Paranaíba (1857), Miranda (1857), Nioaque (1890), Coxim (1898), Campo Grande (1899), Aquidauana (1906), Bela Vista (1908), Porto Murtinho (1911), Ponta Porã (1912), Três Lagoas (1915), Maracaju (1928) e Rio Brilhante (1929).

Desses treze municípios, apenas três (Corumbá, Paranaíba e Miranda) existiam antes do período da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Ainda na Primeira República, outros três foram criados no final do século XIX (Nioaque, Coxim e Campo Grande). Surgiram outros cinco, no primeiro quartel do Século XX, sendo três (Bela Vista, Porto Murtinho e Ponta Porã), na fronteira com o Paraguai, e os outros dois (Maracaju e Três Lagoas), em áreas de acesso para a fronteira ou interior do estado.

Segundo Fanaia (2010c, p. 49), no Mato Grosso as novas cidades surgiram, de uma maneira geral, a partir do incremento das vias de comunicação e como decorrência das atividades produtivas desenvolvidas em suas proximidades. Os municípios se formaram em locais com instalações militares, como fortificações ou colônias. O traçado da estrada de ferro e a ocupação econômica, em concentrações populacionais causadas pela exploração da pecuária ou da erva-mate, apontam o surgimento dos demais. Da população total mato-grossense, 52,87% estava nos 11 municípios do SMT, incluídos no Censo de 1920, como mostrado na Tabela 1.

Os dados apontam para um baixo adensamento populacional no estado, embora o crescimento médio anual entre 1900-1920, de 0,0382%, superasse a média nacional, de 0,0294% no mesmo período. No SMT, entre 1900 e 1920, os resultados dos Censos indicam um crescimento populacional significativo. Enquanto a população do Estado, como um todo, cresceu 108%, o incremento populacional na porção sul, para o mesmo período, foi de 288%. Ressalva-se que no Censo de 1900, como as informações recebidas do Estado de Mato Grosso eram deficientes para o cálculo da taxa de crescimento e havia falhas no Registro Civil, as populações municipais foram calculadas pela taxa de crescimento geométrico médio anual igual a 0,0243, que se obteve comparando a população recenseada em 1872 (60.147) com a recenseada em 1890 (92.827).

Tabela 1 – População no SMT nos Censos de 1900 e 1920

Municípios	Ano de criação	População total (1900)	População Total (1920)	Estrangeiros (1920)
Aquidauana	1906	-	9.826	1.186
Bela Vista	1908	-	9.735	3.280
Campo Grande	1899	-	21.360	1.964
Corumbá	1850	12.529	19.547	2.955
Coxim	1898	-	6.899	103
Miranda	1857	4.484	6.819	812
Nioaque	1890	10.286	7.907	832
Ponta Porã	1912	-	25.518	7.497
Porto Murtinho	1911	-	3.586	1.297
Sant' Anna de Paranaíba	1857	6.280	10.143	62
Tres Lagoas	1915	-	9.044	803
TOTAL DO SMT		33.579	130.384	20.791 (82%)
TOTAL DO ESTADO		118.025	246.612	25.321

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Souza (2008, p. 17) descreve a Corumbá das duas décadas iniciais do século XX como uma cidade à margem direita do rio Paraguai, na fronteira oeste do Brasil. A cidade constituía um centro comercial, polo de importação e exportação de mercadorias, porto de integração, por via fluvial, a várias cidades e vilas de Mato Grosso, conectada com as cidades platinas e com a Europa. O telégrafo na cidade foi inaugurado em 1904, incrementando a comunicação de forma mais ágil e imediata de Corumbá com Cuiabá e outros grandes centros do Brasil.

Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai, de um pouso às margens de uma lagoa de carreteiros que conduziam erva-mate para embarque nos portos fluviais, foi reconhecida como distrito de Nioaque em 1900, depois de Bela Vista, até ser elevada a município em 1912 e considerada uma cidade em 1920. Pelo Censo de 1920, era o município mais populoso do Sul do antigo Estado de Mato Grosso, mas estavam incluídos os habitantes dos distritos de Dourados e Nhu-Verá, que mais tarde se emancipariam. Na sede do município, existiam 8.417

habitantes, sendo 27,5% de estrangeiros. Campo Grande ainda despontava como núcleo populacional.

Após o início da circulação dos trens na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a cidade de Campo Grande assumiu a condição de principal polo comercial do estado e de centro estratégico (Queiroz, 2011) ou ainda, conforme Malan (1928), a de capital militar do Mato Grosso, pela instalação da sede do Comando da Circunscrição Militar do Estado de Mato Grosso e centro de irradiação para a fronteira e para Coxim, sendo o seu comércio o mais florescente e com a prosperidade se acentuando diariamente. Com 370 mil cabeças de gado, Campo Grande ocupava o quarto lugar dos municípios do Brasil em população bovina, relata Malan (1928), com exportação de cerca de 40 mil bois em 1922.

Como meios de transporte, coexistiam os tracionados por animais e os automóveis. Gressler e Vasconcelos (2005) citam o ano de 1918 como sendo o da chegada do primeiro automóvel em Campo Grande. Em 1924, conforme registrado por Malan (1928), em Campo Grande existiam 50 automóveis matriculados, 233 carroças e 56 carretas. Em 1926, o número de autos já havia triplicado, passando para 150 automóveis.

Em Ponta Porã, Rosa (1922, p. 41) menciona que os primeiros automóveis apareceram no ano de 1917, trazidos pela Empresa Mate Laranjeira e pelo coronel Balthasar Saldanha, que fez a viagem de Campo Grande para a cidade em um dia, em caminhos que, segundo Pereira (1928, p. 3-4), “parece um grande leque aberto com todas as varetas” e por onde se navegava “naquele mar de verdura” conforme o rumo que tem que se tomar. Em 1915, foi instalada em Ponta Porã uma agência do Correio, fazendo uma linha postal até Bela Vista, em lombo de cavalo, de onde as correspondências seguiam para Porto Murtinho para, utilizando o rio Paraguai, chegar ao Rio de Janeiro e São Paulo. Rosa (1922, p. 43) afirma que empregando os automóveis, uma nova linha postal surgiu em 1917, de Ponta Porã para Campo Grande, de onde as correspondências prosseguiram utilizando a via férrea e, com menos de dez dias, chegavam ao Rio de Janeiro ou São Paulo.

O capitão Franklin Nogueira, também empresário, inaugurou o serviço telefônico em Bela Vista em 5 de março de 1920, proporcionado pela Empresa Telephonica Brasil-Paraguai. Em Ponta Porã, somente em 1º de julho de 1927 entraria em funcionamento o mesmo serviço, instalado pelo Sr. Demetrio Petropulos, detentor de uma concessão por 20 anos. (JOP, nº 9, 18 abr. 1920, nº 9, p. 2 e nº 281, de 10 jul. 1927, p. 1).

Durante o período da gestão de José Bazzo na administração municipal de Bela Vista (1915-1917) principiaram os estudos para substituição da iluminação pública a lampião por

energia elétrica. Em 1919, Hildebrando Hervê venceu a concorrência pública para a instalação da rede de energia elétrica. No entanto, em 1924 efetuou-se a rescisão do contrato, pela falta da instalação da rede elétrica. A inauguração da iluminação elétrica somente ocorreu em 1939, vinte anos após a realização da primeira concorrência pública para a iluminação em Bela Vista (Leite, 2007, p. 58).

O prefeito de Ponta Porã assinou com Raphael de Simone, em novembro de 1920, o contrato de fornecimento de luz e energia elétrica para a cidade e seus subúrbios, a ser iniciado no prazo máximo de dois anos da assinatura (JOP, nº 40, 28 nov. 1920, p. 3). Porém, há indícios de que, até 1927, Ponta Porã continuava sem energia elétrica:

Essa eletricidade de Ponta Porã está se parecendo com el-rei dom Sebastião: nunca chega. Sempre há um empecilho na conclusão dos trabalhos! O último prazo parecia ser suficiente para que em breve a cidade estivesse iluminada; entretanto agora estamos inclinados a crer que seja ovo gorando. Fazendo uma visita às obras da represa que devia estar pronta até fins de fevereiro, juntamente com a casa das máquinas, verificamos a impossibilidade dessa conclusão. Há muito que fazer, quase tudo; e são juntamente os últimos retoques o que mais cuidado reclama. (JOP, nº 256, 16 jan. 1927, p. 2, grifo nosso).

Malan (1928) descreve a situação de outros municípios da região SMT. Para Ponta Porã, na divisa fronteira com o Paraguai, caberia o segundo lugar na rapidez da evolução, e era local onde se fazia vultoso contrabando para o Paraguai de artigos brasileiros, trazidos de São Paulo. Santana do Paranaíba é considerado um município de desenvolvimento ainda retardado pela escassez de comunicações. Porto Murtinho é apontado como decadente até certa época, mas com possibilidade de ressurgimento pela exportação em seu porto, principalmente de produtos provenientes da pecuária, destacando um contrato de exportação de troncos de carandá¹. Bela Vista e Nioaque são caracterizadas como povoações estacionárias, tendo Nioaque perdido parte de seu território com a criação de Maracaju, um próspero povoado, considerado um centro pastoril importante com agência de correios, colégio particular e público, agência Ford, olaria e bons prédios, tudo a antever um rápido desenvolvimento. Aquidauana, Miranda e Três Lagoas, outras cidades por situação especial, por estarem a cavaleiro da estrada de ferro, tinham como principal indústria as charqueadas,

¹ O carandá (*Copernicia Alba Morang Morong & Britton (Arecaceae)*), é uma palmeira com ocorrência natural restrita aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, embora encontrada também no Chaco Paraguai, Bolívia e Argentina. É uma palmeira de 10 a 14 metros de altura, com sua importância econômica decorrente da extração de madeira para uso em construção rurais, devido à sua durabilidade na água. A palmeira tem um belo efeito paisagístico, suas folhas possuem a forma de leque. Os carandazais ocorrem em terrenos sazonalmente inundáveis, nos quais o nível da água pode chegar até 90 centímetros do solo, nos períodos mais pronunciados da estação chuvosa. (AMADOR, 2006).

mas sujeitas às oscilações do preço do gado. E Corumbá, mencionada como uma cidade orgulhosa de sua limpeza, da posição dominante e edificação cuidada, era a que dispunha da segunda maior renda municipal e uma população de alunos na área urbana superior a 12% do total.

Fanaia (2010c) menciona o contrabando como problema insolúvel na economia mato-grossense na Primeira República, a permear todas as atividades econômicas. Influenciando na economia, também são apontadas:

As distâncias dos demais mercados consumidores, com enormes problemas de comunicação, dificultavam e muito a formação de um mercado consumidor mais consistente, acrescidos dos problemas de uma fronteira precariamente guarnecida e do alto índice de concentração de renda. (FANAIA, 2010c, p. 47).

No SMT, pela descrição de Malan (1928), a economia era peculiar e pouco diversificada. Pelas vias de comunicações, ainda escassas, escoavam os produtos para mercados consumidores externos nacionais ou de outros países, utilizando a via fluvial a partir de Porto Murtinho, assim como saiam e chegavam produtos brasileiros, utilizando a Estrada de Ferro. Gado bovino e madeira são os produtos comercializados. Curiosamente, a produção e os locais de extração da erva-mate no Sul de Mato Grosso não são citados por Malan (1928).

As ideias de Fanaia e Malan são convergentes sobre a existência do contrabando, e sobre os problemas de comunicação, amenizados na porção sul pela estrada de ferro. Com a construção da estrada, houve o incremento populacional na região sul, ao longo do traçado, por onde os produtos eram escoados.

Os povoadores do SMT, dispersos no território e pelos municípios, chegaram de lugares diversos do Brasil:

O Sul de Mato Grosso incorpora lentamente os três grandes caudais de seus povoadores: primeiros em data, os mineiros, cujos descendentes constituem hoje os mais abastados proprietários dos extensos campos vacarianos; rio-grandenses emigrados em virtude da revolução de 1893, provenientes em maioria da região missioneira, municípios de São Luiz e de São Borja, instalados na zona fronteiriça, onde conservam vivos os hábitos gaúchos e o forte espírito de liberdade e de altivez. Por fim, a grande massa anônima dos trabalhadores paraguaios, aos quais se critica a indolência e a escassez de iniciativa, mas de inestimável valor pela resistência e sobriedade. (MALAN, 1928, p. 512).

Nos três grandes caudais mencionados por Malan, destaca-se, para o estado de Mato Grosso, de acordo com o resultado do Censo de 1920, a corrente migratória dos estrangeiros.

O resultado do Censo de 1920 apontou a existência de uma parcela significativa de estrangeiros em Mato Grosso, sendo os mais numerosos, com um coeficiente de 28%, os procedentes das nações vizinhas sul-americanas (argentinos, bolivianos e paraguaios). Conforme mostrado na Tabela 1, os estrangeiros estavam concentrados na parte Sul, onde residiam 82% do total do Estado.

O Censo de 1920 não particulariza as populações indígenas do Brasil. Nas instruções aos agentes recenseadores, existe a orientação para considerar como domicílio coletivo, para os efeitos do recenseamento, os núcleos de catequeses para os aldeados. Outra orientação manda compreender as atuais povoações indígenas como estabelecimentos rurais a cargo do governo.

No entanto, são citados os países de origem das 30 nacionalidades dos estrangeiros e outros como de nacionalidade ignorada. Houve uma participação de imigrantes no crescimento populacional do Estado. Totalizando 25.321 habitantes, incluindo os de nacionalidade ignorada, os estrangeiros correspondem a 10,2% da população. No SMT, 20.791 habitantes foram cadastrados como de nacionalidade estrangeira ou ignorada, mostrando um adensamento dos estrangeiros na porção sul do Estado, com o percentual de 15,9% na região. A maior concentração de estrangeiros está nos municípios localizados na fronteira com o Paraguai: Porto Murtinho, Bela Vista e Ponta Porã.

A concentração de estrangeiros no SMT e, em particular, na fronteira, seria motivo de preocupação governamental, motivando a elaboração de políticas especiais para a região, como o incremento da presença militar.

Com relação aos imigrantes, Pereira (1930, p. 22) ao relatar suas observações realizadas no período de 1921 a 1924, durante a construção de quartéis no SMT, contratada à *Companhia Constructora de Santos* durante o ministério de Pandiá Calógeras na pasta da Guerra, cita que empregara, como operários, brasileiros, portugueses, bolivianos, turcos, argentinos, uruguaios e alguns índios mato-grossenses. Os operários estrangeiros eram alojados separados e aproveitados segundo suas aptidões. Em Bela Vista, 60% dos operários provinham do Paraguai e “alguns dos quais nem castelhano sabiam falar”, ou seja, falavam apenas o idioma Guaraní (PEREIRA, 1930, p. 26).

Os japoneses trabalharam na descarga de materiais e, como muitos não falavam português, algumas palavras indispensáveis no idioma japonês foram aprendidas e utilizadas na comunicação para evitar acidentes. Odilon de Queiroz (2004) cita os operários japoneses na construção da estrada de ferro, integrando a *Turma 135*, localizada no km 1.202, antes da

Estação de Bodoquena, local de trabalho e abrigo para os trabalhadores na construção da Estrada de Ferro. A equipe era constituída por seis japoneses e Odilon de Queiroz, o único brasileiro do total de 7 operários. Sobre o convívio com seus companheiros de trabalho, assim comenta:

Parecia que eu estava no Japão, perdido numa ilha de imensa floresta selvagem, a ouvir somente o seu idioma. Os japoneses comiam arroz com dois pauzinhos. Sentavam à moda Buda. Tocavam um instrumento como um banjo pequeno, de três cordas, que trouxeram de sua terra e cantavam. Às vezes em coro. E quando assim, eu me perguntava: “em que mundo estou, meu Deus!? Até parecia que queriam implantar os hábitos e costumes e a língua de sua terra aqui. (QUEIROZ, 2004, p. 71).

Odilon de Queiroz viera em 1920, de Limoeiro, no Pernambuco, com destino ao Mato Grosso. No Rio de Janeiro, conseguiu passagem com o governo para Aquidauana, com a condição de trabalhar na Estrada de Ferro, onde já estava contemplado em folha de pagamento, desde o dia da saída do Rio de Janeiro. Na parada em Bauru, foi abordado por um arrebanhador de trabalhadores para fazendas de café que, ao saber da sua vontade de prosseguir para Aquidauana, procurou demovê-lo da ideia, enfatizando de maneira dramática as mazelas encontradas na região: doenças, falta de assistência à saúde, animais selvagens, violência:

Vocês estão loucos!? Aquidauana fica lá no **fim do mundo**, onde Judas perdeu as botas. Eu conheço aquilo lá. Quase que **morro de sezão**² dentro da cidade, numa casa de tábuas que se tem como hospital da Estrada de Ferro, onde morriam dois, três e às vezes mais por semana. Escapei, porque Deus nosso Pai Misericordioso me protege. Dos 45 homens que levei para trabalharem comigo nessa estrada – a Noroeste do Brasil, **27 ficaram enterrados** em Mato Grosso. Uns, por isso, (flexionando o dedo indicador, mexendo-o como que puxando um gatilho); Outros pelas febres que acabam com a pessoa em dois tempos; três picados por **cobra venenosa** e, um sumiu. Foi tomar banho numa lagoa e desapareceu. Ou foi **onça**, ou foi **sucuri** que deu fim nele. Além de tudo isso, faz um **calorão** tão danado que o sujeito não aguenta. Vi muitos cabras caírem de insolação pondo a alma pela boca. **Mosquito** é tanto, mas tanto, que faz nuvem. Come o cristão vivinho a chupar-lhe o sangue com ferroadas do bute³, demais doídas. E a coceira que deixa? Vira até **sarna**. Só os índios, que, geralmente vivem pelados do jeito que nasceram, suportam, porque untam o corpo da cabeça aos pés de olhos [sic] de peixe misturado não sei com o quê, (um preparado deles, fedido demais). Onça então nem se fala. Andam aos magotes⁴. Chegam até pegar as criações dentro dos quintais e chiqueiros nos povoados,

² Sezão: malária, também chamada de maleita, é uma infecção causada por protozoários do gênero *Plasmodium*.

³ Bute: no Nordeste brasileiro é usado como sinônimo de diabo.

⁴ Magote: grupo de pessoas do povo, montão.

sem se incomodarem com os cachorros e seus donos. **Em Aquidauana, isto acontece.** Um macharrão⁵ matou um rapaz chamado Guilherme, muito meu conhecido, bem perto do meu acampamento que ficava a menos de 2 km. da cidade, e estava comendo-o, quando foi surpreendida por dois caçadores. Atiraram na onça com suas carabinas, mas a bicha se foi embora. Seu corpo, que já havia sido comido mais da metade, foi assim sepultado no cemitério. É como estou dizendo aos senhores. **Assim, é Mato Grosso.** (QUEIROZ, 2004, p. 71, grifo nosso).

Apesar dessa descrição, Odilon de Queiroz revela em suas memórias que permaneceu com a decisão de prosseguir para Aquidauana. Comenta, porém, que sua vontade “ia amolecendo e quase crente na história muito sugestiva” que ouvira, pois dois dias antes, no Jardim da Luz, em São Paulo, tinha visto uma “enorme onça pintada e uma sucuri medonha pegadas em Mato Grosso”. (QUEIROZ, 2004, p. 71).

Uma confirmação sobre as ocorrências de mortes violentas é encontrada no texto de Pereira (1930), ao relatar que em Campo Grande, durante a construção dos quartéis, anotara 49 óbitos no espaço de dois anos, onde “nem meia dúzia dos mortos exigiram o dispêndio de mais de uma bala”, demonstrando a perícia dos atiradores no manejo das armas.

Para Centeno (2007, p. 29), existiram dois períodos na história da ocupação fronteiriça no sul do Mato Grosso. O primeiro período iniciou-se logo após o término da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), foi marcado por um capitalismo monopolista, com a disputa por mercados e a utilização do rio Paraguai para a ligação com o mercado mundial. A instalação de empresas monopólicas estrangeiras provocou uma disputa pelo controle econômico da região, agravada pela luta pela terra com posseiros. O segundo período de ocupação fronteiriça corresponde aos anos a partir dos meados da década de 1920, quando se intensificaram novos investimentos no SMT com a implantação da estrada de ferro e alterou-se a estrutura social de Mato Grosso, com a entrada de novos migrantes, como demonstrado no resultado do Censo de 1920, e o enfraquecimento do poder dos antigos coronéis⁶.

As obras de construção da estrada de ferro e dos quartéis incentivaram a vinda de trabalhadores de outros estados, e de imigrantes, aumentando a classe operária no SMT. Segundo Pereira (1930), Campo Grande já possuía um sindicato dos operários, apesar do desconhecimento na cidade de trabalhos em grande escala, com a aplicação de métodos modernos de construção. A *Sociedade Operária União dos Trabalhadores e Força*

⁵ Macharrão: aumentativo de macho; macho adulto da onça.

⁶ Uma referência da autora ao conceito de *coronel*, utilizado por Corrêa (2006a), relacionado aos grandes proprietários rurais que empregavam homens armados em ações violentas para impor ou sustentar o poder de mando em nível local e regional, nas lutas político-partidárias.

Reconstrutora do Mundo expedia ofícios apresentando operários e com exigências e ameaças de greve. Pereira (1930) relata o esclarecimento aos trabalhadores que eles estavam “sendo explorados por meia dúzia de estrangeiros, aos quais pagavam mensalidades para que eles vivessem sem trabalhar”. A atuação do movimento sindical em Mato Grosso é comprovada pelas greves na estrada de ferro, motivadas pelo atraso de pagamento, como a de 1913, segundo constou na Mensagem do Presidente da Província de Mato Grosso (MPMT) à Assembleia Legislativa no ano de 1914 (MPMT, 1914, p. 27).

Da relação de Fanaia (2010c, p. 187), com os cargos públicos existentes em Mato Grosso na década de 1920, nas esferas federal, estadual e municipal, destacam-se vários cargos com prováveis representantes no SMT. Na administração pública federal, existiam o juiz federal, o juiz federal substituto, o procurador da República, o delegado fiscal do Tesouro Nacional, o procurador fiscal do Tesouro Nacional, o administrador geral dos Correios, e outros, específicos na cidade de Cuiabá, capital do Estado. Representavam o poder político estadual os detentores dos cargos de juiz de direito, promotor de justiça, juiz de paz, chefe da polícia, inspetor da instrução pública, delegado de polícia, subdelegado de polícia, coletor estadual, fiscal de mesa de rendas⁷. Aos municípios cabia designar o engenheiro municipal e os secretários da Intendência. Existiam outros cargos nos municípios, como o “Fiscal do Governo junto a medição das terras arrendadas a Empresa Mate Laranjeira” em Ponta Porã (JOP, 21 mar. 1920, p.1), o encarregado do serviço da linha postal (JOP, 21 mar. 1920, p. 1) e um “fiscal federal para o jogo”, em Campo Grande (Pereira, 1930).

As atividades ligadas ao Estado, como a educação e a segurança, eram as que mais empregavam. A remuneração, afirma Fanaia (2010c, p. 187) era péssima, agravada pelos frequentes atrasos. A esses dissabores, acrescenta-se a mais absoluta fragilidade de permanência no emprego em virtude das lutas políticas. Tanto as admissões como as demissões no quadro administrativo refletiam as mudanças e acordos na composição política. Mas estes fatores eram compensados pela “possibilidade de um ganho fixo e a ‘proteção’ do chefe político”.

É possível verificar na imprensa a designação de pessoas possuidoras de poder econômico, acumulando poder e vantagens econômicas. O *capitão* Leonel de Souza Barros, membro do Diretório Municipal do Partido Republicano Conservador - PRC (JOP, 22 ago. 1920, p. 2) e sócio da firma *Viuva Saldanha & Cia* (representante Ford em Ponta Porã),

⁷ Órgão arrecadador de impostos, também existente no âmbito federal, para a fiscalização aduaneira.

exercia, por nomeação, o cargo de Adjunto do Procurador da República (JOP, 10 out. 1920, p. 2).

Ponta Porã, em 1920, não dispunha de sacerdotes para o culto religioso católico. O Padre José Giardelli, vigário das paróquias de Aquidauana e Miranda (JOP, 06 jun. 1920, p. 2) realizava batizados quando em visitas na cidade. A mesma situação acontecia na conurbada cidade de Pedro Juan Caballero, assistida pelo padre Maximiano Bonfanti, pároco em Villa Concepción. E também não havia igrejas. Somente em 21 de novembro de 1920 o editor de *O Progreso* lançou a proposta de uma campanha para a construção de “uma igreja, não como simples embelezamento de arquitetura, mas como necessidade social e verdadeiramente sentida em Ponta Porã”.

As festas sociais proporcionavam uma parte da diversão nas comunidades fronteiriças do SMT. Em Ponta Porã, no ano de 1920, com os recursos obtidos em uma campanha na cidade, construía-se o prédio do Clube “Luz e Recreio”, ao mesmo tempo em que o jornal da cidade reclamava da ausência de uma praça (JOP, 21 nov. 1920, p. 1). Funcionava o Cinema Palma, de Henrique Palma, que buscava os filmes em Campo Grande. Outras diversões provinham de circos em trânsito pelas cidades, ou de peças teatrais encenadas por grupos amadores locais (JOP, 13 jun. 1920, p. 3). Em saguões de hotéis realizavam-se os bailes, e mesmo os carnavalescos se faziam presentes na região fronteiriça. Nos dias das eleições, as reuniões políticas serviam de justificativas para festas, utilizadas para agrupar os correligionários e demonstrar força e prestígio para os chefes locais. Durante a República Velha, “para a grande massa do eleitorado, o dia das eleições representava não mais do que uma rara oportunidade de entretenimento no centro urbano, para vidas quase sempre miseráveis, consagradas a trabalhos penosos e mal remunerados.” (TELAROLLI⁸, 1982, p. 63).

Executores de atividades econômicas, os comerciantes, criadores de gado bovino, cavalar ou muar, industriais, agricultores, artistas profissionais, foram convidados pelo coletor estadual de impostos para fazerem suas declarações para o exercício da atividade (JOP nº 30, 19 set. 1920, p. 3).

Na área rural, além dos fazendeiros tradicionais, com a criação do gado, e a Empresa Mate Laranjeira explorando a erva-mate, apareciam novos personagens, candidatos a adquirirem as terras colocadas em leilão pelo Estado.

⁸ Rodolpho Telarolli, falecido em 2001, era doutor em História Política. A obra referenciada contém uma descrição dos processos fraudulentos utilizados pelo coronelismo para manter o poder na região central de São Paulo durante a Primeira República, e é utilizada neste trabalho para evidenciar que as suas observações aplicavam-se à política praticada naquela época no Estado de Mato Grosso.

Um indicador de novos participantes na sociedade é o alistamento para o processo eleitoral de vinte e nove pessoas, enquanto outros dez tiveram a inclusão negada, apenas no mês de setembro de 1920. Dos novos eleitores, um era alfaiate, dois empregados no comércio, um funcionário público transferido, um fabricante de rapaduras, e os demais (vinte e quatro) criadores, residentes na área rural. (JOP nº 32, 03 out. 1920, p. 3).

Na área urbana, exerciam suas atividades os comerciantes, funcionários públicos, liberais (engenheiros, advogados, médicos). Os funcionários públicos pertenciam aos três níveis da administração, federal, estadual e municipal. Em Ponta Porã, atuavam o agente de correios, agente fiscal e o carcereiro.

Os estabelecimentos comerciais eram diversificados, como atestam os anúncios no jornal *O Progresso*: padaria, barbearia, oficina mecânica, confeitaria, ourivesaria, restaurante, hotel, tipografia, ateliê fotográfico, loja de armarinhos e tecidos, armazém de secos e molhados. Os anúncios predominavam na última página do jornal, onde se destacava pelas dimensões (metade de uma coluna) o da Casa Saldanha, propriedade de *Viuva Saldanha & Cia*. A casa comercial, anunciava serem seus proprietários “agentes dos afamados automóveis Ford e dos productos Goodyear, como sejam pneumáticos, câmaras de ar, etc., etc.”. (JOP, nº 1, 22 fev. 1920, p. 4). Os automóveis de aluguel percorriam uma linha regular para Campo Grande, distritos e outros municípios do SMT.

Em outros anúncios, advogados residentes em Cuiabá ofereciam seus serviços para a regularização de terras junto ao governo estadual.

Nas atividades que deveriam pagar as taxas para obter a patente⁹, a Resolução nº 95, de 4 de dezembro de 1920, do Intendente Municipal, ao prever o orçamento da receita e fixar a despesa municipal, incluía o imposto de 2% sobre a exportação da erva-mate, incidindo sobre o arrecadado pelo Estado. A arrecadação do imposto sobre a exportação da erva-mate totalizava quase 18% da previsão da receita total do município, e correspondia ao terceiro valor, abaixo do previsto para as concessões de patentes (28%) e de aquisição de propriedades (laudêmios e aforamentos) (JOP, nº 43, 19 dez. 1920, p. 3).

Na área educacional, as escolas existentes eram poucas para tantas crianças a serem matriculadas. Apenas quatro escolas de ambos os sexos, sendo três estaduais e uma municipal, não atingindo duzentos alunos matriculados nelas. E poderiam existir cerca de 5.000 crianças em idade escolar (JOP, 29 mar. 1921, p. 3). As quatro escolas atendiam todo o

⁹ Título oficial de uma concessão ou privilégio (BUENO, 1986, p. 835). Corresponderia ao atual alvará de funcionamento.

município, incluindo os distritos de Amambai, Dourados e os povoados existentes em Lagunita, Rincão do Julio, Nhú-Verá, Iguatemi e Guazú. Em Ponta Porã, uma escola estadual atendia o sexo masculino e outra o sexo feminino. Em Dourados, a escola estadual era mista. Além da insuficiência, as reclamações eram sobre a qualidade das escolas e dos professores:

[Ponta Porã] ressentia-se de boas escolas, pois do sexo masculino só uma existe nesta vila, funcionando irregularmente, havendo semanas em que há duas aulas, isto mesmo das 9 às 11 horas. Há pouco o professor público, que não pode pelo regulamento da Instrução Pública do Estado, deixar de dar aulas sem justificar perante o Inspetor Escolar a causa dessa falta, passou seis ou oito dias ausente, segundo consta, para servir de avaliador em um inventário, ganhando como funcionário público por duas vias, com grave prejuízo para a instrução pública, que se vê abandonada pelos nossos governantes e seus auxiliares (JOP, 31 out. 1920, p. 1).

As crianças das escolas públicas e particular¹⁰ (Escola Manvailier) eram convocadas a participarem das recepções a autoridades que visitavam o município, com apresentações de cantos, a exemplo do acontecido na visita do então presidente do Estado, Dom Aquino (JOP, 04 jul. 1920, p. 3) e do bispo Dom Maurício (JOP, 20 jun. 1920, p. 2), e nas festividades conduzidas na sede do destacamento federal (JOP, 21 nov. 1920, p. 1).

O Inspetor Escolar, em carta para o redator de *O Progresso*, comenta a situação existente, denunciando não haver nada a inspecionar, pelas condições precárias das escolas:

De fato, a instrução pública primária deste município se encontra em estado de deplorável anarquia e desorganização. [...] as chamadas escolas estaduais não têm prédios ou prédios próprios. Funcionam em barracões cobertos de zinco, pardieiros infectos, que aqui se chamam, por ironia da sorte, de casas. [...] Mas o que não é público e notório e que de hoje em diante passará a ser é o seguinte: além de não possuírem prédios, as referidas escolas não têm mobiliário. [...] não possuem ainda: mesa, quadro negro, giz, relógio, papel, tinta, tinteiro, canetas, penas, lápis, livros escolares para os alunos pobres, livro de matrícula, caderneta de frequência, pote para água, vassoura, serviços sanitários, etc, etc, etc. [...] Os professores não podem, com seus miseráveis vencimentos, suprir a falta de material e desse modo se encontram impossibilitados de observarem exatamente o Regulamento, e de ministrarem a instrução tal como deve ser. [...] **Por essas mesmas razões nada tenho a inspecionar.** (JOP, 17 jun. 1923, p. 1, grifo nosso).

As principais localidades na fronteira do Brasil com o Paraguai e com a Bolívia foram ligadas por linha telegráfica, por trabalhos chefiados pelo militar Cândido Mariano da Silva

¹⁰ Sobre a educação na fronteira Brasil-Paraguai existem as dissertações de Fernando dos Anjos Souza (2012), enfocando a participação de uma organização militar na educação pública; Alessandra Viegas Josgrilbert (2015) detalhando o processo educacional ocorrido em Ponta Porã, de 1901 a 1927; Marcio Bogaz Trevizan, analisando as dificuldades no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai, no período entre 1889 e 1931; e as teses de Carla Villamaina Centeno e de Silvia Helena Andrade Brito, intituladas *Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)* e *Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá:1930-1954*.

Rondon, na Comissão de Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso, entre os anos de 1900 e 1906. As inaugurações das estações de telégrafos dataram de 1903 (Aquidauana e Campo Formoso), 1904 (Corumbá), 1906 (Forte Coimbra, Bela Vista e Porto Murtinho), permitindo a ligação com Cuiabá, e dali ao Rio de Janeiro. Ponta Porã só receberia os serviços telegráficos em 1923, em linha proveniente de Campo Grande, esta ligada à Aquidauana.

Por essas características, deduz-se que no início da década de 1920, Ponta Porã era uma vila típica do interior e representativa da região fronteiriça. Dispunha dos serviços necessários para a população e contava com uma rede comercial entrelaçada com outras de longa distância. Cidade jovem e em formação, ainda não possuía uma praça e uma igreja (JOP, 21 nov. 1920, p. 1) e faltavam as comunicações pelas linhas telegráficas. Era, e assim permanece nos dias atuais, separada de sua vizinha cidade paraguaia por apenas uma avenida onde seus limites se confundem.

As organizações estatais, ao lado da cobrança de impostos, intensificam suas presenças nas três esferas do poder, federal, estadual e municipal, em busca de atender, embora em condições precárias, as necessidades da população, nos aspectos de segurança e educação.

1.2 A imprensa no SMT nos anos de 1920

A imprensa na parte sul do antigo Estado de Mato Grosso já estava consolidada nos anos de 1920. Souza (2008, p. 59), em sua análise sobre as tensões da modernidade em Corumbá, de 1872 a 1918, aponta a circulação em 1877 do primeiro periódico local, *O Iniciador*, fundado por comerciantes portugueses.

Em 1917, circulou em Aquidauana o jornal *A Razão*, de Jorge Bodstein Filho e tendo como redator o Dr. Vicente Maurano. Mendonça (1919) registra que também funcionou o jornal *Ponta Porã*, na ainda vila com o mesmo nome, no ano de 1914, o primeiro jornal ali publicado e nessa obra, registra o funcionamento do jornal *A Voz do Sul*, em Nioaque, sendo proprietário João Cláudio Gomes da Silva.

Segundo Fanaia (2010c, p. 99) existia uma ligação direta de determinados jornais que circulavam em Mato Grosso com os respectivos partidos a que estavam vinculados, e ela ficava explícita com o subtítulo estampado na primeira página. E essa vinculação ocorria até mesmo nos órgãos denominados independentes, onde as preferências eram demonstradas nos conteúdos das reportagens.

Souza (2008, p. 71), considera que os periódicos impressos em Corumbá e analisados em seu estudo, direcionado para o período de 1872 a 1918, estiveram direta ou indiretamente associados a partidos políticos ou grupos comerciais que lhe davam sustentação.

Uma observação publicada em 1923 relaciona os jornais mato-grossenses com partidos políticos, de maneira similar aos conceitos emitidos por Souza (2008) e Santa Rosa (1976). São acrescentados os interesses e a baixa escolaridade dos leitores:

O jornal, aqui, não é uma indústria e sim um órgão de partidos ou indivíduos que, embora pouco lido, tem grande influência porque se supõe que o pode ser. Que quer o nosso público? Ideias? Fatos? Ele é tão limitado, não busca ideias nem fatos, quer apenas conhecer o que se passa no vizinho, os pequenos escândalos políticos locais, e de modo que não o obrigue a soletrar. Vieira Neto. (*O Jornal* - MT, nº 50, 12 abr. 1923, p. 2).

O *Correio do Estado* (indicado nesta tese pela abreviatura CE) foi inicialmente impresso em Corumbá, com circulação desde 1909, sendo Francisco Castello Branco o proprietário e diretor e Sebastião de Campos o redator-gerente. Abaixo do título, inicialmente constavam apenas as informações de propriedade e redação. A publicação foi interrompida em 10 de agosto de 1912 e reiniciada em 5 de outubro do mesmo ano, agora subtítulo “órgão dos interesses gerais do povo”. Em 1920, na edição inicial da impressão transferida para Cuiabá, datada de 4 de novembro de 1920, constou em subtítulo ser o “órgão do Partido Republicano Matto-Grossense”, com um aviso de ter passado a ser o órgão oficial para a divulgação do partido, sucedendo o jornal *O Matto-Grosso*, com a seguinte explicação da alteração:

Motivos diversos levaram o proprietário de *O Matto-Grosso* a declarar-nos não lhe convir continuar a publicação do seu jornal na qualidade de órgão do Partido Republicano Matogrossense, [...] separados assim, do tradicional orientador do nosso partido, cujo título por si só, bastava a lembrar a circunspeção e austeridade do velho órgão e recordava os louros conquistados nas brilhantes campanhas em que vitoriosamente nos empenhamos, fundamos em sua substituição o *Correio do Estado*, cujo primeiro número hoje lançamos à publicidade [...] o *Correio do Estado* será o continuador d’*O Matto-Grosso* na defesa dos mais lúdimos interesses do nosso grande Estado, e o fiel interprete do programa patriótico e moralizador do partido político que vem representar no jornalismo contemporâneo (CE, nº 1, 04 nov. 1920).

O jornal *O Matto-Grosso*, impresso em Cuiabá, foi fundado em 1878, tinha como editor e proprietário Emilio Calháo, e como diretor político João Celestino. Na edição de 31 de outubro de 1920, constava o aviso mencionado pelo *Correio do Estado*, que seria aquela a última edição política, deixando de ser órgão do Partido Republicano Matto-Grossense. Na edição seguinte, nº 1714, de 7 de novembro de 1920, o subtítulo “Órgão do Partido

Republicano Matogrossense” foi substituído por “Órgão democrata, dedicado aos interesses do Povo”, e não mais constava o nome do diretor político.

O jornal *O Progresso* começou a ser editado em Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai, no dia 22 de fevereiro de 1920 e foi impresso nessa cidade até o ano de 1927. Inicialmente a publicação era semanal, aos domingos. Exibia o subtítulo de “Semanário Independente”. As edições de 1920 a 1927 são consideradas como do *primeiro O Progresso*. O motivo é por ter início, em 1951, a circulação do jornal homônimo, na cidade de Dourados, com outros proprietários, embora da mesma família, pois o novo proprietário, Weimar Torres, era filho de Rangel Torres, segundo Queiroz (2013). O *segundo O Progresso* apresenta a frase “Pensamento e ação por uma vida melhor” sob o seu nome¹¹.

Circulavam na fronteira jornais e folhetos vindos do Paraguai, para onde eram remetidas notícias das localidades fronteiriças. *O Progresso*, com impressão inicialmente em Ponta Porã, era enviado para Buenos Aires e outras cidades do país, onde possuía assinantes, mostrando a circulação das notícias interioranas em vários locais.

A denominação *O Progresso*, escolhida para o jornal que passou a ser impresso na cidade de Ponta Porã em 1920 incorpora os conceitos apontados por Souza (2008, p. 57), que considera o jornal como um dos símbolos da modernidade, assim como outros produtos tecnológicos, representando a sujeição das forças da natureza ao homem. A imprensa, conforme os estudos de Souza (2008), cita o progresso para simbolizar a modernização, envolvendo a urbanização, a industrialização, a incorporação de maquinários, o navio a vapor, o desenvolvimento das comunicações, o telégrafo e telefone, isso tudo vinculado à modernização capitalista, e sintetizando fatores como o mercado mundial, a circulação do capital, o crédito e mercadorias.

Segundo Souza (2008, p. 61), os periódicos apresentavam para o público leitor uma carta-programa, expondo seus objetivos e ideais, seus projetos, onde afirmavam suas intenções, os motivos da impressão, e elaboravam suas imagens e representações. O jornal *O*

¹¹ O acervo d’*O Progresso* recebeu tratamento para preservação e digitalização no Centro de Documentação Regional da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (CDR/UFGD). Somada ao acervo produzido em versão digital pelo próprio jornal (período posterior a agosto de 2005), a coleção digitalizada está à disposição para pesquisas. Destaca-se pelo seu conteúdo histórico, contendo informações sobre o processo de povoamento ocorrido no SMT e as transformações nas áreas econômicas, sociais e os conflitos políticos decorrentes. *O Progresso* foi utilizado por Alessandra Viegas Josgrilbert (2015) como uma das principais fontes sobre o cotidiano escolar na fronteira Brasil-Paraguai, entre os anos de 1901 a 1927, por Fernando de Castro Além (2011), na análise do contexto político da cidade de Dourados, no período de 1954 a 1962, por Lélío Loureiro da Silva (2007), no estudo das representações dos Kaiowá-ñandeva, e por Priscila Viudes (2009), em seu estudo sobre as representações contidas no jornal sobre a desnutrição indígena em 2005.

Progresso, na sua edição inaugural, datada de 22 de fevereiro de 1920, na segunda metade do governo de Dom Aquino como presidente do Estado, assim apresentava seus propósitos:

O nosso aparecimento – Encravada nesta imensa fronteira com a República do Paraguai, de todos esquecida, Ponta Porã vive exclusivamente de seus recursos, do afanoso trabalho dos seus habitantes, da uberdade do seu solo abençoado. O eco dos nossos brados perde-se nas imensas esplanadas de verdura que nos rodeiam; e aqui somos um dos mais poderosos baluartes do erário público, concorrendo sempre para a fortuna do Estado. Premente se torna a necessidade de levarmos aos que nos governam o conhecimento das nossas necessidades. Assim se justifica o aparecimento do nosso hebdomadário cujo programa se circunscreve à defesa dos nossos grandes interesses. Pobrememente ajazado para a Cruzada a que se arroja, “O PROGRESSO” concentrará as suas forças, denodamente, na expectativa do proveitoso resultado, e dar-se-á por bem pago se concorrer, como é seu escopo, para o engrandecimento desta região do Sul. (JOP, nº 1, 22 fev. 1920, p. 1).

A descrição de Souza (2008, p. 59) das seções do periódico *O Iniciador* é válida para os jornais do SMT editados na primeira década do século XX e utilizados como fonte neste trabalho:

Opiniões do jornal (editorial), notícias [...], seção paga, anúncios, folhetim etc. Isso não significava, porém, que em todas as edições essas seções fossem apresentadas, havia variações, supressões. A diagramação era muito limitada, compunham-se os textos em três ou quatro colunas estreitas, padrão que alguns periódicos mantinham inclusive na seção de anúncios, única a apresentar algumas ilustrações, através de desenhos. A fotografia era ainda ausente. Em geral, os jornais possuíam quatro páginas, impressas em tipos miúdos, o que dificultava a leitura. Quanto à distribuição, a principal forma de aquisição era através de assinaturas, embora existisse a venda avulsa. (SOUZA, 2008, p. 59).

Em seu ideário político, *O Progresso* anunciava sua neutralidade nos ideais partidários e a pretensão de defender os interesses do povo, empenhando-se pelo engrandecimento da cidade e levando aos que governam o conhecimento das necessidades, mas “prestigiando sempre as autoridades constituintes, levando a sua pequenina, porem franca, colaboração ao governo do Estado”. (JOP, nº 1, 22 fev. 1920, p. 1).

Sobre os aspectos mencionados a respeito da imprensa no SMT, conclui-se que a linha editorial d’*O Progresso*, passou por diferentes tendências políticas, correspondentes aos pensamentos dos proprietários e momentos políticos, embora constasse ser um “seminário independente”.

Inicialmente, o primeiro proprietário e fundador do jornal, o Sr. Militão Viriato Baptista, mostrava possuir ideias favoráveis aos posseiros, que lutavam pela posse das terras onde a Empresa Mate Laranjeira explorava os ervais. Militão Viriato Baptista era também o

proprietário da tipografia onde o jornal era impresso. Humberto de Freitas Coutinho, colaborador na organização para a entrada em funcionamento do jornal, foi o redator inicial e, na edição seguinte já estava afastado da redação.

O Sr. Militão Viriato Baptista era sempre mencionado como possuidor da patente de major, mas nas pesquisas encontrou-se apenas a nomeação, em 1915, para capitão da Guarda Nacional (Diário Oficial de 11 jun. 1915, p. 6300). Foi eleito para exercer o mandato de 1º Vice-Intendente, para o período de 1918 a 1920, na chapa encabeçada pelo coronel Balthasar Saldanha, do PRC, como Intendente. Exerceu os cargos de Presidente da Junta de Alistamento Militar e diretor da Instrução Pública em Ponta Porã e, por mais de dois anos, de Intendente Municipal. Renunciou ao cargo de vice-intendente em 25 de outubro de 1920, indo para São Paulo com a esposa e sendo substituído pelo *coronel* Luiz Pinto de Magalhães, 2º Vice-Intendente, em 23 de outubro (JOP, 31 out. 1920, p. 2).

Militão Viriato Baptista constou como diretor e proprietário de *O Progresso* até a edição de 02 de maio de 1920. Na edição de 16 de maio, o Sr. Dinarte Souza apareceu como gerente do jornal.

Segundo Rosa (1922), a propriedade do jornal foi passada para o Dr. Luiz Gomes de Mello, ficando a gerência a cargo dos Sr. Dinarte Souza e Maximiliano Maciel. O Dr. Luiz Gomes de Mello foi promotor da Justiça na Comarca de Ponta Porã (JOP, 13 mar. 1921, p. 2), depois Juiz de Direito em Araguaia (JOP, 26 jun. 1921, p. 3) e posteriormente em Bela Vista (JOP, 07 ago. 1921, p. 1).

Dinarte Souza ficou como responsável pelo *O Progresso* até agosto de 1920. A partir de 12 de setembro de 1920, o advogado José Rangel Torres, também promotor de justiça na Comarca de Ponta Porã e irmão do deputado federal Francisco Eduardo Rangel Torres¹² (JOP, nº 120, 18 jun. 1922, p. 2), com mandatos em 1918/1920, 1921/1923, 1927/1929, 1930 (Fanaiac, 2010, p. 307), passou a ser editor responsável e proprietário do equipamento da tipografia. Continuava como gerente Dinarte Souza, depois substituído por Pedro Angelo da Rosa, agente do correio em Ponta Porã (maio de 1924), e redator de *A Bigorna*, em 1921, jornal também impresso em Ponta Porã.

Em outra fase, também de transição e curta duração, de alguns meses em 1920, Dinarte Souza constou como gerente. Com Dinarte Souza, membro do Diretório do Partido Republicano Conservador (PRC), as matérias do jornal direcionam-se para um tom conciliador, buscando uma união na comunidade. Na ocasião da visita de Dom Aquino

¹² Francisco Eduardo era casado com Thereza E. Rangel Torres, enteada do Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, presidente do Estado de Mato Grosso de 1911 a 1915 (JOP, nº 120, 18 jun. 1922, p. 2).

Corrêa, Presidente do Estado, ocorrida nos dias 04 a 08 de julho de 1920, era gerente do jornal e redator o Sr. Dinarte Souza. No artigo “Uma Explicação”, motivado pela informação de que uma visita do presidente do Estado à redação teria sido cancelada por ser o jornal “conservador disfarçado”, explica sobre a imparcialidade dos trabalhadores do jornal que, embora “tenham suas convicções partidárias, sabem porém pospô-las aos interesses da coletividade, de modo a não quererem estabelecer a desarmonia da família ponta-poranense, lançando mão da arma inglória da difamação, da calúnia e da injúria, fazendo da imprensa o seu veículo” (JOP, nº 21, 11 jul. 1920, p. 2).

Em uma fase posterior, iniciada no mês de setembro de 1920, sob a direção do advogado José Rangel Torres, o jornal assume uma postura oposicionista, visivelmente apoiando a linha conservadora. Seus adversários, do PRMG, continuavam aliados ao governo estadual e obtinham êxito nas nomeações para os cargos no município, o que era combatido pelo jornal.

Em 10 de outubro de 1920, o jornal publicou o aviso assinado por José Rangel Torres e Dinarte Souza, comunicando que no dia anterior (09 de outubro), realizara-se a aquisição de todas as máquinas e material acessório à tipografia, ficando o jornal isento da interferência do antigo proprietário (*major* Militão Viriato Baptista). Divergindo da intenção de neutralidade proferida pelo proprietário fundador do jornal, as reportagens mostram um propósito por parte de Rangel Torres de defender a Empresa Mate Laranjeira, opondo-se aos governantes que contrariavam os interesses da empresa. Uma confirmação para o parecer de Trevizan (2011, p. 165) sobre o jornal, como “vinculado aos interesses da *Laranjeira Mendes & Cia* pelo fato desta ser a maior potência econômica do lugar; e opositor ao governo do Estado de Mato Grosso, pois este era considerado nocivo aos interesses da referida empresa”, encontra-se no registro dos eventos realizados em Ponta Porã durante a visita de Dom Aquino Corrêa. O Sr. Rangel Torres é citado na relação dos presentes no almoço oferecido pela Empresa Mate Laranjeira como funcionário da empresa e fez em nome da Mate Laranjeira a saudação ao presidente do Estado, portanto como orador oficial da empresa (JOP, nº 21, 11 jul. 1920, p. 2).

Os dois números do jornal *O Progresso*, em 12 e 19 de setembro de 1920, quando o Dr. Rangel Torres passou a ser o editor responsável, continham notícias de interesse da empresa exploradora da erva-mate. Solicitava ao Presidente do Estado a adoção de medidas para ultimar desapropriação dos terrenos que ainda pertenciam à Empresa, para constituir o

rocio da vila e divulgava o protesto apresentada em juízo pela Empresa¹³, sobre suas terras, Potreiro e Carambola¹⁴, adquiridas por compra ao Estado, com registro em cartório do 1º ofício na comarca de Ponta Porã, opinando o jornalista que “onde iremos parar quando pelo princípio jurídico de que o ‘acessório acompanha o destino do solo’ nos acharmos em frente dos proprietários d’aquilo que de fato é nosso, mas que por força do direito terá de pertencer a outrem? Dolorosa interrogação!...” (JOP, 19 set. 1920, p. 2). O redator, também advogado, está a defender os interesses da empresa mostrados no protesto, que ainda não recebera os valores da indenização pelas terras. A legislação estadual estaria sendo contrariada, pois conforme edital para intimação de um protesto, por parte da Empresa Mate Laranjeira, a empresa estava privada do uso e gozo das suas propriedades. Os atos dos Poderes Municipais estabeleciam:

Concessões de títulos de aforamento em lotes medidos e demarcados mediante pagamentos correspondentes por metros de frentes por fundos, aberturas de ruas e praças; ordens e posturas na zona urbana, demarcação com concessões de título também de aforamento mediante pagamentos na zona suburbana, para chácaras, cobranças de imposto predial, etc., tudo quanto importa em atos de verdadeiro senhorio. (JOP, nº 30, 19 set. 1920, p. 3).

Em 7 de maio de 1922, o jornal *O Progresso* divulgava que o Dr. Alvaro de Barros assumira a direção e declarava ser: “um semanário que apoia o partido dominante no Estado” e como o Dr. Alvaro de Barros não possuía nenhum interesse nos assuntos políticos, a parte política ficaria com o Dr. Rangel Torres, editor responsável. O Dr. Rangel Torres estava alinhado com a *Fusão*, surgida para a eleição de 1922. O movimento político da *Fusão* está enfocado com mais pormenores em um próximo item deste capítulo.

Pedro Angelo da Rosa (1962), também gerente do jornal *O Progresso* na fase final de impressão em Ponta Porã, revela na apresentação da obra de sua autoria que “a partir de 1921, época em que me alistei nas fileiras do Partido Republicano Conservador, já caído em Mato Grosso, passei a tomar parte nos acontecimentos políticos do Estado, hipotecando minhas simpatias a vários movimentos que agitaram o país e tiveram repercussão em nosso ambiente” (ROSA, 1962, p. 5-6).

¹³ Com uma relação do amparo legal sobre as propriedades, citando a autorização para funcionar no Brasil pelo Decreto nº 12.863 de 12 de janeiro de 1918.

¹⁴ A Lei estadual nº 716, datada de 20 de setembro de 1915 (JOP, nº 30, 19 set. 1920, p. 3), desapropriava 3.600 hectares de terra da empresa *Laranjeira, Mendes & Cia.*, situados nas fazendas Potreiro e Carambola, em benefício da constituição de uma área de rocio para o município de Ponta Porã. O rocio era uma tradição portuguesa, implantada no Brasil, ainda no período colonial, e pode ser definido como uma grande área constituída por terrenos públicos e passíveis de serem doados, em lotes, para os moradores da cidade, segundo Camargo (2008).

Em 1921, *O Progresso* (nº 55, 13 mar. 1921) divulgava uma análise da imprensa mato-grossense. O editorial informava o desenvolvimento de uma transformação quase radical na redação dos jornais. Apesar de, até bem pouco tempo, serem veículos exclusivos das paixões partidárias, estavam, embora com exceções, visando o futuro de uma pátria grande, feliz e civilizada, em benefício da sociedade e do desenvolvimento econômico. Os ataques continuaram a serem impressos, mas sem possuírem “calão próprio de tabernas”. Ao *O Progresso*, citado como o primeiro nesse gênero e modo de entender a imprensa, relacionava como jornais que seguiam a nova postura, além de o *Matto-Grosso* em Cuiabá, a *Gazeta do Commercio* em Três Lagoas, *A Cidade* em Corumbá, o *Correio do Sul* na cidade Campo Grande, e *A Cruz*, também em Cuiabá, este veiculando a doutrina de paz e amor divino. Não constam na relação o jornal *O Município* de Aquidauana, propriedade do coronel José Alves Ribeiro (JOP, nº 61, 24 abr. 1921, p. 3), e *O Momento*, de Miranda, do qual Rangel Torres recebeu um exemplar do nº 5, e o considerou um “órgão independente, de feição moderna, contendo boa colaboração literária e desenvolvido serviço noticiário”¹⁵. (JOP, 7 nov. 1920, nº 37, p. 2).

Durante o período que se seguiu à *Revolução de 1924*, o jornal *O Progresso*, impresso em Ponta Porã, suspendeu sua circulação. O Dr. Rangel Torres, seu proprietário e editor, teve a prisão decretada pelo general Nepomuceno Costa, comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, e refugiou-se no Paraguai. O jornal retornou sua publicação em 4 de julho de 1926, com o número 228, após o estado de sítio ter cessado no Estado de Mato Grosso.

Em todas as suas fases, *O Progresso* destaca-se pela divulgação de fatos de interesse da região, registrando os acontecimentos e anseios da população. Ponta Porã, ao iniciar a década de 1920, buscava os benefícios da modernidade a serem proporcionados pelo Estado que ali arrecadava os impostos. O desenvolvimento, segundo as edições iniciais d’*O Progresso*, se daria com a venda das terras públicas para a colonização, aumentando a população.

O envolvimento de políticos vinculados ao estado de Mato Grosso com a imprensa nacional é demonstrado com a biografia do senador Antonio Francisco Azeredo. Além de suas atividades no campo político, atuou fortemente na imprensa do Distrito Federal. Fundou os jornais *Gazeta da Tarde* e *Diário de Notícias* e responsável pela redação dos dois

¹⁵ Alguns desses jornais constam na tabela elaborada por Fanaia (2010c, p. 118) como possuindo uma vinculação partidária. *O Progresso* e a *A Cidade* com o Partido da Fusão, *O Matto-Grosso* e o *O Município* (de Cuiabá) com o PRMG, a *Gazeta do Commercio* com o Partido Democrata.

periódicos. Foi também proprietário do *O Malho* e *A Tribuna*, sendo que desta última foi redator-chefe. (FANAIA, 2010b).

1.3 A questão das terras para a exploração dos ervais no SMT

O extremo sul do antigo Mato Grosso era uma das áreas naturais de ocorrência de erva-mate (*Ilex paraguayensis*). Encontrada na região de forma abundante, até o final da Guerra da Tríplice Aliança, em 1870, somente os indígenas e fazendeiros moradores da região exploravam a extração da erva-mate.

Thomaz Laranjeira, um comerciante gaúcho, conforme citados por muitos, ou catarinense, segundo Magalhães (2014, p. 21), fornecedor de alimentos para a Comissão Mista Demarcadora Brasileiro-Paraguaia, obteve uma permissão do Governo Imperial para explorar a erva-mate nos terrenos devolutos na área de fronteira do Mato Grosso com o Paraguai, pelo prazo de dez anos. Na época, as concessões para a exploração se davam sob a forma de contratos temporários de arrendamento, segundo Corrêa Filho (1925, p. 17). A concessão a Thomaz Laranjeira, contida no Decreto nº 8799, de 9 de dezembro de 1882, segundo Chamorro (2015, p. 112), contou com a ajuda do Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, presidente da Província de Mato Grosso e ex-chefe da delegação brasileira na Comissão Mista Demarcadora de limites. A partir de 1891, Thomas Laranjeira constituiu a *Companhia Mate Laranjeira*, com o Banco Rio e Matto Grosso, sob a forma de sociedade anônima com a principal finalidade de explorar sua concessão, de acordo com Queiroz (2010). Os irmãos Murtinho, Joaquim e Francisco participavam da sociedade e exerceram a presidência, embora não detivessem o controle acionário do banco. Thomaz Laranjeira participou do conselho fiscal do banco e da diretoria e do conselho fiscal da *Companhia Mate Laranjeira*. Joaquim Murtinho era médico e foi ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, em parte do governo Prudente de Moraes (1894-1898), e da Fazenda do Presidente Campo Salles (1898-1902), elegendo-se senador por Mato Grosso em 1902 e 1907.

Em 1894, a *Companhia Mate Laranjeira* obteve a prorrogação da concessão por mais dezesseis anos, sob a forma de monopólio. Com a liquidação do Banco Rio e Matto Grosso, entre 1902 e 1903, os bens e concessões da Companhia Mate Laranjeira foram assumidos por outra empresa, denominada *Laranjeira, Mendes & Cia.*, constituída em Buenos Aires. Entrava na formação da empresa o comerciante Francisco Mendes Gonçalves, instalado em Buenos Aires e distribuidor da erva-mate produzida pela Mate Laranjeira.

De acordo com Queiroz (2015), o empreendimento comercial *Laranjeira, Mendes & Cia.*, sediada na Argentina, transformou-se, em 1917, em uma sociedade anônima, denominada *Empresa Mate Laranjeira*, a qual, em 1935 passou a ser denominada *Empresa Mate Laranjeira Mendes*. Em 1929, a *Companhia Mate Laranjeira* ressurgiu no Brasil, sob o controle da Empresa argentina, embora com sede no Rio de Janeiro. A Companhia Mate Laranjeira assumiu os antigos contratos de arrendamento de ervais com o estado de Mato Grosso e, com modificações em sua composição societária e em seus vínculos com instituições argentinas, é existente até os dias de hoje, conforme Queiroz (2015).

Apesar das diversas denominações e configurações assumidas pela empresa ao longo do tempo, nesta tese utilizou-se simplesmente o nome de *Empresa Mate Laranjeira* (também identificada, nesta tese, pela sigla EML), por ser a que existiu na maior parte do período em estudo.

Em 1916, em consequência do disposto na Lei nº 725, de 24 de setembro de 1915, sancionada pelo governo de Mato Grosso, o arrendamento de áreas para a exploração da ervamate não poderia ultrapassar o limite de 1.440.000 hectares. A Lei nº 725 estabeleceu a concorrência pública para o arrendamento e exploração dos ervais no Mato Grosso, não podendo as áreas arrendadas ser superiores a 400 léguas quadradas. A lei mato-grossense regulou o previsto em legislação federal, pelo Decreto nº 10.105, de 5 de março de 1913, que aprovava o regulamento de terras devolutas da União, com prazos para revalidação e legitimação de posses. Conforme Corrêa Filho (1925), com a Lei nº 725 praticamente extinguiu o monopólio da exploração dos ervais, ao autorizar a venda pelo Estado de até dois lotes de 3.600 hectares a terceiros, com preferência aos que já ocupavam terras dentro da área arrendada à empresa exploradora e permitir a abertura de novas áreas e a penetração de pequenos posseiros em terras com ervais. O artigo 31 estabelecia o procedimento para os posseiros:

[...] a cada um dos ocupantes de terras de pastagens e de lavoura situadas dentro da área compreendida no contrato de arrendamento em vigor, será garantido, dentro do prazo de dois anos, a contar de 27 de julho de 1916, a preferência para a aquisição de uma área nunca superior a dois lotes de três mil e seiscentos hectares cada um, **ainda mesmo que dentro dessas terras existam pequenos ervais**. (BRASIL, 2004, p. 23-24, grifo nosso).

Segundo o redator d'*O Progresso*, Dom Aquino Corrêa pretendia aplicar a Lei nº 725, que permitia a venda de lotes na área do antigo monopólio, assim favorecendo os posseiros na decisão sobre as terras a serem cedidas para a exploração pela Empresa Mate Laranjeira:

Sendo Ponta Porã um dos mais vastos e menos populosos Municípios do Estado, justíssimo se torna que o empenho do governo seja atrair a colonização e para tal fim tem ele que empregar meios eficazes. [...] Não procedem porem, esses boatos alarmantes e prejudiciais, e o governo resolverá a questão das terras de maneiras a bem servir aos posseiros, fazendo acompanhar a medição dos ervais que se limitam com as posses por um profissional que naturalmente agirá com inteira imparcialidade [...] É bem de ver-se que a conveniência dos poderes públicos, como a de todos que se interessam pelo progresso de Mato Grosso, é que aumente a população, e esse problema é de fácil resolução, atendendo-se a que um grande número de interessados acorre a esta zona, ansiosos por adquirirem terras. Mais de mil léguas devolutas existem em Ponta Porã e nestas a Empresa Mate Laranjeira irá tirar quatrocentas, que são as do seu contrato com o governo, sendo lógico evidenciar-se que sejam todas de ervais, tornando-se claro que quem desejar requerer terras ao governo poderá fazê-lo, contanto que dentro dos limites não haja erval relativamente grande. **Em verdade, a Empresa Mate tem preferência na compra, quando forem iguais as condições da oferta; isto porém não quer dizer que dependa dos dirigentes da mesma Empresa a decisão do governo.** (JOP, nº 1, 22 fev. 1920, p. 1, grifo nosso).

Em menor destaque, na primeira página da edição de 29 de fevereiro de 1920 de *O Progresso*, constou a notícia da chegada do engenheiro encarregado de fiscalizar a medição dos ervais arrendados à *Empresa Mate Laranjeira*.

A questão da área de rocio para o município de Ponta Porã, a ser constituída pela desapropriação de 3.600 hectares de terra da firma *Empresa Mate Laranjeira*, aprovada pela Lei Estadual nº 716, de 20 de setembro de 1915, é citada como um “Problema Insolúvel”, como uma forma de crítica a Dom Aquino Corrêa, que estaria retardando a execução dessa lei (JOP, 30 maio 1920, nº 15, p. 1).

As terras do rocio de Ponta Porã ainda seriam motivo do Decreto nº 557, de 11 de agosto de 1921, agora do presidente Dom Aquino Corrêa. As terras anteriormente desapropriadas, os 4.297 hectares da EML, eram permutadas por outras, em terras devolutas do Estado, de 10.880 hectares. A demora reflete a disputa entre os políticos Pedro Celestino Corrêa da Costa e a família Murtinho, a questão do valor da indenização pela desapropriação e o pagamento, com reflexos na delimitação das terras, conforme denunciado em 1920:

Até hoje, passados quase cinco anos [da lei 725, de 1915], em cujo lapso de tempo estiveram investidos das funções de Presidente seis homens de estado, ainda não foi executada. [...] Centenas de homens trabalhadores ocupam glebas dessas terras, espécie de chácaras que cultivam quase exclusivamente com produtos de colheita anual, temendo dedicar-se ao beneficiamento regular do solo, pela incerteza do futuro, no que diz respeito a descentralização do mesmo solo do domínio de seus proprietários. O Município por seus órgãos não quis ainda delimitar as áreas que devem constituir cada lote de chacara, devido ao temor razoável de alguma reivindicação da firma atual a quem assiste o direito de domínio, e, somente

à sua complacência devemos o fato de não ter sido levado a efeito. (JOP, nº 15, 30 maio 1920, p. 1).

A área cedida para a empresa, em 1921, incluía os lotes por ela requeridos anteriormente, localizados em *Jathapemi* ou *Jahape-my*, onde seria construída *Campanário*, a nova sede da empresa no Estado.

A divulgação da medida legal para a venda das terras incentivou a vinda de novos migrantes para a região, que se somaram aos registrados pelo Censo de 1920. Os lotes deveriam ser registrados no município de Ponta Porã. Em 1924, informa Chamorro (2015), já estavam vendidos 356 títulos de lotes, totalizando 620.700 hectares.

A exploração da erva-mate foi uma atividade econômica importante para o Estado de Mato Grosso no período entre o final da Guerra da Tríplice Aliança (1870) e a década de 1960. Na exploração da erva-mate destacou-se a Empresa Mate Laranjeira, exercendo seu poder político para defender seus arrendamentos. Nesse período, a sua atuação estava na ponta de uma economia política e envolvia todos os setores da vida social:

relacionada a todos os aspectos da vida social nessa região: migrações, costumes, atividades produtivas e comerciais, vias e meios de transporte, práticas políticas e, enfim, as políticas públicas em todos os níveis de governo – sem excluir a própria política exterior do Estado nacional brasileiro (QUEIROZ, 2015, p. 205).

As renovações das concessões e a quebra de monopólio não ocorreram de uma forma tranquila. Geraram disputas e tensões, com o envolvimento de forças políticas opositoras. De um lado, os irmãos Murtinho e seus aliados defendendo os interesses da empresa exploradora da erva-mate e, em oposição, Antonio Corrêa da Costa e Generoso Ponce, contrários ao monopólio na extração e incentivadores da ocupação e exploração da terra por novos colonos. De acordo com Magalhães (2014), Murtinhos, Corrêa da Costa e Generoso Ponce eram amigos, mas se tornaram adversários pela disputa do poder e espaço no meio político.

A questão da erva-mate, envolvendo os conflitos de interesse entre os pequenos produtores e a Empresa Mate Laranjeira, é melhor apresentada por Laércio Cardoso de Jesus, em sua dissertação *Erva-mate: o outro lado - a presença dos produtores independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970)*. Na dissertação, *Terras devolutas de áreas ervateiras do sul de Mato Grosso: a difícil constituição da pequena propriedade (1916-1948)*, José Roberto Rodrigues de Oliveira analisa com mais detalhes a situação dos pequenos proprietários, a partir da promulgação da Lei nº 725. E Isabel Cristina Martins Guillen (1991), com a dissertação *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Laranjeira (Mato Grosso: 1890-1945)*, apresenta a luta pela terra contra o domínio

exercido pela empresa. Odaléa da Conceição Diniz Bianchini (2000) direcionou sua tese no doutorado para as disputas no poder que envolveram a exploração da erva-mate e seus trabalhadores.

Segundo Bittar (1999, p. 26), o monopólio da exploração da erva-mate gerou a “semente da causa separatista” no SMT, pois o governo estadual, onde predominava a orientação política dos irmãos Murtinho, opunha-se ao estabelecimento de famílias vindas do Rio Grande do Sul. Então, entre os que chegavam e os defensores do monopólio estabeleceu-se um ambiente de disputas pela posse de terras, emergindo os sentimentos separatistas.

1.4 Aspectos políticos do Estado de Mato Grosso nos anos de 1920

O objetivo desta parte do texto é a configuração de uma dimensão política para o Mato Grosso e, particularmente, ao SMT. Procura-se seguir a recomendação de que “nada se poderá compreender de sua história [Mato Grosso ou de Mato Grosso do Sul] caso se deixe de levar em conta, por exemplo, a forte dimensão política de muitos dos principais eventos e processos que ali tiveram (e ainda têm) lugar” (QUEIROZ, 2007, p. 176).

Elias e Scotson (2000) alertam para a grande variedade de problemas encontrados no estudo de uma comunidade. Desses, os aspectos centrais são as relações de poder e de status que lhes estão associados. Para compreender o que confere a um grupo de pessoas um caráter específico, o caráter de uma comunidade, a questão é saber se todos são igualmente centrais. Elias e Scotson (2000) concluíram que os problemas em pequena escala do desenvolvimento de uma comunidade e os problemas em larga escala do desenvolvimento de um país são inseparáveis.

Berstein (2003, p. 94) recomenda o estudo dos partidos políticos, por serem “um elemento fundamental da compreensão do mundo contemporâneo.” Os partidos políticos, segundo Bernstein (2003, p. 62), diferenciam-se de outras forças políticas, como as associações religiosas, por critérios que incluem a duração no tempo, a extensão no espaço, a aspiração ao exercício do poder e a vontade de buscar o apoio da população. O poder dentro do grupo específico do partido político pertence à elite dirigente, a “uma oligarquia de dirigentes profissionais que se tornam praticamente inamovíveis, representam o partido aos olhos da opinião pública e parecem dirigi-lo sem restrições.” (BERSTEIN, 2003, p. 83).

O cidadão comum, explica Telarolli (1982, p. 13), na condição de eleitor durante a Primeira República, possuía uma “condição de dependente”, que o transformava em massa de

manobra na disputa pelo poder entre chefes locais, componentes das oligarquias detentoras do mando no período.

De acordo com Fanaia (2010c, p. 288), em Mato Grosso existia uma política oligárquica, semelhante à vivenciada em outras regiões do país. Elas possuíam em comum os principais mecanismos de funcionamento, com os partidos fortemente caracterizados pelo personalismo, o emprego de recursos coercitivos nas disputas, a utilização do aparato administrativo com objetivos exclusivamente partidários, o imbricamento entre família e poder, a valoração de atributos alinhados com compromissos empenhados e honrados entre as partes, mesmo quando adversárias, e alheios aos conteúdos programáticos dos partidos.

Elias e Scotson (2000, p. 19) consideram o termo “aristocracia” como um nome utilizado pela classe mais alta de Atenas, formada por guerreiros que se tornavam senhores de escravos, para o tipo de relação de poder que permitia ao grupo assumir a posição dominante na comunidade ateniense. Literalmente, “aristocracia” significa “dominação dos melhores” e, em Elias e Scotson (2000, p. 19), encontram-se exemplos das aplicações desses conceitos: o termo “nobre” com o duplo sentido, de categoria social elevada ou de atitude humana altamente valorizada, como na expressão “gesto nobre”. Em oposição, “vilão” é empregado para um grupo social de condição inferior e, portanto, de baixo valor humano, e ainda é aplicado para designar uma pessoa de padrões morais baixos.

As forças políticas mato-grossenses estavam aglutinadas em duas agremiações partidárias nas duas primeiras décadas do século XX: Partido Republicano Conservador (PRC) e Partido Republicano Mato-grossense (PRMG).

O início da organização do PRC deu-se no final de 1910, quando Generoso Paes Leme de Souza Ponce, deputado federal, convocou uma assembleia para a fundação do partido, com o objetivo de substituir o Partido da Coligação Matogrossense, organizado com base no Partido da Coligação que apoiava em 1910, a eleição do marechal Hermes da Fonseca¹⁶ e Wenceslau Braz para presidente e vice-presidente da República.

Generoso Ponce iniciou sua atuação política no final do Império, quando exerceu a presidência da Assembleia Providencial e era líder do Partido Liberal (FANAIA, 2010c, p. 128). Com a proclamação da República, organizou, em 1890, o Partido Republicano, apoiado pelos irmãos Joaquim e Manoel José Murtinho e Antonio Azeredo. Floriano Peixoto, como membro do governo provisório após a Proclamação da República, nomeou Generoso Ponce para coronel comandante superior da Guarda Nacional da comarca da capital mato-grossense,

¹⁶ De acordo com Fanaia (2010c, p. 138) o PRC surgiu nacionalmente em 1910, para dar sustentação ao governo de Hermes da Fonseca, e o senador Antonio Azeredo fazia parte da comissão executiva nacional.

pelo Decreto datado de 16 de agosto e publicado no Diário Oficial de 22 de agosto de 1890 (*O Matto Grosso*, nº 610, 12 out. 1890, p. 3). Generoso Ponce, segundo Fanaia (2010c, p. 127), a figura política mais expressiva no Estado de Mato Grosso nas duas primeiras décadas da República, faleceu em 07 de novembro de 1911. A comissão eleita após a sua morte, para dirigir o PRC, era formada por Pedro Celestino Corrêa da Costa, Joaquim Caracciolo Peixoto de Azevedo, Antonio Manoel Moreira, João Carlos Pereira Leite e João da Costa Marques, com a liderança do senador Antonio Azeredo.

O Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG) foi fundado em 1913, sob a liderança do coronel Pedro Celestino, constando em sua plataforma a luta contra as oligarquias e a substituição do predomínio dos chefes políticos pelo predomínio dos interesses do povo. Assinaram o *Manifesto ao eleitorado mato-grossense*, divulgando a criação do PRMG, Pedro Celestino, Annibal Coelho, Estevão Alves Corrêa, Manoel Severiano F. Marques e outros (*O Matto Grosso*, nº 1195, 05 jul. 1913, p. 2). Os opositores ao novo partido creditaram a criação ao descontentamento de Pedro Celestino por não ser escolhido como chefe do PRC, após a morte de Generoso Ponce (*O Matto Grosso*, nº 1196, 05 jul. 1913, p. 1), parecer compartilhado também por Fanaia (2010c, p. 139).

Segundo Corrêa (2006b, p. 88), a fundação do PRMG por Pedro Celestino foi por uma dissidência na base perrecista do governo, por causa do arrendamento das terras para a exploração dos ervais pela Empresa Mate Laranjeira na região da fronteira sul do Estado de Mato Grosso. Enquanto Antonio Azeredo e seus partidários do PRC eram favoráveis à concessão para a Empresa Mate Laranjeira, Pedro Celestino defendia uma posição contrária.

O início da década de 1920 apresentava um aspecto aparentemente tranquilizador na política mato-grossense. A década anterior havia sido marcada por um período de instabilidades políticas, com disputas coronelistas, quando as trocas de presidentes estaduais eram motivos para lutas armadas e mortes, ocasionando a intervenção federal. Entre os focos das divergências políticas estava a questão da renovação da concessão da exploração dos ervais no SMT para a Empresa Mate Laranjeira.

A eleição para presidente de Mato Grosso do bispo católico Dom Francisco de Aquino Corrêa para o período de 1918 a 1922 ocorreu por um acordo entre as forças políticas, com o objetivo de uma conciliação das partes adversárias no Estado, finalizando uma situação complexa na política que se refletia na administração, conforme Carone (1974, p. 311-313).

Dom Aquino era Bispo de Prusiade (em 1921 foi nomeado arcebispo de Cuiabá) e sua indicação, acordada entre os chefes políticos rivais como candidato único, tinha um caráter

suprapartidário. Pelo acordo assinado no Rio de Janeiro, em outubro de 1917, e intermediado pelo presidente da República, Wenceslau Braz, os cargos a serem disputados para o período de 1918-1922, incluindo a Presidência, vice-presidência do Estado, Assembleia Legislativa e Senado, estavam divididos pelos dois partidos, o Partido Republicano Conservador e o Partido Republicano Mato-grossense. *O Republicano*, jornal impresso em Cuiabá, com origem em 1916 e “órgão do Partido Republicano Conservador”, assim comentou a composição da chapa:

Ao apelo que nos fez o Sr. Presidente da República, para um acordo que trouxe a paz ao nosso querido Estado e, para nos desobrigarmos do compromisso que tomamos, levamos às urnas os nomes que constam da chapa que abaixo publicamos e que, juntamente com os dos quatro candidatos escolhidos pelo ínclito candidato à presidência, devem ser sufragados pelos nossos correligionários [...] Os candidatos à presidência e vice-presidência do Estado, escolhidos pelas duas facções em luta, dispensam quaisquer apresentações. Trata-se de mato-grossenses de real valia e de quem sabemos os verdadeiros intuitos de trabalharem em benefício deste grande Estado. Assim, recomendamos ao sufrágio dos nossos correligionários, os seguintes nomes: para presidente – D. Francisco de Aquino Corrêa. Para 1º vice-presidente – major Dr. Antonio Bueno do Prado. Para 3º vice-presidente – Capitão-tenente Francisco Paes de Oliveira. Para deputados estaduais: tenente-coronel Antonio Joaquim de Faria Albernaz; tenente-coronel Salustiano Antunes Maciel; capitão-tenente Francisco Paes de Oliveira; 1º tenente Joaquim Guadie de Aquino Corrêa; coronel Francisco Pinto de Oliveira; coronel Pylade Rebuá; tenente-coronel Antonio Gomes Ferreira da Silva; coronel Amarilio Alves de Almeida; 1º tenente Octavio Pitaluga; Dr. Antonio Fernandes Trigo de Loureiro; Dr. João Villasbôas; Dr. Generoso Alves de Siqueira; Dr. Francisco Eduardo Rangel Torres; 1º tenente Dr. Leonel Velasco. (*O Republicano* - MT, nº 086, 25 out. 1917, p. 2).

O *Presidente da Conciliação*, segundo Corrêa Filho (1969, p. 612) era alheio às competições partidárias e, como presidente do Estado de Mato Grosso, promoveu medidas que incentivaram a pacificação entre os tradicionais adversários políticos mato-grossenses. Dom Aquino considerava o acordo político que o elegeu como uma união das forças adversárias:

União, finalmente, entre os partidos políticos. Notai que não digo fusão, mas – união. Unir – não é fundir. Penso, ao invés, convir ao Estado a existência de partidos bem organizados e fortes, uma vez que o seu antagonismo não degenere em oposição sistemática e cega, impedindo a lealdade em reconhecer a soberania republicana das maiorias, ou afrouxando a solidariedade para ideais, em que **não pode haver divergências entre filhos da mesma terra.** (MPMT, 1918, p. 4, grifo nosso).

Os anos do governo de Dom Aquino (1918-1922) correspondem, conforme os estudos de Galetti (2012, p. 321), a um período onde podem ser localizados os momentos mais

marcantes do processo de constituição de uma identidade coletiva em Mato Grosso. A fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso (1919) e do Centro Matogrossense de Letras (1921), instituições com papel fundamental no esforço coletivo para a redefinição da identidade regional, são dois desses momentos. Outro momento são as comemorações do bicentenário da fundação de Cuiabá, realizadas em 1919, consideradas por Dom Aquino como marco da união entre os mato-grossenses, e onde são elaborados os símbolos distintivos da identidade regional, o hino e o brasão. Na Mensagem à Assembleia Legislativa, constava sobre as comemorações do bicentenário:

A ocorrência bicentenária da fundação do Estado, lembrando o berço da nossa vida política, virá dizer-nos, mais uma vez, que somos um povo só, nascido e medrado ao sorriso dos mesmos céus e das mesmas terras, uma só família, cuja felicidade reside essencialmente na comunhão de ideais, na concórdia dos sentimentos e na solidariedade do trabalho de todos os seus membros. (MPMT, 1918, p. 26).

Para Corrêa Filho (1969), na presidência de Dom Aquino Corrêa, a receita do Estado de Mato Grosso aumentou, permitindo a realização de projetos de curto e longo prazos. Foram construídos edifícios públicos, inclusive para abrigar grupos escolares.

Zorzato (2000) afirma que o período no qual ocorre o trabalho de alicerce do conjunto de elementos formadores da estrutura identitária mato-grossense compreende, no seu início, o ano da criação do Instituto Histórico de Mato Grosso. Com o mesmo alinhamento, Queiroz (2006) enfatiza que uma identidade mato-grossense foi elaborada nas décadas iniciais do século XX e especialmente em torno do ano de 1919, quando se comemorou o bicentenário da fundação de Cuiabá.

As comemorações por ocasião do *Bicentenário de Cuiabá*, inicialmente referidas como do Estado (MPMT, 1919, p. 53), por ser considerada a Fundação de Cuiabá como marco da colonização em Mato Grosso, e as visitas empreendidas pelo presidente aos municípios, tanto na parte norte como na parte sul, trouxeram entusiasmo da população, despertaram o senso patriótico e a consciência de integração dentro do Estado, pela unificação política de partidos adversários.

Mostrando uma preocupação com as vias de comunicação, foram construídas pontes metálicas (rios Bandeira e Juru-mirim) e de madeira entre Três Lagoas e Cuiabá e outorgada a concessão de uma estrada de ferro para ligar Cuiabá à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB), que não chegou a ser executada. A EFNOB começou a ser construída em Bauru, em 1905, destinada a atingir Cuiabá. Entre 1906 e 1908, seu traçado foi alterado, e passou a ter

como destino final Corumbá. Passou a ser construída em dois regimes diferentes. O trecho de Bauru até o rio Paraná era por concessão.

A partir do rio Paraná, a União era responsável pela construção, até as barrancas com o rio Paraguai, em Porto Esperança. Ao ter o primeiro trecho encampado pela União, em 1917, a estrada passou a ser denominada Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Somente em 1952, a via férrea foi estendida por 79 quilômetros, de Porto Esperança até Corumbá, no limite do Brasil com a Bolívia, e por 304 quilômetros, para alcançar Ponta Porã, na divisa com o Paraguai, atingida em 1953 (Queiroz, 1999). Enquanto o ponto final estava em Porto Esperança, o trajeto até Corumbá era completado em embarcações fluviais. A ponte ferroviária sobre o rio Paraná foi concluída em 1925.

As forças opostas na política mato-grossense, durante a presidência de Dom Aquino, estavam chefiadas pelo senador Antonio Francisco Azeredo, cuiabano de nascimento, líder do PRC, e Pedro Celestino, chefe do PRMG.

Antonio Azeredo elegeu-se senador em 1897, e sua permanência no Senado Federal se prolongou por três décadas, até perder o mandato com a vitória da Revolução de 1930 que dissolveu os órgãos legislativos do país (FANAIA, 2010b). É considerado o recordista em reeleição, exercendo o cargo de Vice-Presidente do Senado por quinze anos, de 1915 a 1930 (Passos, 2013, p. 7), e ocupou a presidência em diversas oportunidades. O senador Antonio Azeredo defendia a continuidade dos privilégios da Empresa Mate Laranjeira. Anníbal Benício de Toledo, natural de Miranda, era outra liderança do PRC, foi deputado federal entre 1912 e 1929, exerceu por quase dez meses a presidência do Estado, e é considerado o porta-voz no Estado do senador Antonio Azeredo, que o apoiava nas eleições para a Câmara dos Deputados (FANAIA, 2010a).

Com relação aos relacionamentos dos políticos com a Empresa Mate Laranjeira, Pedro Celestino, em 1896, era encarregado do depósito da empresa em Cuiabá, e a representava na cidade (*O Republicano* - MT, nº 93, 1º out. 1896, p. 4). No entanto, esse emprego de Pedro Celestino não impediu que mais tarde ele viesse a ser um adversário da empresa, com posição contrária ao monopólio na exploração.

O deputado estadual Manoel Severiano F. Marques, um dos assinantes do manifesto de fundação do PRMG, havia apresentado, em junho de 1913, um projeto que visava regulamentar a venda de terras devolutas no Mato Grosso. Pretendia, com o projeto, evitar a formação de latifúndios, pois limitava em 10.800 hectares o lote a ser vendido, ficando proibida a venda a pretendentes, indivíduo ou empresa, que já tivessem adquirido por compra

do Estado, três lotes de terras ou, possuindo um ou mais, não os tivesse cultivado. Pelo projeto, uma faixa de terras de seis quilômetros de largura, em cada margem dos rios tributários do Paraná que forem navegáveis, e somente na extensão dessa navegação, ficava reservada para colonização e uso público. (*O Matto-Grosso*, nº 1195, 5 jul. 1913, p. 4).

O presidente Dom Aquino, na mensagem de 7 de setembro de 1920, à Assembleia Legislativa estadual, apresenta a prosperidade das finanças, o aumento da arrecadação e o saldo no erário público. Aponta entre as realizações os suntuosos melhoramentos públicos levados a efeito em Cuiabá, para as comemorações em 1919 do Bicentenário da capital. A festividade serviu para despertar o patriotismo e elevar o nome do estado perante a Nação. Afirmou que estavam iniciadas ou encaminhadas a medição dos ervais, a criação de uma Feira de Gado em Três Lagoas, a celebração de um contrato para introduzirem de 2.500 a 5.000 famílias de colonos nacionais e estrangeiros no estado e a ligação ferroviária de Cuiabá aos municípios do Sul.

A ligação de Cuiabá com o Sul do estado foi considerada por Dom Aquino, um “problema vital de Mato Grosso” e a rede viária como o “o problema dos problemas, pois a este, mais ou menos intimamente, acham-se vinculados todos os demais, desde o comércio e a indústria até a instrução e a ordem pública” e, ainda, “problema mato-grossense” (MPMT, 1920, p. 2, p. 109-110). As ligações por estradas permitiriam firmar os vínculos de solidariedade constitucional entre as populações que se formavam no Estado com características de heterogeneidade, oriunda, em parte, do isolamento em que vivem, uma da outra, afirmou o presidente Dom Aquino em sua mensagem (MPMT, 1920, p. 2, p. 109-110).

Dom Aquino, em sua mensagem de 1920 para a Assembleia Estadual, lamentava a falta da conclusão da carta geográfica do estado, e anunciava o desejo de que ela fosse apresentada pela Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (a Comissão Rondon) para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Em 1921, o general Candido Mariano da Silva Rondon apresentou apenas o esboço esquemático de Mato Grosso, mostrando as principais atividades realizadas na Comissão. Dessa carta, extraiu-se o recorte da porção do SMT, mostrado na Figura 1. A conclusão da Carta de Mato Grosso deu-se em 1952, mostrando uma riqueza de detalhes para o Estado.

Consta na mensagem a viagem ao SMT, realizada de 28 de abril a 1º de agosto de 1920, quando visitou Corumbá, Coxim, Aquidauana, Campo Grande, Três Lagoas, Sant’Ana do Paranaíba, Nioaque, Ponta Porã, Bela Vista e Porto Murtinho.

Na mensagem presidencial estão mencionadas as demandas da parte sul do Estado que exigiam a ação governamental. Citando Ponta Porã, menciona o início dos trabalhos de medição e demarcação dos ervais, considerados como o benefício maior e mais urgente, cujas ausências emperravam o desenvolvimento da cidade e coloca como objetivo a construção da ponte sobre o rio Dourados, na estrada para Campo Grande. A presença junto às comunidades e o conhecimento *in loco* de suas reivindicações permitem a criação de um sentimento de pertencimento a uma instituição maior: o Estado de Mato Grosso.

Figura 1 – Parte da Carta Esquemática de Mato Grosso 1890-1922



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHEx)

A visita aos municípios do SMT, realizada pelo presidente do Estado em 1920, recebeu também um caráter partidário, para consolidação do poder do partido e da posição governamental na política da época. O comunicado da visita ao município de Ponta Porã foi

feito por um telegrama ao Dr. João Baptista de Azevedo, chefe político do PRMG, (JOP, 2 maio 1920, p. 1), encarregado de designar a comissão organizadora da recepção (JOP, 13 jun. 1920, p. 2).

As leis eleitorais da Primeira República, segundo Carone (1972, p. 293), continuaram com os vícios das leis eleitorais imperiais, e permitiram a manutenção de grupos dominantes no poder, tanto no plano nacional como no local. Mesmo com a introdução do sufrágio amplo e geral para os maiores de 21 anos, ainda sem o direito de voto às mulheres, as leis republicanas possibilitavam aos grupos aristocráticos controlarem o eleitorado, as oposições e as reivindicações gerais.

O alistamento eleitoral no período era realizado por agentes “majoritariamente do situacionismo” e era impossível para a oposição interferir nos arranjos ou resultados arquitetados pela situação, segundo Telaarolli (1982). No caso de Ponta Porã, um episódio de alistamento é descrito pela narração de um informante, sugerindo a utilização do sorteio para o serviço militar, mostrando a coação de eleitores pelo partido contrário ao do editor:

Para incutir no ânimo de alguns moços rústicos que alistassem eleitores e votassem no seu (dele) partido. Sabem os eleitores quais os reclames empregados para o fim colimado? [...] afirmando que só caem no sorteio militar aqueles que não são eleitores, pois sendo-o, e votando no partido dele, além de contar com o prestígio do chefe A, para que não seja seu nome incluído no alistamento militar, dispõe ele das prerrogativas de “cidadão” e como tal não pode ser soldado pois soldado não é eleitor, só é cidadão quem é eleitor, portanto, sendo eleitor não pode ser soldado. Servir num regimento é ficar com a importância diminuída, é ficar rebaixado no conceito dos homens livres. Tais eram mais ou menos os termos da propaganda ...(JOP, 06 mar. 1921, p. 1).

Exemplificando a partilha de cargos públicos entre os partidos políticos, mediante a indicação de seus correligionários, para os trabalhos do Censo de 1920, o jornal *O Progresso* (19 set. 1920, p. 2) divulgou que a organização da comissão censitária no município seguiu o “sistema Wenceslau, isto é, metade para cada facção [partido político] e 2 membros para o Intendente”. A menção ao presidente Wenceslau Braz é pelo fato dele ter resolvido com essa divisão, de metade para cada partido e outros cargos indicados pelo presidente do Estado o imbróglio sucessório que havia no Estado, com conflitos armados e intervenções federais, resultando no acordo que elegeu Dom Aquino para presidente do Estado.

1.4.1 As eleições de 1920 no SMT

Para uma configuração do processo eleitoral vigente na década de 1920, são apresentados os fatos das eleições para os cargos de deputados à Assembleia Legislativa Estadual, Intendente e Vice-Intendente Municipais, Vereadores e seus suplentes, Juizes de Paz e suplentes, realizadas em 1º e 2 de dezembro de 1920, para o triênio de 1921 a 1923. No primeiro dia, ocorriam as disputas para os cargos estaduais e, no segundo, para os municipais.

O presidente da Comissão Executiva do PRMG era o Sr. Pedro Celestino. Na reunião da convenção do partido, realizada em 5 de novembro de 1920, o chefe do partido fez um retrospecto dos principais acontecimentos políticos. Os seus adversários, do PRC, haviam rompido com o acordo que escolheu Dom Aquino como candidato único, atual Presidente do Estado, e retiraram o apoio partidário. O PRMG continuou apoiando, e fez a proposta para que o governo fizesse parte da chapa do partido e indicasse representantes do seu pensamento na Assembleia do Estado. Os candidatos dos partidos eram escolhidos nas convenções, formando a relação, ou “chapa”, que deveria ser impressa nas cédulas para a votação de seus afiliados ou simpatizantes. Os nomes propostos à convenção partidária foram acolhidos e formou-se a relação com seis candidatos escolhidos pelo governo e dez outros apresentados pela Comissão Executiva. (*Correio do Estado*, nº 2, 07 nov. 1920, p. 2).

O PRC, liderado pelo senador Antonio Azeredo, utilizando as páginas do jornal *O Republicano*, o órgão partidário oficial, apregoava na campanha eleitoral as virtudes de seus candidatos, com acusações aos seus oponentes, pertencentes ao PRMG. O rompimento com o governante estadual deu-se pelas exonerações de partidários do PRC que ocupavam cargos estaduais, e substituições por outros do PRMG. Segundo o PRC, tais atos seriam um rompimento do acordo que elegera Dom Aquino, pelo qual os cargos seriam divididos entre os dois partidos, adotando o sistema proposto pelo presidente Wenceslau Braz em 1917. No SMT, a discórdia do PRC com o governo foi avultada com a remoção do promotor de Campo Grande, Dr. Ferreira de Vasconcellos, e a anulação das nomeações dos subdelegados dos distritos de Amambai e Dourados. Alegam que, por ser Ponta Porã um município conservador, os subdelegados deveriam ser mantidos nos cargos (*O Republicano* - MT, nº 306, 21 mar. 1920, p. 1). Estaria ocorrendo uma quebra de confiança entre o governante e o partido. A paridade na distribuição dos cargos estaduais era a grande pretensão do PRC, que procurava condições mais vantajosas para as disputas das eleições de 1920:

Salvaguardar também os interesses do mesmo partido [PRC] no futuro desenrolar da política do Estado. E assim, o diretório formulou de novo a sua

antiga reclamação sobre a divisão do funcionalismo público, como direito imprescindível do partido para que este possa entrar no pleito de dezembro, em perfeito pé de igualdade com os seus adversários, pois as condições em que atualmente se encontram os dois partidos, no tocante ao bafejo oficial, são da mais revoltante injustiça contra o partido conservador (*O Republicano* - MT, nº 306, 21 mar. 1920, p. 1).

A atitude de discórdia do PRC era explicada por um levantamento dos cargos feitos em Cuiabá:

Por estatística, cuidadosamente feita, o funcionalismo das repartições públicas do Estado nesta capital, está composto de 217 celetinistas e 45 conservadores, sem contar as senhoras e senhoritas que exercem o professorado, na sua maioria pertencentes a famílias celetinistas e nomeadas por indicação do partido celetinistas. Destes 262 funcionários, 65 já foram nomeados pelo governo atual; e destes 65, apenas 18 são conservadores (*O Republicano* - MT, nº 306, 21 mar. 1920, p. 1).

O rompimento do PRC com Dom Aquino foi assim noticiado:

O partido conservador levanta-a, pesaroso, mas altivamente; e desde esse momento, retira a sua solidariedade ao governo, que tão pouco soube prezá-la a quando ela foi sincera e abnegada. A S. Exa. o Sr. Presidente do Estado, caberá inteira, a responsabilidade da luta que vais se iniciar agora, e cujas consequências bem longe estamos de prever. S. Exa. porém, assim o quis; faça-se a sua vontade (*O Republicano* - MT, nº 306, 21 mar. 1920, p. 2).

Mesmo considerando que a indicação de candidatos a deputados pelo governo estadual, declarando-lhes o apoio, seria uma medida desrespeitosa das leis da República (*O Republicano*, nº 370, 14 nov. 1920), em reunião realizada em 23 de novembro, a menos de duas semanas do pleito eleitoral, o diretório central do Partido Republicano Conservador indicou para a composição da chapa de deputados estaduais, nas eleições de 1º de dezembro, para o triênio de 1921 a 1923, juntamente com dez candidatos do partido, “os 6 cidadãos escolhidos pelo Presidente do Estado para representarem o seu pensamento no seio da Assembleia Legislativa”. A composição da chapa era “obedecendo aos conselhos do eminente chefe do partido, Senador Antonio de Azeredo” (*O Republicano*, nº 372, de 3 nov. 1920, p. 1). Nas alegações para a aceitação dos nomes constou que o Senador Azeredo havia consultado e ouvido o presidente da República, e esse seria mais um motivo para acatar os conselhos do senador.

Os seis candidatos indicados por Dom Aquino, Dr. Arnaldo Cunha de Azevedo, Cel. Antonio Joaquim de Faria Albernaz, Capitão-Tenente Francisco Paes de Oliveira, Dr. Joaquim Guadie de Aquino Corrêa, Dr. Manoel Paes de Oliveira e Rosario Congro, constaram

igualmente nas chapas dos dois partidos, PRMG e PRC, considerados como “candidatos oficiais” (*O Republicano*- MT, nº 375, de 5 dez. 1920, p. 1).

As notícias publicadas durante o processo eleitoral de 1920, oriundas do jornal *Correio do Estado* (CE), órgão oficial do “Partido Republicano Mato-grossense” (PRMG), impresso em Cuiabá e *O Progresso* (JOP), impresso em Ponta Porã, apoiando o Senador Antonio Azeredo e seus candidatos do PRC, mostram como ocorriam as eleições e as maneiras como eram fraudadas. Nelas são encontradas as versões para as ocorrências eleitorais, evidenciando a disputa acirrada realizada no SMT. Segue-se uma análise de algumas dessas notícias.

1. O prefeito estabelecia a quantidade e locais das seções eleitorais. A distribuição dos locais de votação e eleitores era utilizada em benefício do partido escolhido, facilitando ou dificultando o acesso dos eleitores:

PELOS MUNICÍPIOS – O plano indecente de Annibal [Annibal de Toledo, do PRC] é posto em execução. A atitude enérgica dos nossos correligionários. O intendente [de Porto Murtinho], obedecendo às instruções do Annibal, acaba de dividir a paróquia em três seções eleitorais: a primeira aqui, a segunda em Cachoeira e a terceira em Adição. É uma divisão ilegal, porquanto o número total do eleitorado é de 158. (CE, nº 2, 07 nov. 1920, p. 1).

Os partidários do PRMG protestaram ao Intendente, invocando o disposto pela Lei nº 34 de 7 de junho de 1893, no artigo 15, sobre a divisão de uma paróquia com mais de 200 eleitores em seções, estabelecendo que nenhuma delas ficasse com mais de 250 nem menos de 30. Tendo 158 eleitores em Porto Murtinho, não poderia ser dividido em três seções eleitorais. Possivelmente, pela alegação, em alguma seção o número mínimo de eleitores não seria respeitado.

2. As eleições estaduais eram reguladas por leis do próprio Estado, não havendo uma padronização dos procedimentos pela legislação federal. A divisão das seções eleitorais e escolha dos locais de votação eram feitas arbitrariamente, mas sempre citando o devido respaldo legal:

EDITAL. Eleições estaduais e municipais. Luiz Pinto de Magalhães, Intendente Geral do Município de Ponta Porã, faz saber que, tendo de realizar-se nos dias 1º e 2 de dezembro próximo futuro, as eleições para os cargos de Deputados à Assembleia Legislativa do Estado, Intendente, Vice-Intendente, Vereadores e Juizes de Paz, que hão de servir no triênio de 1921 a 1923 divide, de acordo com as Leis nº 34 de 7 de junho de 1893, 131 de 12 de março de 1896 e 417, de 22 de setembro de 1905, as paróquias de que se compõe este município em seções, pela forma seguinte: a da paróquia de Ponta Porã em duas seções que funcionarão: a 1ª, no edifício da Intendência Municipal; a 2ª, no edifício da Escola Municipal. A da paróquia de Nhu-

Verá, uma seção que funcionará na sede do Patrimônio União no edifício do Colégio Municipal. A da paróquia de Dourados em duas seções que funcionarão: a 1ª no edifício do Colégio Estadual e a 2ª na casa de residência do Sr. Aly Vaz Guimarães, no lugar denominado “Paraíso”. (JOP, nº 37, de 07 nov. 1920, p. 3).

3. A escolha era em lista fechada, com os nomes dos candidatos determinados em convenção partidária. Apesar de secreto, descreveu Telarolli (1982, p. 86), o voto acabava sendo em aberto, com a entrega de cédulas com o nome dos candidatos previamente impressos, as quais eram distribuíam aos seus correligionários. Em algumas ocasiões, os jornais imprimiam as cédulas para serem recortadas e entregues no dia da votação. Um recurso empregado para a identificação do voto e assegurar a fidelidade do eleitor ao partido era o uso de sobrecarta ou envelopes de cor, formato ou tamanho diferente; dessa maneira, de longa distância era possível identificar o voto, mesmo se levado fechado na mão pelo eleitor. Nas eleições em Mato Grosso, com pequena quantidade de votantes, as cédulas eram entregues pelos representantes dos partidos políticos. Então eles sabiam quem as recebiam e os votos a serem apurados em seu “currel” eleitoral em cada votação:

Na eleição de deputados, no dia 1º cada eleitor deverá votar em uma cédula em dezesseis nomes diferentes. No dia 2, em quatro cédulas contendo: uma, um só nome para intendente, outra, dois nomes para 1º e 2º vice intendentes, outra em cinco nomes diferentes para vereadores e cinco também diferentes para suplentes, separados estes daqueles por um traço bem visível e tendo cada uma numeração ordinal que lhe corresponder, e a última três nomes para juizes de paz e três para suplentes, também separados estes daqueles por um traço visível e tendo cada uma numeração ordinal que lhe corresponder. (CE, 07 nov. 1920, nº 2, p. 1).

Eleições estaduais e municipais. Avisamos ao digno eleitorado do Partido Republicano Mato-Grossense, que nas próximas eleições de 1º e 2 de Dezembro entrante, as cédulas do nosso partido serão distribuídas nas diferentes seções desta Capital e distritos [seguem-se os nomes dos encarregados por seção da capital] (CE, 28 nov. 1920, nº 8, p. 2-3).

4. O alistamento como eleitor não era obrigatório e era possível ser feito por procuração, isenta de custos, com isso sem necessidade de pagamento dos selos em cartório. O alistamento podia ser feito por maiores de 21 anos, mas eram excluídos, pela Constituição de 1891: os mendigos, analfabetos, praças de pré, os religiosos com renúncia da liberdade individual. Para a comprovação da capacidade, exigia-se prova de renda e de moradia. O alistamento eleitoral era “facilitado” aos cidadãos pelos filiados aos partidos, que facilitavam e preparavam a documentação. O alistamento eleitoral era controlado pelos partidos dominantes, embora com a existência de um juiz eleitoral. Aos adversários era dificultado ou negado o alistamento. E, com isso, aliados, mortos e menores eram habilitados. Com essas

medidas, o partido dominante (PRMG) obtinha o controle dos eleitores, enquanto o partido oposicionista (PRC) conseguira menor número de alistados, e um dos seus líderes tivera o alistamento eleitoral negado:

Corumbá, 8. Durante os meses de setembro e outubro foram aqui alistados 53 perrengues¹⁷ e 4 conservadores e indeferidos os requerimentos de 5 perrengues e 5 conservadores, inclusive o de Dr. Angel Torre, “el grato chefe dos patriotas azeredistas¹⁸”. [...]. A estatística eleitoral deste município assegura 479 celestinistas, 194 conservadores e 188 ausentes e duvidosos. (CE, 11 nov. 1920, p. 1).

5. Às vésperas das eleições, distribuía-se folhetos e espalhavam-se boatos alarmantes, além da impressão de jornais com matérias favoráveis a uns e com acusações desfavoráveis aos adversários. A força policial era usada como fator de intimidação:

Até onde chegam as blagues conservadores. Bela Vista, 21. Os conservadores deste município propalam que o senador Azeredo conseguiu com o ministro da guerra, para que o 10 regimento de cavalaria fiscalize as eleições de 1 e 2 de Dezembro entrante. Esta invencionice em que ninguém acredita mostra entretanto a falta de pudor dos azeredistas e até onde podem chegar eles com as suas intrigas e blagues para efeito eleitoral. (CE, nº 7, 25 nov. 1920, p. 2).

6. Na época era permitida a instalação do local da votação em residências particulares, apesar da preferência ser para prédios públicos, sendo a determinação uma incumbência do Intendente. Com a utilização de residências de chefes políticos ou correligionários, podia-se exercer pressão ou, no mínimo, constranger os eleitores dos adversários políticos. Do mesmo modo, eram designadas as fazendas para servirem de seções eleitorais, com as finalidades de dificultar o deslocamento de eleitores para a votação, ou exercer o controle mais preciso sobre os eleitores. Em Bela Vista, ocorreu a ausência dos mesários na Estação Margarida:

Bela Vista, 3. Acabam de chegar da Estação de Margarida, cinquenta eleitores do nosso partido, designados para votarem na seção eleitoral ali maquiavelicamente criada pela celebre intendência, e que não puderam exercer o direito do voto por não terem comparecido os mesários da referida seção. (CE, nº 11, 12 dez. 1920, p. 1).

A Estação telegráfica de Margarida, mencionada na notícia, embora um prédio público, localiza-se na Fazenda Margarida, propriedade da Empresa Mate Laranjeira. Os mesários, escolhidos pelo intendente (prefeito) de Bela Vista, partidário do PRC, não

¹⁷ Perrengues: partidários do PRMG, também chamados de celestinistas, pela liderança de Pedro Celestino.

¹⁸ Azeredistas: partidários do PRC, sob a liderança do senador Antonio Azeredo, também chamados de perrecistas e, mais pejorativamente, de urucubacas.

compareceram ao local da votação, tornando-a inviável. Com isso, os eleitores do PRMG, para lá designados, não votaram.

7. Assim como o alistamento eleitoral, o exercício do voto não era obrigatório. O comparecimento de eleitores nas eleições era baixo. A ausência dos eleitores incentivava a eleição a “bico de pena”¹⁹, simulando uma presença maior que a real, com o registro dos votos pelos mesários. Chamando a população para o alistamento e para o exercício do voto, um articulista incita o comparecimento à votação para servir de exemplo ao País:

Assim aconselhamos a todos os habitantes deste município que façam cidadãos, avolumando o alistamento eleitoral, ao mesmo tempo se habilitando para a resistência contra as deturpações do regime pelo abuso e pelo impatriotismo dos que não têm amor à pátria, nem à família, nem à sociedade. Sejamos brasileiros realizando a obra do nosso futuro pelo voto livre; alistemo-nos quanto antes a fim de que nos pleitos que se avizinham a nossa concorrência às urnas seja proporcional à população do nosso município; lembremo-nos que se assim fizermos daremos, até aos centros adiantados do nosso país, uma magnífica lição de patriotismo. (JOP, nº 30, 19 set. 1920, p. 1).

8. Para o controle dos votos, os partidos dominantes nos municípios escolhiam os componentes das mesas eleitorais, contando com a colaboração do juiz, também designado pelo governo estadual, de acordo com as inclinações políticas. Os mesários podiam impugnar ou aceitar eleitores, pois os títulos não possuíam fotografia para identificação:

Miranda, 2. Eleições aqui correram calmas, tendo conservadores furado chapa governo, demonstrando deslealdade mais uma vez. Eleição municipal hoje nula de pleno direito, em face dos art. 3º e 4º e sexto da Lei nº 34 de sete de junho de 1893. Tendo a lista de chamada de eleitores que votaram duas e três vezes nas três seções e supressão de outros nomes, como seja Eneas Gomes, eleitor do nosso partido que não figurou em uma só das três listas das seções, com agravante de ainda na terceira seção recusado aceitar votos do eleitor João Mariano Souza que exibiu título, apesar da ponderação do fiscal que pediu fosse consignado na ata seu protesto em face do art. quarenta e um da citada lei 34 de sete de junho de 1894 [sic]. Perrecistas prevalecendo dos poderes que tinham em seus instrumentos assim procederam, abusando nosso respeito e obediência às ordens do governo do Estado. Pedimos, assim, justiça dos poderes competentes para que esse ato repugnante dos conservadores não venha subsistir. (CE, nº 10, 5 dez. 1920, p. 2).

¹⁹ Bico de pena: sem a presença do eleitor, a quem não era permitido acompanhar a fase da contagem dos votos, os mesários eram encarregados de manipular as cédulas e do registro da ata com os resultados. Com a ausência de fiscalização adversária, assinavam a lista de comparecimento pelos “ausentes” e computavam os votos, ou na leitura das cédulas para a contagem, a fazia diferente do manifestado pelo eleitor contrário.

9. A apuração dos votos era realizada pela mesa eleitoral, a quem caberia lavrar uma ata, queimando as cédulas. As câmaras municipais procediam a apuração final pelas cópias das atas. Na contagem e na apuração podia ser validados ou anulados votos:

Bela Vista, 22. Anteontem à hora legal em sessão pública presidida pelo vereador coronel Marinho Fernandes Tico foi julgada a eleição municipal realizada no dia dois do corrente nas primeira, segunda e terceira seções desta paróquia e única da Porteira. Câmara em número suficiente vereadores reconheceu eleitos nossos candidatos por grande maioria votos sobre o contrario. [...] A junta apuradora julgou nula a eleição do segundo distrito (Porteira) por estar mesma incurso nulidade prevista art. 75 par. 35 e 6 da Lei 34 em vigor. (CE, nº 14, 06 jan. 1921, p. 1).

10. Encerradas as votações, antes do resultado oficial são divulgadas notícias com falsos resultados e irregularidades, visando ações de impugnação futuras:

Porto Murinho, 2. Vitória nossa, ganhamos por vinte e cinco votos. Eleição correu calma, não obstante vergonhosa pressão por parte de Alfredo Pinto, administrador da mesa de rendas, que obrigou todos os guardas a acompanharem o seu partido. O total de votos foi 129, sendo 77 nossos e 52 dos adversários. Em todas figuraram os candidatos do governo. (CE, nº 10, 05 dez. 1920, p. 2).

As notícias de Bela Vista confirmam a antecipação da informação recebida e publicada no jornal *Correio do Estado*, sobre a interferência nas eleições pelo 10º Regimento de Cavalaria Independente, apoiando o PRC. A citação é longa, mas se justifica pelo fato de indicar a vinculação de militares do Exército com a política eleitoral:

Bela Vista, 1. O capitão Pinho comandante do 10º Regimento de Cavalaria, mandou postar uma força do seu regimento à porta da Intendência Municipal, onde se realiza a eleição. O Dr. Carvalho Toledo apresentou protesto contra essa demonstração de força. (CE, nº 10, 05 dez. 1920, p. 2).

Bela Vista, 1. Força federal interveio na eleição impedindo o voto contrariamente o que estipula o artigo 64 lei 34. O intendente organizou 4 mesas, colocando nas mais distantes nossos correligionários residentes 18 léguas delas. Apesar telegrama do Senador Pedro Celestino dizendo poderemos votar aqui, a mesa não aceitou votos desrespeitando artigo 41 da mesma lei. A mesa eleitoral da Porteira não foi organizada, seguindo protesto dos eleitores dali. O Tenente Jansen, nomeado fiscal, prevalecendo da farda do nosso glorioso exército, desatendeu as nossas reclamações em termos insultuosos. Deixaram de votar em virtude da nefanda opressão 84 companheiros. Perdemos por um voto. Pedimos urgentes instruções e providências. Atenciosas saudações... (CE, nº 10, 05 dez. 1920, p. 2).

Bela Vista, 2. Continua postada em frente o edifício da Intendência Municipal desta cidade, uma força do 10º Regimento de Cavalaria, adrede preparada, para interpor toda a sorte de embaraço aos nossos eleitores. (CE, nº 11, 12 dez. 1920, p. 1).

Bela Vista, 2. O Capitão Pinho, comandante interino do 10º Regimento de Cavalaria, continua abusando da sua autoridade, a impedir que os nossos eleitores possam exercer o direito do voto. Com espetaculoso aparato bélico, armas ensarilhadas na parte lateral da intendência e patrulhas invadindo o recinto, procura o Capitão Pinho, político apaixonado, fazer triunfar o seu partido, como se ainda estivéssemos no tempo da malfadada intervenção. Infeliz terra a nossa. (CE, nº 11, 12 dez. 1920, p. 1).

Bela Vista, 2. Neste momento, 13 ½ horas, o atrabiliário Capitão Pinho, mandou buscar em seu quartel dois eleitores prisioneiros especialmente para votarem, contra a sua vontade, nos candidatos conservadores, voltando novamente, escoltado no automóvel do regimento, para o xadrez do exército. (CE, nº 11, 12 dez. 1920, p. 1).

Bela Vista, 3. Por ordem do Capitão Pinho, uma patrulha do 10º Regimento acha-se postada a esta hora (11) em frente a casa do Dr. José de Carvalho Toledo, com o fim de esperá-lo e desarmar os nossos amigos, que seguem para a campanha. (CE, nº 11, 12 dez. 1920, p. 1).

As lideranças do PRMG interpretaram o posicionamento da força federal na área central da cidade, como uma maneira de restringir o deslocamento para a busca de seus correligionários e impedir a fiscalização das eleições. Mesmo se estivessem apenas em serviço de patrulhamento, a transmissão do alerta para a capital do Estado revela os antagonismos entre os partidários do PRMG e o comando do 10º RCI.

O capitão Manoel Candido de Pinho exercia o comando do 10º RCI de forma interina. O comandante anterior, o tenente-coronel Affonso Pinho de Castilho, fora designado para assumir o comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso, com sede ainda em Corumbá. O 10º RCI estava realizando o policiamento nos dias das eleições, de uma maneira parcial e partidária, na descrição do jornal. Como comandante do 10º RCI, o capitão Pinho ordenou, em 30 de novembro de 1920, que o regimento estivesse de prontidão, “a partir de amanhã, às 08 horas e enquanto durarem as eleições que vão se realizar nesta cidade”, conforme mandara publicar no Boletim Regimental²⁰ (BolReg). Designou para o patrulhamento da cidade “amanhã, desde as 08h30min, o Sr. 1º Ten Nogueira [Manoel Guimarães Alves Nogueira] com 50 praças montadas e armadas a mosquetão’. Para o patrulhamento do dia 1º de dezembro foi escalado o 1º tenente Luiz Simas Enéas, nas mesmas condições de efetivo e armamento. (BolReg nº 331 e 332, 30 nov. 1920 e 1º dez. 1920).

Atestando a veracidade de parte dos fatos apontados na matéria jornalística, há no Acervo do 10º RCI, o registro do regresso ao quartel, em 30 de novembro, das tropas que

²⁰ Boletim Regimental é um documento publicado diariamente, assinado pelo comandante e organizado pela secretaria, onde o comandante publica as suas ordens, os resumos das ordens superiores, os atos e fatos da rotina da unidade, como escalas de serviço, medidas disciplinares e administrativas, baixas e altas hospitalares, e outros assuntos (RISG/1920). Atualmente é designado “Boletim Interno”.

estavam acampadas em manobras na invernada, distante cinco quilômetros a noroeste do quartel, para onde seguiram na manhã de 25 de novembro. A prontidão militar, ordenada em 30 de novembro e suspensa em 30 de dezembro, impedia a dispensa do efetivo militar. (BolReg nº 334, de 3 dez. 1920).

A participação da força federal nas eleições em Bela Vista acarretou a abertura de um inquérito policial militar, para o qual foi designado o major Barroso. Em telegrama do dia 22 de dezembro, publicado pelo *Correio do Estado*, consta que o encarregado, durante a permanência na cidade, ouviu 18 testemunhas, das quais “apenas 4 da parte queixosa”, sendo “quatorze indivíduos desclassificados mais entretanto da defesa”. Relaciona autoridades que não foram ouvidas e cujos depoimentos “sensatos” trariam grandes esclarecimentos dos fatos: delegado de polícia, ajudante do procurador da República, telegrafista, suplente do Juiz de Direito, tabelião do segundo ofício, comandante da força pública.

A matéria do jornal oficial do PRMG denuncia uma falta de empenho pelo oficial encarregado do inquérito para esclarecer o acontecido. Ele teria ouvido com maior quantidade a parte alinhada com os oficiais do 10º RCI e pessoas influentes da parte queixosa, possivelmente pertencentes ao PRMG, deixaram de serem inquiridas.

O resultado parcial das eleições para Deputados da Assembleia Legislativa, nas apurações do PRMG foi divulgado em 26 de dezembro. Nos municípios do Estado, os totais de votos apurados estão mostrados no Quadro 1. Não constavam as informações sobre os resultados de Aquidauana, onde o PRMG contava com a maioria. A apuração de Ponta Porã também não estava mencionada.

Quadro 1 – Resultados das eleições de 1920 no SMT para a Assembleia Legislativa

Município	PRMG	PRC
Corumbá e Ladário	354	157
Miranda	52	144
Aquidauana	?	?
Nioaque	185	67
Campo Grande	582	37
Bela Vista	120	121
Porto Murinho	77	52
TOTAL DO ESTADO	4602	1954

Fonte: CE, nº 13, 26 dez. 1920, p. 1.

Em Bela Vista e Miranda, por essa apuração, o PRC fora vitorioso nas eleições estaduais, um resultado divergente do restante do SMT, evidenciando o domínio político pelos partidários do Senador Azeredo nesses municípios. O coronel Militão Loureiro, delegado policial, junto com amigos, comemoraram regozijados soltando foguetes, ao receberem

telegrama do Senador Pedro Celestino comunicando a vitória do PRMG. Pelo fato, o Capitão Pinho, comandante do 10º RC determinou uma “agressiva intimação”, com a ordem de “imediate comparecimento” do coronel Militão Loureiro à presença do referido comandante. A ordem foi executada pelo tenente Nogueira, de menor patente que o delegado, o que causou grande indignação aos amigos do coronel Militão. (CE, nº 12, 19 dez. 1920, p. 1).

Quadro 2 – Resultados das eleições de 1920 em Ponta Porã para a Assembleia Legislativa

Nome do candidato	Partido	Votos	Resultado
Alexandre Magno Addor	PRMG	150	Eleito 4394
Antonio Ries Coelho	PRMG	150	Eleito 4322
Dr. Arnaldo Cunha de Azevedo	Indicação Dom Aquino	279	Eleito 6353
Cel. Antonio Joaquim de Faria Albernaz	Indicação Dom Aquino	279	Eleito 6384
Dr. Carlos Gomes Borrvalho	PRMG	150	Eleito 4431
Dr. Estevão Alves Corrêa	PRMG	150	Eleito 4410
Major Eduardo Soares de Carvalho	PRMG	150	Eleito 4399
Capitão-Tenente Francisco Paes de Oliveira	Indicação Dom Aquino	279	Eleito 6355
João Christião Cartens	PRMG	150	Eleito 4406
João Cunha	PRMG	150	Eleito 4396
Dr. Joaquim Gaudie de Aquino Corrêa	Indicação Dom Aquino	279	Eleito 6313
Cel. José Alves Quito	PRMG	150	Eleito 4330
Cel. José Alves Ribeiro Filho	PRMG	150	Eleito 4406
Laurent Saliés	PRMG	150	Eleito 4322
Dr. Manoel Paes de Oliveira	Indicação Dom Aquino	279	Eleito 6088
Rosario Congro	Indicação Dom Aquino	258	Eleito 5581
Francisco Pinto de Oliveira	PRC	122	Eleito 2025
Manoel da Silva Fontes	PRC	122	Eleito 2024
Pylade Rebuá	PRC	122	Eleito 2029
Cel. Antonio Gomes Ferreira da Silva	PRC	122	Eleito 2023
Dr. Antonio Fernandes Trigo de Loureiro	PRC	122	Eleito 2023
Dr. Francisco Eduardo Rangel Torres	PRC	122	Eleito 2021
Dr. Generoso de Siqueira	PRC	122	Eleito 1865
Dr. Paulo Colombo Pereira de Queiroz	PRC	122	
Capitão Octavio Pitaluga	PRC	122	Eleito 2038
Dr. João Villas Boas	PRC	122	
Dr. Gavião Gonzaga		2	
Dr. Alvaro de Barros		2	
Dr. Amaro Lopes		2	
Tenente Clementino Paraná		2	
Dr. Vespasiano Barbosa		2	
Dr. José dos Passos Rangel Torres		2	

Fonte: JOP nº 41, 5 dez. 1920, p. 2 e CE nº 21, 18 mar. 1921, p. 2.

No Quadro 2, encontram-se os resultados das eleições para deputados estaduais, das 1ª e 2ª seções. No caso de Ponta Porã, não se pode afirmar que o comparecimento à eleição teria

sido inexpressivo nas seções da sede do município, localizadas na Intendência Municipal e na Escola Municipal, respectivamente.

A população masculina total do município era de 9.511 indivíduos, sendo que 3.157 residentes na sede. Os demais estavam nos distritos de Nhú-Verá e Dourados, pelo Censo de 1920. Da população masculina total do município, existiam 808 inscritos na relação de eleitores, considerando o maior número ordinal na lista de inclusão de eleitores da comarca de Ponta Porã (JOP, nº 35, 24 out. 1920). Desses, 401 votaram no primeiro dia para as eleições estaduais, pela soma dos votos dos dois partidos para deputado estadual, mostrados no Quadro 2. Para os cargos municipais, no segundo dia das eleições (Quadro 3), a soma dos votos indica uma diminuição, com 305 votantes.

Em um comentário sobre as estimativas da população no Censo de 1920, o redator *d'O Progresso* comenta que o número de eleitores não ultrapassava 900, um número pequeno, comparado com os 21.900 habitantes recenseados na ocasião. E revela o empenho para contornar a falta de vontade no alistamento eleitoral e para garantir os votos dos alistados, usando artifícios, “inclusive o da propaganda de que se tornando os homens eleitores, ficariam imunes do sorteio militar (!) e se lhe dariam as terras que a Empresa Matte ocupa por arrendamento, a título gratuito” (JOP, nº 63, 8 maio 1921, p. 1).

Quadro 3 – Resultados das eleições municipais de 1920 em Ponta Porã para Intendente

Cargo / nome do candidato	Partido	Votos	Resultado
Intendente			
Asturio Monteiro de Lima	PRMG	176	Eleito
Major João Trindade	PRC	129	
1º Vice-Intendente			
João da Silva Brandão	PRMG	176	Eleito
Leonel de Souza Barros	PRC	129	
2º Vice-Intendente			
Alziro Machado	PRMG	176	Eleito
Polycarpo de Avila	PRC	129	

Fonte: JOP nº 41, 5 dez. 1920, p. 2.

A relação dos candidatos nas eleições em Ponta Porã traça uma configuração para os nomes em evidência na política estadual e municipal, envolvendo a disputa pelo poder. A quantidade de concorrentes demonstra uma complexidade do sistema eleitoral, atenuada pelo uso das cédulas impressas com os nomes dos candidatos e a eleição em duas etapas, cada uma em um dia específico.

Em Ponta Porã, verificou-se a votação em seis candidatos, não inscritos nas chapas oficiais dos partidos. Entre esses, está José dos Passos Rangel Torres, proprietário do jornal *O Progresso* e irmão de Francisco Eduardo Rangel Torres, candidato eleito pelo PRC.

As outras seções, sem resultados divulgados, são as de Nhu-Verá (Amambay, uma seção) e Dourados (duas seções). O jornal cita que a seção de Paraíso (Dourados) o pleito se realizou com calma, embora “Em Dourados, d’onde quase diariamente continuam a chegar fugitivos, consta-os não ter havido eleição”. A expectativa era para a obtenção de uma maioria dos conservadores em Amambay, enquanto na de Paraíso foi o inverso, com a vitória dos celestenistas (partidários de Celestino, do PRMG). (JOP, nº 41, 5 dez 1920, p. 2).

Quadro 4 – Resultados das eleições municipais de 1920 em Ponta Porã para Vereador

Cargo / Nome do candidato	Partido	Votos	Resultado
Vereadores			
Antonio Machado Salgueiro	PRMG	176	Eleito
Arthur Azambuja	PRMG	176	Eleito
Domingos Barroso	PRMG	176	Eleito
João Vicente de Azambuja	PRMG	176	Eleito
R. Ottomar Pitzschk	PRMG	176	Eleito
Manoel Teixeira de Mattos	PRC	129	
Joaquim Silveira dos Santos	PRC	129	
Tte. José Pinto Costa	PRC	129	
Amandio de Mattos Pereira	PRC	129	
João Maria da Silva	PRC	129	
Suplentes de Vereadores			
Francisco de Paula Boeira	PRMG	176	Eleito
João Vasques Escobar	PRMG	176	Eleito
Antonio Portela Junior	PRMG	176	Eleito
Tte. Virgílio Alves de Lara	PRMG	176	Eleito
Olympio Espindola	PRMG	176	Eleito
Gustavo Oscar Larsson	PRC	129	
Alberto Frões	PRC	129	
Tte. Alfredo Antunes Marques	PRC	129	
Vasco Marcelino Novaes	PRC	129	
Dinarte Souza	PRC	129	

Fonte: JOP nº 41, 5 dez. 1920, p. 2.

No município de Ponta Porã, as eleições ocorreram sob forte aparato bélico confirmando a tensão existente na época da eleição, motivo da fuga de eleitores do distrito de Dourados, com pressões de forças policiais e militares:

apesar do aparato bélico que há dias se vinha notando no interior do Município e nesta cidade, com a presença de grupos armados, remessas de forças, a principio da polícia do Estado, para Dourados, depois de forças do exército com o mesmo destino, d’onde o respectivo comandante recebeu queixas por escrito e de viva voz de pessoas que, se sentindo sem garantias, aqui vieram e, em virtude d’uma combinação posterior, entre as autoridades

e estaduais, de serem recolhidas todas as forças...” (JOP, nº 41, 5 dez. 1920, p. 2).

O jornal porta-voz do PRC proclamou a vitória do partido, antes do resultado oficial: “A nossa vitória é a demonstração mais eloquente que podíamos dar da pujança invencível do nosso partido, que cada dia mais se afirma como a maior e mais avassaladora força política de Mato Grosso. Viva o nosso triunfo!!!” (*O Republicano*, nº 35, 5 dez. 1920, p. 1).

Em Ponta Porã, não se realizaram as eleições para a Câmara Federal para a renovação da Câmara Federal e do terço do Senado, previstas para 20 de fevereiro de 1921. As autoridades alegaram falta de garantias, decorrente do *Conflito de Ponta Porã*, analisado no Capítulo 3 desta tese. Comentou-se com sarcasmo a falta das eleições e seus resultados:

Para esse resultado concorreu a original greve que estão fazendo algumas de nossas autoridades: a greve de garantias. Ao Intendente é que competia organizar as mesas, mediante indicação dos eleitores etc. Mas essa autoridade, não confiante nas garantias que lhe foram oferecidas, mudou-se há 23 dias para o estrangeiro. Poderia haver eleição em cartório, mas a Justiça anda no mesmo propósito, embora permaneçam na cidade os seus representantes. [...] Também, pelo muito que têm feito as nossas passadas legislaturas federais por Ponta Porã, e, pelo outro tanto que possa fazer a que vai começar, é justo que nossas jecas se não incomodem... Tanto mais que, a nossa Câmara vai ter como representação mato-grossense um “magnífico” rodízio. (JOP, nº 52, 22 fev. 1921, p. 3).

A Junta Apuradora das eleições para a Assembleia Legislativa reuniu-se em Cuiabá, de 11 a 13 de março de 1921, diplomando os deputados assinalados no Quadro 2, os quais foram considerados eleitos, com a quantidade de votos mencionada no mesmo Quadro. Além dos “candidatos oficiais”, foram diplomados os dez restantes do PRMG e outros oito do PRC. A maioria, portanto, coube ao PRMG.

Os resultados das 1ª e 2ª seções, nas eleições para os cargos municipais em Ponta Porã, mostrados nos Quadros 3, 4 e 5, registram as vitórias de Asturio Monteiro de Lima, para Intendente, e seus companheiros de cédula aos demais cargos municipais. O PRMG também foi vitorioso nas eleições para vereadores e suplentes. Dinarte Souza, gerente de *O Progresso*, aparece como candidato pelo PRC, derrotado a suplente de vereador, o que demonstra a sua atuação partidária.

E o resultado vitorioso do PRMG repetiu-se nas eleições para juiz de paz e suplente (Quadro 5). O Partido Republicano Mato-grossense saiu-se vitorioso nas eleições municipais em Ponta Porã, idêntico resultado para as estaduais. Os mesários, possivelmente em tom de

ironia, foram assim cumprimentados, em mensagem no jornal com tendência perrecista: “Aos mesários das seções desta cidade que em sua quase totalidade são conservadores, apresentamos nossas felicitações pela maneira patriótica e digna com que se houveram no desempenho de suas melindrosas funções, concorrendo assim para o bom êxito do pleito” (JOP, nº 41, 5 dez. 1920, p. 2).

Quadro 5 – Resultados das eleições municipais de 1920 em Ponta Porã para Juiz de Paz

Cargo / Nome do candidato	Partido	Votos	Resultado
Juizes de Paz (1º Distrito)			
Fernando Ramos	PRMG	176	Eleito
Angelo de Freitas	PRMG	176	
Arthur Holsbach	PRMG	176	
José Maria Gomes Neto	PRC	129	
Apparicio Martins	PRC	129	
José Carlos Pitthan	PRC	129	
Suplentes de Juizes de Paz			
Zacarias de Barros	PRMG	176	Eleito
Sergio Maciel de Oliveira	PRMG	176	
Zeferino Silveira	PRMG	176	
Brasil Gaudioso	PRC	129	
Francisco Fortunato de Figueredo	PRC	129	
José Maciel de Oliveira	PRC	129	

Fonte: JOP nº 41, 5 dez. 1920, p. 2.

Divulgadas nos jornais, as designações dos partidários políticos de *perrecistas*, *perrengues* e *urucubacas*, podem ser acrescentadas a uma gama de termos que, segundo Elias e Scotson (2000, p. 27), a maioria das pessoas utiliza para estigmatizar outros grupos, e que só possuem sentido no contexto de relações específicas entre estabelecidos e outsiders. “Crioulo”, “gringo”, “carcamano”, “sapatão” e “papa-hóstia”, são exemplos de Elias e Scotson (2000) de como o “poder de ferir depende da consciência que tenham o usuário e o destinatário de que a humilhação almejada por seu emprego tem o aval de um poderoso grupo estabelecido, em relação ao qual o do destinatário é um grupo *outsider*, com menores fontes de poder”.

1.4.2 O acordo conciliatório: a *Fusão* para as eleições de 1921

Na eleição para presidente do Estado em 1918, o acordo trouxe uma aproximação entre os partidos PRMG e PRC, unindo em uma mesma composição eleitoral os representantes das duas agremiações. A competição entre os dois partidos, PRMG e PRC, nas eleições

estaduais e municipais de 1920, mostrou que estava rompido o espírito de conciliação que regera o acordo para a eleição de Dom Aquino para a presidência em 1918.

Para a eleição seguinte, na escolha do presidente para o quadriênio 1922-1925, ocorreria algo ainda improvável para o Estado, onde no passado recente os dois grupos políticos promoveram lutas armada, motivos para intervenção federal.

Uma solução conciliatória dos adversários, arquitetada por Pedro Celestino (PRMG) e Antonio Azeredo (PRC), e acordada em reunião de 11 de janeiro de 1921, trouxe o surgimento da *Fusão*, uma forma dos dois partidos concorrerem em uma única chapa partidária à representação no Congresso Nacional (deputados federais e senadores) e ao governo do estado, nas eleições a serem realizadas em 20 de fevereiro e 14 de julho de 1921. As reuniões entre os dois chefes político aconteceram no Rio de Janeiro, onde exerciam o cargo de senador. O jornal *Correio do Estado* passou a ser o órgão provisório do partido na imprensa escrita, mas deixou de ostentar o subtítulo de “órgão do Partido Republicano Matto-Grossense”.

O senador Antonio Azeredo (PRC) continuaria com o mandato no cargo, e Pedro Celestino (PRMG) seria o candidato para presidente do Estado. Ao ser comunicado do acerto político e do apoio que receberia pelos eleitos, o presidente da República, Epitácio Pessoa, aprovou o acordo celebrado pelos dois políticos mato-grossenses. Os nomes escolhidos pelos dirigentes partidários para as eleições estaduais de 1921 estão mostrados no Quadro 6.

Quadro 6 - Nomes escolhidos pela *Fusão* para as eleições estaduais de 1921

Cargo	Nome	Partido
Presidente do Estado	Pedro Celestino Corrêa da Costa	PRMG
1º vice-presidente	Estevão Alves Correia	PRMG
2º vice-presidente	Antonio Manoel Moreira	PRC
3º vice-presidente	Pylade Rebuá	PRC
Senador (reeleição)	Dr. José Antonio Murtinho	PRC
Deputado Federal (reeleição)	Manoel Severiano F. Marques	PRMG
Deputado Federal (reeleição)	Dr. João Carlos Pereira Leite	PRMG
Deputado Federal (reeleição)	Dr. Annibal Benício de Toledo	PRC
Deputado Federal (eleição)	coronel João Celestino Corrêa Cardoso	PRMG

Fonte: *Correio do Estado*, nº16, 3 fev. 1921, p. 2

Entre os partidários do PRC, houve descontentamento com a *Fusão*, por parte de Joaquim da Costa Marques e João Villasbôas, por terem sido preteridos na candidatura para o Senado, e para a Câmara Federal, respectivamente. Eles exerciam o mandato de deputado federal e deputado estadual, e com a preterição ficariam afastados das eleições de 1921. Em 1917, por ocasião do acordo costurado pelo presidente Wenceslau Braz, que resultou na escolha de Dom Aquino para presidente do Estado e Pedro Celestino para senador, Costa

Marques pleiteou, mas foi preterido na candidatura para senador. As condenações ao acordo obtiveram seguidores. Em Nioaque “alguns conservadores guiados pelos inquietos Pio Rufino e Antonio Netto apoiam a atitude impatriótica do Dr. Costa Marques” (CE, nº 18, 19 fev. 1921, p. 1). Contrariamente, também no SMT, o diretório municipal do PRC em Bela Vista informou que o apoio à *Fusão* tinha sido total no município.

Costa Marques para senador e João Villasbôas, general Caetano de Albuquerque e Mavignier para deputados federais, dissidentes do PRC, apresentaram suas candidaturas como avulsas, mas não se elegeram. Costa Marques obteve a vitória em Cáceres e Poconé. Villasbôas foi vitorioso em Corumbá, Miranda, Cáceres e Poconé. O terceiro candidato Mavignier, não obteve votação expressiva em nenhum município.

O general Caetano de Alburque, candidato independente, sem o apoio da *Fusão*, criticou esse processo político, descrevendo-o como “ *fusão* ou *infusão*, ou *confusão* ou qualquer outra coisa terminada em *ão*, como *transação*, foi um jubileu que visou a *unanimidade* das opiniões e aspirações políticas desta boa gente crédula, em nome destas coisas, fortes mananciais de benefícios e proventos... para o Estado; política definida, paz, ordem, harmonia, etc.” (*A Cruz*, nº 506, 20 fev. 1921, p. 1).

Vitorioso na eleição, no governo Pedro Celestino (1922-1924) permaneceu a fase de estabilidade política iniciada com Dom Aquino. Pedro Celestino teve seu mandato interrompido por motivos de saúde, entrando em licença, e Estevão Alves Corrêa, 1º vice-presidente, completou o mandato, (1924-1925). Foi sucedido por Mário Corrêa da Costa (1926-1930) e Aníbal Benício de Toledo (1930).

1.5 As tensões sociais com os anseios da população expressos na imprensa

Os anseios de uma população e a atuação dos políticos para atendê-los podem ser encontrados nos jornais, mesmo com a vinculação partidária dos seus proprietários. Os jornais impressos servem como lugares de memória, e podem ser inseridos na relação pormenorizada por Norá (1993), pois servem de arquivos ao cotidiano de uma população de outra época.

Segundo uma reportagem do jornal *O Progresso*, impresso em Ponta Porã, as preocupações dos cidadãos eram com as comunicações com outros lugares, por meio das estradas de rodagem ou do telégrafo, e com a segurança. Esperavam pelo auxílio dos governos federal e estadual. A situação do município era caracterizada como “em completo abandono, sem estradas de rodagem, sem telégrafo, sem policiamento, em fim, sem uma proteção, quer do Governo Estadual, quer do Governo Federal...” (JOP, nº 2, 29 fev. 1920, p.

1). Como solução, era solicitada a instalação de uma força federal, tipo Regimento, para garantir a ordem pública.

Outra reportagem reconheceria, na edição seguinte, o enorme progresso já realizado no município no espaço dos últimos três anos, onde “O Correio, que tinha seu serviço feito por estafeta, que trazia as malas no lombo de muares, hoje, é feito de automóvel” (JOP, nº 3, 7 mar. 1920, p. 1).

A campanha por melhores condições das vias de comunicações permaneceu nas páginas do jornal. E repercutiu na Capital Federal, como atesta a reportagem informando que *O Jornal*, impresso no Rio de Janeiro, defendera o tema da construção de três boas estradas de rodagem nas fronteiras de Mato Grosso:

o trafego é feito em rotineiros carros de bois sendo que os oficiais do nosso exército que têm de empreender essas viagens para incorporar-se às unidades ali e aqui destacadas, utilizam-se desse meio de transporte ficando muitas vezes parados nas margens dos rios quando ao tempo das enchentes, ocasionando também deterioração no material e fardamentos etc. (JOP, 14 nov. 1920, nº 38, p. 1).

O redator do *O Progresso* alertava sobre a maneira que a imprensa carioca tratava do assunto, o que poderia desanimar aqueles que sonhavam vir para o estado, bem como levar o governo federal a estimar com exagero os custos da construção. Reconhecia a necessidade, apontando as mínimas obras a serem realizadas, para a travessia dos cursos de água, enfatizando os aspectos estratégicos e militares da fronteira:

Estamos em contato mais ou menos próximo com três países, no presente nossos amigos, mas não podemos calcular que artimanhas possa o diabo inventar no futuro. De Aquidauana a Bela Vista, em se vindo a construir pontilhões de madeira mesmo, nos rios estreitos que são, Formiga, Nioaque, Cava, Canindé, Miranda e nos córregos Arroio do Ouro, Taquarussu, Vaquilha e Machorra, com alguns pequenos cortes em pontos vários da estrada, temos ali uma via perfeita para rodagem, pela qual podem ser transportados em automóveis, no espaço de 12 horas, alguns exércitos até. De Campo Grande a Ponta Porã, a natureza do solo ainda é mais favorável. Um pontilhão em Alagoinha, outro no Brilhante e outro em Passa-Cinco remediava perfeitamente a situação, de modo que, no mesmo espaço de tempo, por meio também de automóveis, o governo poderia despejar em nossas fronteiras até um milhão de soldados. (JOP, nº 38, 14 nov. 1920, p. 1).

Nesses trabalhos mínimos apontados, a despesa do governo federal cairia de “muitos mil contos” para “alguns contos de réis”, a serem aplicados em um grande serviço patriótico.

A construção de quartéis, com a instalação de uma guarnição federal, é noticiada como sendo um anseio coletivo. Em Ponta Porã, no ano de 1920, existia um destacamento federal, representado pelo 3º Esquadrão de Cavalaria do Regimento de Cavalaria sediado em Bela

Vista. O esquadrão, como registra *O Progresso* (JOP, nº 2, 29 fev. 1920, p. 1), ocupava um quartel belo e confortável, dispondo de boa internada para a cavalaria, mas com poucos militares, e os da graduação de praças²¹ eram mal fardados, recebiam os vencimentos com quatro e cinco meses de atraso, e porque o seu reduzido número mal dava para se revezarem no serviço, ficavam fatigados pelo serviço interno do destacamento; nessas condições, ficavam sem o gosto, sem o prazer e sem o garbo necessários ao soldado quando ao serviço da Pátria. Por esses motivos, o destacamento federal em Ponta Porã “não podia desempenhar a sua missão, estando sempre desfalcado de pessoal e com um só oficial, que era comandante, secretário, intendente, instrutor, etc.” (JOP, nº 8, 11 abr. 1920, p. 3-4).

O editorial do jornal *O Progresso*, tendo como editor responsável o Dr. Rangel Torres, critica o ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, pelo ato determinando a extinção do Destacamento Federal de Ponta Porã, considerando a medida uma “paisanada”, referindo-se à condição do ministro não ser militar: “O fato de ter uma fronteira de perto de 20 léguas em linha seca sem merecer a vigilância, ao menos de expectativa, do departamento da guerra, é somente significativo da existência de um ministro paisano, com honras de general de... gabinete”. (JOP, 17 abr. 1921, p. 1).

Uma matéria assinada por “Q.Q.”, exibida na primeira página, com o título “Triste abandono”, critica novamente o ministro da Guerra, pela retirada da tropa de Ponta Porã, onde permaneceriam apenas três militares, sendo um cabo de esquadra e dois soldados, apesar do quartel em Ponta Porã ser “de primeira ordem para o alojamento de três esquadrões de cavalaria, todo mobiliário, enfermaria, cozinha superior, baias e todos os utensílios, bem assim uma rica internada de campos naturais com superior aguada” (JOP, nº 79, 28 ago. 1921, p. 1).

O redator do artigo “A PAIZANADA” insere outros fatos, revelando ter conhecimento dos bastidores do poder federal, assim como de fatos políticos que se desenvolvem na capital da república. Cita a transferência da sede da Circunscrição Militar de Corumbá para Campo Grande, considerada com quase uma “feição de despejo” pela mudança repentina de uma cidade que “estrategicamente é muito mais carecedora da permanência de forças regulares em seu seio” (JOP, 17 abr. 1921, p. 1).

²¹ Nas Forças Armadas, os graus hierárquicos são definidos em postos e graduações, os primeiros (postos) para escalar os oficiais e os segundos (graduações) para as praças, denominação genérica para os atuais subtenentes, sargentos, cabos e soldados.

Em 4 de julho de 1920, ao anunciar a vinda do presidente do Estado, para visitar Ponta Porã, o editor d'*O Progresso* relacionou as medidas esperadas do Estado em benefício da população de Ponta Porã. Entre elas, incluiu a construção da ponte sobre o rio Dourados. Constavam também duas medidas desfavoráveis à Empresa Mate Laranjeira, com a propriedade das terras mencionadas: a liquidação da desapropriação do terreno destinado ao rocio da vila e a reversão ao patrimônio do Estado das terras de Carambola, sugerindo a aquisição, por compra, das glebas ocupadas por perto de 80 famílias em chácaras.

Se existiam obstáculos de difícil superação nas vias terrestres de comunicação, os das vias políticas parecem terem sido contornados. Ainda sob a direção de Rangel Torres, *O Progresso* (nº 103, 12 fev. 1922) mostrava na primeira página que havia “Novos horizontes”, com a vinda do General Rondon do Rio de Janeiro, incumbido pelo Governo Federal da construção de uma estrada de rodagem ligando Miranda a Bela Vista, o início de uma rede de estradas julgadas indispensáveis pelo ministro da Guerra (Pandiá Calógeras). Elas teriam o objetivo de tornar mais praticáveis as viagens entre o Rio de Janeiro e as longínquas guarnições mato-grossenses e, ao mesmo tempo, suavizar o transporte de elementos necessários à manutenção das tropas. Em consequência, afirma o redator, permitiria melhores comodidades ao comércio e demais indústrias particulares nestas paragens.

Prosseguia o editorial defendendo a construção para o Sul do Mato de Grosso de estradas de ferro para as cidades de fronteira, no lugar de estradas de rodagem. Como justificativas, apontava as planas campinas mato-grossenses, a necessidade da construção de poucas pontes, a ação destruidora do tempo impondo gastos com a manutenção de rodovias. Afirmava que as pontes precisavam ser construídas com as adaptações necessárias ao recebimento de trilhos, essas “veias por onde corre o sangue e o progresso”. Propunha, ainda, como mais urgente a estrada de Campo Grande a Ponta Porã, com escala por Entre Rios (atual Rio Brillhante) e Dourados, trajeto menos dispendioso, exigindo apenas a construção das pontes sobre os rios Brillhante e Dourados e reparo no trecho da picada Guassú, para se tornar transitável por qualquer veículo.

A visita do ministro da Guerra e do diretor de Engenharia à cidade de Ponta Porã, no ano de 1921, assim ficou registrada:

No dia 10 de Novembro, Ponta Porã tinha a honra de receber a visita de S. Exa. o Dr. Pandiá Calógeras, Ministro da Guerra, que, a serviço do seu ministério vinha ver a fronteira.... Ao terminar o banquete, iniciou-se um baile no mesmo edifício, oferecido ao General Rondon. No dia seguinte, às dez horas da manhã, S. Exa., seguiu viagem para Bela Vista, com sua comitiva, depois de ter recebido uma manifestação por parte das alunas da professora, senhorita Magdalena Manvailler." (ROSA, 1922, p. 63-65).

As instalações do quartel da tropa federal foram entregues em 3 de outubro de 1924, quando já estavam ocupadas pelo 11º RCI. As obras no quartel em Ponta Porã incluíram a modernização das instalações existentes e a construção de pavilhões novos. (PEREIRA, 1930, p. 80).

2. A PRESENÇA MILITAR NO SMT: ORGANIZAÇÕES MILITARES FEDERAIS E CORPORAÇÕES ARMADAS ESTADUAIS

A Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) demonstrou a precariedade das forças militares estacionadas no SMT e as dificuldades de comunicação dessa Província com os grandes centros, principalmente com o Rio de Janeiro. São aspectos que demonstraram uma fraca atuação do Estado-Nação na região.

Aos aglomerados de pessoas e novos povoados surgidos no SMT após o término da guerra e a demarcação dos limites entre o Brasil e o Paraguai, citada no capítulo anterior, seguiram-se a instalação de organizações militares nas localidades fronteiriças. Conforme descrito por Souza (2012, p. 27), em 1890, estavam aquartelados no Mato Grosso os 2º Batalhão de Artilharia de Posição (Corumbá), 7º Regimento de Cavalaria (Nioaque), 8º, 19º e 21º Batalhões de Infantaria (Cuiabá e Cáceres). A instalação dessas organizações militares mostrava o começo do reconhecimento de Mato Grosso, principalmente da sua região sul, como estratégica, embora apenas pelo aspecto de vigilância da fronteira. Demonstrou, ainda, a intenção do Estado Brasileiro de consolidar o seu domínio no espaço disputado durante a guerra.

Os melhoramentos dos caminhos terrestres, a construção das linhas telegráficas, ligando os povoados do Mato Grosso com São Paulo e Rio de Janeiro, e o início da circulação de trens entre São Paulo e Mato Grosso, em 1914, encurtando os tempos para a ligação com o litoral, diminuiria a dependência das comunicações de Mato Grosso pela via fluvial da Bacia do rio da Prata, e incentivaram a vinda de outros novos migrantes e imigrantes.

Este capítulo da tese mostra os desdobramentos das corporações armadas na região do SMT, enfocando a presença militar decorrente das reformas estruturais do Exército realizadas na Primeira República. O objetivo é buscar o entendimento sobre o comportamento político dos militares no SMT, durante o período da Primeira República. Ao registrar os movimentos sediciosos no SMT, e a questão surgida com a presença das corporações armadas estaduais e oficiais com patente da Guarda Nacional, pretende-se caracterizar um ambiente propício para o desenvolvimento de movimentos revolucionários no SMT.

2.1 As reformas e reorganização do Exército na Primeira República

A experiência adquirida pelas Forças Armadas, formadas pela Marinha de Guerra e pelo Exército, durante a Guerra da Tríplice Aliança, não fora devidamente aproveitada. Elas permaneciam estagnadas no preparo profissional e no equipamento bélico. A utilização das inovações trazidas pela Revolução Industrial, como novos explosivos, a siderurgia, as máquinas a vapor impulsionando as ferrovias, não trouxeram evolução nas características estruturais das forças militares brasileiras.

Após a Proclamação da República, onde tiveram um papel decisivo, continuou em declínio a eficiência das Forças Armadas do Brasil, algo que “muito se vinha acentuando já nos últimos tempos da Monarquia” (MAGALHÃES, 1998, p. 306), impulsionado por um sentimento antimilitarista. Segundo Tavares (1985), o desaparecimento das ameaças do perigo externo refletiu sobre o espírito das Forças Armadas brasileiras, há muito tempo já voltadas para os problemas políticos internos, debatidos doutrinariamente nas Escolas Militares e pela oficialidade mais jovem. Dessa forma, ficavam sem motivação os problemas profissionais, sobre a organização, o preparo e o aparelhamento da instituição militar. A instrução era muito precária, e os exercícios de tiro deixavam de ser realizados. A rotina dos quartéis reduzia-se à ordem unida e evoluções nos pátios dos quartéis. Predominava a influência dos doutrinadores do movimento republicano, onde o sentimento antimilitarista predominava.

Segundo Carvalho (2005), as características do Exército como um todo são de grande relevância para o entendimento do comportamento político de seus integrantes. Entre as características organizacionais, encontram-se os aspectos estruturais do Exército, com três vertentes: o tamanho da organização militar, a localização geográfica dos efetivos militares e a estrutura do corpo de oficiais.

Carvalho (2005) aponta quatro aspectos, entre os pontos que resumem a transformação das Forças Armadas e de seu papel político durante a Primeira República. Em primeiro, o crescimento rápido dos efetivos, sua distribuição mais estratégica no território nacional, o treinamento mais profissional de oficiais e praças, a melhor estruturação interna, a centralização do processo decisório e a formulação mais clara dos objetivos da organização.

Em segundo, menciona que as transformações organizacionais se deram em meio ao envolvimento político dos militares, havendo influência mútua entre os dois fenômenos. O poder político foi aumentado substancialmente em 1889, com a intervenção pela República, mas os movimentos seguintes traziam cisões internas e entre as Forças Armadas (Exército e Marinha), enfraquecendo-as e facilitando o uso político pelas elites civis. “O fortalecimento

interno das Forças Armadas exigia o fim de movimentos intervencionistas isolados e destruidores da hierarquia” (p. 59). Para Carvalho (2005, p. 59) o período denominado Primeira República (1889-1930) é caracterizado pela intensa luta do Exército para se tornar uma organização nacional, e aconteceu uma fase política na organização militar, onde jovens oficiais iniciavam ou apoiavam movimentos contestatórios contra a política oligárquica dos estados.

Como terceiro ponto, menciona que a passagem da fase da “política na organização” para a de “política da organização”, “já esboçada no final do período”, iria implicar mudança importante na natureza das intervenções (p. 59). A fase da “política na organização” recebeu um caráter desestabilizador, quase sempre social e politicamente reformista, conduzida por jovens oficiais. No final, seria a preparação para o surgimento da política moderadora.

O quarto ponto a ser considerado está relacionado com o crescimento da urbanização e da industrialização. Esses fatores tendiam a reduzir a influência política e econômica das oligarquias rurais e forneciam importantes aliados para as Forças Armadas. As correntes internas nas Forças Armadas, apesar de possuírem divergências, concordavam com as ideias centralizadoras, que eram antirurais e antiestados. Desaparecia, assim, o velho divórcio entre Forças Armadas e as elites civis derivadas do mundo agrário, em favor de uma aliança com a burguesia industrial emergente e com a tecnocracia estatal.

No período da Primeira República ocorreram várias reformas no Exército. Elas visavam deixar o Exército mais moderno, adaptado às novas doutrinas militares e equipamentos bélicos disponíveis. Apesar de terem sido feitas muitas modificações na estrutura do Exército durante o primeiro decênio do século XX, as grandes reformas foram realizadas entre 1908 a 1915, conforme Magalhães (1998, p. 323). Elas são a de 1908, que molda o Exército e a de 1915, com o remodelo. As outras foram retoques, acréscimos ou correções de detalhes. As reformas iniciadas pelo Marechal Mallet e as conduzidas por Hermes da Fonseca tiveram um papel fundamental, e elas prosseguiram com a gestão Pandiá Calógeras (1918-1922).

Na Primeira República, as reformas procuravam o aumento da eficiência da corporação militar como um instrumento bélico, apto a exercer em nome do Estado-nação o monopólio da violência, citado por Elias (1993). As reformas tiveram como objetivos o aprimoramento do ensino, do recrutamento, a modernização dos equipamentos, a melhoria dos quartelamentos e o preparo para o combate das grandes unidades.

O rumo para um exército dedicado às lides profissionais, a ser seguido pelo Exército republicano fora apresentado pelo marechal Manoel Deodoro da Fonseca, na Mensagem do presidente da República ao Congresso Nacional (MPR) datada de 15 de novembro de 1890:

Não seria possível demorar a decretação de reformas que colocassem as Forças Armadas do Brasil em condições de responder pela integridade do solo brasileiro, pela inquebrantada manutenção da ordem geral. Para atingir *desideratum* [aspiração] de tanto alcance, era indispensável começar pela elevação do nível moral do soldado brasileiro, dar-lhe a instrução necessária, aperfeiçoar-lhe o conhecimento e manejo das armas, formar-lhe o caráter e a disciplina militares, e tirar aos seus serviços a expressão de imposto de sangue, para qualificá-lo como a mais elevada e a mais nobre função pública que o cidadão é chamado a desempenhar. Cumpria elevar também o nível dos estudos superiores, adaptá-los aos progressos, programas e adiantamentos da civilização moderna nas especialidades que a um militar devem ser familiares, e preparar assim os mais altos destinos para essa mocidade que acode fervorosa de todos os ângulos da República, pedindo lugares nas fileiras do nosso exército. Tais reformas estão feitas, e só o tempo poderá dizer se os programas adotados precisam receber alterações consentâneas às necessidades verificadas e à experiência conhecida. [...] Com o cancelamento de todos os processos gastos do antigo regime, estou convencido de que ao influxo do espírito moderno, ante as concepções novas do dever militar, o soldado brasileiro saberá d'ora em diante reconhecer que a sua força está no respeito de si mesmo e no sentimento de sua dignidade; que só a obediência à lei e aos chefes o eleva e o conduz à glória; que a sua autonomia e o seu prestígio, como classe, dependem essencialmente da passividade inteligente e pensante a que ele deve reduzir-se na paz e na guerra. (MPR, 1890, p. 14-15)

As modificações na organização do Exército do período implicaram uma nova distribuição das tropas federais no estado de Mato Grosso. Segundo Carvalho (2005), durante as décadas iniciais da Primeira República, houve redução nas tropas das guarnições de Mato Grosso, em comparação à situação existente no final do Império, quando parte da tropa empregada na Guerra da Tríplice Aliança permaneceu no território em um número expressivo. Carvalho (2005) mostra que a relação de soldados por mil habitantes em Mato Grosso decaiu de 13,67 em 1888 para 4,52 em 1920. Analisando-se com uma perspectiva direcionada para o aumento populacional do período, a diminuição relacionar-se-ia com uma estagnação do efetivo militar no Estado. Em ambas as análises, a redução das tropas indicaria um decréscimo no poder político do Estado, o qual era representado pela presença de tropas federais.

2.1.1 A atuação do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca como ministro da Guerra (1906-1908) e presidente da República (1910-1914)

Conforme Figueiredo (2014), logo após a Proclamação da República, a Nação passou por um período de turbulência e agitações políticas e somente no início do Século XX ocorreriam as transformações que concorreram para a modernização do Exército Brasileiro, na doutrina de emprego do exército, nos currículos das escolas militares, no recrutamento para o serviço militar e nas estruturas organizacionais de diversas organizações militares. Os exercícios militares, com grandes manobras de tropas, foram retomados e repercutiram favoravelmente em todo o País.

O marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, quando comandante da Escola Preparatória e de Tática do Realengo, destacou-se como chefe militar ao impedir a adesão da escola aos revoltosos da Escola Militar do Brasil, situada na Praia Vermelha, durante a Revolta da Vacina em 1904¹. O general Hermes, nomeado em seguida para comandar o 4º Distrito Militar, mostrou uma visão profissional direcionada para a missão constitucional do Exército, realizou exercícios militares com grandes manobras e paradas (Tavares, 1985). Depois, como marechal, Hermes da Fonseca foi ministro na pasta da Guerra do presidente Afonso Pena (1906-1908), sucedendo-o na presidência para o governo seguinte (1910-1914).

No período com Hermes da Fonseca à frente do governo, inicialmente como ministro da Guerra e depois como presidente, foi implantada uma nova organização do Exército, alterando os efetivos e introduzindo o serviço militar obrigatório, reformas que formataram a estrutura do Exército que permaneceria no início do século XXI.

O Marechal Hermes era conhecedor de que “para separar a política do Exército e o Exército da política, o caminho certo estava na sua profissionalização” (Tavares, 1985, p. 126). Visualizava a necessidade de organizar um Exército com cidadãos-soldados, capazes de

¹ Na noite de 14 para 15 de novembro de 1904, os alunos (chamados cadetes) da Escola Militar da Praia Vermelha rebelaram-se contra a Lei da Vacinação Obrigatória (Lei nº 1261, de 31 de outubro de 1904), e marcharam em direção ao Palácio do Catete, sede do governo federal, para depor o presidente Rodrigues Alves, movimento que ficou conhecido como Revolta da Vacina (Lobato Filho, 1992, p. 70). Em consequência da Revolta da Vacina de 1904, a Escola Militar foi fechada, foi elaborado novo regulamento do ensino, com o curso transferido para Porto Alegre, e os cadetes revoltosos foram desligados, transferidos como soldados para diversos quartéis no Rio Grande do Sul e depois excluídos do Exército. Anistiados pelo Decreto nº 1373, de 2 de setembro de 1905, publicado no Diário Oficial de 5 de setembro de 1905, receberam permissão para prestarem exames e terminarem o Curso na Escola de Guerra de Porto Alegre, para onde seguiram em 1906, tendo 120 concluído o curso em 1908.

serem mobilizados e defenderem o país, encerrando o ciclo do soldado-cidadão² do início da República. Entusiasmado com as notícias das inovações técnicas e dos progressos dos exércitos francês e alemão, onde apareciam o canhão de tiro rápido, a pólvora sem fumaça e novo armamento portátil (Tavares, 1985, p. 125), esteve na Europa em três oportunidades, duas como Ministro da Guerra em 1908 e outra depois de eleito presidente (1910). Em busca do conhecimento sobre a evolução da arte da guerra, autorizou o envio de três turmas de oficiais (1906, 1908 e 1916) para servirem por dois anos no exército alemão, considerado o mais bem organizado na época. As experiências e ensinamentos colhidos nos exércitos europeus nortearam a modernização e reorganização do exército.

A prática de tiro seria estimulada e disseminada pelo território nacional, com a criação pelo Decreto nº 6.464, de 19 de abril de 1907, da Confederação do Tiro Brasileiro, instituindo os tiros de Guerra, pelo alistamento da população civil e o treinamento conduzido por oficiais.

O recrutamento para o Serviço Militar no Exército e na Armada seguia o previsto na Lei nº 2.556 de 26 de setembro de 1874, e no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 5.881, de 27 de fevereiro de 1875, com o sorteio para completar o efetivo previsto. O recrutamento forçado fora abolido pela Constituição da República, conforme constou nos parágrafos 3º e 4º do artigo 87, que estabelecia o voluntariado “sem prêmio”. Com essa abolição, o efetivo previsto para o Exército não era completado, ficando abaixo do fixado nas leis anuais. Um incentivo para a permanência nos quadros profissionais era o direito previsto na Lei 530, de 2 de dezembro de 1898, aos voluntários e praças que continuassem nas fileiras do Exército após o término do serviço militar obrigatório, de receberem um lote de terras de 1.089 ares (10,89 hectares), em colônias da União quando fossem dispensados do serviço militar.

A Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908, apresentava duas partes distintas, mas que se completavam. A primeira com a organização do alistamento militar e do Sorteio Militar, uma aspiração antiga das forças armadas para permitir o completamento dos seus efetivos de uma forma universal, com jovens de todas as categorias sociais. A segunda parte continha as determinações para uma reorganização do Exército, distribuindo tropas pelo território nacional. Em decorrência da lei, foram editados os Decretos nº 6.947, de 8 de maio de 1908,

² O conceito de soldado-cidadão, obediente às leis e aos chefes, está expresso nas justificativas do Decreto nº 330, promulgado pelo marechal Deodoro da Fonseca, mencionando uma atuação dos soldados em uma missão civilizadora, eminentemente moral e humanitária, devendo o soldado ser, além de um elemento de força, o “cidadão armado, corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso como garantia da ordem e da paz públicas, apoio inteligente e bem intencionado das instituições republicanas, jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente que rebaixa o caráter, aniquila o estímulo e abate o moral” (RMG, 1890, p. A-33).

regulando a execução do alistamento e sorteio militar, e o de nº 6971 de 4 de junho de 1908, com a organização das grandes unidades e quadros dos oficiais do Exército.

A Lei nº 1860, de 4 de janeiro de 1908, ao organizar o alistamento militar e o sorteio militar, estabelecia que o serviço militar deveria ser prestado nas forças de primeira linha, com a duração máxima de 9 anos, segunda linha e sua reserva (os licenciados da primeira linha, que concluíram o tempo do exército ativo e na reserva), e na Guarda Nacional e sua reserva, compondo a terceira linha, provenientes da 2ª linha (Art. 7º). Previa o fornecimento pelos Estados e Distrito Federal dos contingentes formados pelos sorteados e voluntários, relacionados no alistamento obrigatório. O recenseamento dos cidadãos para o serviço militar deveria ser feito pelas juntas de alistamento militar, em cada município, compostas por dois oficiais, com funcionamento de 15 de setembro a 14 de novembro. O sorteio dos cidadãos que prestariam o serviço militar estava previsto para ser conduzido por uma junta, única em cada estado.

A reorganização do Exército constou nos artigos 105 a 138 da Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. Adotava, como tipo de organização, as grandes unidades, as brigadas, os regimentos, os batalhões e o corpo de saúde, sendo as grandes unidades organizadas quando o Governo julgasse conveniente. Portanto, o escalão máximo, normalmente, seria o de brigada. Detalhava as unidades que comporiam cada arma (infantaria, artilharia, cavalaria, engenharia). Pela lei, ficavam extintos os comandos dos distritos militares e a promoção a marechal em tempo de paz. Foram criadas as inspeções permanentes, como órgão imediato do Ministério da Guerra, destinadas a “velar pela observância fiel das leis, instruções e regulamentos militares”. Em Mato Grosso, ficaria a 13ª Inspeção Militar, chefiada por um oficial general do serviço ativo do Exército.

O Decreto nº 6947, de 8 de maio de 1908, regulamentou a execução do alistamento e sorteio militar. Estabelecia a condição de reservista para a nomeação de oficial da Guarda Nacional. Com a regulamentação, a convocação dos reservistas deixava de ser um privilégio da Guarda Nacional e das forças públicas estaduais.

O Decreto nº 6971 de 4 de junho de 1908, organizava as grandes unidades e quadros dos oficiais do Exército, e definia como grandes unidades do exército ativo a brigada estratégica ou simplesmente brigada, brigada de cavalaria, divisão de exército e exército, sendo a brigada considerada como a base de formação do exército, e a maior unidade que poderia permanecer constituída. A composição normal era ternária, com os corpos de tropa formados por três regimentos de três batalhões de três companhias, um regimento de artilharia

montada, com três grupos de três baterias a quatro peças, uma bateria de obuses, um regimento de artilharia a dois esquadrões e um batalhão de engenharia a quatro companhias.

O Decreto nº 7.054, de 6 de agosto de 1908 criava as cinco brigadas estratégicas do Exército, assim como aprovava o respectivo regulamento. A designação das localidades sedes constou no Aviso nº 1.705, de 25 de novembro de 1908. Em Mato Grosso ficava criada a 5ª Brigada Estratégica, com sede em Aquidauana. A organização da Brigada Estratégica estava detalhada pela Portaria de 28 de novembro de 1908 (RMG 1908, p. 147). Além da bateria de obuses, companhia de metralhadoras, esquadrão de trem, parque de artilharia e pelotão de estafeta, localizados junto ao comando da brigada, dela fariam parte: 13º (com os 37º, 38º e 39º batalhões, aproveitando efetivos do antigo 21º Batalhão), 14º (formado pelos 40º, 41º e 42º batalhões, recebendo os efetivos do antigo 8º Batalhão) e 15º Regimentos de Infantaria (a organizar); 5º Regimento de Artilharia Montada (13º, 14º e 15º Grupos, a organizar); 17º Regimento de Cavalaria (a dois esquadrões, a ser organizado); e, 5º Batalhão de Engenharia (p. 149-154).

Com essas alterações de 1908, o poder militar ficava centralizado no Sul do Estado, com as sedes da Inspeção Permanente e da Brigada Estratégica, e Corumbá caracterizada como uma praça forte em unidades militares, sediando três regimentos de infantaria e um grupo de artilharia. A fronteira com o Paraguai receberia tropas federais em Bela Vista e Ponta Porã.

A cidade de Aquidauana, como sede da Brigada Estratégica, receberia um Regimento de Artilharia. A cidade possuía uma importância estratégica, pela facilidade de ligações fluviais proporcionadas pelo rio Aquidauana, e uma posição central relativa com os demais municípios.

As novas organizações militares de Aquidauana, Nioaque e Bela Vista tiveram a organização retardada, pela falta de quartéis e dificuldades na construção, como a falta de praças operárias a serem empregadas nas construções e de pessoal idôneo para contratação. Para Bela Vista, as dificuldades eram agravadas pelo afastamento de um porto de desembarque, causando uma elevação nos custos, por ser o transporte dos materiais feito por carretas em maus caminhos. (RMG, 1908, p. 67-68)

O ministro da Guerra (RMG, 1909, p. 33) relatou a construção do quartel do 17º Regimento de Cavalaria em Ponta Porã, o início das obras em Campo Grande para abrigar o 5º Regimento de Artilharia, o prosseguimento da construção do quartel em Bela Vista para o 3º Regimento de Cavalaria Independente, e a reforma do quartel existente em Nioaque, para o

15º Regimento de Infantaria. As unidades militares no Mato Grosso ficavam com a organização mostrada no Quadro 7.

Os trabalhos de construção do aquartelamento do 15º RI em Nioaque, foram iniciados em 4 de março de 1909, com reparos e aumento no prédio existente, por meio de construções provisórias, já existindo o efetivo de 32 praças mantidas em serviços diários, o que permitiu a entrega ao comandante do pavilhão destinado ao refeitório, cozinha e depósito de gêneros (RMG, 1909, p. 110). E, em 14 de julho de 1910, o 15º RI foi organizado com o efetivo de dois batalhões. O 3º RCI, em Bela Vista, teve a organização datada de 8 de maio de 1910, com quatro esquadrões de cavalaria em seu efetivo. (RMG, 1911, p. 84-85).

Contrariando as publicações nos relatórios dos ministros da Guerra, constou no jornal *O Dia*, impresso em Florianópolis (Santa Catarina) e subtulado “Órgão do Partido Republicano Catarinense”, a informação de que fora publicado pelo *Diário da Fronteira*, em Uruguaiana, na data de 10 de maio, a situação em Nioaque como “Lamentável – Em Nioaque, Estado de Mato Grosso, encontra-se atualmente o 15º Regimento de Infantaria. Conta ele 17 soldados, sem armas, sem quartel, sem médico, nem medicamentos” (*O Dia* - SC, nº 4.843, 09 jun 1911, p. 1).

Quadro 7 - Unidades Militares da 13ª Inspeção Militar (Mato Grosso) em 1909

PARADAS	Brigada Estratégica	Engenharia	Artilharia				Cavalaria			Infantaria		
		Batalhões	Regimentos	Batalhões	Baterias de obuzeiros	Parques	Regimentos	Esquadrões de trem	Pelotões estafetas	Regimentos	Companhia de Caçadores	Companhia de metralhadoras
Corumbá				3º						13º		
Aquidauana			5º		5ª	5º		5º	5º	14º		5ª
Nioaque										15º		
Cuiabá	5ª										13ª	
Bela Vista							3º					
Ponta Porã							17º					
Cáceres		5º										

Fonte: RMG 1909, p. 103.

O comando da 13ª Inspeção Militar exercia-se cumulativamente com o de comandante da 5ª Brigada Estratégica (inserida no Quadro 7 como ainda sediada em Cuiabá). No relatório de 1910 (p. 78), constou que a sede da brigada estava em Campo Grande, acompanhado de um grupo do 5º Regimento de Artilharia Montada, mostrando que o regimento não se instalou

efetivamente em Aquidauana, onde permaneceu apenas um grupo de artilharia, em prédio alugado.

As condições continuavam precárias. O 14º RI, agora estacionado em Campo Grande, estava organizado em dois batalhões, alojados em casa alugada onde faltavam as mais rudimentares condições de alojamento para o seu pessoal, não só no tocante à higiene como às acomodações (RMG, 1910, p. 79). As comunicações para a vila de Ponta Porã, ainda administrativamente ligada a Nioaque, foram consideradas como difícilimas, o que atrasava as remessas de numerário para o pagamento do pessoal e material para a construção (RMG, 1910, p. 78).

O Batalhão de Artilharia de Corumbá desmembrava suas baterias em Forte de Coimbra e Porto Murtinho. Em melhores condições, o 13º Regimento de Infantaria, também em Corumbá, estava aquartelado em edifício novo, e o seu pessoal efetivo desempenhava com correções as funções. O 38º Batalhão de Infantaria, pertencente ao 13º RI, ficava estacionado em Cáceres. “apesar de sua estadia ali não corresponder às necessidades do serviço”. (RMG, 1910, p. 79). Destaca-se a existência do 5º Batalhão de Engenharia, em Cáceres, com a incumbência da implantação das linhas telegráficas de Mato Grosso para o Acre, sob o comando do tenente-coronel Candido Mariano da Silva Rondon. Ficava à disposição do Ministério da Viação e Obras Públicas, para a realização das linhas telegráficas e estradas estratégicas. (RMG, 1910, p. 79).

As brigadas ficavam subordinadas ao inspetor permanente, de acordo com o novo regulamento, aprovado pelo Decreto nº 7939, de 7 de abril de 1910 (RMG, 1910, p. A-A-3). A 13ª Região Militar foi designada para abranger o Estado de Mato Grosso e os regimentos voltavam a ter a designação de “cavalaria independente”.

A denominação de Região Militar retornou em 19 de maio de 1910, pelo Decreto nº 8016. Deveria ser comandada por um general de divisão e, ao alterar o regulamento das inspeções permanentes, ficava ao cargo de “inspetor permanente” a atribuição de comandar permanentemente todas as tropas da sua região de inspeção.

Para Tavares (1985, p. 134), o primeiro decênio do século XX foi um período de transição, após o quadro encontrado no país com a desmobilização dos grandes contingentes militares, acontecimentos políticos, sociais e econômicos, o desencadeamento da Abolição e a Proclamação da República, influenciando o espírito dos militares, para a preponderância do espírito profissional, onde estão incluídos “o fortalecimento do princípio hierárquico e a

imprescindível coesão dos quadros e da tropa, regidos pelos preceitos da disciplina consciente e consentida, com base no respeito à dignidade do homem de todas as graduações.”

Nas reformas do ensino militar conduzidas pelo marechal Hermes da Fonseca, em 1911, ocorreu o retorno para o Rio de Janeiro das escolas militares que estavam no Rio Grande do Sul. Em 1913, pelo Decreto nº 10198, de 30 de abril de 1913, as escolas de guerra, de aplicação e engenharia foram substituídas pelas escolas militar e prática, funcionando em Realengo, segundo Motta (1998, p. 237), “intimamente articuladas, podendo mesmo, sob certos aspectos, ser consideradas um só estabelecimento” (p. 243). Um único oficial comandava as duas escolas.

A Escola Militar do Realengo iniciou os cursos de formação de oficiais do Exército em 1913, com o ensino teórico-prático, procurando reduzir a teoria ao indispensável. Na nova escola “o ensino possuía características militares, como também era militar a disciplina interna” (CARVALHO, 2005, p. 28). A abertura da Escola Militar do Realengo impôs um padrão de ensino exclusivamente militar, com o objetivo de afastar os futuros oficiais de qualquer influência de natureza política. A nova formação de oficiais buscava substituir rapidamente o soldado-cidadão, dedicado ao estudo das ciências humanas, pelo soldado-profissional, com a sua área de interesses voltados exclusivamente para a vida militar.

Os oficiais enviados durante o governo do marechal Hermes da Fonseca para estagiarem em corpos de tropas do Exército alemão e assim acompanharem os avanços dos modernos exércitos europeus, ao retornarem ao Brasil, ficaram conhecidos como *jovens turcos*, e lançaram em 1913 a revista *A Defesa Nacional*, destinada a introduzir reformas no Exército e influenciar no pensamento da oficialidade brasileira. Entre eles estava Bertoldo Klinger, que anos depois estaria no SMT, combatendo os revoltosos da Coluna Prestes. Muitas das medidas de mudanças, adotadas nos anos subsequentes a 1908, são reflexos da influência exercida pelos oficiais que regressaram da Alemanha, afirma Magalhães (1998, p. 324). Segundo Moraes (1997), outra contribuição dos *jovens turcos* foi para o reconhecimento da necessidade de trazer ao Brasil uma missão militar encarregada de modernizar o Exército Nacional.

O Marechal Hermes da Fonseca, eleito presidente da República pelo Partido Conservador, para o período de 1910 a 1914, conduziu um programa de governo onde figurava a derrocada das oligarquias estaduais, segundo Lobato Filho (1992, p. 104), e sua administração na presidência foi marcada por intervenções federais nos governos estaduais, realizadas com o pretexto de combater o domínio oligárquico nos estados (ABREU, 2010).

Durante seu governo, foram iniciadas as lutas do Exército Brasileiro contra os revoltosos da região do Contestado e que seriam encerradas em 1915. Os combates ocorreram em uma região com matas nativas e ervais, disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná.

A instalação de organizações militares em Bela Vista e Nioaque mostrava a presença do Estado na vigilância da fronteira. Mas a situação militar não correspondia a um elevado valor estratégico da região. O efetivo era mínimo, o equipamento deficiente e as instalações precárias. Existiam quartéis funcionando em prédios alugados, como os de Aquidauana e do quartel general da Brigada Estratégica.

Figura 2 – Quartel do 5º Regimento de Artilharia Montado em Aquidauana



Fonte: Espaço Cultural Major Cantuária (9º Grupo de Artilharia de Campanha / Nioaque – MS).

O presidente do Estado de Mato Grosso, Joaquim A. Costa Marques, após sua visita com a duração de mais de dois meses, em 1912, ao Sul do Estado, assim descreveu o quartel do 5º Regimento de Artilharia, em Aquidauana: “está aquartelado sobre a margem esquerda em uma casa velha de telha e outras de capim, que despertam a ideia de um acampamento

provisório e que está em desarmonia com a beleza e prosperidade do local.” (MPMT, 1913, p. 9). A imagem do quartel, mostrada na Figura 2, confirma a situação precária da instalação do 5º RAM em Aquidauana.

2.1.2 O governo de Wenceslau Braz (1914-1918) e o general José Caetano de Faria como ministro da Guerra

O general José Caetano de Faria, nomeado ministro da Guerra pelo presidente Wenceslau Braz, comunicou ao chefe do Grande Estado-Maior do Exército, pelo Aviso nº 87, de 19 de dezembro de 1914, que haveria a necessidade de uma remodelação do Exército, para atender às circunstâncias financeiras do país, as quais não permitiam manter organizadas todas as unidades previstas para o Exército. E entre as diretrizes estabelecidas, constava a redução das regiões militares e a organização em Mato Grosso de “uma brigada composta de um regimento de cavalaria, dois regimentos de infantaria com dois batalhões, uma companhia de engenharia” e a transformação da 13ª Companhia Isolada em Companhia de Metralhadoras para essa brigada (RMG, 1914, p. A-B-131 a 133).

No Aviso nº 87, de 19 de dezembro de 1914, expediram-se as seguintes diretrizes para a tropa de Cavalaria:

Os regimentos de cavalaria de dois esquadrões passarão a ter quatro, reunindo-se os esquadrões do 13º ao do 14º, os do 15º ao 16º. O 3º **batalhão** [sic] e o 17º se fundirão também em um só de 4 esquadrões. Em cada brigada de cavalaria não se dará efetivo a um dos regimentos. (RMG, 1914, p. A-B-132, grifo nosso).

Aponta-se uma falha na redação no relatório, e a prescrição refere-se ao 3º Regimento de Cavalaria, e não ao 3º batalhão, por não ser essa designação adotada pelo Exército para as unidades da Arma de Cavalaria, pela interpretação de que os dois regimentos mato-grossenses se fundiram, permanecendo apenas o de Bela Vista e a extinção do 17º. Em Ponta Porã ficaria um esquadrão do regimento de Bela Vista, formando o Destacamento Federal.

O Decreto nº 11.497, de 23 de fevereiro de 1915, impunha uma remodelação para o Exército Nacional, com a adoção da organização divisionária e extinção das Regiões de Inspeções Permanentes e das brigadas estratégicas (RMG, 1914, p. 132). As divisões do Exército destinavam-se a formar o Exército de Campanha, e o território ficava dividido em Regiões Militares, para os efeitos de comando, administração e recrutamento das forças. A 6ª Região Militar, de acordo com esse decreto, era constituída pelos Estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, com sede em São Paulo. Em Mato Grosso,

estabeleceu-se em Corumbá o comando da Circunscrição Militar, a ser exercido pelo comandante de unidade mais graduado entre os existentes na mesma (RMG, 1915, p. 386).

A relação dos corpos militares que permaneceram dotados de efetivos constou no Aviso nº 354 de 4 de março de 1915. O ministério da Guerra organizara as unidades do Exército sem respeitar os limites estaduais, e as que continuaram sediadas no Mato Grosso passaram a serem orgânicas de divisões com sedes em outros estados. Na III e IV Regiões, agora reunidas, a 2ª Divisão, com sede em Niterói, recebeu o 3º Regimento de Cavalaria, com sede “provisoriamente” em Bela Vista, o 13º grupo do 5º Regimento de Artilharia Montada, com sede “provisoriamente” em Campo Grande e o 5º Batalhão de Engenharia, com sede em São Luís de Cáceres. O 17º Regimento de Cavalaria não constou na relação, ficando extinto. O 13º Regimento de Infantaria, com sede em Corumbá, passou a ser da 4ª Divisão, da VI Região, sediada em São Paulo. Uma bateria do forte de Coimbra passou a ser do 3º Batalhão de Artilharia de Posição, com sede em Ipanema (RMG, 1915, p. A-B-38-39).

O 15º RI, de Nioaque, já fora transferido pelo Aviso 376, de 20 de maio de 1914, para Ipanema (ainda uma vila nas proximidades de Sorocaba), no Estado de São Paulo (RMG, 1914, p. A-B-57). Ali viria a ocupar as instalações da Fábrica de Ferro São João do Ipanema (RMG, 1914, p. 81), atualmente localizada no município de Iperó, na região de Sorocaba. Posteriormente, pelo Decreto nº 11.498, de 23 de fevereiro de 1915, ocorreu a decomposição dos seus batalhões, que deram origem ao 44º e 45º batalhões de caçadores, para formarem a 1ª Divisão de Exército, naquela época sediada em Recife e, ainda, pelo Aviso nº 336, de 1º de março de 1915, ao 43º Batalhão de Caçadores, da 6ª Região Militar, com sede em São Paulo. O material do quartel de Nioaque, onde estava instalado o 15º RI, passou a ser guardado por militares do 10º RCI de Bela Vista, e transportado gradualmente para Aquidauana. Depois o prédio passou a ser ocupado por um destacamento policial (RMG, 1916, p. 69).

O 17º Regimento de Cavalaria, criado para ser instalado em Ponta Porã, teve uma curta existência, de 1908 a 1915. Era organizado em dois esquadrões de cavalaria. O relatório do ministro da Guerra de 1910 menciona que “para essa vila são difíceis as comunicações, de modo que as remessas de numerário e material são demoradas”, e reconhecia como uma necessidade urgente a construção “de um reduzido trecho que levará o telégrafo àquela localidade” (RMG, 1910, p. 78).

O prédio para sua sede começou a ser construído em 1909. O ministro da Guerra informou em seu relatório anual que o “o quartel provisório do 17º regimento de cavalaria, em Ponta Porã, de madeira, dispõe de 4 pavilhões independentes, ligados entre si por bastiões de concreto na parte anterior e posterior por uma frente em forma de baluarte de alvenaria e tijolo” (RMG, 1913, p. 105).

Com a extinção do regimento em 1915, o quartel passou a ser ocupado por elementos de um esquadrão do 3º RC de Bela Vista, formando o Destacamento Federal de Ponta Porã. Posteriormente, com a reforma do Exército de 1919, seria criado em Ponta Porã o 11º Regimento de Cavalaria, o qual permanece na cidade até os dias atuais, com a denominação de 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado. A numeração 17º reapareceu no ano de 1946, designando o regimento de cavalaria criado em Pirassununga – SP, e transferido em 1969 para Amambai, sendo atualmente o 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

De acordo com o Aviso nº 872 de 17 de novembro de 1917, as seguintes unidades estavam distribuídas pelo Estado de Mato Grosso, incluído na 6ª Região Militar: 13º Regimento de Infantaria, organizado em três batalhões; 3º Regimento de Cavalaria; 5º Regimento de Artilharia Montada; e uma bateria isolada de artilharia de costa. As tropas estavam nos municípios de Aquidauana, Bela Vista, Cáceres, Campo Grande, Corumbá, Cuiabá, Nioaque, Ponta Porã e Porto Murtinho. Para o SMT, uma alteração importante na organização militar ocorreu com a transferência da sede da Circunscrição Militar de Mato Grosso, de Cuiabá para Corumbá, pelo Aviso nº 938, de 7 de dezembro de 1917. (RMG, 1917, p. A-B-76). As circunscrições militares, de acordo com o previsto no Decreto nº 12.790, de 2 de janeiro de 1918, deveriam ter sede nas capitais dos estados (RMG, 1917).

Durante a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) foram enviados militares brasileiros para a França. Pelo Decreto nº 3.427, de 27 de dezembro de 1917, era autorizado o envio de uma comissão de oficiais para acompanhar as operações de guerra na Europa, junto ao Exército Francês (RMG, 1917). A comissão foi comandada pelo General Napoleão Felipe Aché, composta por oficiais do Exército e da Marinha. Alguns oficiais da comissão chegaram a combater. E uma missão médica, criada pelo Decreto nº 13.093, de 10 de julho de 1918, realizou atendimentos no interior da França e no Hospital Brasileiro, montado em Paris.

2.1.3 A gestão Pandiá Calógeras no Ministério da Guerra (1918-1922) e a construção de novos quartéis no SMT

O presidente Epitácio Pessoa designou um civil para a pasta do Ministério da Guerra, gerando descontentamento dos militares. Contrariando uma tradição, e fato único na história republicana, tradição esta somente extinta com a criação do Ministério da Defesa, o engenheiro João Pandiá Calógeras, que já fora deputado federal e ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1914-1915) e da Fazenda (1915- 1917), ocupou a pasta. Mesmo civil, ele era considerado como um dos principais conhecedores dos problemas militares no Brasil.

Em 1918, a Primeira Guerra Mundial e o retorno dos oficiais que estagiaram no exército alemão implicaram novas e importantes modificações na estrutura do Exército. Por solicitação do ministro Pandiá Calógeras, contratou-se a Missão Militar Francesa em 1919, refletindo a derrota alemã na Primeira Grande Guerra. A principal ação da missão consistiu em dar aos oficiais brasileiros conhecimentos mais exatos sobre a guerra e sua preparação. Conforme Magalhães (1988, p. 335) a influência prática da Missão Militar Francesa começou a se fazer sentir em 1921, quando se iniciou uma nova fase histórica da evolução do Exército Brasileiro. Essa influência caracteriza a “superação completa da mentalidade positivista representada pela Escola Militar da Praia Vermelha e pelo profissionalismo da Escola Militar do Realengo” (CARONE, 1972, p. 352). As alterações realizadas no período em que Pandiá Calógeras esteve à frente do Ministério da Guerra sofreram a influência da Missão Militar Francesa.

O ministro Pandiá Calógeras teve sua gestão marcada pelo objetivo de reconstruir o poder militar brasileiro, em um duplo aspecto, do elemento humano e material, de acordo com Carvalho (1935). No elemento humano, enfrentou o problema da educação militar e do pessoal. No aspecto do material para o Exército, era evidente a falta de aquartelamentos adequados para as tropas, assim descrita:

O Brasil deve a si mesmo não consentir que seus filhos, que se ufanam em vestir a farda, se alojem em senzalas imundas, que nenhuma dedicação de oficiais, por maior que seja, nenhum concerto ou remendo pode transformar nas moradas salubres onde o Exército deve cuidar de sua missão. (RMG, 1919, p. 33).

Em 1918, o Ministério da Guerra apresentava “razões de ordem estratégica” para constituir uma circunscrição à parte, com forças completamente independentes das cinco divisões existentes no Exército, para, em caso de mobilização, constituir o núcleo de defesa no Estado de Mato Grosso (RMG, 1918, p. 12). A escolha de Campo Grande para sede do destacamento militar e da circunscrição é justificada por ser a cidade “zona natural de

concentração das tropas, quando necessária”. No relatório, Campo Grande é descrita como uma cidade com privilegiada situação geográfica, constituindo um ponto estratégico e naturalmente escolhida para estação inicial dos ramais ferroviários que “em futuro não remoto, deverão ser construídos para alcançar Bela Vista e Ponta Porã na fronteira sul e Cuiabá, passando por Coxim.” Citava, ainda, a salubridade da cidade, com o clima ameno, estações climáticas diferenciadas, sem quedas bruscas de temperatura. Embora a previsão dos ramais para Bela Vista e Cuiabá não se tenham concretizado, Campo Grande firmou-se como entroncamento rodoviário. Em 1919, segundo o relatório, já estava ligada à Ponta Porã por uma linha de automóveis, que passava pelo planalto e atendia Entre Rios e as regiões de Vacaria e Brillhante. (RMG, 1919, p. 186).

Queiroz (1999, p. 148 e 2004, p. 143-144) menciona como existentes no sul do Mato Grosso os maiores riscos de presença estrangeira e convulsão interna, pela fragilidade e vulnerabilidade nas fronteiras. Em um eventual ataque iniciado das fronteiras, o interior do país seria facilmente alcançado pelos invasores.

A mudança reflete uma orientação doutrinária defensiva do Exército, segundo a qual em caso de invasão por força inimiga, deveria haver uma ação de cobertura, com os primeiros choques, para ganhar tempo, reunir as tropas, formando Divisões e Exércitos, e depois arremeter contra os adversários (Esteves, 1996, p. 102). Convinha, assim, que o comando não fosse estabelecido em uma primeira linha de combate. O local favorável seria mais afastado, na retaguarda, com condições de contra-atacar. A ferrovia permitia o deslocamento das tropas em condições favoráveis para a hipotética contraofensiva.

A sede do grande comando no interior refletia a noção moderna da defesa nacional, introduzida pelos jovens *turcos*, prevendo a mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos. Substituíu a uma noção de proteção pela fixação de tropas nas fronteiras do Sul e Sudoeste.

O Estado de Mato Grosso, com a Circunscrição Militar e o destacamento militar, teve sua situação especial destacada, pela distância da sede da alta administração do país, a carência de recursos locais e a sua situação particular de limítrofe com o estrangeiro. O ministro da Guerra solicitava alterações na situação do destacamento militar, embora reconhecesse a melhoria da situação pelo funcionamento da estrada de ferro:

Por outro lado, não se pode deixar de considerar imprudência grande manter a guarnição de Mato Grosso no pé em que se acha. Mesmo sem querer remontar a acontecimentos da segunda metade do século passado ou a

anteriores, basta lembrar o ocorrido em 1902³, em momento de pouca tranquilidade nas nossas relações internacionais, e em 1906, quando o governo da União, no intuito de amparar a administração local, enviou-lhe os necessários recursos militares, chegados com tanto atraso, que o seu emprego se tornou inoportuno. As condições não são hoje rigorosamente as mesmas, é bem verdade. Mas não é menos verdade faltar à estrada de ferro Itapura a Corumbá, única via de acesso pelo território nacional, a capacidade necessária para garantir a condução de forças de efetivo regular às fronteiras de Mato Grosso, com reforço à sua diminuta guarnição, se isso for necessário (RMG, 1919, p. A-A-34).

Em 1919, o ministro Pandiá Calógeras promoveu alterações na organização do Exército, com o objetivo de distribuir as tropas por todo o território nacional⁴. A elevação do efetivo, autorizada em 1917, e a distribuição da tropa de modo que uma unidade do Exército fosse organizada em cada Estado da União, para servir de núcleo de preparação dos convocados para o serviço militar, impuseram a construção de novos quartéis e aquisição de material para seus equipamentos.

De acordo com o Decreto nº 13.651, de 18 de junho de 1919 (RMG 1919, p. A-A-5), com as alterações da divisão territorial e da organização das divisões do exército, estava criada a Circunscrição Militar de Mato Grosso, com jurisdição sobre todo o estado e exercendo o comando sobre as tropas. A nova divisão territorial chegou a ser apontada como um reconhecimento do valor estratégico do Mato Grosso por ter apenas um estado em sua jurisdição. Assim, além da 2ª Região Militar, que compreendia o Estado de São Paulo, todas as tropas com sede no estado estavam sob o comando de uma autoridade localizada no mesmo estado. Mas essa impressão sobre o reconhecimento do valor estratégico é contrariada pela designação das tropas distribuídas no Estado. Enquanto as 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Regiões receberia, para cada uma delas, uma divisão de exército, e a 5ª, contaria com uma divisão, mas dividida em 12 estados pelo Nordeste e Amazônia, para a Circunscrição Militar de Mato Grosso estava destinado um destacamento de valor inferior a uma divisão, composto por três batalhões de

³ Em 1902, houve a necessidade de reforçar a guarnição das fronteiras do Estado de Mato Grosso, por causa da pendência diplomática envolvendo o Brasil e a Bolívia, sobre o território do Acre e a insuficiência do pessoal militar. As forças vieram em penosa viagem, utilizando navios contratados da Companhia Nacional de Navegação Costeira. (RMG, 1902, p. 5).

⁴ Sobre as várias mudanças realizadas na estrutura do Exército na Primeira República, Mallan (1988, p. 125), cita que em um opúsculo publicado em 15 de novembro de 1923 com um resumo da legislação que provocou as mudanças até aquela data, estavam as seguintes considerações: “a organização do Exército nacional, nos moldes atuais, foi dada pelo benemérito Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (presidência Afonso Pena) pela Lei nº 1.860 de 4 de janeiro de 1908, remodelada pelo General José de Faria (presidência Wenceslau) pelo Decreto nº 11.497 de 23 de fevereiro de 1915, retocada pelo General Alberto Cardoso de Aguiar (presidência Delfim Moreira) pelos Decretos nº 13.651, 13.652 e 13.653 de 18 de junho de 1919; Dr. João Pandiá Calógeras (presidência Epitácio) pelos Decretos nº 13.916 de 11 de dezembro de 1919, 14.397 de 9 de outubro de 1920 e 15.235 de 31 de dezembro de 1921 e vários outros Atos; e finalmente pelo General Fernando Setembrino de Carvalho (presidência Bernardes) pelo Decreto nº 15.934 de 22 de janeiro de 1923 (serviço militar)”.

caçadores, duas companhias de metralhadoras, dois regimentos de cavalaria e um regimento de artilharia montada. O valor estratégico seria, então, intermediário, inferior ao atribuído para as regiões Sudeste e Leste, mas superior ao valor do Nordeste e Norte. Houve, de fato, uma redução no efetivo militar, em relação ao previsto na Reforma de 1908.

A transferência física da Circunscrição Militar para Campo Grande ocorreu pelo Decreto nº 13.652, de 18 de junho de 1919. A nova sede foi inicialmente instalada em edifício reparado e alugado pela Intendência Municipal, e oferecido pela municipalidade da localidade, sem ônus ao Ministério da Guerra, próximo à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. (RMG, 1921, p. 128 e Ferreira, 2009, p. 98). Depois foi instalada em prédio especialmente construído com essa finalidade, o primeiro com dois andares na cidade de Campo Grande, mostrado na Figura 3. Atualmente o prédio está sendo recuperado para sediar um espaço cultural.

Pela estrutura estabelecida no Decreto nº 13.652, de 18 de junho de 1919, estavam distribuídas as seguintes unidades de tropa para a Circunscrição Militar de Mato Grosso: 61º, 62º e 63º Batalhões de Caçadores (por transformação das unidades do extinto 13º Regimento); os 21º e 22º Grupos de Artilharia Montada, formando o 11º Regimento de Artilharia Montada (substituindo o 5º Regimento de Artilharia Montada), continuando a sede em Campo Grande, e transferindo para essa cidade o regimento que fora designado em 1908 para Aquidauana. Em Ponta Porã, onde estava aquartelado o 3º Esquadrão de Cavalaria do 3º Regimento de Cavalaria Independente, passaria a existir um regimento de cavalaria (o 16º), mas ainda por ser organizado. Em Bela Vista, continua o 3º RCI, mas com a denominação alterada para 3º Regimento de Cavalaria, conforme determinava o Decreto nº 13651, de 18 de junho de 1919.

Em 1921, foi aprovada pelo Decreto 15.235, de 31 de dezembro, uma nova organização para o Exército ativo em tempo de paz. A estrutura das grandes unidades com divisões de Infantaria, divisões de Cavalaria, brigada mista e unidades independentes, mostrava ser mais adequada e atualizada com os novos princípios da guerra.

Em Mato Grosso, a Circunscrição Militar passa a ser denominada de 1ª Circunscrição Militar. Seu comandante é um general de brigada, também comandante da brigada mista, e exerce plena autoridade de comando (disciplinar e administrativa) sobre todas as unidades de tropa, formação de serviços e estabelecimentos militares, com sede no respectivo território. Adotou-se nesta tese a designação de Circunscrição Militar de Mato Grosso, por ser o nome mais utilizado pela população e imprensa.

Figura 3 – Quartel - General da Circunscrição Militar em Campo Grande



Fonte: Malan (1928) e Acervo Fernando dos Anjos Souza (10 jun. 2017)

A Brigada Mista, única do Exército, dispunha do Quartel General, comandado por um general de brigada (o mesmo da 1ª Circunscrição Militar), estado-maior, chefe dos serviços e

seus auxiliares, e a escolta do quartel general. A tropa da brigada, era formada com 3 batalhões de caçadores, 2 regimentos de cavalaria independente (sendo um deles sempre comandado por coronel), 1 regimento de artilharia mista, 1 batalhão de engenharia (com companhias de sapadores mineiros, pontoneiros e de transmissões, mais o depósito de material de engenharia da divisão como anexo, 1 esquadrilha mista de aviação, complementada por mais pessoas e órgãos dos diversos serviços. A distribuição das organizações militares pelos municípios está mostrada no Quadro 8.

Com a nova organização, as grandes unidades são quaternárias, com duas brigadas, cada uma com dois regimentos, e o pessoal de reforço, incluindo a artilharia, engenharia, carros de combate e aviação. O efetivo em tempo de paz é aumentado, necessitando, em âmbito nacional, de 3.163 oficiais e 74.460 praças para suprir a nova organização. (Malan, 1988). Desses, em torno de 4.500 militares seriam distribuídos no Mato Grosso.

Na nova estrutura, atenderam-se os anseios da população de Ponta Porã de ter um quartel federal estacionado na cidade, com a criação do 11º Regimento de Cavalaria Independente, a ser organizado após o término das obras do quartel. No entanto, com as extinções ou transferências de unidades militares, Nioaque e Miranda perderam, para Campo Grande, a importância da concentração de tropas que possuíam antes da Guerra da Tríplice Aliança. Aquidauana, beneficiada pela estação da estrada de ferro, assumiu o papel de Miranda, como “ponto de parada para os oficiais e cargas que se destinam ao 3º Regimento de Cavalaria [Bela Vista]” (RMG, 1917, p. 101).

Quadro 8 - Organização da Brigada Mista em Mato Grosso

Cidade	Organização
Campo Grande	Comando da 1ª Circunscrição Militar e da Brigada Mista
Campo Grande	Regimento de Artilharia Mista
Campo Grande	18º Batalhão de Caçadores
Campo Grande	Esquadrilha Mista de Aviação
Ponta Porã	11º Regimento de Cavalaria Independente
Bela Vista	10º Regimento de Cavalaria Independente
Cuiabá	16º Batalhão de Caçadores
Corumbá	17º Batalhão de Caçadores
Coimbra	5º Grupo de Artilharia de Costa
Aquidauana	6º Batalhão de Engenharia
Porto Murtinho, Ponta Porã	Destacamentos

Fonte: RMG, 1921, p. 129

Como não havia tropa federal em Nioaque, Dom Aquino, como presidente do Estado, e após uma visita ao SMT, após passar por aquela cidade, informou para a Assembleia Legislativa estadual estar o Governo se propondo a “conseguir da União a cessão do vasto

quartel hoje abandonado, antiga sede do Regimento do Sul, prédio esse que com as convenientes reformas, poderá prestar ótimos serviços ao Estado e ao município. “(MPMT, 1920, p. 65).

Na gestão do ministro Pandiá Calógeras muitas das alterações e reformas planejadas para o Exército saíram do campo de concepções e tornaram-se efetivamente realizadas. Foram concluídas cerca de 100 obras militares e determinada a construção de quartéis em todo o país, cuja concretização é considerada como a maior das vitórias do ministro, assim sintetizada:

A criação das novas unidades, o aumento dos efetivos de instrução de outras, as condições precaríssimas e até inacreditáveis de muitas casernas antigas, o desenvolvimento do ensino militar, o indispensável estabelecimento de depósitos regionais que não existiam, e de outros centrais, que eram insuficientíssimos; os melhoramentos nas instalações dos serviços de saúde e veterinária, tudo isso pôs em foco e em primazia no Exército o problema dos aquartelamentos, sem os quais nada vale resolver os do pessoal e os do material (CARVALHO, 1935).

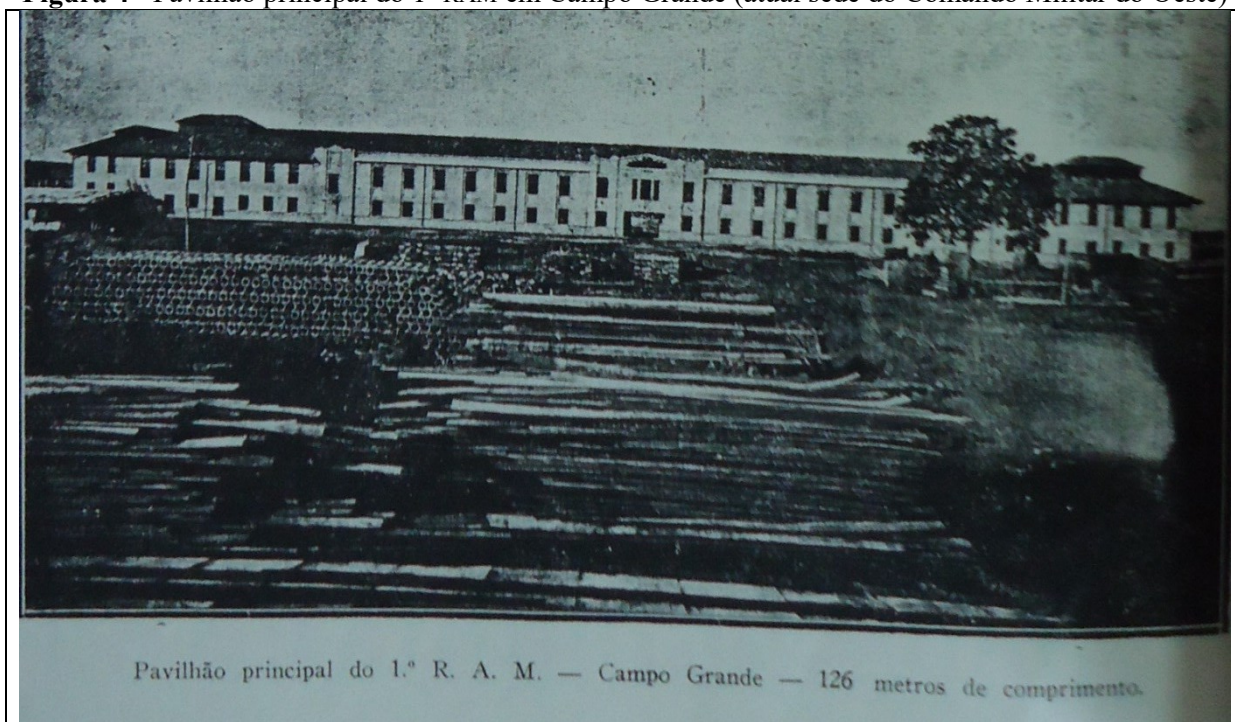
A empreitada da construção dos quartéis e obras militares foi dada para a Companhia Constructora de Santos nas obras de maior vulto, e para pequenas empresas nas de menor vulto, sob a fiscalização da diretoria de Engenharia do Ministério da Guerra, chefiada pelo General Rondon. Viveiros (2010) menciona que o ministro fizera uma inovação, ao determinar para o Estado-Maior do Exército a elaboração de projetos e planos, ou seja, a incumbência do planejamento, enquanto a Diretoria de Engenharia ficaria com a execução ou a fiscalização.

Entre as obras implantadas na gestão Pandiá Calógeras, Rondon descreve as que beneficiaram o Mato Grosso, todas no SMT:

Foi construída a Vila Militar de **Campo Grande** na chapada que fica a cavaleiro da cidade, em sua continuação para o Poente. Aí, se edificaram vastos quartéis para o 18º BC, para o Regimento Misto de Artilharia e um grande hospital para toda a circunscrição militar. Foi instalada uma grande internada para o Depósito de Monta e aberto um campo de aviação. Em **Bela Vista**, foi aumentado o quartel do 10º RCI. Em **Ponta Porã**, foi construído o quartel para o 11º RCI. Na visita que o ardoroso ministro fez a essa cidade, em 1921, depois do apelo direto que o povo fronteiriço lhe lançou em manifestação popular, ordenou ele ao seu diretor de Engenharia, então presente, a construção de **uma linha telegráfica que ligasse a cidade da fronteira a Campo Grande e Aquidauana e de uma rodovia de comunicação direta** entre a sede da circunscrição e a guarnição daquela raia de Mato Grosso. Iniciei prontamente essas construções que foram concluídas no ministério do marechal Setembrino – mais de 500 km de linha telegráfica e de estradas de comunicação. Em **Aquidauana**, foi construído um quartel novo para o 6º BE e feitos estudos para uma rodovia que ligasse essa cidade

à Bela Vista, com uma transversal de Nioaque à estrada carreteira da cabeceira do Apa. (VIVEIROS, 2010, p. 44, grifo nosso).

Figura 4 - Pavilhão principal do 1º RAM em Campo Grande (atual sede do Comando Militar do Oeste)



Fonte: Pereira (1930) e Acervo Fernando dos Anjos Souza (10 jun. 2017)

Na visita que realizou ao SMT, para inspecionar as obras de construção de quartéis, o ministro Pandiá Calógeras atentou para a “deplorável situação em que se encontravam as tropas daquela circunscrição militar, sem quartéis adequados, sem armamentos nem acessórios indispensáveis à instrução e consolidação da disciplina” (VIVEIROS, 2010, p. 440).

O presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa, na sua Mensagem de 21 de maio de 1923, comunicava para a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso a decisão do governo federal de executar um “plano de viação militar” no sul do Estado, sob a direção de engenheiros do Exército. No plano constava a construção de uma estrada ligando a cidade de Aquidauana a Nioaque, que estava integrada com a estrada Campo Grande – Entre Rios – Ponta Porã, e Nioaque – Bela Vista. Com a execução do plano, Campo Grande e Aquidauana teriam outras formas de ligação, além da estrada de ferro. E, complementando, foi citada a inauguração da ligação telegráfica de Ponta Porã ao circuito nacional (MPMT, 1923, p. 95).

O prédio destinado ao 1º Regimento de Artilharia Montado, com sua situação atual, é mostrado na Figura 4. A grandiosidade de sua frente, com mais de cem metros de comprimento, atesta até hoje a importância dessa obra.

As ligações por telégrafo traziam as comunicações para ajudar na defesa do País nas regiões fronteiriças. Além disso, as picadas abertas para o levantamento dos postes para sustentação de fios permitiam o tráfego em trajetos mais curtos de carroças, carros de bois e dos automóveis.

2.2 As corporações armadas no SMT

Variados componentes ou grupos sociais ostentavam postos e graduações do Exército e usavam designações militares, ou possuíam prerrogativas de usarem armas, formando corporações ou milícias armadas. Na região sul de Mato Grosso, existiam os sobreviventes da Guerra da Tríplice Aliança, os membros da Guarda Nacional, os integrantes da força policial estadual, os oficiais honorários, os guardas federais, pertencentes à Agência Fiscal Federal e guardas particulares, à disposição dos proprietários rurais.

Na imprensa, os membros da Guarda Nacional, mesmo após ser extinta, das Forças Armadas e Força Policial são citados pelo posto ou graduação antecedendo o nome, sem discriminar a origem da patente. Daí a profusão de “coronéis”, “majores” e “tenentes” nas notícias publicadas em jornais da época.

As forças policiais militarizadas dos estados, assim como a brigada militar e o corpo de bombeiros do distrito federal, constituíam forças auxiliares do Exército ativo e usavam as mesmas denominações para os postos e graduações.

2.2.1 A Guarda Nacional

A Guarda Nacional foi criada em 1831, durante a Regência, pela Lei de 18 de agosto e, conforme constou no artigo 1º, surgiu como força auxiliar do Exército, com os objetivos de:

Defender a Constituição, a Liberdade, a Independência, e a Integridade do Império; para manter a obediência às leis, conservar, ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas; toda a deliberação tomada pelas Guardas Nacionais acerca dos negócios públicos é um atentado contra Liberdade, e um delito contra a Constituição. (CASTRO, 1971, p. 277).

A corporação prestou relevantes serviços ao país, participando de todas as guerras civis e externas do Império e nas primeiras lutas intestinas do período republicano, conforme Barroso (2000, p. 91).

Castro (1971, p. 274), enumera três fases diferenciadas na existência da Guarda Nacional. A primeira fase durou de 1831 até 1850, com a reforma da lei de criação. Nesse período, a Guarda Nacional atuou de forma direta e intensa na campanha de pacificação nacional. A segunda fase, ocorrida durante o período do Segundo Reinado, de 1850 a 1889, houve o início da aristocratização dos seus dirigentes, e a Guarda Nacional transformou-se em milícia eleiçoeira. A terceira fase ocorreu na República, absorvida como força de segunda linha pelo Exército, assim permanecendo até a sua desmobilização em 1922.

As transformações na Guarda Nacional levaram a uma caracterização de ser uma força específica da classe dominante dos senhores de terras e de escravos ou de servos, conforme Sodré (1979, p. 117), e atuar como instrumento militar na neutralização das forças armadas regulares. Muitos observadores e historiadores, afirma Sodré (1979, p. 131), perceberam características oligárquicas da Guarda Nacional, pois os chefes locais recebiam, automaticamente, os postos mais altos, e os demais, seguindo uma hierarquia, eram distribuídos pelas posses ou prestígio político.

Em Mato Grosso, segundo Castro (1971, p. 297), a Guarda Nacional foi reorganizada em decorrência da regulamentação especial da Guarda Nacional nas províncias limítrofes com os países vizinhos promovida em 1850, pelo agravamento da crise sobre a questão do rio da Prata.

A dissertação de Garcia (2001, p. 65) mostra a utilização da Guarda Nacional em Mato Grosso como instrumento eleitoral. Quando presidente da Província de Mato Grosso, em 1865, o almirante Augusto João Manuel Laverger, encontrou dificuldades para defender a província invadida pelos paraguaios, pois a Guarda Nacional, em Mato Grosso, estava desorganizada e desempenhava as tarefas de força policial, a vigilância da região de fronteira, ocupando o lugar da polícia e das tropas do Exército. Laverger enfrentou, ainda, a reação do chefe político designado para comandante da Guarda Nacional, que priorizava o uso político-partidário da Guarda Nacional e preteria os interesses da defesa do País:

[Laverger] encontrava obstáculos na reação dos chefes políticos da província, que dificultavam a constituição dos batalhões da Guarda Nacional e o recrutamento durante as qualificações realizadas pelos comandantes locais daquela instituição. Esses comandantes procuram enviar para a Guarda Nacional recrutas sem condições de atuar militarmente ou que deveriam ficar em suas regiões por serem arrimos de família, serem velhos ou ainda em tenra idade. Ao mesmo tempo procuram preservar aqueles que poderiam, por suas condições, serem efetivamente integrados aos batalhões. Fazima isso com objetivos políticos partidários. (GARCIA, 2001, p. 66).

Após o encerramento da Guerra da Tríplice Aliança, pelo Decreto nº 5542, de 2 de fevereiro de 1874, foram demarcados os distritos de fronteira nos quais a Guarda Nacional teria organização especial, e Mato Grosso permaneceu como região estratégica. Com essas legislações, a Guarda Nacional passava a ser submetida ao poder central e a desempenhar uma função na área policial, sujeita aos interesses partidários. Nas primeiras décadas do século XX, era desprovida de valor militar, segundo o RMG de 1914.

O título de “coronel”, utilizado na Primeira República, explica Carone (1972, p. 250) tem origem da patente da Guarda Nacional concedida ou comprada pelos grandes fazendeiros, comerciantes e industriais locais. O uniforme e as insígnias tornaram-se símbolos representativos de privilégios legais, e a hierarquia define o sistema de mandonismo político. Em cidades mais antigas, o posto era comumente herdado, transferindo a influência natural das famílias tradicionais. Nas cidades recentemente surgidas, o recebimento do título cabia aos que se destacavam por revelarem mais atividade e eficiência entre os primeiros chegados.

Os “coronéis” da política, com títulos herdados da Guarda Nacional, organizavam e chefiavam forças paramilitares, verdadeiras milícias armadas, muitas vezes oferecidas ao governo para a solução de conflitos. E sobre eles recai a acusação de serem os incentivadores da violência, quando contrariados em seus interesses:

Procure-se a gênese dos fatos de mais ou menos gravidade de que tem sido teatro o nosso Ponta Porã, e explorados lá fora com todos os característicos que nos deprimem, que neles está o dedo das autoridades, acionados [sic]

pelo estimulante néctar da nossa velha politica de trabucos em cena... (JOP, nº 63, 8 maio 1921, p. 1).

O general de divisão Emygdio Dantas Barreto, quando era ministro da Guerra, alertou para a necessidade da Guarda Nacional ser controlada pelo Exército:

[...] como medida imposta pelas conveniências do nosso poder militar, é urgente e do maior alcance político a transferência da Guarda Nacional para o Ministério da Guerra, onde poderá ser essa antiga milícia reconstruída sob os moldes do Exército ativo, do qual constituirá a principal reserva e a principal força em ação num conflito internacional, irremediável (RMG, 1910, p. 5).

Em 1915, o presidente Wenceslau Braz promoveu uma remodelação do Exército, e pelo Decreto nº 11.497, de 23 de fevereiro, a Guarda Nacional e sua reserva passaram a constituir o Exército de 2ª linha, destinado a “reforçar o Exército de Campanha, as guarnições dos pontos fortificados, a constituir as tropas e serviços de retaguarda, à defesa das localidades, aos trabalhos de passagem dos pontos fortificados, ao estado de defesa e outros misteres”.

Como o Decreto nº 11.497, de 23 de fevereiro de 1915, estabelecia que a organização, efetivos das forças de 2ª linha, com a designação dos elementos que formariam as grandes unidades, as tropas independentes, distribuindo-as pelo território nacional, foi publicado no Diário Oficial de 11 de junho de 1915, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o decreto com a nomeação dos oficiais para 23ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional, instalada no SMT. A brigada era constituída pelo comando e estado-maior em Bela Vista, pelos 67º, 68º e 69º batalhões de infantaria, organizados com quatro subunidades tipo companhias, e pelos 27º e 28º regimentos de cavalaria, o primeiro formado por quatro subunidades, tipo esquadrões. A reserva era formada pelo 23º batalhão. As nomeações de 1915 eram para os postos de oficiais: coronel comandante da brigada (Balthazar Saldanha), tenentes-coronéis comandantes dos batalhões e regimentos (Luiz Pinto de Magalhães, Augusto Pereira dos Santos, Ponciano de Mattos Pereira, Valêncio Machado de Brum), maiores fiscais (Bento Marques, Polycarpo d’Avila, Bento de Mattos Pereira, Catulino Vasco Romero), capitães comandantes de companhias e esquadrões (João Gualberto Cabral, Emilio Dias Brandão, Vidal Subtil de Oliveira, Theodorico Novais, Orlando Vieira Marques, Antonio Vieira Marques, David Pedrozo da Silva, Dinarte Maciel de Oliveira, Francisco de Mattos Pereira, José Alves Leite, Honorival Jacintho da Silva, Amandio de Mattos Pereira, os tenentes e alferes, assim como os oficiais cirurgiões, ajudantes, quartel-mestre, veterinários e secretários. Pela relação dos nomeados, é possível deduzir que os batalhões de infantaria e regimentos estavam com a maioria do seu pessoal distribuído pelas localidades de Bela Vista,

Ponta Porã (67º), Dourados (27º) e Nhú-Verá (28º), então pertencentes à Comarca de Bela Vista.

Os oficiais da Guarda Nacional de Bela Vista, demonstrando a existência de uma união partidária entre eles, remeteram um telegrama ao comandante superior da milícia, quando o jornal *O Matto-Grosso* transcreveu telegramas com acusações contra o coronel Antonio Gomes Ferreira da Silva, que estaria sendo encarregado de organizar a Guarda Nacional no município, com a afirmação de que “cidadãos honestos não podem aceitar para comandante um indivíduo cuja vida está repleta de horripilantes crimes” (*O Matto-Grosso*, nº 1433, 6 set. 1917, p. 1). O telegrama de protesto dos oficiais da Guarda Nacional tem o seguinte teor:

Bela Vista, 11. Na qualidade de oficiais da Guarda Nacional residentes nesta vila, protestamos com indignação contra o conteúdo dos telegramas aqui transmitidos e publicados n.º “O Matto Grosso” de 6 do corrente, com relação ao digno comandante Antonio Gomes. Os insultos contidos nos referidos telegramas, por haverem partido de muito baixo, não podem atingir o alvo. As qualidades e sentimentos nobres do comandante Gomes não podem, naturalmente, ser apreciadas por indivíduos canalhas. Respeitosas saudações. Simão Coelho de Souza, major; Fausto Pereira, tenente-coronel; Gotte Lippe Nunes, major; Acyndino de Sampaio, capitão; Octaviano Berna, capitão; Marinho Fernandes Tico, tenente-coronel; Saldino de Souza Nunes, capitão; Hortencio Escobar, tenente-coronel; Pedro Pio Rojas, capitão; Pedro Celestino Barcellos, alferes; Antonio Pucherio da Cunha Espindola, tenente; Joaquim Dutra Paes de Barros, capitão; Pedro Nogueira, capitão; João Rosalino de Abreu, capitão. (*Republicano* - MT, nº 80, 16 set. 1917, p. 3).

A publicação de editais de convocação para a Guarda Nacional, assinados pelo coronel Antonio Gomes, causou a revolta de seus adversários, pois era *azeredista*, do PRC chefiado pelo Senador Antonio Azeredo, e a convocação estaria sendo usada para aumentar as fileiras partidárias. Por ser o jornal *Republicano* o órgão do PRC, enquanto *O Matto-Grosso*, que publicara a matéria considerada insultuosa, era o jornal oficial do PRMG, a polêmica pode ser também relacionada com as disputas nas eleições dos poderes Executivo e Legislativo, previstas para 1º e 2 de novembro de 1917, entre adversários políticos do PRC e PRMG.

A Guarda Nacional estava subordinada ao Ministério da Justiça e aos presidentes das províncias, o que foi alterado em 1918. Nesse ano, pelo Decreto nº 12.790 de 12 de janeiro de 1918, passou a ficar enquadrada no Ministério da Guerra, juntamente com a reserva, formando o Exército de 2ª Linha. Por essa incorporação ao exército, a Guarda Nacional é considerada como extinta.

As unidades que formavam a Guarda Nacional foram dissolvidas pelo Decreto nº 13.040, de 29 de maio de 1918. De acordo com esse decreto, o Exército de 2ª Linha

destinava-se a: reforçar o da 1ª linha e as guarnições das fortalezas e pontos fortificados; contribuir para a organização e funcionamento dos serviços de retaguarda; defender localidades e pontos estratégicos do teatro de operações; missões e serviços outros de ação menos ativa, interessando a defesa geral do país. Poderiam existir oficiais, sargentos e graduados. Os postos de oficiais, de 2º tenente a coronel, permaneciam com as mesmas denominações e regalias do exército de 1ª linha, sendo o acesso gradual e sucessivo feito por promoções publicadas em decretos e entrega das cartas-patentes. Os uniformes permaneceram os mesmos, com as modificações determinadas pelo Ministério da Guerra para diferenciar uma linha da outra, mas com idênticos distintivos das armas e serviços. Os oficiais da Guarda Nacional, não aproveitados no exército de 2ª linha, poderiam continuar usando os uniformes vigentes na data da promulgação do decreto. As leis, decretos, regulamentos e ordens em vigor no exército de 1ª linha permaneciam aplicados no de 2ª linha, desde que não fossem contrários ao especificado no regulamento aprovado pelo decreto, ficando considerada como subsidiária a que vigorava para a Guarda Nacional e ainda não tivesse sido revogada. De acordo com o Decreto nº 13.040 de 29 de maio de 1918, as promoções dos oficiais da 2ª Linha do Exército dependiam de aprovação em exame, realizado perante uma comissão de oficiais do exército de 1ª e 2ª linhas (RMG, 1918, p. 12). Com o regulamento, esperava-se encerrar a situação, quando as patentes da Guarda Nacional eram concedidas como recompensas a cabos eleitorais, como relatou um jornalista:

A ex-guarda estava habituada a uma existência pacata e inofensiva aí pelo interior. As patentes eram então pleiteadas junto ao ministério da Justiça, ou como objeto de luxo para aqueles que almejavam a honraria ou, o que era comum, eram solicitados com os maiores empenhos para indivíduos que precisavam ficar a coberto dos rigores do Código Penal por crimes e contravenções. A politicagem da roça teve sempre nestes últimos casos um papel de notável relevância, e foi graças a ela que a Guarda Nacional se viu chumbada a um ridículo que se generalizava por toda a parte. [...] Agora, porém, a coisa mudou de figura. A ex-Guarda está incorporada ao Exército, tem funções a desempenhar e vai submeter-se a um outro regime, no contato mais direto da caserna. (*Correio da Manhã* - RJ, nº 7637, 26 jan. 1920, p. 2).

As mudanças introduzidas pela nova regulamentação sobre a Guarda Nacional, segundo um comentário feito em 1920, limitaram o “derrame” das cartas patentes, anteriormente praticado, quando não existia um critério nas promoções e eram feitas em massas, com “o hábito de se dar postos a pessoas que não os tem” e, com esse procedimento, “Nesta terra todos são majores, tenentes-coronéis e coronéis, já não há tenentes”. Em consequência, da antiga legislação, em Mato Grosso, as pessoas recebiam os títulos pelos postos, de acordo com o prestígio e posses:

qualquer pessoa que nos visita embirra-se logo com o sem número de oficiais com patente e sem ela que entre nós superabundam. Dá-se o posto conforme a idade e a posição social e financeira do indivíduo. Um homem de seus 50 anos é infalivelmente major... sem patente. Se ocupa uma posição política importante, é coronel. Se não ocupa posição política, mas tem fortunas, também é coronel. (*O Matto-Grosso* - MT, nº 1718, 5 dez. 1920, p. 2).

Em 1922, os componentes da Guarda Nacional em Ponta Porã, agora do Exército de 2ª Linha, foram chamados para receberem informações e a revalidação dos compromissos, conforme estabelecido no Decreto nº 12.790:

Aos senhores oficiais da 2ª Linha, antiga Guarda Nacional, comunicamos que o nosso amigo coronel Emilio Brandão está habilitado a prestar todas as informações relativamente às patentes enviadas a Cuiabá e com ele deverão se entender sobre a revalidação dos respectivos compromissos. (JOP, nº 114, 7 maio 1922, p. 2).

Por ocasião dos combates aos revoltosos de 1924, vários componentes da Guarda Nacional integraram as unidades provisórias, organizadas pelo comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso. Francisco de Mattos Pereira, Onofre de Mattos Pereira e José de Mattos Pereira, participaram, com o posto de capitão, do 50º Regimento de Cavalaria (JOP, nº 13122, 19 dez. 2017, Edição Especial, p. 6 e 8).

2.2.2 A Força Pública do Estado de Mato Grosso

A força policial dos estados é uma organização destinada à segurança pública e herdada do período colonial, prosseguindo no Império e mantida com a República.

Em 20 de novembro de 1889, o governo provisório republicano, pelo Decreto nº 7, fixava entre as atribuições dos governadores dos Estados, “até a definitiva constituição dos Estados Unidos do Brasil”, a criação de uma força policial “indispensável e necessária, e providenciar sobre seu alistamento, organização e disciplina, de acordo com o Governo Federal”.

A Constituição da República de 1891 estabeleceu como atribuição do Congresso a legislação sobre a organização do Exército e a Armada (Art. 34) e aos Estados a autonomia para adotar Constituição e leis, respeitados os princípios constitucionais da União (Art. 63).

Na primeira Constituição republicana do Estado de Mato Grosso, constou a competência do poder executivo para o provimento de cargos militares, com nomeações, suspensões e demissões na forma da lei, assim como a distribuição da força policial e mobilização, segundo as exigências da “segurança e tranquilidade do Estado” (Art. 25 da

Constituição do Estado de Mato Grosso, promulgada em 15 de agosto de 1891) autorizou a criação de um Corpo ou Brigada de Polícia Militar para a garantia da autoridade e defesa do território (Art. 62 da Constituição de 30 de julho de 1891). Em consequência, o Corpo de Polícia Militar do Estado de Mato Grosso foi criado pela Lei nº 9, de 1892, composto inicialmente por duas companhias de infantaria, totalizando 9 oficiais e 206 praças (MPMT, 1892). Em 1947, pelo Decreto nº 337, de 25 de julho, a denominação passou para *Força Policial de Mato Grosso*.

Na mensagem anual de 1893 à Assembleia Legislativa, o presidente do Estado de Mato Grosso apontava as dificuldades para a organização da força policial: o completamento do efetivo pela falta de voluntários, e o sentimento negativo da população com a força policial, o que seria uma constante nos governos seguintes. Recomendava às autoridades policiais de fora da capital a busca de voluntários para formar um mínimo de policiais em seus efetivos:

[...] usassem da legítima influência dos respectivos cargos, bem como empregassem os meios suasórios a seu alcance, a fim de angariar voluntários para o referido corpo de polícia, ao menos o número suficiente para o destacamento das localidades, que até o presente se tem constituído com praças enviadas desta capital. Nutro a esperança de que colherei resultado satisfatório deste alvitre, sendo o maior óbice a vencer-se a repugnância que em grande escala se manifesta para o serviço da força policial, devida à falsa inteligência sobre os deveres e missão que incumbem à mesma força, mas que se pode superar esclarecendo e inclinndo favoravelmente o ânimo dos refratários. (MPMT, 1893, p. 11).

A Lei nº 319, de 4 de abril de 1902, autorizou a criação de um Batalhão de Polícia com sede em Cuiabá; de um Corpo de Polícia com sede no sul do Estado e duas outras Companhias Avulsas (Tapajós e Madeira). A nomeação de oficiais, efetivando a criação do Corpo de Polícia do Sul do Estado de Mato Grosso, deu-se pelo Ato nº 943, de 27 de agosto de 1902. Em 1904, a força policial era encarregada dos serviços da segurança pública e da fiscalização das rendas estaduais (MPMT, 1904, p. 9).

Em 1915, a força policial tinha um efetivo de 608 homens, distribuídos pelo Batalhão de Polícia Militar (Cuiabá), Companhia de Sant'Anna (em Sant'Anna de Paranahyba), Companhia do Norte (vila de Santo Antonio do Madeira), Regimento Mixto do Sul (guarnecendo a fronteira, Porto Murtinho) (ALBUM graphico, 1914, p. 186).

O valor das forças públicas estaduais foi reconhecido pelo Ministério da Guerra, quando o general José Caetano de Faria, no relatório ao presidente da República no ano de 1916, assinalou que “são elementos de valor, e os únicos que, por enquanto, se poderão

encontrar prontos em uma emergência; tem sempre assim acontecido em todos os casos de graves perturbações da ordem pública, tais como a revolta de 93, a campanha de Canudos e a do Contestado” (RMG, 1915, p. 7).

Pelo Decreto nº 8 de 2 de julho de 1917, aprovado pela Resolução nº 783 de 12 de agosto de 1918, a Força Pública do Estado de Mato Grosso foi reorganizada, passando a ser constituída por: Comando Geral (Cuiabá), dois batalhões de infantaria (1º em Cuiabá, 2º em Corumbá), dois esquadrões de cavalaria e uma companhia regional de infantaria. Os efetivos eram previstos como ordinários e orçamentários, com o teto constante no Quadro 9.

Acompanhando o crescimento do valor militar de Campo Grande, o 2º Batalhão saiu de Corumbá e passou a ter a sede em Campo Grande (RPMT, 1921, p. 57).

Quadro 9 – Evolução do efetivo da Força Pública de Mato Grosso

Ano	Tipo	Oficiais	Praças	Total	Animais	
					Cavalos	Muare
1915		36	572	608	35	-
1918	Ordinário	61	943	1004	197	38
	Orçamentário	5				
1919	Orçamentário	55	653	708	-	-
1920	Orçamentário	52	686	738	80	14

Fontes: MPMT, 1920, p. 78; ALBUM graphico, 1914, p. 194.

Existia a previsão, desde o Decreto nº 11.497, de 23 de fevereiro de 1915, que as forças que não fossem pertencentes ao Exército Nacional poderiam ser a ele incorporadas no caso de mobilização e por ocasião das grandes manobras anuais, caso existissem permanentemente organizadas, com quadros, efetivos, composição e instrução uniformes com os do exército ativo (RMG, 1914, p. 131). A Lei nº 3.216, de 3 de janeiro de 1917, ao fixar as forças de terra para o ano seguinte, estabelecia “as polícias militarizadas dos estados cujos governadores estiverem de acordo, passarão a constituir forças auxiliares do exército nacional, ficando isentos os oficiais e praças das ditas corporações das exigências do sorteio militar” (RMG, 1916, p. 22, A-A-22). Os postos e graduações das forças policiais, conforme determinava a lei, teriam as mesmas denominações dos postos e graduações correspondentes no exército nacional e não poderia haver posto superior ao mais elevado em tempo de paz na hierarquia dos oficiais de segunda classe da reserva da primeira linha, que o de tenente-coronel.

O Decreto nº 12.790 de 12 de janeiro de 1918, modificou a Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908, na parte relativa ao alistamento e sorteio. A nova redação foi mais determinante sobre a situação das forças policiais dos estados: “Art. 7º. A brigada policial e o

corpo de bombeiros do distrito federal, bem como as forças policiais militarizadas dos estados nos termos do art. 7 da lei n. 3216, de 3 de janeiro de 1917, - constituirão as forças auxiliares do exército ativo” (RMG, 1917, p. A-A-53).

As forças policiais dos estados eram corporações militares com organizações próprias, sujeitas aos códigos penais estabelecidos pelos estados. Adotavam a mesma organização do Exército, seguindo o mesmo Regulamento de Continências. As prescrições que consideravam as forças policiais como forças auxiliares do Exército ensejaram interpretações sobre a forma de enquadramento. Por isso, em 1923, uma consulta foi formulada ao ministro da Guerra, obtendo a solução que a sujeição às leis e regulamentos do Exército era para ser aplicada apenas em caso de guerra:

SOLUÇÃO DE CONSULTA. Transcreve-se do Bol. Da Circ. Nº 293 de 20 do mês findo, o seguinte: “O Sr. Ministro da Guerra, em solução ao assunto constante do ofício do comandante da 9ª Companhia do M.P., dirigida ao comandante da 5ª Região Militar, declara que as forças públicas dos Estados só ficam sujeitas, como forças auxiliares do Exército, às leis e regulamentos militares da União em caso de mobilização para a guerra, não tendo por isso, aplicação as citadas forças em tempo de paz, as disposições do R/I/S/G. nem aos de nenhum outro regulamento do mesmo Exército, que seja puramente disciplinar ou administrativo. (D.O. de 13-12-923, página 31.536. Aviso nº 28)” (BolReg10, nº 03, de 03 jan 1924).

As forças públicas foram consideradas por McCann (2007, p. 153) como verdadeiros exércitos a serviço das oligarquias estaduais. Carvalho (2005, p. 59), manifesta uma opinião semelhante, ao afirmar que as polícias militares, na Primeira República, eram controladas pelas oligarquias estaduais e se constituíram em obstáculo na luta do Exército para se tornar organização nacional capaz de efetivamente planejar e executar uma política de defesa no seu sentido amplo.

Dom Aquino Corrêa citou, no relatório de 1920, a necessidade de ter soldados escolhidos e idôneos nas fronteiras, por causa do contrabando e banditismo. Mas, pelo alistamento de indivíduos cujos antecedentes não eram previamente verificados, como também pela falta de conforto em determinadas localidades, onde a vida era cara e nem existiam quartéis, ocorria um elevado número de deserções. Menciona que no ano de 1919 foram excluídas 107 praças por deserção no 2º Batalhão de Infantaria. (MPMT, 1920, p. 79). A essas deserções, somaram-se outras 101 em 1920 (MPMT, 1921, p. 57). As deserções e dificuldades no recrutamento podem ter contribuído para o efetivo menor, mostrado no Quadro 9 para o ano de 1920.

A Força Pública do Estado de Mato Grosso não possuía um efetivo que se destacasse por qualidades positivas. As péssimas condições de trabalho, carência de recursos materiais desestimulavam a incorporação de um pessoal mais capacitado. Em 1920, os presos civis foram transferidos para a prisão do Destacamento Federal, juntos com praças da força policial, por motivos disciplinares, e eram desmerecedores da confiança de seus chefes:

É lastimar-se que o destacamento de polícia tendo a sua frente um inferior disciplinado como o atual, não seja composto de praças que mereçam a confiança de seus superiores. Infelizmente, o alistamento para a polícia do Estado não obedece ao critério de que nessa corporação devia repousar a confiança do povo”. (JOP, nº 03, 7 mar. 1920, p. 2).

Apesar dessas deficiências, o comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso pediu o apoio da força policial estadual para conter a sublevação do 13º Regimento de Infantaria do Exército em Corumbá, ocorrida a 29 de janeiro de 1919, por causa dos vencimentos atrasados em alguns meses na tropa federal. Foi atendido e o 2º Batalhão auxiliou no restabelecimento da ordem. Pela atuação, o 2º Batalhão de Infantaria recebeu do comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso, o seguinte elogio, transmitido em telegrama para o Comando Geral da Força Pública:

Avisado às 11 horas de 29, dum movimento sedicioso no 13º Regimento de Infantaria, dirigi-me ao quartel e de caminho mandei meu assistente comunicar o fato ao comandante do 2º Batalhão Policial [sic], solicitando-lhe o apoio de que viesse a necessitar. Com inexcedível boa vontade, encontrei moral e material apoio, o que muito o enaltece, e me animou ao restabelecimento da ordem e disciplina naquela unidade do Exército. Recomendo-vos meus vivos louvores ao senhor comandante, oficiais e praças dessa unidade da Força sob vosso digno comando, com sinceros agradecimentos. (A) Tenente-coronel Heliodoro Miranda (MPMT, 1920, p. 81).

O presidente Dom Aquino relatou que, além das diligências policiais, os oficiais desempenhavam o cargo de comandantes de pequenos destacamentos em localidades onde era conveniente a presença de oficial para exercer oportunamente funções da polícia civil (MPMT, 1920, p. 78).

Em 1920, Dom Aquino informou na mensagem anual do presidente do Estado, que os vencimentos estavam em dia, e o aumento das despesas era decorrente, principalmente, da melhoria de vencimentos aos integrantes da força policial, quando as forças do SMT, até Corumbá, tiveram um aumento diferenciado, 5% a mais dos outros (MPMT, 1920, p. 79).

Segundo Carvalho (2005, p. 33), com a República introduziram-se algumas mudanças na distribuição de tropas. Com a redução dos efetivos nas guarnições de Mato Grosso, o

policciamento das fronteiras passou a ser um encargo das polícias estaduais, que obtiveram um aumento de efetivo. Em Mato Grosso, comparando com 1889, enquanto o policial cresceu de 37 para 734 em 1920, o efetivo do Exército declinava de 1.296 para 1.116 (CARVALHO, 2005, p. 58).

Em 1921, a Força Pública estadual estava presente em Ponta Porã com um destacamento que não excedia de 10 a 15 praças, sob o comando de um tenente e dois sargentos. O tenente Manoel da Costa Ribeiro, comandante da força policial em 1921, também era o delegado de polícia. Os policiais eram insuficientes, mas, segundo *O Progresso*, a característica da população ser pacífica auxiliava na manutenção da paz:

Algumas vezes mal pagas, mal vestidas e sem o abrigo próprio da região em que vivemos, pois tem por quartel um antigo pardieiro todo de madeira, coberto de zinco, que outrora (há muitos anos) foi morada de uma família composta de marido e mulher... Felizmente isto, na parte numérica, vem em abono dos nossos foros intentos de povo pacífico, em desmentido aos doestos⁵ de bárbaros, com que, extramuros, nos brindam sem piedade. Pelo que fica pintado, podemos constatar sem receios, que com tal policiamento ou sem ele, tudo iria do mesmo modo, e até quem sabe pudéssemos reafirmar por fatos, que não nos fica mal o nome de povo pacífico por excelência. (JOP, nº 63, 08 maio 1921, p. 1).

A Força Pública desempenhou um papel estratégico na proteção das fronteiras, ao final da Guerra da Tríplice Aliança até o início da República. O seu emprego, na Primeira República, passaria a ter uma subordinação política, pois as tropas passaram a ser agrupadas em locais onde poderiam impedir o êxito de movimentos políticos contra o governo, e “as mudanças indicam uma tendência de concentrar forças militares onde se concentrava o poder político” (CARVALHO, 2005, p. 32).

2.2.3 A Guarda Aduaneira

Em 1902, o presidente Antonio Pedro Alves de Barros, por causa da elevada dívida do Estado de Mato Grosso, propôs ao governo federal a celebração de um acordo para a execução do serviço de fiscalização da cobrança das rendas federais e estaduais e reprimir o contrabando “exercido em alta escala” na fronteira com o Paraguai. Pela proposta, seria formada uma força de sessenta guardas fiscais, montados a cavalo, custeada pela União e pelo Estado. A proposta foi aprovada, tendo sido o Sr. Cesar de Souza mandado ir a Porto Murtinho para organizar a guarda fiscal. Mas o acordo não foi efetivado, pois o Estado pediu

⁵ Injúria, acusação desonrosa. (BUENO, 1986, p. 380)

a rescisão, por não dispor da importância que lhe competia para as despesas. Os recursos disponíveis no tesouro estadual foram destinados para a implantação de um corpo policial no Sul do Estado. (MPMT, 1902, p. 52-53 e 1903, p. 31 e 1903, p. 9 e 31). Pela Mensagem de 1904, o contrabando do gado era o mais praticado pela fronteira com o Paraguai.

Segundo Corrêa Filho (1925, p. 44), em 1902, por favorecer os interesses da Empresa Mate Laranjeira e dificultar o comércio dos imigrantes que chegavam do Rio Grande do Sul e estabeleciam-se pela região da fronteira, a guarda fiscal existente em Porto Murtinho foi aprisionada e destruída em um ataque chefiado por Felipe de Brum e Bento Xavier.

Em 1909, o efetivo dos guardas aduaneiros não ultrapassava quinze elementos e com “uma vasta fronteira a fiscalizar, não pode ela, como é bem de ver-se, manter a vigilância ativa que as condições locais reclamam”. (*O Brazil* - MT, nº 321, 17 jun. 1909, p. 2).

O efetivo reduzido e insuficiente para a fiscalização das fronteiras pelos guardas aduaneiros foi enfatizado, em 1917, para a localidade de São Carlos, antigo distrito de Bela Vista e hoje pertencente ao município de Caracol, situada à margem direita do rio Apa, entre a foz do rio Apa e Bela Vista. Na ausência de outras autoridades policiais ou militares, eram os guardas aduaneiros considerados como responsáveis pela segurança pública, onde pouco podiam fazer, pela ausência de competência legal e efetivo:

Quer se encare o povoado de S. Carlos, do Brasil, pelo lado fiscal, quer pela sua situação de fronteira, quer ainda, pelo de sua ordem e garantia, é de despertar a atenção do governo do Estado. A força de guardas fiscais ali em serviço da repressão do contrabando, quer da União quer do Estado, compõe-se de 4 homens. Não há ali um só representante da força armada, nem do Exército nem da Polícia; e a autoridade policial (subdelegado) mais próxima, é a de Porteira, a 8 léguas mais ou menos. Não há absolutamente garantia individual em S. Carlos, sendo certo que os guardas aduaneiros ali presentes é que ainda impõem certo respeito aos desordeiros que por ali vagueiam. Para por termo a qualquer conflito, ou, em caso de crimes praticados, a população recorre para o posto de guardas que, quase sempre, nada pode fazer, já porque lhe falta competência, já por faltar-lhe força suficiente. (*Republicano* - MT, 24 jul. 1917, nº 53, p. 3).

O jornal *Republicano* solicitava a presença de um destacamento do Exército ou da Polícia, esperando que essas forças auxiliassem, quando requisitadas, os guardas aduaneiros na repressão ao contrabando.

Em 1920, constava n’*O Progresso* um alerta sobre o contrabando realizado na fronteira com o Paraguai e a má organização da guarda da fronteira federal. A mesma advertência poderia ser aplicada para a guarda aduaneira estadual:

Em geral, o emprego de guardas está sob o guante dos chefes políticos que indicam seus candidatos e que pedem as demissões, como sabemos, são

esses cargos ocupados por homens afamiliados, que ante o perigo a que estão expostos, sem uma garantia, quer da força armada, quer para o futuro de sua família, procuram servir o seu cargo com a complacência de quem se vê impotente para arrostar com a responsabilidade que lhe impõe a função que exercem. (JOP, nº 3, 7 mar. 1920, p. 1).

À ineficiência dos guardas aduaneiros era acrescida a corrupção, conforme menciona o redator d'*O Progresso*, ao comentar o valor da taxa imposta pelo Estado para a exportação da erva-mate, considerada elevada e, por isso, negociada em quantia inferior ao devido:

O que atualmente se verifica, é que, as pessoas que se dedicam ao comércio da erva são obrigadas a entrar em conchavo com os guardas que o Estado mantém em determinados pontos de passagem para o estrangeiro, a fim de pagarem uma taxa reduzida da legal, que lhes permita salvar algum lucro nas transações comerciais (JOP, nº 48, 23 jan. 1921, p. 1).

Em 1922, *O Progresso* noticiou a designação de Mário Gonçalves para organizar uma guarda aduaneira no SMT, encarregada de fiscalizar as fronteiras para reprimir o contrabando e aumentar o recolhimento dos impostos. A ordem de organização foi dada pelo presidente Pedro Celestino, conforme a notícia:

Segundo estamos informados, já regressou da Capital do Estado, onde fôra chamado pelo Presidente, o coronel Mario Gonçalves que vem incumbido de organizar uma guarda para a repressão do contrabando na fronteira. Para esse fim já foram chamados à Bella Vista pelo sr. Mario Gonçalves, algumas pessoas aqui residentes. Medida reclamada há muito, a referida guarda, se não põe um paradeiro ao contrabando, pela extensão da nossa fronteira, ao menos prestará imensos serviços concorrendo para o aumento das rendas estaduais (JOP, nº 117, 28 maio 1922, p. 1).

Portanto, no SMT, existiam guardas aduaneiros estaduais e federais, portadores de armas, destinadas a fiscalização e repressão ao contrabando na região da fronteira. Mas os resultados eram reconhecidamente nulos, pelos efetivos insuficientes, vasta região a ser fiscalizada e motivação política na atuação dos guardas.

2.2.4 A milícia da Empresa Mate Laranjeira

Os opositores da Empresa Mate Laranjeira a acusaram de manter uma milícia armada, com as finalidades de proteger o patrimônio e impedir a fuga dos peões contratados para os trabalhos em suas propriedades, mantidos em regime de superexploração, segundo Galetti (2012, p. 267). A atuação da guarda armada da Empresa Mate Laranjeira em represália aos peões fugitivos, de maneira a evitar que os descontentes abandonassem os ervais, é encontrada em diversas citações. No relato do auxiliar Genesio Pimentel Barbosa, da

Inspetoria de Mato Grosso ao Serviço de Proteção dos Índios, datado de 1927, o sistema empregado nas transações entre os patrões ervateiros e os índios era “absolutamente desonesto”, e aqueles que procuravam escapar, ao serem “capturado que seja, será sua dívida acrescida das despesas na diligência; despesas que lhe serão debitadas à vontade e de acordo com a generosidade ou malvadez do seu patrão.” (MONTEIRO, 2003, p. 79).

Houve a intenção de financiar parte dos custos para a organização de uma guarda aduaneira em Porto Murtinho, por onde a empresa escoava a erva-mate pelo rio Paraguai. O propósito, oficialmente declarado, seria o impedimento de que outros fizessem o contrabando da erva-mate pela fronteira daquela região.

Em 9 de setembro de 1907, conforme Corrêa Filho (1925, p. 51-52), o representante da Empresa em Cuiabá, apresentou à Assembleia Legislativa um memorial explicando as pretensões sobre os arrendamentos. Nele constava a permissão para organizar uma força policial que, subsidiada pela Empresa, ficaria a seu serviço, e atuaria para a manutenção da ordem, garantia do cumprimento do monopólio na exploração dos ervais e em defesa dos interesses comuns com o Estado.

Após as repercussões negativas da proposta, a Assembleia não atendeu a intenção da Empresa de manter uma força militarmente organizada, com o parecer de que jamais seria permitida “a formação de um Estado dentro do Estado” (CORRÊA FILHO, 1925, p. 52). No entanto, tropas federais do Exército seguiram para Porto Murtinho, com o objetivo de “auxiliar o serviço de fiscalização aduaneira”, tendo o ministro da guerra oficiado ao Ministério da Fazenda, solicitando providências no sentido de ser dado aos militares destacados “instalações condignas à sua função” (*Correio da Manhã* - RJ, nº 2068, 12 mar. 1907, p. 3).

O Debate, órgão da imprensa mato-grossense e representante do Partido Republicano Conservador, propriedade de membros da família Costa Marques, publicou uma exposição de motivos apresentada ao Estado de Mato Grosso pela Empresa Mendes Laranjeira, a respeito da renovação da concessão da exploração dos ervais. Na exposição de motivos, além de manifestar a intenção de renunciar à prorrogação do contrato de arrendamento com o Estado, está citada a tentativa da formação de uma guarda, remunerada pela empresa, e os argumentos contrários que a proposta recebeu:

Na ausência de outras providências, tem a Empresa, desde a sua fundação, pugnado, ou melhor, implorado pelo estabelecimento de uma polícia às expensas suas para fiscalização dos ervais e manutenção da ordem, sob a autoridade superior do Estado. A esse elevado estímulo de fazer respeitados no interesse recíproco – as florestas sagradas – como no Paraná as

denominam, foi lobrigado o baixo ardil de constituir grave ameaça de – um Estado no Estado – e daí nada mais resta senão desanimar e sofrer impassível. (*O Debate* - MT, nº 525, 16 jul. 1913, p. 3)

Segundo Serejo ([197-], p. 44 a 46), a ideia da formação de uma guarda armada surgiu “pelos idos de 1920”, quando a direção administrativa da Companhia Mate Laranjeira era um domínio de argentinos, para garantir o cumprimento de vultosos contratos de venda de ervamate, assinados em Buenos Aires. Os guardas armados dos ervais era uma verdadeira polícia, embora sem farda, especializada na perseguição do fugitivo dos ervais. Seus integrantes eram chamados de *comitiveiros*, por andarem em grupos. Eles eram “famosos e extremamente sádicos. Criaturas desumanas, cruéis, sedentas de sangue [...] feras fiéis no cumprimento da incumbência desapiedada”. Por isso, Serejo ([197-], p.45) considera que a guarda armada foi “uma mancha negra e odiosa na produção do mate, fato que cristão algum poderá contestar”.

Em 1924, a guarda da empresa foi apontada como um dos motivos pelos quais os trabalhadores não fugiam dos ervais, agindo em lugar da ausente proteção estatal aos negócios ervateiros:

A companhia, porém, está perfeitamente organizada e não dispendo da segurança direta que oferece aos colaboradores das maroteiras⁶, S. Exa. o Estado, tem ela também a sua polícia e, aos que ensaiam de escapar-lhe, aplica corretivos aterradores. Surras terríveis, castigos dolorosos e, não raro, a morte. Para isso dispõe de pessoal perito. Capatazes de aspecto truculento vicejam aqui, como em plena época das “senzalas! E do “bacalhao⁷” [sic]. Revoltante!... A população apresenta um ar de submissão e tristeza confrangentes⁸. A situação servil a que estão condenados lança-os numa espécie de apatia moral (TALMA, 1926, p. 91).

O trabalhador Antonio Leite da Silva mencionou, em uma entrevista, o uso da milícia da empresa como um artifício para manter a escravização do trabalhador, ao afirmar que, após contrair as dívidas nos armazéns da Empresa, comprando gêneros que são debitados na sua caderneta por preços exorbitantes, atingindo importância que jamais poderia ser saldada, era impossível fugir, pois se tornava um escravo da empresa e questionava: “Como escapar à caça das turmas de vigilância, que fuzilam sem piedade os fugitivos?” (*Diário de Notícias* - RJ, nº 614, 25 fev. 1932, p. 4).

⁶ Patifarias (BUENO, 1986, p. 703)

⁷ Bacalhau: relho para açoitar escravos (BUENO, 1986, p. 161)

⁸ Constrangedores (BUENO, 1986, p. 287)

Figura 5 – Construção do prédio para a Força Pública Estadual em Ponta Porã e situação atual



Fonte: APEMS-CML e Acervo Fernando dos Anjos Souza

O jornalista Ricardo Pinto descreveu os guardas da Empresa Mate Laranjeira como escolhidos pela violência e recompensados pelos favores sexuais de suas esposas aos capatazes:

Existem os guardas, exageradamente armados, e os capatazes façanhudos e grosseiros. Os guardas são recrutados entre os piores elementos paraguaios. Regra geral, a escolha representa uma distinção do famigerado Benitez aos maridos das suas mulheres. Antonio Leite da Silva, quando repeliu os avanços lúbricos desse bandido, que rondava a dignidade de sua esposa, dele ouviu, segundo me relatou, a seguinte promessa: - ora, se você fosse camarada podia ir para a guarda... E os capatazes são antigos guardas, promovidos por merecimento. Merecimento, no caso, quer dizer ferocidade. Os guardas vigiam os operários; os capatazes dirigem o serviço e comandam os guardas. (*Diário de Notícias* - RJ, nº 619, 02 mar. 1932, p. 5).

Como não foi legalmente conseguido o propósito de manter uma guarda armada para proteger os ervais de outros exploradores, a Empresa Mate Laranjeira procurou, de diversas formas, exercer uma influência sobre a polícia estatal e a força federal.

O prédio da Força Pública de Mato Grosso, em Ponta Porã (Figura 5, parte superior), que também abrigava a Cadeia, foi construído com recursos da Empresa Mate Laranjeira, embora a construção estivesse prevista no contrato de prorrogação do arrendamento, datado de 1926, assinado durante a gestão de Mario Corrêa da Costa no governo do Estado de Mato Grosso, como uma das formas de pagamento pela exploração dos ervais.

Outra obra da Empresa Mate Laranjeira, conforme Magalhães (2014, p. 118) é o prédio que abriga a sede da Polícia Militar em Bela Vista (2ª Companhia do 11º Batalhão de Polícia Militar de Mato Grosso do Sul), inaugurado em 1927 (Figura 6). A construção de um quartel para a Força Pública Estadual fora autorizada pelo presidente do Estado, Joaquim Costa Marques, em 1912, quando o então major Antonio Gomes comandava o Regimento Policial do Sul do Estado (*O Debate* - MT, nº 215, de 12 jun. 1912, p. 2).

A inclusão, segundo Magalhães (2014, p. 117), da construção de vários prédios públicos nos setores da educação e segurança, era devido ao “estilo empreendedor e político de Heitor [Heitor Mendes Gonçalves]”.

Para a Força Federal, a Empresa Mate Laranjeira doou ao Exército o terreno para a instalação do Regimento de Cavalaria em Ponta Porã. Em épocas de dificuldades financeiras da União para realizar o pagamento dos militares em Ponta Porã, a empresa efetuava adiantamento do numerário, viabilizando o pagamento de despesas oriundas da organização do regimento, oficialmente instalado em Ponta Porã em março de 1924:

Recolhimento de dinheiro ao cofre – Foi hoje recolhido ao Cofre a quantia de 20:000\$000 abonada a este Regimento pela Empresa Mate Laranjeira. A

referida quantia foi conseguida pelo Conselho como abono por conta das massas⁹ [sic] a receber afim de socorrer as primeiras despesas urgentes de organização do corpo e de forrageamento dos animais. (BolReg nº 13/11º RCI, 09 abr. 1924).

Figura 6 – Sede da Companhia de Polícia Militar em Bela Vista - MS



Fonte: Acervo Fernando dos Anjos Souza

Por causa da emissão de uma moeda própria pela Empresa Mate Laranjeira, embora destinada a circular internamente em seus domínios, somada com a guarda armada que mantinha nos ervais, a Empresa é considerada como formadora de um “Estado dentro do Estado”. Ou, segundo Meirelles (2014, p. 230), “um país dentro do Brasil, a ponto de cunhar e adotar moeda própria para o pagamento dos milhares de trabalhadores que explora’.

2.3 As revoltas militares no SMT no primeiro decênio do século XX

Em Mato Grosso “do oeste brasileiro, terra tão deserta e bravia, nos primeiros tempos, quanto o *‘farwest americano’*, está assinalada, no início da República, por levantes e sublevações, marcados com a energia selvagem característica do meio” (CARNEIRO, 1965, p.

⁹ Possivelmente o empréstimo destinava-se ao pagamento da tropa, incluindo todo o efetivo do regimento.

151). A importância desses conflitos para as fronteiras brasileiras justifica a inclusão por Carneiro (1965) no primeiro volume da obra *História das Revoluções Brasileiras*.

Para Corrêa (2006a, p. 19), com a proclamação da República apareceram em todo o Mato Grosso os *coronéis*, que exerceram um predomínio político, e por isso denomina o período da República Velha em Mato Grosso de República dos *Coronéis*. Todavia, os “*coronéis* guerreiros, aqueles que se identificaram com a peleja política e a transformaram em sua própria razão de ser, base fundamental de seu poder de mando” eram restritos mais ao sul do estado (2006, p. 19). Corrêa (2006a) registra que entre 1891 e 1929 aconteceram na parte sul de Mato Grosso dezesseis conflitos armados, envolvendo *coronéis* e disputas pelo poder político local, e cinco manifestações revolucionárias das forças armadas.

Conforme Bittar (1999, p. 27-28), os conflitos armados transcorridos em Mato Grosso entre o final do século XIX até 1911 eram conduzidos por coronéis com o objetivo real de deter o poder político estadual, e na porção sul ainda não levantariam bandeira do sentimento separatista. A luta armada no Mato Grosso, conduzida pelos *coronéis* como mecanismo de obtenção do poder, segundo Corrêa (2006a, p. 139), teve o seu período áureo nas décadas iniciais da República, encerrado em 1917 com uma intervenção federal no Estado. Mas a prática política da violência e do recurso às armas voltaria a ser utilizada em fases posteriores, em novas situações de domínio e de disputas pelo poder.

Galetti (2012, p. 267) afirma que os conflitos armados mato-grossenses nas primeiras décadas da República colocaram em campos opostos distintos grupos oligárquicos locais que se confrontavam na luta pelo controle do Estado. Os violentos conflitos entre as elites locais contribuíram para reforçar as apreciações negativas sobre a população mato-grossense, caracterizada nessa época com elementos de barbárie, atraso e isolamento, tornando urgente a necessidade de uma intervenção por parte do Estado, para trazer o progresso e efetivamente incorporar o Mato Grosso à nação.

Para Fanaia (2010c, p. 89), na Primeira República, as forças militares foram em vários momentos um importante núcleo desestabilizador de governos legalmente constituídos, e contribuíram para o agravamento do quadro de instabilidade em Mato Grosso, resultante da sintonia de forças oligárquicas com a alta e média oficialidade. Por isso, o amalgamento de civis e militares não deve ser desconsiderado, inclusive pelas ligações familiares estabelecidas por parte dos membros da elite política com membros da corporação armada, entre eles oficiais, o que tornava difícil uma presumida atuação isenta dos militares em alguns momentos de conflitos locais. De acordo com Fanaia (2010c, p. 2), o deslocamento do eixo

decisório, com os entendimentos e acordos em situações de conflito sendo providenciados pelo Executivo Federal, era uma das especificidades do universo político em Mato Grosso. Com isso, as nomeações ou emprego da força militar dependiam do posicionamento político:

Boa parte das expectativas dos correligionários ligados às distintas forças em luta no Estado girava em torno da capacidade da liderança a que estava vinculado, de demonstrar seu real prestígio com quem dirigia a nação da Capital federal, seja para nomear funcionários públicos de sua alçada, ou receber eventual apoio militar. (FANAIA, 2010c, p. 133).

No período de 1889 a 1929, Corrêa (2006a) relaciona a existência em Mato Grosso de cinco movimentos revolucionários, conduzidos pelas forças militares: 1912 em Corumbá; 1922, com a revolta no SMT; 1924, o desdobramento do *Segundo 5 de Julho*; e, de 1925 a 1927, a passagem da Coluna Miguel Costa – Prestes pelo SMT. Um número bem menor que cerca de meia centena de conflitos armados, conduzidas por coronéis e bandidos, no mesmo período.

Os conflitos armados do primeiro vintênio do século XX no SMT revelam a existência de disputas pelo poder e pelo monopólio da tributação e da força física, fatores considerados por Elias (1993, p. 187) como formadores da espinha dorsal da organização que se chamou de “Estado”.

Com os movimentos revolucionários conduzidos por militares, os *coronéis* mato-grossenses deixaram o escalão superior da liderança dos movimentos armados e permaneciam como subordinados aos chefes militares, enquadrando-se na disciplina militar, afirma Corrêa (2006a, p. 153).

2.3.1 A rebelião de 1º de dezembro de 1912 no 13º RI de Corumbá

Na noite de primeiro de dezembro de 1912, uma parte do efetivo do 13º Regimento de Infantaria, em Corumbá, revoltou-se, por insinuações do capitão Tiburcio Ferreira de Souza, contra o atraso de três meses no pagamento do soldo. Os revoltosos, durante a noite, conduzidos por nove sargentos, atacaram o prédio da Intendência da Guerra, de onde retiraram munições e seguiram para atacar o 8º Regimento de Artilharia, mas foram enfrentados por forças do 14º Regimento, que permaneceram no lado legal. Ocorreram tiroteios no centro de Corumbá, os rebeldes foram perseguidos e recolhidos aos grupos como prisioneiros no 14º Regimento de Infantaria e 8º Regimento de Artilharia. Pela manhã do dia seguinte, a revolta estava terminada, com a prisão do capitão Tiburcio e dos fugitivos. (*O Debate* - MT, nº 354, de 5 dez. 1912, p. 1).

Os fatos foram relatados por telegrama pelo general Feliciano Mendes de Moraes, inspetor da região de Mato Grosso, ao ministro da Guerra. No telegrama informava ter havido divergências com as autoridades estaduais de Corumbá “por questões de disciplina e pelo modo por que são tratados os soldados, cuja maioria é empregada em baixos misteres, como serventes de trabalhadores de obras particulares”. Além de solicitar pontualidade nos pagamentos, informava que “o capitão Tiburcio Ferreira de Souza negou-se a prestar declarações positivas sobre o levante do regimento, estando, por isso, preso. Foi cassada também a menagem que tivera tanto o capitão Tiburcio como outros presos inferiores e soldados que estão presos com sentinela à vista e armas embaladas”. (*Correio Paulistano* - SP, nº 17735, de 6 dez. 1912, p. 7).

Para o general Mendes de Moraes, as causas da rebelião em Corumbá teriam sido “proveniente da carestia de vida em Corumbá, sob a inominável exploração dos negócios, tornando insustentável a vida a centenas de homens, há três meses sem soldo” e estarem em Corumbá “os piores elementos do Exército” (*Correio Paulistano* - SP, nº 17786, de 28 jan. 1913, p. 5). A guarnição de Corumbá seria, assim, considerada como um lugar para onde eram transferidos como punição os militares que não obedeciam aos regulamentos.

Conforme Corrêa (2006a, p. 152), esse levante, em Corumbá, serviria de ensaio para os movimentos revoltosos dos militares em Mato Grosso.

2.3.2 A revolta do capitão Antonio Netto de Azambuja, do 17º RC, no ano de 1912 em Ponta Porã e Bela Vista

Apesar da duração efêmera, o 17º Regimento de Cavalaria foi palco de uma rebelião, comandada pelo capitão Antonio Netto de Azambuja. Inicialmente, o oficial possuía a graduação de segundo-sargento e foi comissionado¹⁰ como alferes, por ocasião da Revolução Federalista. Nesse posto, Antonio Netto de Azambuja tivera participação no cerco de Bagé resistindo, sob o comando do coronel Carlos Maria Silva Telles, aos ataques dos revolucionários federalistas, entre novembro de 1893 e janeiro de 1894, mas não obteve inicialmente o reconhecimento de sua atuação, ao ter negada a sua solicitação de promoção por ato de bravura, feita ainda como 2º tenente servindo no 1º Regimento de Cavalaria (RMG, 1906, p. 110-114). Posteriormente, por resolução do Congresso Nacional, sancionada por

¹⁰ O comissionamento era uma prática adotada pelo Exército. Dava-se ao militar, de forma temporária, um encargo do grau hierárquico superior (imediato ou até dois acima) ao que efetivamente detinha.

Affonso Pena, presidente da República, determinou-se a contagem do tempo em que foi comissionado no posto de alferes, por ato de bravura, computando a antiguidade no mesmo posto de 20 de setembro de 1893. (*A Federação – RS*, nº 224, de 24 set. 1907, p. 1). Em 24 de outubro de 1907, foi promovido a 1º tenente (*A Federação – RS*, nº 259, 6 nov. 1907, p.1). Faleceu em Uruguaiana, em 30 de abril de 1924, no posto de tenente-coronel. (*A Federação – RS*, nº 101, 30 abr. 1914, p. 2).

No mês de fevereiro de 1912, foi transferido do 3º RC, sediado no município de Bela Vista, para ser ajudante no 17º RC, em Ponta Porã (*O Paiz - RJ*, nº 10002, 24 fev. 1912, p. 1). Na descrição de Rosa (1922, p. 17), na madrugada de 6 de maio de 1912, o capitão declarou a revolta, reunindo uma parte do efetivo do 17º RC em seu apoio. Os que não aderiram à revolta, os tenentes Armindo de Almeida Rego, Antonio de Lacerda Gama e Alvaro Antunes da Cruz, os sargentos Cicero Mangini, Manoel Maiolino Brum, Cicero de Oliveira, Mendobi e José Cavalcanti da Silva Brabo, ficaram sob as ordens do tenente Castro Júnior.

Ao amanhecer o dia, foram presas autoridades civis do município, entre elas o coronel Balthasar Saldanha, chefe do Partido Republicano, e Marcos Fioravanti. O comandante do regimento, capitão Alfredo Pereira de Carvalho, assim como os senhores Alvaro Brandão e Pedro Canuto da Costa conseguiram escapar.

À tarde do dia 6 de maio, a tropa revoltosa deixou o quartel, conduzindo em três carretas o que supunha ser todo o fardamento, armas e munições do regimento, e foi acampar em um local distante uma légua de Ponta Porã, conduzindo preso apenas o coronel Balthasar Saldanha.

De acordo com Rosa (1922, p. 18), o *brigada*¹¹ Cambará ocultara dos revoltosos uma boa quantidade de armas. Essa providência permitiu que o capitão Alfredo Carvalho organizasse, com os soldados e civis, dois contingentes, um sob o seu comando e outro liderado pelo tenente Castro, que saíram do quartel às quatro horas do dia 9 de maio, para combater os rebeldes. O cidadão José Manvailler liderava uma força de cavalaria.

Rosa (1922, p. 19) narra que o combate aconteceu de surpresa para os rebeldes e alguns civis que os acompanharam, ainda acampados à margem de um banhado em Sepy-cuê, às seis horas da manhã. As tropas do comandante do 17º RC desbarataram os revoltosos, que deixaram quatro mortos e quatro feridos, inclusive o capitão Azambuja. Os feridos foram

¹¹ Função desempenhada pelo sargento de maior antiguidade na organização militar, com o encargo de controlar os efetivos e as escalas de serviço. Atualmente é uma graduação honorífica do Exército Brasileiro, estabelecida pela Portaria nº 1323, de 4 de outubro de 2017.

conduzidos à enfermaria do regimento, e os rebeldes capturados e levados para as celas da prisão.

Segundo *O Paiz* – RJ (nº 10101, 02 jun. 1912, p. 5), o capitão Antonio Netto de Azambuja foi o “comandante em chefe da revolução”. Essa afirmação é confirmada pelo telegrama datado de 16 de maio de 1912, remetido pelo major Antonio Gomes ao presidente do Estado, informando de um manifesto do capitão Azambuja, e publicado no órgão do Partido Republicano Conservador:

Acaba chegar aqui pelo correio paraguaio o manifesto do capitão Azambuja, feito em Conceição. Diz ele vir liberar o povo, concitando-o às armas e assinou o mesmo manifesto: Antonio Netto Azambuja, General Comandante em Chefe do Exército Libertador. Pelo correio remeto um a S. Excia. Saudações. (*O Debate* - MT, nº 196, 18 maio 1912, p. 3).

No Rio de Janeiro, o movimento revolucionário foi divulgado inicialmente como tendo causa política, obtendo boa impressão na Capital Federal. Essa impressão foi modificada, após entrevistas com Azeredo e Murtinho e o Deputado Caetano de Albuquerque, que unanimemente atribuíram o movimento ao “banditismo de Bento Xavier” (*O Debate* - MT, nº 192, 15 maio 1912, p. 1). Os senadores José Murtinho e Antonio Azeredo, na intenção de desqualificar um sentido partidário ao movimento, afirmaram que poderiam existir laços familiares entre Bento Xavier e o capitão Azambuja Netto, possivelmente primos. (*Gazeta de Notícias* - RJ, nº 1337, 12 maio 1912, p. 6).

O capitão foi submetido a conselho de guerra no quartel da 13ª Região Militar, por crime de rebelião (*A Imprensa* - RJ, nº 1660, 19 jul. 1913, p. 5), mas por causa dos ferimentos recebeu transferência para o Rio de Janeiro, onde foi internado para tratamento no Hospital Central do Exército (*Jornal do Brasil* - RJ, nº 207, 25 jul. 1912, p. 5).

Todos os civis e militares envolvidos na rebelião de maio de 1912 no Estado de Mato Grosso, foram anistiados pelo Decreto nº 2730 de 8 de janeiro de 1913, publicado no *Diário Oficial da União* de 10 de junho de 1913, juntamente com os do território do Acre (*O Paiz* - RJ, nº 10325, 12 jan. 1913, p. 10).

A intenção dos revoltosos, segundo Rosa (1922, p. 18) era prosseguir para Amambai e unirem-se a um grupo de civis, partidários de Bento Xavier da Silva¹², e com eles seguir para

¹² O coronel Bento Xavier da Silva é apontado por Corrêa (2006, p. 40) em cinco conflitos armados mato-grossenses, no período de 1906 a 1912. Era um fazendeiro residente na região de Bela Vista, no SMT. Nasceu no ano de 1862, rio-grandense de Santana do Livramento - RS. Faleceu em Belém, localidade no Paraguai, a 27 de setembro de 1915. Esteve por diversas vezes liderando movimentos armados, e o seu maior objetivo era conseguir títulos de terras, principalmente para os seus coestaduanos, que os apoiavam nas lutas, segundo Leite (2007, p. 234). Em 1906, agindo contra o governo estadual (Antônio Paes de Barros), apoiando a revolução, foi derrotado pela força pública estadual. Em 1907, novamente contra o governo estadual (Pedro Leite Osório, que

Bela Vista, a fim de derrotar a tropa policial do Regimento do Sul, comandada pelo major Antonio Gomes Ferreira da Silva, iniciando mais uma revolução no sul do Estado de Mato Grosso.

A união dos militares com Bento Xavier motivara uma convocação ao comando da 13ª Região Militar, quando o capitão Azambuja ainda servia no Regimento de Bela Vista, sob o comando do major Paulo Oliveira: “O ministro da guerra ordenou ao major Paulo Oliveira e capitão Azambuja que se recolham com urgência à sede da 13ª Região Militar em Corumbá, por estarem aqueles oficiais dando apoio e agasalho no seu próprio quartel em Bela Vista ao caudilho Bento Xavier”. (*Correio do Estado* - MT, nº 221, 15 fev. 1912, p. 2). Ao retornar para Ponta Porã, para onde fora transferido, afastado de Bela Vista, teria se encontrado com Bento Xavier em Concepcion, no Paraguai, e combinado o novo conflito armado, segundo declarou o major Antonio Gomes (*O Debate* - MT, nº 191, 11 maio 1912, p. 2). O major Paulo José de Oliveira foi transferido para o 2º Regimento de Cavalaria, sediado no Paraná (*A Federação* - RS, nº 48, 26 fev. 1912, p. 2)

O levante armado de 1912, nos municípios de Bela Vista e Ponta Porã, é relacionado nos conflitos mato-grossenses de 1891 a 1922 como um “levante do Regimento liderado pelos cap. Antonio Netto de Azambuja e major Paulo José de Oliveira para preparar uma nova invasão do cel. Bento Xavier” (CORRÊA, 2006a, p. 40). O desenrolar da rebelião era transmitido em telegramas para Cuiabá. Publicados com o título “Invasão do Sul no Estado”, remetidos pelo coronel Portilho Bentes, inspetor interino da 13ª Região Militar, os telegramas comunicavam ao presidente do Estado a ação revoltosa, mostrando a participação dos oficiais do Exército com o pessoal de Bento Xavier e a ação conjunta das forças federais e estaduais:

Acabo receber telegrama de Bela Vista que capitão Azambuja com pessoal Bento Xavier atacou e tomou 17º Regimento Cavalaria em Ponta Porã, e que se dirige atacar Bela Vista, pelo que peço ordeneis à força policial mesma vila agir em conjunto 3º Regimento Cavalaria a fim repelir e destroçar revolucionários. Corpos Exército em Nioaque e Aquidauana rigorosa

assumiu, como 1º vice-presidente), atacou a cidade de Bela Vista. Em 1908, novamente contra o governo estadual (Pedro Celestino Corrêa da Costa), comandando forças armadas, invadiu a região da fronteira com o Paraguai. Em junho e julho de 1911, encabeçou lutas em Bela Vista, Dourados e Ponta Porã. E, por fim, em 1912, recebeu o apoio do capitão Antonio Netto de Azambuja e major Paulo José de Oliveira, nos levantes dos regimentos de Bela Vista e Ponta Porã, para preparar uma nova invasão ao município de Bela Vista. Derrotado nas lutas, buscava o exílio no Paraguai, onde reunia forças e armas para novas investidas contra as autoridades no SMT. Bento Xavier foi descrito como um bravo, generoso e “um fiel e extremado soldado de Silverio Martins, servindo com a gente de Raphael Cabeda”, na Revolução Federalista (1893-1895), lutando contra o governo gaúcho de Júlio de Castilhos (1893-1898) e também contra o governo federal de Floriano Peixoto (1891-1894). Derrotado na Revolução, veio para o Mato Grosso em busca de refazer sua vida e adquirir novas propriedades. (*Gazeta de Notícias* - RS, nº 134, 13 maio 1912, p. 2). As derrotas de Bento Xavier encerram, segundo Bittar (1999, p. 28), o ciclo das lutas armadas estabelecidas da semente da causa divisionista no sul de Mato Grosso.

prontidão o que comuniquei ministro guerra. Saudações. (*O Debate* - MT, nº 191, 11 maio 1912, p. 1).

Em uma entrevista, concedida no Rio de Janeiro, o capitão Antonio Netto de Azambuja alegou que não houve rebelião e nem revolta por parte dele ou do regimento, pois agira em defesa da própria vida, ameaçada pelo major Antonio Gomes Ferreira da Silva, do qual denunciara assassinatos em Bela Vista, quando servia no 3º Regimento de Cavalaria. Em seu relato, o capitão deu ciência ao inspetor da 13ª Região Militar, o general Antonio Vicente Ribeiro Guimarães, ainda com sede em Corumbá, ao qual pediu garantias de vida. O general inspetor consentiu a sua permanência em Corumbá. No entanto, chamado ao Rio de Janeiro, o general foi substituído na Inspeção pelo coronel Manuel Portilho Bentes. Este teria, então, promovido uma perseguição ao capitão Antonio Netto, determinando a sua partida imediata para Ponta Porã, para onde estava transferido. Ao solicitar uma escolta, como meio de preservar a vida, recebeu uma punição de prisão por 23 dias, com ordem de partida na primeira oportunidade após o cumprimento. Resolveu, então, ir ao Rio de Janeiro para apresentar ao ministro da Guerra sua defesa. Na viagem, refletiu que esse procedimento lhe seria inconveniente e seguiu para Porto Murtinho. O coronel Portilho, ao saber da fuga, concedeu o prazo de nove dias para a apresentação no regimento, sob a pena de ser considerado desertor. Avisado em Porto Murtinho de que seria emboscado na viagem, por ordem do coronel Portilho, prosseguiu para Concepcion, no Paraguai. Nessa cidade obteve o apoio de dois rio-grandenses e partiu para Ponta Porã. No trajeto foram emboscados, e seus companheiros mortos. Ao escapar e alcançar o 17º RC, só e sem sua bagagem, preferiu omitir o acontecido. No dia seguinte à sua chegada em Ponta Porã, soube que um destacamento policial, comandado por um Sr. [Adão] Barros, sairia para combater uma coluna revolucionária, resolveu “juntar-me a esta, com o único fim de derrotar a polícia e, intimidando-a, salvar a minha vida ameaçada”. Com esse intento, “reuni a oficialidade do 17º Regimento, participei-lhe a minha resolução e tive o seu franco apoio. Com o pleno consentimento de todos, convidei os soldados que me quisessem acompanhar. Como eu era fiscal do regimento, abri o cofre, cujo conteúdo mostrei [quantia ilegível], e, por fim, no meio de abraços e discursos de feliz êxito daqueles que eu julgava camarada, parti com os meus homens [...] vinte e dois, e, como refém, um chefe político [Balthazar Saldanha]. Mas, destes, um enviei a Bela Vista, afim de dar-me notícias da força de polícia, e outro remeti ao sr. Barros, para convidá-lo a juntar-se a mim e podermos, unidos, vencer a polícia.” (*A Imprensa* - RJ, nº 1666, 25 jul. 1912, p. 1).

O combate envolvendo as forças do capitão Antonio Netto e as do 17º RC aconteceu a uma légua de Ponta Porã. O ataque do regimento foi pela madrugada, e surpreendeu o capitão, atacado “pelos meus próprios camaradas e pela polícia, ficando metido entre dois fogos”. Afirmou que recebeu, ao sair da barraca onde pernoitava, oito tiros, um dos quais na testa, cegando-o no olho direito e outro arrancando um dedo da mão direita. Desmaiado, foi colocado preso em uma carreta. Na luta, pela narrativa, teria morrido um dos seus homens. Os outros “que caíram prisioneiros foram assassinados pelos vencedores” (*A Imprensa* - RJ, nº 1666, 25 jul. 1912, p. 1).

O capitão Antonio Netto de Azambuja não citou em sua entrevista qualquer motivação política, e nem a possível intenção de juntar suas forças com as do coronel Bento Xavier.

O presidente Joaquim Augusto da Costa Marques, na mensagem para a Assembleia Legislativa datada de 13 de maio de 1912, realizou uma longa exposição sobre os fatos transcorridos no SMT (MPMT, 1912, p. 16-21).

Na mensagem à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do ano de 1915, o presidente do Estado, Joaquim Augusto da Costa Marques, novamente citou o ocorrido em Ponta Porã, e considerou o movimento revolucionário como conduzido por um bando armado, tendo como protagonistas o capitão Antonio Netto de Azambuja, de parceria com o major Paulo José de Oliveira e o “célebre caudilho de então, Bento Xavier” e tendo como teatro os municípios de Bela Vista e Ponta Porã.

O presidente Costa Marques revelou uma discórdia entre os civis e militares em Campo Grande, e o apoio que recebeu do Ministro da Guerra, ao defender a corporação policial e solicitar a transferência dos oficiais revoltosos do Exército:

Antes desse conflito e por ordem dos referidos oficiais, foram presas e recolhidas ao xadrez do 5º Regimento as praças de polícia que faziam o policiamento daquela vila; e depois do mesmo ainda foi agredida e assassinada uma praça policial, por um sargento daquela guarnição. De todas essas lamentáveis ocorrências, dei ciência ao Sr. Ministro da Guerra e, não foi sem grande dificuldade, que se conseguiu o afastamento desses oficiais daquela localidade, que logo em seguida entrou na sua vida normal de ordem e respeito às autoridades constituídas. (MPMT, 1915, p. 20).

Constou, no relatório do ministro da Guerra, que na área da inspeção militar de Mato Grosso ocorreram “medidas de natureza disciplinar” no 14º Grupo de Artilharia, sem citação direta do levante de 1912 em Corumbá e da rebelião em Ponta Porã. (RMG, 1913, p. 102).

A rebelião de Ponta Porã, em 1912, conduzida pelo capitão Antonio Netto de Azambuja, com o auxílio do major Paulo José de Oliveira, integra a relação, elaborada por Corrêa (2006a, p. 35), dos conflitos armados em Mato Grosso, onde existiam o

relacionamento entre coronéis e bandidos, envolvidos em lutas político-partidárias locais, favorecidos por um Estado fraco e dependente.

Os próximos capítulos são destinados ao estudo dos movimentos revolucionários conduzidos por militares do Exército.

3. HEITOR MENDES GONÇALVES E OS CONFLITOS EM PONTA PORÃ

O tema central deste capítulo envolve a participação de Heitor Mendes Gonçalves em dois eventos ocorridos no SMT. O primeiro denominou-se *Conflito de Ponta Porã de 1921*, por ter o seu estudo inaugural nesta tese. Aconteceu a 30 de janeiro de 1921, quando o tenente Heitor Mendes Gonçalves e o tenente Luis Simas Enéas prenderam o comandante do destacamento da Força Pública Estadual, tenente Manoel da Costa Ribeiro e todo o destacamento policial na cidade de Ponta Porã. O segundo, na mesma cidade, um entrevero armado ocorrido em 24 de janeiro de 1924, resultou na morte do advogado João Baptista de Azevedo.

Quais os motivos a impulsionar as ações desses personagens? O que obtiveram como resultado de suas ações? Como se comportaram? Houve apoio e participação de civis apoiando ou incentivando a conduta dos militares no *Conflito de Ponta Porã de 1921*? Quais eram os ideais de Heitor Mendes Gonçalves?

São os questionamentos que direcionam os itens deste capítulo. E, para explicar os fatos acontecidos na comunidade de Ponta Porã, nos anos de 1921 a 1924, onde Heitor Mendes Gonçalves participou ativamente, foram formuladas inicialmente as seguintes hipóteses:

- Um caso partidário, de desavenças entre partidários da *Fusão* e os contrários a ela, desejando que as agremiações políticas disputassem separadas as eleições locais, prolongando a disputa mato-grossense entre Conservadores e Republicanos.

- Um conflito de disputa de poder pelo monopólio da violência, estando em disputa duas forças, a estadual e a federal, engrossadas por partidários com milícias armadas.

- A questão da exploração da erva-mate, com os interesses da Empresa Mate Laranjeira sendo ameaçados por imigrantes que procuravam a posse de terras e o estabelecimento na área de ervais.

O *Conflito de Ponta Porã de 1921* é um evento ainda não estudado nos meios acadêmicos. Os jornais da época divulgaram os acontecimentos, com descrições expondo as diferentes versões, de acordo com os interesses condizentes. Existiram, no entanto, outros eventos e personagens que merecem destaque, por estarem relacionados com os acontecimentos que envolvem Heitor Mendes Gonçalves. Destacaram-se como personagens

alguns integrantes da família Mendes Gonçalves, seus companheiros de farda, integrantes das Forças Pública e Policial do Estado de Mato Grosso, autoridades e políticos mato-grossenses.

3.1 O tenente Heitor Mendes Gonçalves: brasileiro, soldado, mato-grossense e seus companheiros de farda

A família Mendes Gonçalves apresenta um inter-relacionamento com os militares e com a Empresa Mate Laranjeira. As informações familiares e outras sobre a *Mate Laranjeira* são provenientes, em parte, de Magalhães¹(2014), do livro *Retratos de uma época – Os Mendes Gonçalves & A Cia Matte Laranjeira*. Considerada pelo autor como “um relato familiar”, ele explica que a produção da obra deveu-se “justamente a um desses personagens, à pessoa que viveu de perto os últimos anos de fausto da lendária empresa e que se tornou uma fiel depositária de sua história: Elza Dória Passos Mendes Gonçalves”. Elza Dória, ao prefaciar o livro, revela que estava feliz, por ter conseguido realizar um sonho, “este livro maravilhoso sobre a Cia. Matte Laranjeira, que suplantou tudo o que eu queria ou pensava”. É, portanto, uma obra memorialista, encomendada para preservar a história da família e dos negócios por ela realizados.

Outras informações vieram da imprensa, em notícias muitas vezes conflitantes com a versão oficial da família, outras coincidentes, com entrelaçamentos e motivações peculiares das fontes.

3.1.1 A família Mendes Gonçalves: comerciantes, fazendeiros e a Empresa Mate Laranjeira

Os Mendes Gonçalves são provenientes da Ilha da Madeira, no Arquipélago da Madeira, uma região autônoma portuguesa no Oceano Atlântico. Os irmãos Ricardo Antonio Mendes Gonçalves e Francisco Mendes Gonçalves vieram para o Rio de Janeiro, e em sociedade fundaram uma casa comercial fornecedora de bens essenciais para as tropas brasileiras que combatiam na Guerra da Tríplice Aliança. Outro irmão, Antonio Jacintho chegou a ficar como encarregado do empório comercial, remetendo as mercadorias do Rio de

¹ Luiz Alfredo Marques Magalhães destacou-se no cenário literário de Mato Grosso do Sul ao escrever sobre as fazendas e fazendeiros de Mato Grosso do Sul, inserindo fotografias no relato sobre as estórias das fazendas, relacionando-as com a história de Mato Grosso do Sul. São de sua autoria: *Mato Grosso do Sul – Fazendas - uma memória fotográfica* (2012); *Rio Paraguai – da Gaíba ao Apa* (2008); *Corumbá, cidade luzente*; *O Senhor da Lagunita* (2009); *Um homem de seu tempo – Uma biografia de Aral Moreira* (2011); *O Karai de Sanga Puitã* (2011).

Janeiro para os irmãos, instalados na região dos combates, que as forneciam aos soldados brasileiros. Ainda durante a guerra, estabeleceram ligações de amizade com Thomaz Laranjeira, também fornecedor de alimentos no Paraguai. Terminada a guerra, os irmãos tiveram rumos diferentes. Ricardo Antonio ainda permaneceu um tempo no Rio de Janeiro, mas partiu para Assunção, no Paraguai, onde se estabeleceu definitivamente. Francisco Mendes escolheu Buenos Aires, na Argentina, onde abriria a casa comercial *Francisco Mendes & Cia*. Os laços comerciais com a empresa exploradora da erva-mate em território brasileiro estabeleceram-se inicialmente com Francisco Mendes. Sua empresa distribuía, em Buenos Aires, a erva-mate cancheada² fornecida por Thomaz Laranjeira e, em seguida, pela *Companhia Matte Laranjeira*, formada pela associação de Thomaz Laranjeira com o Banco Rio-Mato Grosso. Depois, com a saída do Banco, nova associação viria com Francisco Mendes e outros, formando em 1902 a *Laranjeira, Mendes & Cia*. (Magalhães, 2014, p. 39-47).

Antonio Jacintho Mendes Gonçalves teve como destino Corumbá, em Mato Grosso, cidade onde instalou-se como comerciante e se casou duas vezes. Com a primeira esposa teve três filhos, e a primogênita casou-se com o João de Deus Zenóbio da Costa, militar que chegaria a general do Exército, pai do também militar Euclides Zenóbio da Costa³. (Magalhães, 2014, p. 25-26).

Antonio Jacintho é citado nos jornais mato-grossenses como brasileiro naturalizado e com os postos de *tenente-coronel e coronel* (*Gazeta Oficial do Estado de Matto-Grosso*, nº 1441, 17 jun. 1899, p. 2 e nº 1434, 16 maio 1899, p. 2). Nos anos 1890, foi membro do Partido Republicano. Segundo Magalhães (2014), Antonio Jacintho participou ativamente dos conturbados acontecimentos daquele decênio (1890-1899) no Estado e, como político, foi candidato a uma das 30 vagas de deputado da Assembleia Constituinte do Estado, realizada em 28 de maio de 1891 (*O Matto-Grosso*⁴, nº 628, 2 jun. 1891, p. 2).

O mesmo Antonio Jacintho foi um dos fundadores em 1892 da *Sociedade Portuguesa de Beneficência 1º de dezembro*, junto com outros membros da colônia portuguesa residente em Corumbá, para proteção aos seus associados, podendo prestar serviços médicos e

² Erva-mate cancheada é aquela onde as folhas estão apenas secas e trituradas, sem serem moídas.

³ Comandou a Divisão de Infantaria Expedicionária na 2ª Guerra Mundial e seria ministro da Guerra no último ano de Getúlio Vargas como presidente (1954).

⁴ O jornal era propriedade de Generoso Paes Leme de Souza Ponce e “publicação semanal e órgão do Partido Republicano”.

farmacêuticos, auxílio em diárias em caso de desemprego, proteção quando preso e auxílio para o funeral. (ALBUM Graphico, 1914, p. 336).

Sua ligação com Generoso Ponce, um dos fundadores e dirigente do Partido Republicano em Mato Grosso é configurada na nomeação para participar em Corumbá como presidente da Comissão para construção de uma estátua homenageando o líder político (*O Matto-Grosso*, nº 707, 22 out. 1895, p. 2). Quando o deputado Generoso Ponce era o presidente da Assembleia Legislativa, foi aprovada e sancionada pelo 2º vice-presidente, coronel Antonio Cesario de Figueiredo, pela Lei nº 215 de 15 de maio de 1889, a concessão por arrendamento dos seringais, recursos minerais e vegetais, ao *coronel* Antonio Jacintho Mendes Gonçalves, ou a empresa nacional ou estrangeira que viesse a organizar, na área compreendida entre o forte do Príncipe da Beira até a cachoeira do Guajará-mirim, incluindo todos os ribeirões tributários do rio Guaporé (*Gazeta Oficial* – MT, nº 1437, 23 maio 1899, p. 1).

O assunto tramitou rapidamente pela Assembleia. Foi analisada e aprovada com o Parecer nº 14, de 1º de maio de 1899. A sanção ocorreu em 15 de maio, e a publicação, em uma primeira vez, em 20 de maio, sendo republicada em 23 de maio. Em 2 de junho de 1899, o pedido da lavratura do contrato foi encaminhado para a Diretoria de Terras (*Gazeta Oficial* – MT, nº 1441, 17 jun. 1899, p. 2). Antonio Jacintho não viria a explorar os seringais, pois a concessão foi transferida para a Companhia de Productos Cibilis⁵, e desta, posteriormente, à empresa *Societé Industrielle et Agricole au Brésil*, que finalmente a transferiu para a Guaporé Rubber Co. (*O Matto-Grosso*, nº 2160, 1º jun. 1930, p. 1).

Segundo Magalhães (2014, p. 25), Antonio Jacintho conduziu em “mais de uma oportunidade, negócios mal encaminhados que redundaram em fracasso, devido talvez à inconstância de sua personalidade algo imediatista”. Com a segunda esposa, (Ventura Lowande de Araujo, nascida em Ladário), Antonio Jacintho teve dez filhos, sendo cinco homens (Américo, Leonel, Raul, Heitor e Mário) e cinco mulheres (Marieta, Laura, Isaura, Hermínia e Zaida). Acompanhado da família, exceto da filha Marieta, já casada, Antonio Jacintho retirou-se em 1898 para São José dos Campos (SP), onde dirigiu um estabelecimento comercial. Consternado com o sofrimento da sua segunda esposa, vítima de câncer, ele se

⁵ Sociedade anônima fundada e com sede em Antuérpia, detentora desde 1895 de uma autorização para funcionar no Brasil e explorar a Fazenda Descalvado, a 100 quilômetros de Cáceres, na margem do rio Paraguai, para a exploração do gado. Rondon visitou a fazenda em 1906, encontrando uma instalação para extrato de carne e afirmou que a Cibilis & Cia adquiriu a fazenda por 1/10 do seu valor real (Viveiros, 2010, p. 198 e 213) (Decreto nº 2.007, de 18 de Abril de 1895). <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2007-18-abril-1895-525209-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

suicidou em 5 de janeiro 1903 (Magalhães, 2014, p. 26 e *O Commercio de São Paulo*, nº 3171, 7 jan. 1903, p. 1). Uma interpretação para a mudança da família para São José dos Campos é que foi para o tratamento do câncer que acometera sua esposa. Como a terapia não obteve êxito, Antonio Jacintho acabou tragicamente com a sua vida, com uma tríplice tentativa: envenenamento, corte dos pulsos e enforcamento (*O Commercio de São Paulo*, nº 3171, 7 jan. 1903, p. 1). A data da transferência da família para São José dos Campos, 1898, apontada por Magalhães (2014, p. 158) diverge da intenção do arrendamento da exploração dos seringais, com o andamento iniciado no ano de 1898.

Antes do falecimento, Antonio Jacintho escreveu uma carta com o pedido de amparo aos seus filhos, dirigida ao seu irmão, Francisco Mendes Gonçalves, residente em Buenos Aires, um dos diretores da Laranjeira, Mendes & Cia., a empresa detentora da concessão para a exploração dos ervais na região sul de Mato Grosso.

Os irmãos, órfãos de pai e mãe, receberam a proteção da Laura, a irmã mais velha, que casou-se no Rio de Janeiro com um militar, depois transferido para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, levando seus irmãos. (AEMS, Coleção EML, p19c2418).

Magalhães (2014, p. 148) menciona que Américo Mendes Gonçalves, o filho mais velho do casal Antonio Jacintho e Ventura, nasceu em 1883 e, após o falecimento dos pais, trabalhou na Fazenda Margarida por longas temporadas, na compra e venda de gado bovino. Possivelmente é o requerente ao ministro da Fazenda para ser reintegrado no cargo de escrivão da coletoria federal de Botucatu, em São Paulo, o que foi negado (*Diario Nacional - SP*, nº B00376, 26 set. 1928, p. 2). O requerente foi nomeado em 1907 e demitido do cargo em 1910, e obteve uma reintegração judicial ao cargo em 1920. (*A Gazeta - SP*, nº 4397, 2 set. 1920, p. 4). Faleceu em São Paulo, onde residia, no dia 12 de fevereiro de 1932 (CM, nº 11406, 18 fev. 1932, p. 9).

Raul Francisco Mendes Gonçalves nasceu em 1885, e era um dos homens mais importantes da *Mate Laranjeira* em Mato Grosso (Magalhães, 2014, p. 67). Conhecido como Raul *Carapé*, participou como subscritor das ações da Empresa Mate Laranjeira, em 1916 (Magalhães, 2014, p. 108), foi o administrador geral da *Mate Laranjeira*, na sede inicial da empresa em Nhú-Verá⁶, ainda distrito de Ponta Porã, transferida em 1921 para a fazenda Campanário. Faleceu no Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1922 (*O Paiz - RJ*, 5 jul. 1922, p. 4), coincidentemente na véspera do dia em que eclodiu o movimento revolucionário dos tenentes

⁶ O local onde ficava a sede em Nhú-Verá corresponde hoje ao município de Coronel Sapucaia – MS, conforme Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia, disponível em < http://coronelsapucaia.ms.gov.br/pagina/78_Historia.html >, acesso em 7 out. 2016.

em Forte Copacabana. A causa da morte é apontada por Magalhães (2014) como *fogo selvagem*⁷. *Carapé* foi o filho que portou a carta de seu pai para o tio em Buenos Aires, com o pedido de amparo aos seus irmãos (Magalhães, 2014, p. 26).

Existia outro Raul Mendes Gonçalves (Raul Lorenzo Mendes Gonçalves), o Raul *Buenos Aires*, primo de Heitor Gonçalves, filho de Francisco Mendes Gonçalves. Heitor e Raul *Buenos Aires* fundaram uma sociedade para explorar madeira em Dourados, no ano de 1936 (Magalhães, 2014, p. 155).

Leonel Mendes Gonçalves, nascido em 19 de agosto de 1886, foi o administrador geral das fazendas de criar da Mate Laranjeira. Embora Magalhães (2014, p. 148) afirme que “jamais casou, mas deixou filhos”, em *O Progresso* consta que estava em período de contestação a ação de anulação de casamento proposta por Leonel Mendes Gonçalves contra D. Albertina de Mattos, com fundamento no art. 219, nº IV do Código Civil vigente na época (JOP, nº 166, 10 jun. 1923, p. 2). Há registros de uma atuação política, aparecendo como candidato pela *Fusão* para o cargo de 1º Vice Intendente no município de Ponta Porã, e seria, na descrição do jornal favorável aos candidatos da legenda:

[..] alma generosa e grande, engastada nas traves de vigoroso talento, cuja palavra é um penhor de sinceridade e de despreendimento, cuja capacidade para administrar, todo mundo admira e proclama, cujos serviços ao partido nenhum tentou exceder e cuja confiança política é a razão de ser de nossa eficiência partidária. Dedicadíssimo até o extremo, Leonel Mendes sabe fazer política até com os próprios adversários, que pensam saber enganá-lo, quando, na verdade, eles é que são por ele enganados. (JOP, nº 175, 12 ago. 1923, p. 2).

Conforme *A Notícia* – MT (nº 3, 6 mar. 1924, p. 6), Leonel Mendes Gonçalves se suicidou em 29 de janeiro de 1924, com trinta e oito anos incompletos de idade, em *Porto Eldorado*, na Argentina, quando viajava para Buenos Aires, para tratamento. O edital de citação para o seu inventário menciona que deixou “uma diversidade de herdeiros” (JOP, nº 215, 18 maio 1924, p. 4).

Heitor Mendes Gonçalves nasceu em Corumbá, como todos os seus irmãos, em 1º de outubro de 1889, embora a versão familiar (Magalhães, 2014, p. 151) mencione seu nascimento em agosto de 1889. A data de 1º de outubro de 1889 também foi encontrada nos jornais *Ultima Hora* (nº 2169, 26 jul. 1957, p. 5) e *A Federação* (nº 227, 30 set. 1910, p. 4). Em seus assentamentos militares é descrito como de cor morena, cabelos castanhos escuros,

⁷ Conhecida como *pênfigo foliáceo*, é uma doença endêmica, encontrada em certas áreas do Brasil, causando afecções tipo bolhas na pele, acompanhadas de fortes dores (Silva, Silva e Viana, 2008).

olhos castanhos claros e altura de 1,71m. O Apêndice D contem algumas fotografias de Heitor Mendes Gonçalves.

Mario Mendes Gonçalves nasceu em 18 de fevereiro de 1893, estudou e prestou o serviço militar no Exército, na cidade de Porto Alegre, onde estavam seu irmão Heitor e a irmã Hermínia. Em 1913, foi designado para administrar a fazenda *Aguerito* da Empresa Mate Laranjeira, no Paraguai, e depois a Margarida, onde ficaria até 1928, quando se transferiu para a Estância Pacury, levando o gado que possuía na Fazenda Margarida. Em 1934, passou a administrar a Fazenda Santa Virginia, permanecendo até 1954, saindo após comprar a Fazenda Margarida da empresa (Magalhães, 2014, p. 158-160).

Francisco Mendes Gonçalves, presidente da Companhia Mate Laranjeira, era o irmão mais novo de Antonio Jacintho e faleceu em Buenos Aires em 1930. Foi designado cônsul de Portugal em Buenos Aires (Magalhães, 2014, p. 244). Seu filho, Francisco Mendes Gonçalves Filho é apontado como diretor da Empresa Mate Laranjeira, em Buenos Aires.

Ricardo Antonio Mendes Gonçalves, o irmão mais velho de Antonio Jacintho, foi o primeiro a vir da Ilha da Madeira para o Rio de Janeiro, na década de 1840 (Magalhães, 2014, p. 14). Consta como um dos subscritores das ações da empresa Mate Laranjeira, em 1916 (Magalhães, 2014, p. 108). Viria a se estabelecer em Assunção, onde construiu um *casarão*, hoje sede da Embaixada Americana. Herdada por seus filhos Honório e Arturo, pelo seu falecimento em 1901, a residência serviu para abrigo do Generoso Ponce (Magalhães, 2014, p. 19), exilado voluntariamente no Paraguai, durante os anos de 1902 a 1904, quando Generoso Ponce ainda apoiava as pretensões da empresa extratora de erva-mate no Brasil. Um filho do seu primeiro casamento tinha o seu nome: Ricardo Mendes Gonçalves, o *Ricardito*, que trabalhou em fazendas da empresa no Paraguai e depois no Brasil em uma ranchada ervateira, o Rancho *Carapã*, onde se originou o atual município sul-mato-grossense de Laguna Carapã (Magalhães, 2014, p. 18).

3.1.2 O tenente Heitor Mendes Gonçalves: de militar a capitão-diretor da Empresa Mate Laranjeira

Em 1904, um ano após a morte do pai, Heitor Mendes Gonçalves obteve a aprovação no exame de admissão oferecido pelo internato do *Gymnasio Nacional*⁸, no Rio de Janeiro, de acordo com o publicado no *Jornal do Brasil* – RJ, de 23 de abril de 1904 (nº 114, p. 3).

Heitor Mendes Gonçalves iniciou sua carreira militar em 21 de março de 1907, conforme consta em seus assentamentos militares depositados no Arquivo Histórico do Exército (AHEX), ao ingressar como voluntário para servir por um período de três anos no 25º Batalhão de Infantaria (25º BI), em Porto Alegre. Incluído como *praça de pret*, na classe de soldado, foi designado a prestar serviços na Escola de Guerra do Rio Grande do Sul, também em Porto Alegre, a partir de 2 de abril de 1907. Em 17 de julho de 1907, estava habilitado na instrução militar. Chegou a ser transferido para o 18º Batalhão de Infantaria, mas permaneceu adido ao 25º BI, por estar empregado na Escola de Guerra.

Em 1908, prestou os exames preparatórios⁹ nas disciplinas de História Natural, Física e Química (*A Federação* – RS, nº 10, 11 jan. 1908, p. 3). Aprovado¹⁰, em 1º de abril de 1908, foi incluído no efetivo da Escola de Guerra e designado para a 1ª Companhia, por ter sido matriculado no primeiro ano do Curso de Guerra, juntamente com outros 31 soldados que serviam como adidos e 30 alunos oriundos do Colégio Militar (*A Federação* - RS, nº 78, 1º abr. 1908, p. 2). Na época, seu cunhado (casado com sua meia-irmã Hermínia, do primeiro casamento de Antonio Jacintho), João Zenóbio da Costa estava servindo em Porto Alegre, no

⁸ De acordo com o Decreto nº 3.914 de 23 de janeiro de 1901, o internato do *Gymnasio Nacional*, denominação dada no início da República ao Imperial *Colégio de Pedro II*, oferecia um curso com a duração de seis anos de estudos. O curso oferecido em disciplinas distribuídas por sete anos, e tinha a finalidade de proporcionar a cultura intelectual necessária para a matrícula nos cursos superiores e para a obtenção do grau de bacharel em ciências e letras. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3914-23-janeiro-1901-503356-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em 7 out. 2016.

⁹ O Decreto nº 4247 de 23 de novembro de 1901 aprovava as instruções para os exames gerais de preparatórios parcelados, que habilitavam o ingresso na faculdade, e poderiam ser feitos na Capital Federal (Rio de Janeiro) e em todas as capitais de Estados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4247-23-novembro-1901-521953-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em 7 out. 2016.

¹⁰ De acordo com o Regulamento para os Institutos Militares de Ensino, aprovado pelo Decreto nº 5698, de 2 de outubro de 1905 (RMG, 1905, p. A-B-10), para a matrícula na Escola de Guerra o candidato deveria ter pelo menos seis meses de praça e efetivo serviço nesse tempo em um corpo do Exército, aptidão para o serviço militar, conduta irrepreensível, robustez física, e apresentar atestados válidos de aprovação nas seguintes disciplinas, prestando os exames preparatórios para obtê-los: Desenho linear; Português; Francês; Inglês ou alemão; Aritmética; Álgebra; Geometria e trigonometria; Elementos de mecânica, e astronomia; Física e química; História natural; e, Geografia. Possivelmente, pelos seus estudos anteriores no *Gymnasio Nacional*, Heitor Mendes Gonçalves apenas necessitou dos atestados de História Natural, Física e Química.

posto de coronel e chefiando o Arsenal de Guerra. A residência do casal poderia ter servido de abrigo durante as dispensas do curso na Escola de Guerra.

O Curso de Guerra, com dois anos de duração, funcionava na Escola de Guerra, criada pelo Decreto nº 5698 de 2 de outubro de 1905, que aprovou os regulamentos para os institutos militares de ensino (RMG, 1905, p. A-B-10). Seus alunos, considerados *praças de pret*, recebiam a instrução militar preliminar e a habilitação para o exercício das funções do primeiro posto de oficial em qualquer das armas.

Tendo sido aprovado no Curso de Guerra, Heitor Mendes Gonçalves foi matriculado, em fevereiro de 1910, no Curso de Aplicação, da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, que viera transferida de Rio Pardo pelo Decreto nº 6876, de 12 de março de 1908. Esse curso, em dez meses, ministrava ensino prático para completar e aperfeiçoar a instrução dada na Escola de Guerra. Funcionando no mesmo prédio e com o mesmo comandante, na prática as escolas, de Guerra e de Aplicação, se fundiram em uma única.

O conteúdo nos cursos da Escola de Guerra era essencialmente profissional, visando as lides essencialmente militares ou castrenses, como pode ser verificado no Apêndice E. Ressalta-se o estudo da Constituição e noções de Direito e sobre os preceitos de subordinação e disciplina.

Em 3 de janeiro de 1911, Heitor Mendes Gonçalves foi declarado aspirante a oficial do Exército, pelo término do curso na Escola de Guerra (*Correio da Manhã*¹¹ - RJ, nº 3457, 04 jan. 1911, p. 2), considerado como possuidor do curso de Infantaria e Cavalaria. Nesse ano a Escola de Guerra do Rio Grande do Sul foi extinta, e passou a funcionar anexa à Escola de Artilharia e Engenharia, no Rio de Janeiro (RMG, 1911, p. 7).

Pelos assentamentos do seu período na Escola de Guerra, Heitor Mendes Gonçalves foi um aluno normal, com algumas baixas hospitalares. Recebeu cinco penas de prisão, a maioria aplicada no primeiro ano, por faltar a alguma atividade militar. As punições recebidas não podem ser apontadas como deméritos em sua trajetória militar, mas sim como resultado de uma adaptação ao severo regime militar, com o rigoroso senso disciplinar imposto pela Escola.

As notas obtidas na Escola de Guerra, mostradas no Apêndice E, revelam um aproveitamento mediano e permitem inferir que Heitor Mendes Gonçalves demonstrou uma

¹¹ O *Correio da Manhã* era um jornal publicado no Rio de Janeiro. Fundado por Edmund Bitencourt, circulou de 1901 a 1974. O jornal publicou a série de reportagens sobre as cartas falsamente atribuídas a Arthur Bernardes. No início tinha como característica a aproximação com as camadas menos favorecidas da sociedade e manteve uma linha “participante e combativa”. Foi um dos poucos jornais a demonstrar simpatia pelos rebeldes de 1922 e 1924. (LEAL, 2010).

plena capacidade no emprego judicioso do terreno, mediante integração da topografia às técnicas de fortificações de campanha, destacando-se na representação gráfica dos planos, ordens e planejamentos, bem como em suas transmissões mediante meios telegráficos e de telefonia, sem se descuidar das medidas de segurança criptográficas. Evidenciou, também, pleno conhecimento das técnicas de escrituração militar, sabendo integrar os preceitos da legislação e administração militares às normas do direito internacional. Além disso, nas atividades tipicamente militares de equitação, tiro e esgrima, Heitor Mendes Gonçalves apresentou plena competência nesses importantes atributos para aquela época, do oficial do Exército. Encontrou dificuldades nos trabalhos de entrincheiramento e de montagem de acampamentos, no estudo do idioma francês e, conforme atestam seus resultados nas disciplinas de Física e Química, não revelou aptidão para as Ciências Físicas.

Concluído o curso em Porto Alegre, e declarado aspirante a oficial, Heitor Mendes Gonçalves foi designado para servir no 1º Regimento de Cavalaria, no Rio de Janeiro, onde se apresentou a 22 de janeiro de 1911.

Nomeado instrutor militar da Sociedade de Tiro Brasileiro nº 6, da Tijuca, no Rio de Janeiro, em 23 de março de 1911, exerceu essa função até a exoneração, em 4 de janeiro de 1912. As sociedades de tiro eram núcleos de instrução militar, onde o instrutor militar ministrava exercícios de infantaria, tiro com revólver e fuzil, esgrima com baionetas, ginástica, evoluções, desmontagem do armamento. No final das instruções, os alunos podiam prestar um exame para obterem a caderneta de reservistas. Heitor Mendes Gonçalves competiu com o tenente Guilherme Paraense (*Correio da Manhã* - RJ, nº 05419, de 01 dez. 1913, p. 7), o primeiro brasileiro a conquistar uma medalha olímpica de ouro, obtida na modalidade pistola rápida, em *Antuérpia* (Bélgica).

Era comandante do 1º Regimento de Cavalaria o coronel Joaquim Ignacio¹², e serviam sob o seu comando o major Isidoro Dias Lopes, o capitão Hildebrando Bonoso e o aspirante a oficial Alfredo de Simas Enéas Júnior. (*O Paiz* – RJ, nº 10272, 20 nov. 1912, p. 3).

No 1º Regimento de Cavalaria, o aspirante a oficial Heitor Mendes Gonçalves se destacou em competições hípicas, obtendo resultados expressivos. Em uma prova no Campo de São Cristóvão, com a presença do marechal Hermes da Fonseca, presidente da República, que entregou a premiação, foi o primeiro classificado na prova de percurso com obstáculos, montando o cavalo Raffles e terceiro lugar na prova de concurso de saltos para civis e

¹² Joaquim Ignacio Baptista Cardoso viria a ser avô do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Serviu no 7º Regimento de Cavalaria, quando ainda estava sediado em Miranda-MT, como subcomandante e comandante, no período de 21 de março de 1898 a 3 de janeiro de 1900.

militares, com o mesmo cavalo (*A Época* - RJ, nº 0398, 1º set. 1913, p. 2). Disputou o primeiro prêmio da prova *raid* hípico militar com o 1º tenente Bertholdo Klinger (*A Época* - RJ, nº 421, 24 set. 1913, p. 1), militar que viria para Mato Grosso para combater os revoltos da Coluna Prestes. Venceu o concurso hípico no Velódromo de São Paulo, em 16 de novembro de 1913 (*A Época* - RJ, nº 477, 18 nov. 1913, p. 4). Pela participação em São Paulo, foi citado elogiosamente da seguinte maneira:

No Raffles, Heitor Mendes Gonçalves é um jovem que se pode apresentar em qualquer concurso, com a consciência absoluta de que não envergonhará o seu país e, e dizemo-lo francamente, a impressão que ontem nos deu é que, quer como homem, que como militar ou cavaleiro, o seu nome pode figurar sempre entre os dos primeiros. (*O Paiz* - RJ, nº 10642, 26 nov. 1913, p. 9).

Pelas homenagens concedidas ao aspirante Heitor Mendes Gonçalves, o coronel Joaquim Ignacio, então comandante do 1º Regimento de Cavalaria, o elogiou, assim como aos outros oficiais que competiram em São Paulo, “pelo modo brilhante por que se conduziram no concurso hípico, elevando ainda uma vez, os créditos do regimento e o renome do exército” (*O Paiz* - RJ, nº 10639, de 23 nov. 1913, p. 4).

Em outras competições hípicas, o aspirante Heitor Mendes Gonçalves também se destacou: no *raid de patrulha*, a tropa por ele comandada do 1º Regimento de Cavalaria obteve o 3º lugar; e, na prova de caça a cavalo, foi o campeão (*O Paiz* - RJ, 06 abr. 1913, p. 3).

Em 18 de maio de 1914, foi desligado do 1º RC, pela sua transferência para o 8º RC, sediado em Uruguaiana – RS. Com a anulação dessa transferência, em 30 de junho o aspirante Heitor Mendes Gonçalves apresentou-se no 14º RC, na cidade de Curitiba – PR, sua nova unidade.

Em 3 de outubro de 1914, seguiu de Curitiba para o interior do Estado, comandando um pelotão do 14º RC, para participar dos combates contra a Revolta do Contestado (1912-1916). Os conflitos na região entre os atuais Estados de Santa Catarina e Paraná tiveram início em 1912 e, diante do insucesso das autoridades estaduais e controlar o grupo que se rebelara contra os governos, o general Fernando Setembrino de Carvalho foi nomeado pelo governo da República para comandante da 11ª Região Militar, em setembro de 1914, incumbido de debelar o movimento rebelde. As tropas deviam operar especialmente contra “os chamados ‘fanáticos’ que infestavam toda aquela zona, - a mais rica dos Estados do Paraná e Santa Catarina, - cometendo toda sorte de depredações” e “reprimir os desordeiros que atentarem contra as autoridades federal e local”, conforme relatou o Comandante da Coluna da Linha

Leste, o coronel Júlio Cezar Gomes da Silva, na Ordem do dia nº 122, de 4 de maio de 1915. (*A Federação* - RS, nº 113, 19 maio 1915, p. 3).

Com o seu pelotão, o aspirante Heitor Mendes realizou várias missões de reconhecimento e, em 19 de novembro de 1915, o Comandante da Coluna Leste assim se expressou sobre o seu subordinado:

Apresentou-se ontem o aspirante a oficial Heitor Mendes Gonçalves, comandante do Pelotão do 14º Regimento de Cavalaria, em serviço nesta Coluna, de regresso das últimas diligências de que estava incumbido. Este Comando agradece os bons serviços que vem prestando este oficial e louva-o pela **competência, coragem e dedicação** que tem revelado em brilhantes provas que tem dado em todas as importantes e difíceis diligências que lhe tem sido confiadas e faz votos para que continue com a mesma orientação que tem tido, expondo-se, não raras vezes, às emboscadas dos fanáticos que infestam esta terra, com **grande desprendimento pela sua vida**, mas com real proveito para as forças desta Coluna; **de militares da estirpe do Senhor Aspirante Heitor Mendes Gonçalves muito espera o Exército Nacional**. (AHEx – HMG, grifo nosso).

De acordo com os regulamentos militares da época, em 20 de janeiro de 1915, Heitor Mendes Gonçalves foi promovido a 2º Tenente para ocupar vaga na Arma de Infantaria e classificado no 5º Regimento de Infantaria (*A Época* - RJ, nº 875, 16 jan. 1915, p. 4 e nº 894, 04 fev. 1915, p. 2), permanecendo adido ao 14º RC como excedente. Retornou, porém, para a Arma de Cavalaria, em decorrência do despacho coletivo semanal do Ministério com o presidente da República, no Palácio do Governo, publicado em Decreto de 23 de fevereiro de 1915 (*A Época* - RJ, nº 0914, 21 fev. 1915, p. 4 e *Correio da Manhã* - RJ, nº 5844, 24 fev. 1915, p. 4).

Recém-promovido, recebeu uma citação elogiosa do general Setembrino de Carvalho, na Ordem do Dia nº 15, de 28 de janeiro de 1915, pela participação no ataque efetuado contra o Reduto Tavares, nos seguintes termos:

Salientou-se pelo **desvelo, bravura e inteligência**, com que enfrentando toda sorte de obstáculos, em diversos reconhecimentos, os mais perigosos, conseguindo conhecer e informar ao Comandante da Coluna a situação dos bandoleiros, de modo a chegarem as forças ao reduto, sem hostilidade e pela **parte saliente que tomou no especial ataque**, o 2º tenente Heitor Mendes Gonçalves. (AHEx – HMG, grifo nosso).

O primeiro elemento da investida ao Reduto Marcellos, na Serra dos Vieiras, foi o grupamento comandado pelo tenente Heitor Mendes Gonçalves, formado pelo Pelotão do 14º Regimento de Cavalaria, reforçado por 40 praças do 43º Batalhão de Infantaria e por uma força de 30 vaqueanos comandada pelo cidadão João Alves. O ataque, com êxito completo, ocorreu na manhã de 6 de fevereiro de 1915, após uma “penosíssima marcha, abrindo piques

na mata e fazendo travessias em banhados para tomar posição” (*A Federação* - RS, nº 113, 19 maio 1915, p. 3). Na investida, assistida pelo comandante da Coluna Leste,

A tropa do Tenente Heitor Mendes Gonçalves deslocou-se pela madrugada, através de picada na mata virgem, transpondo banhados, até chegar ao local previsto para entrar em posição e desembocar o ataque, com êxito total. Trinta e três jagunços tombaram mortos e vários foram feridos. Na tropa, a lamentar, a morte do Cabo Carneiro. (MOURA, 2003, p. 182).

Na Ordem do Dia nº 122, de 4 de maio de 1915, redigida em Porto União pelo Comandante da Coluna da Linha Leste, o coronel Júlio Cezar Gomes da Silva referiu-se à ação do tenente Heitor Mendes Gonçalves contra o Reduto Marcellos:

O valor comprovado do Tenente Heitor, mais uma vez posto em prática, fazendo toda a sua força deitar para desviá-la das vistas inimigas e fazer crer a eles que se tratava de simples bombeiros, quando estes faziam-lhe descargas. O ataque foi levado de surpresa às 8 horas, com êxito completo, tendo a lamentar a perda do Cabo Carneiro. Neste ataque teriam sido exterminados os habitantes do reduto, se os **sentimentos humanitários do valoroso tenente Heitor** não entrassem em ação, que preferia antes sacrificar os seus e prejudicar parte do plano de ataque, a sacrificar mulheres e crianças que corriam desvairadas de um lado para outro. Acresce a circunstância de que os famigerados bandidos exploraram logo a generosidade deste oficial e meteram-se entre as mulheres e crianças para se garantirem e hostilizarem as “nossa forças”. O inimigo teve 38 mortos, além de muitos feridos que se foragiram no mato. Não posso deixar de salientá-lo, já tão conhecido no Exército pelos seus feitos, pela capacidade de comando com que dirigiu o ataque ao Reduto “Marcellos”, onde se revelou mais uma vez com **muita calma e bravura, agindo com o sentimento mais alto que o homem pode atingir no aperfeiçoamento moral e de humanidade, poupando no ataque a vida a meia centena de infelizes mulheres e crianças, ainda que com prejuízo para a sua força.** (AHEx – HMG, grifo nosso).

O ataque ao Reduto Marcellos foi a sua ação mais exitosa. Sob o comando do tenente Heitor Mendes Gonçalves estavam tropas das armas de Infantaria, Cavalaria e os vaqueanos, elementos civis. O sentimento humanitário do tenente Heitor Mendes Gonçalves é reconhecido pelo coronel Júlio Cezar Gomes da Silva no elogio, somado à bravura e coragem destacadas em outras referências elogiosas.

As tropas comandadas pelo tenente Heitor fizeram com sucesso outro ataque, em 6 de abril de 1915. Segundo Moura (2003, p. 204), ao reconhecerem um pequeno reduto em Serrito, com cerca de 60 casas novas, preparado para abrigar fugitivos do cerco em Santa Maria, se aproximaram com cautela e desencadearam um arrojado ataque. Enfrentaram vigorosa reação por parte do inimigo, mas obtiveram a vitória. Os adversários evadiram-se, penetrando na mata e levando os seus feridos, deixando seis mortos. Considerado como o

fecho da Campanha do Contestado, o tenente Heitor teve a sua atuação reconhecida pelo general Setembrino de Carvalho:

Não posso deixar de fazer uma menção especial ao bravo e abnegado 2º tenente Heitor Mendes Gonçalves, pela sua tomada do Reduto Serrito, que completou a missão desta Campanha, e, o que é mais, com uma estrondosa vitória que veio ser adicionada ao grande número dos que foram conquistados pelas minhas valorosas forças, sem ter sido registrado um só revés. (AHEx – HMG, grifo nosso).

Na Figura 7, o tenente Heitor aparece treinando os civis vaqueanos que integraram o seu pelotão.

Figura 7 – Tenente Heitor treinando tiro com o Pelotão de Vaqueanos da Coluna Leste na Campanha do Contestado



Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul – Coleção Empresa Matte Larangeira

O general Setembrino de Carvalho, comandante das forças federais, fez esse destaque sobre a atuação do tenente Heitor Mendes, integrante da Coluna Leste, pelo sucesso da ação na Colônia Vieira:

É de justiça mencionar, e o fazemos prazerosamente, a colaboração tão útil quanto destacada do bravo Aspirante Heitor Mendes Gonçalves, comandante de um pelotão de Cavalaria, integrado nas forças de ataque. Arrostando imensos perigos com assinalada bravura realizou durante uma noite tempestuosa um reconhecimento até as bordas do reduto, levando o seu desprendimento à vida até um ponto onde pode observar seu interior, colhendo preciosos elementos para organização do plano de ataque, plano que executado à risca concedeu à coluna Leste sua liberdade de ação, objetivos visados pelo comando em chefe. (CARVALHO, 1950, p. 152).

No Aviso de 23 de abril de 1925, conforme determinação do ministro da Guerra, o tenente Heitor foi louvado em nome do Presidente da República, Wenceslau Braz, “pela sua dedicação e valor profissional de que deu provas durante o período em que tomou parte nas operações da guerra nos Estados de Paraná e Santa Catarina” (AHEX – HMG).

Além dessas ações, o general Setembrino de Carvalho mencionou, em seu relatório sobre as operações militares no Contestado, o resultado diferenciado obtido pelo tenente Heitor Mendes Gonçalves com os cavalos da sua tropa. O general registrou, segundo Bento (2013, p. 132 e 153), que o tenente Heitor Mendes Gonçalves, durante o Serviço de Exploração da Linha do Cerco Leste, apesar de só dispor de um cavalo por militar, sem possibilidade de revezamento, conseguiu um forrageamento quase regular para a alimentação dos animais, e trabalhou continuamente desde o início da campanha até os seus últimos dias, quase sem descanso por mais de 7 meses, sem nunca substituir um só cavalo, a despeito dos grandes esforços exigidos dos animais, ao percorrerem os mais variados terrenos.

O general Setembrino de Carvalho pronunciou um discurso no dia 9 de maio de 1915, em Curitiba, dando por terminada a campanha do Contestado. Na Ordem do Dia publicada no 21º Regimento de Cavalaria, com a dissolução da Divisão Provisória, constou mais um elogio ao tenente Heitor Mendes Gonçalves, nos seguintes termos:

O tenente Heitor Mendes Gonçalves foi inexcusável auxiliar do Comando da Coluna Leste, ou fazendo com verdadeira temeridade os reconhecimentos necessários à orientação da Coluna, ou levando ao combate frações de tropas a cuja frente deu os melhores exemplos de bravura refletida que conduz à vitória, ou revelando **inteligência e elevado critério** na solução de questões de serviço de Estado Maior da Coluna de que foi **dedicado auxiliar**. Jovem ainda o tenente Heitor constitui, por sua **vocação pela carreira das armas**, pelo **entusiasmo** com que desempenhou as comissões que lhe eram confiadas, enfim pelos seus inconfundíveis escritos, **uma preciosa esperança do Exército**. (AHEX – HMG, grifo nosso).

O general Setembrino de Carvalho depois viria a ser eleito presidente do Clube Militar (1923-1926). Era considerado um homem de confiança do presidente Arthur Bernardes (1922-1926), que o escolheu para ministro da Guerra.

Para Moura (2003, p. 182), o jovem segundo-tenente Heitor Mendes Gonçalves combateu de fato na Campanha do Contestado e demonstrou coragem em combate, discernimento e ação de comando, desde a marcha ao ataque que comandou e realizou com sucesso, obtendo o reconhecimento dos seus comandantes, o coronel Julio Cesar e o general Setembrino de Carvalho.

Com o término da Campanha do Contestado e dissolução da Divisão Provisória, o tenente Heitor Mendes Gonçalves permaneceu como excedente no 1º RC.

Participou da guarda de honra no casamento do aspirante a oficial Euclides Zenóbio da Costa, em 21 de julho de 1915, na cidade do Rio de Janeiro (*A Época* - RJ, nº 1061, 21 jul. 1915, p. 4). O noivo era seu primo, declarado aspirante a oficial no mesmo ano (1911) na Escola de Guerra de Porto Alegre, filho da sua meia-irmã Hermínia e combateria no Contestado e também aos revoltosos de 1922 e, como general, na Força Expedicionária Brasileira (RAMOS, 2010).

Heitor Mendes Gonçalves candidatou-se a bibliotecário na chapa derrotada nas eleições de 1915 para a Diretoria do Clube Militar. O general Tito Escobar presidia a chapa e tentava a reeleição, após ter sido presidente do clube, de 1912 a 1914 (*Correio da Manhã*, 04 dez. 1915, nº 6127, p. 5).

No despacho de 6 de outubro de 1915 recebeu novamente a transferência para o 8º Regimento de Cavalaria, sediado em Uruguaiana. A sua partida para o novo destino foi retardada. Inicialmente, por esperar uma abertura de vaga no 1º RC, conforme ordem do Ministro da Guerra e, depois, por motivo de doença. Apresentou-se, finalmente, no 8º RC em 22 de abril de 1916 (AHEx – HMG).

Em 1917, seguiu para o Rio de Janeiro, com a missão de servir como juiz em um Conselho de Guerra, e ficou adido ao 13º Regimento de Cavalaria, afastando-se de Uruguaiana de abril a agosto (AHEx – HMG; *A Federação* - RS, nº 95, 25 abr 1917, p. 5). O 2º tenente Mario Travassos compunha esse Conselho de Guerra. (*Jornal do Commercio* – RJ, nº 80, 21 mar. 1917, p. 7).

Estando no Rio de Janeiro em 1917, ministrou uma palestra sobre o assunto pelo qual demonstraria uma grande predileção: a escolha de uma raça de cavalo para o Exército. Recomendou, para *cavalo de guerra*, os cavalos de puro sangue inglês, pela estatura alta e considerar esses cavalos capazes de:

regenerar a nossa raça cavalares nos dando o cavalo de guerra que, além de satisfazer as condições de sobriedade, velocidade e outras mais conhecidas, não precisa de estampa, pois é fácil de imaginar a figura ridícula que faz o soldado montado, embora de estatura mediana que é de 1,45m, com os pés quase arrastando no terreno e levando ainda cavaleiro e cavalo, complicados equipamentos. (*A Razão* - RJ, nº 181, 18 jun. 1917, p. 3).

Seu parecer foi veementemente contestado em Porto Alegre, com a observação final de que “a sua pretensão de ensinar os rio-grandenses a montar a cavalo, assemelha-se algo ao

ingênuo propósito do beato que tentava ensinar o padre-nosso ao vigário de sua freguesia”. (*A Federação*- RS, nº 160, 11 jul. 1917, p. 1).

Em 1912, Heitor Mendes Gonçalves contratou casamento com a senhorita Augustura de Assumpção, filha do coronel Manoel da Silva Assumpção (*A Época* - RJ, nº 022, 21 ago. 1912, p. 3), capitalista residente no Estado de Mato Grosso (*O Paiz* - RJ, 20 ago. 1921). Porém, seu casamento ocorreu em 1917, com Cecy Nunes de Miranda, em Uruguaiana, cidade natal da noiva (Magalhães, 2014, p. 151). O casal teria como filhos, Fernando Jorge Mendes Gonçalves, um dos fundadores no Mato Grosso do Partido Social Democrático, e pelo qual elegeu-se deputado federal (ABREU, 2010), e Arlete Mendes Moura (*Ultima Hora* - RJ, 25 jul. 1957, p. 5), segundo Magalhães (2014, p. 151).

Em Uruguaiana, no 8º RC, Heitor Mendes Gonçalves fundou uma escola de equitação, onde empregou o método de dominar e “dessar” o cavalo, em substituição ao tradicional processo de doma gaúcho, reconhecido como heroico e violento. Seu método produziu a princípio uma má impressão, e nas primeiras vezes que usou do trote alçado “foi vaiado pelos garotos, que o supunham ‘maturrango’ (indivíduo que anda mal a cavalo) e só depois de realizar as primeiras provas públicas, começou a ser olhado como cavaleiro” (*A Razão* - RJ, nº 181, de 18 jun. 1917, p. 3).

Nomeado auxiliar do chefe do serviço de recrutamento da 13ª Circunscrição em Niterói – RJ, pelo Aviso nº 967, de 27 de agosto de 1918 (AHEx - HMG), Heitor Mendes Gonçalves exerceu a função por pouco tempo, pois foi exonerado por causa da nomeação, em 10 de dezembro de 1918, para ajudante de ordens do general Setembrino de Carvalho, agora no cargo de Inspetor da 4ª Região, sediada ainda em Niterói – RJ, e posteriormente transferida para Juiz de Fora - MG (*Correio da Manhã* - RJ, nº 7226, 09 dez. 1918, p. 2). Acompanhando o general, compareceu na missa mandada rezar por alma do general Tito Escobar, seu ex-comandante no regimento de Uruguaiana, na igreja da Cruz dos Militares, em 19 de fevereiro de 1919 (*Correio da Manhã* - RJ, nº 7300, 21 fev. 1919, p. 4). A publicação da participação de militares e a presença na missa e cerimônias religiosas são indícios do início do movimento de recristianização das Forças Armadas, citada por Távora (1974, p. 91), após um período de supremacia do Apostolado Positivista do Brasil e sua influência no Exército.

A promoção ao posto de 1º tenente ocorreu no dia 20 de julho de 1919 (*O Paiz* - RJ, nº 12703, 22 jul. 1919, p. 3). No ano seguinte, pelo Despacho de 2 de julho, foi transferido para o 10º Regimento de Cavalaria Independente em Bela Vista, Mato Grosso, ingressando

novamente no quadro suplementar de oficiais do Exército (*Correio da Manhã* - RJ, nº 7795, 4 jul. 1920, p. 5).

Figura 8 - Lembrança dos oficiais da 4ª RM pela transferência do tenente Heitor

AO - HEITOR -
Francôis Coppe, num de seus mais bellos
cortos nos descreve uma velha cortada
quadrada, quasi cega, cujo supremo consolo
consistia em recordar o passado esplendor
de sua vida, tacteando, uma a uma, as riquissimas
joias recebidas nos bons tempos em
que soberanamente dominava por sua graça
e fascinação o salão de baile.
Um dia de um canto do escritorio, em meio a
tanta joia de um prego e de valor surge um
modesto anel - mimino heráto.
A dona de companhia admirada entrega-o a
este, apontando o anel de encontro ao se
seio, desatava num pranto convulsivo.
Que é isto, André - curiosa? - a cortezã
responde entre soluços: Isso não é nada...
É minha mocidade... Foi o meu primeiro
amor.....
Meu caro Heitor, a analogia não é perfeita
porque o mimino que ora te offertemos não
vai se enfileirar a outros miminos de proce-
dencia impura como as joias da velha cor-
teza, mas vai, talvez, como o anel do seu
noivado, destacar do valor dos outros mimos
que possuas o que por certo ir as colheitas
do ainda por toda a parte onde for des-
mente apreciada a excellencia de tuas
qualidades; mas vai, talvez, como o modesto
anel do conto, quando em horas de nostan-
cia, recordares pedagos de vida já vividos,
em busca do que ha de bom no teu passado,
fazer surgir na tua imaginação, poetizado,
pela distancia, embelezado por tuas
como um dos mais bellos trechos de unanime
sympathia; aqui saes cercado de affeição de
todos, desde o nosso illustre chefe até os
recrutados a partir do seu primeiro scu-
cedor!.....
Nosso mimino, como ves, é mui simples. Elle
não visa homenagear tuas magnificas qua-
lidades de soldado que já adquirio foros
de ser um dos mais perfectos cavalleiros
do Exército.
Elle não visa o cavalleiro e sim o cava-
lleiro, leal, sincero amigo, de quem todos
nos nos despedimos com saudade, a quem to-
dos nos vemos afastar com grande inti-
mo coração de ouro, que em conversa inti-
ma me confessou um dia ter no cinto
procurado muita vez se aturdir no cinto
de seus soldados em delirio para esquecer
na victoria os miseraveis jagunços dorro-
tados que além se retorciam em vasos d'
agonia....
E a este Heitor que eu nome de todos nos
dirijo o nosso adeus; e a este Heitor que
eu faço entrega do presente seu punho
Possa elle quando apertares seu punho
dar-te a sensação de um aperto de mão
teus amigos cujos nomes sim está gravado
no cinto que mecees e cu-
jo cinto mecees.

Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul – Coleção Empresa Matte Larangeira

Ao ser desligado do Comando da 4ª Região, por seguir destino para o 10º RCI, para onde fora transferido, recebeu o seguinte elogio do comandante da Região:

Este comando cumpre um rigoroso dever de justiça em patentear o pesar com que se vê afastar o 1º tenente Heitor Mendes Gonçalves, oficial que, embora **moço ainda, por suas magníficas qualidades militares já soube granjear a merecida reputação de ser um dos mais perfeitos cavaleiros do Exército**. De fato, no Contestado, em operações de guerra, deu à sua nobre arma emprego sempre digno de realce e jamais deixou de manifestar pessoalmente os atributos exigidos para tão árdua missão; como instrutor e educador por toda parte, onde tem exercido essa atividade deixou sempre um lastro luminoso de sua passagem, como ora aconteceu, na Escolta deste comando, onde rapidamente transformou recrutas de várias procedências em um pequeno núcleo de ótimos cavaleiros, que já deram exuberantes provas de seu preparo em presença dos Exmos. Srs. Ministro da Guerra e Chefe do Estado-Maior do Exército. Este Comando, ao despedir-se com saudade de tão distinto auxiliar, o louva abertamente pelo modo com que se houve nas diversas comissões que lhe foram confiadas, desempenhando-as sempre de uma maneira digna de um **oficial operoso, inteligente, de esmerada educação civil e militar**. Quartel em Juiz de Fora, 1º de outubro de 1920. (AHEx – HMG, grifo nosso).

Possivelmente, pela sua transferência da 4ª RM para Bela Vista, recebeu um chicote de montaria como lembrança de seus companheiros, conforme mostrado na Figura 8. No texto com a dedicatória evidencia-se a percepção dos companheiros militares sobre o tenente Heitor Mendes Gonçalves. Nele consta, além do reconhecimento de heroísmo demonstrado nos combates da Revolta do Contestado, a habilidade como cavaleiro, e os atributos de companheirismo, franqueza, lealdade, sinceridade, amizade e simpatia.

Conforme relatou seu irmão Mário, Heitor solicitou e obteve a transferência para Bela Vista com o propósito de passar uma temporada perto de seus irmãos, Raul, Leonel e Mário, trabalhadores da Empresa Mate Laranjeira. No 10º RC, foi designado para comandante do 3º Esquadrão de Cavalaria, tropa que formava o Destacamento Federal de Ponta Porã, anteriormente comandado por um cabo ou um sargento, à frente de um pequeno efetivo. O 11º RC, com sede em Ponta Porã, embora com o decreto de criação publicado em 1919, a organização somente se daria em 1924, com o recebimento de efetivos.

O jornal *O Progresso* publicou a chegada de Heitor Mendes Gonçalves nessa cidade, quando deve ter se encontrado com seu irmão, Raul Mendes Gonçalves, administrador geral da Empresa Mate Laranjeira, também com a presença em Ponta Porã noticiada pelo jornal. Por ocasião da sua chegada, o JOP divulgava o protesto da Empresa a respeito das fazendas *Potreiro e Carambola*. (JOP, nº 30, 19 set. 1920, p. 2). A época era, portanto, de embates da empresa com o governo estadual.

O tenente Heitor Mendes Gonçalves assumiu o comando do Destacamento em 23 de setembro de 1920. Nas comemorações de 15 de novembro, promovidas no quartel do 3º Esquadrão de Cavalaria, presentes inúmeras famílias de Ponta Porã e da vizinha Pedro Juan Caballero, o tenente Heitor Mendes destacou-se “em seu belo cavalo, causou a admiração dos presentes, conseguindo transpor 6 metros de obstáculo representado por 3 linhas de madeira, paralelamente opostas, com uma altura de 2 metros aproximadamente”¹³ (JOP, nº 39, 21 nov. 1920, p. 1). Houve a participação da força policial estadual, comandada pelo tenente Costa Ribeiro, “em uniforme cáqui bem confeccionado”, incorporada ao destacamento do Exército, no hasteamento da bandeira nacional, no início da manhã. As tropas seguiram juntas ao quartel da polícia, onde a bandeira nacional foi também hasteada. Foram servidos doces e chocolate aos soldados. As comemorações eram novidade na cidade, pois “O pavilhão nacional teve nesse dia as homenagens que não eram comuns entre nós”. (JOP, nº 39, 21 nov. 1920, p. 1). O comandante do Destacamento Federal, agora um oficial, trouxera o espírito das comemorações das datas cívicas das quais participara no Rio de Janeiro para a fronteira.

Em 1º e 2 de dezembro de 1920, aconteceram as eleições para cargos municipais e estaduais, apresentadas no Capítulo 1. Em Ponta Porã houve uma forte tensão e patrulhamento das forças policiais e militares. O Partido Republicano de Mato Grosso, contrário aos interesses da Empresa Mate Laranjeira relacionados com a exploração dos ervais, obteve a vitória nesse município.

O tenente Heitor Mendes ordenou a prisão, no dia 30 de janeiro de 1921, do destacamento da Força Pública estadual, incluindo seu comandante, também delegado policial, e autoridades no exercício de suas funções, como o juiz de direito, o chefe de um partido político e também promotor substituto, e o coletor de impostos estaduais. A ordem da prisão gerou o *Conflito de Ponta Porã de 1921*, que extrapolou as dimensões policial e militar e projetou Ponta Porã no cenário político. Obteve repercussões nas imprensas municipal, estadual e nacional, e no exterior, com as publicações sobre os acontecimentos sendo impressas em *Concepción*, no Paraguai.

As manchetes dos jornais assim descreveram o incidente em Ponta Porã, com interpretações divergentes sobre o acontecimento:

Os crimes da polícia encampados pelos chefes da situação dominante local e a conivência das autoridades civis, levam o comandante do Destacamento Federal a adotar medidas extremas (JOP, nº 50, 6 fev. 1921). Ponta Porã em pé de guerra devido a atitude do tenente Heitor Mendes, apoiado pela Cia.

¹³ Considerando a prova de hipismo olímpica atual, com obstáculos na altura de 1,65m, a demonstração do tenente Heitor Mendes foi muito difícil e louvável.

Matte Laranjeira que pretende arrastar-nos ao sacrifício (CE, nº 17, 12 fev. 1921, p. 1).

Afastado do comando do Esquadrão, e após responder ao inquérito policial militar instaurado, o tenente Heitor Mendes Gonçalves ficou preso, por ordem do presidente da República, para aguardar o parecer sobre a legalidade do habeas-corpus que desrespeitou, conforme consta em seus assentamentos (AHEx-HMG). Em seguida, mediante determinação do presidente da República, foi recolhido à prisão por trinta dias, cumpridos na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, “por ter desrespeitado um habeas-corpus do juiz de direito da Comarca de Ponta Porã” (AHEx-HMG).

Figura 9 – Homenagem do Esquadrão de Cavalaria de Ponta Porã ao tenente Heitor Mendes Gonçalves em 1921



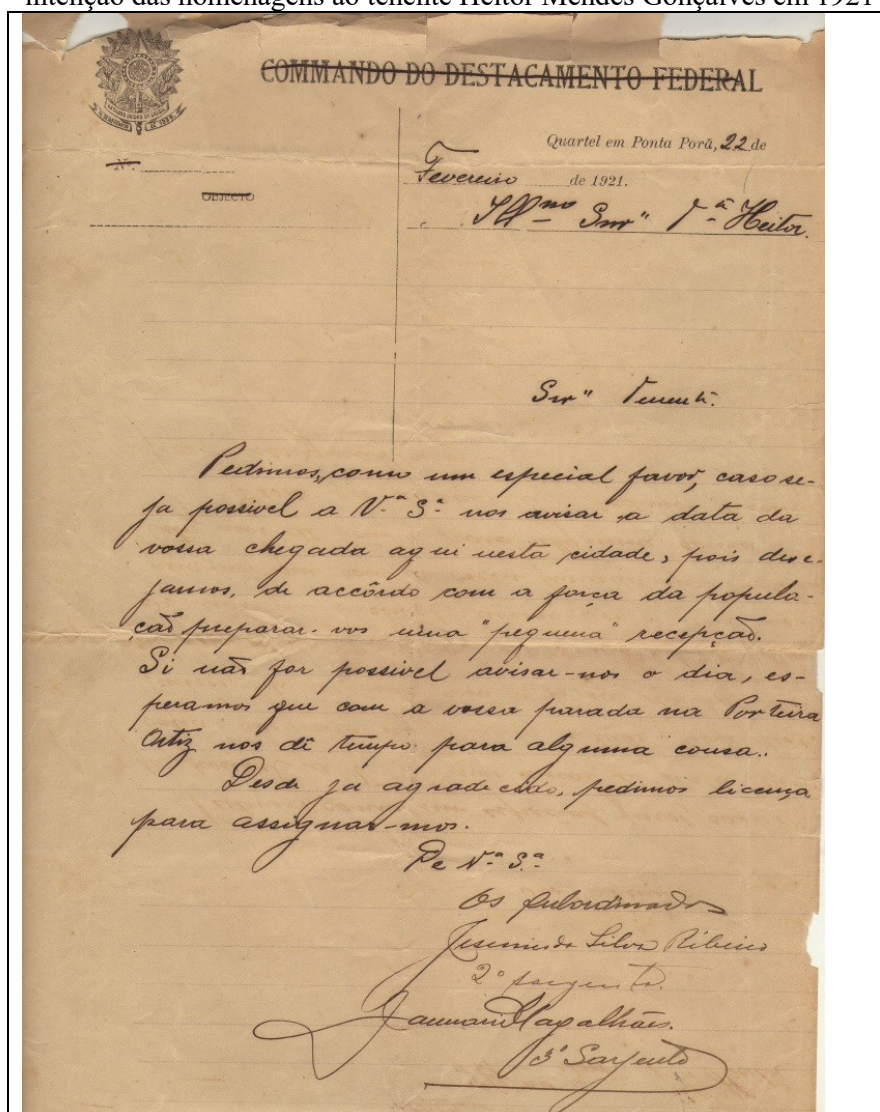
Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul – Coleção Empresa Matte Laranjeira

Seguiu para a Capital Federal a 12 de abril de 1921, para cumprir a prisão que lhe foi imposta e, quando passou pela cidade de Ponta Porã, um sarau dançante foi realizado em sua homenagem, no salão principal do Hotel Internacional, com a presença das elites da sociedade de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero. O chá foi servido em uma mesa para 35 pessoas, em três vezes. Ao final, recebeu uma mensagem de despedidas, com assinaturas das duas comunidades. (JOP, nº 61, 24 abr. 1921, p. 2). Sua passagem de despedida pelo destacamento

federal está registrada na Figura 9. A dedicatória “como prova de sincera amizade” demonstra o reconhecimento de seus subordinados.

As homenagens de despedidas foram preparadas antecipadamente. Em um bilhete, mostrado na Figura 10, os militares graduados do Destacamento Federal de Ponta Porã consultam o tenente Heitor Mendes Gonçalves, sobre a data da passagem por Ponta Porã, e comunicam a intenção da comunidade em homenageá-lo.

Figura 10 – Bilhete consultando data de passagem em Ponta Porã e intenção das homenagens ao tenente Heitor Mendes Gonçalves em 1921



Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul – Coleção Empresa Matte Larangeira

Mesmo com o afastamento do 10º RCI para o cumprimento da prisão determinada pelo presidente da República, recebeu um elogio do capitão Alcebiades Pinto Botelho, quando este oficial deixava o comando do regimento, em 22 de fevereiro de 1921. Fica implícito o apoio que recebera do comandante do regimento por ocasião do *Conflito de Ponta Porã*:

Louvo-o pelos excelentes predicados que possui, tais como: operosidade, dedicação e inteligência e pelo **modo altamente disciplinado por que se conduziu**, agradecendo-lhe o auxílio eficaz e valioso prestado ao meu comando, principalmente pelo número reduzido de oficiais sobrecarregou-se no desempenho de vários serviços. (AHEx – HMG, grifo nosso)

Em 13 de junho, foi louvado também pelo Comandante do Regimento, em nome do Comandante da Circunscrição, conforme a determinação publicada no Boletim da Circunscrição nº 113 de 16 de abril de 1921, “**pelo modo altamente digno, disciplinado e inteligente por que se tem conduzido** à testa do respectivo serviço, demonstrando extraordinário **zelo, dedicação e capacidade**, concorrendo para o engrandecimento do Corpo e fazendo-o **orgulhoso em saber que tem o prazer de possuí-lo como subordinado**”. (AHEx – HMG, grifo nosso).

Após o cumprimento da prisão, permaneceu na Capital Federal em gozo de férias (*O Paiz* - RJ, nº 13352, 11 maio 1921, p. 4). Terminadas as férias, apresentou-se no Ministério da Guerra e continuou no Rio de Janeiro, aguardando sua transferência para outro corpo (*O Paiz*-RJ, nº 13381, 9 jun. 1921, p. 2).

Em seguida, o tenente Heitor Mendes Gonçalves recebeu várias transferências, possivelmente publicadas no intervalo entre o final e o início das licenças. Assim, em 13 de junho, foi transferido do 10º RCI de Bela Vista para o 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, no Rio de Janeiro (*Jornal do Brasil*- RJ, nº 164, 15 jun. 1921, p. 9), onde se apresentou a 20 de junho de 1921 e recebeu a nomeação para instrutor na escola de equitação de sargentos do regimento (AHEx – HMG).

Segundo *O Paiz* - RJ, o tenente Heitor Mendes Gonçalves compareceu à reunião no Clube Militar, na noite de 12 de novembro de 1921, quando foi constituída uma comissão para averiguar a origem das “Cartas Falsas”. Na ocasião, é apontado como signatário da *Moção Pedro Gomes*, assim concluída:

Considerando que nos incumbe o imperioso dever de nos impormos, com todas as veras da alma, à sementeira da discórdia, tão gravemente danosa da fraternidade militar, que é um dos fatores de sucesso nos destinos do Exército: Indicamos que o Clube Militar não tome conhecimento dessa carta, que por inepta não atinge a dignidade do Exército, cujas tradições fazem o orgulho da Nação (*O Paiz* - RJ, nº 13538, 13 nov. 1921, p. 4).

Uma minoria de setenta e três oficiais, contrária à formação da comissão para apuração da autenticidade da carta, assinou a moção apresentada pelo capitão José Pedro Gomes. Os sentimentos de fraternidade, de dignidade militar, e contrários à discórdia no meio militar, estão expressos na Moção, compartilhados por Heitor Mendes Gonçalves e por

aqueles que a assinaram, entre eles o coronel Tertuliano Potygyara. A apresentação da *Moção Pedro Gomes* antecedeu a vitoriosa, redigida por Frutuoso Mendes, propondo a investigação. Como resultado, o Clube Militar instituiu uma comissão com a finalidade de periciar a carta.

Em 25 de fevereiro de 1922, deu parte de doente e, inspecionado de saúde, entrou em 60 dias de licença para tratamento de saúde, por sofrer de *hydrocelle*¹⁴ *direita* podendo, no entanto, viajar (AHEx-HMG). Em 11 de abril, assistiu à missa de corpo presente de Francisco Murtinho, um dos fundadores da Empresa Mate Laranjeira, trasladado de navio de Buenos Aires (*O Paiz*- RJ, nº 13687, 11 abr. 1922, p. 4).

Ainda de licença, pelo Despacho de 19 de abril, recebeu a transferência para o 15º RCI, sediado na Vila Militar do Rio de Janeiro. A sua apresentação nesse regimento ocorreu a 11 de maio de 1922, após ser julgado apto para o serviço do Exército em nova inspeção de saúde (AHEx-HMG).

Em 2 de junho de 1922, o tenente Heitor Mendes Gonçalves recebeu outra transferência, agora para o 13º RCI, localizado em Rio Pardo (RS), no *pampa gaúcho*. Mediante autorização do Ministro da Guerra, compareceu ao Departamento da Guerra do Ministério e obteve a concessão de seis meses de licença para tratar de seus interesses particulares, publicada no Diário Oficial de 19 de setembro de 1922, iniciada em 18 de setembro (AHEx-HMG).

Pelo Despacho de 9 de outubro, foi transferido para o 11º RCI, em Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso, onde declarou que viria a residir durante a licença. Mas esse regimento ainda não estava organizado. Outras transferências sucederam-se. Pelo Despacho de 12 de fevereiro de 1923, para o 3º Regimento de Cavalaria, em São Luiz – RS (*Jornal do Brasil* - RJ, nº 041, 17 fev. 1923, p. 6), e depois para o 6º RCI, em Alegrete – RS (*Jornal do Brasil*- RJ, nº 225, 20 set. 1923, p. 15) e, finalmente, para o 10º RCI, em Bela Vista – MT (*O Jornal* - RJ, nº 1454, 04 out. 1923, p. 8).

Apresentou-se ao comandante do 2º Esquadrão de Cavalaria do 10º RCI, destacado em Ponta Porã, em 17 de dezembro de 1923, quando declarou estar em gozo de licença para tratamento de saúde (AHEx-HMG).

Ao retornar para Ponta Porã, licenciado do Exército para tratamento de saúde, o tenente Heitor Mendes Gonçalves substituiu o seu irmão Raul, falecido em 1922, como administrador da Empresa Mate Laranjeira.

¹⁴ Acúmulo de líquido anormal na bolsa escrotal. (SILVA, SILVA E VIANA, 2008, p. 401).

Durante a estada no Rio de Janeiro, de acordo com uma reportagem do *Correio da Manhã* - RJ, publicada em 26 de janeiro de 1924, bem posterior ao incidente de Ponta Porã, o tenente Heitor Gonçalves solicitou a licença para evitar uma punição, caso pedisse a demissão do Exército:

[...] desligando-se de antigas amizades, como as do general Setembrino, majores Lima Mendes, Ferraz d'Elly, Daltro e Figueiredo, **colocou-se francamente ao lado dos seus camaradas que tentavam defender os brios de sua classe**. Transferido para Rio Pardo, embarcou – deixando à morte um irmão querido [Raul Mendes Gonçalves], há muito enfermo, desenganado. **Depois da revolta** quis demitir-se do Exército. Soube em tempo, porém, que seria preso e o seu pedido considerado acintoso. Licenciou-se então. (*Correio da Manhã* - RJ, nº 9088, 26 jan. 1924, p. 3).

A notícia sugere uma ligação do tenente Heitor Mendes com os revoltosos de 1922, ao afirmar que “*colocou-se francamente ao lado dos seus camaradas que tentavam defender os brios de sua classe*” e a decisão de demitir-se do Exército, “depois da revolta”. O general Setembrino manifestou-se, considerando como falsa a carta atribuída ao Dr. Arthur Bernardes e opinava pela condenação dos militares que se intrometessem, de maneira coletiva, na solução dos problemas políticos (Carvalho, 1950, p. 191). Sobre o conhecimento antecipado pelo tenente Heitor das represálias que sofreria caso pedisse a demissão, citado na reportagem, ele poderia ter sido avisado por seus familiares militares, ou pelo próprio general Setembrino de Carvalho.

Em Ponta Porã, em 17 de janeiro de 1924, Heitor Mendes assassinou com um tiro certo o seu desafeto civil, o Dr. João Baptista de Azevedo, ao qual dera a ordem de prisão em 1921. O julgamento resultou em sua absolvição por unanimidade. (*Correio da Manhã*, nº 9088, 26 jan. 1924, p. 3).

O tenente Heitor Mendes Gonçalves, “em gozo de licença para tratamento de saúde”, apresentou-se ao comandante do destacamento de Ponta Porã, no dia 25 de fevereiro de 1924, por “Ihe constar ter sido pronunciado pelo foro civil daquela comarca” (BolReg10, nº 53, 3 mar. 1924). De acordo com essa publicação, o tenente ainda estava na ativa, embora em licença para tratamento de saúde. No boletim da Circunscrição Militar constou que o tenente “fora recolhido preso ao quartel do citado destacamento” (BolReg10, nº 64, 15 mar. 1924). Após ter sido inspecionado em Ponta Porã, agora sede do 11º Regimento de Cavalaria Independente, ali organizado desde 25 de março, e continuar “ainda doente” entrou em gozo de mais seis meses de licença, a contar de 2 de abril de 1924 (BolReg10, nº 86, 6 abr. 1924).

Inspecionado ao término do período, foi julgado sofrer de *nefrite chronica*¹⁵, obtendo a prorrogação da licença por mais 6 meses.

Em 4 de novembro de 1924, *O Fluminense* – RJ divulgou ter, a Comissão de Promoção do Exército, proposto o 1º tenente Heitor Mendes Gonçalves para a graduação no posto imediatamente superior, de acordo com Decreto nº 1215, de 11 de agosto de 1904¹⁶, que manda graduar no posto imediatamente superior o oficial do Exército e da Armada, numerado com o número 1 da respectiva escala, quando não houver nota que desabone sua conduta civil e militar. Pela proposta da comissão de promoções, receberia o posto de capitão.

No entanto, a sua promoção a capitão não se efetivou, pois em 6 de novembro de 1924, o presidente da República assinou um decreto transferindo o 1º tenente Heitor Mendes Gonçalves para a 2ª classe do Exército¹⁷, pelo motivo 2º, do 1º do art. 2º do Decreto nº 260, de 1º de dezembro de 1841, e passando-o à situação de agregado¹⁸ à Arma de Cavalaria, por “achar-se com moléstia continuada por mais de um ano, que o impossibilita de prestar serviço ativo” (*Gazeta de Notícias* - RJ, nº 270, 8 nov. 1924, p. 2).

Estando mais de um ano na 2ª classe do Exército, foi reformado, passando para a inatividade, conforme constou no Boletim Regimental do 10º RCI, recebendo a carta patente com o posto de 1º tenente (*O Paiz*, nº 15079, 1º e 2 fev. 1926, p. 10). Na condição de oficial reformado, continuaria a receber os proventos militares e mantendo a patente de oficial:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do disposto na Lei nº 648 de 18 de agosto de 1852 e resolução de 1 de abril de 1871, resolve reformar o 1º tenente Heitor Mendes Gonçalves, agregado à arma de cavalaria, visto ter permanecido mais de um ano na segunda classe do exército e haver sido em nova inspeção de saúde, julgado sofrer de moléstia incurável que o torna incapaz de continuar no serviço do Exército. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1926, 105º da Independência e 38º da República. Arthur da Silva Bernardes. Fernando Setembrino de Carvalho (AHEx-HMG e BolReg10, nº 39, 16 fev. 1926).

¹⁵ Inflamação crônica do rim (SILVA, SILVA E VIANA, 2008, p. 532).

¹⁶ Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1215-11-agosto-1904-583864-publicacaooriginal-106625-pl.html> >.

¹⁷ A designação para a 2ª classe de reserva do Exército deu-se pela impossibilidade de prestar o serviço ativo. A 1ª classe de reserva era provida por oficiais do Exército permanente, reformados voluntária ou compulsoriamente, exceto os reformados por incapacidade física (Decreto nº 3352, de 3 de outubro de 1917), e ficavam à disposição do Poder Executivo, para serem empregados, quando necessários, nas situações previstas no Decreto. Os incapazes, como o caso do tenente Heitor, em nenhum caso poderiam ser chamados a serviço pelo Poder Executivo. (RMG, 1917, p. A-A-15).

¹⁸ Na situação de agregado, o militar deixa de ocupar vaga na escala hierárquica.

A fé de ofício do tenente Heitor Mendes Gonçalves, depositada no Arquivo Histórico do Exército, registra as alterações ocorridas com o militar desde quando assentou praça, como voluntário, a 28 de março de 1907, até a reforma, em 13 de janeiro de 1926. Nesse período, de quase vinte anos de serviço, Heitor Mendes Gonçalves recebeu 75 elogios. Neles, seus comandantes apontaram qualidades e virtudes, atestando ter sido Heitor Mendes Gonçalves um oficial destacado de maneira positiva no meio militar e considerado um herói pela sua participação na Campanha do Contestado. Nessa campanha, sua bravura e coragem foram identificadas nos reconhecimentos, explorações e ataques quando comandava seu pelotão aos redutos de Serrito e Marcellos. A inteligência, dedicação, garbo, zelo, competência e boa vontade, são qualidades também reconhecidas em Heitor Mendes Gonçalves. Em suas referências elogiosas constam, ainda, as qualidades de prestimoso, capacidade de trabalho, lealdade, vocação pela carreira das armas, entusiasmo, boas qualidades morais, abnegação, valor e capacidade profissional, humanidade, capacidade de comando, cooperação, solicitude, organização, espírito esclarecido, correção e resistência.

Não obstante tantas qualidades positivas evidenciadas ao longo de sua carreira militar, Heitor Mendes Gonçalves recebeu, em toda a sua trajetória militar, apenas uma pena de prisão, pelo *Conflito de Ponta Porã de 1921*, conforme mencionado anteriormente, e assunto desenvolvido com mais detalhes nos próximos itens.

Heitor Mendes Gonçalves solicitou, em 11 de junho de 1953, conforme consta em seus assentamentos depositados no AHEx, “revisão do ato de sua reforma e em consequência as promoções a que tiver direito” (AHEx-HMG). Em suas alegações, afirmou que a sua reforma não obedeceu a Lei que regia o assunto, pois:

Após ter passado um ano transferido para a reserva e agregado à Arma, **foi inspecionado em Campanário** e julgado incapaz para o serviço do Exército, tendo em consequência sido reformado por ter permanecido mais de um ano na 2ª classe do Exército e haver sido em nova inspeção de saúde, julgado incapaz de continuar no serviço do Exército. Diz o requerente que a sua inspeção de saúde não obedeceu a Lei em vigor, pois, devia ter sido inspecionado pela Junta Superior de Saúde, de acordo com o Decreto nº 15230, de 31 de dezembro de 1921, art. 45, letra c. **O requerente desiste de qualquer benefício sobre os vencimentos atrasados, pois é seu desejo melhorar o montepio em benefício da família.** (AHEx-HMG, grifo nosso).

Seu requerimento deixou de ser encaminhado pela Diretoria Geral do Serviço Militar, por ter o direito prescrito, ao transcorrer mais de 5 anos da reforma. Requereu pela segunda

vez, em 6 de junho de 1957, citando o amparo na Lei 1609, de 22 de maio de 1952¹⁹. A nova pretensão não foi encaminhada pela Diretoria de Recrutamento, por falta de amparo legal, pela interpretação de que as promoções ao posto de capitão eram efetuadas apenas pelo critério de antiguidade, e a Lei se aplicava quando no ingresso no quadro de acesso por merecimento. (AHEx-HMG).

Segundo a Junta de Inspeção de Saúde que o inspecionou, em 5 e 10 de agosto de 1953, quando solicitou revisão da reforma, apresentava um quadro de “arteriosclerose generalizada²⁰, aortite crônica²¹ e fibrose pulmonar²²”, não podendo prover os meios de subsistência. Nesse exame, apontando problemas no coração e pulmões, a inflamação dos rins, doença constatada em 1926, e considerada como incapacitante, não foi mencionada. (AHEx-HMG).

Durante o período entre a promulgação da Lei nº 1609, em 22 de maio de 1952, e 6 de junho de 1957, data do seu segundo requerimento, o tenente Heitor Mendes Gonçalves permaneceu adido à Pagadoria Central de Inativos e Pensionistas (PCIP), conforme informou o Coronel Sebastião Calixto da Silva, chefe da PCIP, no Ofício nº 757- S/1, PROT nº 6647/57, de 7 de outubro de 1957. (AHEx-HMG).

Heitor Mendes Gonçalves faleceu no Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1957, com quase 68 anos de idade, após um prolongado e doloroso padecimento por enfisema pulmonar²³, segundo Magalhães (2014, p. 155).

Apesar de ter sido considerado incapaz para todo o serviço do Exército, por sofrer de moléstia incurável, quando de sua reforma, Heitor Mendes Gonçalves exerceu na inatividade a função de administrador da *Seção Brasil* da Empresa Mate Laranjeira, e adquiriu a Fazenda Pacury, em Ponta Porã, que passou a ser sua propriedade. Residiu em Campanário até 1929,

¹⁹ A Lei estabelecia que aos reformados por incapacidade física, anteriormente à vigência da Lei 1195 de 9 de setembro de 1952, fossem contemplados com o benefício dessa Lei, desde que o requeressem e, se na época de sua reforma, ocupassem posição na escala de antiguidade de posto que lhes permitisse ingresso no quadro de acesso de promoção por merecimento. Disponível em < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=81713&norma=108282> > . Acesso em 15 out. 2017.

²⁰ Termo aplicado a diversas condições patológicas em que ocorre espessamento, endurecimento e perda da elasticidade da contratilidade das paredes das artérias, quadro que resulta em alteração do funcionamento dos tecidos e órgãos. (SILVA, SILVA E VIANA, 2008, p. 79).

²¹ Inflamação da aorta. (SILVA, SILVA E VIANA, 2008, p. 71).

²² Formação patológica de tecido fibroso. (SILVA, SILVA E VIANA, 2008, p. 339).

²³ Dilatação e rompimento das delicadas passagens de ar terminais nos pulmões, com distensão excessiva de suas paredes. (SILVA, SILVA E VIANA, 2008, p. 283).

quando transfere a residência para o Rio de Janeiro, passando a ser diretor e acionista da Empresa. Nessas funções, empreendeu viagens para Cuiabá, Rio de Janeiro e Buenos Aires.

Sua atuação como administrador da Empresa Mate Laranjeira recebeu destaques na imprensa, chegando a ser citado como um homem de ação, transformador e de iniciativas:

E Heitor Mendes Gonçalves, cuja atuação como gerente e figura central da Mate Laranjeira, confirmando essa fama que reboia a centenas de quilômetros daqui, com a avidez dos temperamentos impulsivos, alheios à dormência das posições acomodaticias, e com a consciência caldeada no civismo disciplinar do militarismo, todo ele tem sido um mestre de energia, uma capacidade envolvente e uma ação em marcha por sobre estas plagas que suspiram pelos milagres do progresso! Bem haja, pois, a atuação dessa energia transformadora sobre este Eldorado do “Ouro Verde”. (JOP, nº 235, 22 ago. 1926, p. 1)

O que foi a administração do Capitão Heitor na Empresa Mate, basta para atestá-lo e dizer de sua significação, os melhoramentos introduzidos na sua gestão e por sua iniciativa empreendedora e coordenada, comparadas ao estado de coisas anteriores. (JOP nº 303, 11 dez. 1927, p. 2).

O Decreto-Lei nº 19.482, de 13 de dezembro de 1930, conhecido como Lei de Nacionalização do Trabalho ou *Lei dos Dois Terços*, determinando que todas as empresas exploradoras ou não de concessões do Governo Federal ou dos governos estaduais e municipais contratassem, no mínimo, dois terços de brasileiros natos, afetava diretamente o sistema de contratação de mão-de-obra da Companhia Mate Laranjeira.

Em 1931, Heitor Mendes Gonçalves, como gerente da empresa exploradora dos ervais, apresentou em entrevista com o Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, seu propósito de aproveitar desempregados na exploração da erva-mate e de vários serviços auxiliares. A proposta consistia em:

Receber de 10 em 10 dias 70 homens válidos, ainda que sem especialidade, que queiram aplicar sua atividade no Alto Paraná ou no Sul do Mato Grosso, mediante o ordenado mensal de 150\$000, com casa para moradia e serviços médicos e escolas gratuitas para os filhos, ou ainda por 90\$000 com casa, comida e assistência médica. Faz parte da proposta a cláusula do regresso gratuito de todos quantos houverem trabalhado um ano pelo menos na aludida companhia; e, para evitar possíveis mal entendidos, informou ainda ao ministro do Trabalho da relação dos preços dos gêneros de primeira necessidade naquelas duas zonas de trabalho, de acordo com a tabela fixada aos armazéns da Companhia Mate Laranjeira. Cumpre ainda assinalar, para pleno conhecimento de todos os interessados, que as passagens até os referidos pontos serão fornecidas gratuitamente [...] aliás, não sendo apenas as passagens as facilidades oferecidas aos que quiserem trabalhar, porquanto será também fornecida uma soma indispensável, em dinheiro, para as primeiras despesas da instalação de cada empregado. (*Correio da Manhã* - RJ, nº 11079, 30 jan. 1931, p. 5).

A Companhia Mate Laranjeira publicou um anúncio convocando trabalhadores para assinarem contratos com a empresa, na exploração dos ervais mato-grossenses. A procura foi intensa, e apenas no período de 1º a 20 do mês de fevereiro de 1931, o Departamento Nacional do Povoamento²⁴, encaminhou 162 trabalhadores para a emprego, “sendo os transportes concedidos até a estação Presidente Epitácio, da Estrada de Ferro Sorocabana, à margem do rio Paraná” (*Correio da Manhã*, nº 11093, 15 fev. 1931, p. 2 e nº 11098, 22 fev. 1931, p. 3). Dali, os trabalhadores seguiriam para os postos de trabalho conduzidos em meios próprios da empresa.

Porém, nem tudo pode ter acontecido como prometido. A Companhia Mate Laranjeira aparece de forma desagradável em uma notícia, transmitida de Campo Grande pelo correspondente da Agência Brasileira, com maus tratos aos contratados sendo denunciados na União dos Trabalhadores:

O destino dos 300 trabalhadores, mandados pelo Ministério do Trabalho, para os ervais da empresa Mate Laranjeira, está preocupando a opinião pública a quem não são estranhos os processos dessa companhia, que se notabilizou, em cinquenta anos de domínio neste Estado, por uma série de violências inacreditáveis. Sabe-se aqui, que alguns daqueles pobres operários foram barbaramente surrados, sendo que o de nome Martins recebeu graves ferimentos de um capataz, de nacionalidade estrangeira, em Dom Carlos, um dos portos de embarque da famigerada empresa à margem do rio Paraná. O operário Eduardo Orlando, que aqui chegou há dias, narrou ao representante da Agência Brasileira o ocorrido com Martins, contando ainda outros episódios muito tristes que ele próprio diz ter presenciado nos ervais da Mate Laranjeira, de onde fugiu, escapando aos maus tratos dos capatazes, sob cuja guarda estava com seus companheiros de infortúnio [...] Verdade ou não, tudo isso presta a conjetura pouco lisonjeiras para a empresa em causa quando se atenta ao estado de extrema penúria do operário foragido, deixando presumir o que estão sofrendo os que ainda não conseguiram fugir obstados por uma vigilância severa, que não os deixa abandonar os ervais. (*Correio da Manhã* - RJ, nº 11355, 19 dez. 1931, p. 5).

Em seguida, o correspondente da Agência Brasil, lamentava a decisão do interventor federal no Mato Grosso (1931-1932), Antunes Maciel, mandando fechar o único jornal que combateu a atitude da empresa. Acrescentava que a opinião pública estava irritada contra os fatos narrados, mas que a ação do interventor contra o jornal era esperada, por ser a Mate Laranjeira “a grande fornecedora de dinheiro ao Estado de Mato Grosso, desde os tempos da República Velha. A República Nova segue as pegadas de sua predecessora, pois que o Sr.

²⁴ O Departamento Nacional do Povoamento integrava o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na organização dada pelo Decreto nº 19667, de 4 de fevereiro de 1931, assinado por Getúlio Vargas e recebia os encargos e pessoal do extinto, pelo mesmo decreto, Serviço de Proteção aos Índios. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19667imprensa.htm >. Acesso em 8 out. 2016.

Antunes Maciel, logo de início do seu governo tomou por empréstimo 280:000\$000 réis à poderosa empresa”. (*Correio da Manhã* - RJ, nº 11355, 19 dez. 1931, p. 5).

A denúncia prossegue em outras edições do jornal *Correio da Manhã* - RJ. Há uma relação de empréstimos concedidos pela empresa para o Estado de Mato Grosso. Com os empréstimos, a Mate Laranjeira, “um grande polvo [...] está comendo Mato Grosso” (*CORREIO DA MANHÃ* - RJ, nº 11363, 29 dez. 1931, p. 10), e estaria, pouco a pouco, se apoderando do Estado, em troca das concessões de terras e de outra natureza, pois a lista dos empréstimos concedidos em trocas de favores e novas concessões se estenderia ao longo de vários governos. A denúncia menciona que Mario Corrêa e Annibal de Toledo usaram dessa facilidade para resolver os apertos financeiros do Mato Grosso. São citados os empréstimos mostrados no Quadro 10.

Os empréstimos no governo Mario Corrêa, negociados em 1926 e 1928, aconteceram no período de conversações para a renovação dos contratos da empresa e aumento da área arrendada, respectivamente. Heitor Mendes Gonçalves, nessas ocasiões, viajou para Cuiabá, sendo recepcionado pelo governo com jantares e saraus dançantes.

Quadro 10 – Empréstimos da Empresa Mate Laranjeira para o Estado de Mato Grosso

Ano	Valor	Solicitante / Situação
1926	3.000:000\$000	Mario Corrêa da Costa
1928	2.000:000\$000	Mario Corrêa da Costa
1930	1.000:000\$000	Annibal de Toledo
1930	40:000\$000	Antonino Menna Gonçalves, pretendia 300:000\$000
1931	2.000:000\$000	Em negociação
1931	280:000\$000	Antunes Maciel, para atender ao pagamento do funcionalismo em atraso.

Fonte: CM, nº 11363, 29 dez. 1931, p. 10

Dos empréstimos mostrados no Quadro 10, Magalhães (2014, p. 117) cita os de três mil contos de réis, feito ao governo estadual, com juros de 8% ao ano e outro de dois mil contos de réis, em 1928, nas mesmas condições, feitos pela empresa, negociados por Heitor Mendes Gonçalves.

Leonidas de Matos, nomeado Secretário Geral do Estado de Mato Grosso, em entrevista concedida ao jornal, no Rio de Janeiro, apresentou a versão oficial do governo sobre a operação financeira, descaracterizando um empréstimo. Seria um pagamento da empresa, no mês de novembro, sem ônus algum para o Estado, por antecipação, da quota de sua contribuição trimestral sobre arrendamento de ervais. (*Correio da Manhã* - RJ, nº 11365, 31 dez. 1931, p. 4).

Seguem-se, em edições posteriores, conforme resumo mostrado no Quadro 11, outras notícias comunicando espancamentos, violências e desaparecimentos de trabalhadores, trabalhos escravos, dando origem a um levante, onde não foi pequeno o número de vítimas de “uma revolta nos ervais da companhia citada, grave perturbação da ordem sufocada com a maior brutalidade e violência pelos capatazes paraguaios, a cuja guarda estavam esses míseros trabalhadores” (*Correio da Manhã*- RJ, 24 dez. 1931, nº 11359, p. 8).

Demonstrando o seu relacionamento com a cúpula do poder federal e com a finalidade de influenciar nas decisões que afetavam a empresa, Heitor deslocou-se por duas vezes do Rio de Janeiro para Ponta Porã e recepcionou, como diretor da Empresa Mate Laranjeira, o presidente Getúlio Vargas: em 1941, na fazenda Pacury, e em Campanário, no ano de 1943 (Magalhães, 2014, p. 140-141).

Quadro 11 – Notícias desfavoráveis à Empresa Mate Laranjeira no *Correio da Manhã*

07 jan. 1932	Assinada por M. Paulo Filho, protesto contra a empresa e em benefício da cidade de Ponta Porã.
10 jan. 1932	O cárcere privado da Empresa Mate Laranjeira – o quarto nº 5.
13 jan. 1932	Crescem as reclamações e os protestos contra a Mate Laranjeira – no regime de cárcere, da fome e da sede. Operários queixosos: Paulo Oliveira, Laurentino Baptista, Octavio Claudio e Demosthenes Barbosa.
14 jan. 1932	Ainda o caso da Companhia Mate Laranjeira – a poderosa empresa explorando brasileiros para dar lucros aos seus grandes acionistas argentinos. Fugitivos chegaram a São Paulo e fizeram denúncias.
21 jan. 1932	Recrudescer a grita contra a Mate Laranjeira - cogitação da fundação da Liga de Combatentes, denúncia de Laurentino Baptista contra Modesto Dauzacker, administrador.
22 jan. 1932	O mistério em torno da Mate Laranjeira. Não há notícias positivas dos trabalhadores desaparecidos. O prefeito de Ponta Porã é aliado da empresa, requerendo terras que deveriam ser vendidas ao povo por preços módicos.
23 jan. 1932	Reclamando a revisão dos arrendamentos da Mate Laranjeira - desaprovada a emissão de bônus em garantia de um empréstimo.
23 nov. 1923	Graves denúncias de 100 mortes causadas pela empresa.

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Jornal *Correio da Manhã*

Uma análise sobre Heitor Mendes Gonçalves e a Empresa Mate Laranjeira no SMT é impossível ser feita isoladamente ou individualmente, sem considerar os grupos sociais que os envolveram e dos quais foram integrantes e estavam inseridos. Heitor Mendes Gonçalves transitava em diversas figurações, entre elas a familiar, a empresarial e o grupo militar, todas elas com suas peculiaridades, como na proposta de Elias (2006, p. 27), onde “um ser humano singular pode possuir uma liberdade de ação que lhe permita desligar-se de determinada figuração e introduzir-se em outra, mas se e em que medida isto é possível depende de fato das peculiaridades da figuração em questão”.

Seu filho, Fernando Jorge, em uma carta ao Dr. Anibal de Toledo, ao comentar as homenagens póstumas prestadas ao seu pai, sintetiza a trajetória de Heitor Mendes Gonçalves, de militar a diretor da Empresa Mate Laranjeira, e o inter-relacionamento estabelecido na região fronteira no SMT, chegando o militar Heitor Mendes Gonçalves a personificar a Empresa Mate Laranjeira:

Inúmeras foram as homenagens prestadas à memória de meu Pai. Dentre todas elas, porém, pela sua significação, sobressaíram as que prestaram o Exército e a Mate Laranjeira. [...] Como que simbolizaram na **morte tudo que ele foi em vida: o Exército – a juventude; a Cia. [Mate Laranjeira] – a maturidade.** [...] Ele foi, o senhor o sabe, um invencível lutador. A Cia., o grande campo. Nela e por ela muito sofreu e muitas alegrias teve! Tanto se integraram um no outro que terminaram se assemelhando; o traço comum era a força! [...] **Nessa fronteira ele era o Capitão. Nessa fronteira ele era a Cia.** Muitos capitães por lá passaram, mas o Capitão, era só ele. **Muitas Cias. por lá se instalaram, mas, a Cia. era só ele. Enquanto viver a Cia., viverá o Capitão – ela tem muito dele, ele tinha muito dela!**” (APEMS – CML, Matte p8 A 203, grifo nosso).

Quando membro do Centro Matogrossense²⁵ no Rio de Janeiro, onde participou em três diretorias, compondo o Conselho Fiscal, seu nome aparece com os postos de major e coronel. Os postos em que é citado parecem transmitir o crescimento de seu prestígio, enfatizado no obituário:

Faleceu no dia 25 do corrente no Rio de Janeiro, o Capitão Heitor Mendes Gonçalves, figura que, por mais de um quarto de século, teve a mais destacada atuação em todo o Sul de Mato Grosso, dirigindo os trabalhos de produção e exportação de erva para a Companhia Mate Laranjeira. Dono de uma grande vontade, de um caráter enérgico e de um grande coração, o Cap. Heitor Mendes Gonçalves deixou atrás de si traços de grande relevo que o marcam como uma personalidade de legenda que a memória das gentes guardará para sempre. Herói do Contestado, onde sua bravura e audácia foi coroada do mais completo êxito, tornou-se, jovem ainda, exemplo de coragem para seus camaradas do Exército. Reformando-se, ingressou para a Companhia Mate Laranjeira, onde fez uma carreira brilhante, tendo constituído, por muitos anos a figura central, no Brasil, dessa outrora poderosa empresa. Retirando-se da Mate Laranjeira, viveu no Rio de Janeiro ao lado de sua família, gozando sempre do mais alto prestígio nas altas esferas políticas e militares, sendo amigo pessoal de muitas das grandes

²⁵ O Centro Matogrossense foi fundado em 1923, pelo dr. Mario Corrêa, com os objetivos de divulgar o Estado de Mato Grosso e aumentar os laços de solidariedade entre os naturais do estado residentes no Rio de Janeiro. Para o período de agosto de 1927 a agosto de 1928 foi eleito presidente o senador Antonio Azeredo (CM, 22 jan. 1927). Há o registro de eleições da diretoria em 1934, quando o General Rondon é eleito presidente (CM, 19 jul. 1934). Generoso Ponce Filho, Rondon e Heitor estiveram por várias vezes compondo a diretoria. Em 1932, o *Correio da Manhã* publicou que haveria no “Centro Matogrossense mais um mate dançante, das 16 às 19 horas, sendo o ingresso com o recibo n. 8 ou convite especial” (CM, 16 set. 1933). Pela citação do número do recibo, era cobrada uma mensalidade. E pelo nome da reunião, havia uma preservação ou divulgação do costume da erva-mate, produzida na região sul do Estado.

figuras de maior destaque nacional como o Sr. Oswaldo Aranha, o General Zenóbio da Costa e muitos outros. Sobre o túmulo do Cap. Heitor Mendes Gonçalves cairão sempre as flores e as preces de tantas e tantas criaturas que ele ajudou a conduzir pelos caminhos da vida, cuja gratidão será o penhor de seu repouso tranquilo nas plagas eternidades. (JOP, nº 312, 28 jul. 1957, p.1).

Sua viúva, Cecy de Miranda Mendes Gonçalves, requereu ao Ministro da Guerra, em 28 de abril de 1958, ordens para que o processo anterior de Heitor Mendes Gonçalves fosse reexaminado, para fins de promoção ao posto de Capitão, retificando o amparo para a Lei nº 1195, de 9 de setembro de 1950²⁶. O requerimento foi arquivado na Subdiretoria de Reserva, por não se enquadrar no previsto na Lei mencionada.

Figura 11- Rua Capitão Heitor Mendes Gonçalves, no Distrito de Sanga Puitã (Ponta Porã – MS)



Fonte: Acervo Fernando dos Anjos Souza

Heitor Mendes Gonçalves, não obstante terem sido negadas as solicitações de promoção, é costumeiramente citado no posto de capitão. A explicação seria o

²⁶ A Lei, ao dispor sobre a reforma dos oficiais julgados incapazes para o serviço militar, determinava em seu Art. 1º que “Os oficiais das Forças Armadas Nacionais, os da Polícia Militar e os do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal que, em inspeção de saúde, para o efeito de promoção, por terem sido incluídos no quadro de acesso, forem julgados incapazes definitivamente para o serviço, serão reformados no posto imediato”. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1195-9-setembro-1950-363485-publicacaooriginal-1-pl.html> > . Acesso em 15 out. 2017.

reconhecimento e homenagem da população, que passou a chamá-lo com este posto, inclusive nos ambientes militares,

Consolidou-se como um benemérito de Ponta Porã, construindo na cidade, através da *Cia.*, vários prédios de monta. Tais atitudes, somadas a uma personalidade firme e educada, fariam dele alvo de homenagens constantes por parte da sociedade civil. Nessa época nasceu a alcunha que o celebrizou: **ele, que era tenente, ficaria conhecido por Capitão Heitor.** (MAGALHÃES, 2014, p. 154, grifo nosso).

Figura 12 – Placa homenageando o capitão Heitor Mendes Gonçalves no 10º RCMec (Bela Vista– MS)



Fonte: Acervo Fernando dos Anjos Souza

Apesar desse costume e homenagens, considera-se neste trabalho a designação de *tenente*, o posto com o qual recebeu a carta patente da reforma.

Existem logradouros homenageando-o com o posto de capitão nas cidades de Guaíra – PR, em Porto Mendes, um distrito do município de Marechal Cândido Rondon – PR, em Ponta Porã – MS (embora no distrito de Sanga Puitã) e em São Leopoldo – RS²⁷. Em Sanga Puitã, a rua mostrada na Figura 11, tem pouco menos de novecentos metros, não possui identificação e nem pavimentação. O distrito, com a rua da homenagem, é contíguo às terras da Fazenda Pacury, outrora pertencente a Heitor Mendes Gonçalves.

A Figura 12 exhibe uma placa colocada na base do mastro da bandeira nacional, situado no pátio interno do 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada, em Bela Vista, contendo uma homenagem ao Capitão Heitor Mendes Gonçalves, datada de 29 de dezembro de 1939. Pela data, a placa foi inicialmente aposta na base do pedestal com o busto do tenente Antonio João, inaugurado oficialmente em 22 de janeiro de 1940, por ocasião da comemoração dos cem anos de criação do regimento, e estava colocado no pátio do quartel, no “altar do Regimento do mesmo nome”, conforme relatou o tenente Alfredo de Paula Corrêa, integrante da comitiva da 9ª Região Militar que compareceu ao evento (*O Estado de Mato Grosso*, nº 136, 18 fev. 1940, p. 5).

O *Monumento ao Altar do Regimento*, conforme descrição de Mattos (1957, p. 32), idealizado e executado quando o major Eleutério Brum Ferlich era o comandante do 10º RC, contou com a colaboração de dez mil cruzeiros do capitão Heitor Mendes Gonçalves, reconhecida na placa afixada no monumento, datada com o aniversário da morte do tenente Antonio João. Nessa placa fica evidenciado o reconhecimento do patriotismo como mais uma qualidade de Heitor Mendes Gonçalves, mesmo já estando na condição de reformado na carreira militar. Permanecia, portanto, com as ligações à caserna. Sua ajuda, na construção do que foi considerado o *altar* do regimento, seria a realização do seu projeto de homenagear o tenente Antonio João com uma estátua, apresentado em Ponta Porã em 31 de outubro de 1920.

²⁷ Com o Código de Endereçamento Postal 93025-230. A homenagem foi concedida pela Lei 1191/62 de 09 de novembro de 1962, decretada pela Câmara Municipal de São Leopoldo – RS, por ter o tenente Heitor Mendes Gonçalves se “destacado por ato de bravura contra os fanáticos de Antonio Conselheiro [sic], no Contestado”, junto com outros militares e civis que combateram em Contestado. Disponível em < <https://cm-sao-leopoldo.jusbrasil.com.br/legislacao/661243/lei-1191-62> >. Acesso em 14 jun. 2017.

3.1.3 Os companheiros revolucionários de Heitor Mendes Gonçalves

Na turma em que Heitor Mendes Gonçalves concluiu o curso na Escola de Guerra estão os nomes de Alfredo de Simas Enéas Junior, Guilherme Paraense, Mario Travassos e Ney dos Santos Braga. Desses, faz-se aqui uma apresentação mais detalhada dos que serviram nos quartéis mato-grossenses, assim como de Luiz Simas Enéas, por serem personagens em eventos relacionados com os assuntos desenvolvidos nesta tese.

Alfredo de Simas Enéas Júnior foi declarado aspirante a oficial em 1911, na mesma turma que Heitor Mendes Gonçalves, por conclusão do curso na Escola de Guerra de Porto Alegre. Inicialmente da Arma de Infantaria, solicitou e obteve transferência para a Cavalaria pelo Decreto de 19 de maio de 1915. Seu pai era oficial do Exército e chegou ao posto de general. Como apresentou problemas de saúde, ainda aspirante a oficial obteve uma licença de seis meses para tratamento na Europa, para onde seguiu em abril de 1914 (*Correio da Manhã* - RJ, nº 5529, de 15 abr. 1914, p. 4). Porém, a viagem para tratamento de saúde pode ter sido um pretexto para acompanhar a sua esposa, Dinorah Carolina de Azevedo “aluna e prêmio de viagem da Escola de Belas Artes”, após o casamento realizado em 18 de fevereiro de 1914, quando o coronel Joaquim Ignacio foi padrinho (*O Paiz* - RJ, nº 10727, 19 fev. 1914, p. 3). Foi promovido a segundo-tenente em maio de 1915 (*A Noite* - RJ, nº 1214, 12 maio 1915, p. 3). Em 1914 e 1919, servia no 13º Regimento de Cavalaria (Rio de Janeiro) (*O Jornal* - RJ, nº 194, 27 dez. 1919, p. 3). Em 1918, serviu como instrutor da Escola Tática e de Tiro da Guarda Nacional (*O Paiz* - RJ, nº 12159, 24 jan. 1918, p. 3). Em 14 de junho de 1921, recebeu a sua transferência do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, da Capital Federal, para o 10º RCI, em Bela Vista – MT (*Jornal do Brasil* - RJ, nº 164, 15 jun. 1921, p. 9). Alfredo de Simas Enéas Junior estava na reunião do Clube Militar em 28 de dezembro de 1921, convocada para tomar conhecimento dos resultados da comissão incumbida de periciar as cartas atribuídas a Arthur Bernardes²⁸ (*Correio da Manhã*, nº 8352, 14 jan. 1922, p. 1).

²⁸ Moção proposta pelo coronel Frutuoso Mendes, elogiando a comissão encarregada do exame pericial das cartas, obteve 529 assinaturas. “Considerando que ficou apurada a autenticidade da carta contendo expressões ofensivas ao exército e à Armada, dada à publicidade nesta capital, a 9 de outubro último, e porque não tenha este clube qualidade jurídica para promover a sessão em desaprovação das corporações ofendidas: - Resolve, por isso, entregar o caso ao julgamento da Nação”. Os votos contrários, totalizando 90, foram para a moção apresentada pelo General Bonifácio Costa, com a proposta para o Clube Militar dar a questão por encerrada definitivamente, para não serem as forças armadas arrastadas na questão política da sucessão presidencial. (*O Paiz*- RJ, nº 13584, de 29 dez. 1921, p. 4). Estavam na relação dos defensores da proposta contra a intervenção do Clube Militar em questões de partidarismo político: o general Saturnino de Carvalho e o coronel Tertuliano de Albuquerque Potyguara.

Como resultado da Revolta dos 18 do Forte Copacabana, o tenente Alfredo Simas Enéas Junior foi preso e recolhido ao Batalhão Naval, juntamente com o primeiro-tenente Juarez Fernandes Távora e Ebroíno Dias Uruguay (*Correio da Manhã* - RJ, nº 8527, 10 jul. 1922, p. 1). Seu nome, no entanto, não consta na relação dos indiciados pelo levante de 5 de julho de 1922 (*Correio da Manhã* - RJ, nº 8699, 30 dez. 1927, p. 1). Somente em novembro de 1930 seria promovido a capitão (*Correio da Manhã* - RJ, nº 11016, 18 nov. 1930, p. 1).

Luiz Simas Enéas, irmão de Alfredo de Simas Enéas Júnior, declarado aspirante a oficial em 6 de abril de 1915 por ter concluído o curso na Escola Militar de Realengo, na última turma que estudou pelo regulamento de 1905, foi classificado no 13º Regimento de Cavalaria (*O Paiz*, nº 11140, 8 abr. 1915, p. 6 e *O Jornal do Brasil* - RJ, nº 106, 16 abr. 1915, p. 8).

Em 1916, apresentou problemas mentais, entrando em tratamento, segundo divulgou *O Imparcial*:

O CASO DO ASPIRANTE SIMAS ENÉAS. O rapaz estará sugestionado? Tendo apresentado sinais de alienação mental o aspirante do Exército Luiz de Simas Enéas, sua família, visando curá-lo, internou-o numa casa de saúde, à rua S. Clemente nº 230, dirigida pelo dr. Abilio de Carvalho. Há dias nesse estabelecimento, por um descuido condenável, o aspirante Simas Enéas conseguiu fugir, e, refugiando-se num prédio vizinho, cometeu toda a sorte de depredações. Alguns jornais, com muita justiça, acusaram o dr. Abilio de Carvalho como culpado único nas diabruras praticadas por aquele rapaz. [...] Entretanto, o aspirante não nos dá um instante de folga e quer à viva força, que defendamos o seu médico. [...] e essa acusação é justíssima, desde que atentemos no fato daquele médico permitir, já não diremos mandar, que um rapaz entregue à sua guarda, como afetado de alienação mental, percorra, sozinho, a altas horas da noite, as redações dos jornais, solicitando defesas que não podem deixar de ser negadas. (*O Imparcial*- RJ, nº 1186, de 02 abr. 1916, p. 4).

A notícia foi parcialmente contestada em uma publicação no jornal *Correio da Manhã*, quando uma suposta missivista anônima explica os fatos, atribuindo a perturbação mental ao excesso de estudos na Escola de Guerra:

UM CASO TRISTE. “O louco de São Cristóvão”. [...] pessoa que assina esta carta, amiga da família Simas Enéas, há muito que sente profunda indignação ante a exploração que vem sendo feita – não se sabe com que interesse – contra um dos filhos do general Alfredo Simas Enéas. Este moço, morigerado, de bons costumes, muito bom filho, para obter classificação condigna nos seus exames (pois é aspirante a oficial do 13º Regimento de Cavalaria) dedicou-se tão apaixonadamente ao estudo, especialmente das Matemáticas, que foi acometido de profunda prostração nervosa, ficando muito debilitado. O seu estado de saúde inspirava imenso cuidado aos seus venerados pais, que o cercavam de carinho e desvelo. Entretanto, uma vez, forte ataque de nervos surpreendeu o seu amigo em plena rua, e ele,

irresponsavelmente correu pelas ruas de São Cristóvão ordenando a algumas casas fechassem as portas, sem que, contudo, praticasse ato algum de ofensa, contra quem quer que seja. Recolhido à casa, compreendeu que o seu estado de saúde era de tal natureza que não admitia delonga, exigindo urgência e rigoroso tratamento. Nesta intenção procurou pessoalmente o dr. Abílio de Carvalho narrando ao médico as causas do seu mal com tanta lucidez de espírito que o alienista percebeu logo não se tratar de um louco, e sim de um debilitado, esgotado pelos estudos, propondo-se curá-lo mediante regime: descanso absoluto, abstração de ruídos das cidades, passeios a pé, etc... Todas as manhãs e, às vezes, à tarde saía a passeio o aspirante Luiz Enéas, sendo apontado pela vizinhança como o “louco de São Cristóvão”. (*Correio da Manhã* - RJ, nº 6253, 8 abr. 1916, p. 5).

A promoção de Luiz Simas Enéas a segundo-tenente ocorreu em 1917 (*O Paiz* – RJ, nº 11826, 23 fev. 1917, p. 1). Recebeu a transferência para o 3º Regimento de Cavalaria em 1917 (*O Paiz* – RJ, 9 ago. 1917, nº 11993, p. 2), e deste para o 14º Regimento de Cavalaria (*A Razão* – RJ, nº 334, de 13 nov. 1917, p. 2).

Em 1919, decorrente do aumento de efetivo do Exército, resultado da reorganização constante no Art 59 da Lei nº 3674 de 7 de janeiro de 1919 (RMG, 1919, p. A-A-34), Luiz Simas Enéas recebeu a promoção para primeiro-tenente, juntamente com o seu irmão Alfredo de Simas Enéas Junior, Alvaro Furtado Brandão e Heitor Mendes Gonçalves, oficiais formados em 1911, ou seja, quatro anos antes da sua turma. (*Correio da Manhã* – RJ, nº 7445, 18 jul. 1919, p. 3). A promoção a capitão ocorreu em 29 de dezembro de 1927 (*O Paiz* – RJ, nº 15776, de 30 set. 1927, p. 2).

O tenente Luiz Simas Eneas comandou o Destacamento Federal de Ponta Porã (3º Esquadrão de Cavalaria do 10º RC), desde 6 de maio de 1920, sucedido pelo tenente Heitor Mendes. De acordo com o jornal local, durante o seu comando há protesto pelos excessos cometidos pelas forças do Exército e da Polícia, no policiamento da cidade. (JOP, nº 17, 13 jun 1920, p. 1). Após o *Conflito de Ponta Porã*, foi transferido para o Estado do Paraná (JOP, nº 52, 22 fev. 1921, p. 2).

Em correspondência a Heitor Mendes Gonçalves, remetida do Rio de Janeiro com data de 23 de janeiro de 1924, Luiz Simas Enéas comenta que o seu caso de saúde era espiritual:

Sofri [ilegível] uma forte atuação, embora não ficasse desatinado como no tempo em que tinha crises. O espírito que me tratava há tempo, disse-me que, sendo eu médium não desenvolvido, precisava desenvolver-me, pois é chegado o tempo em que, executando compromissos que tomei no espaço, **devo trabalhar como médium. Vim ao Rio para desenvolver-me.** O prazo foi calculado em 3 meses. Entretanto, depois de obter promessa de uma licença de 3 meses, alegando que vinha completar o tratamento feito com processo especial do dr. Abílio, a junta soube que eu fui revoltoso. Então, faltando ao que solenemente prometera, fez-me baixar ao H.C.E. afim de ser observado. Dali, ilegal e desnecessariamente me transferiram para o H.F.A. (o

governo soube que eu andara conspirando para a [ilegível]. Finalmente, depois de um mês, no dia em que suspenderam o estado de sítio, atenderam ao meu pedido de transferência para a casa de saúde do Dr. Abílio. Depois de quererem reformar-me por incapacidade física, deram-me uma licença de seis meses. (SIMAS ENÉAS, 1924, grifo nosso).

Essa carta, por ser extensa e ser citada novamente em outras partes deste trabalho, está mostrada em sua íntegra no Anexo B. O original encontra-se na Coleção *Cia Companhia Matte Larangeira*, depositada no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (Campo Grande – MS).

Em 1921, há o registro de passagem por Ponta Porã, vindo de Campo Grande, com destino ao 10º Regimento de Cavalaria em Bela Vista, dos “corretos e disciplinados oficiais do Exército, aspirantes Orlando Leite Ribeiro e José d'Azevedo Futuro” (JOP, nº 56, 20 mar. 1921, p. 2). E do capitão Alcibiades Pinto Botelho, para realizar um inquérito, permanecendo dias nesta cidade (JOP, nº 57, 29 mar. 1921, p. 3). Esse capitão era o comandante interino em Bela Vista, por ocasião da eleição de 1º e 2 de novembro de 1920 e posteriormente seria indiciado como participante do levante de 1922. O tenente José de Oliveira Monteiro, viria a substituir o tenente Luiz Simas Enéas em Ponta Porã e o tenente Vasco Neves Varela, assumiu o Destacamento Federal de Ponta Porã (JOP, nº 121, 25 jun. 1922, p. 2), após a morte do tenente Futuro (JOP, nº 119, 11 jun. 1922, p. 1) por um disparo acidental quando limpava o revólver.

3.2 O tenente Costa Ribeiro, da Força Pública de Mato Grosso: dever legal ou transgressão penal?

No *Conflito de Ponta Porã*, houve o envolvimento da Força Pública do Estado de Mato Grosso, com o tenente Heitor Mendes Gonçalves prendendo o comandante da força policial, o tenente Manoel da Costa Ribeiro. Neste item, estão breves apontamentos sobre o tenente Costa Ribeiro, e considerações a respeito do papel exercido pela Força Pública na segurança do Estado.

O tenente Manoel da Costa Ribeiro integrava a Força Pública do Estado de Mato Grosso. Foi transferido de Rosário Oeste para Cuiabá, em junho de 1917 e, em uma próxima movimentação, no mês de julho, para o 2º Batalhão de Polícia, em Corumbá. Era considerado como “um dos mais distintos oficiais da força pública do Estado” (*O Matto-Grosso*, nº 1422, 08 jul. 1917, p. 2).

O 1º tenente Manoel da Costa Ribeiro estava em Ponta Porã em maio de 1920, como comandante da força policial e, em 1921, também era o delegado de polícia.

Seu histórico escolar confirma a distinção citada pelo jornal. O jovem Manoel da Costa Ribeiro estudou no *Lyceu Salesiano de Artes e Ofícios S. Gonçalo*, em Cuiabá. No Concurso de admissão ao 1º ano do Curso Ginásial foi o único aprovado com distinção no conjunto das matérias. E seu nome encontra-se nas relações dos alunos que mais se distinguiram nos concursos bimensais do Lyceu. Na avaliação sobre a conduta, houve citação de destaque com “louvor e distinção” publicada em *O Matto Grosso – Revista Mensal de Sciencias, Letras, Artes e Variedades* (nº 02, fev. 1907, p. 21; nº 04, abr. 1907, p. 21; nº 08, ago. 1907, p. 22; nº 05, maio 1909, p. 21).

Na mensagem à Assembleia Legislativa no ano de 1921, Dom Aquino cita que ocorreu uma agitação política, mas não houve “perturbações da ordem pública dignas de registro” e as “agitações de Ponta Porã”, foram atos isolados. Sobre a Força Pública, menciona que “durante o ano, nenhuma grave manifestação de indisciplina se deu na Força, quer coletiva, quer individual”. (MPMT, 1921, p. 57). Com essas considerações, é possível julgar que a participação do tenente Costa Ribeiro no *Conflito de Ponta Porã* não foi considerada como indisciplina pelo presidente do Estado de Mato Grosso, com pouca valorização ao incidente, considerado como político.

O tenente Costa Ribeiro chegou a Cuiabá, em maio de 1924, vindo do município do Araguaia (*Correio do Estado - MT*, nº 169, p. 3). No dia 24 de novembro de 1924, o tenente Costa Ribeiro teria participado de uma sublevação na força policial em Cuiabá, onde estava preso para averiguação dos planos de anarquia, com pretensões de depor autoridades, incluindo o presidente do Estado, Dr. Estevão Alves Corrêa, e saquear o Tesouro do Estado, o Banco do Brasil e estabelecimentos comerciais (*A Notícia - MT*, 27 nov.1924, p. 4). Segundo Corrêa (2006a, p. 156-157), a revolta conduzida em 1924 pelo tenente Manoel Costa Ribeiro decorreu do estado aflitivo das finanças do Estado de Mato Grosso, ocasionando lutas e reivindicações sociais.

O tenente Manoel da Costa Ribeiro foi excluído em 11 de março de 1925 da Força Pública, por deserção praticada em 21 de janeiro de 1925 (*A Notícia - MT*, nº 109, 12 mar. 1925, p. 1), quando ocupava o cargo de Ajudante do Batalhão de Caçadores. Apresentou-se em 18 de fevereiro de 1926 e, após julgamento no Conselho de Justiça Militar pelo crime de deserção, foi condenado à pena de três meses de prisão simples (MPMT, 1927, p. 140). Em 1930, existe a notícia de sua nomeação, pelo Ato nº 28, para exercer o cargo de delegado de

polícia especial em comissão, no município de Mato Grosso (*Jornal do Commercio* - MT, nº 1118, 11 maio 1930, p.1). E, em 1937, de ter assumido interinamente o comando do 1º BC da Força Pública, em Cuiabá. (*A Cruz* - MT, nº 1278, 28 mar. 1937, p. 3).

O prosseguimento na força estadual demonstra que a carreira profissional do tenente Manoel da Costa Ribeiro não foi afetada pelos acontecimentos de Ponta Porã em 1921, e a continuidade permitiu ocupar cargos de destaque na corporação.

3.3 Os civis e as forças políticas envolvidas nos conflitos de Ponta Porã

João Baptista de Azevedo e Sousa integrava o Diretório do Partido Republicano Matogrossense (PRMG) em Ponta Porã. Chegou a ser nomeado como promotor substituto da comarca, e exerceu o cargo interinamente por diversas vezes. Como advogado, atuava em favor dos pequenos proprietários que chegavam à região de Ponta Porã e procuravam legalizar suas posses de terras, inicialmente justificando a posse e depois obtendo um título provisório. Foi nomeado como suplente de juiz, após o Dr. Eurindo Neves ter assumido o cargo de Juiz de direito da Comarca de Ponta Porã, em 16 de fevereiro de 1920 (JOP, nº 1, 22 fev. 1920, p. 1).

João Baptista de Azevedo disputava a liderança do PRMG, e fora atendido pelo bispo Dom Aquino Corrêa, presidente do Estado de Mato Grosso, nas nomeações para preenchimento dos cargos estaduais, conforme publicou o jornal do Partido Republicano Conservador, corrente política adversária:

O Partido celenista [PRMG] neste município acha-se em franca decomposição. O Dr. Baptista de Azevedo, **um fedelho, há pouco arribado a estas paragens, onde parece que veio completar o seu crescimento**, arvorou-se em chefe e quer a toda força destronar o seu protetor Cel. Antonio Machado Salgueiro, velho chefe, sempre acatado no seu partido, e com grande soma de responsabilidade na presente situação do mesmo. Diz o Dr. Baptista de Azevedo que conseguiu em Cuiabá impor-se à confiança da comissão executiva [...] e que o próprio governo curvou-se aos seus desejos, **fazendo várias nomeações de autoridades policiais por ele nomeadas, apesar dos conservadores dominarem no município**. E realmente houve umas quantas demissões e nomeações de autoridades policiais que absolutamente não se explicam. Mas aqui, em Ponta Porã [...], o seu companheiro de diretório central, Machado Salgueiro, que dizem estar resolvido a não se submeter a tutela ridícula do fedelho, mesmo que seja necessário abrir uma cisão no seio do partido. (*Republicano* - MT, nº 294, 1º fev. 1920, p. 3, grifo nosso).

Pelos comentários do jornal *Republicano*, João Baptista de Azevedo era considerado um forasteiro que deseja substituir a liderança política tradicional na cidade. De fato, ele havia

se dedicado a reorganizar o diretório do PRMG em Ponta Porã, a qual aderira em abril de 1918. O seu partido considerava-o “um dos moços que permanecia apoiando Dom Aquino, de acordo com as orientações do senador Pedro Celestino” (*O Matto- Grosso* - MT, nº 1638, 15 jan. 1920, p.1). Na cidade de Campo Grande, em 21 de maio de 1921, Baptista de Azevedo organizou um encontro político para homenagear os correligionários do PRMG, na ocasião nomeados para cargos públicos por Dom Aquino Corrêa. Na reunião, participaram os correligionários Eurindo Neves, Alvaro Brandão e o tenente Costa Ribeiro, da força pública estadual, demonstrando afinidades políticas e partidárias entre eles.

Eurindo Neves era um dos nomeados para juiz de direito da Comarca de Ponta Porã. Em Cuiabá, como primeiro suplente do substituto do Juiz Federal, no ano de 1917, concedeu uma ordem de *habeas corpus* a favor do general Caetano de Albuquerque, anulando a renúncia para que o general voltasse a exercer a presidência do Estado, substituindo Camilo Soares²⁹, nomeado interventor do Estado pelo presidente Wenceslau Braz. Chegou a ser deputado estadual em 1918, mas renunciou (*Republicano* - MT, nº 140, 30 maio 1918, p. 1, e nº 329, 30 jun. 1920, p. 2). Seu nome não consta na relação dos deputados que fizeram carreira política em Mato Grosso (Fanaia, 2010c, p. 301-307). Nomeado juiz de direito na comarca de Nioaque, e dali removido para Ponta Porã, por permuta, no ano de 1920, pelo presidente do Estado, Dom Aquino Corrêa (*O Matto-Grosso* - MT, nº 1671, 30 maio 1920, p. 1), assumiu o cargo na comarca de Ponta Porã em 16 de fevereiro de 1920 (JOP, nº 1, 22 fev. 1920, p. 1)

José dos Passos Rangel Torres, diretor e proprietário do jornal *O Progresso*, bacharel em advocacia, exercia o cargo de promotor interino e atuou várias vezes no Tribunal do Júri. Era partidário do PRC e irmão do deputado federal Francisco Eduardo Rangel Torres. Sua atuação em favor da Mate Laranjeira foi mencionada no início deste trabalho.

O Sr. Modesto Dauzacker, natural do Rio Grande do Sul, foi nomeado em 7 de junho de 1910 para o cargo de subdelegado de Ponta Porã (Militão Loureiro era o delegado em Bela Vista) (*Correio do Estado*, nº 113, 8 jun. 1910, p. 2). Passou a trabalhar com a Empresa Mate Laranjeira e, em 1923, fiscalizava os ervais (JOP, nº 0169, 1º jul. 1923, p. 1). Promovido, está citado como subadministrador da Empresa no Estado de Mato Grosso (JOP, nº 213, 4 maio

²⁹ O interventor Camilo Soares solicitou permissão para se ausentar do Estado, sendo nomeado em seu lugar Joaquim Guimarães. Nesse ínterim ocorreu o *habeas corpus*, atendendo interesses do PRMG e do Pedro Celestino. O fato evidencia o alinhamento político de Eurindo Neves com Pedro Celestino, que estaria apoiando o retorno do general Caetano de Albuquerque (*O Republicano* - MT, nº 72, 21 ago. 1917, p. 1). A disputa pela substituição do general Caetano de Albuquerque deu origem ao conflito político-armado, conhecido como *Caetanada* (Mendonça, 1970, p. 115).

1924, p. 2). Viria a ocupar postos importantes em Campanário, onde faleceu (Magalhães, 2014, p. 133). Em 1933, é mencionado como abastado fazendeiro e capitalista, e prefeito de Ponta Porã (*Jornal do Commercio* - MT, nº 1260, 15 jun 1933, p. 4). Por ocasião do *Conflito de Ponta Porã*, mandara publicar um anúncio na “Secção Paga”, declarando:

Que, para evitar explorações em torno do meu nome resolvi abster-me de qualquer combinação de ordem política, portanto, considero-me afastado de tudo quanto disser respeito aos partidos políticos de Ponta Porã, sendo baldadas todas as tentativas que pensem fazer para novamente incluir o meu nome nesses negócios. Pretendo viver do meu trabalho exclusivamente, e não me afastarei deste propósito. (JOP, nº 50, 6 fev 1921, p. 3).

A declaração evidencia a existência de um conflito político naquela época, que levou o autor a mandar publicá-la, afirmando a sua isenção ou neutralidade. Até então era considerado pertencente ao partido do Dr. Baptista de Azevedo, e fora o fiscal do partido PRMG nas eleições de dezembro de 1920 (JOP, nº 60, 17 abr. 1921). Em virtude do prestígio alcançado como administrador da Empresa Mate Laranjeira, Modesto Dauzacker é mencionado como *coronel* em JOP de 11 maio 1924.

Valencio de Brum era um conceituado fazendeiro no Amambai e chefe político do PRC (JOP, nº 27, de 22 ago. 1920 e nº 37, de 7 nov. 1920). Conforme manifestou em carta ao Rangel Torres, não concordou com as propostas apresentadas por Baptista de Azevedo: “de maneira nenhuma prestaria o meu concurso à política do Dr. Azevedo, sendo inútil ele me procurar” (JOP, nº 115, 14 maio 1922, p.).

3.4 Ecos dos últimos acontecimentos: o conflito de 1921 em Ponta Porã

O título deste item e também do próximo subitem repetem o utilizado pelo jornal *O Progresso* para as notícias sobre o *Conflito de Ponta Porã*, divulgadas em várias edições do jornal. Por sua vez, o editor d'*O Progresso* utilizava um termo jornalístico comum da época, encontrado em jornais impressos em outras cidades. Os jornais, com a grafia daquela época, usavam *Echos* com significado de desdobramento, resultado, repercussões de algum acontecimento, como desastres naturais, reuniões, disputas, combates e comemorações.

3.4.1 Os antecedentes de uma discórdia mortal: a proposta da construção da estátua homenageando Antonio João

Nos antecedentes do *Conflito de Ponta Porã*, surgiu a proposta da construção de uma estátua homenageando o tenente Antonio João Ribeiro, considerado como um herói da Guerra

da Tríplice Aliança, pelo seu sacrifício na Colônia Militar de Dourados, durante a invasão paraguaia ao território mato-grossense. Com a proposta da construção da estátua, a ser colocada na cidade de Ponta Porã, surgiu a intenção de mudar o nome da cidade, como outra forma de homenagem ao herói. O assunto provocou uma polêmica entre os moradores, que ficaram divididos em duas correntes.

Os posicionamentos em torno da mudança do nome do município, com a origem na proposta da construção da estátua, são mostrados com a intenção de evidenciar o início das divergências entre o tenente Heitor Mendes Gonçalves e João Baptista de Azevedo, culminadas com o assassinato de Baptista de Azevedo.

Em agosto de 1920, entusiasmados pela palestra do professor General José Feliciano Lobo Viana, sobre o 53º aniversário da morte do coronel Carlos de Moraes Camisão e tenente-coronel Juvencio Cabral de Menezes durante a Retirada da Laguna, episódio bélico transcorrido no sul da Província de Mato Grosso durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), os alunos da Escola Militar do Realengo formaram uma comissão para a construção de um grande e majestoso monumento, “para que saldasse, de maneira mais significativa, a dívida contraída pela Pátria, para com os heróis da Laguna e de Dourados³⁰”.

O tenente Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo, foi aclamado como presidente da Comissão Central do Monumento, e também participante da Comissão Julgadora do Projeto do Monumento. A Comissão Central, no Rio de Janeiro, remeteu pedidos para angariar donativos para a construção do Monumento às autoridades, quartéis e para todo o Brasil. Na seleção do projeto, encerrada em 22 de outubro de 1921, venceu o escultor brasileiro Antonio Pinto de Mattos, constando uma estátua do tenente Antônio João Ribeiro no conjunto do Monumento, consagrando a imagem do militar em queda, atingido pelos disparos paraguaios (Campos, 1989, p. 76-78).

Em 31 de outubro de 1920, o tenente Heitor Mendes, comandante do Destacamento Federal do Exército em Ponta Porã, convocou as pessoas mais representativas da sociedade ponta-poranense para uma reunião, atendendo um “apelo que lhe foi dirigido pela escola militar do Rio de Janeiro”, para tomar as medidas destinadas a construir uma estátua homenageando Antonio João, herói “de Dourados” na Guerra da Tríplice Aliança (JOP, nº 37,

³⁰ Os heróis de Dourados, a serem homenageados com o monumento, eram o tenente Antonio João Ribeiro e seus companheiros, pelo sacrifício na Colônia Militar dos Dourados, durante a invasão paraguaia no início da Guerra da Tríplice Aliança. O local, embora confundido com a cidade de Dourados-MS, pertence ao município de Antonio João-MS. Cremonese Adamo (2010) desenvolve seu trabalho de mestrado sobre a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo Sul de Mato Grosso, explorando a criação de mitos e heróis na região de fronteira, mas sem citar em seu trabalho a proposta da construção da estátua em Ponta Porã.

7 nov. 1920, p. 1). A convocação demonstra uma afinidade com o Dr. Rangel Torres, que anteriormente escrevera no editorial “Culto a um herói”, uma solicitação à comunidade pontaporanense para a construção de uma praça com uma estátua homenageando o tenente Antônio João:

Município de Ponta Porã não se deve furtar ao dever de, aproveitando a oportunidade, fazer alguma coisa que signifique a sua completa harmonia de vistas com o grande tentâmen patriótico, e deve cogitar na preparação de uma praça pública que tomando o nome de Antonio João, ostente uma bem feita estátua que perpetue a memória do maior herói da nossa história para que ele reviva sempre perante as gerações do futuro. (JOP, nº 32, 3 out. 1920, p. 1).

A proposta obteve uma grande receptividade na comunidade. Cerca de 25 pessoas compareceram à reunião, e aclamaram o tenente Heitor Mendes para presidente, com os seguintes membros na Comissão: Vice-Presidente: Dr. Eurindo Neves; 1º Secretário: Dr. Manuel Arthur Dantas Séve; 2º Secretário: Dr. Joaquim Teixeira; Tesoureiro: Lourenço Monteiro; 2º Tesoureiro, Napoleão Michel; e Engenheiro Fiscal, Dr. Medina Filho.

Após a posse, o tenente Heitor Mendes apresentou o artista Francisco Almeida³¹, que mostrou 2 esboços com 2 projetos da estátua. O preferido, considerado como mais simples, mais moderno e adequado, (Figura 13), recebeu do seu autor a seguinte descrição:

O monumento constará de duas figuras: a primeira representa o herói em sua atitude, tal qual foi de decisão e firmeza, respondendo ao parlamentar que o intimava à rendição que enquanto lhe palpitasse o coração, defenderia o solo sagrado de sua pátria e, que protestava contra a invasão pronunciando suas célebres e memoráveis palavras; a segunda representa sua Pátria – a República -, sentada, majestosamente sustentando com o seu braço direito o livro aberto da História, onde se lerá a sua frase histórica, em letras de relevo. O baseamento será todo de granito. As medidas definitivas serão formuladas com a base de um metro e oitenta e cinco centímetros para estátua, devendo a altura total do monumento ser de seis metros e a base ter dezesseis metros quadrados. As figuras, o livro, o ramo de laurel e as inscrições serão de bronze, fundidas em S. Paulo. (*O Jornal - RJ*, nº 568, 6 jan. 1921, p. 3).

A representação do tenente Antonio João, nesse projeto, mostra um momento de altivez, ereto, que pode ser relacionado com a firmeza da atitude durante o recebimento do pedido da força adversária para a rendição da guarnição brasileira destacada na Colônia Militar de Dourados. Difere da imagem consagrada do militar, encontrada no Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados, situado na Praia Vermelha (Rio de Janeiro – RJ), onde está

³¹ Escolhido por causa de uma obra anterior, a estátua homenageando Pedro Juan Caballero (Figura 11), na vizinha cidade paraguaia e ter sido recomendado pelo ministro e pelo cônsul brasileiros em Assunção. (*O Jornal - RJ*, nº 568, 6 jan. 1921, p. 3).

caindo, após ser alvejado pelos disparos paraguaios, o momento do seu sacrifício contra a invasão do território nacional.

No prosseguimento da reunião em Ponta Porã, o Dr. Dantas Séve, capitão médico do Exército, propôs a mudança do nome da vila, elevada à categoria de cidade³², de Ponta Porã para Antônio João, pela “conveniência de ser abandonado o nome [em] Guarany com que é conhecida esta vila (hoje cidade)”. Recebeu o apoio do Dr. João Baptista de Azevedo. Contra a proposta discursaram o tenente Heitor Gonçalves e o Dr. Rangel Torres. A reunião foi encerrada por “completa divergência entre os presentes”, ficando marcada a próxima reunião onde o assunto voltaria a ser discutido. (JOP, nº 37, 7 nov. 1920, p. 1).

Figura 13 – A maquete da estátua de Antonio João em Ponta Porã e a estátua em Pedro Juan Caballero



maqueta em barro, da estatua que será erigida a Antonio João Ribeiro, em Ponta Porã

Projeto de Ponta Porã



Estatua em Pedro Juan Caballero

Fonte: Acervo D.A.Press/ *O Jornal*, nº 568, 6 jan. 1921, p. 3

Nesse debate, ocorrido pouco mais de dois meses após a chegada do oficial, estavam em posições antagônicas, o tenente Heitor Mendes e o Dr. Baptista de Azevedo. E como aliado do militar apresentava-se o Dr. Rangel Torres, d'*O Progresso*. O diretor do jornal comunicou que estavam abertas as colunas para receber as opiniões, de forma sintética, a

³² O telegrama comunicando a elevação do município à categoria de cidade foi recebido em outubro de 1920 (JOP, nº 37, 7 nov. 1920, p. 1). Ainda sem agência telegráfica na cidade, eram entregues em mala postal.

respeito da mudança do “nome tradicional da nossa novel cidade de Ponta Porã, pelo do grande e referido herói”, com o objetivo de colher a opinião de todos e levar o resultado para a comissão (JOP, nº 37, 7 nov. 1920, p. 2).

O assunto deve ter entrado nos círculos de intrigas do povoado. Formaram-se comissões pró e contrária à alteração, e o jornal *O Progresso* passou a publicar opiniões sobre o tema, fomentando o debate. As seis edições seguintes (JOP nº 37 a 42, de 7, 14, 21, 28 nov., 5 e 12 dez. 1920) publicaram as opiniões recebidas, mostrando uma intensa participação da população.

Assim se manifestou o propositos da mudança do nome, Dr. Dantas Séve: “Levantei a minha ideia porque Antônio João é o orgulho: do Exército, como seu símbolo de heroísmo; destas plagas, como seu heroico defensor; de Mato Grosso, como filho indômito de suas selvas; do Brasil, como seu símbolo de patriotismo; da Humanidade, como pagador de sua liberdade!” (JOP, nº 38, 14 nov. 1920, p. 3). Entre os favoráveis para à mudança, assim se manifestou, Álvaro José Brandão, comerciante, citando as origens da cidade e as várias maneiras com que se escrevia o nome do município:

Residente há mais de vinte anos neste município e conhecedor do nome histórico desta cidade, opino pela mudança do nome, para o de Antonio João. 1º.—porque o lugar verdadeiro denominado Ponta Poran, pertence a Republica do Paraguay, onde se encontra uma pequena ponta de mato, em que reside o Sr. Santos Lugo; 2º.—porque não vejo necessidade de usarmos palavras emprestadas, que nem todos conhecem a sua ortografia, o que tem dado origem a grande confusão, escrevendo uns —Ponta Poran, outros Ponta Porão e PuntaPorá ; e, finalmente, porque não acho inconveniência alguma, em prestarmos mais uma predileta e singela homenagem no herói cuja memoria jamais poderá apagar-se do coração brasileiro, especialmente do povo deste município cuja terra encerra os restos mortais dum grande brasileiro. (JOP, nº 40, 28 nov. 1920, p. 2).

Entre os contrários, João Vieira propôs que o então distrito de Dourados recebesse o nome de Antonio João. E, José Maria Gomes Netto, opinou que:

Achamos sem fundamento semelhante lembrança, pois é tão doce, tão suave, essa palavra Ponta Porã! Objetação, aqueles que tiveram a lembrança dessa troca, que esse nome é indígena, oriundo do guarany e que Antonio João é o nome que enche de orgulho as páginas da nossa história pelo feito inigualável daquele bravo militar; mas nos contestaremos, que a conservação do primeiro nome é também uma homenagem aos muitos bravos, que, arrostando toda a serie de dificuldades, aqui aportaram, ficando o primeiro marco, que assinalava a passagem do homem nestas longínquas paragens, entre eles bravos defensores da Pátria. A palavra Ponta Porã, desperta no passado dos fundadores deste prospero município a ideia que tiveram, quando depois de viagens enormíssimas, através intermináveis matas, regiões inóspitas, (qual Cabral ao avistar o monte Paschoal) tiveram a ideia de denominarem: Ponta Porã! com a significação de lugar bonito, belo,

formoso, como se depreende do vocábulo porã, do guarany, nossa língua primitiva, que tanto inspirou Carlos Gomes na opera que o immortalizou—“ O Guarany”. (JOP, nº 38, 14 nov. 1920, p. 1).

As mulheres de Ponta Porã apoiaram a Comissão encarregada de construir a estátua e remetem uma carta com 93 assinaturas de mulheres e de outras 35, alunos e alunas da Escola Manvailer. Cecy Mendes Gonçalves, esposa do tenente Heitor Mendes, constou como signatária. No texto, solicitava-se o auxílio para a construção da estátua e apoio para a iniciativa da Escola Militar do Realengo:

As abaixo assinadas, residentes neste Município, representando as suas famílias, desejando cultuar a gloriosa memoria do valoroso defensor desta longínqua fronteira, perpetuando seu gesto estoico e seu feito heroico, animadas do mais puro amor e ardente civismo, e empenhadas em ver essa cidade possuir em um monumento já projetado e promovido por uma comissão representativa de nossa população, os despojos sagrados do nosso inolvidável compatriota, vimos declarar o nosso coletivo e ardoroso apoio para conseguirmos a glorificação com uma estátua a Antonio João Ribeiro, nesta cidade da fronteira que heroicamente defendeu com seu estoicismo![...] À patriótica mocidade da Escola Militar hipotecamos o nosso mais sincero preito de reconhecimento e de admiração! Mato Grosso, Ponta Porã, 15 de Novembro de 1920 (JOP, nº 40, 28 nov. 1920, p. 2).

A mensagem é valorizada pela juventude militar carioca e publicada com o seguinte comentário: “Gestos destes, honram e nobilitam. Afirmam bem alto o patriotismo da mulher brasileira e documentariam – se precisasse ela de mais provas que as que têm dado belíssimas em todo o curso da História Nacional” (*O Jornal* - RJ, nº 572, 10 jan. 1921, p. 2).

Para prosseguir com a sessão do dia sete de novembro, interrompida pelas discussões, o Dr. Dantas Séve convidou “todos os admiradores do lendário e heroico mato-grossense” para comparecerem à Assembleia Geral, no quartel do Destacamento Federal, marcada para o dia 5 de dezembro “para tratar-se de outros assuntos concernentes ao serviço da Comissão, da mudança do nome da cidade” (JOP, nº 40, 28 nov. 1920, p. 3). Pelo lado oposto, a redação do jornal convidava “as pessoas que não desejarem assistir a transformação do nome tradicional, significativo e simpático de Ponta Porã” para a Assembleia Geral, às 14h00min no Quartel do Destacamento Federal. (JOP, nº 41, 05 dez. 1920, p. 1)

Pedro Angelo da Rosa foi mais um contrário à mudança, mas favorável à construção da estátua:

Quanto ao fato alegado, de que Ponta Porã é um nome emprestado, dando lugar a confusões na grafia, não acho também justificável, pois, esse nome é guarany, e sendo o guarany língua aborígene de todos os países da América, não se pode dizer que tal nome é emprestado; e ainda mais que o Brasil todo possui um avultadíssimo número de cidades com nomes guaranys, das quais, citarei apenas Niteroy, capital do Estado do Rio. E outros nomes de origem

européia, como Blumenau, Joinville e Nova Wertemberg? Quanto à diversidade de grafia citarei o nome de Niteroy, que é escrito em diversos jornais e léxicos, de 7 maneiras diferentes! E, no entanto, para esta cidade, foram citadas apenas 3, que, na prática se reduzem a uma única — Ponta Porã. E o nome de Brasil, que uns escrevem com z, outros com s? Finalmente, para prestarmos justa homenagem ao herói Antonio João, não devemos buscar em terreno duvidoso como esse que ora se pretende, mas, sim outro sólido, duradouro e que o tempo não apagará jamais, erija-se uma estatua ao mártir de Dourados e glorifique-se a sua memória, que, assim, teremos, sempre aberta, e pintada com vivas cores essa bela página da nossa história, que encerra um feito, dos mais gloriosos das histórias de todos os países. (JOP, nº 42, 12 dez. 1920, p. 1-2).

O assunto ficou ausente das páginas do jornal até 13 de fevereiro de 1921, quando informações sobre uma carta da comissão ponta-poranense remetida para a comissão formada no Rio de Janeiro para a construção do monumento aos heróis de Laguna e Dourados foram transcritas do *O Jornal*, do Rio de Janeiro. Assinada pelo tenente Heitor Mendes e o capitão médico Dantas Séve, a carta solicita o auxílio da comissão carioca, adicionando as seguintes informações, sobre a estátua existente na cidade vizinha, homenageando Pedro Juan Caballero:

havendo na cidade paraguaia uma estátua, perpetuando o grande vulto do estadista Pedro Juan Caballero, de autoria do mesmo escultor que confeccionou o já citado esboço em barro para a estátua do nosso glorioso Antonio Joao Ribeiro. Os recursos pecuniários já obtidos e por obter nesse Estado certamente não comportarão um monumento como o já projetado e digno de tão glorioso herói. O escultor a que nos referimos, cujas credenciais, por cópia vos enviamos, orçou o seu trabalho, fundindo-o em S. Paulo e colocando-o na linda praça que defronta o nosso quartel, nessa cidade, aproximadamente em sessenta contos de reis (60:000\$), havendo ainda a nossa comissão que custear a instalação do respectivo jardim em suas linhas gerais. Para esclarecimentos junto vos enviamos três fotografias do projeto aludido, uma fotografia da estátua, em mármore, do general P. J. Caballero, uma notícia sobre esse trabalho, publicada em uma das folhas da imprensa de Assunção, a descrição do referido projeto feita pelo autor, extraída por cópia, da ata de uma das sessões da assembleia geral, acompanhada de algumas considerações, e mais uma mensagem das famílias e uma da escola dessa cidade e diversos exemplares de propaganda no cinema e nos distritos desse município, além das publicações nas folhas da imprensa estadual. (JOP, nº 51, 13 fev. 1921, p.1-2).

O tenente Pedro Cordolino de Azevedo, presidente da Comissão do Rio de Janeiro, respondeu em carta datada de 03 de janeiro de 1921, com o seguinte parecer sobre o esboço da estátua de Ponta Porã: “O Monumento ora projetado e que pretendem erguer aí, está magnífico, pela expressão do eminente soldado, numa atitude de desafio e destemor. É de agradável aspecto, e encanta ainda mais pela sua simplicidade” (JOP, nº 56, 06 mar. 1921, p. 1).

A Comissão de Ponta Porã encaminhou para autoridades do Estado e às diversas associações patrióticas cartas solicitando auxílio para a construção do monumento. Dom Francisco de Aquino Corrêa, presidente do Estado de Mato Grosso, respondeu em 15 de dezembro de 1920, com promessa de encaminhar o pedido para a apreciação pela Assembleia e informava estar aguardando o projeto definitivo e mais informações sobre a estátua de Ponta Porã:

Aplaudindo vivamente a brilhante iniciativa, a que, em boa hora, emprestastes o prestígio da gloriosa farda do Exército Nacional, tão dignificada pelo feito heroico de Antonio João, terei grande satisfação em concorrer para a realização desse nobre ideal, para o que aguardo a remessa do respectivo projeto definitivo, com indicação do local e mais informações sobre o resultado da contribuição particular etc., a fim de solicitar oportunamente a Assembleia Legislativa o necessário apoio. (JOP, nº 61, 24 abr. 1921, p. 1).

A saída do tenente Heitor Mendes de Ponta Porã, para a prisão no Rio de Janeiro, a transferência do capitão Dantas Séve e os desdobramentos do *Conflito de Ponta Porã*, parecem ter enfraquecido os ânimos para a construção da estátua, situação agravada pela posterior desativação do Destacamento Federal de Ponta Porã e a remoção do seu efetivo para Bela Vista. O jornal alertava sobre o esquecimento dos propósitos da homenagem:

A ESTÁTUA DE ANTONIO JOÃO - Essa patriótica ideia não pode ir assim caindo no olvido. É preciso mais energia, no sentido de torná-la efetiva. Infelizmente agora, com a saída do Destacamento Federal e conseqüentemente o afastamento do tenente Heitor, Presidente da Comissão, parece que uma modorra geral há de se fazer em torno do assunto. É pois necessário que os demais membros da Comissão não se deixem ficar pelos fatos e tratem de incentivar a propaganda em torno da ideia. [...] deve a Comissão conjugar todos os esforços possíveis a ver se no centenário da nossa independência, podemos mostrar que também temos sentimentos patrióticos, inaugurando o monumento ao herói de Dourados. (JOP, nº 60, 17 abr. 1921, p. 2).

O debate provocado em Ponta Porã pela proposta da construção gerou a polêmica sobre a mudança do nome da cidade. Em Ponta Porã, além da simples edificação de uma estrutura de bronze, várias vertentes de identidades estavam em construção, todas entrelaçadas: a feminina, a militar, a cidadina, a estadual e a nacional.

A luta por uma identidade feminina é encontrada na mensagem de apoio às comissões construtoras dos monumentos, tanto para a de Ponta Porã, como para a do Rio de Janeiro. Em 1921, as mulheres ainda não eram eleitoras no Brasil, o que reservava um papel político subalterno para as mulheres. A despeito disso, cerca de 100 senhoras do município (incluindo nesse total as alunas da Escola Manvailer) se unem e manifestam o seu apoio para a causa

patriótica. E levam sua participação a outros níveis e locais, encaminhando uma carta para a Comissão Central no Rio de Janeiro.

A procura por uma identidade local é caracterizada na ideia da construção do monumento e na proposta de mudança do nome do município. O monumento homenageando Antônio João seria o contraponto ao de Pedro Juan Caballero, da cidade paraguaia conurbada, batizada com o mesmo nome do seu herói. O primeiro monumento da cidade, ainda sem igreja, sem praça que a referenciasse, mostraria um herói que, com seu nome, valorizaria o município. De imediato, a valorização seria frente à sua vizinha, onde o herói cidadão, nome da cidade, possuía a estátua em sua homenagem.

A busca de uma identidade estadual revela a existência dos sentimentos de pertencimento, de confraternização e ajuda mútua. O Estado de Mato Grosso comemorava o bicentenário da fundação de Cuiabá e se fez representar na Exposição do Centenário da Independência do Brasil, no Rio de Janeiro. Os municípios procuram o auxílio de autoridades estaduais para a construção da estátua do tenente Antônio João e citam o seu sacrifício na defesa do território, ocorrido na porção sul do Estado de Mato Grosso como motivo para inclusão no rol dos heróis nacionais.

A identidade nacional é despertada, do mesmo modo que a estadual, pelo sentimento de pertencimento e de identificação com personagens que ajudaram a construir um sentimento de nacionalidade. Mostrava que nos rincões afastados do Brasil, existiram pessoas que defenderam um território-nação, como o tenente Antônio João. Ali, na fronteira Brasil-Paraguai, comungavam dos mesmos sentimentos e cultuavam os mesmos valores cívicos. Estando unidos por valores e sentimentos, pertenciam ao mesmo país, e por ele deveriam ser reconhecidos como cidadãos.

Além da configuração de uma oposição entre as ideias do tenente Heitor Mendes Gonçalves e o Dr. Baptista de Azevedo, a proposta da construção da estátua e da mudança do nome do município de Ponta Porã demonstram uma articulação desse município, na fronteira mato-grossense com o Paraguai, com outros locais do Brasil, incluindo a capital federal e alcançando a capital paraguaia.

A contestação das ideias do Dr. João Baptista de Azevedo pelo tenente Heitor Mendes Gonçalves marca o surgimento entre os dois da disputa pelo poder de influenciarem a comunidade de Ponta Porã.

3.4.2 Ecos dos últimos acontecimentos: um golpe de estado em Ponta Porã

As tensões políticas acirraram-se em Ponta Porã, após as eleições de 1º e 2 de dezembro de 1920, com a derrota no município do PRC, antecipando a disputa no pleito federal previsto para março de 1921.

Houve acusações de ações violentas, acobertadas e, também, praticadas pela força policial, comandada pelo tenente Costa Ribeiro, em represálias aos cidadãos identificados como votantes no PRMG. A morte de Francisco Cabral, com requintes de crueldade, assim como a invasão e revista da residência de Evangelho Palieraquí, ocorreram nessas circunstâncias. O comandante da força policial é acusado de apoiar o PRC, do mesmo modo que algumas autoridades municipais (delegado, intendente e juiz de direito).

Grupos armados circulavam na região fronteira. Destacava-se o comando por Diego Stallard, absolvido em 13 de dezembro de 1920, após as eleições, em um júri com suspeitas de irregularidades, presidido pelo juiz Eurindo Neves, partidário do PRC.

O comandante do 10º RCI, informado pelo tenente Heitor Mendes Gonçalves das ocorrências em Ponta Porã, e das acusações ao comandante do destacamento policial, instaurou um inquérito militar, nos meados de janeiro de 1921, remetendo o tenente Luiz Simas Enéas como encarregado, e reforçou a tropa federal destacada em Ponta Porã.

Boatos alarmantes intensificaram a tensão, antes política e agora na alçada militar. Espalhou-se o temor do confronto entre as tropas federais e estaduais. Elas foram reforçadas por simpatizantes e apoiadores de suas causas. Circularam notícias de ataques aos dois quartéis, motivando a força policial a construir trincheiras para a defesa do seu quartel.

Esse era o ambiente de inquietação que antecedeu o *Conflito de Ponta Porã*, culminado em 30 de janeiro de 1921, desenvolvido nos próximos itens desse capítulo.

Em 17 de fevereiro de 1921, a notícia sobre os acontecimentos em Ponta Porã foi publicada no jornal *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, mostrando uma versão desfavorável às ações do tenente Heitor Mendes Gonçalves e atestando as ligações existentes entre a fronteira no SMT e a capital federal. Nela, constava que o Ministério da Guerra havia recebido notícias de Mato Grosso, mantidas em sigilo, e informavam que “O tenente Heitor Mendes Gonçalves, comandando 200 homens, atacou o destacamento policial de Ponta Porã, onde pôs em liberdade todos os presos da cadeia local, em seguida às mais trágicas depredações”. O redator acrescentava que o ministro Pandiá Calogeras fez abrir um “rigoroso

inquérito logo que soube da ocorrência, para punir aquele oficial”, e opinava que as medidas tomadas a respeito dos fatos devem ser de um grande rigor:

passou a época das incursões dos nossos soldados nos domínios ingratos e corrosivos da politicagem, de onde saíram sem deixar saudades, cumprindo salientar que ainda menos levaram do abandono transitório dos grandes deveres e da beleza profissional de sua carreira. Ver que, após tanto esforço no sentido de reformar e impulsionar o Exército através dos seus verdadeiros destinos, ainda parte do seio dele quem enverede pelo trilho condenado e comprometa a classe como instrumento de paixões facciosas, é assunto que obriga a uma repressão completa. Urge cortar o mal pela raiz. (*Correio da Manhã* - RJ, nº 8022, 17 fev. 1921, p. 2).

O periódico carioca vislumbrava e criticava a ação do tenente Heitor e seus companheiros como um envolvimento indevido em questões políticas, contrariando os esforços feitos para direcionar os militares exclusivamente aos afazeres da profissão.

Mesmo com uma linha editorial favorável às ações empreendidas pelo tenente Heitor Gonçalves, muitas vezes citado pelo proprietário como “nosso amigo”, o jornal *O Progresso* não omitiu as opiniões contrárias, e também as publicava. Nas conclusões das notícias apresentava a versão favorável ao militar do Exército. A versão da parte adversária recebia publicação no jornal *O Progresso*, como um atestado da isenção e estar seu editor “sem subordinação a partidos políticos”.

Os adversários do tenente Heitor Mendes Gonçalves conseguiram uma divulgação dos acontecimentos, publicada no jornal *O Município*, transmitida por telegrama expedido pelo correspondente do jornal em Bela Vista (Ponta Porã ainda não dispunha do serviço de telégrafo), para Aquidauana, sede do jornal. A transcrição n’*O Progresso* aconteceu no nº 55, de 13 de março de 1921, prosseguindo com a série “Echos dos últimos acontecimentos”. O telegrama informava sobre maus tratos a um prisioneiro, o pânico reinante na cidade, e afirmava que o tenente Heitor Mendes agira para beneficiar a Empresa Mate Laranjeira.

Sobre o prisioneiro, n’*O Município* constou que Diego Stallard, que se achava preso para responder a um júri, chegou a Bela Vista, conduzido amarrado por uma força do Exército e estava preso no quartel do Regimento.

O *Conflito de Ponta Porã* repercutiu no Paraguai. Em 22 de fevereiro, com o título ECHO DOS ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS, uma referência para os assuntos publicados sobre os fatos de 30 de janeiro de 1921, apareceu uma transcrição do *Boletim de Ideas*, distribuído em Concepcion, no Paraguai, cidade distante de Ponta Porã. O boletim está redigido em espanhol, e apresenta os acontecimentos em Ponta Porã, pelas informações transmitidas por emigrados

da cidade durante o conflito. De acordo com o Boletim publicado, a situação estabelecida em Ponta Porã era um golpe de Estado:

golpe de estado consumado por el Regimiento destacado en aquella localidad. Há quedado en vigencia el estado de sitio a la comarca[...] hechos políticos de marcada gravedad.. El Regimiento Federal destacado en Punta Porá se apoderó de a policia y demás instituciones públicas estadoales desterrando a los empleados civiles y proclamando una espécie de estado de sitio en aquella comarca. Numerosimos emigrados del Partido Celestinista han pasado al Paraguay incurso el Gefe de éstos. El famoso sugeto Diego Estalar, se encuentra preso em el Cuartel del Regimiento rigurasamente incomunicado. La situación es extremamente grave, esperándose de un momento a outro el estallido de un movimiento armado (apud JOP, nº 52, 22 fev. 1921, p. 2, grifo nosso).

Essa versão, proveniente do interior do país vizinho, considerou os acontecimentos como um “golpe de estado” e “estado de sítio”, pela suspensão dos serviços de polícia e demais instituições públicas estaduais, o aprisionamento do destacamento policial e um preso incomunicável.

Dois outros jornais paraguaios, publicados em Assunção, imprimiram notícias, comentadas pelo *O Progreso*. O *El Diario*, mereceu uma réplica, por trazer “informes muito deturpados que, talvez ali foram ter por intermédio de pessoas que se dedicam a armar intrigas internacionais” (JOP, nº 57, 29 mar. 1921). E *O Prometeu*, considerado um “pasquim vulgar que se edita em Assunção, de propriedade de um tal Cecilio Prugillo” é citado por ter publicado inverdades injuriosas e caluniosas, envolvendo a Empresa Mate Laranjeira, seus diretores, o jornal *O Progreso* e seu diretor, ao divulgar o *Conflito* (JOP, nº 119, 11 jun. 1922, p. 2).

A respeito do apoio do tenente Heitor à Empresa Mate Laranjeira, administrada por seu irmão, Raul Mendes Gonçalves³³, afirma a matéria jornalística que a empresa estaria sendo prejudicada pela força pública estadual, com o policiamento contra o contrabando de erva-mate por ela realizado. Como fato novo, haveria homens armados fornecidos pela empresa para apoiar a força federal e a condução do prisioneiro amarrado para Bela Vista. A versão de *O Município*, considerando a questão da concessão da exploração da erva-mate como o verdadeiro motivo dos acontecimentos, foi considerada falsa pelo *O Progreso* (JOP, nº 55, 13 mar. 1921, p. 2).

³³ Outro irmão, o Leonel Mendes trabalhava na Fazenda Santa Virgínia. Raul Mendes Gonçalves faleceu no Rio de Janeiro. O convite para a missa de 7º dia constou na edição do dia 12 de julho de 1922. O anúncio fúnebre relacionava como ausente o 1º tenente Heitor Mendes Gonçalves.

De acordo com *O Município*, a cidade estaria em pânico, com a situação promovida pelos “mantenedores [sic] da ordem”. Além da tropa federal para lá deslocada, existiriam 300 homens fornecidos pela Empresa Matte Laranjeira, armados e municados, reforçando o tenente Heitor. E o interesse da empresa era, além de ser o primeiro administrador da Companhia um irmão do tenente Heitor Gonçalves, os motivos da gênese dos fatos seriam o combate ao contrabando executado pelo tenente Costa Ribeiro, apoiado pelo governo do Estado, o que desagradou à Empresa Matte Laranjeira. O tenente Heitor Gonçalves determinara uma abertura indevida de inquérito, com o objetivo de convocar o delegado para prestar o depoimento e assim intimá-lo a mudar os procedimentos.

Na opinião do remetente do telegrama, publicado pelo *O Município*, os acontecimentos da Revolução do 11º RC seriam, então, uma revolta tramada para beneficiar a empresa, como mais uma manobra política para manter seus interesses, agora conduzida por um oficial do Exército. A conclusão relaciona os acontecimentos com a questão política da erva-mate:

E a Matte, para não cuspir a mão protetora do avelhantado parlamentar, faz-se porta-voz das suas caduquices. O que se passa em Ponta Porã é mais um exemplo triste de que o administrador da Ressaca, useiro e vezeiro em manobras políticas, pretende conflagrar o Estado. Desta vez não alicia bandidos para uma revolução, porque a Empresa Matte lhe empresta trezentos capangas paraguaios e o Decimo Regimento lhe entrega cento e tantos homens ao comando de tres paranoicos fardados: Heitor Mendes, Simas Enéas e Nogueira. (apud JOP, nº 55, 13 mar. 1921, p. 2).

Os presos, Dr. Eurindo Neves, juiz de direito e o Dr. Emygdio Sá, ex-promotor e tabelião em Ponta Porã, foram recolhidos para o 10º RC, em Bela Vista. O comandante do regimento estava ausente quando ocorreram os fatos, e o capitão Manoel Candido de Pinho o substituíu interinamente. O Dr. Eurindo Neves permaneceu em sala especial e recebeu toda a consideração por parte do tenente-coronel Hildebrando Segismundo de Bonoso, comandante do 10º RC, conforme informa o *Correio do Estado* - MT (CE, nº 24, 10 abr. 1921, p. 1). Soltos no dia 3 de abril à noite, saíram do quartel do 10º Regimento de Cavalaria onde estavam recolhidos por ordem do tenente José de Oliveira Monteiro.

O *Conflito de Ponta Porã* aconteceu no intervalo entre as eleições municipais e estaduais, realizadas nos dias 1º e 2 de dezembro de 1920, e as federais, previstas para 20 de fevereiro (deputado federal) e 14 de julho (presidente do Estado). Os senadores Azeredo e Pedro Celestino haviam noticiado a *Fusão*, e os dois partidos concorriam com uma chapa única.

O PRMG, ao permanecer aliado ao presidente do Estado, Dom Aquino, cumprindo o acordo que o elegeu, passou a ser considerado como o partido situacionista e dominante. Enquanto o PRC, ao romper o acordo, passou para a oposição, recebendo as represálias pelo fato ou simplesmente perdendo os benefícios concedidos pelo poder aos seus apoiadores. No jornal *Correio do Estado*, subtulado como órgão oficial do Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG), existe a versão do campo oposto ao do tenente Heitor Mendes Gonçalves. Estão publicados os telegramas transmitidos pela agência de Bela Vista desde o dia 30 de janeiro. Seus conteúdos assemelham-se aos publicados no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Além da presteza das comunicações telegráficas, proporcionando rapidez no conhecimento dos fatos, as publicações demonstram as interligações da rede de notícias, de maneira que fatos na fronteira do Brasil com o Paraguai tivessem propagação na capital da República.

Nas publicações do jornal *Correio do Estado* existe um direcionamento para apontar as causas da ação do tenente Heitor Mendes Gonçalves em Ponta Porã como políticas, e com a participação da Empresa Matte Laranjeira:

Bela Vista, 30. Ponta Porã em pé de guerra devido a atitude do tenente Heitor Mendes Gonçalves, apoiado pela Cia. Matte Laranjeira que pretende arrastar-nos ao sacrifício, procurando prender o delegado de polícia tenente Costa Ribeiro. Acho-me também gravemente ameaçado. São 10 horas da noite. Estou no quartel ao lado do tenente Ribeiro. O Diretório pede energicamente providências do governo no sentido de pôr um paradeiro a tamanho descalabro de tão ridículo oficial, cuja audácia e despudor torna-o indigno da farda que veste. Confirmo meu último telegrama a respeito de Ponta Porã, de 27 de janeiro. (*Correio do Estado* - MT, nº 17, 12 fev. 1921, p. 1).

O texto publicado, tendo sido elaborado às dez horas da noite no quartel da Força Policial de Ponta Porã, foi transportado por mensageiro para a agência telegráfica de Bela Vista, possivelmente chefiada por um membro ou indicado pelo partido situacionista, sendo então transmitido para Cuiabá. O redator, não identificado na publicação, possivelmente seria o Dr. Baptista de Azevedo. Outro telegrama, endereçado ao coronel João Celestino, solicitava providências ao governo para conter a audácia do comandante da força federal, “que continua intervindo abertamente em assuntos de exclusiva competência da polícia. Até inquérito de competência civil tem aberto o dito tenente.” (*Correio do Estado* - MT, nº 17, 12 fev. 1921, p. 1).

Pelo teor dos telegramas, é possível afirmar que o emissor conhecia as atribuições das forças federal e estadual. Elas possuíam competências distintas, e o comandante da força

federal estaria agindo em assuntos atribuídos para a força policial. Por isso a solicitação da intervenção do presidente do Estado. O apelo para a ação de Dom Aquino está em outro telegrama, agora proveniente de Nioaque, evidenciando a rede de intrigas políticas, ligando os municípios no SMT e com a cidade do Rio de Janeiro:

Nioaque, 2. O Intendente, o Presidente da Camara e o Coletor, todos os nossos amigos emigrados de Ponta Porã. O Juiz abandonou a Comarca, o comércio fechado, todas as famílias emigradas, estando quase deserta a cidade. Conforme telegramas anteriores de Bela Vista, a Mate está com cerca de quinhentos homens armados, chefiados por grandes bandidos ao lado do comandante da força federal. Esperam-se da parte do governo do Estado completas providências. Caso não sejam estas completas, o povo será forçado a pegar em armas a fim de defender sua honra e seus direitos vilmente postergados pela empresa Matte e pelo tenente Mendes Gonçalves. (*Correio do Estado* - MT, nº 17, 12 fev. 1921, p. 1).

Nesse telegrama, há um agravamento no conteúdo, com a previsão de um conflito armado envolvendo a população contra a força federal. Menciona a participação da Empresa Mate Laranjeira contra o povo, disposto a “defender sua honra e seus direitos vilmente postergados”. É uma referência à demarcação das terras para exploração da erva-mate pela empresa, da qual surgiriam as terras disponíveis para os posseiros. Os assuntos mencionados deixam evidenciar que a redação ou inspiração são de Baptista de Azevedo. E, mais uma vez, há o pedido de intervenção ao presidente do Estado, Dom Aquino Corrêa, que não permaneceu indiferente aos acontecimentos, solicitando providências das autoridades federais:

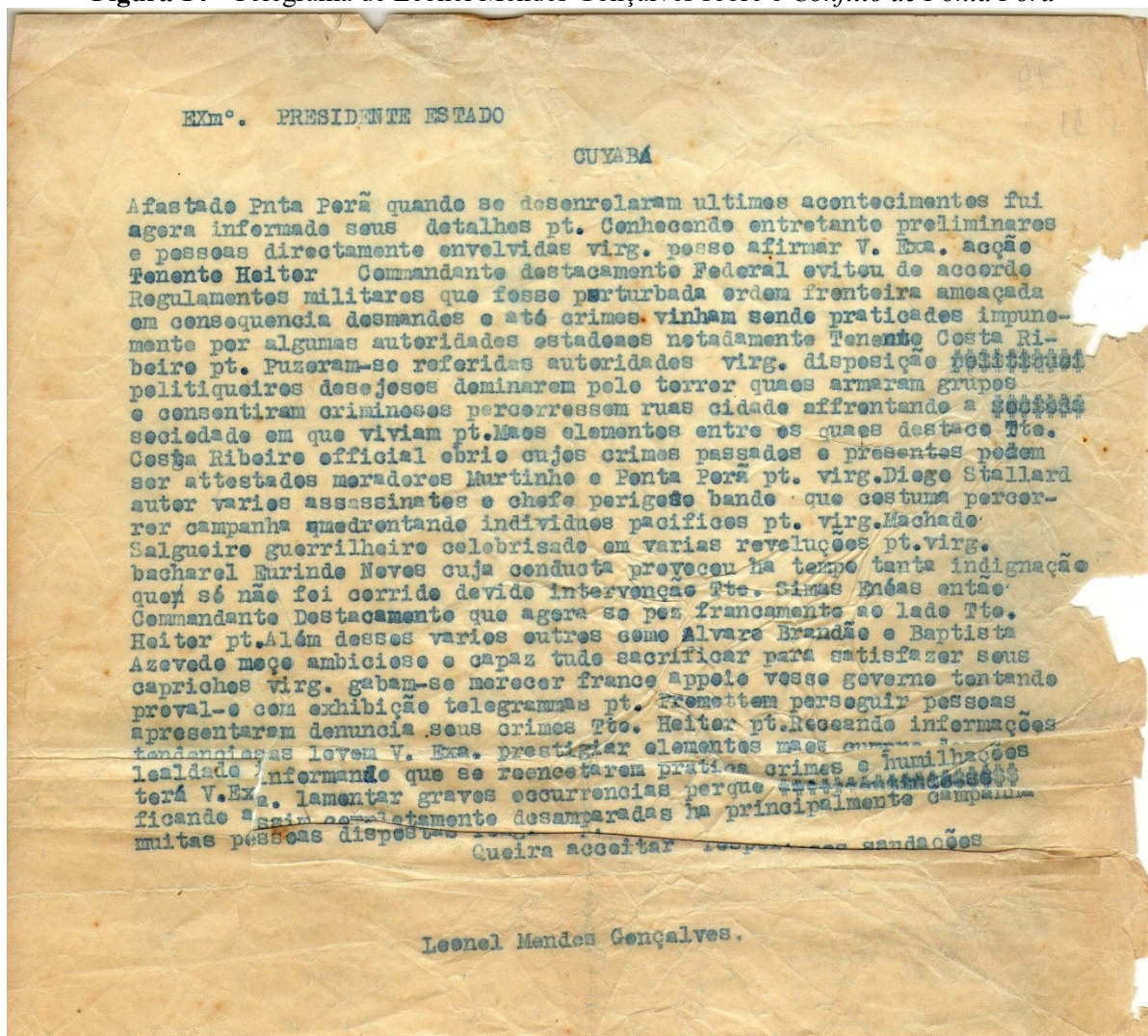
Ao ficar sabendo das ocorrências telegrafou urgentemente aos Exmos. Srs. Presidente da República e Ministro da Guerra e ao Sr. coronel comandante desta Circunscrição Militar, fazendo-lhes de tudo uma exposição minuciosa e solicitando ao mesmo tempo que providências as mais enérgicas fossem tomadas, não só a bem da tranquilidade, como, sobretudo, da dignidade do Estado. (*Correio do Estado* - MT, nº 17, 12 fev. 1921, p. 2).

A notícia prosseguiu com uma comunicação das providências determinadas pelo governo federal, por meio do ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, respondendo aos pedidos de Dom Aquino:

Já à última hora informamo-nos de que S. Exa. Revdma. tivera resposta do Sr. Ministro da Guerra, cientificando-lhe que ordenara a substituição do tenente Heitor Mendes, por outro oficial, a quem deverão ser dadas instruções para proceder à rigorosa sindicância a respeito das gravíssimas acusações que pesam sobre o seu colega de farda. (*Correio do Estado* - MT, nº 17, 12 fev. 1921, p. 3).

Leonel Mendes Gonçalves, irmão de Heitor Mendes Gonçalves, enviou telegrama ao presidente do Estado, Dom Aquino Corrêa, expondo a versão de ação legal, amparada em regulamentos militares, e contrária às pessoas que estariam infringindo a lei em suas funções e recebedores do apoio de Dom Aquino, conforme mostrado na Figura 14.

Figura 14 - Telegrama de Leonel Mendes Gonçalves sobre o *Conflito de Ponta Porã*



Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul – Coleção Empresa Matte Lorangeira

O tenente-coronel Hildebrando Segismundo de Bonoso, comandante do 10º RCI recebeu em 1º de abril de 1921, por telegrama do comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, a designação de pessoalmente conduzir um inquérito sobre a prisão do juiz de direito da Comarca de Ponta Porã (BolReg10, nº 87, 6 abr. 1921, p. 120). O tenente José de Oliveira Monteiro alegou que ignorava estar prendendo o juiz, pois ao chegar a Ponta Porã o mesmo nada lhe comunicara (*Correio do Estado*- MT, nº 24, 10 abr. 1921, p. 1).

Como resultado do inquérito instaurado pelo Comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso para apurar os fatos de Ponta Porã, o tenente Heitor Mendes Gonçalves foi

condenado a 30 dias de prisão e o tenente Luiz Simas Enéas foi repreendido severamente. Em 1920, comandava a Circunscrição Militar o tenente-coronel Affonso Pinho de Castilho, que anteriormente comandara o 10º RI, em Bela Vista. (*Republicano* - MT, nº 0294, 01 fev. 1920, p. 1).

As punições aos oficiais envolvidos no *Conflito de Ponta Porã* foram determinadas pelo presidente da República, conforme constou na publicação original, o Aviso nº 227, de 4 abr. 1921, transcrita no Boletim do Exército, constou:

O Sr. Ministro da Guerra declara que o **Sr. Presidente da República mandou prender** por 30 dias os 1^{os} tenentes Heitor Mendes Gonçalves e José de Oliveira Monteiro, ambos do 10º RCI, o primeiro por haver desrespeitado uma ordem de habeas corpus e o segundo por abuso de autoridade praticado com a prisão do juiz de direito de Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso. Outrossim, que a prisão dos mesmos oficiais deverá ser cumprida na Fortaleza de Santa Cruz, nesta Capital. (BOLETIM DO EXÉRCITO nº 375, de 10 abr. 1931, p. 302, grifo nosso).

O comandante do 10º Regimento de Cavalaria Independente recebeu a ordem para a prisão por telegrama, transmitido pelo comandante da Circunscrição Militar, e transcrito no boletim diário da organização militar:

PRISÃO E RECOLHIMENTO À FORTALEZA DE SANTA CRUZ- O Sr. Presidente da República determinou que sejam recolhidos, presos por 30 dias, à Fortaleza de Santa Cruz, os Srs. Tenentes Heitor Mendes Gonçalves e José de Oliveira Monteiro, o 1º por ter desrespeitado um habeas corpus do Juiz de Direito da Comarca de Ponta Porã e o 2º por abuso de autoridade prendendo o mesmo juiz. Estejam prontos (Telegrama do Cmte da Circunscrição de 4, recebido à 5). **Estejam prontos para seguir na primeira oportunidade.** (BolReg10, nº 87, 6 abr. 1921, p. 119, grifo nosso).

O telegrama e a publicação no 10º RCI antecederam a divulgação pelo Boletim do Exército. Esses fatos demonstram uma urgência na aplicação da prisão, assim como a explicação, pelo ministro da Guerra, da imposição das punições pelo presidente da República. A publicação das punições, pelo boletim do 10º RCI do dia 06 de abril, ocorreu cinco dias após a publicação do recebimento da ordem para o comandante realizar o inquérito sobre a prisão ordenada pelo tenente, espaço de tempo muito curto para as providências necessárias a um inquérito.

O tenente Luiz Simas Enéas recebeu a pena mais branda, uma severa repreensão, por uma possível alegação em sua defesa de ter agido em cumprimento de ordens recebidas de superiores hierárquicos. O jornal cita como motivo de sua punição “ter passado telegrama censurando autoridades”. Uma reportagem posterior aos acontecimentos esclarece que a punição ao tenente Simas Enéas fora aplicado pelo Presidente “*Enérgico*”, por ter ele

“cumprido um dever de lealdade, telegrafara ao presidente acusando-se como passível da mesma pena, foi repreendido por ter usado expressões *inconvenientes* referindo-se a autoridades civis...” (*Correio da Manhã* - RJ, nº 9088, 26 jan. 1924, p. 3).

As prisões também foram divulgadas pela imprensa carioca (*Correio da Manhã* - RJ, nº 8070, 6 abr. 1921, p. 7). O primeiro-tenente Luiz Simas Éneas foi nomeado para conduzir os presos ao Rio de Janeiro, para o cumprimento da pena da prisão na Fortaleza de Santa Cruz. (BolReg10, nº 87, 6 abr. 1921, p. 119), e partiram de Bela Vista, no dia 12 de abril de 1921, a fim de cumprirem a pena. (BolReg10, nº 92, 11 abr. 1921, p. 127).

Ainda há outras notícias no jornal *Correio do Estado* sobre a prisão do tenente Heitor Mendes Gonçalves. Em 26 de março, teria chegado a Bela Vista, sob a escolta dos tenentes Jansen e Patrocínio, “preso à ordem do ministro da guerra, segundo o boletim publicado no 10º regimento” Na mesma edição é divulgado que “o Coronel Bonoso, comandante do 10º Regimento, ao recolher-se ontem [25 mar.] do quartel, foi alvejado com 6 tiros de revolver, agressão essa de que se não percebe a origem, visto ser o mesmo oficial geralmente estimado” (*Correio do Estado* - MT, nº 23, 3 abr. 1921, p. 2).

Magalhães (2014) menciona o cumprimento pelo tenente Heitor Mendes de uma punição administrativa, “condenação imposta pelos seus superiores hierárquicos após comandar uma repressão a violências perpetradas por grupos de policiais civis contra o quartel de Ponta Porã”, explicando em nota a conduta de Heitor Mendes:

Prendeu o tenente da guarda civil do município, Manoel da Costa Ribeiro, que havia matado por motivos fúteis a Francisco Cabral, homem simples do povo, apenas porque não votara no Partido Conservador, que o ten. Costa Ribeiro apoiara. O delegado Álvaro Brandão, também do partido Conservador, não tomou providências. Em seguida, Costa Ribeiro, buscando anular o resultado das eleições por meio de terrorismo puro e simples, tentou invadir o quartel comandado por Heitor. Foi a gota d’água para série de desmandos que Costa Ribeiro vinha praticando. Apesar de estarem em número bem maior, os adversários de Heitor se atemorizaram e a maioria refugiou-se no Paraguai. O então advogado e promotor João Baptista de Azevedo, igualmente do Partido Conservador³⁴, e derrotado naquelas eleições de 1920, começou ali a denegrir, maldosa e metodicamente, a imagem de Heitor Mendes Gonçalves. Fez tanto barulho que Heitor foi afastado, sofrendo a punição militar. (MAGALHÃES, 2014, p. 152).

A versão de Magalhães (2014) repete os argumentos outrora publicados pelo *O Progresso*, e parece estar destinada a minimizar o conflito ocorrido. Existem, no entanto, coincidências com o divulgado pela parte oposta, assim como divergências. Os fatos

³⁴ Verifica-se um engano por parte de Luiz Alfredo Marques de Magalhães, trocando os nomes dos partidos. O advogado João Baptista de Azevedo, conforme demonstram as reportagens dos jornais pesquisados, pertencia ao PRMG, adversário do PRC. O tenente Costa Ribeiro, apontado como apoiador do PRC, era favorável ao PRMG.

coincidentes são a participação dos correligionários do PRMG (citado erroneamente como PRC no texto da transcrição) no lado adversário ao de Heitor Mendes Gonçalves, a fuga e o refúgio de pessoas atemorizadas para o Paraguai e a morte de Francisco Cabral. Introduz a figura do advogado e promotor João Baptista de Azevedo como personagem, por ser o adversário de Heitor Mendes Gonçalves. A animosidade causaria um desdobramento analisado nos próximos itens deste trabalho.

Como fatos divergentes, possivelmente destinados à minimização do conflito, Magalhães (2014) aponta o tenente como pertencente à guarda civil municipal, quando integrava a Força Pública estadual. As notícias da época registram a circulação do boato sobre o ataque do tenente Costa Ribeiro ao quartel, o que não foi feito. A punição de Heitor Mendes Gonçalves, citada como causada pelo “barulho” feito pelo advogado Baptista de Azevedo, decorreu do apurado em inquérito policial militar, conduzido por uma autoridade deslocada de Corumbá, onde se concluiu que o militar havia desrespeitado um *habeas corpus*.

Nas justificativas para o *Conflito de Ponta Porã*, estão mencionados o assassinato de pessoas, por membros de força policial estadual. Os policiais, comandados pelo tenente Costa Ribeiro, estariam promovendo perseguições a adversários políticos, a apropriação de bens de terceiros, com ostensividade das ações, levados por motivação política e não existindo preocupação em ocultar tais ações. Nos antecedentes do conflito houve a divulgação de uma ação policial:

Um homem de guerra

A polícia sonhou que o Sr. Evangelo Palieraqui ia fazer uma “bruta” guerra para o que tinha recebido grande quantidade de armamento em aeroplanos, e como missão policial e repressiva, mandou, domingo ultimo, uma escolta apreender tudo. Chegada a escolta o Sr. Palieraqui franqueou-lhe todas as dependências de sua casa. Não foi encontrado armamento algum. Talvez seja equivoco entre armas e almas, pois o Sr. Evangelo tem 4 almas: ele, sua esposa e 2 filhinhos pequenos. Sobre o assumpto a vitima publica na “Secção paga” um artigo de sua lavra.

Ao Público

No dia 16 do corrente mês foi violada a minha casa por uma força de polícia sob o comando de um sargento e duas testemunhas nomeadas pela mesma forca, com um mandado do Delegado de Policia, tenente Ribeiro, me intimando a fim de ser eu forçado a deixar a mesma força revistar em todos os cantos do meu domicilio, a fim, disseram-me, de serem apreendidas armas de guerra e munição. Imediatamente foi revistada a minha casa até os dormitórios da minha família sem que nada encontrassem, porque são objetos que nunca pensei em ter, nem motivos para dele carecer, e nunca tive quartel; sempre tive, como tenho e posso provar, officio de alfaiate; sou homem trabalhador e cumpridor de meus deveres como poderei provar com as autoridades de Campo Grande, onde residi seis anos e nunca fui incomodado pelas autoridades d’ali, como infelizmente vem acontecendo aqui, com 4 meses de residência. Sou perseguido continuamente e chamado

a Delegacia por parte de pessoas que não merecem fé. Essa perseguição é puramente de origem política. Solicito ao Sr. Tenente Ribeiro que cesse esse procedimento. De hoje em diante não sou Urucubaca, serei Conservador. (JOP, nº 48, 23 jan. 1921, p. 3).

Como resultado do *Conflito de Ponta Porã*, ocorreram modificações nos comandos das forças federais e policiais. O tenente Heitor Gonçalves transmitiu o comando do Esquadrão e, após cumprir a pena no Rio de Janeiro, foi transferido para o 1º Regimento de Cavalaria Divisionário (1º RCD), no Rio de Janeiro. O tenente Simas Enéas seguiu para o Paraná (JOP, nº 52, 22 fev. 1921, p. 2). O destacamento da Força Pública recebeu novo comandante (Tenente Adriano Costa Moraes) e o município de Ponta Porã novo delegado (Coronel Marinho Fernandes Tico), nomeados pelo Comando Geral da Força Pública e pelo presidente do Estado de Mato Grosso, respectivamente. (JOP, nº 60, 17 abr. 1921, p. 2).

O 2º tenente Américo Gonçalves Ferreira assumiu o comando do Destacamento Federal de Ponta Porã, substituindo o tenente Heitor, afastado para responder ao inquérito em Corumbá, então sede da Circunscrição Militar. Ordenada pelo ministro da Guerra a extinção do Destacamento, o tenente Américo retornou para o quartel em Bela Vista. No Destacamento deveriam permanecer apenas praças necessárias à guarda e manutenção do quartel. Em seguida, essa ordem foi revogada. Após o cumprimento da prisão, o tenente Américo Gonçalves Ferreira retornou para o 10º RCI. Atestando que a sua participação no *Conflito de Ponta Porã* não afetou a sua carreira militar, ele viria a comandar, no posto de major, o 10º RCI, no período de 24 de maio de 1937 a 29 de janeiro de 1940.

3.4.3 Ecos dos últimos acontecimentos: o dever legal de manutenção da ordem interna

A atuação do tenente Heitor Mendes Gonçalves como comandante do Destacamento Federal em Ponta Porã é acompanhada e elogiada pela imprensa local. A sua chegada, em 19 de setembro, com a assunção do comando do esquadrão e contatos com as autoridades são mencionadas em notícias citadas anteriormente neste trabalho (comemorações do dia da Bandeira, proposta para construção da estátua de Antonio João). Verifica-se que a imprensa ponta-poranense procurou construir, para o tenente Heitor Mendes, uma imagem de oficial cumpridor de suas obrigações militares e de, apesar de ter chegado há poucos meses à cidade, ter procurado auxiliar a força policial e buscado a harmonia com as autoridades policiais e judiciárias. (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 1).

Com a aproximação das eleições estaduais e municipais, realizadas em 1º e 2 de dezembro de 1920, existe a notícia da formação de grupos armados no interior do município pelo PRMG, “partido que dispõe dos cargos policiais e de todos os outros de nomeação do governo estadual”, por “mote próprio” ou por “instruções dos chefes do centro”. Os grupos ameaçavam as pessoas e diziam que iriam invadir a cidade no dia das eleições. O chefe do grupo seria o civil Diego Stallard, pronunciado por crime de mortes e autor de outros crimes. (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 1).

Percebe-se que ocorreu uma progressividade nas tensões entre o tenente Heitor Mendes e as autoridades locais, centralizadas nas eleições de dezembro de 1920. O jornal *O Progresso* apresentou uma reportagem com três páginas com os fatos acontecidos, intitulada “Os crimes da polícia encampados pelos chefes da situação dominante local e a conivência das autoridades civis, levam o comandante do destacamento federal a adotar medidas extremas” (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p.1).

Com o agravamento das tensões pré-eleitorais, transmitidas para a capital do Estado em diferentes versões, de acordo com a filiação partidária dos emitentes, a força pública estadual enviou para a cidade um reforço policial, comandada pelo tenente Costa Ribeiro. Segundo *O Progresso*, o tenente Costa Ribeiro passou a invadir casas, mesmo à noite, sob o pretexto de procurar armas de guerra. Assim, amedrontadas, várias pessoas fugiram e procuraram o comandante do destacamento federal da fronteira (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 1).

Nas vésperas das eleições estaduais e municipais, marcadas para 1º e 2 de dezembro, tenente Heitor Mendes Gonçalves fez publicar um comunicado, como comandante do Destacamento Federal, informando a proibição, de acordo com o art. 379 do Regulamento para Instrução e Serviços Gerais nos Corpos de Tropa do Exército (RISG), da publicação de quaisquer boletins, salvo no caso de serem antes dados a conhecimento prévio do comandante. Os motivos alegados são uma ameaça à ordem na fronteira, pelo tenente Costa Ribeiro, comandante do Destacamento da Força Pública Estadual, por alguns elementos de um partido político e, ainda ser costume local a publicação em tais ocasiões de boletins que, usando linguagem inconveniente, mais concorrem para exaltar os ânimos do que para apaziguarem (JOP, 30 jan. 1921, nº 49, p. 2).

O RISG, mencionado no comunicado divulgado pelo jornal, foi aprovado pelo Decreto nº 14.085, de 03 de março de 1920³⁵, assinado pelo presidente Epiácio Pessoa e o ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras. No Art. 1º está a competência do Exército para a manutenção

³⁵ Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14085-3-marco-1920-526111-publicacaooriginal-1-pe.html> >

das leis no interior do país: “Art. 1º O Exército é destinado à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior.” No Art. 379 do RISG/1920, constam as competências dos comandantes de um Destacamento de Fronteira. Das vinte e quatro atribuições previstas no regulamento, são transcritas a seguir aquelas relacionadas com os atos praticados pelo tenente Heitor Gonçalves, e que poderiam ser apontadas como amparo legal:

1. Fazer observar a inviolabilidade do território nacional contra qualquer invasão armada, impondo, com prévia intimação, a retirada ou o desarmamento de grupos invasores.
2. Evitar qualquer conflito e só empregar a força no caso em que as intimações não sejam obedecidas.
3. Remeter, diretamente, à autoridade superior, todos os indivíduos que detiver; não devendo, nos movimentos que fizer com as forças, ultrapassar a fronteira dos Estados vizinhos.
4. Prevenir e impedir por meio de intimações, e não sendo estas suficientes, por meio da força, as reuniões de partidos armados nas fronteiras, que tenham por fim invadir o território dos Estados limítrofes. No caso do emprego de força, desarmar e dispensar tais partidos e remeter seus chefes à autoridade militar superior da região. [...]
6. Informar com urgência à autoridade militar superior quando tiver notícia de qualquer movimento militar tanto na fronteira como no território dos Estados próximos.
7. Empregar todos os meios para manter a tranquilidade e ordem no território que ocupar, prendendo os criminosos e desertores e dando parte à autoridade superior quando lhe constar que alguns deles tenham atravessado a fronteira. [...]
11. Fazer observar as leis na parte em que se referem à proibição de andar armado na vizinhança da fronteira, sendo o infrator preso e remetido à autoridade superior, com exceção dos oficiais do Exército e da Armada e pessoas que estejam em serviço público ou tenham permissão da autoridade policial. [...]
13. Informar, mensalmente, à autoridade superior de todas as ocorrências que se derem no território sob sua jurisdição e enviar, com urgência, parte de qualquer ocorrência imprevista que mereça atenção.
14. Prestar auxílio na apreensão dos contrabandos que se procurar fazer passar pelos territórios de sua jurisdição, tanto para o Brasil como os Estados vizinhos, prestando imediatamente informações à autoridade superior. [...]
16. Tomar todas as providências que as circunstâncias aconselharem para debelar e remover os embaraços de ocasião, enquanto não lhe chegarem as ordens superiores que elas exigirem.
17. Estabelecer vigias ou patrulhas colocadas nos lugares em que possam perceber qualquer veículo, tropa, cargueiro ou pessoa que queira passar sem se apresentar às guardas. [...]
21. Reprimir e castigar os contraventores, de acordo com o regulamento disciplinar, como comandante de força isolada.[...]
23. Proibir dentro dos limites de sua zona de vigilância, a entrada e saída de mercadorias e pessoas por pontos que não sejam de trânsito habitual. (DECRETO nº 14.085, de 3 mar. 1920).

Constata-se não existir uma especificação clara dos procedimentos para a época de eleições, e o comunicado do tenente Heitor Mendes Gonçalves pode ser considerado como

uma medida preventiva, a fim de evitar conflitos, prevenir reuniões de grupos armados na fronteira e manter a ordem e tranquilidade no território ocupado pelo destacamento. No comunicado citado como mandado publicar pelo oficial, verifica-se um alinhamento partidário, ao indicar que os possíveis contraventores estariam reunidos em um determinado partido político (PRMG). Pelo título com o qual *O Progresso* insere o comunicado do comandante do destacamento federal, “A ORDEM PÚBLICA AMEAÇADA”, procura-se induzir que a ameaça provém dos seus adversários políticos (JOP, nº 49, 30 jan. 1921, p. 2). Nessa edição, confirmando as ligações do jornal com os interesses da Empresa Mate Laranjeira, o editorial reclama de impostos estabelecidos pelo executivo municipal, incidindo sobre a venda da erva-mate, considerados ilegais.

O tenente Heitor Mendes Gonçalves convocou os “políticos dominantes” (do PRMG³⁶) para uma reunião no seu quartel. Na reunião, “uns afirmavam que tudo era alarme, etc, que a paz era completa”, outro “mais empertigado [...] entendeu de deitar discurso e arrogar-se prerrogativas e, que de outras bobagens, no que foi energeticamente repellido pelo Tenente Heitor”. (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 1).

Como a reunião não obteve o resultado desejado, segundo *O Progresso*, no dia seguinte, agindo de acordo com as atribuições conferidas pelo RISG, possivelmente o item 17 do artigo 379, para um Comandante de Destacamento de Fronteira, o tenente Heitor Mendes Gonçalves mandou guarnecer por patrulhas armadas a cidade e estradas. Com as medidas, os *políticos dominantes*, recebedores do apoio do governo estadual, se exaltaram, promoveram reuniões e divulgaram boatos sobre a força armada de que dispunham para enfrentar a tropa federal (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 1).

As forças policiais e federais estavam, portanto, patrulhando a cidade e imediações, devidamente armadas, na iminência de um conflito. Então, segundo o resumo dos acontecimentos publicado no *O Progresso*, um mediador pertencente ao partido da situação (PRMG) promoveu entendimentos entre os comandantes das forças policial e federal, e ficou decidido que ambos recolheriam as forças aos quartéis, e o grupo civil do Diego Stallard seria dissolvido. Em consequência de outros fatos, o editor comentou que “um outro chefe [político]” teria aconselhado a Diego para deixar ser preso com mais seus companheiros de grupo, garantindo a sua absolvição no tribunal de júri, a ser realizado em 13 de dezembro, após as eleições (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 1).

³⁶ O PRC havia se tornado oposição ao governo de Dom Aquino Corrêa.

Ao mencionar a garantia da absolvição no tribunal de júri de um possível criminoso, o editor sugere uma parcialidade do juiz Eurindo Neves, que conduziria o julgamento de acordo com o seu alinhamento partidário, favorável ao PRMG.

As eleições ocorreram em ordem nos dias 1º e 2 de dezembro³⁷. Não houve militares nas ruas. Alguns poucos deixavam mostrar o revólver sob o paletó. O grupo do PRC, opositor ao governo, resignou-se e aceitou a situação estabelecida. O partido do governo venceu as eleições e a posse também transcorreu em paz, com a ausência dos derrotados (JOP, 6 fev. 1921, nº 50, p. 1). Contesta-se, aqui, informações de Magalhães (2014, p. 152), sobre as eleições de 1921 e a derrota do partido de Baptista de Azevedo. Na verdade, o PRC perdeu as eleições, porém Baptista de Azevedo pertencia ao PRMG, partido vitorioso e aliado ao presidente Dom Aquino. E, Francisco Cabral, votara no PRC, assunto desenvolvido a seguir.

Conforme previsto pelo jornal, quando ocorreu o julgamento de um participante do grupo de Diego Stallard, ele foi absolvido por unanimidade. Rangel Torres, o promotor interino apelou, e integrantes do grupo tentaram-no agredir, apoiados pela polícia. O promotor interino, partidário do PRC, era o diretor-proprietário do *O Progresso*, e o próprio editor da reportagem. O diretor afirma que foi ameaçado de morte pelo grupo, vendo-se obrigado a não sair mais durante a noite (JOP, 6 fev. 1921, nº 50, p. 1).

Como consequência das eleições, dois guardas aduaneiros da Coletoria Estadual, cujo chefe era do diretório do PRMG, aplicaram uma sanção em Alferino e Francisco Cabral, condutores de uma carga de erva-mate para ser negociada com Alvaro José Brandão. O motivo teria sido a “traição” de Francisco Cabral, pois fora alistado eleitoralmente por um membro do Diretório do partido situacionista (PRMG), quando recebeu as orientações para a votação. No entanto, recusara-se a receber uma chapa [cédula] desse partido, oferecida por outro membro do mesmo Diretório, alegando ser partidário do adversário. No dia da eleição, confirmado o seu voto nos adversários da situação, foi interpelado pela pessoa que quis lhe entregar a chapa sua adversária, e lhe afirmou ameaçando que “tinha duas nas costas”. Francisco Cabral, como exemplo preventivo aos possíveis futuros traidores, recebeu como advertência os castigos da *lei do saneamento*. Alferino, o dono da erva-mate, ficou gravemente ferido e Cabral escapou dos tiros disparados, conforme dizem os guardas “a quase

³⁷ Na esfera municipal, disputavam-se os cargos de Intendente, 1º e 2º vice-intendentes, vereadores (7 vagas) e suplentes; juiz de paz (3 vagas na sede e por distrito) e suplentes, um total de 35 cargos. As candidaturas vitoriosas do PRMG foram: Asturio Monteiro de Lima para Intendente, João da Silva Brandão para 1º vice-intendente e Alziro Machado para 2º vice-intendente, derrotando os partidários do PRC, conforme mostrado no Capítulo 1. Exercia o cargo de Intendente Municipal o 1º vice-intendente, João da Silva Brandão, com o pedido de afastamento de Asturio Monteiro de Lima.

uma légua distante da linha internacional”, o que indicaria um contrabando. A carreta, com os bois e a carga de erva-mate, vieram apreendidos para a polícia. Não houve abertura do inquérito, e o material apreendido foi vendido sem formalidade alguma. Jacintho Cunha adquiriu a erva-mate apreendida. (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 2).

Prosseguindo com a descrição da aplicação da *lei do saneamento* em um eleitor que contrariava a ordem partidária, o jornal narra que um guarda aduaneiro veio até a cidade e voltou para o Rincão de Júlio (localidade situada na fronteira, nas imediações de Ponta Porã, cerca de 20 quilômetros a sudoeste) onde residia Cabral, acompanhado do tenente Costa Ribeiro, agora como Delegado de Polícia e mais duas praças do destacamento policial. Ali, invadiram a residência, feriram a esposa e assassinaram Francisco Cabral, deitado na cama em seu quarto, arrastando o cadáver para a sala, por uma corda atada ao pescoço. Ainda teriam avisado um vizinho próximo para providenciar o enterro. Então retornaram para a cidade (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 2).

Segundo a narrativa do jornal, depois de ser procurado e informado por moradores do Rincão de Júlio, o tenente Heitor foi para o local do delito, acompanhado do médico Dr. Dantas Séve, comprovando o fato narrado e testemunhando o desespero tomado pela esposa e filhos menores do falecido. Lá, determinou o procedimento do corpo de delito e o enterro (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 2).

Em seguida, o tenente Heitor retornou ao quartel, e dali se dirigiu ao regimento em Bela Vista, para buscar orientações do seu comandante. Na conversação, pediu a designação de um oficial de confiança do comandante para verificar a situação e orientar as providências adequadas (*Correio da Manhã* - RJ, nº 8059, de 26 mar. 1921, p. 3). Regressou com a instauração de um “inquérito militar visto que o tenente Costa Ribeiro, na qualidade de oficial de uma polícia que sendo arregimentada e auxiliar do exército, está sujeito às disciplinas deste” (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 2).

O comparecimento do tenente Heitor Mendes ao quartel do regimento em Bela Vista está publicado no Boletim Regional nº 7, de 8 de janeiro de 1921, com o retorno em 14 de janeiro, acompanhado do tenente Luíz Simas Enéas, nomeado para proceder a um Inquérito Policial Militar em Ponta Porã (BolReg10, nº 12, 14 jan. 1921).

O tenente Luiz Simas Enéas, como encarregado do inquérito, após ouvir as testemunhas da vizinhança do quartel, o comandante do Destacamento Federal, tenente Heitor, oficiou ao tenente Costa Ribeiro para que se apresentasse ao quartel da tropa federal para depor. Na entrega da convocação, o tenente Costa Ribeiro teria respondido que “só iria à

bala”. E daí começou a procurar pessoas para “engrossar suas fileiras” para resistir à prisão (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 2).

Surgindo um impasse, com o tenente Costa Ribeiro se recusando a comparecer ao quartel da força federal para ser inquirido. Pelas informações do jornal, é possível julgar que o policial conseguira aliados na população, pois consta que o tenente Heitor, ao perceber ser seu efetivo insuficiente para o confronto, informou ao comando em Bela Vista e solicitou reforços. Recebeu, quatro dias depois, 35 praças do 10º Regimento de Cavalaria, trazidos pelo tenente Simas Enéas que estivera em Bela Vista e lá recebera instruções do comandante Pinho. (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 2, e JOP, nº 55, 13 mar. 1921, p. 2).

No intervalo, antes da chegada dos reforços militares, a polícia teria invadido a residência do Sr. Palieraqui, fato por ele narrado na “Secção Paga” do JOP em 23 de janeiro de 1921.

Com a chegada dos reforços ao destacamento federal, o tenente Costa Ribeiro teria reunido seus apoiadores e encarregado o Diego de ir à procura de mais. Orientou, ainda, aos chefes políticos aliados que reunissem seu pessoal nas imediações da cidade. Calculou-se em torno de cem pessoas pernoitando na polícia, obedecendo à orientação dos chefes situacionistas. E chegaram rumores da vinda de mais gente do distrito de Dourados. Estabeleceu-se, portanto, um clima de tensão na cidade, com a ameaça de conflito armado entre os dois grupos. Conforme a narrativa do jornal, provocações ocorriam por parte dos partidários do tenente Costa Ribeiro, com o envio de recados indiretos e afrontosos ao tenente Heitor.

O tenente Heitor informou por ofício, em 29 de janeiro, ao Intendente municipal que pretendia usar a força e oferecendo todas as garantias para o funcionamento da repartição. Mandou guarnecer a Coletoria Estadual por uma patrulha. As garantias para o funcionamento da coletoria também foram fornecidas pelo tenente Heitor.

Por meio de três soldados desertores do quartel da polícia, reservistas do Exército, o tenente Heitor ouviu “todos os planos de Ribeiro e dos demais que com ele eram solidários e indicaram nome por nome de todas as pessoas da cidade que à noite iam se entrincheirar no quartel da polícia e na ponte da rua Costa Marques, supondo que iam ser atacados à noite”. De posse dos nomes das pessoas, o tenente Heitor mandou notificá-las, no dia 29 de janeiro, para “se apresentarem ao quartel dentro de 24 horas, sob a pena de agir pelas armas”. (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 2). Em outra versão dos acontecimentos, o tenente Heitor Mendes Gonçalves determinou a prisão (comparecimento à prisão) do presidente da Câmara (Antonio Machado

Salgueiro), do chefe do diretório do PRMG (Dr. João Baptista de Azevedo), e do Coletor Estadual (coronel Álvaro Brandão), tendo os intimados se refugiado no Paraguai, durante a noite (JOP, nº 55, 13 mar. 1921, p. 2).

O comandante da guarnição militar paraguaia procurara o tenente Heitor Gonçalves, na tarde do dia 29 de janeiro de 1921, para convencê-lo a mudar seu “modo de ação para que não se complicasse a situação” a pedido daqueles que estavam no Paraguai, pois “eles reagiriam”. O pedido foi negado pelo tenente Heitor Gonçalves.

Constata-se, pela narrativa, a movimentação de grupos armados, dos dois lados em conflito. Na noite de 29 para 30 de janeiro, muitas pessoas que se julgavam ameaçadas pela polícia e chefes políticos, procuraram o tenente Heitor para pedir garantias e ofereceram seus serviços. Foram alojados em uma dependência do quartel, separados da tropa. Na noite de 30 de janeiro, nas proximidades da cidade, uma escolta do exército repeliu gente reunida por dois membros do grupo de Diego.

O juiz de direito, Eurindo Neves, aliado do tenente Costa Ribeiro, concedeu *habeas corpus* aos implicados, recebido poucas horas antes do início do deslocamento das forças federais, mas o tenente Heitor Gonçalves não acatou a decisão judicial, alegando ser ela proveniente da justiça civil, que não teria jurisdição em processos militares, como o que estava em andamento, pois os crimes militares possuem “foro especial e justiça à parte”.

A narrativa jornalística, em duas e meia páginas, prosseguiu com a descrição das “medidas extremas” adotadas pelo tenente Heitor Gonçalves, com a movimentação da sua tropa e o aprisionamento do destacamento policial.

Em 30 de janeiro de 1921, o tenente Heitor Mendes Gonçalves ordenou a prisão do comandante do destacamento da Força Pública Estadual, tenente Manoel da Costa Ribeiro, e de todo o destacamento policial. A prisão foi executada pelo tenente Simas Eneas, do destacamento federal. Com a insegurança pública causada pelas ordens de prisão, diversas autoridades municipais evadiram-se para a conurbada Pedro Juan Caballero, da qual é separada apenas por uma rua.

Na manhã de 30 de janeiro, o tenente Heitor Gonçalves reuniu, de acordo com a narrativa do jornal *O Progresso*, os civis que haviam pernoitado no destacamento federal, buscando a garantia de vida e, após a confirmação do voluntariado, receberam armas, munição e o aviso que sairiam às dez horas da manhã para “atacar a polícia e paisanos que se achavam no quartel da mesma polícia”.

No deslocamento para o ataque, a força federal com 80 homens seguiu em duas colunas. Uma comandada pelo tenente Heitor e a outra pelo tenente Simas Enéas. Uma patrulha militar, reforçada por civis, guarneceu o quartel, como prevenção a um ataque de um suposto grupo, posicionado na margem do riacho São João, nas imediações da cidade. A força cercou o quartel da polícia em duas alas de cavalaria, dispostas nas ruas adjacentes. Encontraram no quartel apenas os policiais. Em seguida, foi enviada uma notificação ao tenente Ribeiro para se render no prazo de 5 minutos (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 2).

A resposta foi que haveria a rendição, mas era necessária a ida do tenente Heitor Gonçalves para receber o quartel, presos e material. O tenente Heitor Gonçalves então seguiu para o quartel, desacompanhado, apesar do desejo manifestado pela sua tropa de acompanhá-lo. No quartel, o tenente Heitor Gonçalves questionou o tenente Costa Ribeiro sobre o material que deveria existir no quartel e seria pertencente ao Estado de Mato Grosso, para fazer uma relação e dar o recibo. Obtendo a resposta sobre a inexistência de tal relação e nem de escrita alguma, comunicou que não passaria o recibo, mas deixaria o quartel sob a guarda de uma patrulha, até a normalização da situação.

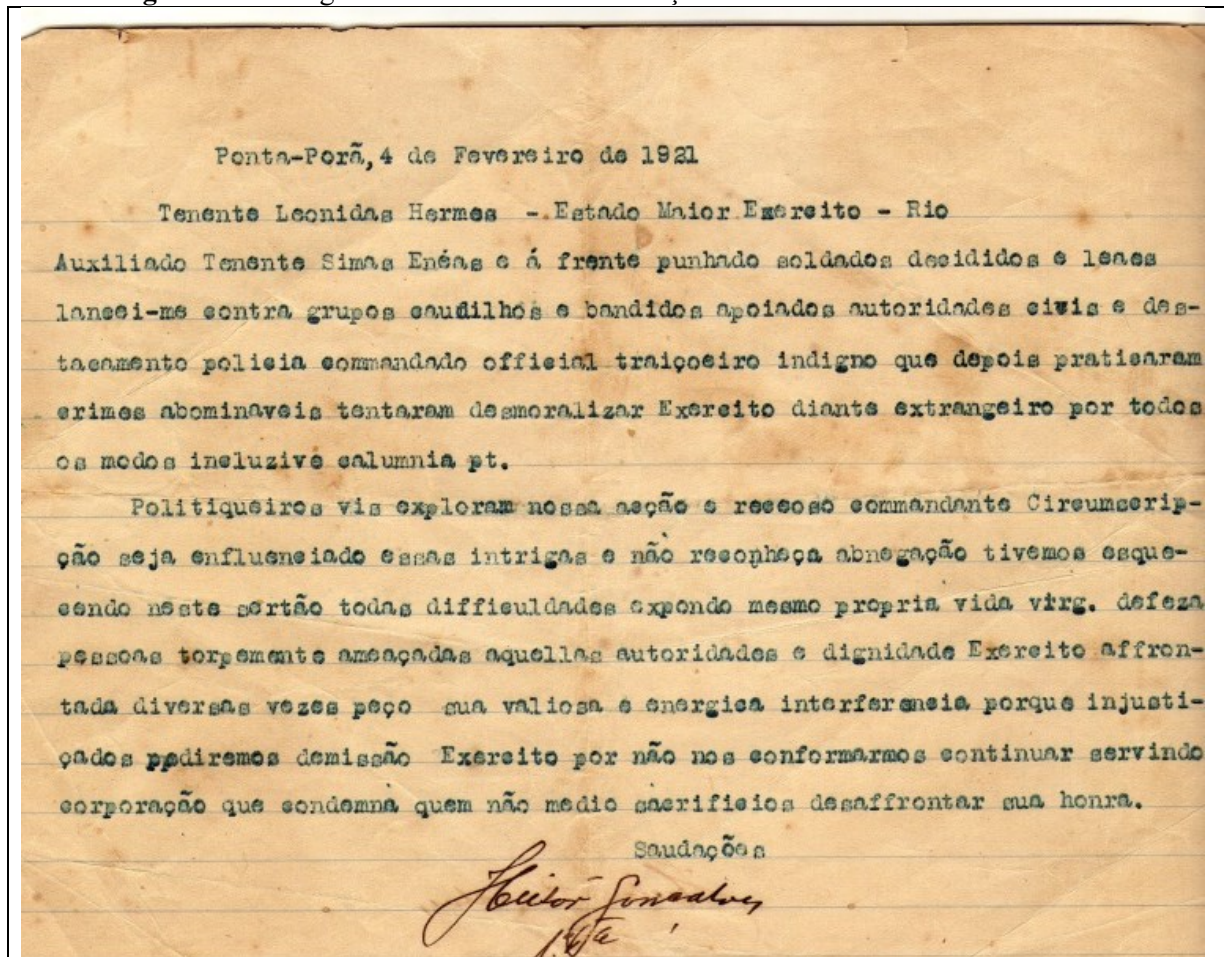
O encerramento do conflito aconteceu com a prisão dos policiais. Após serem desarmados, os dez soldados da polícia seguiram para o quartel federal “em formatura, metidos no meio da força federal”, com o tenente Costa Ribeiro a cavalo, ao lado do tenente Simas Enéas (JOP, nº 55, 13 mar. 1921, p. 2). No quartel federal, os soldados foram colocados no xadrez. O sargento Hermeto de Oliveira, da força policial, permaneceu em trânsito no interior, sob as vistas da força, e o tenente Ribeiro foi recolhido à prisão dos oficiais (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 3).

No dia 3 de fevereiro, o tenente Olympio Maciel, da Força Policial estadual, chegou a Ponta Porã para sindicar os fatos e conduzir para Bela Vista o tenente Costa Ribeiro. Recebeu esse oficial sob sua custódia no quartel federal, junto com todo o destacamento policial que ali permanecia preso. Após ser liberto, o destacamento policial debandou, pois estavam sem recursos e sem receber, ficando apenas um sargento e dois soldados no policiamento (JOP, nº 50, 6 fev. 1921, p. 3).

O jornal *O Progresso* (nº 50, 6 fev. 1921, p. 3) trazia a informação de que, durante os fatos, estava na cidade o coronel Antero Paes de Barros, Coletor Estadual de Campo Grande e diretor proprietário do jornal *Correio do Sul*, órgão do Partido Republicano Mato-Grossense, para fazer o balanço da coletoria municipal, por ordem do Governo do Estado. Ele tentara

convencer o escrivão, refugiado no Paraguai, para retornar e tomar conta da repartição, fazendo-a funcionar, pois havia garantias do tenente Heitor, mas não foi atendido.

Figura 15 – Telegrama de Heitor Mendes Gonçalves ao Estado-Maior do Exército



Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul – Coleção Empresa Matte Laranjeira

Um documento emitido pelo tenente Heitor Mendes Gonçalves revela a preocupação do militar com as consequências do seu ato e as ligações existentes entre Ponta Porã e a sede do Ministério da Guerra no Rio de Janeiro. Como em Ponta Porã ainda não funcionava a agência telegráfica, possivelmente o documento foi conduzido ao posto telegráfico de Bela Vista e dali transmitido ao tenente Leonidas Hermes, servindo no Estado-Maior do Exército.

O assunto permaneceu explorado em várias edições do jornal, e o Chefe da Circunscrição Militar instaurou inquérito policial militar para a investigação dos fatos.

Figura 16 – Carta do tenente-coronel Tertuliano Potiguara ao proprietário do *Correio da Manhã*

N.º Edmundo Bittencourt.
Correio da Manhã.
Rio

O vossa conceituado jornal em edição de 17 meiz findo accusa 1.º Sr. Felício Mendes Gonçalves haver, satisfazendo interesses políticos, atestado de Atacamento Policia Ponta - Ponta committendo vntas depredações etc.

Este official que conhece desde a campanha "Confederação" onde prestou bons serviços, acha-se profundamente satisfeito com a sua commissão e aguardando resultado digno etc.

Posso informar meu illustre amigo não sei em que politico e favela prova, teve occasião de annuar que favela havia empregado forças dispersas grupos armados, duplados, perigos, Cantos, e apoiados, entidades civis que depois perturbaram a tranquillidade fronteira de

Taram atacado seu detachamento etc etc
Capitão Reginaldo Teixeira que requiriu previamente esta copia para poder informar actualmente a comtioneira Ponta - Ponta estas sendo exploradas politicamente em execução.

Suaesim, affectionado,
Tertuliano Potiguara
Compa com o original Sr. Coronel
Sr. Felício Mendes Gonçalves
Em - 2 - 3 - 921

Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul – Coleção Empresa Matte Laranja

O tenente Heitor Mendes Gonçalves apresentou uma defesa prévia da sua atitude, justificando-a como uma resposta aos ataques à honra do Exército por um grupo de civis e o tenente Costa Ribeiro, da força pública estadual. No texto, o tenente Heitor Mendes Gonçalves antecipando a punição que receberia, considera-a como resultado de interferências políticas junto ao comandante da Circunscrição Militar, conforme mostrado na Figura 15. Comunicou, ainda, a sua intenção de solicitar a demissão do Exército, caso fosse injustiçado com uma punição e pela omissão do Exército em defendê-lo.

O tenente-coronel Tertuliano Potiguara, comandante do 17º Batalhão de Caçadores, em Corumbá, onde o tenente Heitor Mendes Gonçalves encontrava-se adido, respondendo ao inquérito policial militar sobre o *Conflito de Ponta Porã*, escreveu uma carta ao proprietário do jornal *Correio da Manhã* - RJ, comentando a notícia publicada em 17 de fevereiro, onde constou ser o *Conflito* uma ação por interesses políticos do comandante do Destacamento Federal. Na carta, mostrada na Figura 16, ele, além de rebater a origem política do *Conflito*, destacou a atuação do tenente Heitor Mendes Gonçalves na Campanha do Contestado, onde também combatera. A carta evidenciou a atuação de oficiais, levados pelo espírito de corpo, a defenderem seus companheiros, demonstrando uma união resultante do convívio na caserna. Comunicou, ainda, que um emissário levaria informações pormenorizadas ao jornal.

Possivelmente em função dessas informações, em 26 de março de 1921, o jornal transcreveu uma entrevista do tenente Heitor Gonçalves transmitindo sua versão dos acontecimentos ao jornal *Correio do Sul*, da cidade de Campo Grande, concedida durante a viagem para Corumbá, onde responderia ao inquérito na sede da Circunscrição Militar.

A entrevista também foi transcrita no jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro. Na reportagem, há uma evidência da interferência de oficiais amigos do tenente Heitor Mendes Gonçalves para que o jornal publicasse a matéria:

Esse oficial que é **possuidor de grande fortuna** e foi para o Exército onde se mantém por **entusiasmo militar e amor à carreira das armas, conta com grande número de amigos e admiradores em sua classe**. Entendem estes que a atitude assumida pelo tenente Heitor em Mato Grosso é justificável e, desejando que o público tenha conhecimento exato da causa que determinou a prisão de tão distinto oficial, **pedem-nos alguns militares para divulgar declarações feitas pelo ex-comandante do destacamento de Ponta Porã** ao “*Correio do Sul*”, de Campo Grande, naquele Estado. (*A Noite*- RJ, nº 3367, 24 abr. 1921, p. 6, grifo nosso).

A entrevista resumiu os argumentos do tenente Heitor Mendes Gonçalves para explicar as decisões por ele tomadas. Nela, assim se defende:

Preliminarmente devo dizer-lhes que **sou brasileiro, sou soldado e sou mato-grossense**. Brasileiro, coloco acima de tudo o amor da minha pátria. Soldado patriota, que o sou, tenho serviço de sangue prestado a meu país. Mato-grossense, desejo o engrandecimento do meu torrão natal. Sou brasileiro, porque essa é uma felicidade que me eleva e me desvanece. Sou soldado porque quero: tenho com a minha independência econômica pessoal, como poder viver. Fiz-me soldado. Sou soldado. Sê-lo-ia, se o não fosse já, pois que o meu mais ardente desejo é dar meu sangue por minha Pátria. Assim sendo, não podia eu, a menos que não fosse tomado de loucura, armar elementos mercenários contra os meus patrícios. Seria esse um crime que não poderia sequer ser admitido pela imaginação mais mórbida. (apud JOP, nº 53, 27 fev. 1921, p. 2, grifo nosso).

Figura 17 – O *Correio da Manhã* e o *Conflito de Ponta Porã*



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal *Correio da Manhã* – RJ, nº 8059, 26 mar. 1921, p. 3

Na reportagem "NA FRONTEIRA PARAGUAYA – Os graves incidentes ocorridos em Ponta Porã narrados por um official do Exército" (Figura 17), a entrevista foi transcrita pelo *Correio da Manhã* – RJ. Nessa versão, o tenente Heitor seguiu com "forças do exército, e só elas, com reservistas brasileiros exclusivamente", com a missão de "tornar efetivo o

desarmamento de grupos irregulares”. Dessa forma, sua ação encontrava-se amparada no número 11 do artigo 379 do RISG, transcrito anteriormente.

No encerramento do texto, constou a afirmação do tenente: “Foi o que houve. Depois houve ainda o que era inevitável: uma sucessão horrível de explorações políticas contra mim, que nunca fui político, nem o serei”. (*Correio da Manhã* – RJ, nº 8059, 26 mar. 1921, p. 3).

Em outra reportagem (Figura 18), posterior aos fatos, constam informações sobre o *Conflito de Ponta Porã*. O tenente Heitor Gonçalves relatou a respeito do começo do pânico, surgido na cidade quando tornou pública a decisão de desarmar os grupos irregulares reunidos no quartel da polícia, a concessão de dois *habeas corpus* pelo juiz da comarca, sendo um ao tenente Costa Ribeiro e outro aos chefes políticos e dos grupos armados, e sobre o ofício transmitindo ao juiz a sua intenção de não os acatar.

O texto remetido aos jornais, com a descrição do *Conflito de Ponta Porã*, foi escrito com o objetivo de demonstrar os precedentes do incidente armado, causador da morte de Baptista de Azevedo, a ser desenvolvido no próximo item deste capítulo.

Figura 18 – O *Correio da Manhã* e o crime de Ponta Porã: matou para não morrer

Matou para não morrer

OOOOOOO

O crime de Ponta Porã foi o resultado de réles politicagem, prestigiada pelo homem da "energia ferrea"

Não são conhecidos ainda os detalhes do crime ocorrido há poucos dias em Ponta Porã, longínqua localidade de Matto Grosso e de que foi protagonista o tenente Heitor Mendes Gonçalves, que agiu em leítima defesa. Sabe-se, entretanto, que o assassinado de que foi vítima o bacharel João Baptista de Azevedo crede-se a mais eles politicagem, que gozou sempre da estimadíssima protecção do homem da "energia ferrea".

Pessoa que durante muito tempo esteve em Ponta Porã, forneceu-nos todos amplos sobre a politica daquela região matto-grossense e que aqui reproduzimos, para que o publico veja a que extremos chegam as lutas partidarias, maxime quando um dos partidos tem a apoiado a situação dominante. Vamos transcrever aqui essas informações sem lhes alterar a forma e redacção:

"Era chefe do partido celetinista, aquella cidade, o bacharel João Baptista de Azevedo. O bispo D. Agostino presidente do Estado, fundado ao accordo do qual resultara a sua eleição, prestigiava e apoiava incondicionalmente o bacharel Azevedo — aventureiro politico de poucos principios, e grandes ambições. Os cargos estaduais estavam já todos preenchidos por afficionados do bacharel Azevedo. O juiz nomeado, dr. Eurindo Neves, era o mentor desta gente. Approximavam-se as eleições e todos porfiavam em attenção e delicadezas com o commandante do destacamento federal, cujo nome — pensavam, poderiam conquistar.

Um dia, depois de um facto escandaloso em que fora protagonista o juiz Eurindo e do qual resultara o suicidio de uma mulher, um dos chefes dos azevedistas, Machado Sobrinho, alliciando correligionarios, com seus dispanha-se a correr a estrada, montando-o numa egua de manada, a dito juiz. Procurado em sua residencia pelo bacharel Azevedo e tenente Costa Ribeiro, da policia estadual, o commandante da Força Federal prometteu-lhes amparar — não o dr. Eurindo Neves, mas o juiz de Direito Estadual. E de facto, azevedo de não ter pedido official, abafando

um telegramma ao coronel Telles Lires, commandante da Circumscripção Militar, o qual, assignado pelo commandante do 10º R. C. d., pedia instrucções para o tenente Heitor e pintava em cores vivas a situação.

Passaram-se 8 dias e não chegaram as instrucções. Novo telegramma reiterando o pedido. Ficou tambem sem resposta. Decorridos mais quatro dias o tenente Heitor temendo que, na sua ausencia o destacamento fosse atacado, pede ao seu commandante um official de sua inteira confiança para averiguar a procedencia das denuncias e o grau de responsabilidade das autoridades estaduais de Ponta Porã. E' nomeado

de 24 horas para se apresentarem á prisão, no quartel federal, onde deveriam depor as armas, dispersando-se em seguida, os 140 homens por elle armados. Desobedeccãos, dividiram sua força em duas columnas de 40 homens (haviam se apresentado voluntariamente alguns reservistas) e iam marchar contra os rebelles, quando o tenente Heitor intimado de dois habeas-corpus, concedidos, sob o fundamento de "não existirem bandos armados nas proximidades da fronteira, onde reinavam a maior calma e tranquillidade". Os habeas-corpus foram concedidos por juiz estadual contra autoridade federal, sem audiencia desta; as informações ministradas pelo tenente Costa Ribeiro, um dos intimados! Enquanto isso se dava, o destacamento policial em trincheirava-se para esperar o federal... contando com o apoio do Diego, bivocado a tres kilometros. Não tomando conhecimento desses habeas-corpus illegaes o tenente Heitor e Simas Enéas marcharam sobre o quartel da Polícia, onde os aguardava uma sur presa. O destacamento estadual esperou-os nas trincheiras, sem dar parar um tiro. E' que os chefes haviam fugido para o Paraguay. O bando dispersára-se á ultima hora. E o tenente Costa Ribeiro se entregou á prisão, com o seu destacamento e mais o preso Diego Stalhardt em cuja guayaca foram apprehendidas varias balas de revólver 44 e 800000 em dinheiro! Na arrecadação foram encontrados 30 fusis, ainda carregados...

Final de tudo isto: o tenente Heitor preso por trinta dias, pe Presidente Emergico, por ter desobedeccido a dois habeas-corpus. O tenente Enéas, que cumprindo um dever de lealdade, telegraphara o presidente accusando-se como passivel da mesma pena, foi reprobado por ter usado expressões inconvenientes referindo-se a autoridades civis...

Entretanto, se os habeas-corpus fossem legaes e as expressões "inconvenientes", aquelles officiaes deveriam ir a conselho pelos criminosos.



Tenente Heitor Mendes Gonçalves

o tenente Simas Enéas e parte ambas a marchas forçadas para Ponta Porã. Ahí a situação agravava-se

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Jornal Correio da Manhã* - RJ, nº 9088, 26 jan. 1924, p. 3.

3.5 O crime de Ponta Porã: matou para não morrer ou julgamento corrompido?

O tenente Heitor Mendes Gonçalves, agora em gozo de licença do Exército, retorna à Ponta Porã. De acordo com Magalhães (2014, p. 153), aceitara o convite do tio Francisco Mendes Gonçalves para vir administrar a *Seção Brasil* da Empresa Mate Laranjeira.

Em 17 de janeiro de 1924, pratica o homicídio contra o Dr. João Baptista de Azevedo, seu oponente e desafeto político, nos assuntos envolvendo a proposta da construção da estátua de Antônio João em Ponta Porã, encerrada com a subsequente ideia da mudança de nome do município, e os fatos do *Conflito de Ponta Porã de 1921*, quando o tenente Heitor Mendes Gonçalves recebeu a punição de trinta dias de prisão.

No julgamento, um júri popular na cidade de Ponta Porã, realizado a pouco menos de dois meses do incidente, absolveu por unanimidade Heitor Mendes Gonçalves, juntamente com o outro indiciado, José Pinto Costa, um comerciante da localidade.

Coexistem duas versões para o crime. Na versão de Heitor Mendes Gonçalves, o assassinato ocorreu em legítima defesa à agressão iniciada pelo falecido. Outra, com argumentos contrários, afirmava que Heitor Mendes Gonçalves assassinara o advogado pelos ressentimentos provocados na atuação do falecido a favor dos posseiros contra a Empresa Mate Laranjeira.

As duas versões contam nos próximos itens, na busca de uma interpretação dos fatos transcorridos, com a morte de João Baptista de Azevedo causada por Heitor Mendes Gonçalves.

3.5.1 A morte de Baptista de Azevedo: um duelo em defesa da honra militar?

O falecimento do Dr. João Baptista de Azevedo foi narrado na reportagem do *Correio da Manhã*, mostrada na Figura 16, citando que houve repercussões na Capital Federal. O artigo jornalístico, baseado em um telegrama transmitido de Ponta Porã, transcrito “sem alterar a forma e a redação”, afirmou ter o militar agido em legítima defesa:

MATOU PARA NÃO MORRER. Um crime ocorrido em Mato Grosso e que repercute dolorosamente nesta capital. A cidade de Ponta Porã, em Mato Grosso, foi teatro, há pouco, de uma lamentável ocorrência, em que figuram como protagonistas o tenente do Exército Heitor Mendes Gonçalves e o Dr. João Baptista de Azevedo. Segundo informa telegrama particular, recebido ontem, nesta capital, o oficial referido, que é administrador da Empresa Matte Laranjeira, estabelecida naquele Estado, achava-se em palestra com o juiz de direito, quando foi interpelado de maneira violenta pelo Dr. João

Azevedo que, sem lhe dar tempo de qualquer gesto enérgico, sacou do revólver, alvejando o tenente Gonçalves e mais o juiz. O administrador da Matte Laranjeira, em legítima defesa, puxou, então, do seu revólver, respondendo à agressão, do que resultou a morte do Dr. Azevedo. O tenente Heitor Gonçalves, oficial de boa reputação, está no gozo de dois anos de licença do serviço do Exército. (*Correio da Manhã* - RJ, nº 9084, 22 jan. 1924, p. 3).

A carta de Luiz Simas Enéas (Anexo B), datada de 23 de janeiro de 1924, e já citada neste trabalho, permite identificá-lo como o autor da matéria publicada nessa edição do jornal *Correio da Manhã*. Luiz Simas Enéas mencionou na carta que, ao ler um telegrama publicado no jornal *A Noite* sobre o assassinato de Baptista de Azevedo, escreveu ao jornal:

na mesma noite de 21 escrevi uma longa carta narrando resumidamente a “nossa guerrinha” e os fatos que a precederam e sucederam. Terminava atribuindo o crime à impunidade do Azevedo e à injustiça de que foste vítima. **Dizia também da tua nobre atitude por ocasião dos preparativos da revolta de julho [1922]** e dos motivos que te levaram a deixar o exército (ele [o Exército] não merece mais E grande). (SIMAS ENÉAS, 1924, grifo nosso).

Luiz Simas Enéas confirma o envolvimento de Heitor Mendes Gonçalves com a *Revolta dos 18 do Forte*, quando teria participado dos preparativos. A informação sobre a autoria do conteúdo publicado no jornal é complementada pelos destinatários. Inicialmente, Luiz Simas Enéas pretendia publicar no jornal *A Noite* “onde tenho amigos”. Revela que o chefe da reportagem do *Correio da Manhã*, chamado Pinheiro Chagas, era um ex-aluno da Escola Militar da Praia Vermelha e solicitara a preferência na publicação:

fez questão de que eu devia preferenciar ao *Correio*. Entreguei-lhe as notas ontem e hoje, com surpresa minha elas não foram publicadas. É possível que ainda o sejam amanhã, não o tendo sido hoje por causa de uma notícia muito longa, sobre um crime sensacional. Se tal não se der, recorrerei ainda à *Noite*. Hoje talvez venha aqui o Pinheiro Chagas, e eu então saberei ao certo. (SIMAS ENÉAS, 1924, grifo nosso).

A notícia com a morte de Baptista de Azevedo, no *Correio da Manhã*, iniciou com um detalhamento dos fatos de 30 de janeiro de 1921, o *Conflito de Ponta Porã*, creditado a lutas partidárias. Cita o Dr. Eurindo Neves, Juiz de Direito, como mentor do pessoal do partido celestinista em Bela Vista, sempre beneficiados no município pelas nomeações do bispo Dom Aquino, presidente do Estado. Após as eleições, de acordo com a notícia, os celestinistas vitoriosos promoveram uma campanha de desmoralização contra o destacamento federal. Como amparo das ações do tenente Heitor no *Conflito de Ponta Porã*, menciona que, por ocasião da ida a Bela Vista em busca de instruções e reforços, o comandante do 10º RCI

entregara um ofício, contendo os itens do RISG com as atribuições relacionadas com a situação.

O bispo Dom Aquino, presidente do Estado de Mato Grosso em 1920, é acusado por incentivar na época o tipo de política praticada por seus apoiadores e a impunidade triunfadora do falecido bacharel Azevedo. Prosseguia a reportagem do *Correio da Manhã* com o resumo do telegrama enviado por Vicente Azambuja, fazendeiro de Ponta Porã, informando que o tenente Heitor agiu em legítima defesa. O tenente conversava com o juiz (Eurindo Neves), quando foi alvejado pelo bacharel Azevedo, que lhe desfechou seis tiros de revólver. Os tiros não atingiram o tenente, que sacou o revólver e, na versão de Vicente Azambuja, o tenente Heitor Mendes Gonçalves com um único certo tiro, matou o agressor (*Correio da Manhã*, nº 9088, 26 jan. 1924, p. 3).

A notícia da absolvição no julgamento em júri popular por unanimidade de votos, do processo criminal ao qual submetido, constou no *Correio da Manhã* de 6 de abril de 1924. A reportagem apontou o tenente Heitor como vítima, atirando para se defender da agressão inesperada praticada pelo chefe político na localidade de Ponta Porã, o qual desfechou vários tiros contra o oficial.

No jornal *Correio do Estado*, jornal mato-grossense e a notícia da morte do Dr. João Baptista de Azevedo, ofuscada pela matéria da primeira página comemorativa do segundo ano do mandato estadual do presidente Pedro Celestino, constou na quarta página, quase um obituário, sem muito destaque, baseada em telegramas transmitidos da cidade de Ponta Porã (as linhas telegráficas inauguraram-se em 1923). Acrescenta mais um participante no assassinato, não mencionado em outros jornais: “Esses telegramas pouco pormenorizam o sangrento acontecimento que a todos causou a mais viva consternação, mas são unânimes em dar como autor do assassinato o tenente Heitor Mendes Gonçalves e um tal José Pinto, na rua Internacional daquela cidade fronteiriça.” (*Correio do Estado* - MT, nº 154, 22 jan. 1924, p. 4).

O juiz de Direito de Corumbá, Dr. Barnabé Antonio Gondim, nomeado para o caso, processou o inquérito do assassinato e pronunciou como autores apenas Heitor Mendes Gonçalves e José Pinto Costa, um comerciante de Ponta Porã. O julgamento ocorreu dois meses após o acontecido. O juiz de direito de Bela Vista, Dr. Luiz Gomes de Mello, presidiu o júri. O seu transporte de Bela Vista para Ponta Porã, em 22 de março de 1924, teria ocorrido em automóvel da Empresa Mate Laranjeira, segundo o *Correio do Estado* (nº 162, 26 mar. 1924, p. 1), um indício de sua parcialidade.

O julgamento teve como resultado unânime a absolvição dos acusados, por terem agido em legítima defesa. Atuou na defesa dos acusados o advogado José Rangel Torres que, como já apresentado anteriormente, também era o proprietário do jornal *O Progresso*, político e membro do diretório local do PRC e defensor dos interesses da Empresa Mate Laranjeira.

Figura 19 – Carta de Antonio Machado Salgueiro a Heitor Mendes Gonçalves

Bella Vista, 29 de Abril de 1937
Querido amigo teu. Heitor
Affetuosos saudaes
Aprova-me a accusar o reclinamento de uma estirpe
de tua contumacia, de ^{comparação} datado de
15 de fevereiro.
Excusado, é deves-te o seu conteúdo mu-
to me alegro, pois, é o primeiro conteúdo
que vejo depois do suicídio de 18
de janeiro, e a absolvição unânime
de meu jurado, consciente e justo, pa-
tes teus eshuberac tempest que os meios
de que lançaste nos meus o imbr.
Tiro com a bondade; os contrários,
muito o embreue e exalçar o teu caráter
jaurais ~~desconhecido~~ pelos teus amigos
collegas e admiradores, que de facto já o
te conheciam.
Ja em telegram me collectero, manifestei
me congratulado com a sentença
absolutória e, mais uma vez ao responder
a tua contumacia, manifesto-me ~~com~~
gratulado.
Agradeço-te o interesse que tomou na
requirência de mosquito.
Aqui aguardo sempre tus interos
ordens. Do amigo e admirador
Antonio Machado Salgueiro

Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul – Coleção Empresa Matte Laranjeira

O tenente Heitor Mendes Gonçalves, possivelmente em resposta a uma carta datada de 15 de abril de 1922, na qual agradeceu a um membro do júri a sua absolvição, recebeu a carta do coronel Antonio Machado Salgueiro, uma das autoridades que mandara prender no *Conflito de Ponta Porã*, carta essa mostrada na Figura 19.

Na carta, o remetente afirmou ter sido do Heitor a “primeira cartinha que recebo depois do incidente de 18 de janeiro, e a absolvição unânime de um jurado [o autor utilizou a palavra júri em espanhol] consciente e justo”. Acrescentou que o resultado patenteou “exuberantemente que os meios de que lançaste mão não o inimistava com a sociedade; ao contrário, muito o enobreceu e exaltou o seu caráter jamais desconhecido pelos teus amigos, colegas e admiradores, que de perto já te conheciam”. Comunicou já ter manifestado a congratulação em um telegrama coletivo, possivelmente pelo diretório do partido, e terminou agradecendo o interesse tomado por Heitor Mendes Gonçalves na requisição de mosquetões, demonstrando o envolvimento de Heitor com os assuntos policiais.

Nas citações da obra de memória familiar, o resultado da absolvição decorreu pela quantidade de pessoas presentes e testemunhas do tiroteio ocorrido à luz do dia. Em nota, há o acréscimo de que, apesar da acusação ter propagado a morte à traição, o tenente Heitor recebera o apoio popular e da imprensa, publicadora da veracidade dos fatos:

Advogados da acusação espalharam que Baptista de Azevedo fora morto à traição; entretanto, o franzino e desequilibrado advogado seria o primeiro a atirar, assustado pela figura de Heitor, que assomara repentinamente de uma farmácia onde estivera conversando instantes antes com Aparício de Barros, negociando a compra da Pacury para a Matte. **Algumas figuras públicas respeitadas como o advogado Fausto Pereira, prestaram decisivo depoimento sobre a veracidade dos fatos, largamente publicados pela imprensa da época.** (MAGALHÃES, 2014, p. 153-154, grifo nosso).

Heitor Mendes Gonçalves adquiriu a Fazenda Pacury para a Empresa Mate Laranjeira, segundo Magalhães (2012, p. 51), de Aparício Medeiros Barros, após negociações onde o vendedor conseguiu “o maior preço já pago pelo hectare na época”. A Fazenda Pacury seria comprada, em 1928, por Heitor, onde passou a criar cavalos da raça Puro Sangue Inglês. Em 1939, a fazenda seria vendida, novamente, para a Empresa Mate Laranjeira. (Magalhães, 2014, p. 154)

Fazendo uma defesa familiar e empresarial de Heitor Mendes Gonçalves, seu irmão Mário Mendes Gonçalves encaminhou uma carta ao general José Pessoa Cavalcanti, comandante da 9ª Região Militar, em outubro de 1938. Na carta, transcrita por Magalhães (2014, p. 163-168), Mário apresentou como justificativa, para a ação do seu irmão Heitor, o espírito de corpo militar, contrariado pelas acusações levantadas por Baptista de Azevedo. A

primeira parte do texto é uma referência ao desfecho militar do episódio do *Conflito de Ponta Porã*:

Heitor chegou a ser preso e enviado para o Rio, **por ordem do Governador do Estado** e graças às **insinuações de Baptista de Azevedo**. Regressando de licença a esta cidade dois anos depois, quis a fatalidade que se defrontasse com Azevedo, que mantinha atitude provocadora, em plena rua Internacional, em frente a uma farmácia onde Heitor se encontrava e Azevedo, que, ao avistar seu inimigo, parara. Deu-se, então, o inevitável. Ambos estavam armados e sacando de suas armas, delas usaram, travando-se rápido duelo, do qual resultou a morte de Azevedo. A atitude de Heitor teria sido imitada por qualquer de seus colegas de farda, eles que viam em Azevedo o insultador de sua classe. O que Heitor afirmou ficou sobejamente provado no **foro Civil e Militar** perante os quais respondeu meu irmão, sendo julgado não culpado. O motivo da tragédia foi de ordem toda particular, ou antes, militar, sendo a Companhia absolutamente alheia a seus incidentes e desfecho, que em nada deslustram o nome de meu irmão, que, a meu ver, justificaria o insulto recebido se outra atitude tivesse assumido. Defendendo sua honra ultrajada, desagravou, igualmente, a honra de sua classe da qual mostrou-se digno, como sempre. **Azevedo não foi assassinado**, como monstruosamente afirma o energúmeno Moura Carneiro, e muito menos, pela Cia. Matte. **Morreu em um duelo leal e esperado**. Junto certidão extraída de um jornal da época. (apud MAGALHÃES, 2014, p. 168, grifo nosso).

A versão de Mário Mendes Gonçalves, irmão do homicida, apresenta um julgamento ocorrido em foro militar, fato não comprovado na pesquisa originária desta tese. E, nessa versão, encontram-se dois equívocos: um, sobre a ordem do Governador do Estado para a prisão do tenente Heitor em 1921, no *Conflito de Ponta Porã*, por causa das insinuações do advogado; o segundo, sobre a morte decorrente de um duelo.

Ocorreu, ainda, um terceiro equívoco, ao negar o vínculo de Heitor com a Empresa Mate Laranjeira, na época do episódio com o falecimento de Baptista de Andrade: “Por aquele tempo, meu irmão Heitor nenhuma ligação comercial tinha com a Companhia. Oficial do Exército em serviço ativo, dedicava-se exclusivamente, e com todo o ardor, aos interesses de sua classe” (apud MAGALHÃES, 2014, p. 168).

A prisão do tenente Heitor Mendes Gonçalves e o cumprimento da pena no Rio de Janeiro ocorreram por ordem do presidente da República, Epiácio Pessoa, com concordância do ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras, apesar da interferência política de Dom Aquino Corrêa, presidente do Estado de Mato Grosso. Esses fatos ficaram demonstrados nos itens anteriores.

E, sobre o duelo, este provalvemente não aconteceu. Embora as armas citadas fossem do mesmo tipo, revólveres, portanto iguais, houve mais participantes ao lado do militar, extrapolando um *duelo*, que pressupõe um combate entre duas pessoas. Foram citados no

inquérito o seu irmão, Leonel Mendes Gonçalves, e o comerciante José Pinto Costa, embora sem o pronunciamento do primeiro e com a absolvição do segundo, juntamente com o tenente Heitor Mendes Gonçalves.

Sobre a ligação comercial do tenente Heitor Mendes Gonçalves com a Empresa Mate Laranjeira, ela é encontrada em várias reportagens d'*O Progresso*. O oficial encontrava-se afastado, em licença para tratamento de saúde, e exercia a administração da empresa na Fazenda Campanário, como atesta a notícia do regresso de Buenos Aires, “para onde havia seguido a negócios da Empresa Mate Laranjeira, que tão proficuamente dirige neste Estado” (JOP, nº 161, 06 maio 1923, p. 2).

3.5.2 João Baptista de Azevedo: um mártir na defesa dos pequenos proprietários?

O advogado João Baptista de Azevedo, como já mencionado anteriormente, exercia a profissão em Ponta Porã, representando os posseiros desejosos da obtenção de um título de posse no município. Como líder político, atuava pelo PRMG, o partido opositor aos interesses da Empresa Mate Laranjeira.

O jornal *Diário de Notícias*³⁸, impresso no Rio de Janeiro, segundo o próprio jornal, enviou o jornalista Ricardo Pinto para a fronteira mato-grossense do Brasil com o Paraguai, no início de 1932, especialmente para investigar o que ocorria nos domínios da Companhia Mate Laranjeira, tendo em vista notícias contraditórias propagadas pela imprensa na Capital Federal e em São Paulo. O jornal possuía interesse na situação dos trabalhadores que vieram para os ervais atendendo ao anúncio com a oferta de trabalho em 1931.

O jornal *Diário de Notícias* publicou o resultado da viagem em várias edições. Na matéria de apresentação, *O DRAMA EMOCIONANTE DOS HERVAES DA MATTE LARANJEIRA*, prenunciando o que seria relatado, o repórter informava que fora “incumbido pela direção do DIÁRIO DE NOTÍCIAS de proceder a um inquérito rigoroso em torno da Empresa Mate Laranjeira, contra a qual, não é de hoje, gravíssimas acusações são formuladas”. Teria retornado “com copiosa documentação para revelações sensacionais”. Um comentário sobre a morte do Baptista de Azevedo encerrava a nota de apresentação:

³⁸ O jornal *Diário de Notícias* era um jornal carioca diário e matutino, fundado em 1930 por Orlando Ribeiro Dantas, com a “proposta básica de lutar contra a ‘estrutura oligárquica’ da República Velha” e tinha entre suas preocupações importantes a questão trabalhista. Apoiou inicialmente Getúlio Vargas na Revolução de 1930, mas moveu uma campanha cerrada contra o governo e a favor da reconstitucionalização do país. Deixou de circular em 1974. (FERREIRA, 2010).

E no cemitério público de Ponta Porã, num túmulo abandonado e carcomido pelo tempo, dorme o sono eterno Baptista de Azevedo, estupidamente assassinado pelos irmãos Mendes Gonçalves porque tivera a audácia de promover e chefiar campanha contra a Empresa. Sinistra advertência para os curiosos e os inimigos... Ricardo PINTO (*Diário de Notícias* - RJ, nº 613, 24 fev. 1932, p. 1).

Encontram-se publicadas no *Diário de Notícias* várias reportagens sobre a Mate Laranjeira, anteriormente ao anúncio do início das reportagens com o resultado da investigação conduzida por Ricardo Pinto. Entre as favoráveis, elogiando a empresa ou o seu diretor Heitor Mendes Gonçalves, estavam duas publicadas em janeiro de 1932 (nº 567 e 569, de 08 jan. e 10 jan.).

As reportagens de Ricardo Pinto eram apresentadas no início na primeira página, em área central, e as conclusões ficavam em páginas internas. A investigação feita por Ricardo Pinto foi desdobrada nas edições do *Diário de Notícias*, com o título *O drama emocionante dos herveas da Empresa Matte Laranjeira*, mencionadas no Quadro 12. As edições assinaladas com asterisco são destinadas à defesa de Moura Carneiro, preso por ordem do general Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, durante a Revolução de 1932, e não fazem parte da série investigativa.

As acusações encontradas no jornal *Diário de Notícias* abrangem desde a escravização do trabalhador por dívidas nos armazéns; abuso sexual das esposas e filhas dos trabalhadores cometido pelos chefes da empresa; jornada excessiva de trabalho; e aprisionamentos ilegais dos trabalhadores.

João Baptista de Azevedo é descrito por Ricardo Pinto como advogado, nascido em Pernambuco, um “exemplo de dignidade retilínea e de desassombro sereno”:

Tombou em meio à luta política que se travava no município, em 1924, sob o governo do coronel Pedro Celestino. Cuidava-se, na ocasião, da organização do diretório local do partido situacionista. As forças eleitorais estavam subdivididas. De um lado, a Empresa Matte Laranjeira; do outro, Baptista de Azevedo, que personificava a opinião independente. (*Diário de Notícias* - RJ, nº 622, 5 mar. 1932, p. 4).

A causa política, com a origem no conflito de 1921 em Ponta Porã, também é mencionada pelo *Correio da Manhã*, na afirmação de que “o assassinato de que foi vítima o bacharel João Baptista de Azevedo prende-se a mais relés politicagem, que gozou sempre da escandalosa proteção do homem da ‘energia férrea’” (*Correio da Manhã* - RJ, nº 9088, 26 jan. 1924, p. 3).

Quadro 12 – Edições do *Diário de Notícias* sobre o *Inquérito Ricardo Pinto* a respeito da Empresa Mate Laranjeira

Data	Nº	Páginas	Assunto / Título
24 fev. 1932	613	p. 1	O drama emocionante dos herveas da Empresa Matte Laranjeira.
25 fev. 1932	614	p. 1 e 4	Diario de Notícias promove a volta ao Rio de Janeiro de um operário que sofreu horrores e assistiu a crueldades espantosas – revelações sensacionais.
26 fev. 1932	615	p. 1 e 4	Dificuldades e acidentes da viagem até Ponta Porã – o terror geral das represálias.
28 fev. 1932	616	p. 1 e 4	Ponta Porã e o seu aspecto desolador – Onde a justiça não existe e a polícia é uma ficção.
01 mar. 1932	618	p. 1 e 4	Uma longa história de espoliações e assassinios – Ouvindo o fazendeiro João Ortt, cujo pai foi sacrificado na luta pela emancipação de Ponta Porã.
02 mar. 1932	619	p. 1 e 5	As verdadeiras razões da insubordinação dos operários mandados pelo ministério do Trabalho – O caminho dos cemitérios – Quem é Don Modesto, o sombrio senhor de Campanário.
03 mar. 1932	620	p. 1 e 4	De simples concessionaria, a título precário, de pequena área, a verdadeira dona do município de Ponta Porã – A integridade dos estadistas da monarquia e o despudor dos governos republicanos - Armas trocadas com a Coluna Prestes.
04 mar. 1932	621	p. 1 e 4	O suborno dos governos e a corrupção das autoridades locais – Uma fazenda de 5 mil hectares de areia e pedra trocada por 20 mil hectares de terras fertilíssimas.
05 mar. 1932	622	p. 1 e 4	Os que têm tombado defendendo a liberdade e a propriedade – O assassino de Baptista de Azevedo – Justiça vendida.
08 mar. 1932	625	p. 1 e 4	Além do monopólio das terras, o monopólio dos transportes – Como foi feita a planta do município de Ponta Porã - Deposição armada de governos hostis.
09 mar. 1932	626	p. 1 e 5	A responsabilidade dos governos de Mato Grosso – o que o povo quer – conclusões.
23 mar. 1932	640	p. 3	Arruaceiro, não, general... (em defesa de Moura Carneiro, mandado prisioneiro para Forte Coimbra)*
23 jun. 1932	732	p. 1 e 4	Para liberar Mato Grosso da ação tentacular da Empresa Mate Laranjeira – Uma vibrante carta do Sr. Moura Carneiro ao ministro do Trabalho (enviada da prisão) *

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional – Brasil / Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional - *Diário de Notícias*; elaborado por Fernando dos Anjos Souza

Quem seria o protetor de Baptista de Azevedo? Entre Pedro Celestino, Dom Aquino Corrêa e o senador Antonio Azeredo, é possível julgar que a referência é ao presidente do Estado de Mato Grosso, Dom Aquino Corrêa, pois uma pressão política teria motivado as punições resultantes do conflito de 1921 em Ponta Porã:

O juiz Eurindo Neves agira junto ao bispo e este junto ao futuro juiz da Corte Internacional [Epitácio Pessoa, então presidente da República]... Procurado no Palácio Catete pelos senadores Azeredo e Murtinho, e um tio do tenente Heitor, que foram pedir justiça ao presidente, este teria

respondido com esta frase: “Eu, como brasileiro, no meu foro íntimo admiro e louvo esses dois oficiais, pois sei que sustentaram uma luta tremenda, arriscando a própria vida, para cumprirem o seu dever militar. Sei mesmo que o tenente Heitor expôs até a própria família, e acho até que ambos desempenharam uma alta missão civilizadora naqueles sertões! Mas... os **senhores sabem... a política. E o bispo d. Aquino... Eu tive que ceder**” (*Correio da Manhã* - RJ, nº 9088, 26 jan. 1924, p. 3, grifo nosso).

A descrição jornalística da morte de João Baptista de Azevedo baseou-se em informações obtidas de João Ortt e Severino Moura Carneiro³⁹, em entrevistas feitas por Ricardo Pinto em Ponta Porã:

Foi assassinado ao meio dia em ponto, na rua principal de Ponta Porã. Passava pela rua, despreocupado, quando avistou o sr. Heitor Mendes Gonçalves, acompanhado de José Pinto, à porta de uma farmácia. Para ela se dirigiu, cumprimentaram-se e conversaram longamente. Depois, despediu-se e caminhou alguns passos, para atravessar a rua. Nessa ocasião, colocando-se por trás de uma fresta da porta previamente cerrada, o Sr. Heitor Mendes Gonçalves fez os primeiros disparos, logo seguidos por outros de José Pinto. Embora baleado e já caído por terra, a vítima sacou ainda do revólver, para reagir. Chegou a disparar, mesmo. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS* - RJ, nº 622, 5 mar. 1932, p. 4).

Um telegrama que o assassinado supostamente portava no bolso da camisa, é mostrado pelo repórter Ricardo Pinto como uma prova de que não ocorrera legítima defesa, pois nele estão três buracos provocados por balas de revólver, conforme mostrado na Figura 20.

Os tiros que vitimaram Baptista de Azevedo, segundo o informante do jornal, totalizaram dezoito (quantidade enfatizada em três vezes na reportagem), partiram de três armas e teriam atingido a vítima pelas costas. Para esse total de tiros, os três atiradores teriam descarregado as armas, acertando todos os disparos, o que é pouco provável, a não ser para bons atiradores, e posicionados perto da vítima. Os furos no telegrama indicam a realização de disparos pela frente do falecido, ao contrário do afirmado ao repórter Ricardo Pinto.

As inconsistências das declarações reproduzidas pelo repórter caracterizam um ressentimento dos depoentes com Heitor Mendes Gonçalves e uma intenção de apresentar Baptista de Azevedo como uma vítima da Empresa Mate Laranjeira, martirizando-o na luta dos posseiros contra a empresa.

³⁹ João Ortt disputava a posse de terras com a Empresa Mate Laranjeira, como herança de seu pai (João Christiansen Ortt). Severino de Moura Carneiro foi promotor de justiça em Ponta Porã no ano de 1922 e teria sido aliado de Baptista de Azevedo na “campanha caluniosa” contra a Empresa Mate Laranjeira, visando a extorsão de recursos da empresa. Afastado de Mato Grosso, retornou em 1930 para a região de Ponta Porã, prosseguindo na campanha contra a empresa (MAGALHÃES, 2014, p. 163-164).

Figura 20 - Telegrama com três buracos à bala, supostamente conduzido no bolso de João Baptista de Azevedo



Fonte: *Diário de Notícias*, nº 622, 5 mar. 1932, p. 4

O texto da Figura 21, extraído de uma carta de Garcia Adjuto, de Corumbá, para Heitor Mendes Gonçalves, revela a opinião do advogado sobre o provável juiz a presidir o júri e o uso da roupa do falecido como prova. A provável preocupação do réu seria com o juiz Eurindo Neves, preso por Heitor Mendes Gonçalves no conflito de 1921, em cuja jurisdição ocorrera o crime.

Figura 21 – Preocupação com a exibição da roupa da vítima aos jurados e do impedimento do juiz Eurindo Neves

O juiz de Bella Vista somente pôde
funcionar no Presidência do Jury
por suspeito ou impedimento de Eu-
rindo Neves. É preciso que o juiz
de declare a suspeito ou impediment
em forma legal nos autos. Somente
depois disso é que a jurisdição para
presidir o Jury se transmite ao juiz
de Bella Vista.
É claro que o impedimento o que
me refiro não comprehende a

Assim, por exemplo, si lhe requererem
que venham ao Jury os vestes do
Baptista de Azevedo que se acham em
poder do Polico, elle poderá ordenar
aos officios de justicia que intuem
o Polico para exhibil-os no Jury
ou que o Delegado de Policia os ap-
prelienda e traga ao Jury.
Si, porém, disserem que Rihello é
inepto: ou se não gacho recelido, elle
isso o declarará nos autos e não
dará baixa-o ao Supplente
para providenciar no sentido de
ser reformado o Rihello ou ser
o mesmo recelido

Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul – Coleção Empresa Matte Larangeira

Um jornal carioca insinuou terem sido as acusações de participação no assassinato como uma das causas do suicídio de Leonel Mendes. Na reportagem está apontada como causa a acusação, pelos seus adversários, de ser um dos principais autores da morte do Dr. Baptista de Azevedo, junto com seu irmão (tenente Heitor Gonçalves) e José Pinto Costa,

“havendo empenho por parte de seus adversários em envolvê-lo no crime”. Com a acusação, a sua saúde teria ficado debilitada (*A Notícia* - RJ, nº 3, 06 mar. 1924, p. 6).

Ainda segundo a reportagem de Ricardo Pinto, no dia anterior à morte de Baptista de Azevedo, estivera na cidade de Ponta Porã um enviado de Pedro Celestino para conciliar as duas correntes partidárias e organizar o diretório da *Fusão*, que ficaria constituído de cinco membros, dois de cada grupo político e um a ser escolhido pelo presidente do Estado. Esperava-se assim findar as animosidades e firmar a harmonia política na cidade. (*Diário de Notícias* - RJ, nº 622, 5 mar. 1932, p. 4).

Por essas considerações, é possível julgar que Leonel Mendes seria o escolhido para a vaga de 1º Vice-Intendente, como anteriormente afirmado, estabelecendo um alinhamento político com Baptista de Azevedo. A morte de Baptista de Azevedo ocorreu antes da aplicação dessa solução política de conciliação.

Como argumento contrário à aceitação do julgamento pela sociedade ponta-poranense, que absolveu os acusados, há indícios do resultado ter provocado descontentamentos, pois em uma declaração, dez signatários, representando familiares e amigos do tenente Heitor, previnem-se de represálias:

DECLARAÇÃO - Os abaixo assinados, representando as famílias e os amigos do Tenente Heitor Mendes Gonçalves e Sr. José Pinto Costa, declaram que, com a absolvição unânime de ambos, dão por terminado o incidente de 18 de janeiro próximo passado, sem guardarem prevenções nem rancores, - Entretanto, se alguma cilada for armada a qualquer deles ou insistirem em vinganças pessoais desrespeitando, assim o Tribunal que os julgou, serão responsabilizados não só o instrumento, como também os mentores de tal atentado. 5-4-924 – Modesto Dauzacker, Dr. Joaquim Pereira Teixeira, Mario M. Gonçalves, Dr. Washington de Castro, Manoel Lopes, 1º Ten. Henrique Moerbeck, Vicente Azambuja, M. A. Xavier da Silveira, João Pinto da Costa, Valencio de Brum. (JOP, nº 212, 27 abr. 1924, p. 4).

Entre os assinantes da declaração estão Modesto Dauzacker, empregado da Empresa Mate Laranjeira; Mario M. Gonçalves, possivelmente o irmão de Heitor; Henrique Moerbeck, aspirante a oficial declarado em 7 de janeiro de 1922 (*Gazeta de Notícias*- RJ, nº 7, 8 jan. 1922, p. 3), servia no 10º RCI e estava destacado em Ponta Porã, como adido ao 11º RCI, organizado na cidade em 25 de março de 1924⁴⁰; João Pinto da Costa, apontado como abastado comerciante em Julio de Castilho, no Rio Grande do Sul, era um irmão do réu José

⁴⁰ De acordo com o Boletim Regimental do 10º RCI, de 25 de março de 1924, seguiram para Ponta Porã os 3º e 4º Esquadrões, com a finalidade de organizar o regimento, ficando dissolvido o destacamento lá constituído. Os oficiais designados eram o capitão Hyppolito de Campos, os primeiros tenentes João Maximiano Serra e Henrique Moerbeck, mais Cezar Bacchi de Araujo.

Pinto da Costa, e estivera em Ponta Porã, “em visita a seu irmão e nosso caro amigo”, regressando para aquela cidade em 20 de abril de 1924, após o encerramento do júri; Valencio de Brum, líder político local, atuava para consolidar o diretório do partido da *Fusão*, apoiado pelo governo do Estado (JOP, nº 185, 21 out. 1923, p. 3); João Vicente Azambuja constou na relação dos candidatos pela *Fusão* para as eleições municipais de novembro de 1923, juntamente com José Rangel Torres, Leonel Mendes Gonçalves e José Pinto Costa.

A Cruz, periódico impresso em Cuiabá como “órgão da ‘Liga Social Catholica de Matto Grosso’”, apresenta uma motivação para o assassinato: a atuação política. O falecido, ao conseguir ser “a maior força política local, sob todos os pontos de vista” despertou a “inveja enfurecida” do seu adversário, superintendente da Empresa Mate Laranjeira. Nas eleições estaduais o partido do falecido (PRMG) obteve uma vitória estrondosa, apesar de o adversário ter espalhado “às mancheias ouro” da empresa. O assassinato ocorreu para impor a vontade política do derrotado (*A Cruz* - MT, nº 655, 27 jan. 1924, p. 2). Em outra edição do jornal *A Cruz*, consta a informação de que o Heitor preparava uma defesa forjando uma legítima defesa: “sopraram-lhe ao ouvido que fizesse constar que ele foi agredido a tiros, primeiramente pelo Dr. Baptista de Azevedo. Suprema covardia? Suprema miséria! Todo mundo sabe como se deu o crime [...] Justiça, Justiça! Onde estás?” (*A CRUZ* - MT, nº 656, 03 fev. 1924, p. 2).

Guillen (1999) afirma que a morte do Dr. Baptista de Azevedo ocorreu por motivos políticos:

Basta lembrar que um dos grandes opositores políticos da Companhia Matte Laranjeira na cidade de Ponta Porã, Batista de Azevedo, foi assassinado por um dirigente da companhia, Heitor Mendes Gonçalves, e não resta dúvida que o motivo foi político, já que ele era advogado dos posseiros. (GUILLEN, 1999, p. 159).

O prazo entre a ocorrência criminal e o julgamento foi reduzido, principalmente se comparado com os padrões atuais. Seria influência do juiz, também citado como alvejado no atentado contra o tenente Heitor, do poderio econômico da Matte Laranjeira ou da veracidade dos fatos, ocorridos em Ponta Porã e do conhecimento público? Ou a posição social e econômica do réu, agora administrador da Empresa Mate Laranjeira teria influenciado os membros do júri?

Em homenagem ao Dr. Baptista de Azevedo, uma rua em Ponta Porã recebeu o seu nome (Código de Endereçamento Postal números 79905-360 e 79905-4222). Situada na área urbana, é o endereço do Aeroporto Internacional de Ponta Porã, possuindo pavimentação asfáltica, iluminação pública, sinalização, praças, escolas e centro de saúde (Figura 22). O

reconhecimento público, previsto por Ricardo Pinto ao escrever que “Há um nome, sobretudo, que algum dia terá ainda a consagração do reconhecimento público. Refiro-me ao advogado Baptista de Azevedo” (*Diário de Notícias* - RJ, nº 622, 05 mar. 1932, p. 4). A homenagem deu-se com a grafia atualizada do nome, Batista de Azevedo.

Figura 22 – Rua Batista de Azevedo e Aeroporto Internacional (Ponta Porã – MS)



Fonte: Acervo Fernando dos Anjos Souza

É possível julgar ter o poderio da Empresa Mate Laranjeira influenciado para o resultado do júri favorável aos réus, com a absolvição unânime. Baptista de Azevedo simbolizava o forasteiro, vindo de outro estado e representando os que chegavam a Ponta Porã e disputavam com a Empresa Mate Laranjeira a posse das terras.

A união das autoridades em favor dos réus fica demonstrada por meio de um bilhete, mostrado na Figura 23, escrito por Álvaro de Barros para Heitor Mendes Gonçalves, em 1º de fevereiro de 1924, transcrevendo um telegrama remetido pelo Olegário de Barros, chefe de polícia e residente em Campo Grande.

No bilhete, o emitente informou a vinda do juiz de Corumbá, o doutor Gondim, para processar o inquérito policial e solicitou hospedagem ao juiz em uma casa na cidade de Ponta Porã. A informação foi repassada ao réu, com recomendações sobre a sua vinda de Campanário para Ponta Porã.

O alerta do repórter Ricardo Pinto, em 1932, sobre as ações da Empresa Mate Laranjeira, permanece válido, pois “de resto, a verdade inteira jamais poderá ser conhecida” (Diário de Notícias, nº 613, 24 fev. 1932, p. 1).

Figura 23 – Bilhete de Alvaro Campos transmitindo telegrama de Olegário de Barros

Texto: O telegramma de Olegario, de
Camposfrande, datado de hoje, e o seguinte:
"Regressarei ahi em companhia
Dr. Gondim que sera juiz sum-
mario crime caso occorrido ul-
tiramente pt. Conueniente conse-
guir casa hospital-o com conforto
Abaco Olegario Barros
Chefe Policia"

Disto não se desmune que elle ve-
ha amantã. Assim, ha tempo
sufficiente para a sua viagem - Pelo
menos e o que me parece, pois o Olegario
pede uma casa, sabendo as diffi-
culdades que ha aqui.

Do
Alvaro Barros.

2/24
Ponta Porã

Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul – Coleção Empresa Matte Laranjeira

Nas pesquisas para a presente tese, o túmulo do Dr. João Baptista de Azevedo não foi encontrado no Cemitério Municipal de Ponta Porã.

4. O LEVANTE MILITAR DE MATO GROSSO EM 1922: tenentismo e conflitos políticos

Durante o período denominado como Primeira República (1889-1930), prevaleceu a “política do café-com-leite”, quando as oligarquias agrárias mineiras e paulistas, com seus acordos, faziam que seus candidatos predominassem nas eleições federais e sucediam-se como presidentes.

Na Primeira República, de acordo com Carvalho (2005, p. 59), ocorreu uma evolução nas Forças Armadas, caracterizada pela intensa luta do Exército para se tornar organização nacional capaz de efetivamente planejar e executar uma política de defesa no seu sentido amplo, uma luta com vários momentos e dimensões.

Para Carvalho (2005, p. 61), o impulso para a mudança no conceito de defesa nacional e, portanto, no papel das Forças Armadas, veio de dentro da organização militar. As ideias de transformação, como o conceito do soldado-cidadão e o recrutamento universal, partiram do próprio Exército, dirigidas contra as elites civis de base agrária e procuravam promover a abertura da sociedade ao Exército.

Dessa maneira, segundo Carvalho (2005), as intervenções militares na Primeira República originaram-se na própria instituição militar, decorrente de seus aspectos organizacionais, incluindo o processo de recrutamento, o treinamento do corpo de oficiais, a estrutura interna, o tamanho e localização geográfica dos efetivos militares, e a ideologia organizacional.

Benjamin Constant, quando Ministro da Guerra nos primeiros meses da República, defendia o conceito do soldado-cidadão. Segundo ele, o soldado-cidadão, ao preparar-se para a guerra, continuaria com seus deveres de cidadão, cooperando com o progresso da nação. O soldado na concepção de Benjamin Constant, afirma Carvalho (2005, p. 38), devia ser “o cidadão armado, importante cooperador do progresso”. A ideia do soldado-cidadão era intervencionista, e foi inicialmente difundida por jornalistas republicanos, com a finalidade de incentivar os militares a intervir na política e embaraçar o governo imperial. Destacaram-se na difusão desses propósitos Quintino Bocaiuva e Júlio de Castilhos. Um manifesto, redigido por Rui Barbosa em 1887, citava os cidadãos fardados, aos quais não se podia negar o direito de participar da vida política do Brasil.

Em oposição ao conceito de soldado-cidadão, uma corrente militar defendia a existência de um soldado profissional, dedicado às atividades inerentes à profissão militar. Em 1922, de acordo com Carvalho (2005, p. 39), os tenentes retomaram a ideia do soldado-cidadão.

O Tenentismo ou Movimento Tenentista começou no governo Epitácio Pessoa (1919-1922) e continuou após a posse de Arthur Bernardes em novembro de 1922. Na década de 1920, os principais movimentos do Tenentismo foram os *18 do Forte Copacabana*, em 5 de julho de 1922; os levantes de 1924, o *Segundo 5 de Julho*, e outros menores espalhados no país; e a *Coluna Miguel Costa – Prestes*, entre 1925 e 1927. O Tenentismo prosseguiu com a *Revolução de 1930*, e seus ideais são apontados como motivadores dos militares para o *Movimento de 1964*.

No entanto, o Tenentismo não se caracterizaria apenas como um movimento de revolta ao presidente Epitácio Pessoa ou contra a posse de Arthur Bernardes, seu sucessor, eleito no pleito de 1º de março de 1922. Os jovens oficiais rebelaram-se contra o governo, lutando por ideais, “pedindo mudanças ou combatendo certas injustiças sociais” (CARONE, 1974, p. 341), motivados pela situação política do país, com as oligarquias impondo as decisões.

Paradoxalmente, segundo Carone (1972, p. 352), a geração que representa a camada revolucionária tenentista é a mesma que aprendeu na Escola Militar do Realengo a necessidade de o Exército manter sua atuação dentro de seus limites constitucionais e profissionais.

Nas eleições de 1922, oligarquias de outros estados brasileiros (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco), desafiaram os acordos políticos vigentes para a sucessão presidencial e nos estados, e uniram-se na *Reação Republicana*, propondo a candidatura dissidente de Nilo Peçanha para suceder a Epitácio Pessoa na presidência da República. Arthur Bernardes, o candidato governista e ex-governador mineiro, foi eleito no pleito de 1º de março de 1922, assumiu em 15 de novembro e permaneceu no cargo até 15 de novembro de 1926. A *Reação Republicana* configurou a rebeldia oligárquica contra a candidatura de Arthur Bernardes, segundo Forjaz (1977, p. 39), e ocorreu paralelamente à rebeldia militar.

O descontentamento com a eleição de Arthur Bernardes à presidência mobilizou os jovens oficiais do Exército contra as oligarquias políticas e motivou o questionamento sobre o processo eleitoral vigente. A esse descontentamento, agregou-se o repúdio existente nos militares por ter Epitácio Pessoa nomeado um civil, João Pandiá Calógeras, para o Ministério

da Guerra. O caso das “Cartas Falsas”, publicadas pelo jornal *Correio da Manhã* - RJ e falsamente atribuídas a Arthur Bernardes, com teor ofensivo aos militares e mencionando o marechal Hermes da Fonseca, desencadeou o movimento, conforme caracterizado na Figura 24.

A insatisfação dos militares encontrou um estopim para o desencadeamento da revolta: a prisão, no dia 2 de julho de 1922, do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, presidente do Clube Militar, e o fechamento desse clube, determinado pelo presidente da República, Epitácio Pessoa. O Clube Militar sediava reuniões promovidas por oficiais descontentes e, em uma delas, a maioria decidiu pela adesão ao *Tribunal de Honra*, proposto por Nilo Peçanha, para averiguar as possíveis fraudes nos resultados da eleição presidencial de 1922. O amparo para o fechamento citava a mesma lei aplicada nas associações de operários anarquistas, aumentando a insatisfação no meio da oficialidade. O Clube só seria reaberto em 1923.

Em 1922, a notável participação dos militares do Forte Copacabana, no Rio de Janeiro, ficou a como o movimento dos “18 do Forte”. O plano dos militares consistia em reunir tropas da Vila Militar, a Escola Militar do Realengo e o Forte de Copacabana, e juntos marcharem para o Palácio do Catete para deporem o presidente Epitácio Pessoa. Para Carone (1974), o movimento revolucionário de 1922 obteve adesão apenas em Mato Grosso e em Niterói. Em Niterói, de acordo com Forjaz (1978), as forças legais rapidamente reprimiram o início de revolta, conduzida por uma minoria.

Segundo Forjaz (1978), no início dos anos 1920, a rebeldia militar e a atuação da *Reação Republicana* entrelaçaram-se, e se apresentaram como a conjunção de dois movimentos contestatórios das estruturas políticas básicas da Primeira República. Eles possuíam uma forma paralela e coincidente, mas com origens em reivindicações e conflitos diferentes:

De um lado a dignidade e honra das Forças Armadas ofendidas pelos “políticos” e “homens do poder” (o civilismo de Epitácio Pessoa e as “Cartas Falsas” atribuídas ao candidato de São Paulo e Minas, Arthur Bernardes). De outro lado, as tensões regionais das oligarquias dominantes, ou seja, os protestos dos setores oligárquicos não vinculados ao café, porém integralmente participantes das estruturas de poder típicas da Primeira República. Oligarquias dissidentes que utilizaram em sua luta pelo poder uma insatisfação militar de caráter corporativo, aguçada por uma grande coesão grupal (FORJAZ, 1978, p. 22-23).

Figura 24 – O caso da Carta Falsa e o Clube Militar



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional – Brasil: *Jornal das Moças*- RJ, nº 342, 5 jan. 1922, p. 1.

Em 1922, os tenentes que lideraram os acontecimentos, segundo Forjaz (1978), não apresentavam ainda um projeto para a sociedade. Eles teriam agido em um momento de despertar da consciência, integrantes de uma corporação ofendida, após ser valorizada como responsável pelo surgimento da República. A partir desses episódios, desencadeados em 1922, começam a enxergar a instituição militar como representante dos interesses da nacionalidade. Os militares agiram isoladamente, não buscaram alianças nas oligarquias dissidentes e nem pretenderam o apoio de grupos populares. Conforme Forjaz (1978, p. 25), os tenentes não pretendiam e nem foram identificados como porta-vozes de nenhum grupo social, a não ser o próprio Exército.

Sobre as interpretações diferentes a respeito das causas da participação militar no Movimento Tenentista, Forjaz (1977 e 1978) considera que existe uma divisão de opinião entre os cientistas sociais brasileiros e os agrupa em duas correntes conflitantes.

Uma corrente engloba a obra de vários pesquisadores, com matriz no pensamento de Virgínio Santa Rosa, endossada por Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Wanderlei Guilherme, Edgard Carone e Octavio Ianni. Os integrantes dessa corrente consideram os militares como uma força aliada das classes médias, parceira dos grupos industriais, um porta-voz das reivindicações desse setor social. Os tenentes, com seus projetos de modernização e reformas sociais, correspondiam aos interesses econômicos das camadas médias, em busca de uma maior participação política e ascensão enquanto classe social. Eram tolhidos em seus objetivos pelas oligarquias agrárias, defensoras de um modelo agrário-exportador, monopolizador do poder de Estado, sustentado pela economia agroexportadora, principalmente do café.

Santa Rosa (1976, p. 45) considera o movimento como surgido entre os militares, nascidos no seio das classes médias, as quais estavam “pesadamente comprimidas pelas oligarquias político-regionais”. A essência do movimento consistiria “no seu papel ligado ao processo de ascensão da burguesia brasileira, em luta contra o absoluto domínio exercido pela classe latifundiária” (SODRÉ, 1976, p. XVIII).

Santa Rosa (1976) afirma ter escrito a sua obra, por ele chamada de ensaio, sem preocupações de ordem partidária, ainda no ano de 1933, na imediata sequência dos acontecimentos. A aristocracia latifundiária brasileira arruinou-se com a abolição da escravidão, sofrendo um colapso pelo deslocamento dos trabalhadores para as cidades. Com a proclamação da República (1889), um expansionismo econômico, conjugado com o industrialismo, o incremento da imigração, a construção de vias de comunicação, portos

marítimos e vias férreas, trouxe o renascimento do latifúndio, agora com uma burguesia que “cresceu, invadiu as terras, apossou-se dos latifúndios e dos cargos eletivos, numa inflação tenaz e invencível” (SANTA ROSA, 1976, p. 24). O movimento do desenvolvimento do capitalismo fez-se sentir no Brasil, principalmente a partir do início do século XX. O latifúndio renascia, agora conduzido pela burguesia, recuperando sua posição de destaque na vida econômica e política.

Ainda segundo o mesmo autor, o progresso material do início do século trouxe o desenvolvimento das cidades, o surgimento de industriais, comerciantes e fazendeiros paulistas de café, com o declínio da aristocracia rural, e serviu de ancoragem para a ascensão ao domínio da burguesia na República. Decorrente dessa situação, “O Estado tornou-se a expressão dos seus interesses e desejos mais profundos, dominado por intermédio da coação todo-poderosa dos latifúndios, realizada no seio dos clãs políticos dos coronéis fazendeiros” (SANTA ROSA, 1976, p. 27).

Ao mesmo tempo, acompanhando a ascensão burguesa ao poder, crescia também a pequena burguesia. Segundo Santa Rosa (1976, p. 27), o desenvolvimento das indústrias e do comércio, exigindo funções e cargos diversificados, provocou uma diferenciação nas massas anônimas da população nacional. Nasceu a pequena burguesia, formada pela classe média, com a aglutinação de funcionários das administrações públicas e particulares, o empregado do comércio, o proletário dos campos e das fábricas. Ela possuía consciência dos seus direitos e procurou atingir a sua expressão política.

Como resultado desse processo, Santa Rosa (1976, p. 28) aponta a formação de dois grupos em frente um do outro. De um lado, a burguesia, confundida com a alta burguesia, devido ao ainda acanhado desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, do outro lado, a pequena burguesia, identificada com o proletariado, por causa da miséria encontrada na nossa existência material. Nas disputas políticas, “A primeira possuía o poder, baseada na posse dos latifúndios, armada com a máquina de poderosas oligarquias políticas. A segunda atacava e solapava os bastiões burgueses com todas as forças e armas de que podia dispor” (SANTA ROSA, 1976, p. 28).

Para Santa Rosa (1976, p. 35), o crescimento da pequena burguesia ameaçava de morte o predomínio das oligarquias políticas, e os interesses dos grandes proprietários de terra venceram as disputas políticas, apoiadas em partidos regionais sob seu controle, cooperando na perpetuação das oligarquias político-regionais. Detendo as posições de mando no quadro político, as oligarquias políticas impediam que os governos atendessem aos anseios das

massas que formavam a classe média e o proletariado. Com essa configuração política, na pequena burguesia inexistia um espírito associativo, e somava-se a essa ausência um estado de inconsistência e subordinação econômica das classes médias do mundo rural:

A confusão era tremenda[...] o dissídio entre os Governos e as massas urbanas era patente e irremediável. O povo atacava o Poder, procurando miná-lo com o ridículo e o descrédito. Em paga, o Poder ignorava o povo. E a estrutura política e social do Brasil tinha de continuar incólume ao terremoto demagógico, devido à ação poderosa das camadas do subsolo econômico. (SANTA ROSA, 1976, p. 29-30, grifo nosso).

Na área rural, Santa Rosa (1976) descreve uma situação que – ressalvadas as alusões ao feudalismo - pode ser estendida para o Mato Grosso, na época do espaço temporal analisado:

As massas rurais, em esmagadora maioria, ainda permaneciam sujeitas ao coronelismo local. Economicamente subordinadas, prisioneiras de sua vontade, gravitando na órbita de seus interesses financeiros e partidários. O caudilho continuava a comandar, como sempre, os atos mais íntimos do agregado, acudindo-o nas crises e padecimentos morais e materiais. Em troca, exigia dele serviços e sujeições. No cenário inculto dos trópicos, o senhor dos latifúndios prolongava a existência do barão feudal. A **barganha sertaneja** como que imprimia o seu cunho característico à vida do nosso hinterland. **Trocavam-se produtos, trocavam-se dedicações.** E o voto era um ato de vassalagem, mera adesão pessoal, preito de homenagem do servo rude ao seu barão feudal. A pragmática medieval ressurgia assim, transfigurada, no nosso solo democrático (SANTA ROSA, 1976, p. 30, grifo nosso).

Para Santa Rosa (1976, p. 31), para a pequena burguesia não havia possibilidade de “revanche senão pela luta armada”, e quando eclodiram os movimentos armados nos anos de 1922, 1924 e 1926, era a pequena burguesia que explodia, para fazer ceder à força o “velho edifício constitucional”, sustentáculo da prática oligárquica do regime na Primeira República. A inutilidade das tentativas de quebrar os vícios nas sucessões presidenciais abriu caminho ao Movimento Tenentista, que se propunha, conforme Sodré (1976, p. XVIII), a alterar o quadro tradicional pela violência armada e, com a rebelião militar, quebrar a situação dominante. Houve uma adesão inicial das populações urbanas ao movimento contestatório militar:

E, por isso, quando os militares, em crise de indisciplina, lançaram mão do mal-estar nacional, aproveitando-o como matéria-prima, as populações urbanas exultaram, na afoiteza de fazer saltar os bujões das leis e códigos prejudiciais ao seu expansionismo fatal, à sua ascensão como classe social. (SANTA ROSA, 1976, p. 41)

Os descontentamentos, transformados nos movimentos armados de 1922 a 1926, foram manifestações das “contorções das classes médias, quando pesadamente comprimidas

pelas oligarquias políticas político-regionais” (SANTA ROSA, 1976, p. 45). E, embora apoiados entusiasticamente pelas populações das maiores cidades brasileiras, esbarraram na inércia das massas rurais, dominadas pela subordinação econômica aos coronéis sertanejos, congregados em torno das polícias estaduais, que agiam a seus mandos.

A outra corrente interpretativa apontada por Forjaz (1977, 1978) é mais recente. Ao promover a análise do tenentismo com novas concepções teóricas, procura reelaborar “os estudos sobre a sociedade agrário-exportadora no Brasil e à sua superação por uma sociedade de tipo urbano-industrial.” (FORJAZ, 1978, p. 19). Entre os pesquisadores dessa corrente estão incluídos Bóris Fausto, Paula Beiguelman e Maria do Carmo Campello de Souza. Para Bóris Fausto, a atuação política do tenentismo não ocorre apenas por uma determinação de classe, “mas à sua função como aparelho de Estado, enquanto membros das Forças Armadas, instituição que ressocializa os seus membros e que possui uma autonomia relativa em face da sociedade civil” (FORJAZ, 1978, p. 19). Dessa forma, na interpretação de Bóris Fausto, endossada por outros estudiosos da Primeira República, como Maria do Carmo Campello de Souza e Décio de Azevedo Marques de Saes, os tenentes intervieram no processo político por terem sido induzidos pelas Forças Armadas, enquanto guardiães das instituições e responsáveis pela segurança da nação.

Forjaz (1978, p. 21), em uma interpretação própria sobre o Tenentismo, elaborou a hipótese de que “o comportamento político-ideológico dos tenentes só pode ser explicado pela conjugação de duas dimensões: sua situação institucional como membros do aparelho militar do Estado e sua composição social como membros das camadas médias urbanas”. O Tenentismo, então, produziu-se pela superposição dessas duas “situações”. Sua comprovação é que na conjuntura da década de 1920, o Tenentismo assumiu de fato o papel de porta-voz das aspirações das camadas médias urbanas, pois elas eram incapazes de organizarem partidos políticos para se representarem. As camadas médias urbanas reuniam elementos provenientes, em sua maioria, dos assalariados rurais migrados para as cidades, e aí participam de um processo de ascensão social, segundo Forjaz (1977, p. 21). Os militares, embora integrantes das camadas médias urbanas, possuíam uma autonomia própria, oriunda de suas funções no aparelho de Estado, e preencheram o papel de representantes dessas camadas sociais.

Para Forjaz (1978, p. 21), os tenentes e não as cúpulas militares, ao liderarem os movimentos, “não traduzem apenas as reivindicações do Exército, mas significam também a expressão do inconformismo antioligárquico das camadas médias urbanas”.

Ferreira e Pinto (2003, p. 401) classificam a produção historiográfica sobre o Movimento Tenentista em três correntes, uma a mais das consideradas por Forjaz (1978). Na terceira corrente, incluem Bóris Fausto e Forjaz, esta pelos seus argumentos apresentados, defendendo a superposição da situação institucional como membros do aparelho militar do Estado e sua composição social como membros das camadas médias urbanas. Essa corrente seria a mais recente e seus integrantes defendem uma análise mais global do Tenentismo, onde deve ser considerado “tanto a situação institucional dos tenentes como membros do aparelho militar, quanto a sua composição social como membros das camadas médias” (FERREIRA e PINTO, 2003, p. 402). Acrescentam que, apesar das diferenças existentes entre as correntes sobre o Tenentismo, os autores identificados com cada uma delas são coincidentes ao reconhecerem o importante papel que o movimento representou no processo de derrocada do sistema político vigente, concretizado na Revolução de 1930.

O *Tenentismo*, conforme Lanna Júnior (2003, p. 315), como uma ideia de ação política, apresenta seu tempo delimitado da década de 1920 até o início da de 1930. Como ideologia de uma ação política do Exército, ocorreram ideias sem ligações propriamente a um tempo, existindo dois tipos de Tenentismo: o movimento e a ideologia. O Tenentismo como ideologia permite um “leque amplo” de opções para o seu estudo, com questões específicas, vinculadas aos ideais e objetivos dos jovens oficiais naquele período da Primeira República, e questões gerais, relacionadas ao papel das forças armadas, especialmente do Exército, na política brasileira.

O *Tenentismo* como movimento, partiu da ação política dos militares, e apresenta um estudo mais delimitado, com cortes temporais e espaciais definidos de forma clara e evidente, mas constituintes de um só tempo, o “tempo do tenentismo”. Essa fase transcorreu de 1922 a 1927, um período “revelador da essência do tenentismo”, como movimento de conspiração, pegando em armas para lutar contra as oligarquias dominantes. (LANNA JÚNIOR, 2003, p. 315).

A conceituação de Lanna Júnior (2003, p. 315) respalda a presente tese, direcionada para as ocorrências relacionadas com as ações dos jovens oficiais no Estado de Mato Grosso, até o final da década de 1920.

Lanna Júnior menciona como objetivos do Movimento Tenentista, alinhados com a segunda vertente mencionada por Forjaz, a moralização da República pela força das armas, usadas para o cumprimento da missão constitucional de defender a ordem e as instituições:

Nesse período, surgiu como única alternativa aos anseios das classes médias populares. As mudanças tinham de ser feitas pelas armas, o que teria

transformado os militares rebeldes em vanguarda política da luta contra o domínio oligárquico da burguesia cafeeira e seus aliados. Entretanto, esse foi um liberalismo de fachada. Fundamentalmente, o tenentismo se manteve fiel à defesa da ordem e das instituições. Não tinha uma proposta militarista no sentido de um governo militar, mas era elitista; propunha a moralização política contra as oligarquias cafeeiras. Os jovens oficiais seriam os responsáveis por essa moralização, através da Revolução e da entrega do poder para políticos considerados por eles como “honestos”. (LANNA JÚNIOR, 2003, p. 316).

Fausto (1999, p. 307), caracteriza o *Tenentismo* como um movimento de rebeldia contra o governo da República, em suas manifestações até o ano de 1930, e aponta a insatisfação dos jovens oficiais contra o governo entre as causas do movimento. O descontentamento militar com o governo federal agravou-se ainda mais com a percepção de que os militares envolvidos na revolução de 1922 seriam severamente punidos com a perda de patente e expulsão do Exército. Com a divulgação da notícia da sentença, considerada uma vingança do presidente Arthur Bernardes, as guarnições do Exército na cidade de São Paulo rebelam-se no *Segundo 5 de julho*, sob o comando general Isidoro Dias Lopes, escolhido como chefe militar por ser um oficial de prestígio profissional e sua posição entre os de maior antiguidade entre os generais reformados. Adotou-se, neste trabalho, a designação do posto de general para esse comandante militar, embora algumas fontes citem-no com o posto de marechal. Receberam o apoio de parte da Força Pública paulista, conduzida pelo major Miguel Alberto Crispim da Costa, que servia no Regimento de Cavalaria sediado no centro da cidade de São Paulo.

O movimento do *Segundo 5 de julho*, deflagrado em 1924, possuía como objetivo principal a deposição do presidente Arthur Bernardes, eleito para o quadriênio 1923-1926. Conduzido por jovens oficiais, o *Segundo 5 de julho* integra o Movimento Tenentista, e é considerado como prosseguimento da Revolução dos *18 do Forte Copacabana*, também deflagrada no dia 05 de julho.

Para Lanna Júnior (2003, p. 319), a *Revolta dos 18 do Forte*, em 1922, incluindo o foco de revolta no Mato Grosso, embora não partissem de uma ação conjunta sistemática, comungavam da mesma motivação, denominada por eles de “revolução”. As revoltas foram reprimidas com energia pelo governo, que além do êxito na repressão, obteve a coesão da classe política civil contra o movimento rebelde e o fortalecimento das oligarquias.

O Estado de Mato Grosso, com a política interna aparentemente pacificada “na superfície”, sofreria reflexos em suas bases municipais da conturbada política nacional da primeira metade da década de 1920, quando ocorreram os movimentos armados do

Tenentismo, com as revoluções de 5 de julho de 1922 e de 1924 e o desdobramento posterior na *Coluna Miguel Costa / Prestes* entre 1925 e 1927.

O levante chefiado pelo general Clodoaldo da Fonseca, deslocando forças militares do Exército para Três Lagoas, em apoio ao movimento que irrompera no Rio de Janeiro, é citado como desdobramento na porção sul do antigo Estado de Mato Grosso da *Revolta dos 18 do Forte*. No dia 6 de julho de 1922, o general Clodoaldo da Fonseca, logo após assumir o comando da Circunscrição Militar, reuniu oficiais e tropas sob seu comando, da região sul de Mato Grosso e organizou a *Divisão Provisória Libertadora* para ir a Três Lagoas e dali seguir para o Estado de São Paulo, atacando as forças paulistas em apoio aos cariocas. Com a notícia de que o movimento no Rio de Janeiro fracassara, os revolucionários mato-grossenses se entregam no dia 13 de julho. Com a rendição, seguida da prisão de toda a oficialidade, segundo Carone (1974, p. 34) e Corrêa (2006a, p. 123), terminou a revolução mato-grossense.

Oliveira (2012), em sua uma monografia de graduação, limitou os estudos a fontes bibliográficas, ao analisar os motivos que levaram os militares da Circunscrição Militar de Mato Grosso a promoverem a sublevação das unidades aquarteladas no SMT. Esse trabalho foi o único encontrado com a finalidade de estudar os levantes militares ocorridos na Circunscrição Militar de Mato Grosso. Nesse estudo, Oliveira (2012) concluiu que o levante militar de 1922 em Mato Grosso teria sido um movimento exógeno, uma extensão do Movimento Tenentista no Rio de Janeiro, estimulado pela ação dos generais favoráveis à causa revolucionária e no qual se destacaram oficiais engajados com a *Reação Republicana*, sem condicionante regional estimulando a rebeldia dos oficiais, exceto as péssimas condições de trabalho e as transferências para as unidades militares mato-grossenses, motivadas por punições.

Na presente tese, o estudo sobre os reflexos do Movimento Tenentista em Mato Grosso está desdobrado neste capítulo e nos dois seguintes. Além de confrontar as conclusões de Oliveira (2012), neste capítulo procuram-se respostas para os seguintes questionamentos: Quais os personagens que atuaram no Levante de 1922 no Estado de Mato Grosso? Quais foram os desdobramentos no Mato Grosso da *Revolta dos 18 do Forte*? Quais eram os objetivos, ideais e motivação dos revoltosos de 1922, em Mato Grosso? De que maneira ocorreu a participação da população civil, e qual foi a percepção dessa população sobre o movimento? Quais as consequências políticas e militares do levante militar de 1922 em Mato Grosso?

4.1 As revoltas no SMT: tenentismo, conflitos e interesses políticos

Nas décadas iniciais da Primeira República, as forças militares mato-grossenses destacaram-se no conturbado período de revoluções no Mato Grosso. Segundo Corrêa (2006a, p. 44), nos primeiros anos da República, essas forças envolveram-se diretamente nas lutas coronelistas pela disputa do poder político e, a partir da década de 1920, em manifestações que refletiram as insatisfações políticas do Movimento Tenentista.

No ano de 1912, em Corumbá, com a sublevação do 13º Regimento de Infantaria, por causa de vencimentos atrasados em alguns meses, fato que novamente seria repetido em 1919, ocorreu o primeiro ensaio de rebeldia militar no Mato Grosso, segundo Corrêa (2006a, p. 152).

Em 1922, segundo Silva (1971, p. 206), o general Joaquim Ignacio¹ estava preparando, cuidadosamente, um levante das tropas militares da 1ª Circunscrição Militar, que abrangia o Estado de Mato Grosso. O governo, com o conhecimento dos seus planos, o transfere do comando.

O general Clodoaldo da Fonseca, possuidor de laços familiares com o general Hermes Rodrigues da Fonseca², foi designado para o comando da Circunscrição Militar, substituindo o general Joaquim Ignacio. Quando coronel, o general Clodoaldo da Fonseca governou o Estado de Alagoas de 12 de junho de 1912 a 12 de junho de 1915, conduzido por um movimento de oposição à oligarquia dominante de Euclides Malta no governo. Depois de ser o governador de Alagoas, recusou a candidatura a senador, retornando à caserna e, após ter sido preterido por três vezes em sucessivos governos, foi promovido a general em janeiro de 1920 (*A Rua* - RJ, nº 007, 08 jan. 1920, p. 2). Caso não fosse promovido, teria de deixar compulsoriamente o serviço ativo, no mês de março. (*Correio da Manhã* - RJ, nº 7619, 8 jan. 1922, p. 2).

Em Campo Grande, na noite de 5 de julho de 1922, o general Clodoaldo da Fonseca, após assumir o comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso, reuniu oficiais e os convocou para formar tropas sob seu comando, da região sul de Mato Grosso, e organizar a Divisão Provisória Libertadora, composta por duas brigadas, para ir em direção a Três

¹ Permaneceu no comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso de 13 de agosto de 1921 a 30 de março de 1922. (BENTO, 2001, p.107 e 109).

² Há divergências na bibliografia estudada sobre os laços de parentesco. Alguns citam como sendo “tio” do marechal (Silva, 1971, p. 206), e outros como “sobrinho”. De acordo com Barros (2010), os marechais Manuel Deodoro da Fonseca e Hermes Ernesto da Fonseca são seus tios e o presidente Hermes Rodrigues da Fonseca, por ser filho de Hermes Ernesto da Fonseca é seu primo.

Lagoas, utilizando os trens da via férrea, “sem conhecimento do insucesso do movimento sedicioso no Rio de Janeiro [...] com tropas, algumas vindas de diversos pontos da fronteira (Ponta Porã, Corumbá e Porto Murtinho” (CORRÊA, 2006a, p. 122), ocupar a cidade e dali prosseguir para Araçatuba, em território paulista. Nesse estado, planejava atacar as forças paulistas e seus possíveis aliados em apoio ao movimento revoltoso no Rio de Janeiro. Segundo Carneiro (1965, p. 245), o novo comandante da Circunscrição Militar já encontrou um ambiente revolucionário entre os oficiais, e na reunião noturna o incentivou, dizendo que a grande maioria do Exército estava em armas contra o governo, inclusive as forças de São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais.

O general Clodoaldo da Fonseca fez publicar no jornal *O Imparcial*, de Campo Grande, uma proclamação dirigida à Nação Brasileira, contendo, além da sua, como comandante da Divisão Patriótica, as assinaturas do tenente-coronel José Sotero de Menezes Junior, chefe do Estado-Maior, coronel Afonso Pinho de Castilho, o comandante da 1ª Brigada e do coronel Adolpho de Araujo Familiar, comandante da 2ª Brigada. A proclamação teria sido lida pelo coronel Sotero de Menezes para as forças que seguiram para Três Lagoas, e era iniciada por estas palavras:

A Divisão Provisória de Mato Grosso, não podendo mais suportar o peso do vilipêndio que lhe atiram os inimigos da Pátria, resolveu, depois de longos dias de sacrifícios morais, em um gesto largo, empunhar as armas para reivindicar, pelo direito da força, a todo preço, as responsabilidades que lhe assistem, como fator principal da jornada gloriosa de 15 de Novembro, esgotados que foram todos os meios suasórios de que lançou mão. (BRASIL, 1931).

Outra proclamação, dirigida ao povo mato-grossense e atribuída ao general Clodoaldo da Fonseca, foi divulgada no Rio de Janeiro, mencionando a situação política do país como uma motivação para a ação militar em defesa dos ideais republicanos:

Mato-grossenses, a situação política, angustiosa e aflitiva, que há muito vem atravessando a nossa querida pátria, chegou a termo já previsto: a reação armada na Capital Federal. Diz-nos a consciência que, com reiterados apelos que fizemos no sentido de se conseguir uma fórmula honrosa e digna, a fim de, sem grandes abalos reivindicar à República os verdadeiros princípios, cumprimos os nossos deveres, firmes nessa resolução que visa, principalmente, evitar a anarquia em nossa pátria. Resolvemos deixar o nosso Estado, ao qual desejo de todo o coração continue em paz e franca prosperidade, para marcharmos ao encontro dos nossos concidadãos que se batem pelo regime republicano. Tendo assim cumprido o nosso dever, esperamos que vós cumprireis o vosso. (*Correio da Manhã* - RJ, nº 8530, 13 jul. 1922, p. 1).

Pelas declarações, há uma pretensão dos militares em voltarem ao cenário político, como defensores dos valores republicanos, com o argumento de terem sido os instaladores da República.

Em Campo Grande, no dia 7 de julho, os militares sediciosos ocuparam a estação da estrada de ferro, depois a do Telégrafo e, finalmente, o quartel da polícia. Para equipar as tropas, requisitaram mercadorias ao comércio da cidade. Houve a convocação de todos os reservistas, sob a ameaça da pena de prisão aos faltosos, e a força militar do sul de Mato Grosso se movimentou para a concentração na cidade de Três Lagoas, conduzindo a guarnição de Forte Coimbra e os canhões Krupp calibre 8³ (*A Noite* - RJ, nº 3817, 20 jul. 1922, p. 3). A proclamação e a movimentação dos militares alterou a rotina da cidade, com a população assistindo o desenrolar dos acontecimentos:

Segundo testemunhas oculares, o aspecto da cidade era anormal. Por toda a parte, ouviam-se cantorias de soldados e marchas patrióticas. O movimento de soldados de cavalaria era intenso em todos os sentidos. A população, curiosa, espreitava através da vidraça e nas soleiras das portas. O manifesto do general Clodoaldo da Fonseca era largamente distribuído. Se bem que a cidade estivesse alarmada, **a população civil mantinha-se calma ou pelo menos indiferente.** (*O Combate* - SP, nº 2136, 18 jul. 1922, p. 1, grifo nosso).

Os funcionários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil não se aliaram aos revoltosos. As comunicações telegráficas destinadas ao comando da circunscrição militar eram interceptadas pelos telegrafistas e dirigidas ao engenheiro da Estrada de Ferro Noroeste, Waldemar Luz. Embora criptografadas, por serem extensas e usarem uma chave considerada simples, foram decodificadas. Dessa maneira, descobriu-se o plano dos revolucionários de se apoderarem das balsas e rebocadores que faziam a travessia do rio Paraná, e atravessar o rio para o território paulista. (*O Combate* - SP, nº 2136, 18 jul. 1922, p. 1)

Outras providências da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil colaboraram para atrasar os sediciosos na marcha para Três Lagoas, considerado um ponto capital, pois ocupada a cidade, se daria travessia do rio Paraná, com a invasão do território paulista, de onde uma variedade de opções de comunicações facilitaria o trânsito pelo estado. O deslocamento dos trens de Campo Grande para Três Lagoas, no Mato Grosso, teria sido dificultado pela ação da Noroeste que “mandou esvaziar todas as caixas de água existente naquele percurso, a fim de evitar a marcha rápida do trem dos revoltosos, sendo que até o dia 9 da manhã o comboio não havia chegado a Três Lagoas” (*O Paiz* - RJ, nº 13783, 16 jul. 1922, p. 2). Aos primeiros

³ Canhão da década de 1870. O calibre, na verdade, era de 7,85cm, e considerado como pesado e de fraco poder balístico pelos artilheiros (LOBO VIANNA, 1897, p. 411).

rumores da sublevação, e do deslocamento para São Paulo, os empregados da ferrovia cortaram todas as comunicações entre as duas margens do rio. Ordenada pelo governo do Estado de Mato Grosso, a retirada da balsa de condução de trens, dos dois rebocadores e de uma lancha que apoiava a travessia, enviados para o porto Itapura, na margem paulista, barrou a pretendida travessia do rio Paraná, a qual liberaria o acesso para São Paulo e um possível prosseguimento para o Rio de Janeiro (*O Paiz* - RJ, nº 13783, 16 jul. 1922, p. 2). Por ordem do Arlindo Luz, engenheiro diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, os funcionários da ferrovia retiraram as peças essenciais para o funcionamento das embarcações, tornando-as inutilizadas para a navegação.

O primeiro trem saído de Campo Grande conduzindo 90 revoltosos, alguns oficiais e material de artilharia, partiu somente na madrugada do dia 8 de julho. O retardo no avanço dessas forças permitiu que os legalistas ocupassem os pontos de travessia no rio Paraná, estendendo uma rede de vigilância. Contudo, os rebeldes apoderaram-se de uma chata, com capacidade de 25 a 30 homens, construíram outra igual em um dia, e conseguiram, ainda, capturar uma lancha a gasolina (*O Combate* - SP, nº 02136, 18 jul. 1922, p. 1). Um pequeno efetivo revoltoso navegou até a foz do rio Tietê, no Porto Itapura, a três quilômetros da foz, onde foi encontrado o material flutuante ali recolhido. Prenderam a tripulação que servia de guarda, mas não puderam utilizar as embarcações, sem as peças essenciais para o funcionamento. (*O Paiz* - RJ, nº 13785, 18 jul. 1922, p. 2 e *Correio Paulistano* - SP, nº 21203, 18 jul. 1922 e nº 21207, 22 jul. 1922, p. 4).

O ministro da Guerra reconheceu a importância da colaboração dos funcionários dos Correios e das estradas de ferro, conforme fez publicar no Aviso nº 92, de 25 de julho de 1922:

Ministério da Guerra – Rio de Janeiro, 25 de julho de 1922 - N. 92. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas – **A colaboração muito eficiente que ao ministério da guerra prestaram as estradas de ferro central do Brasil e noroeste do Brasil e a repartição geral dos telégrafos** durante os acontecimentos ocorridos nesta Capital e no Estado de Mato Grosso, merece especiais referências e louvores, tanto mais quanto é certo que, sem a cooperação dessas repartições e o dedicado esforço de todos os seus membros, não teria sido exequível a pronta repressão ao movimento sedicioso e a transmissão urgente das providências indispensáveis. Rogo-vos, pois, apresentar, em nome deste ministério, às respectivas diretorias agradecimentos muitos cordiais. Saúde e Fraternidade – Calógeras (RMG, 1922, p. A-B-106, grifo nosso).

As quatro peças de artilharia trazidas de Forte Coimbra foram colocadas pelos rebeldes próximas à foz do rio Sucuriú, ficando em posição oposta à estação paulista de Jupia.

Em Três Lagoas, Jorge de Cintra e Breno, dois médicos da cidade, considerados como revolucionários, eram sempre vistos a correr de um lado para outro, entrando e saindo do quartel-general dos revoltosos. Houve uma deposição das autoridades, substituídas por simpatizantes do levante. O tenente Octavio Guimarães exercia as funções de intendente territorial de Três Lagoas; o Sr. Durval recebeu o encargo de delegado da revolução; o tenente Joaquim Távora e o capitão Ribeiro exerciam também cargos de destaque. O tenente Grandville Belorophonte de Lima, considerado como um dos mais ardoroso e verdadeiro chefe do movimento, designado para inspetor militar do tráfego da Estrada de Ferro Noroeste, também realizava a censura telegráfica. No comércio, adotou-se um sistema de requisições diferente, utilizando dinheiro para os pagamentos. Assim, “tudo o que compravam era pago a dinheiro. Como em tempo de guerra, requisitavam gêneros, pagando-os, porém, à vista. A exceção foi para um comerciante de nacionalidade turca, que teve a casa violada por esconder 100 sacos de milho”. (*O Combate* - SP, nº 02136, 18 jul. 1922, p. 1).

A reação do governo ao levante militar foi imediata e enérgica. O presidente da República, por decreto assinado em 12 de julho de 1922, destituiu o general Clodoaldo da Fonseca do comando da Circunscrição Militar (*Correio da Manhã* - RJ, nº 8530, 13 jul. 1922, p. 1). Em São Paulo, o general Abilio de Noronha comandante da 2ª Região Militar, organizou uma coluna militar para a repressão ao movimento revoltoso. O coronel Luiz Furtado recebeu o comando dos primeiros elementos, embarcados em um trem noturno. Em seguida, a coluna, formada por tropas do Exército e da Força Pública de São Paulo, dirigiu-se para a divisa com Mato Grosso, para conter os rebeldes mato-grossenses. Uma esquadrilha de três aviões reforçava as tropas legais, para realizar os reconhecimentos aéreos sobre as posições adversárias.

O monitor *Pernambuco*, da Flotilha do Mato Grosso, com sua tripulação exercitando tiros no rio Paraguai, entre Porto Murtinho e Forte de Coimbra, recebeu ordem do governo para seguir para Ladário, com a finalidade de auxiliar, em caso de necessidade, as operações de repressão aos revoltosos (*O Paiz* - RJ, nº 13783, 16 jul. 1922, p. 2).

O coronel Tertuliano de Albuquerque Potyguara assumiu o comando da coluna militar legalista no dia 10 de julho, atendendo solicitação do governo federal (*O Paiz* - RJ, nº 13785, de 18 jul. 1922, p. 2). Identificado como um oficial ligado ao governo, ao qual defendera em reuniões no Clube Militar, contrariando opiniões dos jovens oficiais, e experiente em combates, tendo comandado a Coluna Norte, responsável pelos ataques ao reduto de Santa Maria, na Guerra do Contestado (1915). Integrando as tropas brasileiras enviadas para a

França⁴ durante a 1ª Guerra Mundial (1918), destacou-se na região de *Saint Quentin*, quando foi promovido a tenente-coronel por atos de bravura. Recebeu do governo francês as condecorações da Legião de Honra, da Cruz de Guerra com palma, da Medalha da Vitória e o distintivo de ferimento em combate (*Correio Paulistano* - SP, nº 20364, 12 mar. 1920, p. 1). Atuou na repressão aos revoltosos dos *18 do Forte*, quando ordenou a uma companhia mista de forças do Exército e da polícia o ataque final com baionetas (*Correio Paulistano* – SP, nº 21192, 7 jul. 1922, p. 2, e nº 21214, 29 jul. 1922, p. 4) onde faleceu Mário Carpenter e ficaram gravemente feridos os tenentes Siqueira Campos, com o fígado cortado em diversas partes e outro ferimento, também por baionetas, no ventre, (*O Combate* - SP, nº 02130, 8 jul. 1922, p. 1) e Newton Prado, este vindo a falecer depois, em consequência dos ferimentos. O tenente Siqueira Campos, sobrevivente do Forte Copacabana em 1922, seria um dos líderes do *Segundo 5 de julho*, em 1924. Ao executar o ataque ordenado pelo coronel Potyguara, a tropa:

Penetrou na areia de Copacabana, onde se achavam três oficiais e 30 praças revoltadas, atirando com fuzis metralhadoras e fazendo grande número de mortos e feridos. Sustentando cerrado tiroteio com os revoltosos, organizou uma carga de baioneta e, avançando a marche-marche contra o grupo de sediciosos, conseguiu subjuga-los ao que foi ovacionado pela soldadesca presente, marchando com ela para o forte de Copacabana e ocupando-o militarmente (*Correio Paulistano* - SP, nº 21207, 22 jul. 1922, p. 4).

Nas barrancas do rio Paraná, confrontaram-se dois oficiais que se destacaram por ocasião da Revolta da Vacina, um levante da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1904. Na descrição de Lobato Filho (1992, p. 96), o então major Clodoaldo da Fonseca, Fiscal Administrativo da Escola, foi procurado pelos cadetes em sua residência, mas recusou-se a servir de intermediário e aconselhou calma aos militares. O então tenente Tertuliano Potyguara, exercia uma função de destaque no movimento rebelde e aconselhou os cadetes a não prosseguirem para o Palácio do Catete. Conseguiu com suas orientações um primeiro recuo para a escola, e após deixar os cadetes recolhidos aos seus alojamentos, com outros oficiais, saiu da Escola. As ações dos dois oficiais são assim resumidas: “A palavra do Major

⁴ Pelo Decreto nº 3.427, de 27 de dezembro de 1917, era autorizado o envio de uma comissão de oficiais para acompanhar as operações do Exército Francês, e o então major Tertuliano Potyguara (1873-1957) integrou essa comissão (RMG, 1917). Foi promovido a general em 20 de janeiro de 1923 (*Gazeta de Notícias* - RJ, nº 18, 21 jan. 1923, p. 1). Pela sua atuação destacada em combates, a grande unidade do Exército Brasileiro sediada em Ponta Grossa – PR, atualmente a 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, pela Portaria nº 210, de 28 de abril de 2000, recebeu a denominação histórica de *Brigada General Tertuliano de Albuquerque Potyguara*. Ainda no posto de tenente-coronel, comandou o 17º BC em Corumbá, quando propôs ao ministro da Marinha a fundição dos canhões da época da Guerra do Paraguai, abandonados nos fortes de Corumbá, para ser o bronze aproveitado no monumento aos Heróis de Laguna e Dourados, a ser construído no Rio de Janeiro. (*JOP*, nº 47, 16 jan. 1921). (*O Paiz*- RJ, nº 13152, 23 out. 1920, p. 3 e nº 13430, 28 jul. 1921, p. 5).

Clodoaldo foi um calmante para os cadetes da resistência, da mesma maneira que a ação do Tenente Potiguara tinha sido um sedativo na Rua da Passagem, para os do avanço para o Catete.” (LOBATO FILHO, 1992, p. 96).

O *Correio Paulistano*, apesar do estado de sítio e censura à imprensa impostos pelo governo, teve o jornalista Plínio Reys acompanhando o Estado-Maior das forças legais. O jornalista obteve depoimentos, colheu documentos e publicou-os em livro. (*Correio Paulistano* - SP, nº 21202, 17 jul. 1922, p. 1).

Ao declarar como planejava o ataque aos rebeldes em Três Lagoas, o coronel Tertuliano Potyguara demonstrou que pretendia colocar em prática os conhecimentos adquiridos na França sobre uma clássica operação de transposição de curso de água e a guerra de trincheiras:

Dispondo de artilharia superior à dos rebeldes (12 canhões de campanha, inclusive morteiros, contra quatro velhos Krupp, dos amotinados) romperia, pela madrugada, um **violento tiro de barragem** sobre a margem oposta e, lançando mão do copioso **material flutuante** de que dispunha, **atravessaria o caudal**, e estava certo de tomar pé no outro lado, não só por causa da **proteção do bombardeio e das excelentes metralhadoras do seu destacamento** como principalmente devido ao admirável estado de espírito da tropa, onde todos vibravam, como bons brasileiros, pelo **restabelecimento da disciplina e da ordem, indispensáveis à grandeza e ao progresso da Pátria**. (*O Paiz* - RJ, nº 13799, 1º ago. 1922, p. 2, grifo nosso).

Na descrição do enviado especial do *Correio Paulistano*, no dia 12 de julho, a tropa legalista preparava-se para os combates. Os ensinamentos franceses para a clássica *guerra de trincheiras* estavam sendo seguidos:

Iniciaram-se ativamente os preparativos para a emergência de um combate. A bateria, com os seus quatro 75, brunidos⁵, cuidadosamente tratados, tomou posição a 1.800 metros do adversário, sendo colocados o respectivo observatório e o posto de comando na barranca paulista e estabelecendo-se a imprescindível ligação telefônica entre esta e a linha de fogo. Com grande presteza, e simultaneamente, iniciou-se a abertura de trincheiras, visto tratar-se de uma posição exposta aos fogos inimigos. E, dentro de pouco tempo, ultimados os trabalhos a bateria, em condições de cumprir a sua missão, conservou-se em atenta vigilância, com seus homens armados de mosquetões e contando com munição suficiente para as primeiras hostilidades. Tratando-se de uma frente demasiadamente extensa, de cerca de quatro quilômetros, pois que se alongava do primeiro pilar da grandiosa ponte em construção sobre o rio até a foz do Sucuriu, já se achavam designados dois pontos de concentração [de fogos] na margem oposta para serem batidos pela bateria (*Correio Paulistano* - SP, nº 21211, 26 jul. 1922, p. 4).

⁵ Refere-se aos Canhões Krupp de calibre 75mm, um melhoramento do modelo de 7,85cm, e era mais leve e de maior alcance, podendo a granada alcançar alvos a 9.000 metros de distância. (LOBO VIANNA, 1897, p. 413).

A pacata e antes deserta Jupiá transformara-se em uma praça de guerra, com cozinhas de campanha, barracas, munições e trincheiras. Mas não houve combates entre a Divisão Patriótica Libertadora e as forças legais. Carone (1975) menciona que, no dia 13 de julho, houve uma conferência realizada na sala reservada às senhoras na estação da estrada de ferro em Três Lagoas, utilizada como posto de comando, entre o general Alberto Cardoso de Aguiar e o general Clodoaldo da Fonseca. O general Cardoso de Aguiar, emissário do presidente Epitácio Pessoa, recebera a incumbência diplomática de promover um entendimento que evitasse o confronto armado e o derramamento de sangue, embora com a imposição da rendição incondicional dos revoltosos. Na reunião, o emissário presidencial informou ao general Clodoaldo da Fonseca do fracasso da revolução no Rio de Janeiro, um fato ainda ignorado em Mato Grosso, devido à deficiência de meios de comunicação, pois as ligações telegráficas estavam interrompidas, o mesmo acontecendo com os trens, cessando a condução dos exemplares de jornais e revistas para a distribuição pelo Estado. Acertou-se então a rendição dos revoltosos, que se entregaram, “convencidos da inutilidade do prosseguimento das operações revolucionárias” (NORONHA, 1924, p. 49).

A conferência correu riscos de terminar trágicamente. O general Cardoso de Aguiar se deslocou para Três Lagoas na tarde do dia 12, ao encontro marcado para ser realizado à noite. Estava acompanhado do chefe do seu Estado-Maior, coronel João Lopes de Oliveira Lyrio, do coronel Luiz Furtado, ex-comandante do 4º Batalhão de Caçadores, sediado em São Paulo, do capitão Antonio Paiva de Sampaio, do 4º BC, e do tenente Inimá Siqueira, ajudante de ordens. Mas o general Clodoaldo da Fonseca se atrasou, devido a um descarrilamento da locomotiva que movia o trem, e só chegou ao meio-dia do dia 13, quando conferenciaram por uma hora. Entre os revoltosos existiam oficiais que não aceitavam a deposição das armas e solicitavam a continuidade da luta. O tenente Grandville Belorophonte de Lima, ao ser inteirado do teor do acordo, não o assinou e procurou convencer os tenentes Joaquim Távora, Eurico Mariano e Octavio Guimarães de que a única medida a tomar seria impedir o regresso ao Estado de São Paulo da comitiva com o general Cardoso de Aguiar, chegando a dar ordens nesse sentido. Todavia, o tenente Grandville não conseguiu impor sua vontade.

O tenente Octavio Guimarães, considerado como o mais extremado dos revoltosos, ao conhecer os termos do acordo, não concordou com eles, pois considerava a situação favorável à revolução. Assinou, por vencido, o acordo. Porém, ao saber do conteúdo, “combinara os meios de levar a efeito a deposição dos oficiais comandantes das forças sublevadas, inclusive o general Clodoaldo, bem como a prisão do general Cardoso de Aguiar e de todos os oficiais

que o acompanhavam” (*Gazeta de Notícias* - RJ, nº 281, 29 nov. 1922, p. 5). O intento do tenente Octávio Guimarães se realizou, pois obteve a oposição de seus companheiros.

Com o acordo entre as partes, o general Cardoso de Aguiar expediu ao general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar, o seguinte telegrama, informando o resultado da missão:

Três Lagoas, 13 – Acabo de ter entendimento com o general Clodoaldo da Fonseca, do qual resultou acordo que constituía minha missão. É com intenso júbilo patriótico que levo ao vosso conhecimento o resultado obtido em prol da paz, completamente assegurada. Julgo de alta conveniência por enquanto a transposição do rio Paraná pelas forças do comando do coronel Potyguara. O general Clodoaldo da Fonseca, após normalizar a situação da circunscrição militar, seguirá para o Rio de Janeiro, a fim de se **apresentar ao governo**. Lembro urgente conveniência vir assumir o comando da circunscrição um oficial general de inteira confiança do governo. Cordiais saudações. General Cardoso de Aguiar. (*O Paiz* - RJ, nº 13783, 16 jul. 1922, p. 2, grifo nosso).

O ministro da Guerra, na resposta ao despacho encaminhado pelo general Abílio de Noronha comunicando a rendição das tropas revoltosas de Mato Grosso, estabeleceu as seguintes condições:

- 1º - O general Cardoso de Aguiar será nomeado comandante da 1ª Circunscrição Militar, de Mato Grosso.
- 2º - O general Clodoaldo da Fonseca apresentar-se **imediatamente preso**, em S. Paulo;
- 3º - O general Cardoso de Aguiar fará a moralização da circunscrição;
- 4º - Os oficiais apresentar-se-ão na sede da 2ª Região Militar, de acordo com o edital que os chamou, no prazo marcado, que poderá, entretanto, ser prorrogado, se as conveniências do serviço assim o exigirem e por proposta do general Cardoso de Aguiar;
- 5º - As forças do coronel Potyguara permanecerão na margem paulista do rio Paraná, até segunda ordem. (*A União* - RJ, nº 58, 20 jul. 1922, p. 3, grifo nosso).

Após a prisão do general Clodoaldo da Fonseca, o general Alberto Cardoso de Aguiar assumiu o comando da Circunscrição Militar e ordenou o regresso das tropas às respectivas sedes.

Encerrada as negociações em Três Lagoas, os correspondentes de agências de notícias transmitem notícias tranquilizadoras, informando a volta da normalidade e da paz nas cidades.

CAMPO GRANDE (A.A) – Depois de oito dias agitadíssimos e variados movimentos de tropas das forças sublevadas, voltou finalmente a cidade a costumeira calma, reinando agora absoluto sossego e a confiança na tranquilidade. [...] CORUMBÁ, 20 (Star) – Acaba de chegar a esta cidade o 17º Batalhão de Caçadores, que se havia revoltado, ficando normalizada a situação. Os habitantes que se haviam refugiado no território da Bolívia, já regressaram. O Banco do Brasil continua fechado, encontrando-se em Porto

Suarez o seu pessoal, que aguarda ordens da casa matriz sobre o seu regresso. O Banco do Comércio reabriu-se hoje. Reina intenso entusiasmo na população, pelo regresso dos reservistas aos seus lares (*O Paiz* - RJ, nº 13788, 21 jul. 1922, p. 2).

Um revolucionário afirmou que o governo não cumpriu o acordo: “vencido, por sua vez, o levante das tropas de Mato Grosso, **mediante acordo não cumprido**, pelo governo, após sua assinatura, tudo voltou à calma aparente das consciências abafadas.” (TÁVORA, 1974, p. 120, grifo nosso). Uma hipótese sobre o descumprimento citado por Juarez Távora seria sobre a situação do general Clodoaldo da Fonseca. O general Cardoso de Aguiar, no telegrama ao comandante da 2ª Região Militar, propunha que o revoltoso seguiria para o Rio de Janeiro, quando a situação estivesse normalizada, “a fim de apresentar-se ao governo” (*Correio Paulistano* - SP, nº 21201, 16 jul. 1922, p. 1). O ministro da Guerra ao determinar que o general Clodoaldo da Fonseca se apresentasse “imediatamente preso” em São Paulo, e o comando da circunscrição fosse passado ao general Cardoso de Aguiar, estaria descumprindo o acordo. A transmissão do comando da Circunscrição Militar, com a respectiva documentação, aconteceu na estação de Três Lagoas.

Em 16 de julho, o ministro da Guerra determinou o licenciamento das praças que estavam compondo as unidades da Circunscrição Militar de Mato Grosso, suspendendo o engajamento e a incorporação (*Correio Paulistano* - SP, nº 21201, 16 jul. 1922, p. 1). O ministro da Fazenda expediu o telegrama com o seguinte teor, para o delegado fiscal do Tesouro Nacional em Mato Grosso:

Rio – Data 11 – Hora 16 – Delegado Fiscal Tesouro Nacional – Mato Grosso. Queira comunicar imediatamente ao Inspetor Alfândega Corumbá e depois a todas Repartições Fazenda Coletorias Federais Estado que o Ministro da Guerra já mandou suspender todas os pagamentos incorporações, licenciando desde dia sete corrente a todas as praças reservistas da guarnição de Mato Grosso, menos o dezesseis batalhão de Caçadores. Convém dar a mais ampla publicação a essa comunicação afim completa ciência interessados. Saudações. (a) Homero Baptista, Ministro da Fazenda. (*A Cruz* - MT, nº 580, 16 jul. 1922, p. 2).

A dispensa dos reservistas, convocados pelo general Clodoaldo da Fonseca para completar os efetivos das unidades revolucionárias, preservava o 16º Batalhão de Caçadores, de Cuiabá. Mantido com o efetivo completo, é possível concluir que serviria de organização militar apta para uma futura ação de represália a novos movimentos, como órgão de confiança na capital estadual.

Carone (1974, p. 354), considera que são os tenentes que de fato desencadearam o movimento revolucionário no Rio de Janeiro. Do mesmo modo, em Mato Grosso, de acordo

com Forjaz (1977, p. 48), a revolta foi conduzida pelos tenentes, e o general Clodoaldo de Fonseca não teria exercido efetivamente o comando das forças rebeldes. A mesma afirmação é feita por João Garôa, em uma crônica ao criticar os revolucionários de 1922:

No caso de Mato Grosso, a figura do general Clodoaldo aparece-nos como a de um insensato, mais imprudente que os outros. Depois de tudo acabado quase, depois de afogada a ambição dos seus colegas de impatriotismo, surge o velho general com uma proclamação ao povo, incitando a desordem. Triste proclamação! Papelucho que o levou a enludrar num dia o passado impoluto da sua carreira de militar. Entretanto, **não foi ele o cabeça do motim de Mato Grosso**. A sua idade, a sua pouca energia, a sua falta de ação e de critério arrebataram-no. **Ele foi um instrumento nas mãos dos próprios oficiais** da sua circunscrição, desses moços impetuosos que, **com o tenente Grandville à frente** armaram a palhaçada de Três Lagoas (*A Vida Moderna* - SP, nº 435, 27 jul. 1922, p. 7, grifo nosso).

Forjaz (1977, p. 48), tendo como fonte uma transcrição do jornal *Estado de São Paulo*, cita o tenente Grandville como o verdadeiro líder. Outra citação, já mencionada, do próprio tenente Grandville como verdadeiro chefe do movimento é encontrada em *O Combate* – SP (nº 2136, de 18 jul. 1922, p. 1). O movimento no Mato Grosso unira-se ao do Rio de Janeiro na liderança pelos tenentes e com o objetivo comum na defesa da honra do Exército.

O general Clodoaldo da Fonseca já teria conhecimento do fracasso da revolta no Rio de Janeiro, mesmo assim, prosseguiu com os planos já concebidos. Uma explicação seria o receio de que os oficiais conduzissem uma rebelião contra ele e pelo comprometimento feito no Rio de Janeiro, antes de sua partida para Campo Grande, com elementos congregados em torno de Nilo Peçanha, segundo publicou *O Paiz* – RJ, de 15 de julho de 1922 (nº 13782, p. 2). No entanto, o promotor da Justiça Militar expôs, na denúncia, ter o general recebido notícias dos fatos ocorridos no Rio de Janeiro, incluindo os levantes das guarnições militares. Resolveu, assim, assumir a chefia do movimento revolucionário, constituindo a Divisão Provisória Libertadora.

A comprovar que o movimento revoltoso em Mato Grosso estava com uma participação restrita aos oficiais, e não contava com o apoio de todos os seus comandados, os sargentos do 11º Regimento de Artilharia Montada e do quartel-general, ambos com sede em Campo Grande, remeteram uma mensagem ao capitão Eliezer Costa, do estado-maior do general Carneiro da Fontoura, comandante da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro. Francisco Olyntho da Lima e Souza levou a mensagem, no final de junho ou começo de julho.

Assinaram a mensagem, o sargento-ajudante Alipio Nunes Barbosa, os primeiros sargentos Jacome Francisco Fonseca, Aarão Alves Guimarães, Alcides Anunciato, Pedro Celestino Araujo e Leopoldino Araujo Rocha e os segundos sargentos Delmiro Gonçalves

Rodrigues, João Cardoso Bonfim, Candido Ferreira Soares e Nestor Francisco Assis, estes do 11º RAM e, do quartel-general do comando da circunscrição militar, os primeiros sargentos João Teodoro do Espírito Santo, Firmo Torraca, Antonio André Costa e os segundos sargentos Antonio Guimarães Silva, Manoel Francisco Regis Filho, João Vieira de Almeida, Octavio Rocha e Joaquim Ferreira Souto. Os signatários, totalizando dezoito militares, representaram uma quantidade expressiva, pelo efetivo de sargentos existente em Campo Grande. Na moção eles asseguraram “estar firmemente dispostos a morrer em defesa dos poderes constituídos e da paz pública”. (*O Paiz* - RJ, nº 13781, 14 jul. 1922, p. 2).

O destinatário da mensagem do 11º RAM, o general Fontoura, elaborou uma proposta da moção, demonstrando o apoio e lealdade dos oficiais do Exército ao “governo constituído e a constituir-se”, obtendo 161 signatários. O ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, ao tomar conhecimento do manifesto publicado nos jornais, ordenou ao departamento da Guerra a apuração da autenticidade da declaração coletiva e, se fosse autêntica:

Chamar a atenção de seus signatários, de acordo com o artigo 425 do RISG, para a irregularidade que, do ponto de vista da disciplina, resulta desse documento. Embora seus termos sejam perfeitamente comedidos e traduzam tão somente o juramento que cada oficial presta ao entrar para o Exército, tal declaração, inteiramente desnecessária para quem conhece a lealdade e correção das forças armadas, leva a induzir em erro quanto aos demais oficiais que, pensando do mesmo modo, todavia por justos escrúpulos disciplinares e regulamentares, se recusaram a dar-lhe sua assinatura, por ter aspecto de manifestação coletiva o que é sentimento de disciplina de cada qual e sentir geral da corporação. (*O Combate* – SP, nº 2087, 19 maio 1922, p. 1).

Os sargentos de Campo Grande, ao assinarem o telegrama, estariam incorrendo na mesma irregularidade cometida pelos oficiais signatários da moção, pois o compromisso prestado ao ingressar no Exército incluía o sacrifício da vida e a lealdade aos superiores.

O *Levante de 1922* no Mato Grosso, pelas descrições normalmente encontradas, restringiria-se aos acontecimentos de 5 a 13 de julho, enquadrando a reunião em Campo Grande e o deslocamento da Divisão Patriótica Libertadora para Três Lagoas, onde ocorreu a rendição dos revoltosos. O *Levante* em Mato Grosso, tendo como personagens principais o general e outros oficiais, limitar-se-ia ao movimento das tropas para Três Lagoas, chefiadas pelo general Clodoaldo da Fonseca.

Porém, os acontecimentos em Cuiabá, Corumbá, Porto Murtinho, Bela Vista e Ponta Porã, narrados nos próximos itens deste Capítulo, redimensionam a historiografia sobre a Revolução de 1922 e mostram que, no Mato Grosso, existem outros personagens, locais e eventos a acrescentar.

4.2 A reação do presidente do Estado de Mato Grosso e as ações em Cuiabá

O presidente Pedro Celestino relatou para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso que, ao saber da ocupação inopinada por uma força militar no dia 7 de julho de 1922 da estação telegráfica de Corumbá, julgou ser um movimento ligado à sedição iniciada no dia 5 de julho, no Rio de Janeiro, e telegrafou ao comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, general Clodoaldo da Fonseca, sediado em Campo Grande, cumprimentando-o pela assunção do comando e solicitando esclarecimentos sobre a situação em Corumbá:

suspeitas de se passar ocorrência anormal na cidade de Corumbá, cuja estação telegráfica parece estar sob o domínio da respectiva guarnição militar, porquanto nela se acham respondendo como telegrafistas indivíduos que se supõem ser praças do 17º Batalhão de Caçadores (MPMT, 1923, p. 54).

Na resposta, datada de 8 de julho, o general Clodoaldo da Fonseca informava ter iniciado o movimento revoltoso em Mato Grosso com o levante da guarnição do Exército de Corumbá, sob a sua liderança:

Devo declarar não são meras suspeitas, mas sim verdadeiras ocorrências a que V. Exa. se refere e que me não surpreenderam. A Reação Republicana, tendente a regenerar nossos costumes políticos, explodiu como se esperava e estou à frente deste movimento regenerador, mas muito empenhado em evitar grandes abalos neste Estado, atento ser chefe político um consciencioso partidário da grande causa, se bem que por interesse puramente regional sacrifique os grandes interesses da pátria. Já providenciei no sentido não seja interrompida ordem civil no Estado. Ao comandante da guarnição de Corumbá lembrei que nós militares não temos ambições políticas mas unicamente grande empenho em que o país entre na ordem constitucional. (MPMT, 1923, p. 54).

Ao receber uma solicitação do presidente Pedro Celestino, para que fosse restabelecida a paz no Sul do Mato Grosso, como a ordem permanecia na parte norte, o general Clodoaldo da Fonseca assim respondeu, em 12 de julho:

Já tive ocasião de comunicar a V. Exa. que existe a melhor ordem no sul do Estado e que garanto continuará ser mantida. Justamente pelo fato de ter na Capital Federal e em outros pontos da República, sido vitimado grande número de brasileiros, camaradas nossos, justamente por isso é que mantemos eu e os meus camaradas a resolução daqueles que ainda se batem pela grande causa da República e pelo pundonor da farda que vestimos. Só poderemos ser vencidos por uma luta franca e honesta. (MPMT, 1923, p. 56).

O ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, exonerou o comandante do 16º Batalhão de Caçadores, sediado em Cuiabá, major Pedro Cavalcanti, que retardava a execução da ordem ministerial de passar o batalhão à disposição do Governo do Estado, e atender as requisições

que lhe fossem feitas. Foi substituído pelo capitão Romão Veriano da Silva Pereira, então comissionado no posto de major, exercendo o comando geral da Força Pública do Estado. A mudança do comando e a proximidade com o governo estadual, favorável à situação legal e apoiando o governo federal no caso da posse de Arthur Bernardes podem ser consideradas como motivos da ausência do 16º BC, de Cuiabá, entre as organizações militares que se aliaram ao general Clodoaldo da Fonseca.

O presidente Pedro Celestino registrou a ocorrência de violências, apesar das garantias dos revolucionários de que a paz seria mantida, garantindo aos funcionários estaduais nos seus respectivos cargos sem criar embaraços à administração do Estado:

Ocorreram violências e vexames na cidade de Corumbá, cujas autoridades haviam sido detidas, e principalmente, na vila de Porto Murinho, onde chegou a organizar uma junta revolucionária e foram depostos e presos o Juiz de Direito, o intendente municipal, o promotor da justiça, e destituídas e substituídas em seus cargos as demais autoridades estaduais. (MPMT, 1923, p. 56).

A notícia do jornal *Gazeta de Notícias* - RJ, publicada na primeira página do dia 27 de junho de 1922, alertava com uma semana de antecedência a eclosão da *Revolta de 05 de julho de 1922*, pelo título do texto “Movimento revolucionário em Mato Grosso” e “as primeiras notícias do movimento revolucionário”. Informava que o presidente da República fora comunicado por Pedro Celestino da situação no Mato Grosso. O jornal *Gazeta de Notícias* possuía uma linha editorial favorável ao presidente Epitácio Pessoa e a seu sucessor, Arthur Bernardes, e contrária à intervenção militar na política.

Novas revelações sobre os episódios de 1922, envolvendo Mato Grosso, aparecem mais de três anos depois, no curso de debate, ocorrido em outubro e novembro de 1925, entre os senadores Antonio Azeredo e Epitácio Pessoa. O acirrado debate no Congresso Nacional, iniciou-se com uma série de discursos pronunciados por Epitácio Pessoa, eleito senador em 1924 pela Paraíba, rebatendo as críticas ao seu livro *Pela Verdade*, onde defendia sua administração de críticas recebidas. As sessões lotavam o *Palácio Monroe*, prorrogando o horário do expediente, com os assistentes nas galerias presenciando os discursos e participando com aplausos e vaias. Vários jornais comentaram os acontecimentos, com transcrição dos debates⁶.

Em 1922, o senador Antonio Azeredo havia afirmado que tentara em vão a organização de uma comissão formada por parlamentares, com poderes especiais para

⁶ O jornal *Gazeta de Notícias* - RJ transcreveu os debates em uma série de reportagens, publicadas nos nº 246 (p. 1, 2, 3 e 12), de 17 de outubro de 1925, 248 (p. 1, 2 e 12), de 20 de outubro de 1925, nº 250, de 22 de outubro de 1925 (p. 1, 2, 3, 4 e 12).

examinar a maneira como haviam ocorrido as eleições em todo o País no dia 1º de março de 1922:

Convencido da necessidade de uma solução conciliatória dentro da qual todas as dificuldades desapareceriam, não houve argumentos de ordem moral de que me não servisse para influir no ânimo dos meus amigos, no sentido de se organizar a comissão especial que me parecia o remédio indicado nesta ocasião; mas nada tendo conseguido, resta-me o consolo de haver cumprido o meu dever nesta hora de tantas apreensões. (*Jornal do Brasil* - RJ, nº 119, 19 maio 1922, p. 5).

O senador Antonio Azeredo presidiu, em 1922, a sessão de abertura do Congresso Nacional, reunido com o fim especial de apurar a eleição Arthur Bernardes e Urbano Santos, para Presidente e Vice-Presidente da República. O assunto do discurso do senador Antonio Azeredo, no dia das apurações das eleições presidenciais, constou no debate de outubro de 1925, como argumento para provar que o senador mato-grossense tentara impedir ou, ao menos, retardar a posse dos eleitos. E também surgiu a afirmação de ser o senador Antonio Azeredo favorável à renúncia de Arthur Bernardes, o que evitaria a sua posse presidencial.

O senador Epiácio Pessoa, no discurso inicial do debate de 1925, acusou o senador Antonio Azeredo de ter encaminhado para o então candidato Arthur Bernardes a carta enviada pelo Clube Militar ao Congresso Nacional com a opinião sobre a formação do tribunal do honra. Epiácio Pessoa sustentava a ideia, contida em seu livro, de que o encaminhamento fora para o Congresso e, assim sendo, não poderia ser divulgada para Arthur Bernardes, antes de conhecida pelo Congresso e quem divulgou tivera “intuitos tendenciosos” (*Gazeta de Notícias* – RJ, nº 0246, 17 out. 1925, p. 2).

Debateu-se também sobre a apresentação da candidatura de José Joaquim Seabra como vice-presidente de Arthur Bernardes, que, segundo Azeredo, teria sido aceita pelo presidente Epiácio Pessoa e depois recusada, “provocando a tremenda crise política que desabou sobre nós em 1922” (*Gazeta de Notícias* – RJ, nº 0246, 17 out. 1925, p. 12). O escolhido na chapa de Arthur Bernardes foi Urbano Santos, falecido antes da posse. Seabra formou a chapa da *Reação Republicana*, escolhido como vice-presidente de Nilo Peçanha.

No quarto discurso da série dos debates, pronunciado na sessão de 28 de outubro de 1925, o senador Epiácio Pessoa afirmou que Antonio Azeredo era enxergado como aliado pelos revoltosos de Mato Grosso, chefiados pelo general Clodoaldo da Fonseca. Segundo a denúncia, o general Clodoaldo da Fonseca esperava obter as simpatias do presidente do Estado, Pedro Celestino, pois esse seguia as orientações de Antonio Azeredo. Assim, o chefe revolucionário “animado por esses sentimentos e esperanças, procurava resguardar o quanto

possível a ordem administrativa do Estado e a autoridade do seu presidente. Deixou a este o uso do telégrafo, proibiu que as tropas interviessem na política, etc.” (*Gazeta de Notícias* - RJ, nº 250, 22 out. 1925, p. 12).

Em seus argumentos, o senador Epiácio Pessoa apresentou um telegrama do general Clodoaldo da Fonseca ao comandante do 17º BC em Corumbá, transmitido no dia seguinte ao começo do levante de 1922 no Mato Grosso, ordenando que não houvesse interferência na ordem política do Estado, e recomendou para continuar mantendo “as melhores relações com as autoridades civis locais, auxiliando mesmo todo o serviço de coletorias, bem como a ronda da fronteira” (*Gazeta de Notícias* - RJ, nº 250, 22 out. 1925, p. 12). Foi lido o conteúdo de um telegrama transmitido ao presidente Pedro Celestino pelo tenente-coronel Sotero de Menezes, garantindo o respeito às comunicações telegráficas entre os diferentes órgãos do governo, sujeitas, no entanto, a uma censura que se fazia necessária.

Segundo declarou o senador Epiácio Pessoa, o presidente do Estado mostrava-se sempre contrário aos desejos do general Clodoaldo da Fonseca. Por esse motivo, o general expediu, em 8 de junho, um telegrama em resposta a outro, da mesma data, do presidente do Estado, com as suspeitas do início do movimento. O senador leu o telegrama, com esses termos:

Acusando recebimento do telegrama de V. Exa, desta data, devo declarar que não são meras suspeitas mas verdadeiras as ocorrências a que V. Exa. se refere e que não me surpreenderam. A Reação Republicana, tendente a regenerar os nossos costumes políticos, explodiu como se esperava. Estou à frente deste movimento regenerador, mas muito **empenhado em evitar grandes abalos neste Estado**. ATENTO SER O SEU CHEFE POLÍTICO, EM CONSCIÊNCIA, PARTIDÁRIO DA GRANDE CAUSA, se bem que, por interesse puramente regional, sacrifique os grandes interesses da Pátria. Já providenciei no sentido de não ser interrompida a ordem civil do Estado. Ao Comandante da guarnição de Corumbá, lembrei que nós militares não temos ambições políticas, mas unicamente empenho em que o País entre na ordem constitucional. (*Gazeta de Notícias* - RJ, nº 250, 22 out. 1925, p. 12, grifo nosso).

Além da ordem para não atingir as instituições governamentais do Mato Grosso, o general Clodoaldo da Fonseca informava que o chefe político do Estado de Mato Grosso, que seria o senador Antonio Azeredo, em sua consciência, era partidário da causa revolucionária. O nome do senador apareceu em outro telegrama, de 9 de julho, com a garantia da circulação dos trens da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil no Mato Grosso, e a interrupção do tráfego em São Paulo, telegrama esse igualmente lembrado no debate de 1925:

Até ontem, tráfego feito regularmente, a contento população das cidades do sul do Estado. Constou-me a paralisação do tráfego em Araçatuba, por

ordem talvez do governo; reina a maior e melhor ordem em todo o sul do Estado, como poderão assistir as autoridades locais. Dou disso conhecimento a V. Exa. para que **chegue também ao conhecimento do senador Azeredo** (*Gazeta de Notícias* - RJ, nº 250, 22 out. 1925, p. 12).

A solicitação de dar conhecimento ao senador Antonio Azeredo constou novamente em outro telegrama, de 12 de julho, evidenciando que o general Clodoaldo da Fonseca desconhecia o fracasso do movimento no Rio de Janeiro.

O presidente Pedro Celestino omitiu a parte final do telegrama, enviado a 12 de julho e transcrito anteriormente, na Mensagem enviada para a Assembleia Legislativa em 1923, constante no texto apresentado pelo senador Epiácio Pessoa, para demonstrar a confiança do general em ter como aliado o senador Antonio Azeredo:

Só poderemos ser vencidos por uma deslealdade, mas nunca por uma luta franca e honesta. **Peço dar de tudo conhecimento ao senador Azeredo, que SEI em consciência está com a nossa causa.** (*Gazeta de Notícias* - RJ, nº 250, 22 out. 1925, p. 12, grifo nosso).

Os telegramas mencionados, apreendidos pelas tropas legais, constaram nos autos do inquérito sobre a revolta de 1922. De acordo com Epiácio Pessoa, sem ter a intenção de provar a conivência com a revolta do senador Antonio Azeredo, procurava mostrar a crença dos revoltosos no seu apoio, considerando-o como um correligionário (*O Jornal* - RJ, nº 2122, de 17 nov. 1925, p. 13) e o grande beneficiado, caso Arthur Bernardes não tomasse posse. Haveria uma expectativa de vitória dos militares chefiados pelo general Clodoaldo da Fonseca, e estaria garantido o apoio político pelo vice-presidente do Senado aos revoltosos.

O senador Antonio Azeredo ocupou a tribuna para se defender. Seu discurso está transcrito pelo *O Jornal* - RJ, órgão citado por seu debatedor como defensor da *Reação Republicana*⁷. Em 29 de outubro, justificou a remessa da carta do Clube Militar ao presidente eleito Arthur Bernardes, porém não citou a insinuação da expectativa do seu apoio por parte dos revolucionários:

A minha responsabilidade era enorme naquele momento político e a minha atual a mais leal possível, a mais conveniente para os interesses gerais, não tendo **agido senão de acordo com a minha consciência e fé republicana.** Quando enviei a cópia da carta sobre o Tribunal de Honra ao Dr. Arthur Bernardes, o fiz dando-lhe a minha opinião contrária aos seus termos, combatendo toda e qualquer intervenção estranha ao reconhecimento, embora, pudesse condescender com qualquer combinação dentro do Congresso para o expurgo das atas que não representem a verdade eleitoral, mostrando assim à evidência ao povo, que acompanhava o pleito com a

⁷ A resposta foi publicada pelo *O Jornal* -RJ (nº 2107, 30 out. 1925, p. 1, 2, 4 e 12). A réplica do senador Epiácio Pessoa ocorreu na sessão de 16 de novembro, e constou na edição nº 2122, de 17 de novembro de 1925 (p. 1-2 e 12).

maior sinceridade. **Enviei como homem político, pesando bem a minha responsabilidade**, a cópia da carta referida ao presidente eleito, não me arrependo até hoje deste procedimento que nunca foi combatido pelos políticos do país, senão agora pelo Sr. Epitácio Pessoa, que, levado pelo seu ódio mal contido, se levanta furiosamente contra mim (*Jornal do Brasil* – RJ, nº 260, 30 out. 1925, p. 8, grifo nosso).

E alegou que agira por lealdade republicana: “Sr. Presidente, taxar de confidenciais documentos como esses, **da maior significação política para o momento e que não podiam ser ocultados por mim, sob pena de faltar aos meus deveres de lealdade republicana**, é irrisório, absolutamente irrisório!” (*Jornal do Brasil* – RJ, nº 260, 30 out. 1925, p. 8, grifo nosso).

4.3 A sedição de 1922 em Corumbá e Porto Murtinho

Corumbá e Porto Murtinho serviam de portos no rio Paraguai, por onde navegavam embarcações com destino ao Rio de Janeiro e Cuiabá. Apesar da circulação dos trens pela EFNOB, a via fluvial ainda era muito utilizada, tanto para passageiros como para cargas.

Nessas duas localidades, Corumbá e Porto Murtinho, ocorreram ações lideradas por militares. Em Corumbá, estava sediado o 17º Batalhão de Caçadores, e em Porto Murtinho um destacamento federal, que recebia efetivo de Corumbá. Os militares rebeldes agiram de modo semelhante nas duas cidades, convocando reservistas, aprisionando e substituindo autoridades, ocupando o Telégrafo, promovendo saques a bancos e o deslocamento fluvial para alcançar a via férrea em Porto Esperança, a estação terminal dos trilhos da EFNOB na época.

4.3.1 A amotinação do 17º Batalhão de Caçadores em Corumbá

As revoltas acontecidas no 17º Batalhão de Caçadores, antes de 1922, elencavam os atrasos nos pagamentos como causas e direcionavam-se contra as autoridades militares. Por conseguinte, apresentavam motivos essencialmente militares e inerentes ao Ministério da Guerra. Em 1922, o 17º BC foi considerado como um dos corpos com participação mais ativa no episódio comandado pelo general Clodoaldo da Fonseca. Nessa revolta, conduzida pelos comandantes militares, o ingrediente político esteve presente, atingindo as autoridades civis.

Ordenada pelo general Clodoaldo, a apresentação dos reservistas provenientes da antiga guarda nacional foi em grande número em Corumbá, como mencionado na reportagem:

Na madrugada do dia 6 do mês passado aquela unidade recebeu, do general Clodoaldo, ordem de **convocar imediatamente seus reservistas**. Estes **apresentaram-se em número apreciável**, contando-se, sobretudo, entre eles, **muitos elementos da reserva da 2ª linha, vindos, portanto, da antiga guarda nacional**, com efeito, desde dias antes, **alguns chefes locais haviam desenvolvido forte cabala em favor da masorca**. Ao romper do dia de 7, o batalhão sublevado **ocupou os edifícios do telégrafo, da Intendência Municipal, da alfandega, do correio e o quartel de polícia**, onde foi preso o capitão Pereira, comandante do destacamento. **Presos também foram o intendente municipal**, Dr. Christiano; o gerente da agência do Banco do Brasil e o guarda-mor da Alfândega. No dia 8, pela manhã, o batalhão percorreu a cidade com equipamento de guerra e embarcou uma força de quinhentos homens nos pequenos vapores “Etruria” e “Matto Grosso”, os quais deviam transportar a quantia de trezentos contos de réis, que, extorquida à agência do banco, ia sem dúvida custear a “revolução”. (*O Paiz* - RJ, nº 13806, 8 ago. 1922, p. 2, grifo nosso).

O apoio da população ao movimento foi pequeno. A maioria permaneceu com a legalidade, como indica a atuação do agente do Banco do Brasil, que fugiu da prisão ordenada pelos rebeldes e a falta de dinheiro na Alfândega:

Mas o agente do banco, homem expedito, **achou meios e modos de fugir, induzindo seus empregados a fazerem o mesmo**. Debalde patrulhas embaladas percorreram os arredores, procurando os fugitivos. Foi então resolvido um assalto à Alfândega, executado logo por uma companhia a mando do sargento ajudante⁸ Cosme Pinto. **Não encontraram porém coisa que satisfizesse**. À tarde, finalmente, os dois naviosinhos zarparam, rumo de Porto Esperança, que é o ponto terminal, sobre o rio Paraguai, da estrada de ferro que atravessa o sul do Estado. Cumpria-se assim a ordem de concentrar as tropas da circunscrição em Campo Grande, conforme o pensamento do general Clodoaldo. (*O Paiz* - RJ, nº 13806, 8 ago. 1922, p. 2, grifo nosso)

Os líderes da sedição na guarnição de Corumbá, o velado apoio da Marinha e de um reduzido número de sargentos, o arrombamento da Intendência Municipal pelo capitão Otto Feio da Silveira, são fatos mencionados nessa narração:

A flotilha de Ladário, que podia apresar os dois transportes, conservou-se numa **esquisita inatividade**, e deixou-os navegar livremente. **O capitão Otto Feio**, que seguira com o contingente mobilizado, voltou subitamente e **assumiu o comando de Corumbá**, sendo-lhe atribuída a missão de organizar o 18º batalhão de caçadores, para o que aproveitaria os elementos ficados do 17 e novos conscritos que chamou às armas, por início de uma proclamação bombástica. Faltavam, todavia, armas e fardamento. O capitão não teve dúvidas, arrombou a intendência militar e de lá retirou cerca de quinhentos equipamentos completos, que logo se extraviaram, representando regular prejuízo para a fazenda nacional. O resto o público já conhece, sendo bom acrescentar que o capitão Otto não chegou a organizar nem meio batalhão. O mais lamentável de combater é a atitude dos sargentos Tarraca,

⁸ Sargento ajudante era uma graduação das praças, a mais alta dos sargentos. Ocupava na escala hierárquica a posição entre aspirante a oficial e 1º sargento. (Decreto nº 11497, de 23 de fevereiro de 1915, com a remodelação do Exército Nacional).

Cosme Pinto e Rosalvo Caçador, que, destoando do forte espírito de legalidade dos graduados de todo o exército, tomaram parte ativa no motim. (*O Paiz* - RJ, nº 13806, 8 ago. 1922, p. 2).

O capitão Otto Feio da Silveira, quando tenente, liderara um conflito em Campo Grande, entre praças do 5º Regimento de Artilharia e do destacamento policial, na noite de 30 de novembro de 1914. Naquela ocasião:

Um grupo de 60 praças do dito Regimento [5º RAM], aliciado e dirigido por alguns inferiores, que por sua vez eram instigados pelos chefes oposicionistas daquela localidade, acoroçados por alguns oficiais seus superiores, atacaram o quartel do destacamento policial. Felizmente, o oficial comandante do destacamento, tenente Saladino de Souza Nunes, conseguiu penetrar no quartel, com as praças que ali se achavam, e defendeu heroicamente o seu posto, pondo em debandada os atacantes, que perderam um sargento e uma praça. (MPMT, 1915, p. 20).

A mensagem do presidente Costa Marques à Assembleia Legislativa de Mato Grosso apontou os responsáveis, com nomes de civis e militares, mostrando o envolvimento de assuntos políticos com questões militares na causa do conflito, e mencionando o tenente Otto Feio da Silveira:

Estes fatos, tão deprimentes da nossa civilização e da disciplina militar, foram as consequências da atitude de franca hostilidade ali assumida pelo Major Archimimo, então comandante do referido Regimento, e pelos tenentes Otto Feio e Carlos Aleixo, contra as autoridades constituídas e a favor de uma pequena oposição irrequieta e turbulenta, que ali se tinha organizado contra a situação, acoroçada por esses oficiais e chefiadas pelo tenente Severiano Marques e José Santiago, ex-vice-Intendente do Município. (MPMT, 1915, p. 20).

O capitão Otto Feio da Silveira defendeu a sua própria causa em todo o processo pela participação na Revolta de 1922, conseguindo a sua absolvição pelo juiz da 1ª Vara Federal e pelo Supremo Tribunal Federal, em 1928. As alegações do militar processado:

Dos autos nada consta contra si, não havendo prova testemunhal ou documental, sendo que quanto à prova indicial, essa é nula, por não ser o inquérito, feito perante a autoridade policial militar – única referência que se faz a esse oficial nesse volumoso processo – prova suficiente para a condenação, confirmado isto tanto pelas palavras do juiz substituto que funcionou no sumário, como do juiz da 1ª Vara Federal, que acaba de proferir a sua sentença absolutória (*Tribuna* - MT, nº 6256, 8 maio 1928, p. 1).

Angelo Torre, proprietário do jornal *Tribuna* que circulava em Corumbá desde 1911, rebate uma reportagem do jornal *A Cidade*, com comentários a respeito de uma carta sobre a sua participação com os amigos da *Reação Republicana*, no movimento de 7 de julho de 1922

em Corumbá. Inicialmente, afirma a liderança do general Clodoaldo da Fonseca, as ordens de ocupação militar da cidade e a adesão dos oficiais de Corumbá:

É público e notório que o movimento militar de Corumbá foi ordenado, telegraficamente, pelo general Clodoaldo da Fonseca, mandando ocupar militarmente a cidade, mandando incorporar os reservistas e seguir com todos os petrechos para Campo Grande. O **comandante Tavora** e os demais oficiais do 17º BC cumpriram a ordem recebida, e eu disse que a cumpriram com moderação e evitando, quanto possível tudo que pudesse redundar contra a tranquilidade da cidade (*Tribuna* - MT, nº 4801, 5 set. 1922, p. 1, grifo nosso).

No editorial publicado em 1928, por ocasião do aniversário de dezessete anos do jornal, o proprietário do jornal *Tribuna* declarou sua militância contra Arthur Bernardes, “empunhando decididamente a bandeira desfraldada por Nilo Peçanha, entrou de combater a candidatura à Presidência da República do déspota de Viçosa” (*Tribuna* - MT, nº 6223, 24 mar. 1928, p. 1). Com esse gesto, favorável à *Reação Republicana*, sofreu perseguições e o jornal deixou de circular por seis meses. E sobre a participação da *Reação Republicana* na revolta em Corumbá, Angelo Torre negou que tenha havido, enfatizando que o movimento era de caráter militar:

Torno a repetir que nenhuma interferência tive e meus companheiros da Reação Republicana, no que se passou e tanto assim é, que nesse dia 7, às 7 horas da manhã, mais ou menos, mandei avisar e chamar para a redação da TRIBUNA os meus companheiros, Srs. Antonio Gregorio de Medeiros, Fausto Pereira Silvino da Costa, Clarismundo dos Santos e outros para comunicarlhes o que sucedia e ao mesmo tempo avisar-lhes que **sendo esse movimento puramente militar**, não deveríamos tomar parte do mesmo. (*Tribuna* - MT, nº 4801, 5 set. 1922, p. 1, grifo nosso).

Angelo Torre admitiu, porém, que esteve reunido com o *comandante Tavora*, o tenente Joaquim Fernandes da Silveira Távora, irmão de Juarez Távora, no depósito de artigos bélicos, várias vezes, a chamado do militar ou para transmitir algum pedido que lhe era feito, sem trocar palavras de serviço ou dar ordens. E revelou estar surpreso com a prisão de chefes políticos defensores de Arthur Bernardes, pois desconhecia suas existências em Corumbá. Sua defesa apresenta a confirmação da prisão de líderes políticos alinhados com a corrente bernardista:

Quanto à prisão de *chefes bernardistas*, que *A Cidade* confirma, confesso que foi para mim uma verdadeira surpresa. De fato, me é explicável a prisão do Sr. [João] Christião Carstens, e do Sr. Capitão Manuel Pereira da Silva, não como chefes bernardistas, senão, por ser o primeiro Intendente do Município, político que dispõe de elementos de ação, e o segundo, comandante da força policial (não podendo ser, nenhum que tendo mando de

forças, chefe de partido). Me eram explicáveis, repito essas prisões no primeiro momento, para evitar qualquer incidente desagradável, da mesma forma que não podia compreender a prisão do Dr. J. de Barros Maciel, o que **agora me é explicado sendo ele chefe bernardista**, o que tudo esclarece (*Tribuna* - MT, nº 4801, 5 set. 1922, p. 1, grifo nosso).

O capitão Otto Feio da Silveira e o tenente Joaquim Fernandes da Silveira Távora atuaram como líderes militares, e receberam a adesão de alguns sargentos. Angelo Torre menciona, em parte de sua mensagem, a atuação do capitão Otto Feio da Silveira, que teria ordenado a prisão do Dr. J. de Barros Maciel, um dos chefes bernardistas, e que o militar “durante o tempo que aqui estive o dizia publicamente e é de todos sabido” (*Tribuna* - MT, nº 4801, 5 set. 1922, p. 1). A prisão de civis, considerados como “chefes bernardistas”, citada por Angelo Torre em seu jornal, vem confirmar a intenção política dos líderes do Movimento em Corumbá.

O tenente Joaquim Távora cursou a Escola de Guerra, em Porto Alegre. Era o comandante interino do 17º Batalhão de Caçadores sediado em Corumbá, principal força da divisão revolucionária em 1922, que marchou para Três Lagoas. Libertado por meio de *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Militar, ele viria a ser um dos articuladores do movimento de 1924, o *Segundo 5 de Julho*.

Os tenentes Juarez Távora (irmão de Joaquim Távora), Luis Simas Enéas e Ebroíno Dias Uruguay foram presos na Ilha das Cobras no quartel do Corpo de Fuzileiros Navais pelo Levante de 1922. Nesta prisão, um amplo compartimento fortemente gradeado, permaneceram reclusos cerca de duas dezenas de oficiais envolvidos na *Revolta dos 18 do Forte*. Quase todos, entre eles Luis Simas Eneas, haviam sido presos ao desembarcar na noite de 5 de julho, na Estação da Vila Militar ou reunidos com outros oficiais na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, sob a suspeita de ali se reunirem para participar do projetado levante da Vila Militar. (TÁVORA, 1974, p. 120).

A *Tribuna* publicou uma poesia, enviada ao jornal como homenagem aos reservistas que regressaram das ações no sul do Estado para Corumbá. Em consequência do esgotamento da primeira publicação, possivelmente por conter as notícias sobre o regresso das tropas e o resultado das operações rebeldes, houve uma reimpressão da poesia:

Ao Batalhão Verde (Forças expedicionárias da 1ª Divisão do Exército – 1ª Brigada de Infantaria)/ I / Quem fuge do perigo / Não mais deve aparecer / Deve ficar na mata / Bem longe d’aqui morrer / Eu sou herói / Sou brasileiro / Não sou covarde / Que fugiu para o estrangeiro / II / Garboso empunharei a arma / Para honra da Nação / fui defender os direitos / Sagrados do meu torrão / Eu sou herói etc. / III / A Pátria precisou / Parti deixei os meus / Levando para a luta / A minha bandeira e Deus / Eu sou herói etc. / IV /

Gente fraca não merece / Ser tratada com louvor / só ao forte e ao corajoso /
Palma, glória, fé e amor (*Tribuna* - MT, nº 4770, 28 jul. 1922, p. 1).

A poesia evidencia um pensamento favorável aos militares revoltosos, descritos como heróis, empunhando armas pela defesa dos direitos e da honra da Nação. Os contrários à revolta seriam fracos e covardes, e teriam se esquivados à convocação, fugindo para as matas, onde deveriam ficar para morrer.

Pedro Celestino governava o Estado de Mato Grosso, eleito em 1921, após o acordo que deu origem à *Fusão*, com a aprovação do presidente Epitácio Pessoa. Com a *Fusão* vitoriosa, os dirigentes mato-grossenses apoiaram a eleição da chapa Arthur Bernardes – Urbano dos Santos para o pleito de 1º de março de 1922. Pedro Celestino, ainda como senador, juntamente com Antonio Azeredo, recomendaram ao diretório da *Fusão* o apoio ao Dr. Arthur da Silva Bernardes para presidente da República e ao Dr. José Joaquim Seabra para vice-presidente. (*Correio do Estado* - MT, nº 55, 4 dez. 1921).

4.3.2 O tenente Lydio Gomes Barbosa e o movimento sedicioso em Porto Murtinho

O tenente Lydio Gomes Barbosa, um oficial do efetivo do 17º Batalhão de Caçadores, de Corumbá, destacado em Porto Murtinho como comandante do destacamento federal, chefiou as ações sediciosas em Porto Murtinho no ano de 1922. Ele determinou a prisão do Juiz de Direito da Comarca (Dr. Francisco Antunes Muniz), do Promotor de Justiça (bacharel José Moreira da Silva Júnior), Delegado de Polícia e Coletor Estadual de impostos (Hildebrando Esteves), comandante do Destacamento Policial (tenente José Theodoro de Souza), do Intendente Municipal (Antonio Alves Corrêa), do Fiscal de selos adesivos (Getúlio Sá), o Juiz de Paz (Leopoldino Ferraz). Uma descrição dos acontecimentos da sublevação no dia 9 de julho menciona outros envolvidos e simpatizantes civis nas prisões, demonstrando certo apoio popular, por motivos políticos, em Porto Murtinho:

Foram presos o intendente e as autoridades citadas, sendo por último o Juiz que procurou resistir, porém foi tiroteado pela escolta em sua residência, motivo porque se refugiou na Mesa de Rendas. Ouvindo detonações dos tiros de Mauser, o 2º suplente de Juiz de Direito, Juiz de Paz, Fiscal de selo adesivo fugiram. O Dr. Promotor Público não foi preso no Quartel porque sua esposa havia tido bom sucesso dois dias antes das ocorrências, mas teve sentinelas na frente e fundos da sua residência. Enquanto isto se passava o Administrador da Mesa de Rendas denunciava o refúgio do Juiz de Direito dessa repartição onde foi escoltado por haver sido intimado pelo tenente Lydio. **Render-se ou ser passado pelas armas** tendo isto presenciado o Administrador que nada protestou. Esta prisão foi efetuada às 9 ½ horas da noite, ato contínuo o tenente Lydio, Dr. Lahyre Carino Pinheiro, o dentista

Henrique Maciel, tenente comissário da Armada, Carlos Abreu Lima, veterinário Antonio Ferreira da Silva e outros comparsas dirigiram-se à residência do Juiz onde deram rigorosa busca, queimaram processo de crime contra o Dr. Lahire, movido por instigação de Alfredo Pinto, levaram autos, objetos de uso, documentos, armas de caça uma Winchester e também tendo desaparecidos 300\$ em dinheiro. Na tormentosa noite de 9 foi a Repartição dos **Telégrafos ocupada militarmente** ficando encarregado do serviço o ex-telegrafista Antonio Ferreira da Silva que ano passado fora exonerado por irregularíssima conduta, ficando estabelecida rigorosa censura telegráfica. No dia 10 seguiu-se **a arrecadação de dinheiro, na Colectoria Estadual**, com substituição de todas as autoridades leais ao governo por irresponsáveis (*A Cruz - MT*, nº 583, 06 ago. 1922, p. 1, grifo nosso).

No dia 10 de julho, além do saque na Coletoria Estadual, por ordem do tenente Lydio Barbosa publicou-se um “famoso edital com tantos artigos de pena de morte”, e apresentou-se às autoridades recolhidas à prisão um telegrama, assinado pelo tenente-coronel Menezes. O telegrama, reconhecido como falso pelos prisioneiros, transmitia a morte do presidente do Estado, substituído por uma junta governativa em Corumbá, e o deslocamento para Cáceres do 17º Batalhão com a finalidade de empossar o Dr. Costa Marques na qualidade de governador provisório. Em outro telegrama, mostrado aos prisioneiros na tarde do mesmo dia, constava a entrada das forças rebeldes mato-grossenses em território paulista para fazerem junção com forças do Paraná, Rio Grande e São Paulo e seguirem para o Rio. No edital, mandado afixar pelo tenente Lydio Gomes Barbosa em Porto Murtinho, lia-se: “fica desde hoje estabelecido comando geral militar desta zona, com sede em Porto Murtinho. As leis serão as de guerra.” (BRASIL, 1931, Acórdão 1035). A decretação da lei marcial, exibida em um edital, diferenciou as ações executadas pelo tenente Lydio Barbosa das praticadas em outras cidades.

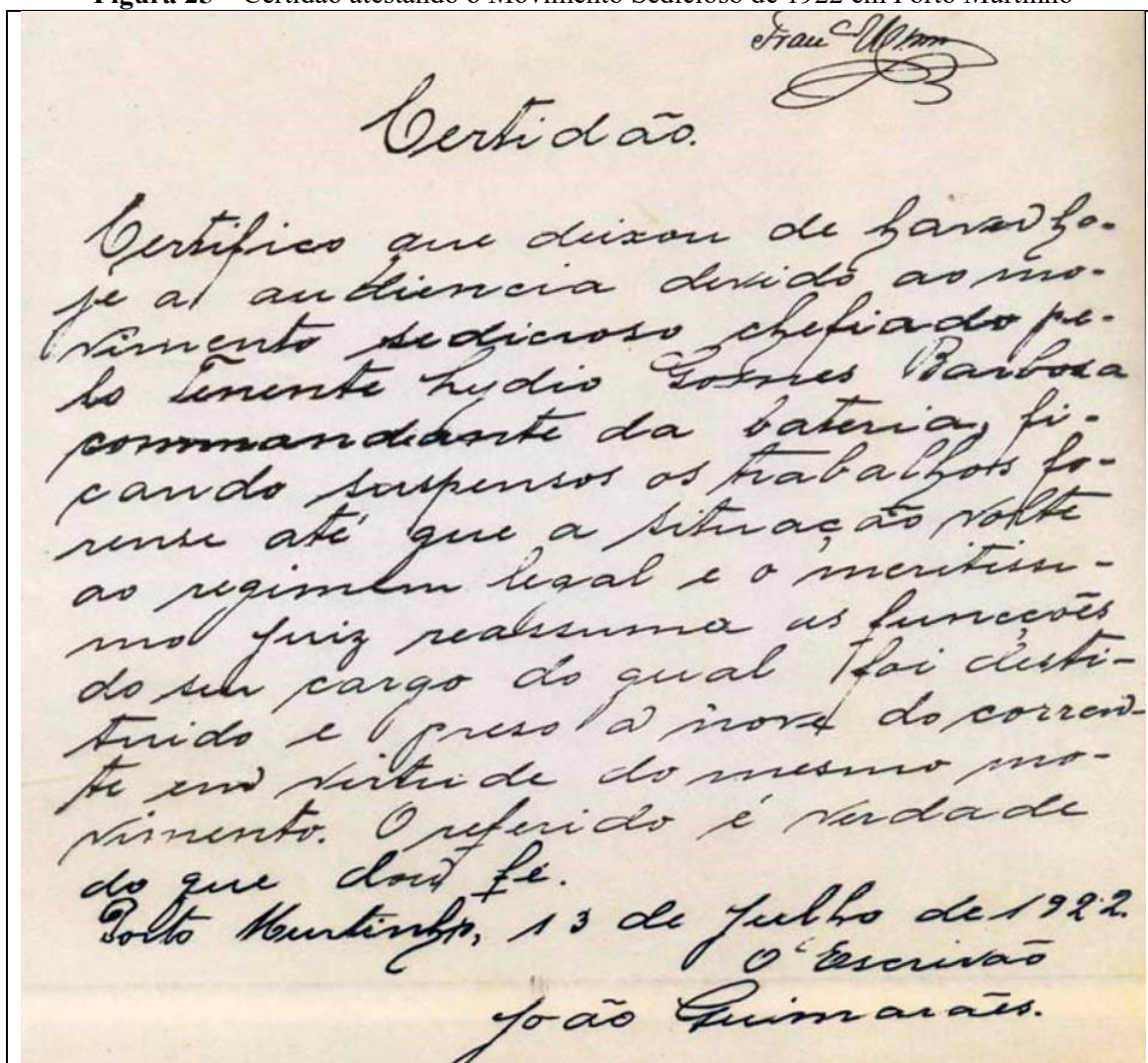
O tenente Lydio Barbosa nomeou uma junta revolucionária para governar o município de Porto Murtinho, e exerceram os cargos de juiz de direito o Sr. Rufino Theodoro Júnior, do PRMG, o agente da capitania dos portos; o Sr. Elesbão Murtinho tornou-se o novo coletor; o cargo de Intendente passou para o Sr. Bonifácio Pereira Gomes. O cargo de delegado de polícia ficava com o próprio tenente Lydio Barbosa. (*O Paiz - RJ*, nº 13787, 20 jul. 1922, p. 2). Na Figura 25 consta uma certidão do escrivão João Guimarães sobre a suspensão dos trabalhos forenses, devido ao afastamento do juiz pelo movimento sedicioso.

I. Villasansi redigiu uma carta, publicada n’*A Cruz*, em resposta a um artigo do *Correio do Estado* – MT, defendendo Rufino Theodoro Júnior, nomeado para juiz de direito, acusado de ser “um indivíduo anarquista que vive aliciando companheiros para depor o 1º vice-intendente municipal, em exercício”. Em sua defesa, o missivista alegou ser Rufino

Theodoro Júnior, que acabava de deixar o cargo de presidente da Câmara de Porto Murinho, um defensor das leis:

um dos filhos de valor daquele município que serve com extraordinária dedicação; sua ação política social pesa entre seus munícipes, tanto assim que ainda agora, nas últimas eleições [1º de março de 1922, para presidente da república], **divergindo da chapa do partido fusionista de que é prestigioso membro, deu ganho de causa ao Dr. Nilo Peçanha** e, para dar relevo ao seu prestígio político, votou em chapa do governo adotando o candidato à senador” (*A Cruz* - MT, nº 562, 12 mar. 1922, p. 2, grifo nosso).

Figura 25 – Certidão atestando o Movimento Sedicioso de 1922 em Porto Murinho



Fonte: Brasil, Tribunal Federal de Recursos. Disponível em: <
<https://www.facebook.com/TribunalFederalDeRecursos/photos/pb.377845568895208.-2207520000.1458662613./645940245419071/?type=3&theater> > Acesso em 22 jul. 2016.

As notícias e telegramas falsos, exibidos em Porto Murinho pela junta revolucionária, mostram a existência de um planejamento a ser cumprido, divulgado com antecedência aos revoltosos, e um desconhecimento da situação real, causado pela falta de comunicações entre os rebeldes, imposta pelas forças legais e pela derrota rápida no Rio de Janeiro.

Além da importância subtraída da residência do juiz evadido, ocorreram diversos saques na cidade, sendo retirados “quatro contos e tantos” da Coletoria Estadual, e lâmpadas elétricas, bengalas, facas, espingardas de salão. (*A Cruz - MT*⁹, nº 584, 13 ago. 1922, p. 1).

Um conselho deliberativo formado pelos revolucionários Bonifácio Pereira Gomes, Marcos Osorio Montenegro, Alfredo Pinto (o Administrador da Mesa de Rendas), decidiu, no dia 11 de julho, pressionar o juiz de direito para que ele assinasse uma carta declarando retirar-se espontaneamente para o estrangeiro, com o seguinte teor:

Porto Murtinho, 11 de julho de 1922. Ilmo Sr. Tte Lydio Gomes Barbosa. Destituído por vós do cargo de Juiz de Direito desta Comarca, em virtude dos últimos acontecimentos políticos no país, solicito-vos permissão para retirar-me desta, via Assunção, com destino ao Rio de Janeiro, outrossim, requisito-vos o necessário passaporte, na qualidade de chefe de movimento nesta região, visto ter de transitar por países estrangeiros. Francisco Antunes Muniz (*A Cruz - MT*, nº 584, 13 ago. 1922, p.1).

O juiz seguiu inicialmente para *Porto Sastre*, no Paraguai, pretendendo aguardar uma embarcação para conduzi-lo até Assunção. Em *Porto Sastre* recebeu uma carta do tenente Lydio, informando do fracasso do movimento sedicioso, o que tornava conveniente o seu regresso para Porto Murtinho. Porém, no dia 21 de julho, desembarcaram na localidade, retornando do exílio, o coronel Hildebrando Esteves (delegado de Polícia), Dr. Moreira Junior, Getúlio Sá, coronel Antonio Alves Corrêa, foragidos dos revoltosos em Porto Murtinho. Enquanto ausentes de suas residências, o tenente Lydio:

dirigiu cartas para suas famílias, ironicamente inquerindo se houve coação, perturbação local e se seus maridos sofreram qualquer violência, cartas aliás, que tiveram respostas, chegando o Tte. Lydio a brutalidade de tomar satisfações da Exma. esposa do Dr. Moreira, Promotor de Justiça, sobre o especioso fundamento de que o mesmo representante da justiça não fora recolhido na prisão dia nove, em atenção de haver essa senhora dado luz poucos dias antes. (*A Cruz - MT*, nº 584, 13 ago. 1922, p.1).

Apesar da prisão do general Clodoaldo da Fonseca, no dia 14 de julho, o intendente e o promotor de justiça de Porto Murtinho só foram libertados com a intervenção do novo comandante da Circunscrição Militar. Em 28 de julho, o tenente Benjamin Arcoverde chegou a Porto Murtinho para substituir o tenente Lydio no comando do Destacamento Federal, motivando o regresso dos exilados. Houve comemorações no regresso das autoridades ao município de Porto Murtinho:

Desembarcaram as ilustres vítimas da lealdade e do dever de bordo do vapor “Cuyabá” sendo saudadas por vivas ao troar de foguetes sob chuvas de flores

⁹ Jornal *A Cruz* era publicado semanalmente em Cuiabá, como “Órgão da ‘Liga Social Catholica Brasileira’ de Matto Grosso” e a redação era uma responsabilidade do Seminário Arquiepiscopal de Cuiabá.

e com discurso de boas vindas pronunciado pela senhorinha Rosa Lombardi; a massa compacta de povo acompanhou às suas respectivas residências esses triunfadores; à noite foi-lhes oferecido suntuoso baile. (*A Cruz* - MT, nº 0583, 06 ago. 1922, p. 1).

O encarregado da Estação Telegráfica de Porto Murtinho, Sr. Manoel Herculano Marques Fonte, informou para a redação de *A Cruz* - MT, em telegrama datado de 9 de agosto de 1922, o recebimento de um questionário elaborado pelo tenente Lydio, por ocasião da substituição no comando do destacamento federal. O militar desejava “levar o testemunho imparcial” do agente. O intuito do questionário poderia ser a futura defesa em um tribunal militar. O questionário foi publicado, com as perguntas formuladas e as respectivas respostas apresentadas após cada uma delas. A leitura permite conhecer detalhes dos acontecimentos em Porto Murtinho, decorridos em consequência da Revolta de 5 de julho de 1922. Por ser extenso, o texto completo consta no Anexo A.

1 Se cometi alguma violência em atos ou palavras para com as famílias ou outras pessoas desta vila a não ser a prisão do Juiz de Direito, Colector Estadual, Tenente de Polícia, Intendente Municipal e o Sr. Antonio Valle.

Resposta: Além das autoridades nomeadas sei mais que foi também presa a Sra Innocencia Valle, esposa do Sr. Antonio Valle e que foi posta em liberdade momentos depois de chegar ao quartel do destacamento federal.

2 Se sabe se estas pessoas sofreram algum mau trato corporal ou verbal.

Resposta: Sei por ter ouvido dos Srs. Tenente de Polícia, Intendente Municipal, Coletor Estadual e Juiz de Direito, que tendo eles dormido duas noites apenas sobre um colchão foram maltratados pelos “carrapatos” do chão que existem em grande quantidade no xadrez onde estiveram recolhidos e que dentro do mesmo xadrez estivera servindo de “vaso noturno” uma lata velha sem ser retirada desde a tarde de domingo, cuja exalação incomodou-os muitíssimo, tendo sofrido o Intendente uma síncope na ocasião da retirada da mesma. [...]

16 Enfim tudo que possa relacionar a este caso.

Resposta: Tenho a declarar que diversos civis, aproveitando-se da ocasião e da amizade pessoal ou particular do Sr. Comandante do destacamento federal espalharam boatos terroristas amedrontando e apavorando as autoridades destituídas dos cargos que exerciam, bem assim suas respectivas famílias e o Tenente comissário da Armada Carlos Abreu Lima declarou-me na manhã do dia 10 que estava acertado o fuzilamento do Dr. Juiz de Direito e que esse atentado não tinha sido levado a efeito devido a sua oposição mas que o Sr. Getúlio de Sá, fiscal de selo adesivo e que se achava foragido, seria fatalmente “passado pelas armas” caso fosse encontrado; o Sr. Henrique de Sant’Anna contara em casa do Sr. Antonio Valle que o comandante do destacamento federal lhe havia dito que ia mandar prender novamente o tenente da Polícia e incorpora-lo no seu destacamento como soldado; o Sr. Antonio Ferreira da Silva contou-me no dia 22, que o comandante do destacamento federal lhe dissera que não entregava as armas e que faria disto um segundo Contestado, contando para isso com elementos, o Sr. Elesbão Murtinho, na tarde do dia 19 dizia em voz alta na esquina do negociante Jorge Saad, que ia reunir seus correligionários e sair em campo para fazer o que ainda faltava; na pensão da Sra. D. Justa Moreno diversos comentários

eram feitos pelos pensionistas, comentários esses que imediatamente eram espalhados na rua como verdade; outros diziam que o dentista Maciel assediava o comandante do destacamento para que fossem aplicadas palmatoadas em diversas pessoas, indo a sua insistência até o ponto de ser energicamente repellido; o Sr. Mario Cordovis contou ao Sr. Hildebrando Esteves que esse comando lhe declarara que quando tivesse de partir daqui para reunir-se aos seus companheiros em Três Lagoas, não deixaria um só brasileiro nesta vila. Todos esses boatos, verídicos ou não, eram repetidos e espalhados como verdade, por partirem de amigos da situação que dominava e apavorava as já citadas autoridades civis que se sentindo por isso ameaçadas e sem garantias refugiaram-se no Paraguai. [...].(*A Cruz* - MT, nº 585, 20 ago. 1922, p. 1)

Como fecho do documento resposta, afirmava acreditar “que é a expressão da verdade tudo o que acabei de expor com toda franqueza sem intenção de ferir esta ou aquela pessoa e só relatando o que chegou ao meu conhecimento de todo o ocorrido” (*A CRUZ* - MT, 20 ago. 1922, nº 585, p. 1). Ressalta-se que o jornal mato-grossense *A Cruz* não interrompeu a circulação no período em que estava decretado o estado de sítio em Mato Grosso.

Outra informação, acrescentada pelo respondente na mensagem enviada ao jornal, incluiu fatos relacionados com a situação política do país, envolvendo a posse de Arthur Bernardes, sendo os fazendeiros favoráveis ao governo intimados ao pagamento de uma contribuição:

Porto Murtinho, 11 – Além do que dissemos, há acrescentar que o Tenente-Coronel Joaquim Nunes Ferraz foi intimado pelo chefe do movimento liberticida a fornecer 50 reses para o consumo da população, uma espécie de contribuição de guerra; como Ferraz os demais fazendeiros bernardistas. Depois do fracasso do movimento espalhou-se aqui a notícia de novo levante em outubro, porém, a prorrogação do estado de sítio até dezembro amorteceu o ardor de Lydio e outros (*A CRUZ* - MT, nº 585, 20 ago. 1922, p.1).

Noronha (1924) menciona que a força revolucionária em Porto Murtinho subtraiu do cofre da Coletoria Estadual a quantia de 4:824\$185 em dinheiro e 4:417\$306 em selos, sendo que o tenente Lydio Gomes Barbosa deu recibo da importância (BRASIL, Acordão 1035). Outros saques ocorreram com o arrombamento do cofre da estação de Cervo, da Noroeste do Brasil, no valor de 12:913\$000, e da agência de Correio em Três Lagoas, onde foi subtraída a quantia de 2:920\$000, executados pelo primeiro-tenente Octavio Muniz Guimarães, apontado como chefe das forças que estacionavam em Três Lagoas com a *Divisão Patriótica Libertadora*.

O tenente Orlando Leite Ribeiro foi acusado do arrombamento da agência do Correio do Forte de Coimbra (*A Noite* - RJ, nº 3809, 12 jul. 1922, p. 6). A apropriação de dinheiro e a requisição de gêneros, como ocorreram em Corumbá, repetiram-se em Porto Murtinho e em

Três Lagoas. As ações repetidas de saque demonstram a existência de uma orientação para esse procedimento de obtenção de dinheiro com a finalidade de financiar as ações da revolução.

4.4 As ações revolucionárias em Bela Vista e Ponta Porã

Bela Vista e Ponta Porã são localidades situadas na linha seca da fronteira Brasil – Paraguai. Em 1922, o 10º RCI estava sediado em Bela Vista e, em Ponta Porã existia apenas um destacamento federal, com seu efetivo fornecido pelo regimento de Bela Vista. As duas organizações militares possuíam, portanto, diminuição nos efetivos de oficiais e militares das graduações inferiores.

Mesmo com esse reduzido efetivo militar, saíram notícias mencionando que a guarnição de Ponta Porã fora escolhida para o início do levante militar de 1922, e dali deveria propagar-se para as outras guarnições do Estado.

Em Bela Vista, o emissário do general Clodoaldo da Fonseca não obteve êxito na sublevação no 10º RCI, e sem a adesão da maioria dos militares, não houve o deslocamento do seu efetivo para as ações revolucionárias.

4.4.1 Bela Vista: a falta de adesão do 10º Regimento de Cavalaria Independente ao movimento revoltoso

Os segundos-tenentes Vasco Nunes Varela e Orlando Leite Ribeiro seguiram de Campo Grande para Bela Vista, cumprindo a incumbência recebida do tenente-coronel Sotero de Menezes de portarem um memorando datado de 10 de julho de 1922, dirigido ao major Antonio de Mesquita. Chegaram a Bela Vista no dia 12 de julho, e apresentaram a mensagem escrita com o seguinte conteúdo: “Seguem os Srs. tenentes Orlando e Varela, a fim de trazer todos os sargentos e praças que aí ficaram, levando eles também a incumbência de reunir e trazer todos os reservistas que desejarem se incorporar à Divisão Libertadora” (BRASIL, Acórdão 1035). O intento não obteve êxito, pois o major Mesquita recusou a entrega do comando do seu efetivo. No entanto, não determinou a prisão dos dois tenentes, pois “estando o regimento dividido, haveria efusão de sangue”.

No quartel do 10º RCI, em Bela Vista, ocorreu uma divisão de opiniões, e não houve unanimidade no posicionamento sobre a revolta. Não ocorreu, em consequência da divisão, a

adesão ao movimento revolucionário. Assim, o 10º RCI, de Bela Vista, e o 16º BC, de Cuiabá, figuram como as unidades mato-grossenses ausentes da *Divisão Patriótica Libertadora*.

4.4.2 Ponta Porã: a cidade escolhida para o início da Revolução de 1922

O jornal *Gazeta de Notícias*, impresso no Rio de Janeiro, divulgou o conhecimento pelo governo federal de um movimento revolucionário em Mato Grosso, com início em Ponta Porã, sob as ordens do general Joaquim Ignacio, comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso:

Os frutos da propaganda e da ação pessoal do velho e irrequieto general começaram a surgir agora e, ainda com o seu conselho, **pretendem agir os revolucionários, iniciando em Ponta Porã, na fronteira do Paraguai, a sedição militar com a sublevação da força federal ali aquartelada. O governo federal já está neste momento senhor de tudo** quanto ocorre em Mato Grosso e, confiado no espírito de disciplina e no patriotismo da maioria dos oficiais do Exército que lá se encontram, saberá repelir os inimigos da ordem constitucional, quer em Mato Grosso ou onde eles estejam escondidos (*Gazeta de Notícias* - RJ, nº 147, 27 jun. 1922, p. 1, grifo nosso).

A afirmação sobre o começo da revolução comprova a realização dos preparativos ainda quando o general Joaquim Ignacio comandava a Circunscrição Militar. A notícia circulou na coluna lateral direita, na primeira página, antes da eclosão da revolta no Forte de Copacabana, acontecida em 5 de julho, oito dias após a edição do jornal. O redator apresentou o conteúdo do telegrama com o seguinte comentário: “Os frutos da propaganda e da ação pessoal do velho e irrequieto general começam a surgir agora e, ainda com o seu conselho, pretendem agir os revolucionários, **iniciando em Ponta Porã, na fronteira do Paraguai, a sedição militar com a sublevação da força federal ali aquartelada.**” (*Gazeta de Notícias* - RJ, nº 147, 27 jun. 1922, p. 1, grifo nosso).

No processo HC 8826, nas referências ao tenente Octavio Muniz Guimarães, encontra-se a confirmação da previsão de iniciar a revolta em Ponta Porã, mencionando o dia 16 de junho:

1º tenente Octavio Muniz Guimarães - Sabedor dos intuitos francamente revolucionários do movimento, tendo por fim especial o impedir que assumisse a presidência da República o então presidente do Estado de Minas Gerais, este oficial espontaneamente associa-se a empresa revolucionária. Neste sentido tem entendimento com vários oficiais; sabe que a projetada **revolução devia ter início em Ponta Porã, a dezesseis de junho**, devendo sucessivamente propagar-se em diversos pontos do Estado em dias prefixados. Ao ter notícias dos fatos ocorridos no Rio de Janeiro, e diante da

atitude do governo central, resolveu entender-se com vários colegas e precipitar o movimento. No dia seis de julho chega a Campo Grande, notando desde logo a precipitação por parte do general Clodoaldo, dando início ao movimento. Lamenta não ter permanecido em Três Lagoas, onde poderia providenciar a passagem no rio Paraná. (*Gazeta de Notícias* - RJ, nº 281, 29 nov. 1922, p. 6, grifo nosso).

O tenente Octavio Muniz Guimarães, ao lamentar a saída de Três Lagoas, afirmou que realizava a segurança para a demarcação das áreas da Fazenda Taquarussu naquele município, e se deslocou até Campo Grande para a passagem de comando. Efetivamente, seu nome consta entre os desembarcados em Três Lagoas, no dia 15 de dezembro de 1920, comandando uma força para garantia dos trabalhos e a imparcialidade, a ordem e propriedade particular, na medição e divisão judiciária processadas na fazenda Taquarussu¹⁰. (*O Matto-Grosso* - MT, nº 01718, 05 dez. 1920, p. 1 e *O Republicano* - MT, nº 0377, de 19 dez. 1920, p. 1). Possivelmente, quando ocorreu o levante, em 5 de julho de 1922, existiam militares ainda no cumprimento dessa missão.

Aventa-se a hipótese de um erro de datilografia ou na transcrição da denúncia apresentada pelo promotor da Justiça Militar, e a data mencionada pelo tenente Octavio Muniz Guimarães seria 16 de julho, após o início da revolta. Como argumento, cita-se a menção para a *precipitação* por parte do general Clodoaldo em iniciar o movimento, portanto, antecipando o seu início. Em qualquer hipótese, permanece a concepção do início em Ponta Porã do levante em Mato Grosso.

O jornal *Gazeta de Notícias* – RJ reproduziu um telegrama transmitido de Ponta Porã, comunicando uma tentativa de sublevação na guarnição, com a finalidade de depor o presidente do Estado de Mato Grosso. A informação chegou ao jornal pelo correspondente em Cuiabá:

Somos forçados a levar ao conhecimento de V. Exa. que, a pretexto de reconhecimento do Dr. Bernardes **organiza-se aqui um movimento revolucionário para deposição de V. Exa.** Há poucos dias esteve nesta cidade o capitão Edgard de Mattos Lima que procurou sublevar o destacamento federal aqui estacionado. Devido às providências tomadas pelas autoridades junto ao comandante da circunscrição, esse plano do

¹⁰ A divisão e demarcação judicial da Fazenda Taquarussu ocorria por ordem judicial federal, como solução de uma disputa entre o senador Victorino Monteiro, duas companhias inglesas e alguns outros, de um lado, e posseiros e proprietários, de outro. A fazenda Taquarussu fora registrada em 1899 como legítima propriedade de Justiniano Augusto de Salles Fleury, com base em comprovação do pagamento em 1852, em Vila do Prata, em Minas Gerais, em virtude da Lei de 1850 (depois questionado, pois o registro na Vila do Prata foi iniciado em 1856, o que anulava o documento), que procedeu inúmeras transferências retalhando a terra. Por sua vez, o governo do Estado vendeu parte das terras, à revelia dos últimos representantes dos que alegaram o primitivo registro em Vila do Prata. O senador Victorino Monteiro, com seus parceiros, promoveu uma divisão das terras, incorrendo em áreas já ocupadas e tituladas por outras pessoas, surgindo conflitos entre os recém-chegados, portadores do direito de Justiniano Fleury e os ocupantes (*O Matto-Grosso*, nº 1656, 21 mar. 1920, p. 1).

capitão Edgard fracassou. **Ontem** [23 jun.] aqui chegaram vindos de Campo Grande o tenente do Exército Orlando Leite Ribeiro, o coletor Alvaro Brandão e o ex-tenente de polícia Hortides Nascimento, tendo o tenente Orlando vindo combinar com o tenente comandante do destacamento federal aqui a mazorca. Temos certeza que a qualquer momento esses movimento fomentado pela força federal surgirá. Embora estejamos preparados aqui para sufocar tal revolução em defesa ao governo de V. Exa., talvez fosse preferível que com as providências que o caso exige tomadas por V. Exa., junto às altas autoridades da República fosse possível evitar a referida sublevação. Há necessidade de providências enérgicas e urgentes no sentido de **retirar os promotores de tal agitação**, as pessoas referidas, obedientes ao propósito da oposição ao seu governo. A Coletoria aqui tem fundos, sendo de reear que esse dinheiro seja desviado com tal movimento. Além disso, Hortides e Alvaro Brandão estiveram ontem em Campo Grande de onde telegrafaram para o Rio ao general Joaquim Ignacio, pedindo instruções para a explosão do movimento. (*Gazeta de Notícias* - RJ, nº 147, 27 jun. 1922, p. 1, grifo nosso).

Segundo Leal (2010b), o jornal *Gazeta de Notícias* apoiou a candidatura situacionista de Arthur Bernardes e combateu a *Reação Republicana*. Pedro Celestino mostrava-se aliado ao presidente Epitácio Pessoa e favorável à posse de Arthur Bernardes, contrário à *Reação Republicana*.

O teor do telegrama leva à conclusão de que ele fora enviado por correligionários políticos do presidente do Estado ou por alguém em busca do seu apoio. O telegrama imputa os preparativos da sublevação aos membros do PRC em Ponta Porã. Por conseguinte, é possível identificar, de acordo com essa denúncia, o advogado Baptista de Azevedo como conspirador.

As críticas endereçadas ao coletor de impostos, Alvaro Brandão, além de uma preocupação pública pelas finanças do Estado, subsidiariamente inculca um pedido de substituição do coletor por alguém ligado ao partido. Verifica-se, ainda, o conhecimento do conteúdo de um telegrama expedido em Campo Grande, evidenciando o envolvimento do chefe da Agência Telegráfica daquela cidade com a legalidade, permanecendo fiel ao presidente do Estado.

Na semana do dia 16 de junho de 1922, data apontada para o surgimento da revolta em Ponta Porã, houve um incremento na quantidade de militares e civis passando pela cidade. O tenente Vasco Nunes Varela assumiu o comando do destacamento federal, substituindo o oficial falecido (tenente Furtado), e passou pela cidade, vindo de Campo Grande com destino a Bela Vista, com o capitão Edgar de Mattos Lima. De Campo Grande, onde estiveram em “excursão política”, no dia 21 de junho, retornaram Affonso Kraemer, João Hortides e Alvaro

Brandão, fato também mencionado pela *Gazeta de Notícias*. (JOP, nº 120, 18 jun. 1922, p. 2 e nº 121, 25 jun. 1922, p. 2).

A nota do jornal refere-se ao tenente João Hortides do Nascimento, designado pelo governo do Estado (Pedro Celestino) para comandar um Pelotão de Cavalaria Independente da Força Pública Estadual, estacionado em Ponta Porã, onde chegou no mês de janeiro de 1922, procedente de Nioaque, município no SMT (JOP, nº 101, 30 jan. 1922, p. 3). Esse oficial teria sido excluído da força pública por deserção, em 1917, após sofrer uma pena de rebaixamento de posto e prisão. Readmitido, acumulou as funções de comandante do destacamento policial e delegado interino em Miranda, no SMT (*Republicano* – MT, nº 372, 25 nov. 1920, p. 2). Sua atuação em Miranda recebeu críticas por parte dos políticos do PRC, que o consideravam um correligionário do PRMG:

A população de Miranda estava alarmada diante de um desacato sofrido pelo Juiz de Direito daquela comarca, em sua própria residência, e promovido por um grupo de desordeiros, às ordens de um chefe político, dito celestinista [do PRMG], que destarte ali quer **implantar o aconselhado regime de terror**, tão útil para quem não conta, como eleitores, senão com meia dúzia de gatos pingados. [...] é hoje a autoridade a quem se devia incumbir de garantir a tranquilidade pública, mas que **promove a desordem**. (*Republicano* – MT, nº 372, 25 nov. 1920, p. 2, grifo nosso).

Em maio de 1922, como possível confirmação da saída dos quadros da Força Pública Estadual, João Hortides do Nascimento assinou como secretário do 1º Vice-Intendente em exercício no município de Ponta Porã, a qual versava sobre o prazo para pagamento de impostos prediais (JOP, nº 114, 7 maio 1922, p.3).

Affonso de Miranda Kraemer, segundo-sargento reservista e secretário interino da Junta de Alistamento Militar do município de Ponta Porã, citado anteriormente, foi demitido do cargo de tabelião judicial e notas do 1º ofício, em 29 de maio, pelo juiz de direito de Ponta Porã, Dr. Eurindo Neves, o qual registrou em despacho a conduta incorreta motivadora da exoneração. (JOP, nº 118, 4 jun. 1922, p. 2). Uma convocação dos reservistas do Exército de 1ª e 2ª categorias, das classes de 1892 e 1893, para a apresentação nas unidades de 1º a 7 de agosto, publicada no jornal datado de 6 de junho, trazia, como justificativa de que os reservistas participariam das manobras a serem realizadas em todo o território nacional, no dia 7 de setembro, em homenagem ao centenário da Independência.

Rangel Torres, editor do jornal *O Progresso*, também exercia a função de promotor na cidade de Ponta Porã. Correligionário do senador Antonio Azeredo, do Partido Republicano Conservador, o jornalista mantinha uma postura de oposição ao presidente Epitácio Pessoa e

mostrava-se favorável à *Reação Republicana*, contra a posse de Arthur Bernardes. Em sua própria definição sobre a linha política seguida, afirmou:

Continuamos na nossa velha e leal atitude ao lado do Sr. Nilo Peçanha, entretanto, preferíamos, como brasileiros e patriotas que somos, antes de tudo, que uma fórmula tendente a evitar uma luta que só nos pode diminuir perante o mundo civilizado, fosse posta ainda em prática para bem do nosso amado Brasil. De tudo o que acontecer, estamos convictos a Nação só pode culpar um homem único, e este é o Sr. Epitácio Pessoa. (JOP, nº 120, 18 jun. 1922, p. 2).

Rangel Torres divulgou uma notícia atribuindo os intuits revolucionários ao seu adversário político, Baptista de Azevedo. Com o título “Um movimento sedicioso – várias tentativas abortadas”, menciona uma emboscada contra Leonel Mendes Gonçalves e os constantes deslocamentos de pessoas para o interior do município, com a suspeição de estarem preparando a revolta:

Há dias, em virtude dos últimos acontecimentos políticos locais, se vem notando certa celeuma nos arraiais dos partidários do antigo e extinto diretório fusionado. Verdade é que tudo isto tem dado resultados positivamente contraproducentes, no que concerne à arregimentação das hostes. Todos os homens que ainda se não deixaram arrastar pela mania do mando, e tem alguma responsabilidade, vão se afastando do contato do chefe que por tais escombros os quer conduzir. No dia 10 do corrente, tendo o nosso amigo Leonel Mendes, conhecimento da gravidade da situação e informado de que **em Dourados se preparava um levante** com o fim de invadir a cidade e liquidar *algo...* tudo por ordem do ex-chefe político, ordenou ao capataz da fazenda “Santa Virgínia”, da qual é administrador, que recolhesse a cavallhada em piquetes e a vigiasse, de modo a evitar que a levassem. [...] Tudo isto faz crer que o móvel do arrombamento da invernada era **uma emboscada preparada para assassinar o administrador da fazenda**, que por ali passa continuamente de automóvel. O fato da tentativa de agressão ao nosso jornal, na tarde desse dia, e ainda as provocações partidas de certo grupo, a muitas pessoas desta cidade, durante as quais diziam: *é hoje o dia*, etc... mostra a **evidência de qualquer plano tenebroso**. Os **enviados para o interior do Município, de onde volvem a miúdo a fim de se entenderem com o ex-chefe**, é um outro sintoma de que **algo se preparava, se não se prepara ainda...** O que certamente tem feito abortar a execução do programa é a atitude enérgica, embora prudente, das autoridades policiais e comandantes dos destacamentos, e a prevenção defensiva adotada pelas pessoas sobre quem recaem as ameaças. Cada dia um novo boato, um aviso, com todo o fundamento de verdadeiro, põe novamente as coisas em polvorosa. Quarta-feira, com a chegada de algumas pessoas de Dourados, e outros mais, novamente veio à baila um plano de assalto à casa onde está hospedado o nosso amigo Leonel Mendes e onde convivem muitas pessoas que contrariam os planos políticos do Dr. Baptista de Azevedo. (JOP, nº 116, 21 maio 1922, p. 2).

Os dois adversários acusavam-se, mutuamente, da preparação de um golpe. Para Rangel Torres, Baptista de Azevedo estava em reunião na noite de 17 para 18 de maio, preparando uma revolta, confirmado pela prisão, depois relaxada, de João Hortides:

Ligeira ocorrência havida com o João Hortides, ex-tenente da Força Policial do Estado, em frente ao quartel da polícia, **demonstra que tinha o boato certo quê de veracidade**. Era o caso de estando o Sr. Capitão João Gualberto Cabral, Delegado em exercício, no quartel de polícia juntamente com o comandante do Destacamento, cerca de 2 horas da manhã, por ali passava a cavalo o referido ex-tenente, **um dos apontados como parte nesses movimentos**. Alteado 3 vezes pela sentinela, não se deu por achado, saindo então o Delegado com 3 praças deu-lhe voz de prisão à qual não se submetera o notívago, preferindo chamar o seu ex-colega de farda, tenente João Nunes, a quem se entregou, alegando, porém, que ia de viagem e precisava que lhe permitissem ir em casa, no que foi atendido. Escoltado, dirigiu-se, porém à casa do Dr. Baptista, onde ao chegar proferiu as seguintes palavras: *fui passar lá e me prenderam...* O Sr. Promotor de Justiça aquela hora ainda acordado em casa do Dr. Azevedo, então se prontificou a acompanhar o prisioneiro até ao quartel onde se entenderia com o Delegado, o que efetivamente fez, pedindo a este relaxar a prisão, sob sua palavra de autoridade, em como tudo eram boatos, mentiras, etc. *Que eles não eram capazes de tal, nem acreditavam que os Drs. Eurindo, Torres e Barros e o próprio Delegado também fossem capazes de atacar, como se propalava, e que naquela noite tivera aviso de que um grupo de 40 homens atacaria a casa do Dr. Azevedo, razão por que em casa deste se achavam reunidos...*(JOP, nº 116, 21 maio 1922, p. 2).

O presidente Pedro Celestino, em meio às disputas políticas das duas correntes que formaram a *Fusão*, nomeia o Dr. Oscarino Ramos como delegado especial para Ponta Porã. O novo delegado recebeu homenagens de um grupo de admiradores, em um baile nos salões do Hotel Brasil, em 29 de maio. Formaram a mesa das autoridades: o Dr. Eurindo Neves (juiz de direito), capitão E. Ramirez (comandante da força policial de Pedro Juan Caballero), coronel Valencio de Brum (vindo de Amambai, onde residia), tenente José Futuro (comandante do destacamento federal), Dr. Rangel Torres (promotor interino), tenente João Nunes (comandante da força policial), coronel Emilio Brandão, Leonel Mendes, Edmundo Quevedo, João Gualberto Cabral (ex-delegado em exercício), Joaquim Silveira dos Santos, Djalma Marques, Aparicio Martins, Lourenço Monteiro, Oscar Larson e Alberto Braud (JOP, nº 118, 4 jun. 1922, p. 1).

Em 8 de junho de 1922, o tenente José de Azevedo Futuro, comandante do destacamento federal, morreu acidentalmente. A sua morte foi provocada pelo disparo do seu revólver, após a queda da cintura, enquanto limpava ladrilhos nas obras em sua residência (JOP, nº 119, 11 jun. 1922, p. 1). O tenente Futuro chegara a Bela Vista em fevereiro de 1921, procedente da Escola Militar do Realengo, por conclusão de curso, juntamente com Vasco

Nunes Varela e Orlando da Silva Ribeiro (BolReg10 nº 37, de 11 fev. 1921). O tenente Futuro comandava o Destacamento em Ponta Porã acerca de três meses. (JOP, nº 119, 11 jun. 1922, p. 1).

No dia 14 de maio de 1922, o promotor de justiça, Bacharel Severino de Moura Carneiro recebeu a remoção para Bela Vista, substituído pelo bacharel Bernardo Antonio de Souza. A nota de despedida da cidade, revelando uma desavença com o editor do jornal, citava:

Da desídia e incorreção com que esse moço exerceu o cargo, sabem-no todos quantos militam no foro. Nunca ligou importância aos misteres do seu cargo, pois, desde as audiências do Exmo. Dr. Juiz de Direito, que nunca frequentava [...] a sua conduta sempre foi de negligência pelos interesses da justiça pública que lhe foram confiados, sacrificando o bom nome do ministério a que pertence e cuja integridade física tinha por missão defender. [...] Diante de tais motivos, que são conhecidos de todos, a nossa justiça está de parabéns, e a da vizinha comarca de Bela Vista sob a ameaça dos mesmos pesadelos que nos infelicitaram durante alguns meses (JOP, nº 117, 28 maio 1922, p. 1).

Para comentar os boatos existentes na região, a postura de *O Progresso*, em 7 de maio de 1922, aparentava uma neutralidade, como constou na reportagem com comentários sobre as manobras realizadas pelo Exército no Rio Grande do Sul:

De todos é sabido o que se tem passado [sobre a questão presidencial], mas, por aqui, não faltam boatos alarmantes, principalmente de revolução, havendo mesmo quem considere o movimento de forças no Rio Grande como uma sedição ou começo de revolta. Essas notícias, espalhadas pela campanha, têm produzido uma grande sobressalto **aos fazendeiros aos quais principalmente são dirigidas estas linhas. Não discutimos a procedência ou improcedência das ameaças; não afirmamos se haverá ou não qualquer comoção intestina.** Mas, qualquer acontecimento que importe em alteração da ordem **nos poderá absolutamente atingir. Uma luta em Mato Grosso é coisa incrível e de nenhum efeito. Não é o nosso Estado que vai decidir da sorte dos dois políticos em foco – os senhores Bernardes e Nilo.** Pequeno, insignificante é o peso que fazemos na balança da política nacional para que tenha o nosso povo de pegar em armas. Que ao Congresso seja feita qualquer pressão, não nos admira, uma vez que ele já prejudicou o reconhecimento. **Que se tente impedir a posse do Sr. Arthur Bernardes, é hipótese aceitável, pois os principais elementos do Exército e da Armada tem manifestado repulsa ao candidato da convenção.** Isso, porém, é lá longe [...] A Capital da República é que decide tudo. Em último caso, no pior dos casos, sufocadas as forças de que o governo federal dispõe, teríamos uma ditadura. E haverá por aqui quem a tal se oponha? Baixaremos a cabeça, aceitando o fato consumado. **Não desejamos nem esperamos que haja a menor anormalidade.** Que paire sobre o nosso Brasil o Anjo da Paz [...] (JOP, nº 114, 7 maio 1922, p. 1, grifo nosso).

O redator assegurou a existência de boatos sobre a iminência da eclosão da revolta. Demonstrou, ainda, sua convicção sobre o afastamento do Estado de Mato Grosso das lutas. Ao admitir como aceitável a hipótese do movimento para impedir a posse de Arthur Bernardes, a mensagem parece ter um conteúdo tranquilizador aos seus leitores. A revolta irrompeu em 5 de julho, pouco menos de dois meses após a reportagem. Para os revoltosos, a adesão das forças mato-grossenses consistiria em um fator de sucesso.

Além das agitações políticas e policiais no primeiro semestre de 1922, e o movimento incomum de militares e civis pela cidade, vários representantes da Empresa Mate Laranjeira transitaram por Ponta Porã: existem registros das visitas de Francisco Mendes Gonçalves Filho, um dos diretores, vindo de Buenos Aires, encontrando em Campanário, Mendes Mesquita e Felinto Braga (JOP, nº 113, 30 abr. 1922, p. 3), do Sr. José Bazzo e Dr. Napoleão Michel, a negócios, de Ricardo Mendes Gonçalves (JOP, nº 116, 21 maio 1922, p. 2), a passagem em trânsito de Francisco Murтинho, diretor gerente no Rio de Janeiro (JOP, nº 110, 2 abr. 1922, p. 2) e o retorno do Rio de Janeiro de Leonel Mendes, onde visitara o irmão Raul, adoentado. (JOP, nº 115, 14 maio 1922, p. 1).

Confirmando o movimento social incomum, *O Progresso* registrou com ironia em “Mais banquetes...” o banquete oferecido pelo Dr. Baptista de Azevedo para as pessoas chegadas de Dourados, no almoço de caráter político datado de 21 de maio. Entre os convidados, relacionou “*von Kraemer e monsieurs Bernard e Braud*, acreditados representantes estrangeiros. Houve vários discursos, inclusive o do orador oficial Sr. João Hortides, que estiveram na altura do caso...”. (JOP, nº 116, 21 maio 1922, p. 3).

Uma comissão de oficiais do Exército passou pela cidade: capitão Otto Feio da Silveira, tenente Epaminondas de Aquino Torres e aspirante José Publio Ribeiro. Apresentaram o pretexto de exercícios da missão militar na fronteira, voltada para estradas de rodagem e linha telegráfica (JOP, nº 109, 26 mar. 1922, p. 3). De Ponta Porã, a comissão seguiu para Bela Vista, em continuação ao desempenho da missão. Antes da partida, visitaram o Sr. Rangel Torres para as despedidas. Possivelmente no deslocamento para Bela Vista, os militares participaram de uma festa na fazenda Estrela, pertencente ao coronel Manoel Moreira, comemorando a formatura do filho em engenharia agrônômica, com quase uma centena de convidados dos municípios de Bela Vista e Ponta Porã (JOP, nº 110, 02 abr. 1922, p. 2). Como os fios telegráficos ainda estavam nas proximidades do Patrimônio Entre Rios, atual município de Rio Brillhante – MS, com a inauguração da linha prevista de agosto para setembro (JOP, nº 113, 30 abr. 1922, p. 2), é possível julgar que uma missão militar

relacionada com a linha telegráfica seria desnecessária, servindo de pretexto para a preparação do movimento militar. O indício é reforçado pela presença do capitão Otto Feio da Silveira, apontado como líder militar da revolta que eclodiu em Corumbá.

Na opinião de Rangel Torres, Baptista de Azevedo estava em queda na política municipal. Para atestar essa convicção, publicou o telegrama de Pedro Celestino (presidente do Estado), destinado ao Dr. Eurindo Neves:

Não me tenho correspondido com Dr. Baptista de Azevedo nem atendido suas repetidas indicações, por considerar o mesmo completamente divorciado do partido. Telegrafei ao Dr. Oscarino Ramos recomendando sua partida urgente para aí. Outras medidas serão tomadas oportunamente, ficando meu governo certo de que saberão manter ordem local com outras influencias políticas que nesse município o apoiam. (apud JOP, nº 116, 21 maio 1922, p. 1).

No dia 22 de maio, *O Progresso* anunciava a chegada do Dr. Oscarino Ramos, nomeado “delegado de polícia especial”, pelo presidente Pedro Celestino que seguia a serviço para Bela Vista. Portava uma carta do presidente do Estado, endereçada ao coronel Valencio de Brum, conclamando para uma união que superasse o extremismo político e elogiando o potencial do município:

As ocorrências últimas, originadas das nomeações de autoridades policiais determinaram a minha resolução [...] o Dr. Oscarino, conhecendo os propósitos e a orientação da nova política, esclarecerá os amigos facilitando-lhes melhor conhecimento da situação atual do Estado que reclama união, conagraçamento, relegação de partidarismo extremado a fim de que possamos progredir curando de nossos interesses coletivos e particulares. O amigo me fará o favor de dar conhecimento desta a todos os chefes que queiram colaborar nessa obra de reerguimento do Estado pela ordem e pelo trabalho, concorrendo assim para a sua emancipação econômica e para o seu prestígio na União. Ponta Porã, pela sua grande população, pelos seus ervaís, pelo seu clima, pelo seu solo, é o maior fator atualmente da prosperidade do Estado. (apud JOP, nº 117, 28 maio 1922, p. 1).

No dia 29 de maio, Rangel Torres, redator e proprietário de *O Progresso*, tomou posse como promotor interino da comarca de Ponta Porã, substituindo o Sr. Severino de Moura Carneiro, promotor efetivo removido para a comarca de Bela Vista (JOP, nº 117, 28 maio 1922, p. 1). Indicando um novo ordenamento político no município, ocorreu uma preterição de Baptista de Azevedo, que também atuava como promotor substituto. O promotor efetivo, bacharel Bernardo Antonio de Souza (JOP, nº 118, 4 jun. 1922, p.1), chegou a Ponta Porã em 12 de junho, assumindo sua função em 13 de junho de 1922 (JOP, nº 120, 18 jun. 1922, p. 1).

As substituições indicam um rompimento de Pedro Celestino com os correligionários do Dr. Baptista de Azevedo.

O parecer divulgando o reconhecimento do Senado Federal dos eleitos para Presidente e Vice-Presidente da República foi divulgado em 6 de junho de 1922 (*O Jornal* - RJ, 6 jun. 1922, nº 1038, p. 2) e aprovado em 9 de junho de 1922, na semana anterior ao dia indicado como início da revolta em Ponta Porã. A sessão de reconhecimento do pleito eleitoral para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, realizado em 1º de março, aconteceu no Senado Federal. Proclamou-se Arthur Bernardes e Urbano Santos da Costa Araujo como eleitos, respectivamente, candidatos da situação e apoiado pelo presidente Epitácio Pessoa e declarou-se vaga a vice-presidência, pelo falecimento em maio do candidato mais votado, Urbano Santos. A *Reação Republicana*, com o candidato Nilo Peçanha, recebia a derrota, apesar de várias denúncias de fraudes eleitorais.

O senador Antonio Azeredo, como presidente do Congresso Nacional, elaborou o parecer aprovando o reconhecimento da validade da eleição de Arthur Bernardes. A data de 18 de junho, apontada como escolhida para o começo do levante em Mato Grosso, embora um pouco posterior à da aprovação do parecer, demonstra uma ligação entre elas. O reconhecimento pelo Senado Federal configuraria o pretexto para o início da sublevação militar.

4.5 Os envolvidos na Revolução de 5 de julho de 1922 no SMT

Ferreira (2014), Mendonça (1970) e Carone (1974) relacionaram os participantes da conspiração, entre presos que ajudaram o general Clodoaldo ou chamados a depor no inquérito em São Paulo. Os nomes dos revoltosos também são em jornais com as publicações do resultado do inquérito.

Ferreira (2014, p. 246) lista vinte e seis oficiais, sendo dois coronéis, um tenente-coronel, dois majores, seis capitães, três primeiros-tenentes e 12 segundo-tenentes, mandados apresentar em São Paulo, ao comandante da 2ª Região Militar, encarregado da apuração no inquérito militar. A esse total podem ser acrescentados o general Clodoaldo da Fonseca e seus dois ajudantes de ordens, o capitão Carlos Miguel de Vasconcelos e o segundo-tenente Renato dos Santos Jacintho. Os oficiais, segundo Ferreira (2014, p. 246), seguiram para São Paulo em pequenos grupos, entre julho e setembro de 1922, embora muitos desertassem e seguissem para a Bolívia e Paraguai.

Mendonça (1970, p. 124), transcreve os nomes de vinte e cinco oficiais que auxiliaram o general Clodoaldo Fonseca, repetindo os relacionados por Silva (1971). Há, em relação ao

apontado por Ferreira (2014), o acréscimo de nove nomes diferentes, o que elevaria o total para trinta e oito oficiais envolvidos no Mato Grosso.

De acordo com Carone (1974), o general Clodoaldo da Fonseca foi preso, junto com dois coronéis, um major, seis capitães e dezessete tenentes. Assim, vinte e sete oficiais teriam sido presos, pela participação no Levante de Mato Grosso de 1922.

As relações de Ferreira e Mendonça são complementares, com nomes comuns e diferentes, e oferecem uma dimensão para a participação humana. As diferenças de grafia entre os nomes das mesmas pessoas revelam a dificuldade da leitura dos processos criminais, na época escritos de forma manuscrita, e as correções decorrentes da reforma ortográfica ocorrida posteriormente.

Os oficiais envolvidos na Revolta de 5 de julho de 1922, presos e processados, alegaram nas suas defesas, buscando uma pena mais branda, terem atendido “à primeira intimação da autoridade militar envidada pelo então presidente da República”, acatando as ordens recebidas para a deposição das armas, quando ocorreu o encontro com o emissário do governo em Três Lagoas, e assinaram um pacto na ocasião. A primeira denúncia foi apresentada em novembro de 1922, pelo Dr. Augusto de Lima Júnior, 1º promotor da Justiça Militar, com o indiciamento de 56 oficiais.

No Quadro 13, consta a relação dos vinte e oito militares denunciados pelo procurador criminal Dr. Carlos Costa, após receber o inquérito instaurado na jurisdição militar. A denúncia dos militares deu-se por terem tomado parte no movimento revolucionário em Mato Grosso, ou a ele acompanhado, sendo considerados coautores e incursos na sanção dos artigos 107¹¹ (crime contra a Constituição e forma de governo da República) e 356 (roubo), em referência a 351 (violência) e 358 (violação dos direitos de patente) do Código Penal, combinado com o artigo 18 (autoria e coautoria), também do Código Penal. Os artigos mencionados constam no Código Penal promulgado em 1890, o primeiro republicano.

Os oficiais ficavam sujeitos, pela denúncia do promotor, à perda de patente e expulsão do Exército, se condenados na pena mínima de cinco anos de prisão. Os sargentos, chamados de oficiais inferiores, e praças que acompanharam a divisão revolucionária não foram denunciados, pela falta de citação no inquérito. Vários oficiais afirmaram em depoimentos a

¹¹Utilizou-se o Código Penal aprovado pelo Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 (disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/listapublicacoes.action?id=66049>), aplicando a pena dos Artigo 107. (Tentar, diretamente e por fatos, mudar por meios violentos a Constituição política da Republica, ou a forma de governo estabelecida: Pena – de banimento, aos cabeças; e aos co-réos – a de reclusão por cinco a dez anos) e Artigo 356 (Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia movel, fazendo violencia à pessoa ou empregando força contra a coisa: Pena – de prisão celular por dois a oito anos).

ignorância dos fins subversivos do movimento, limitando-se a cumprir disciplinarmente as determinações dos seus legítimos comandantes. (*O Paiz* - RJ, nº 13978, 27 jan. 1923, p. 7).

Entre os indiciados no inquérito, o major Manoel Ribeiro de Salles Guimarães foi o único não pronunciado pelo juiz federal Dr. Vaz Pinto Coelho, conforme decisão publicada em *O Paiz* – RJ (nº 14312, 26 dez. 1923).

Sobre o farmacêutico e capitão Orestes Maffey, não se encontraram informações relacionadas com o resultado do processo. Porém, é possível concluir pela ausência do pronunciamento, pelo seu relacionamento para matrícula na Escola de Aplicação do Serviço de Saúde do Exército (*A Manhã* - RJ, nº 658, 03 fev. 1928, p. 5). Sabe-se da sua prisão com os outros denunciados, à semelhança do que aconteceu com o segundo-tenente veterinário Arthur Pereira Lima.

Quadro 13 – Oficiais denunciados pela Revolução de 1922 em Mato Grosso

Posto/função	Nome	Sentença de 1927
General	Clodoaldo da Fonseca	culpado
Coronel	Adolpho de Araújo Familiar	culpado
Coronel	Affonso Pinho de Castilho	culpado
Tenente-Coronel	José Sotero de Meneses Junior (Filho)	culpado
Major	Teodoro (Deodoro) Ribeiro da Cunha	absolvido
Capitão médico	Orestes Maffey (farmacêutico)	?
Capitão	Manoel Rabelo	culpado
Capitão	Manoel Ribeiro de Salles Guimarães	impronunciado
Capitão	Carlos Miguel de Vasconcelos Querê	culpado
Capitão	Otto Feio da Silveira	absolvido
Capitão médico	Edgard de Mattos Lima	culpado
Primeiro-tenente	Granville Bellerophonte de Lima	culpado
Primeiro-tenente	Gilbert (Geobert, Gebert) de Queiroz	faleceu
Primeiro-tenente	Plínio Paes Barreto Cardoso	culpado
Primeiro-tenente	Octávio Muniz Guimarães	culpado
Primeiro-tenente	José Públio Ribeiro	culpado
Primeiro-tenente	Joaquim do Nascimento Fernandes Távora	faleceu
Primeiro-tenente	Lydio (Lyrio, Lidio, Ilidio) Gomes Barbosa	culpado
Primeiro-tenente	Vasco Neves Varela (Villela)	culpado
Primeiro-tenente	Eurico Mariano de Oliveira	absolvido
Segundo-tenente	Arthur Pereira Lima (veterinário)	impronunciado 1925
Segundo-tenente	Cyro Paes Leme	culpado
Segundo-tenente	Helvécio Pinheiro de Albuquerque Maranhão	absolvido
Segundo-tenente	Orlando Leite Ribeiro	culpado
Segundo-tenente	Respicio do Espírito Santo	absolvido
Segundo-tenente	Ruy da Cruz Almeida	absolvido
Segundo-tenente	Luiz Venâncio Jansen (Johnson) de Melo	faleceu
Segundo-tenente	Renato dos Santos Jacinto	culpado

Fonte: *O Paiz* - RJ, nº 13978, de 27 jan. 1923, p. 7 e *O Jornal* - RJ, nº 2816, de 05 fev. 1928, p. 3

Orlando Leite Ribeiro, oficial servindo em Bela Vista no 10º RCI, consta nessa relação dos indiciados, embora não tenha ocorrido a adesão do regimento ao movimento revolucionário em 1922. Pelo telegrama enviado ao presidente Pedro Celestino, citado anteriormente, ele viajou de Campo Grande para Ponta Porã, para preparar o início da revolta.

Outros oficiais, mostrados no Quadro 14, podem ser acrescidos como implicados na Revolução de 1922 em Mato Grosso, pois receberam ordens de apresentação ao comandante da 2ª Região Militar, comando superior à Circunscrição Militar de Mato Grosso, e constam na relação de Ferreira (2014), obtida em sua pesquisa nos boletins internos da Circunscrição. Destes, apenas Gilbert de Queiroz solicitou *habeas corpus*, significando o recebimento de uma punição pela sua participação.

O tenente Eduardo Faustino da Silva não aderiu ao movimento sedicioso. Ele servia em Campo Grande, e obteve licença das autoridades revoltosas para seguir para São Paulo. Por causa da interrupção da circulação dos trens, permaneceu retido em Três Lagoas. Os revolucionários citaram seu caso como um exemplo do respeito da vontade dos que não queriam aderir ao movimento. O tenente prosseguiu a viagem com o trem condutor dos primeiros revoltosos presos (*O Combate* - SP, nº 2136, 18 de jul. 1922, p. 1).

Quadro 14 – Outros oficiais mandados apresentar ao comandante da 2ª Região Militar

Posto/função	Nome
Major	Feliz de Sá Laranjeiras
Médico (major)	João Affonso de Souza Ferreira
Capitão	Alcibiades Pinto Botelho
Capitão médico	Julio Mario de Castro Pinto
Capitão médico	Manoel Ribeiro de Salles Guimarães
Capitão médico	Ambrosio Pereira Fortes
primeiro-tenente	Manoel Sampaio de Oliveira
Segundo-tenente	Álvaro Vital de Oliveira
segundo-tenente	Manoel Luiz Emydgio de Albuquerque
segundo-tenente	Oscar Tavares Gomes

Fonte: Ferreira (2014, p. 246)

Contrariando a notícia de que os revolucionários respeitavam aqueles que não aderissem ao movimento, o 1º tenente médico Rubem Gomes Pereira, do Forte de Coimbra, declarou ter sofrido perseguições “brutais e desumanas”. Em seu depoimento, revelou a realização de uma reunião dos oficiais, determinada pelo comandante do Forte, em junho de 1922, sobre o caso das *Cartas Falsas*. Na reunião, consultou-se “se no meio deles havia alguém que não estivesse disposto a, mesmo com sacrifício, ‘desagravar os brios da classe’”. (*Gazeta de Notícias*- RJ, nº 284, 2 dez. 1922, p. 1)

A concentração de oficiais em apoio ao general Clodoaldo da Fonseca pode ser atribuída a uma convocação para a cerimônia de assunção de comando, realizada em 5 de julho de 1922, quando todos compareceram e aderiram ao movimento revoltoso, ou, ainda, à conclusão sobre a preparação prévia do levante, prestando a reunião dos oficiais em Campo Grande para o início das ações armadas. O coronel Affonso Pinho de Castilho exercia interinamente o comando da Circunscrição, e aderiu ao movimento, o que leva a presumir sobre o seu conhecimento a respeito do planejamento da revolta, comprovado pelo envio de um oficial a Bela Vista para verificar o material existente para um possível emprego, conforme constou no HC 8.826.

Para Carvalho (2005, p. 39), os argumentos tenentistas estão representados nos pensamentos de Juarez Távora, ao acreditar que a Constituição, ao introduzir a expressão “dentro da lei”, fornecia o fundamento legal à posição dos revoltosos. Com esse amparo legal, poderiam, decidir a conveniência ou não de obedecer às autoridades governamentais. Era uma competência adquirida pelos oficiais durante o curso de formação, na cadeira de Direito Público Constitucional e Internacional da Escola Militar. Segundo Juarez Távora, na cadeira de Direito os oficiais aprendiam “as normas exatas por que se devem guiar no desempenho de sua missão interna e exterior”, o que lhes dava competência “para ombrearem com o bacharelismo dos nossos políticos profissionais” e, as revoltas eram justificadas por representarem um anseio popular, e formarem os militares “parte integrante do povo, de cujo seio saem soldados e oficiais e para onde voltam aqueles depois de um curto tempo de estágio na caserna” (TÁVORA, 1927, p. 89 e 93).

Esses ideais tenentistas, portados por jovens oficiais, podem ser as causas ocultas para a ocorrência do *Conflito de Ponta Porã de 1921*, envolvendo os oficiais do Exército, 1º tenente Heitor Mendes Gonçalves, o 1º tenente Luiz Simas Eneas e o 1º tenente José de Oliveira Monteiro. Como evidência do relacionamento dos ideais tenentistas com a ocorrência de Ponta Porã, aponta-se a contemporaneidade dos envolvidos nas revoltas, durante a formação na Escola Militar de Porto Alegre. Outras causas são decorrentes da questão da Empresa Matte Laranjeira, conjugada com interesses partidários e a tradicional violenta disputa de poder no Estado, em especial na faixa fronteira. De maneira semelhante, os oficiais envolvidos alegaram a motivação para a ação oriunda do desejo de defenderem a honra do Exército e agirem contra os desmandos políticos praticados pela oligarquia detentora do poder.

Por causa do resultado do processo, revoltados com a possível pena de perda da patente e expulsão do Exército, alguns revoltosos de 1922 voltariam à cena como revolucionários em 1924. O capitão Joaquim Távora não consta na relação de Ferreira (2014), mas seu nome completo está entre os relacionados por Mendonça (1970). O capitão comandava o 17º Batalhão de Caçadores sediado em Corumbá, principal força da divisão revolucionária. Libertado por meio de *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Militar (STM), ele viria a ser um dos articuladores do movimento de 1924. Seu irmão, Juarez Távora, aspirante a oficial em dezembro de 1919 da Escola Militar de Realengo, também revolucionário de 1922, participou da Coluna Miguel Costa - Prestes; pela atuação fundamental na Revolução de 1930, como comandante militar dos revolucionários no Nordeste, foi escolhido para ministro da Viação por Getúlio Vargas no primeiro período presidencial, depois da Agricultura (1932-1934). Na política, candidatou-se à presidência da República em 1955, elegeu-se deputado federal pela Guanabara (1963-1964) e recebeu nova nomeação para ministro da Viação (1964-1967) (PANTOJA, 2010). Alcançou o posto de marechal, e em sua homenagem, o Exército concedeu a denominação histórica de “Batalhão Marechal Juarez Távora” ao 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado¹², localizado em Porto União – SC.

Posteriormente, em 1927, em julgamento presidido pelo juiz Olympio de Sá e Albuquerque (*Correio da Manhã*, nº 10112, 30 dez. 1927, p. 2), nos trabalhos iniciados a 30 de dezembro de 1927, o Supremo Tribunal Federal acatou um recurso criminal e desclassificou o crime inicial, para o artigo 111 do Código Penal, considerando-o como uma tentativa. Em consequência, os oficiais receberam penas brandas. Segundo Silva (1971, p. 238), em 1927, as acusações foram julgadas improcedentes e isentos de culpa os seguintes acusados, mencionados na relação anterior: Major Teodoro Ribeiro da Cunha, Capitão Otto Feio da Silveira, tenente Helvécio Pinheiro de Albuquerque Maranhão e Respicio do Espírito Santo. Aos outros acusados, considerados culpados, aplicou-se a pena mínima de um ano e quatro meses de reclusão, por terem cometido crimes políticos, previstos no artigo 111, combinados com os artigos 13 e 63 do Código Penal então vigente¹³. Como muitos já

¹² De acordo com a Portaria Ministerial nº 386, de 24 de abril de 1985. Disponível em < <http://www.5becmbld.eb.mil.br/o-batalhao/o-patrono-do-batalhao> >. Acesso em 31 jan. 2018.

¹³ Utilizou-se o Código Penal aprovado pelo Decreto nº 487, de 11 de outubro de 1890, aplicando as penas previstas no artigo 111 (opor-se, obstar ou impedir o livre exercício dos poderes), combinado com os artigos 13 e 64 do mesmo Código (tentativa de crime com redução da pena).

contavam com tempo de reclusão superior à pena mínima que receberiam, entraram em liberdade, receberam promoções retroativas e prosseguiram na carreira militar.

Ferreira (2014, p.245) afirma que a participação das forças federais do Estado de Mato Grosso no movimento teve como principal implicação a diminuição do número de oficiais em serviço nas guarnições mato-grossenses, decorrente das prisões ou deserção dos envolvidos e contribuiu para a transformação do Sul de Mato Grosso num foco de conspiração militar na década de 1920.

5 BRASILÂNDIA: O PAÍS REVOLUCIONÁRIO DA ERVA-MATE

As Revoluções do Tenentismo, ocorridas no ano de 1924, afirma Forjaz (1978, p. 25), representam uma fase específica do Movimento Tenentista, com o amadurecimento político e ideológico dos militares, e uma atuação desvinculada de setores dissidentes da oligarquia dominante. Unificados em torno do objetivo de derrubar o presidente Arthur Bernardes, procuravam uma “republicanização da República”, isto é, a recondução do sistema político aos parâmetros jurídico-políticos implantados pela Constituição de 1891. Com esses propósitos, “Os tenentes não se veem como representantes de determinada categoria social, tentando impor à sociedade seus interesses específicos, mas falam em nome de interesses nacionais, supondo representar uma consciência nacional” (FORJAZ, 1978, p. 27).

Os revolucionários de 1924 divulgaram programas e proclamações, enfatizando a necessidade de reformas jurídico-políticas, com pretensões consideradas típicas das camadas médias urbanas:

- a) voto secreto
 - b) combate à corrupção administrativa e à fraude eleitoral
 - c) verdade de representação política
 - d) liberdade de imprensa e pensamento
 - e) centralização do Estado e correção dos excessos da descentralização federativa
 - f) limitação das atribuições do Poder Executivo e restabelecimento do equilíbrio entre os três poderes
 - g) moralização do Poder Legislativo
 - h) ampliação da autonomia do Poder Judiciário
 - i) obrigatoriedade do ensino primário e expansão do ensino profissional.
- (FORJAZ, 1978, p. 27-28)

Em 1924, diversos tenentes e ex-alunos da Escola Militar do Realengo envolvidos no movimento sedicioso de 1922 lideraram o levante. Entre eles, alguns que serviram em guarnições do Mato Grosso: o capitão Joaquim do Nascimento Fernandes Távora e o tenente Luis Simas Enéas.

Juarez Távora (1974, p. 129, p. 151) aponta o seu irmão, o capitão Joaquim Távora, como o principal articulador do movimento e uma das principais figuras da revolução, pelo papel capital desempenhado na preparação e desencadeamento da revolta. Ele foi gravemente ferido quando comandava um ataque contra o 5º Batalhão de Polícia da Força Pública de São

Paulo, dentro da cidade, no dia 13 de julho de 1924, e faleceu na tarde do dia 19 de julho, no Hospital da Santa Casa.

Em 1924, além de São Paulo, irromperam em consequência da situação política os movimentos em Mato Grosso, Sergipe, Pará, Amazonas e Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, em 29 outubro de 1924, surgiu um levante nos corpos de tropa de Uruguaiana, São Borja, São Luiz Gongaza e Cachoeira do Sul, comandado por Luis Carlos Prestes. Era ministro da Guerra o marechal Fernando Setembrino de Carvalho, que chefiara a repressão na guerra do Contestado (1914-1915), e exercera a chefia do Estado-Maior no governo Epitácio Pessoa, com João Pandiá Calógeras à frente do Ministério da Guerra (1918-1922).

Sitiados na cidade de São Paulo, as forças legais reprimiram duramente os rebeldes, inclusive com bombardeio de artilharia que causou inúmeras vítimas civis e estragos materiais. Os revoltosos abandonam a cidade durante a noite de 27 para 28 de julho, utilizando a estrada de ferro até Bauru (E. F. Paulista)¹ de onde poderiam prosseguir para Mato Grosso ou Paraná. Em Bauru, divulgaram um manifesto, denunciando a campanha de difamação do Governo federal contra os rebeldes, chamados de “pequeno levante de soldados indisciplinados saqueadores, incendiários e violadores de criaturas desafortunadas...” (MEIRELLES, 1995, p. 209).

Ao se dirigirem para Presidente Epitácio, no interior de São Paulo, receberam manifestações de adesão e apoio popular e uma perseguição implacável pelas tropas legalistas, ao longo do eixo ferroviário. Segundo Meirelles (1995, p. 209-219), as tropas legalistas eram desorganizadas, com automóveis enfileirados em picadas e péssimas estradas, percorrendo trajetos acompanhando a progressão rebelde. Para retardar a perseguição inimiga, os rebeldes danificaram pontes e trechos da via férrea com cargas de dinamite, uma missão atribuída para as tropas da retaguarda, comandadas por João Cabanas. Após uma tentativa frustrada de adentrarem em Mato Grosso por Três Lagoas, acabam se dirigindo para o Paraná.

Os revoltosos gaúchos marcharam para o norte, e juntaram-se no Paraná aos remanescentes da fracassada revolta paulista, formando a Coluna Miguel Costa – Prestes. Dali, reunidos, penetraram no SMT e percorreram a parte sul do estado, até alcançarem o Goiás. Forjaz (1977, p. 51 e 1978, p. 25) denomina esses conflitos de “Revoluções de 1924” pois reúnem movimentos, levantes, insurreições e tentativas de golpe, “frouxamente articuladas em termos organizacionais, porém mantendo uma unidade de objetivos político-estratégicos e de ideologia que justificam seu tratamento conjunto”.

¹ Os rebeldes utilizariam também as ferrovias Noroeste e Sorocabana.

Na Figura 26 destacam-se, em uma visão geral, os locais dos acontecimentos transcorridos no SMT, descritos nos capítulos 5 e 6.

A primeira fase, que constitui o presente capítulo, abrange o período do general João Nepomuceno Costa, de 13 de outubro de 1923 a 20 de outubro de 1924, com a convocação e mobilização dos batalhões patrióticos e os combates na divisa com São Paulo. A segunda fase abrange o comando do general Alfredo Malan d'Angrogne na Circunscrição Militar, com os combates durante a passagem da Coluna Miguel Costa – Prestes no SMT.

Este capítulo contém análises da contrarrevolução conduzida por sargentos em Bela Vista, do depoimento de Odilon de Queiroz sobre a sua participação em um batalhão provisório, mostrando as percepções de um combatente de baixa graduação sobre o conflito armado, e do posicionamento do tenente Heitor Mendes Gonçalves, diretor da Empresa Mate Laranjeira, em relação aos revolucionários e aos legalistas.

As perguntas que conduzem a redação deste capítulo são: Quais foram os sargentos que prenderam os oficiais em Bela Vista? Como o evento de Bela Vista foi registrado nos diários da organização militar e do Exército? O incidente de 1924, em Bela Vista, possuía relacionamento com o movimento de 1922? Existiam ligações dos revoltosos com a população local? Quais as repercussões nas outras cidades do sul de Mato Grosso?

Os recortes da *Carta de Mato Grosso e regiões circunvinzinhas*, concluída em 1952 sob a direção do general Rondon, inseridos nos Anexos C, mostram os locais dos combates destacados neste Capítulo.

5.1 O Tenentismo: combates e participação de revoltosos no SMT em 1924

A situação das tropas federais no Mato Grosso encorajava os revolucionários. Existiam novos quartéis, ampliados ou recém-construídos, aguardando efetivos para a organização. Faltavam oficiais para as unidades e para o quartel-general, conforme mostrado no Quadro 15.

Conforme relata o próprio João Nepomuceno Costa (2013, p. 20), como comandante da Circunscrição Militar ele expediu telegramas para autoridades do governo federal, até mesmo ao presidente da República, de quem recebera a promessa de enviar todos os elementos para o bom desempenho da missão militar. Nos telegramas, ele informava “quão desagradável é comandar uma grande unidade sem oficiais, sem soldado para as tropas, sem quartéis.” As transmissões dos telegramas ocorreram no período de outubro, quando o general Nepomuceno Costa assumiu o comando, até novembro de 1923.

Segundo o comandante da Circunscrição Militar, embora estivessem prontos os quartéis mandados construir pelo ministro Pandiá Calógeras, eles permaneciam desocupados, aguardando as inaugurações oficiais ou a rede de água. A artilharia abrigava-se em “imundos casebres de tábuas, anti-higiênicos, sem menor conforto”. Havia, ainda, falta de pagamento e a “tropa com cinco meses de atraso está faminta, crédito no comércio esgotado”. (COSTA, 2013, p. 21).

Quadro 15 – Situação do efetivo inicial das tropas da Circunscrição Militar de Mato Grosso

Organização militar	Sede	Existente	Faltas	Observações
17º BC	Corumbá	2 tenentes	19 oficiais	
16º BC	Cuiabá	3 oficiais	18 oficiais	
1º GAM	Campo Grande	4 oficiais	?	
10º RCI	Bela Vista	?	?	
11º RCI	Ponta Porã	3 oficiais		Eram do 10º RCI
18º BC	Campo Grande	3 oficiais	18 oficiais	2 oficiais do 16º BC e 1 do 10º RCI
3ª Cia / 6º BE	Aquidauana	Nenhum	?	
1ª Cia / 6º BE	Aquidauana	1 capitão	?	

Fonte: Costa (2013)

Pela falta de pagamento aos militares, o comandante da circunscrição determinou a suspensão da desincorporação dos sorteados que prestavam o serviço militar no ano de 1923, mesmo com isso aumentando os gastos mensais para a União.

Em março e abril de 1924, o general Nepomuceno Costa inspecionou a fronteira, indo até Porto Mendes, no rio Paraná. Pelo seu relato, Empresa Mate Laranjeira prestou o apoio para a comitiva militar e “não consentiu que esse comando fizesse despesas na longa travessia pondo à minha disposição todos os meios de transporte”, incluindo os meios fluviais para navegação pelo rio Paraná. Suas referências sobre a Empresa Mate Laranjeira foram ótimas, causando boa impressão, transmitidas em minucioso relatório com “plantas e dados estatísticos sobre embarcações, pessoal, oficinas e material da zona que ocupa a Companhia Mate Laranjeira” (COSTA, 2013, p. 23).

O comandante da Circunscrição descreveu a situação militar como desanimadora e precária:

[...] estamos mentindo à Nação que nos supõe eficazes para defesa Pátria. Se autoridades militares não tem energia para recolher oficiais aos seus corpos, é preferível fechar os quartéis e restituir os sorteados às suas lavouras. Exército está perdendo suas tradições de cumprimento dever pelo amolecimento seus oficiais, transformados em mestre-escola colégios e em burocratas. As fronteiras da Pátria exigem a presença de oficiais que devem cultivar espírito de sacrifício. (COSTA, 2013, p. 22)

O 11º Regimento de Cavalaria Independente começou a funcionar em Ponta Porã em 25 de março de 1924, quando ficou dissolvido o Destacamento Federal dessa cidade. Recebeu, como efetivo inicial, os 3º e 4º esquadrões do 10º RCI, de Bela Vista. Ao capitão Hyppolito de Campos, designado para comandante, somaram-se três oficiais do 10º RCI, como adidos: primeiros-tenentes João Maximiniano Serra, Henrique Moerbeck e Cezar Bacchi de Araújo. Em 5 de abril de 1924, esses oficiais, juntamente com os primeiros-tenentes Ebroino Dias Uruguay e Salustiano Franklin da Silva, passaram à situação de agregados, em virtude de excederem o quadro orçamentário para o ano de 1924, publicado no Boletim do Exército nº 145 de 10 de fevereiro de 1924 (BolReg10, nº 84, de 05 abr1924), refletindo a carência de recursos para o Exército.

Pela falta de oficiais, existiam destacamentos militares comandados por sargentos em Porto Murtinho, Miranda e Porto Esperança. Em outra perspectiva, o general João Nepomuceno da Costa, após percorrer em 25 dias a distância de três mil quilômetros aproximadamente, em uma viagem de inspeção, informou no relatório remetido diretamente ao presidente da República, Arthur Bernardes, a impressão favorável causada pela Empresa Mate Laranjeira:

em toda a sua grandeza obra portentosa realizada naquelas distantes paragens pela Empresa Mate Laranjeira [...] possui em Guaíra bonita vila, estrada de ferro e bem aparelhado porto, para onde convergem carregados erva-mate todos os vapores, lanchas a gasolina e chatas que formam total quarenta embarcações [construídas no estaleiro pertencente à empresa] que navegam no Paraná e afluentes margens direita e esquerda, na zona arrendada à empresa.(COSTA, 2013, p. 23).

A inspeção, transformada na parte final em visita às instalações da empresa, serviu para animar o comandante, que ficou “com a alma ufana e patriotismo exaltado”. (COSTA, 2013, p. 23). Em 25 de junho de 1924, o general nomeou o tenente Heitor Mendes Gonçalves, embora ainda gozando de licença para tratamento de saúde, para atuar como árbitro nas manobras de guarnição, planejadas para aquele ano, caso o oficial aceitasse o convite. (AHEX – HMG).

Dessa forma, o general Nepomuceno Costa relatou a obtenção no meio civil dos elementos utilizados para combater os revoltosos de 1924, impedindo a propagação do movimento pelas guarnições militares mato-grossenses. Somado ao apoio civil, outra fonte informa que o aparato governamental do Estado permaneceu favorável ao governo federal, combatendo os revoltosos e suprimindo as deficiências da tropa federal:

Sem vacilação alguma, não medindo sacrifícios de ordem qualquer, **Mato Grosso**, pelo órgão mais que autorizado do seu benemérito presidente, **colocou-se inteiramente ao lado da ordem legal, procurando por todos os meios prestigiar e amparar a autoridade do ilustre Sr. presidente da República, como a encarnação legítima e soberana do poder legalmente constituído.** Não somente os recursos militares da sua força pública, em homens e aparelhamento bélico, postos desde logo à disposição do comando da circunscrição militar. (*Correio do Estado* - MT, nº 175, 27 set. 1924, p. 1, grifo nosso).

A população atendeu às convocações do governo estadual para formarem os batalhões provisórios:

A cooperação intemerata e valiosa de muitas centenas de patrícios nossos que de todos os recantos dos municípios sulinos, acorreram às armas arregimentando-se em batalhões, esquadrões e destacamentos inúmeros, em uma solene e espontânea demonstração de eloquente e expressiva solidariedade com atitude resoluta e decidida do venerando e ilustre chefe que, norteando com tamanha segurança e firmeza **a diretriz do seu partido tão superiormente vem dirigindo e encaminhando os destinos de Mato Grosso.** (*Correio do Estado* - MT, nº 175, 27 set. 1924, p. 1, grifo nosso).

O general João Nepomuceno da Costa, comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, encontrava-se em Ponta Porã, recepcionando o presidente eleito do Paraguai², Dr. José Elygio Ayala, em visita ao município paraguaio de Pedro Juan Caballero e sua conurbada Ponta Porã. O visitante já havia passado por Bela Vista, por onde entrou em território brasileiro.

Em telegrama datado de 15 de junho, o general Nepomuceno Costa anunciou ao comandante do 10º RCI a programação da visita da autoridade paraguaia, com as seguintes recomendações para um tratamento diferenciado na recepção e hospedagem:

Presidente Paraguai deve chegar aí 27 ou 28 corrente. Deveis recebê-lo com todas honras Chefe Estado. Hospeda-lo quartel até partida Ponta Porã. Despesas correm conta verba especial. Preparai pois dormitório 6 pessoas comitiva almoço ou jantar. Recepção deve ser mais brilhante possível Regimento deve espera-lo barranca rio Apa. Procurai interessar autoridade e povo. Deveis por oficial as ordens e ordenanças. Convido-vos para seguir até Ponta Porã tomar parte dos festejos. (BolReg10, nº 145, de 17 jun 1924).

A quantia em dinheiro destinada para o custeio da visita do homenageado é outra evidência do reconhecimento da importância do visitante. Enquanto a folha especial de janeiro a março do tenente Heitor Mendes Gonçalves custava 1:465\$332, o comandante do 10º RCI recebeu, para a recepção, o valor de 5:000\$000, quantia maior que três meses dos vencimentos do tenente!

² Eleição realizada no Paraguai em virtude das renúncias do presidente Manuel Gondra e seus sucessores legais.

No dia 7 de julho, a autoridade paraguaia chegou a Ponta Porã, onde permaneceu até o dia seguinte. O tenente-coronel Péricles de Albuquerque, comandante do 10º RCI, e outras autoridades civis e militares receberam o homenageado com honras militares:

Sendo recebido, cerca de uma légua fora da cidade, pelo General Nepomuceno Costa, Comandante da Circunscrição, seu Estado Maior e **um crescido piquete de cavalaria** que escoltou o automóvel presidencial até o quartel do 11º RCI, onde estavam reservados os cômodos destinados a S. Excia. Ao chegar a comitiva ao quartel, uma salva de 21 tiros de canhão 75, anunciou o alvissareiro acontecimento. (JOP, nº 223, 13 jul. 1924, p. 1, grifo nosso).

A observação sobre o “crescido piquete de cavalaria” indica um efetivo superior ao normal, sugerindo uma reunião de cidadãos civis e militares. A recepção continuou com o juramento à Bandeira pelos conscritos incorporados naquele ano no 11º RCI, seguido de um chá-dançante em um dos pavilhões do novo quartel.

A comitiva visitante prosseguiu para Campanário, possível explicação para a ausência do tenente Heitor Mendes Gonçalves no banquete oferecido “em um amplo salão de um dos pavilhões do quartel do 11º Regimento, que estava artisticamente ornamentado”. Compareceram ao banquete: o tenente-coronel Péricles de Albuquerque, comandante do 10º RCI, acompanhando a delegação desde Bela Vista, capitão Hypolito Paes de Campos, comandante do 11º RCI, capitães Alberto Prado de Oliveira e Carlos Augusto Cardoso, primeiros-tenentes João Maximiano Serra, Ebroino Dias Uruguay, Americo Gonçalves Ferreira, primeiro-tenente médico Dr. Alpheu Tourinho Theodoro da Silva, primeiro-tenente farmacêutico Dr. Alvaro Vital de Oliveira, Leonel Barros (intendente municipal), capitão João Gualberto Cabral (delegado de polícia). Representava a Empresa Mate Laranjeira o Sr. Raphael Abente. (JOP, nº 223, 13 jul. 1924, p. 1).

O Progresso (JOP, 13 jul. 1924, nº 223, p. 1) noticiou o juramento à Bandeira, realizado pelos conscritos do 11º RCI, dois dias após o início da revolta em São Paulo. Esses soldados possuíam, portanto, um mínimo de treinamento militar. A quantidade de oficiais acompanhando a recepção do presidente paraguaio, com o novo quartel preparado para a recepção e servindo de alojamento do visitante, configuram detalhes controversos em relação aos citados pelo general Nepomuceno em seu relatório sobre a situação do efetivo e condições dos quartéis.

Segundo Távora (1974, p. 133), os oficiais revolucionários esperavam iniciar o movimento simultaneamente nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e no Sul de Minas. Para o Estado de Mato Grosso, possuíam a expectativa de uma

adesão posterior, de elementos isolados, o mesmo devendo ocorrer também em guarnições militares do Rio de Janeiro e de Goiás, de maneira a dificultar a ação do governo contra a revolução.

A previsão sobre a participação das guarnições militares do Estado de Mato Grosso concretizou-se. A revolução de 5 de julho de 1924, iniciada em São Paulo sob o comando do general Isidoro Dias Lopes, encontrou uma limitada participação em Mato Grosso. As guarnições que acompanharam os revoltosos agiram em Bela Vista e Porto Murtinho, cidades fronteiriças com o Paraguai, e em Corumbá, na fronteira com a Bolívia. Todavia, não houve necessidade de o governo empregar um efetivo para contê-las. E o esforço governamental para combater os revoltosos recebeu o apoio das autoridades civis, conforme relatou o comandante da Circunscrição Militar (Costa, 2013).

Na concentração dos efetivos militares da circunscrição militar em Campo Grande, de onde seguiriam para combater em Três Lagoas, ponto chave para os esforços revolucionários, houve uma demora das tropas de Bela Vista (os eventos em Bela Vista serão analisados mais adiante). Costa (2013) relata que o 10º RCI, apesar do seu comandante, tenente-coronel Péricles Albuquerque, ter recebido no dia 18 de julho de 1924 a ordem urgente de seguir para Miranda, dez dias depois o regimento ainda estava em Nioaque. Por causa do atraso, foram direcionados para o embarque em Aquidauana.

Ocorreu um rumor sobre um levante revoltoso na noite de 12 de julho, em Campo Grande. A cidade encontrava-se desguarnecida, pois os “oficiais mais fiéis à legalidade [que] haviam seguido durante o dia, com a expedição enviada para abater os sediciosos de Bela Vista” (COSTA, 2013, p. 55). Contando com o auxílio das autoridades estaduais, lideradas pelo coronel Antonio Antero Paes de Barros, não houve a confirmação da notícia sobre o levante.

Na visão do chefe militar, o coronel Antonio Antero Paes de Barros, coletor estadual em Campo Grande, nomeado para o cargo de Chefe da Polícia Militar em todo o Estado de Mato Grosso, destacou-se como uma das personalidades mais salientes na defesa do Estado contra a invasão pelos revolucionários de São Paulo. Ao agradecer o apoio do Governo de Mato Grosso, o comandante militar destacou elogiosamente o coronel Antero Paes de Barros:

Ao dedicado apoio do Governo de Mato Grosso à causa da ordem e da legalidade, se devem os valiosos contingentes que recebi de vários Municípios, e o concurso de valentes caudilhos e prestigiosos chefes políticos. Dentre este devo destacar, em referência especial, o Sr. **Coronel Antero Paes de Barros, Coletor Estadual em Campo Grande, que desde as primeiras horas em que aqui foi conhecida a revolta de São Paulo, com a maior dedicação e o mais devotado esforço, vem prestando os melhores serviços à causa da legalidade**, tendo sido por este comando, em

16 de julho, nomeado Chefe da Polícia Militar, para servir junto ao Comando da Circunscrição. (*A Notícia* - MT, nº 101, 8 jan. 1925, p. 6, grifo nosso).

Porém, existiu uma visão conflitante sobre a atuação de Antero Paes de Barros, a desmerecer os elogios recebidos da autoridade militar. Um jornal cuiabano, subtítulo “órgão independente”, dirigido por Juvenildo de Mello, Onesino Lima, Nestor de Lara Pinto e redator Agrícola P. de Barros L. Machado, citou a falta de prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, gastos nos trabalhos de manutenção da ordem em Bela Vista, de onde a guarnição federal se afastara para combater os revoltosos:

Chamado às contas. O individuo Antero de Barros, o gaiato Chefe de Policia Militar do Sr. Nepomuceno Costa, nos dias das vacas gordas recebeu da Caixa Militar 55 contos a titulo de adiantamento e esqueceu-se de prestar contas. A gorda quantia fora despendida nos *grandes serviços* que prestara ao Governo; na ordem de fuzilamento do atual consultor Jurídico e do velho Clarimundo; na manutenção da ordem em Bella Vista; na espada de ouro que ofereceu em nome do *povo* mato-grossense ao seu chefe, criador e comparsa. Até aí muito bem: dinheiro da Nação e gasto à beça e não precisa prestar contas, dizia com seus botões o finório Coronel de envelope; mas esquecia-se, assim pensando, na filosofia do conceito de que “urubu” quando está de azar, o de baixo *cospe* no de cima” — veio primeiro o processo, depois a perda de uma gorda comissão que ia ter no norte, para completar, a intimação que agora lhe fez a Contabilidade da Guerra para entrar com os 55 pacotes! Nem com outro telegrama bombástico do *Mão de finado* escapara da cadeia da execração publica e da prestação de contas. Não ha nada melhor no Mundo, do que um dia depois do outro!. (*A Semana* - MT, nº 16, 26 set. 1926, p. 1).

Como o coronel Antero Paes de Barros era membro do Partido Republicano de Mato Grosso e proprietário do jornal *Correio do Sul*, editado em Campo Grande, as notícias desfavoráveis a ele mostravam um teor político nas críticas.

Além de Bela Vista e Campo Grande, o general Nepomuceno Costa precebeu a existência na guarnição de Corumbá de um apoio ao levante sedicioso, pois soubera que os militares e civis da guarnição assistiam as conferências sediciosas do deputado João Villasbôas. Em telegrama, ordenara ao capitão de mar e guerra Pedro Manot Sarrat, comandante da flotilha em Ladário, a vigilância sobre as tropas do 17º BC convocada para embarcar no trem da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e seguir para Três Lagoas:

Deveis prestar atenção momento embarque Companhia do 17º BC. Consta aqui que não quer embarcar. Se for isto verificado deveis **agir com toda energia, bombardeando-os se for preciso**. Prestai atenção à Companhia do 16º BC, que está descendo o rio. Vem sob o comando oficial leal. Poderá ser um auxílio eficaz, é preciso preveni-lo em marcha de qualquer

acontecimento no 17º BC. Peço toda energia e vigilância. (COSTA, 2013, p. 65, grifo nosso).

As medidas propostas pelo general Nepomuceno Costa ao capitão de mar e guerra Pedro Manot Sarrat eram enérgicas, incluindo o bombardeio pelos navios da flotilha, caso julgasse necessário. A mesma ênfase encontra-se no relatório sobre os revoltosos de Bela Vista, pois enviou a expedição de Campo Grande “**para abater os sediciosos de Bela Vista**” (COSTA, 2013, p. 55, grifo nosso).

Mesmo receoso sobre as tendências revolucionárias das tropas corumbaenses, precisou utilizá-las na ação em Três Lagoas, onde já se encontrava a 1ª Companhia do 17º BC, reconhecendo a situação nas estações do lado paulista da EFNOB. Pela necessidade do efetivo militar, “assegurando desse modo medidas militares que impediriam qualquer prurido revoltoso do 17º BC, determinei que viesse para Campo Grande com a sua unidade (já desfalcada da 1ª Companhia) e com todos os reservistas a ela incorporados e com todo o material” (COSTA, 2013, p. 68).

Outra resistência contra as ordens do comandante da circunscrição militar, e favorável à ação dos revoltosos, encontra-se no comando do tenente-coronel Ciro Daltro, do 16º BC, designado, por ser o oficial de maior antiguidade, para chefiar a Brigada Mista e conduzir a vanguarda até Bauru, para onde os revoltosos se dirigiram no final de julho de 1924, após a retirada da cidade de São Paulo. O tenente-coronel Ciro Daltro alegava vários impedimentos para o prosseguimento, só o fazendo em 5 de agosto, quando “as comunicações oficiais já haviam dado a ocupação de Campinas pelas forças legais e como restabelecida a normalidade em São Paulo e o tráfego nas Estradas de Ferro Inglesa [São Paulo Railway ou Santos–Jundiaí], Paulista e Mogiana” (COSTA, 2013, p. 77). O general Nepomuceno Costa responsabilizou o tenente-coronel Ciro Daltro pelo atraso no reforço das guarnições que defendiam os portos do rio Paraná, pois retardara, mais uma vez, a execução da ordem de retirar parte das forças de Bauru (uma bateria de artilharia e o 17º BC), dada em 5 de agosto e só chegaram a 10 de agosto em Três Lagoas. Por causa da atuação deficiente, o general Nepomuceno Costa dissolveu a 1ª Brigada Mista em 8 de agosto, ficando as unidades como independentes, diretamente subordinadas ao comandante da circunscrição militar. O major Frederico Siqueira, exercendo a função de chefe do Estado-Maior, informou que o tenente-coronel Ciro Daltro estava “diminuído no seu comando como deduzo informações unânimes oficiais e outros da coluna. Diz-se adoentado pretendendo baixar hospital, parece-me prudente

chamá-lo para Campo Grande onde baixará hospital, não faz falta no comando, sua ação inútil, retardadora, prejudicial.” (COSTA, 2013, p. 86).

5.1.1 A revolta no 10º Regimento de Cavalaria Independente em 1924

Em 12 de julho de 1924, alguns oficiais do 10º Regimento de Cavalaria Independente, na cidade de Bela Vista, cidade fronteira com o Paraguai, apoiando os paulistas que iniciaram o movimento armado no dia 5 de julho, desencadeiam uma sublevação no quartel, estendendo-a em seguida para o município.

Um dia após o regresso de Ponta Porã, onde acompanhou a recepção ao presidente paraguaio, o tenente-coronel Péricles de Albuquerque, pela manhã, ainda em sua residência, recebeu pelo tenente médico Humberto Perreti, acompanhado de soldados armados, como emissário do primeiro-tenente Pedro Martins da Rocha, líder dos revoltosos, a comunicação da sublevação no regimento. Caso não aderisse, o que aconteceu, era considerado preso na sua residência, havendo ordens muito severas se tentasse hostilizar o movimento revoltoso. Igualmente foram aprisionados os capitães Carlos Alberto Kiehl e João Jansen Lobo Pereira, responsável pelo comando do regimento na ausência do tenente-coronel Péricles. Os dois oficiais podem ser apontados como merecedores da confiança do comandante.

O capitão Carlos Alberto Kiehl retornou de Ponta Porã em 18 de fevereiro de 1924, onde comandou, desde 25 de fevereiro de 1923, o 2º Esquadrão deslocado para aquela cidade em face das ameaças existentes por bandos sediciosos do Paraguai. Ao ser dispensado do comando do esquadrão, e passar a comandar o Estado Menor³, recebeu uma citação de louvor:

[...] manifesto o prazer que experimento em louvá-lo pelas sobejas provas de devotamento, zelo e competência com que se houve no comando da unidade que lhe foi confiada, tornando-se assim alvo dos elogios e louvores de todos os seus superiores. Ao Sr. Cap. Kiehl, pois, e aos seus dignos auxiliares, primeiros tenentes Cesar Bachi de Araujo e Henrique Moerbeck, bem como a todos os sargentos e demais praças que cooperaram para o bom êxito de sua missão, meus louvores e agradecimentos. (BolReg10, nº 16, 18 jan 1924, p. 28).

A revolta no 10º Regimento de Cavalaria Independente possui características próprias, pois foi conduzida por oficiais, depois dominados e presos por sargentos, uma contrarrevolução, um caso raro de inversão de hierarquia militar:

³ O Estado Menor era formado pelo sargento ajudante, sargento quartel-mestre, seleiro, espingardeiro, coronheiro, clarim-mór, segundo Vasconcelos (1941).

No dia 12 de julho de 1924, numa atitude romântica, o Tenente Pedro Martins da Rocha, ajudado pelo tenente Riograndino Kruel e outros, prende toda a oficialidade do 10º Regimento de Cavalaria Independente em Bela Vista, Mato Grosso. Logo, telegrafa a Isidoro Dias pondo-se a serviço da revolução; e envia outro telegrama ao Ministro da Guerra, rompendo com o governo. Porém **os sargentos da unidade sublevada se reúnem e prendem todos os cabeças da revolta** (CARONE, 1974, p. 377, grifo nosso).

Pela sedição fracassada em Bela Vista, foram indiciados pelo Dr. Alberto Trigo de Loureiro, Procurador da República em Mato Grosso, os primeiros tenentes Pedro Martins Rocha, Riograndino Kruel e Jorge Lobo Machado (contador), o segundo-tenente Humberto Perreti (médico) e o civil Accyndino Sampaio, ex-intendente de Bela Vista, e o 2º sargento Waldemar Ramos Pacheco.

A denúncia do civil Accyndino Sampaio deu-se pela sua convivência com os revoltosos “amplamente provada”, e o sargento Waldemar Ramos Pacheco do movimento dos inferiores no regimento (*A Capital* - MT, nº 28, 22 fev. 1925, p.3 e *A Federação* - RS, nº 52, 02 mar. 1925, p. 4). Nenhum dos citados havia acompanhado a comitiva presidencial paraguaia até Ponta Porã. Esses oficiais, mais Cesar Bacchi de Araujo, enviados para o Rio de Janeiro pelo comandante da 1ª Circunscrição Militar, permaneceram em prisão incomunicável no Corpo de Bombeiros. Depois, seguiram presos para Cuiabá, local onde aguardariam o início da formação da culpa, processo iniciado em 4 de março do ano seguinte (*A Federação* - RS, nº 188, 14 ago. 1924, p. 3 e nº 52, 2 mar. 1925, p. 4).

Os tenentes Pedro Martins da Rocha e Riograndino Kruel, considerados cabeças do movimento revolucionário no 10º RCI, receberam a condenação de 10 anos de reclusão, a pena mínima como incurso no Art. 107⁴ do Código Penal (Decreto nº 487, de 11 de outubro de 1890), enquanto Jorge Lobo Machado e Humberto Perreti, como coautores simples, receberam 5 anos de reclusão.

Na apelação criminal, em sessão de 28 de novembro de 1928, o Supremo Tribunal Federal reformou as sentenças dos tenentes Pedro Martins da Rocha e Riograndino Kruel, considerando-os como coautores simples e reduzindo as condenações para 5 anos de reclusão, desclassificando o delito para o artigo 1º combinado com o artigo 2º da Lei nº 1062, de 29 de setembro de 1903⁵, considerando-os coautores. O 2º tenente médico Humberto Perreti obteve

⁴ Art. 107 – Tentar, diretamente e por atos, mudar por meios violentos a Constituição política da República ou a forma de governo estabelecida. Pena de banimento, aos cabeças, e aos coréus a de reclusão por cinco a dez anos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm >.

⁵ Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1062-29-setembro-1903-585015-publicacaooriginal-107924-pl.html> >.

a redução da pena para 2 anos de reclusão, condenado no grau mínimo do artigo 111 (opor-se, obstar ou impedir o livre exercício dos poderes), combinado com o artigo 13 e 64 do Código Penal (cumplicidade em tentativa de crime). O tenente Jorge Lobo Machado foi absolvido unanimemente. (*Correio da Manhã* – RJ, nº 10431, 5 jan. 1929, p. 2).

Conforme Costa (2013), os sargentos do regimento permaneceram leais ao comandante e não aderiram à revolta. Bonifácio Ferreira, telegrafista da Estação de Telégrafo de Bela Vista, não aderiu ao movimento e sua atitude foi decisiva para a derrota dos revolucionários, estabelecendo o ponto de inflexão para a vitória da legalidade. Ele prestou:

excelentes serviços à causa da legalidade [...] embora vendo a estação ocupada pelos rebeldes, iludindo a vigilância dos mesmos, comunicou o ocorrido ao encarregado da estação de Corumbá, telegrafista Cursinho Cunha, que imediatamente levou o fato ao conhecimento do general Nepomuceno Costa. O telegrafista Bonifacio Ferreira teve ainda a iniciativa de solicitar notícias sobre os acontecimentos, pondo os inferiores⁶ daquele regimento, ao corrente das providências do governo, apoiado por toda a nação. Diante de tais notícias, que desmentiam os falsos boatos espalhados pelos rebeldes, os sargentos Samuel Duprat, Enéas Vasconcelos e outros promoveram uma contrarrevolta, prendendo os tenentes rebeldes e libertando o comandante, que fora feito prisioneiro. A atitude do referido telegrafista foi muito aplaudida. (*O Jornal* – RJ, nº 1767, 2 out. 1924, p. 2).

Durante a revista do recolher, na noite do mesmo dia, reunidos todos os militares no quartel, os sargentos dominaram os oficiais revoltosos e os prenderam. No entrevero, segundo informou o tenente-coronel Péricles de Albuquerque, apud Costa (2013, p. 52) ocorreu a única baixa da revolta no 10º RCI: um soldado ligeiramente ferido à bala na região escapular esquerda. No entanto, constou, no boletim regimental, a baixa extraordinária à Enfermaria Hospitalar dos cabos Paulo Pereira Bueno e Gregorio Ojeda, no dia 12 de julho. Posteriormente, o boletim regimental divulgou a baixa ser “em virtude de terem sido feridos pelos oficiais revoltosos por ocasião da sufocação da revolta” (BolReg10, nº 171, 16 jul.1924, p. 243). Portanto, os militares feridos eram dois, e não apenas um, como mencionado por Costa (2013).

Embora Costa (2013) citasse os sargentos do 10º RCI como não participantes da revolta, ocorreu a prisão e indiciamento do sargento Waldemar Ramos Pacheco. Em 1925, esse sargento encontrava-se preso no Batalhão Naval e foi recolhido para o 1º Regimento de Cavalaria, no Rio de Janeiro (*O Jornal* - RJ, nº 1868, 28 jan. 1925, p. 20).

⁶ *Oficiais inferiores* era o termo usado para designar os sargentos. Atualmente são empregados os termos *graduados* ou *praças*.

Leite (2007) nomina os sargentos que promoveram a contrarrevolta, libertaram o comandante e sufocaram o movimento liderado pelos jovens oficiais rebeldes: David Guimarães, Bernardo Duprat, Samuel Duprat, Eneas Vasconcelos, Oscar Rodrigues de Araujo, Altino Vasconcelos, Heitor Pereira, Jonas Vasconcelos, Vitor Vasconcelos e Januário Magalhães.

O tenente-coronel Péricles de Albuquerque, após reassumir o comando do regimento, publicou que declarava “nulos para todos os efeitos o boletim e demais ordens dadas ontem durante a sedição de alguns oficiais do regimento” (BoIReg10, nº 168, 13 jul. 1924, p. 239). O documento anulado, assinado pelo tenente Pedro Martins da Rocha, como comandante, começava com os seguintes termos:

Nesta data assumo o comando do regimento revoltado, com o povo brasileiro, **contra o domínio inqualificável e aviltante dos cínicos ladravazes que infelicitam nossa querida Pátria**. Seríamos infames se não atendêssemos pressurosos **o grito da liberdade, pela segunda vez levantado na terra dos bandeirantes**, pelos heróis paulistas. [e, mais adiante] Em nome da Nação em armas, resolvo comissionar no posto o segundo-tenente... (apud COSTA, 2013, p. 54, grifo nosso).

A pretensão dos revoltosos em Bela Vista, pelo texto, era unirem-se aos paulistas. Não foi encontrado o boletim revolucionário no arquivo do regimento, possivelmente substituído por outro do mesmo número, com as ordens do comandante legal.

O general Nepomuceno Costa comunicou ao regimento, via telegráfica, a derrota dos revoltosos em São Paulo que teriam pedido um armistício e elogiou a ação da contrarrevolta em Bela Vista:

Presidente da República comunicou que revoltosos de São Paulo pediram armistício. Governo concentrou em São Paulo doze mil homens para prevenir qualquer alastramento revolta. **Congratulo-me comandante oficiais inferiores e praças pela brilhante abnegação prestada**, cuja lembrança ser-me-á imorredoura. Acabo de dar ordem regressar coluna caminho daí seguindo somente Major Siqueira 2 oficiais acompanhados duma escolta para recolher a esta sede oficiais revoltosos. Saudações. General Nepomuceno Costa. (BoIReg10, nº 168, 13 jul. 1924, p. 239, grifo nosso).

O tenente-coronel Péricles de Albuquerque determinou a prisão preventiva dos primeiros-tenentes Pedro Martins Rocha, Riograndino Krueel e Jorge Lobo Machado (contador), e o segundo-tenente Humberto Perreti, como sujeitos a inquérito, e publicou essa citação de louvor ao regimento:

Revolta e louvor. É com inexprimível satisfação que me congratulo com os oficiais, sargentos e praças deste Regimento, que, fiéis às tradições de

disciplina do nosso Exército, souberam restabelecer a ordem neste Corpo, perturbada, ontem, por 4 oficiais que, levados por ideias exaltadas de partidarismo, dominaram de surpresa, todos os oficiais e praças deste Regimento e se revoltaram contra a ordem legal. Louvo, portanto, nominalmente, aos Srs. Cap. João Jansen Lobo Pereira e Carlos Alberto Kiehl e a todos os Sargentos deste Corpo, aqui presentes, porque todos foram unânimes na dedicação o amor a ordem e a disciplina, de que deram prova, tornando-se todos dignos de meus louvores e consideração. Louvo igualmente aos demais graduados e praças, que do mesmo modo contribuíram para que a revolta fosse sufocada e a ordem restabelecida. (BolReg10, nº 168, 13 jul. 1924, p. 239).

Os oficiais revoltosos seguiram escoltados para Campo Grande no dia 16 de julho. No boletim regimental aparece a citação do 2º sargento Waldemar Ramos Pacheco, por ter passado a desertor, como envolvido na revolta, além dos quatro oficiais já mencionados. (BolReg10, nº 175, 21 jul. 1924, p. 255).

O reservista Affonso Guimarães, por ter se apresentado no dia 12 “para prestar serviços militares no restabelecimento da legalidade e colaborado eficazmente com seus camaradas”, recebeu o louvor dedicado aos militares do regimento que dominaram a revolta (BolReg10, nº 171, 16 jul. 1924, p. 243), embora ainda não se efetivasse a sua incorporação, o que ocorreu em 21 de julho (BolReg10, nº 175, 21 jul. 1924, p. 255), quando foi publicada a ordem para elevar o efetivo do Regimento, até completar com reservistas e voluntários o previsto para guerra.

Com a prisão e destituição das funções do segundo-tenente Humberto Perreti (BIReg10, nº 168, de 13 jul. 1924, p. 239), a Enfermaria Hospitalar do regimento ficou sem médico militar para o atendimento aos doentes. O médico civil, Ermírio Coutinho, apresentou-se como voluntário, e exerceu a função de médico do regimento, desde o dia 12 de julho, prestando seus serviços clínicos (BolReg10, nº 171, 16 jul. 1924, p. 243). Por seu trabalho, recebeu o seguinte agradecimento:

Ao dispensar da direção da E.H.[Enfermaria Hospitalar], o Sr. médico civil Dr. Ermirio Coutinho, agradeço os serviços profissionais prestados pelo mesmo, com muito zelo, dedicação, inteligência, não só por ocasião da sufocação da revolta deste Regimento, atendendo os feridos, como durante o tempo em que o estive o Regimento fora de sua sede, medicando as praças do Destacamento que aqui ficou guarnecendo a fronteira. (Bol nº 36, de 4 dez. 1924).

As duas apresentações voluntárias desses cidadãos sugerem o apoio da população à situação legal e a conseqüente reprovação aos atos de rebelião praticados pelos oficiais do 10º RCI.

Costa (2013) mencionou a solicitação ao presidente da República de uma atenção para “os sargentos que dominaram o movimento, colocando-se ao lado de seu digno comandante”, em reconhecimento à valiosa e firme ajuda desses militares, ao dominarem os oficiais promotores da sublevação e impedirem a propagação para os outros quartéis. Em resposta, o presidente informou que o “Governo Federal saberá reconhecer o valor dos sargentos que tão dignamente souberam cumprir seu dever.” (COSTA, 2013, p. 53).

Quadro 16 - Promoções dos sargentos contrarrevoltosos de 1924 no 10º RCI

De	Para	Nome
1º Sargento	Sargento ajudante	Heitor Pereira
1º Sargento	Sargento ajudante	Jonas Vasconcelos
1º Sargento	Sargento ajudante	Januario Magalhães
1º Sargento	Sargento ajudante	Dario do Amaral
2º Sargento	1º Sargento contador	Eneas Vasconcellos
2º Sargento	1º Sargento arquivista	Themistocles da Cruz Soares
2º Sargento	1º Sargento	Lindolpho Veras
2º Sargento	1º Sargento	Pedro Bernardo Duprat
2º Sargento	1º Sargento	Cominiano Barbosa
3º Sargento	2º Sargento das transmissões	Alexandrino Escobar
3º Sargento	2º Sargento arquivista	Martin Honecimo Silveira
3º Sargento	2º Sargento	Oscar Rodrigues de Araujo
3º Sargento	2º Sargento	David Guimarães
3º Sargento	2º Sargento	Octávio Silva
3º Sargento	2º Sargento	Victor Vasconcellos
3º Sargento	2º Sargento	David Cavalheiro Leite
3º Sargento	2º Sargento	Antonio Salgueiro Gonçalves
3º Sargento	2º Sargento de metralhadora	Manoel Rayolino Brum

Fonte: BolReg10 nº 174, de 19 de julho de 1924 e BolReg10 nº 175, de 20 de julho de 1924

O reconhecimento aconteceria pela promoção ao posto imediato, após a autorização pelo comandante da Circunscrição Militar. As promoções (Quadros 16, 17 e 18) “por serviços relevantes prestados à Pátria e à legalidade, na noite de 12 do corrente” constaram no boletim do regimento. A quantidade de promovidos demonstra uma participação plena do efetivo para conter a rebelião conduzida pelos oficiais rebeldes.

Os cabos e soldados também foram promovidos à graduação imediata, como relacionados nos Quadros 17 e 18.

O regimento seguiu com destino a Três Lagoas em 23 de julho (BolReg10, nº 177, 23 jul 1924, p. 250). Em Bela Vista permaneceu um destacamento, com o efetivo de 33 praças, sob o comando do 1º sargento Themistocles da Cruz Soares, para guarda do quartel e proteção da fronteira. As ordens do comandante do destacamento passaram a constar no boletim interno publicado em Bela Vista, agora pelo “COMANDO DE FRONTEIRA E DESTACAMENTO

DO 10º RCI”. Um destacamento de 14 praças, comandadas pelo 2º sargento Ceciliano Brunet, ocuparam as instalações do Quartel de Polícia da cidade em 2 de agosto, assumindo o policiamento da cidade. (Bol nº 2, 2 ago. 1924, p. 11).

Quadro 17 - Promoções dos cabos contrarrevoltosos de 1924 no 10º RCI

De	Para	Nome
Cabo	3º Sargento	Caetano Tarallo
Cabo	3º sargento telefonista	Paulo Pereira Bueno
Cabo	3º sargento do material bélico	Gregório Ojeda
Cabo	3º sargento enfermeiro	Trophino Ramos
Cabo	3º sargento	Constantino Baptista Rojas
Cabo	3º sargento	Aristeu Lopes
Cabo	3º sargento	Laureano Brayer
Cabo	3º sargento	Eleodoro Gauna
Cabo	3º sargento	Oato Prisco Barbosa
Cabo	3º sargento	José Lemes
Cabo	3º sargento	Raymundo José Nonato
Cabo	3º sargento	Amaro Pinto de Figueredo
Cabo	3º sargento	Leonidas do Rosário
Cabo	3º sargento	Bernardo Loureiro de Almeida
Cabo	3º sargento	Gilberto Guilherme da Costa
Cabo	3º sargento	Germano Carlippe Filho
Cabo	3º sargento	Octavio Pereira
Cabo	3º sargento	Rudorico Bacchi de Araujo
Cabo	3º sargento enfermeiro veterinário	Deusdedith Anastacio

Fonte: BolReg nº 174, de 19 de julho de 1924, p. 246 e BolReg nº 175, de 20 de julho de 1924, p. 248

Com a mobilização para completar o efetivo de regimento, foram comissionados no posto de 2º tenente, em Portaria nº 299 de 22 de julho de 1924, do ministro da Guerra, os militares do 10º RCI que atuaram na contrarrevolução e impediram o sucesso dos oficiais revolucionários: sargento-ajudante Samuel Duprat; 1º sargentos Jonas Vasconcelos, Januario Magalhães e Heitor Pereira; 2º sargentos Enéas Vasconcelos e Pedro Bernard Duprat; 3º sargentos Victor Vasconcelos, David Guimarães e Oscar Rodrigues de Araujo.

O comissionamento⁷ representava o reconhecimento de suas atuações e permitiu o recompletamento do quadro de oficiais no efetivo do regimento, necessário para conduzir as

⁷ No caso, o comandante nomeou para o posto de 2º tenente, os sargentos ajudantes, mesmo sem possuírem a habilitação nas escolas militares. Os demais sargentos receberam a graduação imediata, o mesmo acontecendo com os cabos, anspeçadas e soldados. Os civis também receberam comissões em postos / graduações nomeações, ao integrarem os batalhões provisórios. Os revolucionários adotaram a mesma prática. O presidente Getúlio Vargas, pelo Decreto 24222, de 10 de maio de 1934, permitiu a transferência dos sargentos comissionados para o Exército ativo, desde que habilitados na Escola Militar para o próximo posto.

operações militares contra os revolucionários. O comante do regimento destacou o comissionamento de seus militares:

Este comando felicita os novos oficiais pelo ato de justiça com que foram seus serviços à disciplina e a ordem, galardoados pelo governo da República e faz votos para que sejam mais tarde confirmados no posto e tenham brilhante carreira (BolReg10, nº 177, 23 jul 1924, p. 250).

Quadro 18 - Promoções dos soldados contrarrevoltosos de 1924 no 10º RCI

De	Para	Nome
Soldado	Cabo sinaleiro	Justo Thadeu Paiva
Soldado	Cabo sinaleiro	Rodrigo Pereira Marçal
Soldado	Cabo clarim	Pedro Clementino de Souza
Anspeçada ⁸	Cabo de esquadra	Regis Espindola
Anspeçada	Cabo de esquadra	Leão Rocha
Anspeçada	Cabo de esquadra	Manoel Benites
Anspeçada	Cabo de esquadra	Nazario Melchiades Ferreira Lobo
Anspeçada	Cabo de esquadra	Decio Pires Peixoto
Soldado	Cabo de esquadra	José Marinelli
Soldado	Cabo de esquadra	Leocadio Ocampos
Soldado	Cabo de esquadra	Pedro Ferreira Marçal
Soldado	Cabo de esquadra	Epaminondas Escobar
Soldado	Cabo de esquadra	João José Leite da Silva
Soldado	Cabo de esquadra	Alicio Rodrigues de Aranda
Soldado	Cabo de esquadra	João Christovão Salgueiro
Soldado	Cabo de esquadra	João Gomes Monteiro
Soldado	Cabo de material bélico	Affonso Rogado
Soldado	Cabo de metralhadora	João Miguel Balbuena
Soldado	Cabo de metralhadora	Venancio José de Oliveira
Anspeçada	Cabo seleiro corrieiro	Antonio José Barbosa
Anspeçada	Cabo seleiro corrieiro	Arminio Villela
Anspeçada	Cabo seleiro corrieiro	João Ferreira Vianna

Fonte: BolReg nº 174, 19 jul. 1924, p. 246 e BolReg nº 175, 20 jul. 1924, p. 248

Os cabos de esquadra Paulo Pereira Bueno e Gregório Ojeda, os únicos feridos na noite de 12 de julho, promovidos de soldados a essa graduação pelo Boletim Interno do 10º Regimento nº 157, de 1º de julho de 1924, alcançaram a graduação de sargento em menos de um mês.

Em 20 de julho, justificando a escassez de oficiais, o general Nepomuceno Costa comissionou, no posto de segundo-tenente, os sargentos Artur Xavier Sobrinho, Argermiro Ferreira Lima, Sebastião Pinto Botelho e José de Assunção Rodrigues, comunicando tal ato ao ministro da Guerra.

⁸ Anspeçada era uma graduação militar no Exército, intermediária entre soldado e cabo de esquadra. Foi extinta pelo artigo 3º da Lei nº 4892, de 26 de novembro de 1924 (RMG, 1924, p. 9 – A-A-8).

Ao término da missão contra os revoltosos no Mato Grosso, o presidente da República informava ao general ter o ministro da Guerra “aprovado o ato de comissionamento em oficiais dos sargentos de sua indicação, logo que esta chegou” (COSTA, 2013, p. 136).

Os reservistas e voluntários foram novamente convocados e incorporados, sendo os reservistas dispensados da inspeção de saúde (Bol nº 24, 15 ago. 1924, p. 24), enquanto os voluntários deveriam ser submetidos à inspeção (Bol nº 37, 28 ago. 1924, p. 37). O comandante do Destacamento era o encarregado de receber os reservistas e voluntários, em cumprimento da ordem contida no telegrama nº 294, de 10 de julho. Consta o recebimento de dez voluntários, que receberam ordem de inspeção de saúde. Entre os voluntários, havia alguns indígenas ou descendentes de paraguaios, pois o comandante do destacamento fez a seguinte proibição: “Fica completa e definitivamente proibido o uso de línguas estranhas dentro ou fora do recinto do quartel pelas praças deste Destacamento.” (Bol nº 37, 28 ago. 1924, p. 37).

Na descrição de Leite (2007), sobre a revolta de 1924 no 10º RCI, o civil Accyndino Sampaio foi empossado no cargo de intendente municipal, substituindo Militão Loureiro de Almeida, em ato presidido pelo tenente Jorge Lobo Machado, e realizado na sede da Intendência Municipal. Acyndino Sampaio seria “criatura de confiança dos revoltosos” (COSTA, 2013, p. 56).

Accyndino Sampaio, conforme Leite (2007) fora intendente municipal em Bela Vista, de 1º de janeiro de 1918 a 31 de dezembro de 1920, possuía a patente de capitão, presume-se que da Guarda Nacional. Possuía atuação política, pois seu nome consta na relação de vereadores em três triênios: 1915/1917, 1921/1923 e 1924/1926. Ainda segundo Leite (2007), Acyndino Sampaio quando eleito para intendente municipal em Bela Vista representava os interesses da Empresa Mate Laranjeira, tendo como vice-intendente um ex-empregado da empresa, sucedendo o intendente que também era empregado da empresa. Quando presidiu a Câmara Municipal, esta apoiou a Assembleia Legislativa no rompimento com o Governo Estadual, por influência da Mate Laranjeira, defensor da renovação do contrato de arrendamento dos ervais. No alinhamento contrário à Empresa Mate Laranjeira, posicionava-se o coronel Militão Loureiro de Almeida, o intendente deposto pelos revolucionários, vencedor da eleição por causa do acordo de conciliação iniciado em 1922. Na época (1915-1917), aconteceram os debates sobre a renovação da concessão dos arrendamentos para a exploração dos ervais e a manutenção dos privilégios para a empresa.

Acyndino Sampaio era fornecedor de gêneros para o regimento e recebeu, no mês de julho, o pagamento relativo ao mês de fevereiro, efetuado pelo tenente contador. (BolReg10, nº 157, 1º jul.1924, p. 227). O pagamento sugere uma ligação, embora comercial, com os oficiais do regimento, bem como uma relação de confiança entre eles.

Segundo Leite (2007), o civil Accyndino Sampaio, em ofício ao presidente da Câmara, comunicou que fora obrigado pelas forças das armas dos rebeldes a assumir o cargo de Intendente e assinar a ata com a posse. Solicitou, no ofício, o cancelamento da ata, por ter assinado sob coação. Os veradores aprovaram, no mês de agosto, o pedido de cancelamento da ata.

Não há evidências para respostas afirmativa ou negativa sobre a intenção dos revoltosos do 10º RCI pretenderem obter o apoio da Empresa Mate Laranjeira, ao escolherem e empossarem como intendente municipal um político conhecido por suas opiniões a ela favoráveis.

Na interpretação do comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, a revolta em Bela Vista serviria de polo disseminador para as guarnições militares mato-grossenses. Como evidência, Costa (2013) relata a insistência do tenente Riograndino Kruel de ser transferido para o regimento de Bela Vista, apesar de estar havia poucos dias em Campo Grande, indicando ser ele um emissário dos revoltosos de São Paulo. Segundo Abreu (2010), o tenente Riograndino Kruel viera transferido em maio de 1924, do 7º Regimento de Cavalaria Independente, sediado em Santana do Livramento (RS) para o 18º Batalhão de Caçadores, em Campo Grande, local onde permaneceu por pouco tempo, pois seguiu no mês de junho para Bela Vista. A apresentação em Campo Grande e a designação para a fiscalização do 18º BC ocorreu em 11 de junho, mas seria efetivada apenas com a organização dessa unidade, daí outra motivação para a transferência. Apresentou-se no 10º RCI em 28 de junho de 1924, mesma data de apresentação do segundo-tenente médico Humberto Perretti, seu companheiro na rebelião.

Outra evidência de ser Bela Vista o polo disseminador é a viagem do segundo-sargento Waldemar Ramos Pacheco, enviado do 10º RCI, com um automóvel do regimento, conforme dados apurados no inquérito instaurado sobre o fato, levando um ofício para o comandante do 17º BC, em Corumbá, major Octavio Fontes Pitanga, com o objetivo de obter a adesão das praças militares de Coimbra e Corumbá, onde aguardavam as notícias favoráveis de Bela Vista. O sargento Waldemar partiu de Bela Vista na tarde do dia 12 de julho e, em Miranda chegou às vinte e uma horas, portanto sem ter notícia do fracasso da revolta em seu

quartel, e telegrafou sobre o andamento da missão para Accyndino Sampaio. Por isso, para Costa (2013), o civil estava implicado com os revoltosos. Não sofreu, então, coação pelas armas a tomar posse como intendente municipal, e o pedido de cancelamento da ata de posse deu-se em consequência da derrota do movimento sedicioso.

O tenente Riograndino Kruel, considerado como um dos “cabeças do levante militar” em Mato Grosso, foi mencionado em uma notícia posterior, com comentários sobre um poderoso material bélico apreendido no Uruguai, destinado aos rebeldes da Coluna Miguel Costa – Prestes. Citou-se o tenente Riograndino Kruel como comprador do armamento apreendido, durante uma viagem à Alemanha, após evadir-se da prisão em Campo Grande (*O Combate* - SP, nº 3066, 17 out. 1925, p. 1) e (Abreu, 2010). Essa afirmação é assim desmentida por seu pai, Carlos Kruel:

O tenente Riograndino, assegurou o Sr. Carlos Kruel, não poderia ter sido o intermediário de tais aquisições, pois a 25 de julho ultimo passou pelo Rio, com destino à Europa; desembarcou em Vigo a 6 de agosto; chegou a Paris a 26 do mesmo mês, depois de haver percorrido a Espanha e Portugal; a 5 de setembro partiu para a Itália, e foi, em seguida à Suíça, voltando a Paris no dia 2 do corrente. Não esteve, portanto, na Alemanha, de sorte que, concluiu o Sr. Kruel, não poderia ter sido o intermediário das compras a que aludiram os telegramas. (*O Combate* - SP, nº 3071, 23 out. 1925, p.1).

É possível o relacionamento desse armamento com o plano da invasão do SMT, comentado anteriormente. O tenente Riograndino Kruel é relacionado entre os encontrados por Nelson Tabajara de Oliveira (cf. Oliveira, 1956) em Assunção, planejando uma invasão pelo sul do Mato Grosso, comandada pelo general Isidoro Dias Lopes, para suprir com armamentos a coluna Miguel Costa – Prestes, em lutas pela região Nordeste do Brasil.

Para um foragido da justiça militar, considerado exilado na Argentina, encontrado em Assunção com outros que arquitetavam um plano de invasão ao SMT, contando com um grande fornecimento de armamentos, pode-se questionar sobre o custeio da viagem e as reais intenções da viagem à Europa. Mesmo negadas por seu pai, as evidências indicam que o tenente Riograndino Kruel viajou a serviço dos revolucionários.

Durante o seu tempo de serviço no 7º RCI (1922-1923), de onde viera transferido para Mato Grosso, o tenente Riograndino Kruel foi mencionado em uma notícia sobre a ausência de armamentos em caixotes apreendidos como sendo de contrabando de armas:

O GRANDE CONTRABANDO DE ARMAS NO SUL – Rio, 30 – Um telegrama de Sant’Anna do Livramento, recebido em dias da semana passada, noticiava que o comando do 7º Regimento de Cavalaria, que se encontra em Cacequi, fazendo o serviço de vigilância, apreendera um grande contrabando de armas em seis caixotes, sem procedência e que deveriam ter entrado pela fronteira

do Estado, com a República Oriental do Uruguai. O despacho acrescentava que, para acompanhar os caixotes apreendidos, seguiria para Porto Alegre, requisitado pelo delegado fiscal, **o 1º tenente Riograndino Krueel. De fato, pela viação férrea chegaram os referidos caixotes à capital do Rio Grande, os quais são em número de oito. Abertos os caixotes, encontraram-se dentro deles roupas, botinas velhas, panelas e outros utensílios de uso doméstico, tudo em mau estado, parecendo tratar-se de bagagem de imigrantes.** Ficam assim desfeitos definitivamente os boatos alarmantes que circularam naquele Estado (*O Combate* - SP, nº 2199, 30 set. 1922, p. 3, grifo nosso).

É possível deduzir, pelos conhecimentos sobre a participação do tenente Riograndino Krueel na Revolta de Bela Vista, que houve uma substituição das armas pelo material doméstico nos caixotes, e as armas foram destinadas para a preparação do movimento rebelde.

O tenente Riograndino Krueel, beneficiado por anistia e com participação em outras revoluções, chegou ao posto de tenente-coronel e a general de brigada, quando passou para a reserva. Como auge de sua carreira militar, entrecortada pelos períodos revolucionários, no generalato do Exército assumiu a chefia do Departamento Federal de Segurança Pública (21/06/1964 a 26/08/1966). Durante a sua chefia ocorreu a reorganização do Departamento, que passou a ter capacidade de atuação em todo o território nacional, e posteriormente se transformaria na atual Polícia Federal. (ABREU, 2010).

O tenente Pedro Martins da Rocha, processado como o líder da revolta em Bela Vista, iniciou a carreira militar no Alegrete, como anspeçada, posto superior a soldado e inferior a cabo, não mais existente no Exército (*A Federação* - RS, nº 235, 7 out. 1912, p. 3). Integrou a primeira turma, com 13 pilotos aviadores, diplomados pela Escola de Aviação Militar, em 1920 (*Careta* - RJ, nº 606, 31 jan. 1920, p. 26). Os integrantes dessa primeira turma de aviadores militares do Exército foram considerados, no dia da formatura, como uma elite:

[...] uma plêiade de treze oficiais do nosso Exército, que, não medindo os riscos que a aviação a todos apresenta, se dedicaram ao estudo da nossa quinta arma de guerra, para defesa do céu do Brasil, deixando bem patente o seu grau de patriotismo e a dedicação que se interessam pelo desenvolvimento de nossa preparação militar (*O Jornal* - RJ, nº 220, 22 jan. 1920, p. 3).

A Escola de Aviação Militar do Exército funcionava no Campos dos Afonsos, no Rio de Janeiro, com instrutores da Missão Militar de Aviação, precursora da Missão Militar Francesa. A escola era valorizada no campo militar, pois representava a busca da modernização do Exército. Uma evidência do prestígio foi a inclusão no roteiro de visitas realizadas no dia 2 de agosto de 1920, pelo presidente eleito do Paraguai, Manuel Gondra, para o período de 15 de agosto de 1920 a 16 de agosto de 1924, quando esteve no Rio de

Janeiro e na Escola de Aviação Militar. Os visitantes assistiram às 11h30m, a decolagem do aeroplano *Rio de Janeiro*, construído no Rio de Janeiro nas oficinas da casa Lage & Irmãos, instalada na ilha do Vianna (Baía da Guanabara). Pilotado pelo capitão *Etiene Lafay*, acompanhado do segundo-tenente Pacheco Chaves, instrutores da Escola de Aviação, esperava-se a realização do primeiro voo de uma aeronave brasileira na rota Rio - São Paulo. No entanto, por causa de fortes ventos encontrados no meio do percurso, não completaram a viagem e retornaram ao Campo dos Afonsos, após duas horas da decolagem. (*O Jornal*- RJ, nº 412, 3 ago. 1920, p. 3).

Em 3 de agosto de 1920, dia seguinte à tentativa frustrada da viagem Rio de Janeiro – São Paulo, o primeiro-tenente Pedro Martins da Rocha, acompanhado do segundo-tenente Rubens de Mello e Souza, partiu em um voo sem autorização para São Paulo. A ausência da aeronave e dos instrutores só foi percebida durante o fechamento do hangar. A possibilidade de deserção foi descartada pela notícia recebida, via telegrama, que estavam com a aeronave francesa *Nieuport* acidentada, em um pouso de emergência em terreno particular, nas proximidades da estação de Suzano. A falta de combustível impediu o prosseguimento por mais 39 quilômetros para chegarem a São Paulo. Nessa tentativa arrojada e imprudente, o tenente Pedro Martins da Rocha ficou ligeiramente ferido (*Jornal do Brasil*- RJ, nº 215, 4 ago. 1920, p. 8), recebeu 15 dias de prisão como punição, e ordem para o ressarcimento pagamento das despesas para reparar os danos sofridos pela aeronave, enquanto ao tenente Rubens de Mello e Souza aplicou-se a pena de 10 dias de prisão (*O Jornal*- RJ, nº 414, 5 ago. 1920, p. 2). O coronel Victoriano Aranha da Silva, comandante da escola, aplicou as punições, aprovadas pelo chefe do Estado-Maior do Exército, marechal Bento Ribeiro (*Gazeta de Notícias*- RJ, nº B00214, 05 ago. 1920, p. 2 e *O Jornal* - RJ, nº 414, 05 ago. 1920, p. 2).

O tenente Pedro Martins da Rocha foi desligado da Escola de Aviação em dezembro de 1920. O ministro da Guerra colocou o oficial à disposição do Serviço Geográfico Militar, para servir no quadro do mesmo serviço (*A Noite* - RJ, nº 03729, 24 abr. 1922, p. 4). Recebeu a designação para auxiliar da comissão encarregada da construção da estrada de rodagem de Ponta Porã (*O Paiz* - RJ, nº 13642, 25 fev. 1922, p. 4 e nº 13747, 10 jun. 1922, p. 5). Constou, em uma notícia publicada em Porto Alegre, sua situação como adido e preso ao 7º Batalhão de Caçadores, “por estar sendo chamado por editais na 1ª Região, entre os que tomaram parte no movimento sedicioso de 5 e 6 do corrente” (*A FEDERAÇÃO*- RS, nº 168, de 21 jul. 1922, p. 5). Porém, por não ter sido denunciado como implicado nos acontecimentos de 5 de julho de 1922, entrou em liberdade, juntamente com o general de brigada Joaquim Ignacio Cardoso, o

coronel Fructuoso Mendes, os primeiros tenentes Olympio Falconiere da Cunha, João Alberto Lins Barros, Alfredo Simas Enéas Junior, Arthur da Costa e Silva e Vasco Neves Varela (*O Paiz* - RJ, nº 13923, 3 dez. 1922, p. 5). Sua missão, na comissão em que se achava nomeado no Serviço Geográfico Militar, encerrou-se em dezembro de 1922, quando se recolheu para o 10º RCI em Bela Vista (*O Paiz* - RJ, nº 13928, 8 dez. 1922, p. 4), no qual participaria do *Segundo 5 de julho*.

O médico Humberto Perreti foi classificado no 10º RCI, em Bela Vista, em despacho datado de 10 de agosto de 1923. (*A Federação*- RS, nº 186, 10 ago. 1923). Ele, mais os primeiros-tenentes Riograndino Krueel e Pedro Martins da Rocha integravam a Comissão de Rancho e Conselho Administrativo do regimento, pela nomeação a contar de 2 de julho de 1924 (BolReg10, nº 168, 2 jul. 1924).

O primeiro-tenente contador Jorge Lobo Machado apresentou-se no 10º RCI em 9 de janeiro de 1924 (BolReg10, nº 08, 9 jan. 1924). Passou à disposição do Estado-Maior do Exército em 17 de março de 1924, com o objetivo de prestar concurso para matrícula na Escola de Intendência (BolReg10, nº 77, 29 mar. 1924). Sua matrícula não se efetivou, permanecendo no 10º RCI (BolReg10, nº 113, 9 maio 1924).

O primeiro-tenente Cesar Bacchi de Araujo chegou ao 10º RCI proveniente do 3º Regimento de Cavalaria Divisionário (BolReg10, nº 57, de 7 mar. 1924). Designado para buscar os vencimentos do 11º RCI em Corumbá, por ordem de 25 de março do general comandante da circunscrição militar, passou a adido ao QG. Encarregado de apanhar o dinheiro correspondente aos meses de janeiro e fevereiro, na Alfandega de Corumbá e transportar para o pagamento em Bela Vista, em 6 de maio retornou de Corumbá (BolReg10, nº 112, 8 maio 1924). Sua designação para o regimento foi alterada, permanecendo em Bela Vista, seguindo para Ponta Porã o tenente Américo Gonçalves Pereira (BolReg10, nº 116, 14 maio 1924). Sobre os vencimentos, também foram pagos os meses de julho a dezembro de 1923, em maio de 1924, atualizando os vencimentos dos militares até fevereiro de 1924, restando em atraso os meses de março, abril e maio. (BolReg10, nº 114, de 10 maio 1924).

O capitão José Jansen Lobo Pereira apresentou-se pronto para o serviço em 22 de abril de 1924, após três meses de licença para tratamento de saúde, iniciada em 8 de janeiro. Na publicação, constou sua vinda de São Paulo “onde se achava, com permissão”. No mesmo boletim constou o regresso, também de São Paulo, porém a serviço, do tenente contador Jorge Lobo Machado (BolReg10, nº 98, 22 abr. 1924). Os deslocamentos desses militares para São

Paulo permitem afirmar sobre o aproveitamento da missão militar para contactarem os líderes e obterem informações a respeito dos preparativos da revolução de 1924.

5.1.2 O uso do telégrafo na Revolução de 1924

Em 1924, quando eclodiu o movimento revolucionário tenentista, a Comissão Rondon já havia completada a instalação da rede telegráfica em Mato Grosso. Na região Sul, Ponta Porã recebeu por último a estação telegráfica na fronteira, inaugurada em 21 de fevereiro de 1923. A estação funcionava incorporada à rede do Telégrafo Nacional, e os oradores na entusiástica cerimônia de inauguração, consideraram-a um melhoramento a serviço do progresso da cidade. (*Jornal do Commercio* – MT, nº 93, 28 fev, 1923, p. 1)

Para sufocar a revolta no 10º RCI, Costa (2013) relatou o uso de telegramas para coordenar as ações. Entre as suas ordens, estavam o bloqueio das saídas de Bela Vista, nos acessos a Ponta Porã, Miranda, Nioaque-Aquidauana e Porto Murtinho. Solicitou o auxílio do governo estadual e a mobilização de civis e automóveis particulares para o transporte da tropa. O coronel Mario Gonçalves da Silva, chefe dos guardas aduaneiros estaduais, foi um dos destinatários, recebendo um telegrama com o seguinte teor: “Deveis prestar vosso valioso concurso comandante do 11º RCI, que vai bater algumas praças revoltadas do 10º RCI. Faço este apelo em vista determinações do presidente do Estado. Saudações”. Respondeu com o seguinte teor: “Cumprimento ordem telegráfica, apelo V. Exa. e determinação Presidente Estado, apresentei-me comandante 11º RCI pondo sua disposição fracos recursos de que disponho, inclusive minha pessoa – Saudações – Mário Gonçalves – Comandante Guardas”. (COSTA, 2013, p. 50).

A presença do coronel Mario Gonçalves da Silva, com seus vaqueanos, possivelmente formando o piquete de cavalaria na recepção ao presidente eleito do Paraguai, trouxera ao comandante militar o conhecimento e a confiança no potencial do emprego militar, e ele seria importante em ações desencadeadas contra os rebeldes.

Outros telegramas remetidos pelo general Nepomuceno Costa citavam a Empresa Mate Laranjeira e o apoio dela esperado, como a ordem ao comandante do 11º RCI para recorrer à empresa e ao intendente municipal. Em resposta, o capitão Hipólito Campos informou que “próprio [automóvel do quartel] que mandei Campanário já regressou tendo diretor Empresa mandado dizer que todos seus autos disponíveis chegarão aqui esta noite” (COSTA, 2013, p. 51). Recebia o general Nepomuceno Costa a adesão civil ao esforço

governamental para combater os revoltosos, incluindo o prestado pela importante Empresa Mate Laranjeira.

Sobre a revolta em Bela Vista, o general Nepomuceno Costa inseriu em seu relatório que a vitória deveu-se ao uso dos telegramas, enviados inclusive para os rebeldes, onde exagerara a situação das tropas mobilizadas para combatê-los. E, ainda, por eles não imaginarem enfrentar, como comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, “um velho soldado que não conhece dificuldades nem sacrifícios, para o estrito cumprimento dos seus deveres militares” (COSTA, 2013, p. 57). O estratagema vitorioso constou no final do inquérito policial militar, mandado proceder pelo próprio general, tendo como encarregado o major Frederico de Siqueira, como registra o relatório:

Ficou ainda provado que, devido ao ardil de guerra desse comando, fazendo o telegrafista comunicar a partida de uma coluna expedicionária de 500 homens para batê-lo, desfez-se a trama dos revoltosos e os mesmos sargentos do regimento promoveram a contra revolta. (COSTA, 2013, p. 55).

No entanto, outra perspectiva de autoria anônima, sobre o uso de telegramas e, em consequência, a ausência de ordens formais para operações, assim como o excesso de elogios para a sua condução da contra revolta, apresenta críticas ao general Nepomuceno Costa e sua atuação nos combates aos revoltosos. Essa perspectiva, embora contendo uma visão particular das ações do comandante, permitem uma análise diferenciada do relatório, elaborado em cumprimento a uma prescrição regulamentar, para ser entregue ao ministro da Guerra, e depois transformado em livro, também distribuído para autoridades (*Correio do Estado*, nº 183, 8 jan. 1925, p. 2).

Segundo a visão do missivista, apresentada em carta anônima ao jornal *A Capital*, o general Nepomuceno Costa abusara das nomeações dos oficiais e sargentos em comissão, nomeando “cabos de esquadra comissionados em 1º tenentes; 3º sargentos em 2º tenentes e por aí afora”, criando “uma verdadeira salada de frutas”, onde ninguém se entendia. Permaneceu sem ajudante de ordens e chefe do Estado-Maior, designados para unidades nas frentes de combate, substituídos em suas funções por um tenente médico. Assim, na versão contrária ao relato do general:

As forças de Mato Grosso não tiveram uma – Ordem Geral para a concentração das tropas – ordem que, segundo os regulamentos em vigor, devia estar assinada pelo seu chefe de Estado maior e por *sua Excelência*, como comandante da circunscrição militar; ordem geral de operações, assinada nas mesmas condições da precedente – um plano de ataque estabelecido segundo os nossos novos regulamentos; nada, absolutamente nada fez *sua Excelência*. Os comandantes de força que se arransassem como bem entendessem, pois *sua Excelência* não queria saber destas coisas,

entretanto era *sua Excelência* o comandante da circunscrição militar que tinha obrigação de dirigir sua tropa, fiscalizando todos os serviços, muito embora tivesse um oficial à sua disposição para auxiliá-lo nesse trabalho. (*A Capital* - MT, nº 30, 10 mar. 1925, p. 2).

A esses argumentos desabonadores, apresentam-se, como justificativas das ações do general, a necessidade de uma resposta rápida às ações de surpresa dos rebeldes, a facilidade de comunicações pelo telégrafo, e a falta de oficiais, citadas pelo general em seu relatório. Houve críticas para a nomeação dos seus filhos e aparentados para cargos comissionados de oficiais:

Uma das preocupações deste Sr. General era a colocação dos seus filhos. Antevendo o momento propício, fê-los verificar praça, mas, já se vê, para ficarem em Campo Grande no seu quartel general. Um deles era reservista e dias depois já era sargento de artilharia. Que felizardo! Por último foi comissionado no posto de 2º tenente por serviços prestados à causa da legalidade. Que heresia! Que serviços prestou o filho do Sr. General Nepomuceno para que pudesse merecer tal favor? [...] Entretanto, outros que não abandonaram a linha de frente um só instante e de onde alguns, só em dezembro, tiveram a felicidade de deixá-la para descansar um pouco das fadigas nada conseguiram em seu favor, antes, ficaram mergulhados nas sombras do esquecimento. Continua. (*A Capital* - MT, nº 30, 10 mar. 1925, p. 3).

Com o início da revolta em 1924, e para reprimir a propagação no Mato Grosso, o general Nepomuceno Costa determinou a convocação de reservistas e de civis para organizar batalhões patrióticos, mobilizados entre militares e população civil. E entre os convocados estavam os seus filhos. O ato pode ser interpretado, de uma maneira divergente, a colocação pelo general do seu patriotismo acima do amor paternal, ao conduzir seus filhos para um conflito armado.

Não se localizaram outros exemplares do jornal com a continuação da missiva, mencionada nesse texto. Não obstante, o conteúdo transcrito demonstra severas críticas ao general Nepomuceno Costa, fazendo referências ao seu relatório. A carta publicada parece ter uma motivação política, para desmerecer os elogios nominais que o general realizou, ao conter esta interrogação “que merecimento podem ter elogios partidos de um chefe injusto e cuja parcialidade é notória? Aqui fica a interrogação...” (*A Capital* - MT, nº 32, 24 mar. 1925, p. 2).

Outros jornais publicaram os elogios do general Nepomuceno Costa, concedidos para Antonio Antero Paes de Barros (*A Notícia* - MT, nº 101, 8 jan. 1925, p. 6), ao presidente do Estado e “aos guardas da fronteira e a vários cabos de guerra, como sejam Mario Gonçalves, Antonio Gomes, Germano Fechner, etc.” (*Correio do Estado* - MT, nº 183, 8 jan 1925, p. 2).

O general citou o presidente Pedro Celestino, governador de Mato Grosso até outubro de 1924.

As ordens para as convocações de reservistas e voluntários aparecem nos telegramas transcritos no relatório. Elas seguiram para os comandantes em Ponta Porã, Aquidauana, Cuiabá, Porto Murtinho e ao intendente de Nioaque. Em Campo Grande, a convocação foi publicada no boletim do comando da circunscrição militar. Convocaram-se os oficiais que serviam na Comissão Rondon e os oficiais reformados considerados como leais ao governo. (COSTA, 2013).

Por causa da falta de oficiais do Exército, “caudilhos mato-grossenses” foram designados para o comando dos batalhões provisórios, formados por voluntários ou reservistas convocados. A empresa ervateira prestou significativo apoio às tropas organizadas pelo comandante da Circunscrição Militar, na organização dos batalhões patrióticos.

Conforme as recomendações de Oliveira (1956), não se deve confundir o coronel Mario Gonçalves da Silva com o irmão do tenente Heitor Mendes Gonçalves, Mario Mendes Gonçalves. Alguns autores cometeram esse erro, possivelmente iniciado na obra de Malhado (1925), e depois replicado por outros autores, como Corrêa (2006a), que o transcreveu:

Os coronéis Leonel e Mario Mendes Gonçalves, Germano Fechner, José Alves Ribeiro, Antonio Gomes Ferreira da Silva e muitos outros forneceram guapos e valorosos contingentes civis, a cuja frente, comissionados em postos elevados da hierarquia militar, bateram-se com denodo pela legalidade, havendo os coronéis G. Fechner, Mário Mendes Gonçalves e Antonio Ferreira da Silva, respectivamente à frente dos 50º RCI, 67º BC e outros corpos, revelando capacidades perfeitas de alto comando. A numerosa força civil, na qual se sobressaíam e avultavam sempre os elementos da Companhia Mate Laranjeira de Ponta Porã, foi organizada militarmente sob as denominações de 67º, 68º BC, 50º RCI e 6ª Companhia de Sapadores Mineiros. (MALHADO, 1925, p. 58/9, apud CORRÊA, 2006a, p. 155).

Leonel Mendes Gonçalves faleceu em 1924, como explicado no Capítulo 3. Mário Mendes Gonçalves administrava as fazendas de criar, incluindo *Aguerito*, no Paraguai, e Margarida, em Bela Vista.

O coronel Mario Gonçalves da Silva chefiava os guardas aduaneiros do Estado e residia em Bela Vista. Político, no triênio 1921-1923 participou da Câmara com vereador. (LEITE, 2007).

Os comandantes do 50º Regimento de Cavalaria Independente e do 67º Batalhão de Caçadores eram, respectivamente, Mario Gonçalves da Silva e Antonio Gomes Ferreira da Silva “chefes conhecidos e valentes caudilhos mato-grossenses” (COSTA, 2013, p. 60).

Antonio Gomes Ferreira da Silva, chamado de coronel da Guarda Nacional (Costa, 2013, p. 90), comandava o Regimento da Força Policial de Bela Vista por ocasião da rebelião de 1912 em Ponta Porã, conduzida pelo capitão Antonio Netto de Azambuja. Combatera em Canudos, como sargento do Exército, antes de radicar-se na fronteira (*O Jornal* - MT, nº 38, 09 jan. 1923, p. 5). Em 1920, elegeu-se para deputado estadual (*O Republicano* - MT, nº 372, 25 nov. 1920, p. 1).

As tropas da Circunscrição Militar de Mato Grosso, após as nomeações em comissão, convocação de reservistas e voluntários, ficaram organizadas em um Destacamento de Exército, comandado inicialmente pelo general Nepomuceno Costa, formado por duas brigadas mistas, uma brigada de cavalaria, elementos do Destacamento do Exército e da Força Auxiliar do Estado de Mato Grosso, com a distribuição mostrada no Apêndice C. A nova organização entrou em vigor a partir de 1º de agosto de 1924, para o início das operações militares.

O general Nepomuceno Costa afirmou, em seu relatório, a utilização de duas unidades de tropas irregulares, uma sob o comando do Gabriel Azambuja e outra com o coronel Cecílio.

Em outras partes deste trabalho, aparece a participação decisiva dos encarregados das estações telegráficas, tanto para a manutenção do funcionamento, assim como na transmissão das mensagens, e, ainda, a preocupação dos revolucionários em danificar esses postos, com o objetivo de dificultar a propagação de informações sobre o movimento.

5.2 Os combates em Três Lagoas e nas barrancas do rio Paraná

O lugar de destino dos revoltosos, no início do movimento de retirada da cidade de São Paulo, segundo Távora (1974), seria decidido conforme as circunstâncias posteriores. As alternativas incluíam a entrada em Mato Grosso ou rumo ao Sul, para o Paraná. Uma companhia comandada pelo capitão Asdrubal Gwyer Azevedo formava as forças da vanguarda, e obtivera um sucesso inicial em Porto Tibiriça⁹, no dia 6 de agosto de 1924, onde aprisionaram os vapores fluviais Guairá, Paraná, Rio Pardo, Brilhante e Conde de Frontin, e prosseguiram para ocupar Porto Quinze de Novembro, na foz do Rio Pardo, na margem mato-grossense do rio Paraná, quase em frente ao Porto Tibiriça. Ocorreu, ainda, a adesão aos

⁹ Situado na margem direita do rio Paraná, nas proximidades da estação de Presidente Epitácio, da E. F. Sorocabana. Localização mostrada no Anexo C.

revoltosos da tropa comandada pelo primeiro-tenente Ebroíno Dias Uruguay, acompanhado pelo tenente César Bacchi e o sargento ajudante Jesuíno Ribeiro, em 27 de julho, na cidade de Anhangá, no primeiro encontro das forças rebeldes com a vanguarda legalista.

Ebroíno Dias Uruguay, pelo término do curso no Colégio Militar, recebeu diploma de agrimensor, em 1911 (*A Epoca* - RJ, nº 11, 18 nov. 1912, p. 2). A declaração como aspirant a oficial ocorreu em janeiro de 1915, pela conclusão do curso na extinta Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, segundo o regulamento de 2 de outubro de 1905. Classificado no 1º Regimento de Cavalaria (*O Paiz* - RJ, nº 11045, 3 jan. 1915, p. 2), a transferência para a Arma de Cavalaria deu-se em 1916 (*A União* - RJ, nº 4, 5 nov. 1916, p. 2). Sua promoção a primeiro-tenente ocorreu junto com Luis Simas Enéias, em 1919.

Em 1922, Ebroíno Dias Uruguay encontrava-se entre os presos na Ilha de Cobras, no quartel do Corpo de Fuzileiros Navais, pelo levante dos 18 do Forte. Távora (1974, p. 120) menciona o tenente Ebroino, assim como Luís Simas Enéias, entre os companheiros da prisão na ilha das Cobras, presos ao desembarcarem na noite do dia 5 de julho de 1922, na Estação da Vila Militar, ou já reunidos na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, sob a suspeita de dirigirem-se para lá com o motivo de promoverem o levante da guarnição da Vila Militar.

Transferido para o 10º Regimento de Cavalaria Independente, em Bela Vista, por ato do ministro da Guerra datado de 14 de fevereiro de 1924 (*O Jornal* - RJ, nº 1569, 15 fev. 1924, p. 8), em 29 de fevereiro de 1924 era incluído no estado efetivo do 10º RCI, permanecendo adido, aguardando vaga de oficial (BolReg10, nº 51, de 29 fev. 1924).

O tenente Ebroíno Dias Uruguay mandado servir como adido ao 11º RCI pelo comandante da Circunscrição Militar, a partir de 18 de junho de 1924 (BolReg10, nº 147, 19 jun. 1924), participou da recepção oferecida ao presidente eleito do Paraguai em Ponta Porã. Não foi indiciado entre os revoltosos de Bela Vista, mas o seu espírito revolucionário seria revelado na sua adesão aos rebeldes. Em 1926, o comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso o considerou como desertor.

Nelson Tabajara de Oliveira (1956), oficial revolucionário, descreveu com detalhes a mudança de lado do tenente Ebroíno. Ao procurar um lugar no Salto de Itapura (Anexo C), onde seria possível transpor o rio Tietê a pé, para adentrar no Mato Grosso e, acompanhado do capitão Otávio Muniz Guimarães, entregar cartas manuscritas do general Isidoro para as guarnições de Mato Grosso ainda hesitantes, Oliveira recebeu o aviso narrando a presença de dois oficiais legalistas, a sua espera na estação para um diálogo. Eram Brocardo Bicudo e João Gualberto Zorrón, este comissionado como tenente. Brocardo Bicudo pediu a sua

rendição, comunicando a derrota da revolução em São Paulo. Não ocorrendo a rendição, o oficial legalista deu-lhe a oportunidade da retirada em um trem com soldados revolucionários, pois ele não era “hostil ao movimento, que contava com a presença de muitos amigos seus”. Após o regresso, recebeu em Lussanvira¹⁰ uma nova missão: deter o avanço das tropas legalistas, impedindo que elas chegassem a Bauru antes da evacuação da cidade pelas tropas paulistas. Permaneceu em trincheiras durante três dias, e na manhã do terceiro dia, recebeu a rendição dos militares das tropas legais:

O sentinela mais avançado veio prevenir-me de que três oficiais de Mato Grosso, empunhando bandeiras brancas, se aproximavam da linha de trincheiras. Calculei logo que estava novamente sitiado e que agora Brocardo Bicudo não poderia poupar-me. Pensei em abandonar imediatamente a posição mas o que me intrigava era o fato de serem desta vez **três oficiais, de bandeira branca em punho. Antes que tivesse tempo para outras reflexões, defrontei os estranhos visitantes. Eram os tenentes Ebroíno Dias Uruguai, Cesar Bacchi de Araujo e o Brigada Jesuino que vinham simplesmente aderir ao movimento derrotado.** Ao cabo de curtas explicações, e atônito com a animadora novidade, quis passar o comando da tropa a Ebroino Uruguai, o mais antigo de todos. Recusou-o, mas em companhia de Bacchi fez rápida inspeção pelo sistema defensivo e o tendo aprovado, relatou minúcias duma malograda tentativa que ambos, e mais Falconiere, Moerbeck e Bicudo haviam imaginado em Jupia. Fiquei sabendo que Isidoro estava em Baurú e que era essencial impedir a passagem pela Noroeste das forças do General Nepomuceno Costa, a despeito dos compromissos morais com Brocardo Bicudo o qual, como simpatizante da causa, compreenderia minha atitude. Ebroíno e Bacchi seguiram para Araçatuba a fim de conferenciar com Otávio Guimarães, e por algum tempo os perdi de vista. (OLIVEIRA, 1956, p. 53-54, grifo nosso).

Os diálogos confirmam a presença de oficiais simpatizantes aos revolucionários na Brigada Mista comandada pelo tenente-coronel Ciro Daltro. Eles acompanhavam a vanguarda na travessia do rio Paraná.

Ocorreu um retardo no avanço das tropas legalistas para Bauru, apesar da correta determinação do general Nepomuceno Costa para o ataque rápido à cidade. Como resultado, os revolucionários avançaram e, animados pelas vitórias iniciais, estimulados pela adesão de representantes das tropas mato-grossenses, em Presidente Epitácio aprovou-se o plano revolucionário com a alternativa pela invasão de Mato Grosso, ocupando Três Lagoas como ponto inicial de ingresso no Estado.

Na narração de Meirelles (1995, p. 220), Juarez Távora, promovido a coronel pelos revolucionários, comandava o deslocamento de Porto Epitácio para Três Lagoas, navegando no rio Paraná para montante. Embarcaram 800 homens, formando um batalhão de infantaria,

¹⁰ Uma das últimas estações da E. F. Noroeste do Brasil em território paulista, situada nas proximidades do rio Tietê.

em dois vapores, subindo o rio até Porto Independência. À frente dos rebeldes, seguia uma companhia comandada pelo tenente Asdrubal Gwyer de Azevedo, acompanhada por combatentes húngaros, italianos e alemães, integrantes dos batalhões estrangeiros criados em São Paulo.

O combate no Campo Japonês (Porto da Moeda¹¹), um banhado a poucos quilômetros de Três Lagoas, transformou-se em desastre aos revolucionários. Transcorrido no dia 18 de agosto de 1924, os revoltosos perderam 24 mortos, 23 feridos e 67 prisioneiros, além do material bélico capturado pelos legalistas, incluindo dois fuzis-metralhadoras, sete fuzis, duas metralhadoras pesadas e muita munição; os legalistas, comandados pelo coronel Alfredo Malan d'Angrogne, sofreram em suas fileiras o total de 4 mortos e 28 feridos (*Gazeta de Notícias* - RJ, nº 205, 24 ago. 1924, p. 4) números confirmados pelo general João Nepomuceno Costa em seu relatório (COSTA, 2013, p. 97). Meirelles (1995, p. 216) provavelmente aponta uma quantidade superestimada nas baixas dos rebeldes, citando 400 mortos e feridos, em sua maioria de estrangeiros, e acrescenta mais 15 prisioneiros e 40 desaparecidos.

Verifica-se uma discrepância na totalização dos efetivos envolvidos no combate do Campo Japonês. Tendo-se em vista que Costa (2013) relatou a informação recebida do coronel Germano Fetchner, com o total de quatrocentos homens conduzidos pelos vapores saídos de Porto Epitácio para atacar Três Lagoas. Meirelles (1995) avalia oitocentos revolucionários no combate. Se quatrocentos, todos os revolucionários pereceram no combate. E, se oitocentos seguiram para atacar Três Lagoas, as baixas por morte alcançariam 50% do efetivo.

No Campo Japonês, as tropas legalistas ocuparam antecipadamente uma posição no terreno que permitiu tiros rasantes e cruzados sobre a força rebelde, que avançaram em “carga de baionetas, em carga impetuossíssima e com um clamor bárbaro de língua estranha” (*O JORNAL* - RJ, nº 2493, 23 jan. 1927, p. 5), “cantando o hino alemão”, sendo metralhados e destroçados (*O PAIZ* - RJ, nº 1460, 19 nov. 1924, p. 4). Os combatentes de origem européia repetiam as cargas da infantaria realizadas na 1ª Guerra Mundial. O avanço a pé e desprotegido concorreu para o elevado número de mortos, atingidos por tiros das metralhadoras pesadas e um incêndio na mata. O princípio do incêndio creditou-se aos dois lados oponentes, conforme a origem da afirmação. Para os legalistas, os mercenários alemães iniciaram o incêndio, a serviço dos rebeldes:

¹¹ . Visualiza-se o córrego da Moeda no recorte da Carta de Mato Grosso, exibido no Anexo C.

[...] mercenários alemães, que combateram as forças do coronel Malan, até a baioneta e, quando completamente batidas, lançaram mão da mais bárbara arma que dispunham no momento, o incêndio das matas e macegas altas que envolveram muitos soldados, combatentes e feridos, tendo sido encontrados alguns horrivelmente carbonizados e outros vivos mas chagados pelo fogo (*O PAIZ* - RJ, nº 14641, 24 out. 1924, p. 1).

Carone (1975) menciona os soldados legalistas como iniciadores do incêndio. Meirelles (1995, p. 216) compartilha da mesma afirmação: “os legalistas queimaram o campo” e “as tropas legalistas haviam incendiado o campo”.

Segundo Carneiro (1965), quando ingressaram em Mato Grosso, os rebeldes procuraram recompor os efetivos e, sem êxito, tentaram apoderarem-se da rica cidade de Três Lagoas. Com a derrota no Campo Japonês, retornaram para Presidente Epitácio, ficando frustrada a intenção de proclamarem um Estado Independente, a República da Brasilândia.

Cabanas (2014, p. 119) revelou uma proposta sua aos chefes da revolução, para a penetração no Estado de Mato Grosso e a ocupação de Três Lagoas, onde poderiam deter nas margens paulistas ou paranaenses o exército perseguidor e estabelecer um governo independente no sul do Estado de Mato Grosso. Obteriam, em seguida, o reconhecimento pelas nações vizinhas, tendo como bases econômicas a exploração da erva-mate e de outros recursos. Em Três Lagoas, poderiam receber um apoio adicional, vindo de Campo Grande, Aquidauana, Miranda e Porto Murtinho. O objetivo dos revolucionários seria dominar um importante estado da União, como Mato Grosso, e se manter ali o tempo que se fizesse necessário:

A revolução, senhora de um grande estado da União, estabeleceria aí o seu governo e **somente a cobrança de impostos de exportação da erva-mate, daria de sobra para sustentá-la.** A população nada sofreria e, pelo contrário, seria beneficiada grandemente com o barateamento dos gêneros de primeira necessidade que seriam importados livres de direitos das repúblicas vizinhas (CABANAS, 2014, p. 120, grifo nosso).

Conforme o plano revolucionário de Cabanas, seis meses depois da ocupação, realizariam-se as eleições para a escolha dos governantes do estado, após ser “declarado independente do resto da Federação”. A população ganharia o benefício de uma redução dos preços, pela possibilidade da importação livre de impostos dos gêneros alimentícios dos países vizinhos. De acordo com esse plano:

Passados seis meses, se procederia à eleição para escolha de um governo que seria eleito de acordo com as leis vigentes. Não seria difícil, depois, conseguir das nações vizinhas o reconhecimento de beligerância para o governo do estado de Mato Grosso. (CABANAS, 2014, p. 120).

Esse planejamento militar implicava um rápido deslocamento para Três Lagoas, ponto de concentração das tropas legalistas mato-grossenses, reforçadas por voluntários civis. Ocupada Três Lagoas com um forte contingente, os pontos acessíveis para as barrancas do rio Paraná seriam defendidos por artilharia. Assim, as tropas legalistas não poderiam transpor o rio Paraná e ficariam detidas nas margens paulistas ou paranaense. Pelo plano de Cabanas, a manutenção do estado independente estaria assegurada economicamente e o mesmo estaria em boas condições de ser defendido militarmente:

Campo Grande, Aquidauana, Miranda, Porto Murtinho, etc., forneceriam à revolução os recursos naturais de que viesse a necessitar. Os canhões do forte Coimbra embargariam o passo de qualquer navio que tentasse subir conduzindo tropas, subindo o rio da Prata. E todos sabem que o rio Paraguai, nesse ponto, não oferece água suficiente para os calados das pequenas canhoneiras ou vapores de fundo raso. Aquelas não se prestavam pela sua insignificante tonelagem à condução de tropas e estas, de madeira, se se aventurassem, seriam postas a pique com um tiro de qualquer canhãozinho antigo. Seríamos senhores de todo sul do estado e, se o governo mandasse tropas pelo norte, via rio Madeira e depois pelas picadas que defendem as linhas telegráficas do general Rondon, nunca chegariam ao destino, porque seriam dizimadas pela própria natureza do terreno em que tinham de movimentar-se. A submissão do resto do estado, inclusive a capital, seria completa. Restavam as estradas boiadeiras de Minas Gerais pequenas colunas volantes distribuídas então por Santana do Paranaíba, Porto do Taboado e outros pontos, impediriam com facilidade a passagem de tropas para o território mato-grossense. (CABANAS, 2014, p. 119-120).

A invasão de Mato Grosso por Três Lagoas criaria as bases para o estado da Brasilândia, citado em outra narrativa como um Estado Livre do Sul:

A primeira [entrada no Mato Grosso] fora no ano anterior, quando Juarez, à frente de 400 homens, cruzou o rio Paraná para tentar proclamar a independência da região. **O objetivo era transformar Mato Grosso no Estado Livre do Sul, que alguns rebeldes haviam previamente batizado com o nome de Brasilândia**, de onde pretendiam partir com um formidável exército para reconquistar a cidade de São Paulo e, em seguida, marchar sobre o Rio de Janeiro. (MEIRELLES, 1995, p. 385, grifo nosso).

Para o general Nepomuceno Costa, os revoltosos almejavam a formação de um país independente. Ao relatar ao presidente da República a conclusão da missão militar, afirmou que:

A Circunscrição Militar e o povo mato-grossense cumpriram a promessa de honra de não permitirem que os revoltosos se apoderassem de Mato Grosso para realizarem o impatriótico sonho da criação da “Brasilândia”. Salvamos assim a República de mais esse ato criminoso do desmembramento do solo pátrio. (COSTA, 2013, p. 135)

O general Nepomuceno Costa mencionou, novamente, a intenção dos revoltosos de formarem “a sonhada Brasilândia”, na ordem do dia 21 de dezembro de 1924, quando assumiu o comando da 5ª Região Militar, e sua ação no comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso impediu “que os inimigos da ordem formassem a sonhada Brasilândia, de onde pretendiam irradiar novamente os bandos devastadores” (*Jornal do Brasil - RJ*, 26 dez. 1924). Segundo *O Jornal - RJ* (nº 2326, 13 jul. 1926, p. 1), na primeira invasão de Mato Grosso, os revoltosos de São Paulo e Rio de Janeiro proclamaram a “grotesca República de Brasilândia”. E, para outro jornal, *O Paiz - RJ*, (nº 15820, 12 fev. 1928, p. 4), a intenção de Cabanas era estabelecer a capital em Campo Grande, com o novo nome de *Independência*, após proclamar a separação do Brasil, criando a Brasilândia. *O Libertador*, órgão revolucionário fundado por José Maria dos Reis Perdigão, teria divulgado a proclamação, e foi distribuído pelo SMT. O jornal ostentava a legenda utilizada por Joaquim Murtinho “é preciso republicanizar a república”, como relatou Talma (1926, p. 28), utilizada no cabeçalho do jornal *A Nação* (RJ), onde antes o redator trabalhara.

A tentativa da invasão foi frustrada, pela falta da adesão das tropas mato-grossenses e pela derrota nos combates em solo sul-mato-grossense, principalmente no Campo Japonês (ou do Porto da Moeda), a sete quilômetros de Três Lagoas, quando perderam armamento, munições e outros materiais. Com as derrotas, rumaram forçados para o sul, em embarcações pelo rio Paraná, tendo como destino Guaíra, Foz do Iguaçu e outros portos do rio Paraná. Reunidos com as forças provenientes do Rio Grande do Sul, entrariam novamente no sul do Mato Grosso.

O jovem João Paulino Rangel Torres, irmão de Rangel Torres, editor proprietário do jornal *O Progresso*, de Ponta Porã encontrava-se entre os militares legalistas feridos no combate do Campo Japonês. O ferido buscou o restabelecimento em Ponta Porã, mas faleceu em 19 de maio de 1927 (*JOP*, nº 274, 22 maio 1927, p. 2). A participação de João Paulino combatendo ao lado das forças legais ocorreu pela convocação dos reservistas e voluntários, efetuada pelo comandante da Circunscrição Militar.

O general Nepomuceno Costa ordenara a prisão do seu irmão, editor e proprietário do jornal *O Progresso*, “por fazer propaganda contra as altas autoridades federais e dar circulação a boatos alarmantes” (COSTA, 2013, p. 64). Com o refúgio de Rangel Torres no Paraguai, a prisão não se efetuiu. No entanto, outros civis, entre os quais os proprietários de jornais do SMT, foram recolhidos à prisão e enviados escoltados para São Paulo, à disposição do ministro da Justiça. Emitiram-se ordens de prisão aos jornalistas Angelo Torre e

Clarimundo dos Santos, do jornal *A Tribuna*, de Corumbá, por publicarem em seu jornal notícias mentirosas favoráveis aos revoltosos, segundo Costa (2013). Houve retardo no cumprimento da ordem pelo delegado de polícia, e os jornalistas fugiram para a Bolívia. A demora no cumprimento da prisão causou a demissão do delegado pelo presidente do Estado, notificado pelo comandante da Circunscrição Militar.

Em Aquidauana, a ação do comandante militar contra civis considerados apoiadores dos revoltosos foi direcionada para Luís da Costa Gomes, João Tessitore Júnior e Henrique Cavalli. O primeiro era o diretor e proprietário do jornal *A Tribuna do Povo*, enquanto o segundo trabalhava como secretário do jornal e também diretor do Grupo Escolar de Aquidauana. O terceiro era um estrangeiro. Acusados de chefes da propaganda sediciosa e de fazer violenta campanha contra o governo da época, impressão e distribuição de boletins alarmantes favoráveis à sedição. Seguiram como presos para Forte de Coimbra, e o presidente do Estado exonerou o diretor do cargo.

Também se aprisionou o jornalista proprietário da *Gazeta do Comércio*, de Três Lagoas, cidadão estrangeiro, por ter o jornal, “ainda depois da chegada ali das primeiras forças enviadas para ocupar a cidade e o porto do rio Paraná [...] divulgando boatos alarmantes e ainda aumento da violência dos seus artigos contra o governo da República e a propaganda que já vinha fazendo a favor dos revoltosos” (COSTA, 2013, p. 64).

O Progresso (nº 227, 10 ago. 1924) divulgou a interrupção de sua impressão, por causa do estado de sítio decretado pelo presidente da República. Um aviso, publicado no centro da primeira página, comunicava a determinação do general Comandante da Circunscrição Militar para a censura ao jornal pelo Delegado de Polícia, em virtude do movimento sedicioso de São Paulo. Por esse motivo, o jornal suspendia sua publicação até a volta do país à tranquilidade. Alegava que o *Estado de Sítio* não fora decretado para o território mato-grossense, sendo o cerceamento da liberdade de imprensa uma medida inconstitucional. Uma poesia traduziu o sentimento do jornal, ao avisar que “para não sujeitar-se à censura, ‘O Progresso’ vai suspender sua publicação. P’ra não irmos p’ra Coimbra, / ‘Descomparece’ esta folha; / Com quem pode não se brinca: / Viva o regime da rolha...” (JOP, nº 227, 10 ago. 1924, p. 2).

Ao retornar a publicação, em 4 de julho de 1926, com o número 228, abaixo do título, na linha inferior aos nomes do diretor proprietário (J. Rangel Torres) e gerente (Pedro Angelo da Rosa), o jornal *O Progresso* estampou as palavras “SEGUNDA PHASE”, assim explicadas no editorial “Depois do Sítio”: “nessa nova fase, temos os mesmos propósitos e estamos

inspirados dos mesmos sentimentos patrióticos. Independente, procurando servir ao povo, sem esperar recompensa, além das que decorrem da satisfação do dever cumprido, em prol da coletividade e da pátria, ei-lo novamente na liça, Salve liberdade.”. A saudação à liberdade, junta com a menção à “coação ilegal, que não é preciso pormenorizar, pois está no conhecimento de todos, os transe por que tivemos de passar, em vista dos quais foi interrompida a publicação deste semanário”, está relacionada com a suspensão da censura e o regresso do jornalista do seu refúgio no Paraguai.

A suspensão de circulação de jornais, como o ocorrido com *O Progresso*, conjugada com a duração do Estado de Sítio, por mais de dois anos, indica um período de anormalidade política no estado, resultante da perturbação causada pela revolta de 1924 e a passagem da Coluna Miguel Costa-Prestes em 1925 e 1926.

O Estado de Exceção, vigente por 60 dias na Capital Federal¹² e nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, desde o primeiro dia da revolução (5 de julho de 1924) prorrogou-se em setembro e estendeu-se para Mato Grosso. Em seguida, foi prorrogado por várias vezes, cessando para Mato Grosso em 10 de fevereiro de 1927. No período de aplicação do estado de sítio para o Estado de Mato Grosso, sucederam-se diversos decretos com novos prazos e até mesmo suspendendo a medida para realização de eleições presidenciais de 1º e 2 de dezembro de 1926, e as estaduais do dia 10 de fevereiro de 1927.

A prisão de jornalistas ou a censura aos periódicos não foi total. Os jornais de Cuiabá continuaram a publicação normalmente. Nas cidades de Corumbá, Aquidauana, Ponta Porã e Três Lagoas, o encarceramento de jornalistas, demonstra a existência, no SMT, de formadores de opinião favoráveis ao movimento de rebeldia destinado à deposição do presidente Arthur Bernardes. Por causa das críticas em seus jornais, a ação militar contra eles foi enérgica. Com o estado de sítio decretado no Estado, a censura foi imposta, os jornalistas presos e as publicações suspensas.

Na perseguição dos revoltosos em São Paulo, o coronel Alfredo Malan d’Angrogne encontrava-se no comando das forças legais. Ele mais tarde assumiria o comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso. Na ocupação de Bauru, já abandonada pelos revoltosos, ele recebeu o reforço do 18º BC e do 50º RC, retirado em seguida, pois essas tropas

¹² O município do Rio de Janeiro era o Distrito Federal, como sede do Governo Federal. Estava situado no Estado do Rio de Janeiro, com a capital no município de Niterói. Com a transferência da capital federal para Brasília, criou-se o Estado da Guanabara, no território do antigo Distrito Federal, sendo sua capital o próprio município do Rio de Janeiro. Em 1975, Guanabara e Rio de Janeiro se fundiram em um único estado, com a capital no município do Rio de Janeiro.

movimentaram-se em direção a Três Lagoas para conter o avanço dos rebeldes em direção às barrancas paulistas do rio Paraná.

Com o objetivo de impedir a travessia dos revolucionários pelo rio Paraná, o 11º RCI, em Ponta Porã, recebeu ordem em 6 de agosto de 1924 para evitar a fuga por Guaira, Porto Mendes e Porto Alica. Esses portos deveriam ser guarnecidos, inicialmente com pessoal militar disfarçado, funcionando como espiões. A ordem continha a determinação para solicitar da Empresa Mate Laranjeira os elementos necessários para a operação militar, conforme Costa (2013, p. 78). Para guarnecer o Porto 15 de novembro, foi destacado o coronel Germano Fetchner, com sessenta homens. O general Nepomuceno Costa citou nominalmente o tenente Heitor Mendes Gonçalves, agora um dos diretores da Empresa Mate Laranjeira, no telegrama datado de 8 de agosto de 1924, orientando ao comandante do 11º RCI que o “**tenente Heitor ofereceu-se** para providenciar aí tudo o que fosse necessário para defesa legalidade. Podeis lançar mão dos **recursos Mate Laranjeira**”. (COSTA, 2013, p. 84, grifo nosso).

As ordens e manobras do general Nepomuceno Costa não impediram os sucessos dos revolucionários em Porto Tibiriça, e eles conquistaram o acesso ao rio Paraná. A vanguarda, comandada pelo Capitão Gwyer, atingiu esse porto em 6 de agosto, conseguindo aprisionar, como já foi mencionado, os vapores fluviais Guairá, Paraná, Rio Pardo, Brilhante e Conde de Frontin. Em um deles estava um pequeno contingente legalista, feito prisioneiro, acompanhado do médico militar, capitão Claudiano Bezerra Campos.

O Exército Revolucionário paulista navegou nessas pequenas embarcações, conduzindo, em viagens sucessivas, cerca de quatro mil homens, com artilharia, cavalaria, munição e bagagens, segundo Lima (1979, p. 100). O deslocamento fluvial realizou-se de ilha a ilha, e muitas vezes a tropa desembarcava, combatendo nas margens do rio nos portos Jacaré, São João, São José, Dom Carlos e, finalmente, Guaira, no Estado do Paraná.

O naufrágio de uma embarcação causou a separação entre o grosso da tropa revolucionária e a artilharia. As forças governistas aproveitaram-se dessa fragilidade e reocuparam os portos de Jacaré e Dom Carlos (Anexo C). A posse destes portos foi disputada em dois combates considerados como “terríveis”, e os revolucionários alegaram vitória. (LIMA, 1979, p. 100)

O Porto Jacaré possuía importância, pois o local assegurava a navegação pelo rio Paraná. Possivelmente é o local denominado Porto Combate na Carta de Mato Grosso (Anexo C). Nesse ponto, o canal navegável do rio aproximava-se da margem mato-grossense, onde

existia uma linha de trincheira com as forças legais. O combate no Porto Jacaré resultou na exclusão do 7º Batalhão de Caçadores das forças revolucionárias, pela rendição às forças legalistas comandadas pelo major Antonio Gomes Ferreira. O boletim revolucionário nº 9, de 10 de outubro publicou a ordem da exclusão:

Exclusão: “Foi excluído da 3ª brigada do 7º batalhão de caçadores, localizado na Ilha da Figueira [visualizada no Anexo C]; por se haver entregue incondicionalmente, com oficialidade e praças, sem combate e nem motivo justificado, ao inimigo que ocupava as margens de Mato Grosso, em fins de setembro. Essa rendição deu-se enquanto o senhor capitão Manoel Alves Lyra e o tenente Luís Alves não iam comunicar-se com o comando da brigada em relação à existência do inimigo, bem como o 2º sargento Rafael Filipe, que em regressando à referida ilha, foi recebido à bala procedente desse local e das margens de Mato Grosso, ouvindo-se nessa ocasião, de um sargento ajudante dizer: ‘o bandido do nosso comandante se entregou ao inimigo’”. (CABANAS, 2014, p. 156-157).

O 7º Batalhão estacionou em uma ilha por causa do encalhamento do vapor *Conde de Frontin*, que os conduzia para Guairá. A rendição sem luta do 7º Batalhão de Caçadores desfalcou a revolução de 220 homens, incluindo dez oficiais, além de cinco metralhadoras pesadas, quatro fuzis metralhadoras, 256 carabinas Mauser e grande quantidade de munição. Além das perdas, a rendição abalou os revoltosos e trouxe ruinosas consequências, segundo Cabanas (2014, p. 155).

O major Antonio Gomes Ferreira, após um longo ataque aos refugiados na ilha, em 25 de setembro de 1924, enviou uma intimação ao major Arlindo d’Oliveira, comandante do 7º BC, empregando, para iludir o adversário sobre o real efetivo que o atacava, o ardid “de colocar na intimação as assinaturas de outros comandantes de forças legais, para dar aos revoltosos a impressão de serem muito numerosas as nossas forças, apesar desta, naquele porto, ser apenas no total de 180 homens”. (COSTA, 2013, p. 122).

A ocupação de Guairá pelos revolucionários ocorreu a 14 de setembro. Os revolucionários a tomaram de assalto “após ligeiro tiroteio, por uma patrulha da vanguarda, apenas armada de facas e revólveres, que ali chegou, numa pequena embarcação sob o comando do destemido capitão Garcia Feijó” (LIMA, 1979, p. 101). O capitão Dilermando Cândido de Assis¹³ comandava as tropas paranaenses, encarregadas da defesa de Guairá. Ocupada a vila, os revolucionários passaram a dominar a região que se estendia pelo Estado do Paraná, desde o rio Paraná, a oeste, até o serra do Medeiros, a leste; e do rio Piquiri, ao norte, ao rio Iguaçu, ao sul.

¹³ Dilermando Cândido de Assis, militar absolvido em júri pelo assassinato de Euclides da Cunha em 15 de agosto de 1909 e, posteriormente, também pelo assassinato de Euclides da Cunha Filho, sob o argumento de legítima defesa.

A ocupação de Guaíra (Anexo D) chegou ao conhecimento do general comandante da Circunscrição de Mato Grosso em 19 de setembro, por telegrama remetido pelo tenente Heitor Mendes Gonçalves, como afirma Costa (2013, p. 119).

O general Nepomuceno Costa passou o comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso ao coronel Alfredo Malan d'Angrogne, em 20 de outubro de 1924, considerando atingido o seu objetivo de evitar a invasão pelos revoltosos do Mato Grosso e impedido a desagregação do Estado, o que aconteceria com a proclamada criação da *Brasilândia*, com a capital em Campo Grande. (Costa, 2013, p. 140).

Na parte final do seu relatório, quando discorreu sobre o auxílio recebido do Estado de Mato Grosso, o general Nepomuceno Costa prestou agradecimentos e reconheceu o apoio da Companhia Mate Laranjeira e seu diretor, Heitor Mendes Gonçalves:

Foi igualmente muito apreciável o concurso que me prestou a Empresa mate laranjeira, especialmente o seu superintendente, Sr. primeiro-tenente Heitor Mendes Gonçalves, cujos esforços e precisas informações muito me auxiliaram na adoção das medidas necessárias à defesa do setor de Ponta Porã. (COSTA, 2013, p. 132).

O general Nepomuceno Costa mencionou a ajuda recebida da Companhia Mate Laranjeira no telegrama remetido ao presidente da República, quando comunicava ter concluído com êxito a sua missão em Mato Grosso, citando o recebimento pronto e eficaz do apoio da empresa, durante os três meses de campanha (COSTA, 2013, p. 136).

O presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa, em 25 de outubro de 1924, entrou em gozo de licença para tratamento de saúde, concedida pelo Poder Legislativo de Mato Grosso. Em consequência, o 1º vice-presidente do Estado, coronel Estevão Alves Corrêa assumiu a presidência em exercício.

5.2.1 A atuação do 66º Batalhão e a participação de Odilon de Queiroz

Odilon de Queiroz, o pernambucano que trabalhou como operário na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, combateu como soldado voluntário no 66º Batalhão de Caçadores. Efetivado no Exército, passou para a reserva no posto de capitão. Deixou um manuscrito sobre sua vida, editado por seus filhos. Eles doaram um exemplar digitalizado desse manuscrito para o Museu Marechal José Machado Lopes, localizado no 9º Batalhão de Engenharia de Combate, na cidade de Aquidauana – MS.

Do relato de Odilon de Queiroz, destaca-se sua atuação combatendo os revoltosos de 1924, de onde se extraíram para análise os fatos relacionados com a incorporação e treinamento dos voluntários, a alimentação das tropas legalistas e o combate do Porto Uerê. A obra contém muitos erros gramaticais, e optou-se por mantê-los nas transcrições, preservando a originalidade do texto.

Sobre a sua incorporação, Odilon de Queiroz relatou que desde 27 de junho de 1924 estava se recuperando de uma maleita¹⁴ no Hospital da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em Aquidauana. Nesse nosocômio conheceu um militar, também ali em tratamento, pertencente ao 6º Batalhão de Engenharia. Pela organização recente (19 de junho de 1924), a unidade militar não dispunha de recursos hospitalares. O militar perguntou sobre a sua situação militar e, ao constatar que Odilon de Queiroz seria insubmisso, pois estava com vinte e três anos e não havia se apresentado para o serviço militar, aconselhou-lhe que fizesse isso na primeira oportunidade.

Com a deflagração da Revolução de 9 de julho de 1924, segundo Odilon de Queiroz, a convocação de reservistas era ativa, séria, feita rapidamente, “a galope” e embrutecida às vezes. Em sua descrição, o sargento brigada do batalhão, com o nome de Francisco Felipe da Costa, possuía uma maneira peculiar de convocar os reservistas. Ele perguntava aos cidadãos a serem convocados, na base do grito:

Você aí!?... É você mesmo. Como é o seu nome? – olhando uma relação – Expedito Socorro Boaventura. É você mesmo “seu Expedito”, que procuramos. O senhor está aqui na relação como faltando o quartel e já passando a desertor, por ter sido convocado para defender a Pátria. Mas como você tem uma “cara” de bom rapaz, não vai acontecer nada com você. Vamos embora. (QUEIROZ, 2004, p. 95).

Para Queiroz (2004, p. 95), com esse procedimento, qualquer um era levado a servir ao Exército. Mesmo se respondesse por um nome errado, para esquivar-se do serviço militar, o nome “constava” na relação do sargento brigada. Segundo Queiroz (2004, p. 95), a relação “tinha o nome de todo mundo. Até de bicho”. E assim o quartel do 6º Batalhão de Engenharia encheu-se de voluntários, em poucos dias.

Odilon de Queiroz, seguindo os conselhos recebidos do militar hospitalizado, apresentou-se como voluntário no 6º Batalhão de Engenharia, na manhã de 25 de julho. Revela sua admiração com “tanto alvoroço, manobras e corre-corre de soldados armados de fuzis no pátio interno da unidade naqueles dias de revolução” (QUEIROZ, 2004, p. 97). Desejou sair marchando com os outros, mas, sem treinamento, a sua coordenação motora não

¹⁴ Malária, sobretudo o tipo febril e intermitente (BUENO, 1986, p. 686).

permitiu. À noite, ficou orgulhoso e sentiu-se confiante em uma nova vida, ao ouvir chamarem seu nome por ocasião da revista de recolher. Em sua vontade de ser militar e entrar de imediato na escala de serviço para sentinela, comprou peças de um uniforme já usado, de outro voluntário.

Em 29 de julho de 1924, foi incluído no 66º Batalhão Provisório, no efetivo inicial em Aquidauana, sob o comando do coronel Germano Fetchner. E, no mesmo dia, embarcava para Campo Grande, local de organização do 66º, com cento e vinte homens, divididos em quatro pelotões. Como o general Nepomuceno Costa utilizou a denominação de Batalhão de Caçadores para o 66º, emprega-se nesta tese este nome, apesar de Odilon de Queiroz chamá-lo de Batalhão Provisório. Apenas em Campo Grande recebeu fardamento e equipamento militar, na seguinte situação:

Um cáqui amarelo danado de ruim. Manchava-se todo ao suor. Por não haver perneira, (sem dúvida para os pátria-amada), nos deram “polaina branca”. De campanha, só recebemos bernal ordinário e cantil já usados. Armamento, apenas fuzis velhos, modelo 1898 e munição, que depois vimos como negava fogo. (QUEIROZ, 2004, p. 97).

O 66º Batalhão de Caçadores não contava em seu efetivo com militares da ativa. O sargento Evaristo Sudário da Silva foi comissionado como segundo-tenente para instruir os voluntários incorporados, chamados pejorativamente de “pátria-amada” ou “macega”, conforme narra Odilon de Queiroz (QUEIROZ, 2004, p. 97). O cidadão Pedro Carretoni, de Aquidauana, estava comissionado no posto de segundo-tenente.

No dia 30 de julho de 1924, cinco dias após a sua apresentação em Aquidauana, o batalhão embarcou, às carreiras, ao final da tarde, em um trem especial, com destino a Três Lagoas. Possivelmente, como era a primeira tropa a partir para a linha de frente, houve despedidas com banda de música, e Odilon de Queiroz contou que “não me cabia em mim de emocionado, radiante, com essas canções marciais, e de peito arfante e olhar sobranceiro, sentia-me um verdadeiro herói” (QUEIROZ, 2004, p. 97).

Percebe-se, nesse depoimento, o voluntariado forçado para o serviço militar, a ausência do preparo militar para as lutas que seriam travadas, e a precariedade do equipamento recebido por aqueles jovens, encaminhados orgulhosos para um período de sacrifício.

Odilon de Queiroz testemunhou dois eventos de importância militar, ocorridos nas margens do rio Pardo, curso d’água mato-grossenses e afluente do rio Paraná: o abandono do Porto XV pelas tropas sob o comando do coronel Germano Fetchner e o combate do Porto Uerê.

O 66º Batalhão de Caçadores, depois de chegar a Três Lagoas em trem especial, seguiu para o porto Jupia, no rio Paraná. Prosseguiu, no vapor Visconde de Frontin, com sessenta homens embarcados, para Porto XV (Anexo C), próximo à foz do rio Pardo no rio Paraná, no vértice formado pelas margens direita dos dois rios, com a missão de impedir a navegação rebelde pelo rio Paraná, no trecho entre a foz do rio Pardo e Três Lagoas. Na margem paulista situa-se Porto Epitácio, alcançado pelas forças revolucionárias pela estrada de ferro Sorocabana. Esse local é mais alto, uma posição mais elevada que o Porto XV de novembro, na margem oposta, facilitando o ataque com metralhadoras e artilharia.

Os revolucionários denominaram Porto Epitácio de *Porto Joaquim Távora*, homenageando “o propagandista tenaz da Revolução e seu mais ardente organizador” (LIMA, p. 62). A revolução, pretendendo-se vitoriosa, rebatizava os lugares com nomes de seus heróis revolucionários. A Ilha Independência, no rio Paraná, denominaram *Xavier de Brito*, “grande vulto da revolução de 1922” (CABANAS, 2014, p. 144).

O coronel Paulo José de Oliveira, apontado como um dos líderes do movimento tenentista do *Segundo 5 de julho*, por ter auxiliado na organização da conspiração ao lado do coronel Isidoro Dias Lopes (Noronha, 1925, p. 109), ainda como major agiu como colíder na revolta conduzida pelo capitão Antonio Netto de Azambuja, do 17º RC, no ano de 1912 em Ponta Porã e Bela Vista. Em 1924, seu passado revolucionário é reconhecido:

Na ilha [Xavier de Brito], desligado da revolução, porém acompanhando a tropa, encontrei o general Paulo de Oliveira, velho militar e valente oficial que há trinta anos luta tenazmente pela regeneração do Brasil, quer com a sua palavra, quer com **a sua ação dentro das revoluções**. Sempre me causou bastante simpatia a tèmpera do velho general, que pela sua idade já merecia digno repouso. Os princípios e as convicções, porém, desse honrado republicano, lhe emprestavam forças para a luta; energias que podiam servir de exemplo a muito jovens. Não me esqueci e nem me esquecerei nunca do gesto nobre e tão enérgico, que teve dentro do quartel do 1º batalhão da Força Pública, em São Paulo, nos dias ltuosos do bombardeio. Diversas granadas explodiram no pátio daquele quartel, apavorando os que ali se achavam. **O general Paulo de Oliveira, no meio do pátio, quepe na mão, grita bem alto: Viva a Revolução!...** Afrontando calmamente o perigo e animando a soldadesca, com esse exemplo conseguiu dominar o pânico. (CABANAS, 2014, p. 146, grifo nosso).

Queiroz (2004, p. 99) relatou que o coronel Germano Fechner recebeu uma mensagem de ultimato, com poucas horas de prazo para a rendição, trazida por dois emissários remetidos de Porto Epitácio pelo comandante da vanguarda revolucionária, capitão Asdrúbal de Azevedo. O comandante do 66º BC, ao avaliar a situação em que se encontrava, sem meios de transporte, isolado, preferiu não lutar naquele local, “porque seria um fatídico batismo de fogo

comparado a um suicídio a enlutar desgraçadamente, família de um povo heroico. Prendeu, então, os dois mensageiros, os quais marcharam conosco a pé”. (QUEIROZ, 2004, p. 99).

Não houve combate para a defesa de Porto XV. Ordenou-se a inutilização dos gêneros e da munição. Nessa ocasião, lançaram-se ao rio, conforme relacionou Queiroz (2004, p. 99): sacos de açúcar, de arroz, de feijão, café, banha, manteiga, sal, só escapando as panelas, levadas pelos soldados. Em seguida, a tropa legal retirou-se para o Porto Uerê, nome utilizado pelo general Nepomuceno Costa, e citado por Queiroz como “Porto Erê”, situado na margem direita do rio Pardo, cerca de cinquenta quilômetros a montante do Porto XV, percorridos em marcha forçada, sem parada durante a noite, e alcançado na manhã de 5 de agosto de 1924. O córrego Uerê e o seu porto são mostrados no Anexo C.

Em 6 de agosto de 1924, Odilon de Queiroz atravessou para a margem esquerda do rio Pardo, com a intenção de obter alimentos na sede da fazenda, onde avistara dois caseiros. Ao conversar com um caseiro, ouviu quando o outro chegou e avisou da aproximação de uma lancha. Sentindo-se ameaçado de morte, aplicou os conhecimentos militares:

Corri em zigue-zague, com medo de receber um tiro pelas costas. Não cheguei correr 200 m, o tiroteio lá no rio começou. Balas passavam sibilando por cima da minha cabeça. Passei a correr agachado, e quanto mais me aproximava do rio, mais em perigo ia ficando, tal a quantidade sem conta de projetis que passavam zunindo. Só quando o combate amainou, pude chegar à beira do rio. Vi logo a canoa do outro lado atracada. Onde estava o meu pessoal acampado, não se via ninguém. Era um silêncio tão profundo após o medonho tiroteio, que fazia medo. Só se ouvia o sussurro de agitadas águas que, em tal quietude brusca, se multiplicara. (QUEIROZ, 2004, p. 102).

Como permaneceu escondido por um bom tempo, acabou perdendo o contato com seu batalhão. Aconselhado por um boiadeiro, encontrado perto do local do combate, resolveu seguir em direção a Campo Grande, por uma estrada boiadeira. No caminho encontrou outros dois companheiros, também afastados do batalhão no momento do combate, e seguiram juntos.

Depois de quase um mês separado do seu batalhão, ao reencontrá-los, ainda em Porto Uerê, recebeu uma descrição do ocorrido no combate. Segundo a sua narração, o início do combate deu-se com uma troca de tiros entre dois tenentes, que ali faleceram, junto com muitos combatentes:

O meu pessoal estava a 1 km e pouco do Pôrto Erê, à margem esquerda; que o Ten. Evaristo ao dar ordens de revólver em punho ao comandante da lancha, que também era tenente, para render-se, tombou morto com um tiro fulminante que lhe dera aquele oficial que se encontrava de pé na proa do navio. Esta foi a lamentável perda que tivemos. O inimigo, porém, sofreu grande revés. Além do seu comandante, aquele tenente que também caíra

morto, o número de soldados que perderam a vida, atingiu a duas dezenas e pouco, e de feridos, também foi numerosos. (QUEIROZ, 2004, p. 109).

A lancha utilizada pelos revolucionários recebeu uma emboscada pela tropa comandada pelo tenente Evaristo. O oficial aproveitou uma curva do rio com barranco alto e a margem coberta por capim alto, para estender duas linhas de atiradores. O inimigo embarcado espreitava para encontrá-los na margem oposta, onde ficava a sede da fazenda. A lancha era seguida por uma tropa de cavalaria para fazer o cerco, mas ficou distante e não participou do combate.

Odilon de Queiroz relatou que seu comandante ficou muito satisfeito por revê-lo, quando do reencontro em Porto Uerê. O general Nepomuceno Costa cumprimentou o coronel Germano Fechner, pelo resultado do combate, a primeira derrota dos revoltosos em território de Mato Grosso. Em um telegrama, apresentou “ao ilustre coronel os meus cumprimentos por ter sido a sua tropa a primeira a entrar em contato com o inimigo. Envio calorosos aplausos ao nosso soldado ferido. Saudações”. (COSTA, 2013, p. 90). Um jornal campo-grandense publicou a notícia sobre o combate do Porto Uerê, transmitida por um correspondente junto às forças em operações:

Antes de render-se ou aderir aos rebeldes, o bravo legalista com seu pugilo de intrépidos soldados esperou o cerco de metralhadoras e o bombardeio dos canhões, ameaça estulta, batendo e pondo no fundo do rio Paraná, já cadáveres, cerca de cem homens. Página épica da história que lembra os feitos arrojados e a coragem gloriosa dos defensores da pátria, esse primeiro combate traduz bem o valor, a bravura e a sublime resistência do soldado brasileiro, que não se deixa atemorizar ante as ameaças mais tremendas. (apud COSTA, 2013, p. 94).

Para a Coluna Revolucionária, os legalistas obtivera uma vitória parcial, pois dominaram Porto XV, com o recuo das tropas legais para o interior, obtendo condições de navegação pelo rio Paraná. O comandante da circunscrição militar relevou a perda do Porto XV, ao elogiar o coronel Germano Fechner “um valoroso caudilho [...] valente, de que deu provas em combate com os revoltosos” (COSTA, 2013, p. 89). Ocupada uma posição defensiva em Porto Uerê, ficava dificultado o avanço dos revolucionários para o interior do Mato Grosso por aquele setor.

A respeito da alimentação, Odilon de Queiroz relatou que, além do frio rigoroso da época em que esteve nas forças legais, por diversas vezes passou fome e sede. O serviço de reabastecimento foi reconhecido pelo comandante da circunscrição como muito deficiente, por causa das falta de meios de transportes que atingissem os locais afastados da linha ferroviária e por falta de oficiais que conhecessem o assunto (COSTA, 2013, p. 138).

O seu batalhão, ao ser deslocado para a linha de frente, conduzia mantimentos. Mas eles foram jogados ao rio, quando precisaram recuar do Porto XV, após receberem dos revolucionários um ultimato para a rendição. Com a saída inesperada, consumiram charque, até crua, o que causou uma sede desesperada quando se deslocaram para Porto Uerê, transitando por um itinerário desprovido de fontes de água.

Sem estoques de gêneros, a alimentação provinha das fazendas encontradas na marcha, comprada ou requisitada. Abatia-se o gado bovino a tiros, compravam-se ovos, queijos, leite, rapadura ou qualquer outro alimento, quando encontrados. Em diversas oportunidades, quando em marcha afastado da sua unidade, Odilon de Queiroz relatou o recebimento de alimentos das famílias de moradores de sítios. Em 7 de agosto de 1924, tomou pela manhã “um bom café com leite e bolinhos feitos na hora de farinha de milho”. Com uma família paraguaia, bem acolhido, tomou mate-chimarrão, churrasqueou à vontade, com farinha e mandioca, e ainda chuparam laranjas e lima muito doces, colhidas em um pequeno pomar. Alimentação com fartura encontrou na fazenda do Sr. Fortunato, na região de Cabeceira Limpa, onde permaneceu por três dias. Ali, para fazer a comida, era só “pegar galinha gorda, o que tinha bastante, e fazê-la com arroz. Leite, tomávamos a vontade”. Conseguiu também leite tirado no curral, rapadura, e abrigo em “fofos colchões de palha de milho, cobertos com mantas grossas feitas de lã de carneiro em teares primitivos”. (QUEIROZ, 2004, p. 106). A erva-mate para o chimarrão era abundante, e quando reencontrou o seu batalhão, seus companheiros o abraçavam, ouviam suas estórias e “todos faziam questão que eu tomasse mate chimarrão com eles, única coisa que tinham para oferecer-me”. (QUEIROZ, 2004, p. 110).

Os deslocamentos eram feitos a pé. Odilon de Queiroz, afirmou que o comandante, e alguns outros iam a cavalo, enquanto o material de cozinha e munição transportavam-se em uma carreta tracionada a bois e requisitada, assim como os cavalos. Os abrigos proporcionados por barracas de campanha também eram apenas para o comandante. O restante dos homens improvisava ranchos “beira-chão, cobertos e revestidos de capim sapé” (QUEIROZ, 2004, p. 110). Reintegrado ao seu batalhão, em um acampamento batizado de “Porto do Biguá”, a situação da alimentação inadequada persistia:

Não havia (rancho-cozinha), nem gêneros e nem nada. O fornecimento que tínhamos, era somente de carne verde de gado abatia-se pelos campos; sal era racionado, e erva-mate havia de sobra. Por esta razão, formou-se pequenos núcleos de companheiros, de três a cinco em média. De cada pequeno grupo desses, saía elementos em busca de qualquer coisa à distância, às vezes de uma légua mais ou menos, e trazia o que encontravam:

cana, mandioca, abóbora, tangerina, batata-doce, mamão, laranja e tudo em fim, que servisse de alimentação. Um dia, arrancando a mandioca a sabre numa roça abandonada, encontramos uma batata idêntica a cará. Depois de cozinhada, fomos comê-la e com bom apetite. Felizmente, provamos-a com certo cuidado. O pouquinho que engolimos, apertou tanto a nossa garganta e o estômago a sufocar-nos. Que medo terrível passamos! Doía demais. Era forte veneno. Porém, tomamos logo um chá bastante forte de folhas não sei de quê, que o Emiliano fêz, a dor foi se apacando e com espaço de 1h não sentíamos nada. (QUEIROZ, 2004, p. 111).

As pequenas roças, possivelmente para o sustento dos moradores, eram rapidamente devoradas pelas tropas em campanha. Em outra incursão, em busca de alimentos, o grupo de Odilon de Queiroz obteve sucesso. Obteve mandioca e com ela preparou farinha com seus companheiros do “rancho”:

Um certo dia, eu e Conceição fomos a sede da fazenda Erê, e num mandiocai já arrancado e revirado a sabre, conseguimos arrancar ainda um pedaço de mandioca que ficara das arrancações anteriores, procedidas por outros, enchemos quase um saco de estôpa. Amarramos o bicho num pau, e carregamos nos ombros porque estava pesado. Atravessamos o rio Pardo na pequena canoa. Chegamos no acampamento distante da fazenda Erê 4km. cansados com êste bruto fardo. Fizemos um ralo de uma tampa de lata de gasolina furada a prego. Passamos a ralar mandioca com as mãos. Os nossos dedos logo ficaram feridos. Numa lata de gasolina vazia cortada pelo meio, torrâmos a massa ralada que consideramos farinha. Levamos dois dias nessa ocupação. A farinha era grossa e não poderia ser boa secada a poder de fogo. Mas, ali, nas condições em que se encontrávamos, foi prá lá de ótima. Deu mais de 8 litros. Era uma relíquia, que oficiais chegaram a pedir um pouquinho. (QUEIROZ, 2004, p. 111).

Odilon de Queiroz não menciona ter atirado com sua arma com a intenção de acertar adversários, nos dias em que esteve combatendo os revoltosos nas linhas avançadas. Da participação como soldado de infantaria, mencionou o trabalho de escavação de trincheiras, “fizemos trincheiras individuais com a ferramenta de sapa que cada soldado infante carrega” (QUEIROZ, 2004, p. 108), os longos percursos feitos a pé, “Fomos a pé. Para infantes, 22 léguas [cerca de 130 quilômetros] não é nada” (QUEIROZ, 2004, p. 107). No Anexo F, visualiza-se a região percorrida a pé, por Odilon de Queiroz, desde o Porto XV até Entre Rios.

As longas marchas a pé deixavam as pernas em chagas com feridas e causavam ferimentos e enchiam os pés de “bicho-de-pé”, retirados quase todos os dias “em bandos”. Pelo aspecto deplorável, parecendo um mendigo, estando muito sujo e com os pés cheios de bicho e as canelas feridas, Odilon de Queiroz evitou aproximar-se de uma fazenda, para não constranger os moradores.

Ao receber o pagamento, em Entre Rios, comprou cachaça a um preço considerado absurdo e, também, dúzias de foguetes de tiro, e saiu pelas ruas, com seus companheiros,

“num carnaval danado a dar vivas sem contas ao Cel. Germano Fetchner, ao Cel. Péricles, vivas ao Exército Brasileiro, ao presidente da República, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Brasil, soltando foguetes num pipocar tremendo em pleno dia da semana”. As agruras estavam esquecidas, nesses momentos de alegria, compartilhados com soldados de outras Unidades. Misturados, “fizeram uma passeata do cão, de mais de cem homens”. (QUEIROZ, 2004, p. 114).

Em Entre Rios (atual Rio Brillhante – MS), após tantas comemorações, souberam da ordem de prosseguirem para Campo Grande, distante 32 léguas, e de lá para Aquidauana, após entregarem o armamento velho, pois receberiam novos fuzis. Enquanto o comandante seguiu de automóvel, os soldados marcharam a pé, percorrendo a distância em cinco dias. Chegaram a Campo Grande em 28 de outubro de 1924 e no dia seguinte, 29 de outubro, a Aquidauana. Dos 128 voluntários do 66º Batalhão de Caçadores saídos a 29 de julho, após três meses de afastamento, cerca de cinquenta *pátria-amadas*, os soldados mobilizados, regressaram para a cidade do recrutamento. Nesse dia, para a recepção aos seus soldados, houve festejos:

A cidade estava em festa. Era uma alegria sem conta, do povo. Uma banda de música foi a estação, era gente demais que nos esperava. Foguetes espocavam na estação, e quase me matam de abraços. Assim aconteceu com todos os companheiros que tinham à estação seus familiares e amigos esperando-os (QUEIROZ, 2004, p. 117).

Odilon de Queiroz revela que o seu espírito de sobrevivência prevaleceu sobre o dever de soldado, e provocou pequeno descontrole intestinal, quando ao afastar-se a caminhar do Porto Uerê, com dois outros companheiros:

Um tiroteio danado rompeu no Porto Uerê. Aí, metemos o pé da verdade, troteando e ouvindo o troar forte de cerrada fuzilaria. Na coragem em que íamos ouvindo tal bombardeio que falava rasgado ali perto, um companheiro soltou uns traques frouxos atrás de mim, quando tentava passar na minha frente. Porém eu fiquei pensando: “Será que teria sido eu?... (QUEIROZ, 2004, p. 104).

Odilon de Queiroz registrou o abandono dos prisioneiros capturados no combate do Porto Jacaré, que estavam doentes e não podiam acompanhar o as tropas legais na retirada do porto em direção a Entre Rios. O coronel Péricles determinou o abandono do Porto, e Odilon de Queiroz narrou o seu sentimento, e reconheceu não existir melhor alternativa ao seu comandante:

Para mim, repito, foi um triste abandono! Uma calamidade! Uma crueldade! Uma grande falta de humanidade, **ficarem ali abandonados**. É certo que

não havia outro jeito, por não poderem andar. Eu vi alguns chorarem, inclusive um dos que foram obrigados a ficarem ali tomando conta dos gravemente enfermos. Não bastavam os exíguos ou nenhum recurso de uma estúpida e embrutecida campanha daqueles tempos, a sofrerem todos os brasileiros, sem exceção, lutando, na expectativa de um Brasil melhor? Mais humano? (QUEIROZ, 2004, p. 112, grifo nosso).

Apresentou, também, sua opinião sobre a campanha bélica em que se viu envolvido. Ao contrário dos pensamentos iniciais, ao ser incorporado ao 66º Batalhão de Caçadores em Aquidauana, questionou a necessidade das lutas, se todos buscavam os mesmos ideais, a melhora das condições de vida dos brasileiros.

Mas, ao concluir sua opinião e registrar a crença de que “de certo, sem dúvida, lhes chegara depois, incontinenti, o devido recurso para se salvarem, **e eu estou falando demais...!**” (QUEIROZ, 2004, p. 112, grifo nosso), mostra uma interrupção em sua narrativa, não a completando, deixando de mencionar algo, e reconhecendo a possibilidade de falar algo danoso aos outros companheiros de lutas.

Verifica-se, assim, para a história da vida de Odilon de Queiroz, uma aplicação dos conceitos de Pollak (1989) sobre a memória, pelos quais as lembranças traumatizantes de sobreviventes esperam o momento propício para serem expressas. Odilon de Queiroz, ao interromper a narração sobre o abandono dos feridos, se impôs o silêncio, evitando mal-entendidos ou o ressurgimento de questões propensas ao esquecimento.

5.2.2 A participação dos índios nas tropas legalistas do SMT em 1924

O recrutamento de indígenas, para combater os revoltosos de 1924, não aparece explicitamente no relatório do comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso. Existem, no entanto, indícios que permitem afirmar positivamente sobre a participação dos indígenas nos batalhões patrióticos, uma atuação ainda aparentemente desconhecida.

Em telegramas expedidos quando estava em Ponta Porã, há a ordem para a convocação de reservistas e voluntários de vários municípios, inclusive daqueles onde existiam indígenas, como Aquidauana, Miranda, Nioaque, Porto Murtinho e Ponta Porã. Como citado anteriormente, convocaram-se até mesmo os oficiais da Comissão Rondon, prestando serviços no estado. O ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, aprovou as ações de convocação para aumentar o efetivo da Circunscrição. (COSTA, 2013, p. 40).

Após a conclusão dos trabalhos da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso a Goiás, o ainda major Cândido Mariano da Silva Rondon passou a chefiar a

Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, criada pela Portaria datada de 4 de março de 1907 e assinada pelo ministro da Viação, Indústria e Obras Públicas. O nome “Comissão Rondon” designa, de maneira genérica, todos os trabalhos realizados por Rondon ao longo de sua carreira militar, no interior do país, no período de 1889 a 1939. Os índios trabalharam na construção das Linhas, contribuindo para o sucesso alcançado. Rondon assim se refere à contribuição dos índios:

E, agora, o meu depoimento: Que precioso concurso foi o deles, nos transe mais difíceis! Na construção da linha telegráfica, através dos campos, pantanais, serranias e florestas mato-grossenses; nos reconhecimentos em nossas linhas; [...] Dando-nos guias experimentados. Fornecendo-nos frutos e produtos diversos de suas roças e do seu fabrico. (VIVEIROS, 2010, p. 324).

Em 1925, a Comissão Rondon divulgou no Rio de Janeiro a inauguração e entrega ao tráfego de uma ponte construída sobre o rio Laranja Doce, atualmente na região de Dourados - MS, pela Comissão de Linhas Telegráficas em Mato Grosso (*O Jornal* - RJ, nº 1908, 11 mar. 1925, p. 1). A inauguração aconteceu no dia 10 de fevereiro de 1925. Houve uma demora na construção, pois só ao final de 1924, depois de mais de um ano do tráfego regular na linha telegráfica de Campo Grande a Ponta Porã foram obtidos os recursos necessários para terminar os serviços de pontes, estradas e aterros que permitiam o trânsito e percurso em todo o comprimento da linha, para fiscalização e conservação do trecho, numa extensão de 300 quilômetros.

A Comissão Rondon justificou o atraso na construção da ponte, pela necessidade da remoção de sérias dificuldades criadas pela situação anormal do Estado. Conforme a notícia, (*O Jornal* - RJ, nº 1908, 11 mar. 1925, p. 1), a linha telegráfica foi construída exclusivamente pelos índios Terena e, como esses se achavam ao serviço da legalidade, incorporados aos batalhões patrióticos organizados pelo general Nepomuceno Costa, os serviços de construção da ponte progrediam lentamente. Após o restabelecimento da ordem em Mato Grosso, na perspectiva do general Nepomuceno Costa, determinou-se, em outubro de 1924, a desmobilização dos batalhões provisórios, dispensando os reservistas e voluntários. Então, os Terena puderam novamente prestar seus serviços à Comissão, concluindo a ponte.

Como resultado dos trabalhos de construção de linhas telegráficas, os Kaiowa recordam de Rondon como um grande benfeitor, “como alguém que, em pleno avanço do Estado sobre as fronteiras indígenas, pensou na população Kaiowa e agiu em favor dela, deixando para essa população que vivia na região do Panambi e Panambizinho terra suficiente para viver conforme sua cultura.” (CHAMORRO, 2015, p. 114). O trabalho ficou marcado na história e memória Kaiowá, como ilustra o depoimento do indígena Vieta:

Meu vovô, vovô tudo ganhou essa terra, porque ajudou Mariano Cândido, Mariano Cândido Rondon. Nesse caminho [BR 163], até o [rio] Dourados, arrancaram toco, carpiram, para puxar o telégrafo. Muito Kaiowa ajudou! Quando acabou esse serviço, Mariano Cândido Rondon foi embora. Ele foi puxar o telégrafo até Ponta Porã, até o Paraguai! Eu sei, eu sei tudo, porque meu avô ajudou, meu pai o ajudou! (CHAMORRO, 2015, p. 115).

Outras evidências da participação dos índios Terena nos batalhões patrióticos estão no depoimento de Odilon de Queiroz. Ele menciona em sua obra que em Aquidauana, para a formação dos batalhões, “fazia-se convocação de voluntários na **marra lá pelas aldeias dos índios** e, assim, por toda a parte” (QUEIROZ, 2004, p. 95, grifo nosso). Em outro trecho, afirma que, com o método de convocação usado pelo sargento brigada, “o quartel de Aquidauana **ficou cheio de bugres**¹⁵ e de tudo que era gente em poucos dias”. Revelou que encontrou o alojamento, onde deveria dormir, “cheio de bugre, sentados a conversarem na sua linguagem.” (QUEIROZ, 2004, p. 97).

O major Bertholdo Klinger forneceu outro indício do recrutamento de indígenas para a organização dos batalhões provisórios. Ao assumir o comando do Destacamento Sul de Mato Grosso, conforme relatou em seu vocabulário particular, ele encontrou “a farandula [bando de maltrapilhos] de 44 voluntários do ‘coronel’ Clemente Barboza”, procedente de Bela Vista, sede do 10º RCI, com paraguaios entre eles, que apenas entendiam o idioma guarani. (Klinger, 1958, p 228). O período do major Bertholdo Klinger, à frente do Destacamento Sul, enfrentado a Coluna Miguel Costa – Prestes, encontra-se no próximo capítulo.

Estão registrados, nessas informações, a participação dos índios Terena e Kaiowá na construção de pontes e estradas, no lançamento das linhas telegráficas e combatendo tropas revolucionárias, incorporados nos batalhões provisórios. Por essas informações, podemos concluir que uma parte dos indígenas do sul do Mato Grosso lutaram ao lado do governo, nos batalhões patrióticos, contra os revolucionários do *Segundo 5 de Julho*.

¹⁵ Bugre, apesar de considerado atualmente como pejorativo, utilizava-se como sinônimo de índio.

6 COLUNA MIGUEL COSTA-PRESTES: ENCONTROS E COMBATES PELOS CAMINHOS DA ERVA-MATE

A segunda fase dos acontecimentos do *Segundo 5 de julho* na região sul do Antigo Mato Grosso, de acordo com o considerado nesta tese, envolve o período do comando do general Malan na Circunscrição Militar de Mato Grosso, iniciado em outubro de 1924 e encerrado em julho de 1926, e abrange a passagem da Coluna Miguel Costa – Prestes no SMT.

Durante o período, ocorreram os combates aos revoltosos, a desmobilização dos convocados, o comissionamento em graduações superiores dos militares legalistas e a presença militar em Ponta Porã.

No campo político, três presidentes governaram o Estado de Mato Grosso no período de 1924 a 1926. Pedro Celestino interrompeu seu mandato de presidente mato-grossense por motivos de saúde, entrando em licença, e Estevão Alves Corrêa, 1º vice-presidente, completou o mandato (1924-1925), sendo sucedido por Mário Corrêa da Costa, cuja eleição ocorreu com a suspensão temporária do estado de sítio.

Os revoltosos da Coluna Miguel Costa - Prestes adentraram com a vanguarda no SMT em abril de 1925 e dele saíram no final do mês seguinte, para o Estado de Goiás. Marcando o percurso na porção sul de Mato Grosso, ocorreram os combates de Panchita, Panduí, a ocupação de Ponta Porã, o abastecimento na fazenda Campanário, o combate da Cachoeira do Apa, e os ataques dos potreadores aos fazendeiros da região de Dourados e Maracaju.

Para combatê-los, o comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso reorganizou as tropas, criando em novembro o Destacamento Sul para vigiar a fronteira de Ponta Porã, sob o comando do coronel Péricles de Albuquerque.

Neste capítulo, analisaram-se as ações ocorridas no sul do Estado de Mato Grosso, durante a passagem da Coluna Miguel Costa – Prestes. Nele constam os acontecimentos transcorridos durante a passagem dos revoltosos na região, fatos desconhecidos ou pouco valorizados na historiografia nacional. A análise mostra uma percepção da população da porção sul do Estado de Mato Grosso sobre a coluna Miguel Costa – Prestes. E, encontram-se as evidências do envolvimento da Empresa Mate Laranjeira nas operações bélicas, por intermédio de seu diretor, Heitor Mendes Gonçalves.

As perguntas norteadoras da redação deste capítulo são: Como participaram os membros da família Mendes Gonçalves? Os revoltosos foram adversários ou receberam o

apoio da empresa? Houve combates para a ocupação de Campanário? Onde estavam os regimentos de patriotas formados pela empresa, que não impediram a ocupação e as “requisições” ao armazém? O tenente Heitor Mendes Gonçalves estava em Campanário na ocasião? O que ocorreu em Ponta Porã no ano de 1924, com a passagem dos revolucionários?

6.1 A marcha da Coluna no SMT, do rio Iguatemi ao combate de Cabeceira do Apa

Segundo Lima (1979), no acantonamento de Santa Helena (Anexo D), em 14 de abril de 1925, publicou-se o boletim nº 1 da 1ª Divisão Revolucionária, divulgando a reorganização das forças revoltosas, conforme mostrado no Quadro 19. Nesse boletim, passou a ser adotada a publicação da promoção de oficiais e sargentos por serviços prestados à Revolução. Por causa dessas promoções, existem diferenças entre os postos nos quais os revolucionários são mencionados nas fontes pesquisadas. Os boletins revolucionários também divulgaram as exclusões por deserção, como as de Filinto Müller e João Cabanas, publicadas respectivamente nos boletins nº 5, de 19 de abril de 1925, e nº 8, de 27 de abril de 1925.

Em Foz do Iguaçu, segundo Távora (1974, p. 176), no dia 15 de abril de 1925, houve um encontro do Alto Comando Revolucionário, onde os participantes de maior projeção foram: general Isidoro Dias Lopes; capitão Luís Carlos Prestes, que conduzia suas forças rebeldes depois das lutas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e sudoeste do Paraná; e, Miguel Alberto Crispim da Costa Rodrigues (major e fiscal do Regimento de Cavalaria da Força Pública de São Paulo, antes da revolta), comandante dos remanescentes das forças paulistas. Na reunião, os chefes concordaram com o prosseguimento das operações pelo Sul de Mato Grosso.

Com a nova reorganização, a Divisão Revolucionária estaria sob o comando unificado do general Miguel Costa e, dividida no grupamento das forças paulistas, chamado de *Brigada Paulista*, sob o comando do tenente-coronel Juarez Távora e os provenientes do Rio Grande do Sul, comandados pelo coronel Luís Carlos Prestes, constituindo a *Brigada Rio Grande*. Surgia, a partir dessa reunião, a *Coluna Miguel Costa – Prestes*, embora muitos a designem apenas como *Coluna Prestes*. O general Isidoro emigrou para a Argentina, onde exerceria o cargo de Chefe Supremo da Revolução e poderia coordenar os esforços dos elementos revolucionários exilados. (LIMA, 1979, p. 115).

A Brigada Rio Grande dispunha de uma maior mobilidade, proporcionada pelos cavalos dos dois regimentos de cavalaria, e um esquadrão de cavalaria independente (ECI), enquanto a Brigada São Paulo era em sua maioria formada por tropas de infantaria, a pé,

possuindo uma fração de artilharia, com três canhões, e o esquadrão de cavalaria independente. Segundo Lima (1979, p. 125), a Divisão Revolucionária contava de mil e quatrocentos a mil a quinhentos homens, sendo oitocentos da brigada Rio Grande e a outra parte da brigada São Paulo, e em cada corpo estavam cerca de duzentos e cinquenta homens, nos esquadrões de cavalaria existiam cinquenta cavaleiros, enquanto oitenta homens guarneciam a artilharia, formada por dois canhões de campanha e um de montanha, e outros cinquenta a sessenta homens executavam serviços auxiliares.

Quadro 19 - Organização da Divisão Revolucionária para a entrada em Mato Grosso

Comando da Divisão	Comandante e Estado-Maior	General de Brigada Miguel Costa; Estado-Maior: major Coriolano de Almeida Junior*, capitães Djalma Soares Dutra, Lourenço Moreira Lima ¹ , e Alberto Costa. Havia dois tenentes ajudantes de ordens e um de piquete do QG.
	Chefe do Corpo de Saúde	1º tenente Dr. José Athayde da Silva
	Encarregado do material bélico	Tenente Raff*
Brigada “Rio Grande”	Comandante e Estado-Maior	Coronel Luiz Carlos Prestes; Estado-Maior: major Paulo Kruger, capitão Italo Landucci e 1º tenentes Sady Valle Machado e Nicacio Costa (ajudantes de ordens)
	1º BFv	Tenente-coronel Oswaldo Cordeiro de Farias
	2º RC	Tenente-coronel João Alberto Lins de Barros
	3º RC	Tenente-coronel Antonio de Siqueira Campos
	1º ECI	Major Ary Salgado Freire
Brigada “São Paulo”	Comandante e Estado-Maior	Tenente-coronel Juarez Fernandes Távora; EM: major Aldo Mario Geri e tenentes Mario e Morgado (ajudantes de ordens)
	1º BC	
	2º BC	Major Manoel Alves Lyra
	3º BC	Major Virgílio Ribeiro dos Santos
	Batalhão de Artilharia	Capitão Henrique Ricardo Hall**
	2º ECI	Capitão Jorge Danton

*Abandonaram a Coluna em Ponta Porã, o tenente Raff também é chamado de Ralph. ** Seguiu para Paraguai por motivo de saúde, após o abandono dos canhões na Fazenda Jacareí.

Fonte: Lima (1979, p. 124-125, 541-542) e Prestes (1991, p. 423-424)

Em consequência da pressão exercida pelas tropas governistas, em 25 de abril os comandantes revolucionários decidiram transpor o rio Paraná, embarcando nos Portos Mendes e Artaza (dois quilômetros a jusante do Porto Mendes), para desembarcar em território paraguaio e prosseguir, o mais rápido possível, para retornar ao território brasileiro e reiniciar

¹ Lima (1979, p. 125-130) narra a travessia do rio Paraná e transcreve o boletim do Comando da Divisão Revolucionária com a decisão da entrada em território paraguaio para prosseguir a marcha em direção ao Estado de Mato Grosso.

em terras mato-grossenses as lutas contra o governo do presidente Arthur Bernardes, conforme descreveu Távora (1974, p. 178). Em reunião nessa mesma data, escolheu-se o Destacamento sob o comando de João Alberto Lins de Barros para ser o precursor no ingresso no território paraguaio. Atravessariam o rio Paraná até Porto Adela, no Paraguai, cruzando parte do território paraguaio para adentrar no Brasil pelo SMT e prosseguir com a revolução pelo interior do país (BARROS, 1997, p. 79).

A travessia do rio Paraná iniciou-se na manhã do dia 26 de abril, com o pequeno vapor *Assis Brasil* e reforçada, ao anoitecer, pelo navio paraguaio *Bell*, requisitado pelo Comando Revolucionário em Porto Adela, oposto e próximo a Porto Mendes. A operação de transposição do rio Paraná terminou ao amanhecer de 29 de abril. Na operação, foram transpostos “cerca de 1.000 homens, mais de 600 animais de sela, de carga e de tração, todo o material bélico da Divisão, inclusive uma Bateria de Artilharia ‘75’” (TÁVORA, 1974, p. 178).

A região da travessia do rio Paraná, com os Portos Mendes, Artaza e Adela, consta no recorte do mapa inserido no Anexo D.

No início da campanha de Mato Grosso, segundo Prestes (1991, p. 187), a Coluna lançava seus elementos em várias direções, com o objetivo de assegurar o terreno para permitir o deslocamento geral rumo ao Norte. Para Távora (1974, p. 179), a Divisão Revolucionária, quando da marcha pelo sul do Mato Grosso, escalonou-se em uma Vanguarda Revolucionária, comandada por João Alberto, e com uma flancoguarda de oeste, coordenada por Siqueira Campos. O Esquadrão de Cavalaria, comandado pelo major Ary Salgado Filho, guarnecia a retaguarda, e escoltava a Bateria de Artilharia, liderada pelo capitão Henrique Ricardo Hall. O batalhão Virgílio Santos proporcionava a flancoguarda a leste. A tropa comandada por Cordeiro de Farias também exerceu o papel de flancoguarda a oeste.

O mapa da Figura 27 mostra o itinerário e os combates da Coluna Miguel Costa – Prestes na marcha pelo Sul do antigo Estado de Mato Grosso, sendo possível visualizar os desbordamentos dos pontos fortes na defesa legalista e as marchas dos elementos de proteção dos flancos.

Ao começar o percurso pelo SMT, a situação da tropa rebelde era lastimável. Segundo Meirelles (1995, p. 382), a maior parte seguia desmontada, o aspecto dos oficiais e soldados era andrajoso, estavam quase todos descalços e quase nus, com a barba e os cabelos longos caídos sobre o peito e os ombros. Eram acompanhados por cerca de 50 mulheres, todas com aspecto miserável.

temperatura de primavera [que] reconfortavam a alma da nossa falange, após tantos dias de sofrimento” (LIMA, 1979, p. 135-136).

João Alberto Lins de Barros, com o seu Destacamento formando a tropa da vanguarda, com combatentes oriundos da região sul, transpôs o rio Paraná em 26 de abril de 1925, penetrou no território brasileiro, pelo sul de Mato Grosso em 30 de abril, e prosseguiu em marcha forçada, em direção a Ponta Porã, para ganhar terreno e conquistar de surpresa os locais ocupados pelas tropas legais, possivelmente pela reentrada inesperada no Brasil. (BARROS, 1997, p. 80). Segundo Távora (1974, p. 179), a Vanguarda atingiu a Fazenda Jacareí em 1º de maio, no início do lado brasileiro da serra de Maracaju, local alcançados dois dias depois pelo grosso da coluna.

As informações de Lourenço Moreira Lima² (1979, p. 134) complementam essa narração, mencionando que João Alberto Lins de Barros, acampou na Fazenda Jacareí, em cujas terras ocultaram e abandonaram os canhões, e atravessou o rio Iguatemi em Porto Lindo, onde a largura era de trinta metros, uma região pertencente ao atual município de Japorã. Segundo Oliveira (1956, p. 136), as três peças de obuseiro, trazidas pela Artilharia, foram abandonadas na região de *Nhuguaçu*, um córrego afluente do rio Iguatemi.

A passagem do rio Iguatemi realizou-se em canoas, passando a cavallhada a nado. O grosso da Coluna também acampou na Fazenda Jacareí, e dali marchou para Zacaró, também citado como Sessoró, Sacarón ou Sacarão. (LIMA, 1979, p. 134). O povoado atualmente é a cidade de Iguatemi – MS. O trajeto de Porto Lindo até Ponta Porã, Patrimônio da União e Fazenda Campanário é visualizado no Anexo D.

No prosseguimento para Ponta Porã, em meio do caminho, em uma parada para o almoço, a Vanguarda foi atacada por um forte destacamento governista, travando o primeiro combate em terras mato-grossenses:

O combate foi duro, mas obtivemos brilhante vitória. Apreendemos vinte caminhões e fizemos mais de cem prisioneiros. Usando esses caminhões avançamos naquela mesma noite até a ponte do Amambai que encontramos destruída. O adversário manobrava em defensiva (BARROS, 1997, p. 80).

O combate mencionado é o de Panchita (córrego ao noroeste da localidade Laguna Porã, mostrada no Anexo D), em 6 de maio de 1925, quando a Vanguarda combateu o 17º BC,

² O autor, Lourenço Moreira Lima, era advogado e secretário da Coluna Prestes. Recebeu de Luís Carlos Prestes o encargo de redigir o diário das operações. O autor foi preso em agosto de 1924, libertado em janeiro de 1925, incorporou-se à Coluna. Em recebeu o encargo de redigir o “Diário da Marcha”, iniciado no oeste paranaense e concluído com a saída ao autor do exílio em La Gaíba (Lima, p. 123).

“tomando-lhes armas, munições e caminhões-automóveis, fazendo prisioneiros e ocasionando-lhe umas trinta baixas por mortes”. (LIMA, 1979, p. 134).

Barros (1997, p. 79), comandante do 2º Destacamento e que fora encarregado de seguir na dianteira da coluna, realizando reconhecimentos e fornecendo a segurança, relata que era fácil a marcha pelos campos de Amambai, no sul do Estado de Mato Grosso, e eles encontraram novamente a fartura, com cavalaria e gado em abundância. E menciona que seus homens, bem municiados e armados, estavam preparados para a luta, com o moral bem alto, aguerridos, alegres, podendo cumprir qualquer missão. Para Meirelles (1995), os gaúchos conseguiram bons cavalos na região de Amambai, e sentindo-se “retemperados e prontos para enfrentar o inimigo”.

O batalhão comandado por Virgílio dos Santos (3º BC, da Brigada “Gaúcha”), primeiramente ocupou Porto Felicidade (Anexo D), no rio Amambai, em 7 de maio, e depois prosseguiu para a vila de Campanário, descrita como “sede do imenso latifúndio da Mate Laranjeira, país dentro de país do Brasil, país da escravidão e da mais terrível exploração do homem pelo homem” (AMADO, 1987, p. 114), onde entrou no dia 8 de maio.

Cordeiro de Farias, com os revolucionários provenientes do 1º Batalhão Ferroviário, a 8 de maio ocupou o porto Dom Carlos (Anexo D), na margem direita do rio Paraná, com a finalidade de proteger a Coluna de possíveis ataques das forças governistas que aproveitassem o rio para o deslocamento, combatendo as forças legais durante o dia e noite de 10 de maio. Em seguida, segundo Lima (1979, p. 134), esse destacamento marchou para Patrimônio de Dourados (atual cidade de Dourados-MS), ocupado em 19 de maio, após ser vitorioso em um combate com as tropas “patrióticas” nas proximidades da cidade.

As tropas legalistas que defendiam o Sul de Mato Grosso contavam com cerca de seiscentos homens, organizadas como Destacamento Sul de Mato Grosso, sob o comando do tenente-coronel Péricles de Albuquerque, comandante do 10º RC, com a composição mostrada no Quadro 20.

O Combate de Panchita, na descrição legalista, deu-se após o comandante do Destacamento Sul tomar conhecimento do surgimento de homens saqueando, incendiando, e princípio de pânico em Patrimônio da União (Amambai-MS) e Campanário, enviando o 2º tenente Victor Silva com 3 grupos, do 16º e 17º BC, totalizando 43 praças, com a missão de reconhecer o inimigo. O encontro das forças deu-se em Panchita:

Na tarde de 6 [de maio], envolvido em Panchita pela numerosa cavalaria rebelde, este pequeno contingente foi destroçado e o oficial morreu trucidado sobre a sua Mtr. Tivemos 5 mortos, 4 feridos e 6 extraviados – um terço do

efetivo. Do inimigo parece ter havido numerosos mortos e feridos. Soube-se que 12 destes foram recolhidos a Ponta Porã. (MALAN, 1977, p. 243).

Panchita era um local de pouso dos tropeiros, onde funcionava um pequeno armazém (bolicho), no trajeto de Sacarão para Patrimônio da União e também para Campanário. Ao prosseguirem nesse trajeto, segundo Malan (1977, p. 244), ao chegarem na ponte do rio Panduí, os rebeldes conseguiram repelir o esquadrão do 11º RCI e ocuparam o Patrimônio da União (Amambai) no dia 7 de maio. Prosseguindo na marcha, transpuseram em seguida o rio Amambai e se apossaram da Fazenda Campanário, sede regional da Empresa Mate Laranjeira.

Quadro 20 - Forças governistas do Destacamento Sul de Mato Grosso em 1925

Unidade Militar	Origem	Comandante
15º BC (uma Companhia)	Curitiba - PR	Capitão A. França Gomes
16º BC (elementos)	Cuiabá - MT	1º tenente Laureano Gomes Monteiro
17º BC (elementos)	Corumbá - MT	2º tenente comissionado Ranulfo Pinheiro Costa
18º BC (elementos)	Campo Grande - MT	Tenente comissionado Nestor Machado de Melo
3º RI (uma Companhia)	Rio de Janeiro	1º tenente Barbosa Lima
10º RC (elementos)	Bela Vista - MT	Sem oficial
11º RC (elementos)	Ponta Porã - MT	2º tenente comissionado Jonas Vasconcelos
Força Pública de Mato Grosso (uma seção de metralhadoras pesadas)	Cuiabá - MT	Capitão Daniel de Queiroz
50º RC	Ponta Porã e Bela Vista - MT	Coronel Mário Gonçalves

Obs: o 50º RC, constituído pelos guardas aduaneiros mato-grossenses, formava a tropa reserva, com dois esquadrões totalizando 120 praças e mais 13 oficiais.

Fonte: Klinger (1958, p. 220).

Nos combates aos revoltosos, apoiando as tropas legalistas, houve uma união de adversários políticos. O major Frederico Siqueira, que estava com a Vanguarda em Três Lagoas, informou ao general Nepomuceno Costa da insatisfação do coronel Mario Gonçalves com o deslocamento do coronel Antonio Gomes Ferreira nas forças legalistas, motivando uma possível desistência do coronel Mário Gonçalves de prosseguir nas forças, pois era seu inimigo político. O general Nepomuceno Costa, em resposta, expediu um telegrama comunicando ser o coronel Antonio Gomes Ferreira de sua inteira confiança, possuidor de experiência em guerrilhas e merecia o apoio por parte de todos (COSTA, 2013, p. 90).

Posteriormente, com a desmobilização das forças, o coronel Antonio Gomes Ferreira disputou a eleição de 1925, concorrendo como 2º vice-presidente ao governo do Estado de Mato Grosso, por uma indicação do senador Antonio Azeredo, na chapa do PRC (*Correio do Estado* – MT, nº 189, 15 mar. 1925, p. 2).

O general Malan designou o coronel Antonio Gomes Ferreira para comandar o batalhão a ser reorganizado em Nioaque, após um oferecimento espontâneo recebido do coronel, quando passou por Campo Grande e tomou conhecimento da invasão do Mato Grosso pelos revolucionários. Ao chegar a Nioaque, o coronel Ferreira foi atacado e assassinado por um bando de capangas, uma morte com excesso de barbárie, tendo o rosto esmagado por coronhadas de pistolas. A morte foi considerada pelo general Malan como um exemplo da intransigência na luta política travada na região. Um dos agressores, morto no embate, era filho de Avelino Nogueira, tenente-coronel e membro do diretório do PRMG em Nioaque. O general Malan, resignado, conforme declarou, deu o comando do batalhão (67º BC), ao tenente-coronel Avelino Nogueira ser o substituto de Antonio Gomes Ferreira.

Durante a passagem da Coluna Miguel Costa – Prestes no sul do Mato Grosso, o *coronel* Mário Gonçalves, ao lado das tropas governistas, dirigiu um regimento de “patriotas”, formado por voluntários, combatendo os revoltosos que marchavam para Ponta Porã, segundo Corrêa (2006a, p. 1). Não conseguiu impedir a ocupação pelos rebeldes da vila de Campanário, sede regional da empresa Mate Laranjeira.

Na versão legalista, Klinger (1958, p. 220), em seu vocabulário particular, relatou que ao chegarem as primeiras notícias sobre a invasão do Estado, o 50º RC e elementos do 16º BC foram deslocados para a região de Nhu-Verá (Coronel Sapucaia) e Patrimônio da União, e confirmou a derrota dessas tropas, desbaratadas ao primeiro combate com os invasores.

Sobre a ponte do rio Amambai, encontrada destruída segundo João Alberto Lins de Barros (1997), Lima (1979, p. 141) narrou que, no deslocamento de Patrimônio da União (atual cidade de Amambai - MS), João Alberto demorou-se no rio de mesmo nome, para consertar a ponte, “que encontrou quase toda queimada pela força ‘patriótica’ de Mario Gonçalves, em fuga na sua frente”, sendo alcançado pelo destacamento de Siqueira Campos. A destruição da ponte teria por finalidade retardar o avanço revolucionário. Transposto o rio Amambai, os Destacamentos João Alberto e Siqueira Campos prosseguiram reunidos para a cidade de Ponta Porã.

Segundo *O Progresso*, os rebeldes causaram o incêndio da ponte do rio Amambai, e não as forças de Mario Gonçalves. Em uma notícia posterior, narrando um afogamento no rio Amambai, constou que o falecimento aconteceu quando o “morador em terras de propriedade do Cel. Valencio de Brum, vindo atravessar o rio Amambai, no passo onde antes havia a ponte incendiada pelos revoltosos [...] teve a infelicidade de ser arrastado pela correnteza. (JOP, nº 234, 15 ago. 1926, p. 1). Em outro número, cobrava do governo federal o “dever de

mandar reconstruir a ponte incendiada pelos revoltosos, sobre o rio Amambai”. A ponte, conforme mencionado no jornal, fora mandada construir pela Empresa Mate Larajeira, quando a administração ainda estava localizada em Nhu-Verá. (JOP, nº 235, 22 ago. 1926, p. 1).

Malan (1928) mostra uma fotografia de uma ponte (Figura 28), com a legenda: “Ponte do Amambay, incendiada pelos rebeldes em 1925. (Comboio de impaludados)”. A legenda da foto é coerente com a versão legalista, na qual os revolucionários seriam os autores do incêndio da ponte sobre o rio Amambai.

Figura 28 – Ponte sobre o rio Amambai, incendiada em 1925



Fonte: Malan (1928, p. 509)

Rosa (1962, p. 74) cita que a coluna revoltosa demorou na travessia do rio Amambai, por ter encontrado a ponte destruída. Nessa narração, uma pequena tropa legalista, comandada pelo sargento Anaurelino de Carvalho, fora enviada para esclarecer a situação na vila Amambai, onde enfrentou uma patrulha revoltosa. Então,

O coronel Mário Gonçalves, comandante do 50º, que estava acampado em Nhu-Verá, auxiliado pelo capitão Godofredo Gonçalves, ao saber da entrada

dos revoltosos em vila Amambai, marchou para o passo, fazendo a travessia, e mandou incendiar a ponte e fazer trincheiras, onde se colocou com 150 homens, aguardando o inimigo para fazer resistência, e esperar o auxílio do 11º R.C.I., que estava na retaguarda (ROSA, 1962, p. 74).

A queima da ponte deveu-se, portanto, a uma manobra defensiva das forças legalistas, oferecendo um obstáculo à marcha dos rebeldes, enquanto o local da travessia seria defendido com o apoio das trincheiras mandadas construir. O esperado reforço do 11º RCI não ocorreu, pois seu comandante ordenara o abandono do quartel em Ponta Porã, e o retraimento para Campo Grande.

Com relação ao abandono de Ponta Porã, Klinger (1958, p. 220) relatou que em 8 de maio de 1925, os comandantes das unidades do Destacamento Sul de Mato Grosso, com exceção do 50º RC e 16º BC designados para a defesa do Patrimônio da União, foram convocados pelo coronel Péricles de Albuquerque para uma reunião. Nessa oportunidade, aprovou-se a proposta do abandono de Ponta Porã, apresentada e defendida pelo capitão Aquiles Coutinho, chefe de Estado-Maior. Na noite de 8 para 9 de maio, a tropa retirou-se de Ponta Porã, com destino a Campo Grande, distante 350 quilômetros pelas estradas da época, tendo como primeiro objetivo a Cabeceira do Apa, a setenta quilômetros de distância. Não houve, portanto, uma ordem do comando superior para o abandono de Ponta Porã, o qual foi decidido pelo comando local das forças.

Ponta Porã, com a saída da guarnição militar e da tropa policial, ficou desguarnecida. A população paraguaia aproveitou o abandono e promoveu saques na cidade:

Invadiu o quartel do RC e o saqueou completamente, levando em pleno dia, em carroças, caminhões-automóveis e nas cabeças dos peões, os móveis, louças, espelhos, fardas, polainas e outros objetos, para dita cidade de Pedro Juan Caballero, com a aquiescência das autoridades da mesma cidade, e já começava a arrombar as casas comerciais e particulares, abandonadas pelos seus proprietários (LIMA, 1979, p. 141-142).

Lima (1979, p. 142), em sua narração, afirma que os revolucionários refugiados em Pedro Juan Caballero apoderaram-se da cidade, e eles intervieram, tomando as medidas para cessar esses assaltos. A chegada dos regimentos João Alberto e Siqueira Campos, em 10 de maio, normalizou a situação. São mencionados como revolucionários exilados em Pedro Juan Caballero, participantes da ocupação de Ponta Porã: Dr. Raphael Bandeira Teixeira, alguns oficiais do Exército, sargentos Waldemar de Paula Lima, Agrícola Baptista, Adalberto Granja (revoltoso do 17º BC de Corumbá) e Timotheo Ribeiro. Os sargentos incorporaram-se à

Divisão Revolucionária. Dos oficiais, um seguiu para Bela Vista a serviço, e outro foi enviado para Encarnacion³, em missão junto ao general Isidoro, lá exilado.

Segundo Lima (1979, p.137), os integrantes da Coluna costumavam ser tratados como inimigos e recebidos à bala pelos habitantes dos lugares por onde transitavam, alarmados pelas notícias propagadas pelos governistas, aconselhando o povo a agredi-los, considerando os revoltosos como “grupos desorganizados, que apenas visavam o roubo, armados pessimamente de revólveres e que não resistíamos à menor reação”. Seriam, ainda, sem quartel, degoladores dos prisioneiros, saqueadores e ladrões de gado.

Porém, em Ponta Porã, cidade que fora abandonada pelas forças governistas, a população inicialmente receosa de um combate, na narração de Barros (1997, p. 80), havia passado para a conurbada Pedro Juan Caballero, mas regressaram para suas casas, e receberam os combatentes com simpatia. Segundo Barros (1997, p. 80) “os mato-grossenses dali provinham, em geral, de famílias gaúchas emigradas do Rio Grande por questões políticas”. Por isso, “nossa gente sentia-se em casa”.

Cabeceira do Apa, local onde se dividem as vertentes dos rios Apa e de Dourados, servia de entroncamento para os caminhos que seguiam para Campo Grande, Dourados, Ponta Porã e Bela Vista, este passando pelo antigo local da Colônia Militar de Miranda⁴. A região da Cabeceira do Apa está mostrada no Anexo E, no recorte aparecem a cidade de Ponta Porã e a fazenda Santa Virgínia.

Na Cabeceira do Apa, a força governista em marcha de Ponta Porã para Campo Grande acampou para o pernoite de 12 de maio, e recebeu como novo chefe do Estado-Maior o major Bertholdo Klinger. Este oficial constou no grupo enviado pelo general Hermes para estagiar na Europa, *os jovens turcos*. Havia, porém, dúvidas do comandante da Circunscrição Militar sobre o seu posicionamento em relação à Revolta do *Segundo 5 de julho*. Klinger (1958) revela que, por essa desconfiança, antes de ser designado para a nova função, houve uma “consulta cautelosa, por se tratar de mim, que estivera preso por suspeito de simpatias, talvez compromisso, com os rebeldes e que, afinal posto em liberdade, fora classificado o mais longinquamente possível” (KLINGER, 1958, p. 221). Explica-se, assim, a permanência desse oficial até então em Campo Grande, afastado da frente de combate. Obtida a confirmação da sua lealdade ao Comandante da Circunscrição Militar, suas ordens eram para restabelecer a confiança da tropa e retomar Ponta Porã (MALAN, 1977, p. 244).

³ Cidade paraguaia localizada na fronteira com a Argentina, às margens do rio Paraná.

⁴ Estabelecimento militar destruído pelos paraguaios na Guerra da Tríplice Aliança, situava-se próxima das cabeceiras do rio Miranda.

O major Klinger ordenou a permanência na Cabeceira do Apa, sem recuar mais um passo, após constatar uma indecisão se o Destacamento “pousava-não-pousava”, mandou ultimar as medidas de segurança e estabeleceu um posto de comando junto aos elementos de tropa mais avançados no terreno (KLINGER, 1958, p. 221-224). Como efetivamente assumiu sua nova função em 13 de maio, após a aprovação do comandante do Destacamento Sul de Mato Grosso, coronel Péricles Albuquerque, reorganizou as forças, até então formada por combatentes dispersos em dez unidades, ajustando-as à realidade tática encontrada: três companhias de infantaria e um Regimento de Cavalaria. Com quarenta e seis homens formou uma escolta de cavalaria para o comando. Com esta nova organização, a posição defensiva foi estabelecida na Cabeceira do Apa, à espera dos revolucionários.

Klinger (1958, p. 224) narra ter determinado um reconhecimento rumo ao adversário, em 13 de maio. Em seguida, ocorreu um ataque dos rebeldes, iniciado na madrugada de 14 de maio, conseguindo repeli-los. Ao final de 15 de maio, recebeu o reforço de uma peça de artilharia, utilizada para anunciar um novo ataque aos rebeldes, às seis e meia da manhã de 16 de maio, com disparos preparados para alcançarem cinco mil e seis mil metros de distância. Ao perceberem o reforço da artilharia, segundo Klinger (1958, p. 224), os adversários ficaram confusos e instigados para empreenderem uma retirada. A tropa do Destacamento Sul não os perseguiu, conforme explicado na narrativa com o vocabulário “simplificado” adotado pelo seu comandante:

Por falta de informação a tempo, especialmente isso por avermos ficado, a bem dizer, sem cavalaria desde o fim do dia 15 – porquê o imconsiderado esforço então por ela desenvolvido ezaoriu a cavallhada – perdemos o contacto com o adversário. Comtudo, com a nesessária seguramsa e com rapidez consideravel (éramos na maeór parte infantaria e, não dispondo de suficiente transpórte, marxâvamos a pé), segimos no seu rastro. Maz não comsegimos realcamsalo. (KLINGER, 1958, p. 224).

O general Malan d’Angrogne, comandante da Circunscrição Militar, fez a seguinte narração dos combates na Cabeceira do Apa, ocorridos nos dias 14 e 15 de maio:

A 14, dois regimentos rebeldes (Siqueira Campos e João Alberto), com cerca de 300 homens, atacavam ao amanhecer as posições de Cab. do Apa. Envolvendo rapidamente um Pel da 5ª cia do II/3º RI, aprisionavam um 1º tenente. Mas detidos por intenso fogo de Mtr eram repelidos e perseguidos pelo 50º RC. No dia imediato, substituídos ou reforçados, parece que pretendiam renovar a luta, quando, com suma surpresa, viram-se atacados violentamente: abandonando 4 dos nossos homens, aprisionados na véspera e 7 aprisionados em Panchita, debandaram, perseguidos até Estrela, isto é, por mais de 5 léguas. (MALAN, 1977, p. 246).

Existem outras versões sobre os combates da Cabeceira do Apa, feitas pelos revolucionários. Lima (1979, p. 142-143), mencionou a participação nas lutas dos regimentos João Alberto e Siqueira Campos, encarregados da proteção do flanco do oeste da Coluna, após a marcha de Ponta Porã em perseguição às forças legais. E citou a retirada de um esquadrão para o Paraguai:

A 13, na cabeceira do Apa, onde se entrincheiraram, ao serem atacadas pelos nossos. Siqueira atrasara-se por se achar a sua força inteiramente a pé. O inimigo fora reforçado com tropa procedente de Campo Grande, sob o comando do major Bertholdo Klinger, que assumiu a direção da força, cujo efetivo se elevava a mais de mil homens, dispondo de muitas metralhadoras e abundante munição. João Alberto, cujo regimento não atingia a trezentos homens e apenas tinha duas metralhadoras e escassa munição, não vacilou em atacar o adversário, batendo-o até o dia 15, quando marchou para a serra do Amambai, como flancoguarda-esquerda da Coluna, tendo perdido o esquadrão de João Silva, que desertou para o Paraguai. Siqueira reuniu-se a João Alberto, seguindo para o Paraguai (LIMA, 1979, p. 143).

Entende-se, assim, que houve a perseguição, citada por Malan, pelo Destacamento ao Esquadrão de João Silva, que transpôs o rio Estrela e ingressou no Paraguai.

Nos combates da Cabeceira do Apa, apesar da presença da Artilharia nas tropas legais, o emprego das metralhadoras foi decisivo e de grande importância. Houve, inicialmente, o confronto das metralhadoras contra as tropas legais acampadas:

Com uma carga de cavalaria dada pelas tropas dos civis do Coronel Luis Carreiro, do Coronel Benício e do Capitão Preto tomamos as alturas que dominavam o acampamento, **fazendo uma centena de prisioneiros**. Logo **instalei duas metralhadoras pesadas abrindo fogo** e causando confusão no meio inimigo. **Havia ali, aos meus pés mais de dois mil soldados** que poderiam ser batidos ou mesmo aprisionados se eu dispusesse, pelo menos, de quinhentos homens. Infelizmente, porém, eu só contava então com duzentos, pois havia deixado forças guardando pontos importantes à retaguarda a fim de assegurar as ligações com a Coluna. Apesar do pânico causado pelo nosso ataque não nos foi possível explorar o sucesso. **Dois companhias de metralhadoras pesadas do adversário**, atirando febrilmente, detinham a nossa progressão (BARROS, 1997, p. 83, grifo nosso).

O comandante revolucionário, em sua narração, superestimou o efetivo adversário, calculando mais de dois mil soldados e duas companhias de metralhadoras pesadas. Citou, ainda, que dois Regimentos de Cavalaria e um Regimento de Infantaria vindo do Rio de Janeiro constituíam a tropa do Governo. No entanto, acertadamente, mencionou a presença no comando do major Bertholdo Klinger e justificou a atitude defensiva adotada na força legal: “oficial competente e no momento cheio de ardor legalista. Sentindo a nossa fraqueza de

fogo, julgou que os atacantes eram apenas um Destacamento avançado e caiu na defensiva, aguardando o ataque principal” (LIMA, 1979, p. 82).

Após receber um ataque com carga de cavalaria conduzida pelo coronel Mário Gonçalves, o batalhão João Alberto desorganizou-se e recuou, sem uma tropa reserva que lhe proporcionasse cobertura ou acolhimento. Seu comandante descreveu a dinâmica do combate e seu procedimento:

Acompanhado pelo Caruncho que já me servira em situação semelhante em Alegrete, galopei, no meio da confusão, para uma das metralhadoras pesadas que instalara a uns quinhentos metros para trás. Sentei-me na peça auxiliado por um municionador enquanto o Caruncho segurava o meu cavalo numa posição abrigada e esperei uns momentos. Nestor Veríssimo veio para o meu lado mas eu lhe ordenei que se retirasse também e procurasse reunir o Destacamento a fim de organizar nova posição à retaguarda. Com a metralhadora pesada eu tentaria sustar o avanço da cavalaria atacante. Nestor obedeceu-me com alguma relutância, compreendendo que eu estava certo e que era preciso salvar o 2º Destacamento a qualquer preço. O adversário avançava. A grande experiência de luta que eu tinha, dava-me a certeza moral de que poderia com aquela metralhadora pesada sustar o ataque. Contava apenas com a potência de fogo da arma automática, mas sabia que na carga de cavalaria, depois de desencadeado o galope, os homens atuam muito mais pelo entusiasmo e pelo impulso do que pelo comando. Quando os cavalarianos, lançados ao ataque, encontram uma resistência inesperada, ficam desorientados e é fácil, então, frustrar-lhe a carga. Baixei a alça de mira para um ponto do terreno a 150 metros de distância que me parecia mais favorável para o tiro e esperei que o inimigo atingisse a zona batida. No ardor da luta, vencendo as últimas resistências de nossa linha, não prestaram atenção os cavalarianos adversários para onde se dirigiam. Repentinamente, comecei a atirar com eficácia. **O tiro rasante de minha metralhadora pesada ceifava cavalos e cavaleiros. Em poucos minutos, os atacantes surpreendidos e sofrendo enormes baixas, estacaram a fim de localizar a direção de fogos que os dizimava.** A confusão e o tumulto reinantes entre eles ajudavam-me. Apearam-se dos cavalos e estenderam-se em linha de atiradores. Eram cerca de cento e cinquenta, mas não traziam armas automáticas. O ataque de cavalaria malograra. (BARROS, 1997, p. 83-84, grifo nosso).

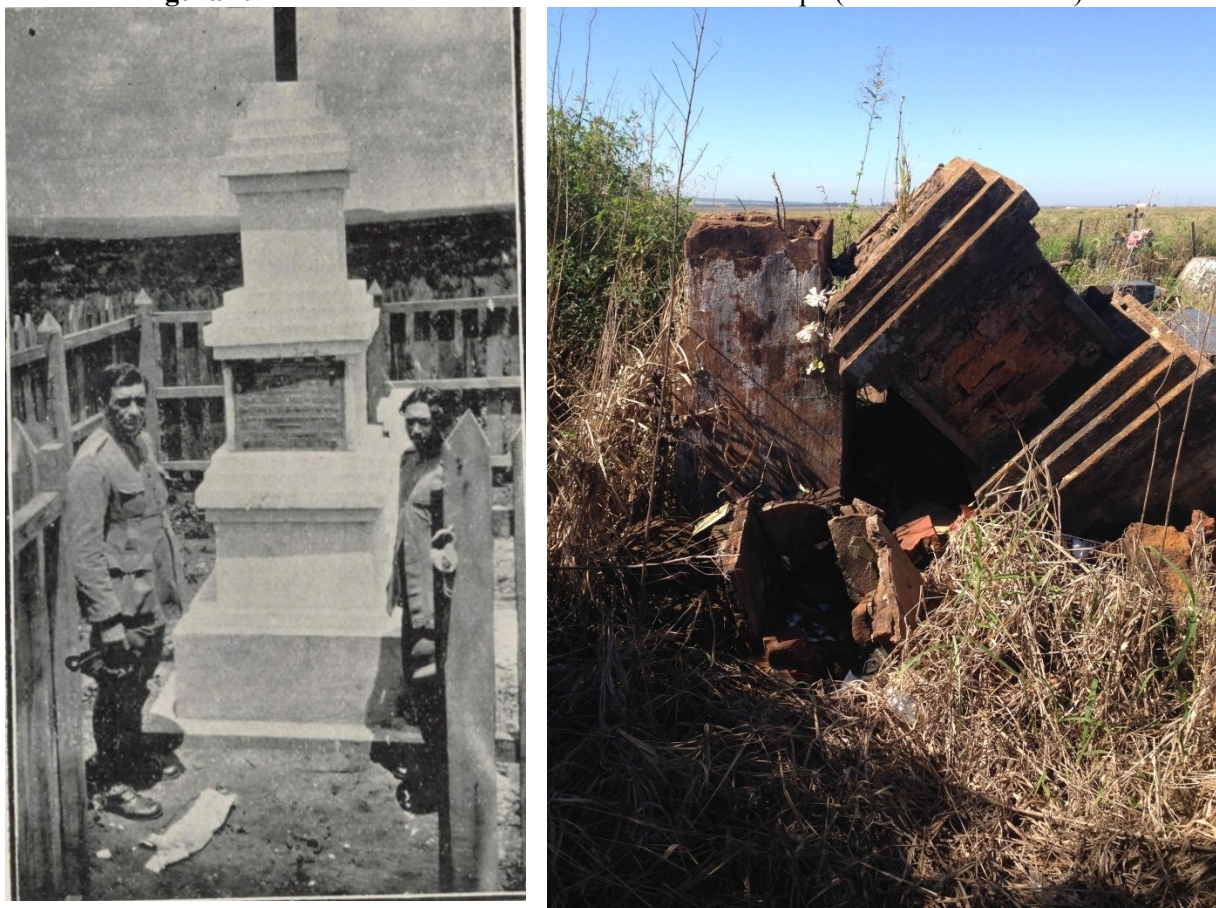
A imprensa divulgou de maneira favorável às forças legais os resultados dos combates da Cabeceira do Apa, transmitidos por telegramas para Cuiabá:

O combate do Apa. Notícias de fonte segura ultimamente vindas de Campo Grande, falam da **vitória das nossas armas**, no combate travado com os rebeldes ao amanhecer do dia 14 do corrente nas cabeceiras do rio Apa. Comandavam as nossas forças os valentes chefes Barbosa Lima, França e Daniel, Mário Gonçalves e Octavio Netto. Os rebeldes obedeciam as ordens do major Prestes e do tenente Siqueira Campos. O encontro, diz a notícia, foi **violento e encarniçado**, mas as nossas tropas resistiram com bravura, repelindo o inimigo, que se retirou em direção a Ponta Porã. Os inimigos deixaram em poder das nossas forças 6 prisioneiros, inclusive um ferido. Os

prisioneiros informam que morreu na ação o ten. Abel e que a força atacante era de 300 homens. Elevam-se a mais de 30 as baixas sofridas pelos rebeldes (*A Notícia* - MT, nº 119, 21 maio 1925, p. 6, grifo nosso).

Os **revoltosos derrotados** na cabeceira do Apa. Campo Grande, 19. O destacamento da cabeceira do Apa foi atacado a 14 do corrente, às 5 horas da manhã pelos rebeldes caudilhados por Prestes e Siqueira Campos. Após 5 horas de **luta encarniçada** os rebeldes retiraram rumo a Ponta Porã, sofrendo uma baixa de 30 pessoas entre mortos, feridos e prisioneiros. Às forças legais perderam 2 soldados e 4 feridos. A moral das tropas da Circunscrição é excelente, e o general Malan tem demonstrado as suas raras qualidades de cabo de guerra em território mato-grossense, perfeitamente defendido nos principais pontos ocupados. A Circunscrição dispõe de numerosos caminhões, autos, carretas e grande quantidade de mantimentos e a caixa militar com fundos para atender as despesas com a expulsão dos rebeldes que será breve. A cidade está a calma, na sua vida normal. (*A Notícia* - MT, nº 119, 21 maio 1925, p. 6, grifo nosso).

Figura 29 – Monumento ao combate da Cabeceira do Apa (Antonio João – MS)



Fonte: Malan (1926) e Acervo Fernando dos Anjos Souza (16 jun. 2017)

O general Malan, quando comandante da Circunscrição Militar do Mato Grosso, no primeiro aniversário do combate, mandou construir um monumento na Cabeceira do Apa, mostrado na Figura 29. Uma placa fundida no Arsenal de Ladário continha os nomes dos dois

mortos e citava o recolhimento dos ossos de outros combatentes: “Combate do Apa 14-V- 26, 2º Ten. Alyrio do Prado - do 16º BC, Soldº Pedro Bispo de Sousa - do 3º RI e corpos de desconhecidos encontrados no campo de acção - irmãos, repousam unidos na terra da Pátria”. Essa frase homenageia a todos que pereceram nos combates ali realizados e relembra “que a mesma terra patricia, generosa e fecunda, acolheu irmãos divididos em vida por ideais diversos, pelos quais lutaram e se sacrificaram, reunidos pela morte no eterno esquecimento de ódios e paixões.” (MALAN, 1926, p. 149). A placa desapareceu, e dela apenas os vestígios de sua posição restaram nos escombros do monumento, espremidos no final do cemitério que atende a localidade de Cabeceira do Apa.

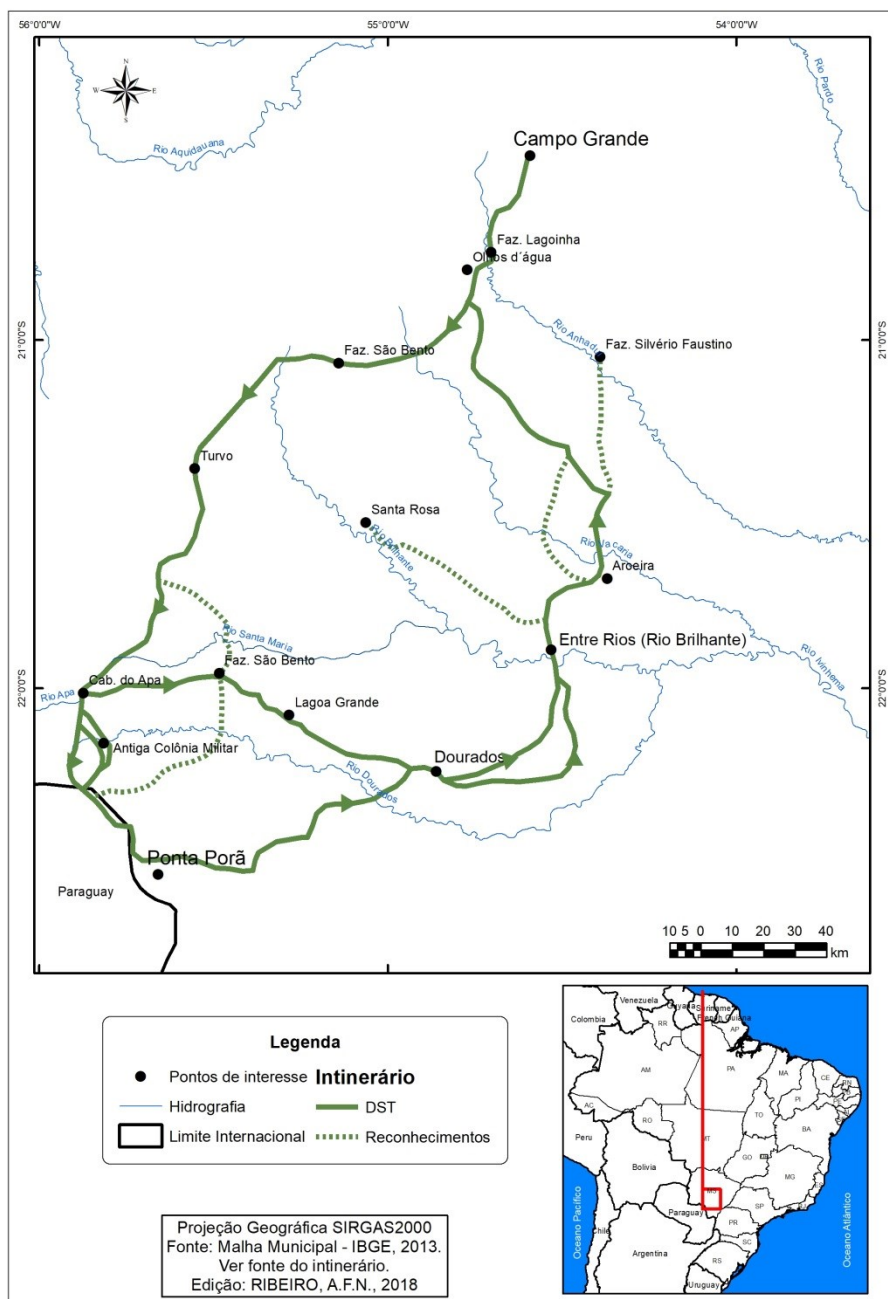
Há divergências sobre a quantidade de mortos entre os combatentes governistas. Segundo o general Malan, teriam sido 3 mortos e, de acordo com Klinger, seriam apenas dois, o sargento Alirio do Prado e o soldado Pedro Bispo de Souza, cujos nomes constaram na placa aposta ao monumento construído em Cabeceira do Apa.

No período de 17 a 20 de maio de 1925, o Destacamento Sul permaneceu acampado na Cabeceira do Apa, realizando reconhecimentos a cavalo ou embarcados nos automóveis, nas regiões da cabeceira do rio Estrela, Patrimônio de Dourados e Ponta Porã. Contou com o reforço de mais uma peça de artilharia, com um oficial para comandar a seção de artilharia a ser formada com a peça já existente. Recebeu, ainda, uma seção de metralhadora pesada do Regimento de Artilharia Misto, as tropas do 10º RCI, de Bela Vista, “escoltado por patriotas”, um esquadrão de quarenta voluntários civis, geralmente reservistas, chefiados por Otávio Neto e uma companhia (a 5ª) do 2º Batalhão do 3º RI, comandada pelo tenente Barbosa Lima (*O Paiz*- RJ, nº 15063, 16 jan. 1926, p. 3) procedente do Rio de Janeiro, em perseguição aos rebeldes no Estado de São Paulo. O efetivo totalizava, então, 65 oficiais (um da força pública estadual, vinte e quatro voluntários e quarenta do Exército), e cerca de 1000 praças (25 da força pública, 250 voluntários e os demais do Exército, dos quais 514 de Infantaria, 180 de Cavalaria e 26 de Artilharia), conforme menciona Klinger (1958, p. 225).

Em 20 de maio, o Sr. Lídio Lima, residente em Ponta Porã, ao ser encontrado pelo major Klinger durante um reconhecimento em cabeceira do Aquidabã, noticiou que os revolucionários haviam saído da cidade, fato confirmado pelo tenente comissionado Enéias Vasconcelos (servia em Bela Vista e participou da contrarrevolta). Pelas informações recebidas do civil, Klinger estimou (1958, p. 225) que estariam cerca de mil homens, sem artilharia e com pouca munição com a Divisão Revolucionária.

Com essas informações, novas ordens foram transmitidas: a manobra do Destacamento para Patrimônio de Dourados (iniciado a 21 de maio), o retorno dos voluntários de Bela Vista.

Figura 30 - Esquema da Campanha do Destacamento Sul de Mato Grosso



Fonte: KLINGER, 1958, p. 224. Elaborado por Angelo Franco do N. Ribeiro

O tenente-coronel Péricles de Albuquerque recolheu-se a Campo Grande, chamado pelo general Malan e, em 22 de maio, ao ter conhecimento de que o tenente-coronel não retornaria, o major Klinger passou o comando do Destacamento ao coronel Mário Gonçalves.

Ao saber que em Ponta Porã ocorriam ameaças de invasão e até mesmo incursões de pequenos grupos, o major Bertholdo Klinger destacou, em 1º de junho, o 50º RC com alguns outros elementos para guarnecer a cidade, com a missão de vigiar, policiar os arredores e obter informações sobre possíveis movimentações dos revoltosos.

O esquema das manobras, com os deslocamentos realizados pelo Destacamento Sul de Mato Grosso pode ser visualizado na Figura 30.

O coronel Mário Gonçalves, comandante do 50º RC, foi instituído como governador civil e militar, contando com o major Raul Tupper à sua disposição. Por causa da retirada do coronel Mário Gonçalves e de sua tropa, as remanescentes tropas legalistas do Sul de Mato Grosso passaram a ser comandadas pelo major Bertholdo Klinger, agora formando o Destacamento Klinger (KLINGER, 1958, p. 227).

Posteriormente, designou-se uma Brigada de Cavalaria para estacionar em Ponta Porã com a missão de vigilância da fronteira, da qual o coronel Marcionillo Gonçalves Barrozo, também comandante do 10º RCI (1925-1927), exerceu o último comando. O coronel fez publicar suas despedidas ao povo de Ponta Porã no *O Progresso* de 22 de maio de 1927, com a notícia de que “por ordem superior, foi dissolvida a Brigada Provisória de Cavalaria, que tinha sede nesta cidade, e da qual faziam parte os Regimentos 10, 11 e 50” (JOP, 22 maio 1927, nº 274, p. 1).

Em outra notícia, nessa mesma edição de *O Progresso*, constou a volta à normalidade no município, e “em breve serão iniciadas as obras do novo prédio que servirá de Quartel e Cadeia, e que cabe à Empresa construí-lo, na conformidade de contrato feito com o governo”. (JOP, 22 maio 1927, nº 274, p. 1). O contrato de arrendamento das terras para a Empresa Mate Laranjeira tivera um desfecho na administração de Mário Corrêa, sucessor eleito de Estevão Alves Corrêa, pelo qual a empresa se comprometia com a construção, em Ponta Porã, do quartel para a força pública estadual. É o prédio atualmente conhecido como *Castelinho*, mostrado na Figura 4, que por ordem judicial está em vias de restauração no município.

Com o esclarecimento da situação, conhecendo os deslocamentos dos revolucionários e após uma análise do novo tipo de guerra que eles adotaram, o major Klinger, agora como comandante efetivo das tropas, chegou à seguinte condicionante para o prosseguimento das ações militares: se as forças legais fossem formadas por algumas centenas de homens, bem armados e bem comandados, os revolucionários não dispunham de efetivo para atacar as forças legalistas, e limitar-se-iam a fintar, fazer escaramuças com o fim de proteger o escoamento do grosso da Coluna por regiões sem oposição, sempre fáceis de serem

encontradas no imenso interior do Mato Grosso. Como as forças legais não dispunham desses elementos que as fortaleceriam, concluiu que somente deteria a invasão do Mato Grosso pelo caminho das negociações. Daí a expedição de cartas conclamando os revolucionários para a rendição (KLINGER, 1958, p. 226). Em seu vocabulário particular:

“É ce, com o relativo esclarecimento da situação jeral, dezde o segundo dia após o combate da Cab. do APA, fue levado a pemsar denovo, maes detidamente, sobre a tendêmsia dacéla ‘gérria’ e sobre a maes pronta solusão do problema. Does fatos caracterizavaom acéla invasão dos revolucionários: 1.º) eles não dispunhaom de efetivo para atacar as forsas legalistas, dezde os defrontassem a éstas em número de algumas sentenas de omems, bem armados e bem comandados; 2.º) a legalidade não dispunha de taes pontos fortes, numa rede capaz de impedir o prosseguimento dos invzores. **Estes se limitavaom a fintar, fazer escaramusas contra elementos legalistas superiores ce topasem em seu itinerário**, emcuanto escoavaom o seu grosso pelas rejiões sem rezistêmsia – ás cuaes sempre teriam á escolha no imemso oseano de nósã hinterlândia. (KLINGER, 1958, p. 226, grifo nosso).

Klinger (1958, p. 226) revelou que expediu duas cartas concitando os revolucionários à rendição. A primeira, escrita em 21 de maio de 1925, foi levada por um soldado em automóvel particular, requisitado em Ponta Porã e conduzido pelo seu proprietário. A segunda, escreveu em 29 de maio, tendo como portador o encarregado da Fazenda Santa Virgínia, pertencente à Companhia Mate Laranjeira. Mencionou ter o encarregado feito boas relações com os revolucionários, quando da passagem pela fazenda, porém acreditava que ele não levou a carta ao destinatário.

Divergindo na data da primeira carta mencionada por Klinger, Távora (1974, p. 180), afirmou ter recebido um emissário governista, a 15 de maio, quando o grosso da Divisão se aproximava de Patrimônio Dourados, com a carta do major contendo a proposta para a rendição pelos rebeldes. A carta permaneceu sem resposta:

Essa proposta não mereceu – nem podia ter merecido – uma resposta dos chefes revolucionários, pois equivalia a uma insinuação de deslealdade deles, para com seus soldados. E, bem examinada, era ilógica, pois se os chefes revolucionários, ali presentes, desejassem a paz, a troco do exílio político, tê-la-iam obtido, com toda a sua tropa, ao invadir, poucos dias antes, o território paraguaio. Além disso, se fora mister disputá-la pela violência, no momento mesmo em que recebiam aquela proposta, dispunham ainda de meios bastantes para consegui-la, sem necessidade de sujeitar-se ao vexame de imposição tão humilhante. (TÁVORA, 1974, p. 180-181).

Os revolucionários raciocinavam de modo semelhante ao concebido pelo major Bertholdo Klinger, sobre as manobras evasivas e sem o enfrentamento direto. Os rebeldes não admitiam uma possível rendição, cogitada e solicitada por Bertholdo Klinger:

Dali para a frente era combater pela vida. Não haveria mais oportunidade de abandonar a luta e emigrar. [...] O adversário ficara para trás, perdido, sem saber qual a nossa direção de marcha, quais as nossas intenções, inteiramente às escuras. A Coluna rumava para Campo Grande, a mais importante cidade do Estado de Mato Grosso e centro de operações das forças legalistas. Nosso objetivo, porém, não consistia em atacar aquela cidade mas em **contorná-la**. Decidindo atravessar o Brasil, queríamos **manter aceso o facho da revolução** e dar oportunidade também para que as guarnições militares onde tínhamos amigos também se levantassem. Acreditávamos naqueles companheiros que haviam ficado até então inativos, certos de que eles abraçariam a nossa causa na ocasião oportuna. O mais importante, no momento, era continuar a campanha e não nos deixar abater. Para isso, seria mister **marchar sempre, fazer a luta de movimento, cansar os adversários** e renovar continuamente os nossos quadros. **Só nos empenharíamos em luta séria quando isso fosse de todo em todo necessário** ou quando uma vitória fácil nos trouxesse renovação de armamento e remuniciamento (BARROS, 1997, p. 83-84, grifo nosso).

Em Mato Grosso, a Coluna Miguel Costa – Prestes adotara a guerra do movimento “opondo-se à doutrina da guerra em defesas fixas - preconizada pelo general Gamelin e pela Missão Francesa-, praticou a guerra de movimento em toda a sua plenitude, obtendo honrosos resultados no campo militar, tendo seus chefes demonstrado capacidade estratégica e tática e extrema habilidade na movimentação de tropas”. (CARNEIRO, 1965, p. 329).

De acordo com Klinger (1958, p. 224), os rebeldes dos regimentos João Alberto e Siqueira Campos, após o ataque na Cabeceira do Apa, acamparam na cabeceira do Aquidabã e seguiram para o Passo de Santa Virgínia (no rio Dourados), depois para a Fazenda de São Bento e, em seguida, para o Passo de Santa Rosa (no rio Brillhante), servindo de proteção do flanco para o grosso da Coluna, que marchava rumo ao Patrimônio de Dourados. Prosseguiram com a proteção oeste, rumando para a Estação de Rio Pardo, da EFNOB, onde os regimentos se reuniram com o grosso da Divisão Revolucionária.

Enquanto a flancoguarda oeste combatia na Cabeceira do Apa, o grosso da Divisão Revolucionária concentrou-se, em 13 de maio, na região entre a ponte do rio Amambai e a vila de Campanário e dali deslocou-se para o Patrimônio de Dourados. Durante a marcha, a uma légua dessa localidade, houve a incorporação do batalhão comandado por Oswaldo Cordeiro de Farias. Esse batalhão, formado em sua maioria por militares do 1º Batalhão Ferroviário, sediado na época em Santo Ângelo – RS, havia se adiantado ao grosso da Divisão e ocupava o Patrimônio de Dourados.

Prosseguindo na marcha, a 24 de maio de 1925, a Divisão transpôs o rio Brillhante e, depois, sucessivamente, o Vacaria, o Anhanduizinho, o Lontra e o São Félix. No dia 31 de maio, foi feita uma demonstração de força sobre a Estação Rio Pardo (Anexo G), da EFNOB,

destruindo no combate o aparelho telegráfico. O objetivo da demonstração de força foi forçar o governo a concentrar naquele ponto um grande efetivo militar, desguarnecendo as demais estações. Assim, a 2 de junho a Divisão Revolucionária atravessou a estrada de ferro, na ponte do rio das Botas, entre as estações de Balsamo e Alegre (Anexo G) (*O Combate* - SP, nº 3026, 31 ago. 1925, p. 1). A 4 de junho ocupou a vila Jaraguari (cerca de 50 quilômetros a nordeste de Campo Grande), a 10 de junho estava na cabeceira do rio Camapuã (Anexo G). Entre 18 e 20 de junho aconteceram combates na região de Baús com as forças legais comandadas pelo major Bertoldo Klinger. Finalmente, a 21 de junho, os integrantes da Coluna Miguel Costa - Prestes rumaram em direção às cabeceiras do rio Araguaia. A saída de Mato Grosso deu-se em 23 de junho, quando entraram no Goiás, através da região conhecida como Cabeceira Alta, próxima da cidade de Mineiros (mostrada no Anexo G), terminando a campanha de Mato Grosso, onde percorreram cerca de dois mil quilômetros. (TÁVORA, 1974, p. 182).

O Destacamento Klinger recebeu, em 4 de junho, ordens de recolhimento à Campo Grande, terminado a 10 de junho, três dias após sua dissolução (7 de junho de 1925). Entendendo ser a permanência nas fileiras legais dos voluntários “patriotas” desnecessária e dispendiosa, em 21 de maio, o major Bertholdo Klinger iniciou pelo esquadrão bela-vistense a dispensa desses combatentes. A desmobilização dos civis voluntários prosseguiu em 29 de maio, quando autorizou o Esquadrão Otávio Neto a recolher-se para o Patrimônio de Dourados, de onde eram seus homens, e licenciou doze homens, utilizados na tração das peças da artilharia “pela simxa”, descrita com o uso de seu vocabulário. E, na solenidade comemorativa da Batalha Naval do Riachuelo (11 de junho), o comandante oficializou a dispensa de todas as forças improvisadas (Klinger, 1958, p. 228).

O major Bertholdo Klinger revelou possuir uma impressão negativa da utilização das forças “patrióticas”. Em sua avaliação do valor militar dessas forças, encontradas em seu Destacamento, afirmou:

50° RC da Rezerva, logo depois o Escuadrão Otávio Néto e porfim a farandula dos 44 voluntários (?) do “coronel” Clemente BARBÓZA procedente de BÉLAVISTA, á ilharga do 10 RCI, figurando entre eles paraguaios, ce só guarani entendiaom. Tudo éra gente de “a cavalo”: a pouca rezistêmsia deste agravava a precariedade do valor militar de taes ‘forsas’. Por muinto boa vontade ce tivêsem, seu aosílio éra defisiente, cuando não ilusório, até contraproducente. (KLINGER, 1958, p. 228).

O major Betholdo Klinger mencionou como precário o valor militar dos grupamentos organizados por voluntários, os “patrióticos” para lutarem ao lado das forças governistas contra os revolucionários. No entanto, o general Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra

condutor das operações militares de repressão aos rebeldes, reconheceu em seus relatórios (RMG 1923, 1924, 1925) o valor da cooperação prestada pelas forças públicas estaduais e pelos cidadãos integrantes dos batalhões patrióticos.

Por ocasião da dissolução do Destacamento Sul, o general Malan D'Angrogne, formulou esse elogio ao major Klinger, publicado no BI nº 139 de Circunscrição Militar. No texto, o general mencionou sua ordem para interromper o movimento retrógrado das forças que haviam se retirado de Ponta Porã para Campo Grande e as ações no combate da Cabeceira do Apa:

MAJOR KLINGER – Agradeço ao major Klinger a presteza e abnegação com que partiu para tomar conta de uma situação comprometida. Deu cabal desempenho às directivas esboçadas: restabeleceu a confiança das tropas e **inverteu-lhe a ordem de marcha**. Chefe do Estado-Maior do Destacamento Sul, exercendo por delegação o comando, coube-lhe reorganizar as forças e insuflar-lhe novo espírito. O combate de quatorze de maio, na **Cabeceira do Apa**, tornou-se, devido às disposições tomadas pelo major Klinger, a ação que golpeou decisivamente a invasão. O contra-ataque de quinze, a perseguição contínua que se seguiu, restituíram ao destacamento a superioridade moral, momentaneamente perdida com a evacuação precipitada de Ponta Porã. (*O COMBATE* – SP, nº 3039, 16 set. 1925, p. 1, grifo nosso).

Com o seu Destacamento dissolvido, o major Bertholdo Klinger recebeu, em 11 de junho, a designação para o comando do Destacamento do Centro de Mato Grosso, devendo representar o general comandante, organizar o destacamento e coordenar os movimentos em perseguição aos revolucionários (Klinger, 1958, p. 231).

Quanto aos rebeldes, a separação da tropa em brigadas, de acordo com suas origens (sulistas e paulistas), adotada para a invasão do Mato Grosso, trouxe animosidade entre seus integrantes, pois

Os gaúchos, já relativamente bem montados, e marchando na vanguarda, obtinham, graças às suas potreadas, cada vez mais cavalos, enquanto os paulistas, desprovidos de cavalos e impossibilitados de arrebanhá-los longe de seu eixo de deslocamento, raramente conseguiam novas montarias (TÁVORA 1974, p. 179).

Havia, portanto, uma divisão dentro da Divisão Revolucionária, resultando em grupamentos de tropas diferentes em suas origens, formação e maneiras de combater. Os paulistas, em quase totalidade, deslocavam-se a pé, enquanto grande parte dos sulistas seguia marchando montada. Para superar essa animosidade, em 10 de junho de 1925, em uma reunião dos oficiais revolucionários, nas cabeceiras do Camapuã, decidiu-se pela reorganização do comando e reagrupamento das tropas, conforme narrado por Távora (1974,

p. 181). Pela composição a ser adotada, o Major Miguel Costa, da Força Policial de São Paulo, comissionado como general revolucionário, ficou no cargo de comandante, e Prestes, como coronel, foi designado para chefe do Estado-Maior, e Juarez Távora como integrante. As tropas foram grupadas em quatro destacamentos, cada um deles formado de soldados gaúchos e paulistas, mesclados: o 1º, comandado pelo tenente-coronel Osvaldo Cordeiro de Farias; o 2º, comandado pelo tenente-coronel João Alberto, o 3º, sob o comando do tenente-coronel Siqueira Campos; e, o 4º, tendo por comandante o tenente-coronel Djalma Dutra. Outros autores citam essa reestruturação como adotada logo no início da invasão. Por esse motivo, o Destacamento do tenente-coronel João Alberto é denominado como “2º” na fase inicial da marcha no sul do Mato Grosso.

O sistema de requisições, segundo Meirelles (1995), fora adotado pelos rebeldes durante a ocupação de São Paulo. As requisições seriam posteriormente apresentadas ao governo para ressarcimento dos artigos apropriados pelos rebeldes. Em 1926, circulou a notícia de que o governo federal iria pagar as requisições feitas em virtude do movimento revolucionário de 1924, mas com uma ressalva:

Antes de encerrarmos esta auspiciosa notícia, queremos consignar um apelo, em nome das classes produtoras do Estado, para que, no caso de voltarmos ao regime das requisições, serem elas levadas a efeito debaixo de critério seguro e insofismável, ao invés do que aconteceu da vez passada, o que motivou impugnação de contas, por entender a Comissão encarregada dos respectivos processos que certas requisições não eram atendíveis porque os que a firmavam não tinham, para o caso, atribuições legais. É de ver-se quão de injustiça foi esse critério, pois, a comerciante ou fazendeiro não era dado escusar a entrega de suas mercadorias ou gados, até que se consultasse o Ministro sobre as credenciais dos requisitantes. (JOP, nº 233, 8 ago. 1926, p. 1).

Verifica-se que os fazendeiros e comerciantes apresentaram suas requisições para o pagamento por uma Comissão instituída pelo governo. No entanto, alguns deles não foram atendidos, por ter a Comissão entendido que os revoltosos requisitantes não possuíam as atribuições legais. A falta de pagamento estava relacionada com as requisições do período em que o general Nepomuceno da Costa comandava a Circunscrição Militar, de 13 de outubro de 1923 a 20 de outubro de 1924. As requisições realizadas durante o comando do general Malan, seu sucessor, estavam pagas.

6.2 A rebelião no 17º Batalhão de Caçadores (março de 1925) e no 6º BE (fevereiro de 1925)

A rebelião no 17º Batalhão de Caçadores em Corumbá, ocorrida em 27 de março de 1925, foi descrita em versões conflitantes sobre as intenções dos rebeldes.

De acordo com o relatório do general Malan, comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, em março de 1925, o 17º BC já havia retornado ao quartel em Corumbá, pois estivera afastado de sua guarnição para os combates aos revoltosos em Três Lagoas. Como a unidade estava muito desfalcada de oficiais, o capitão Luiz de Oliveira Pinto, proveniente do Rio de Janeiro, de onde trouxera um contingente do 11º BC, exercia o comando do batalhão. (MALAN, 1977, p. 238-239).

O capitão Luiz de Oliveira Pinto, oficial efetivo do Exército, chefiava o Estado-Maior da Força Pública do Estado do Pará quando recebeu a determinação, em julho de 1924, para incorporar-se às forças que combatiam em São Paulo o movimento revolucionário (*O Brasil – RJ*, nº 812, 27 jul. 1924, p. 1). No posto de major, solicitou reforma do Exército em 1928. (*Diário Carioca – RJ*, nº 17, 4 ago. 1928, p. 6).

Na madrugada de 27 de março, um motim teve início na enfermaria militar no 17º BC, conduzido por dois sargentos, Antonio Carlos de Aquino e Adalberto Granja, sendo o sargento Aquino benquistado entre soldados e civis. Ao amanhecer, após um tiroteio na praça da Cadeia, o motim se espalhou pela cidade. O capitão Pinto

dormia em uma rede, num quarto aberto, no quartel, tal a confiança em seus homens. Acordado aos gritos, subjugado apesar de resistir, foi levado aos empurrões e murros para o xadrez, onde foi encerrado, enquanto os presos, postos em liberdade, formavam com as demais praças. Ao amanhecer, o motim alastrava, senhor da cidade apoderando-se do telégrafo. Os oficiais que iam chegando ao quartel eram presos, de sentinela à vista. (MALAN, 1977, p. 238).

O general Malan comentou a situação existente no batalhão e o estado emocional do comandante. A contrarrevolta na cidade foi organizada na parte da manhã de 27 de março, pelo coronel Fructuoso Mendes⁵, chefe da Circunscrição de Alistamento Militar em Corumbá, e dois tenentes. Em um tiroteio na cidade, ocorreu a morte de quatro praças e o ferimento de um tenente. Por essa situação, o capitão Pinto tomou severas atitudes, assim comentadas:

⁵ Antibernardista, havia uma expectativa dos revolucionários de que fosse favorável à revolução, pois participara ativamente da *Questão das Cartas Falsas*, era o proponente da *Moção Fructuoso Mendes*, posicionando-se favorável à autenticidade da carta e à candidatura de Nilo Peçanha. Ficou preso nas Ilhas das Cobras em 1922, mas como não foi denunciado, solicitou ao promotor militar sua inclusão entre os arrolados no processo. Teve a sua petição negada, conforme *A Noite - RJ* (nº 3979, 29 dez. 1922, p. 7). A sua transferência para Mato Grosso possivelmente é decorrente desses episódios.

A dolorosa sangria teve o efeito de impedir daí em diante a repetição de atos de rebeldia, de indisciplina, que traduzem aliás a completa desorganização mental em que ainda nos debatemos e para a qual colaboravam ambiciosos de mando e idealistas desorientados.[...] Para criticá-las e discuti-las [as medidas], mister se faz evocar os transe do chefe insultado, desautorizado e humilhado, preso longas horas, escarnecido pelos seus comandados, percebendo a situação ainda precária, instável, que somente um ato de audácia podia consolidar. (MALAN, 1977, p. 239).

Enquanto preso no quartel, o capitão Pinto apelava para as praças conhecidas, através das grades do xadrez, o final da rebeldia. Por volta das onze horas, seu intento de liberdade foi alcançado. Então, tratou de restabelecer a sua autoridade, reuniu os soldados que considerou como leais e debelou o motim, tomando medidas “enérgicas, violentas, mas de efeito imediato” (MALAN, 1977, p. 239).

Lourenço Moreira Lima (1979, p. 93), um revolucionário e secretário da Coluna Miguel Costa – Prestes, em sua narrativa esclarece sobre as medidas “enérgicas e violentas” do capitão Pinto. Segundo o seu ponto de vista, os próprios soldados revoltados soltaram o capitão Pinto, comandante do batalhão, e entregaram-lhe os sargentos Antonio Carlos de Aquino e Adalberto Granja. O capitão Pinto teria, então, imediatamente mandado assassinar os sargentos. O sargento Granja conseguiu fugir, apesar de ferido e Aquino, o outro sargento, foi arrastado para junto de um muro (a tradição popular diz que foi um muro do Forte Junqueira, existente na área do quartel), cobrindo-o de injúrias soezes e pornográficas, enquanto a soldadesca o empurrava brutalmente, espancando-o. Após cair, varado por dezenas de balas, o capitão Pinto ainda cometeu um ato considerado infame, ao dar um pontapé no rosto do cadáver, que jazia sem vida sob a púrpura do seu próprio sangue, jorrando das feridas que retalharam o corpo. Lima (1979, p. 94), com essa descrição, apresenta o sargento Aquino martirizado cruelmente em sua morte.

Lourenço Lima e o sargento Granja haviam se encontrado em outras ocasiões. A primeira, quando estiveram presos em um dos xadrezes da Cadeia Pública de São Paulo, no segundo semestre de 1924 (LIMA, 1979, p. 83). Outro encontro entre Lima e Granja ocorreu após os dois terem sido colocados em liberdade, a bordo do vapor *Fernandes Vieira*, entre Porto Esperança e Corumbá, quando Lima viajava para se reunir com a Coluna Miguel Costa – Prestes. Granja seguia para a casa de sua família, nessa cidade. E, neste encontro, Adalberto Granja revelou a Lima (1979, p. 91) que se reunira com vários sargentos em Campo Grande e Aquidauana, dispostos a rebelarem-se, e fora encarregado de obter a adesão do 17º BC, onde um seu irmão era sargento. Acreditava ser fácil obter o apoio de elementos civis, e Lima

confidenciou a intenção de entregar ao coronel Frutuoso Mendes, servindo em Corumbá, a chefia do levante nessa cidade.

Adalberto Granja⁶ participou de uma tentativa de levante de praças em Aquidauana, no 6º Batalhão de Engenharia, nos dias 12 e 13 de fevereiro, conforme revelou a Lourenço Moreira Lima. Por causa da sua liderança no movimento, foi excluído do Exército e de sua reserva, conforme constou na solução do inquérito:

Compulsados e estudados os inquéritos abertos sobre a **tentativa de levante de algumas praças no 6º BE, em Aquidauana, a 12 e 13 de fevereiro findo**, em face das conclusões, declarações precisas dos indiciados, de acordo com nº 3 do art. 437 do RISG e nos termos da circular de 12 de setembro do Senhor ministro da Guerra, resolvo: **excluir do Exército e de sua reserva, por incapacidade moral**, os ex-3º sargentos Olavo de Moraes Athaide e João Gomes Monteiro e **sargento reservista Adalberto Granja**, nos termos da aludida circular; estes ex-praças, conforme confessaram, pretendiam proceder traiçoeiramente contra as instituições, esquecidas do compromisso que prestaram ante à Pátria, simbolizada na Bandeira Nacional. Faltaram, portanto, ao juramento que deram, em todas as situações, constiur ponto de honra para os militares. Permanecem presos, aguardando oportuna entrega à Polícia Civil. (BolReg10, nº 66, de 18 mar. 1925, p. 72, grifo nosso).

A tentativa de levante de praças no 6º BE, com a exclusão de sargentos, constou no Relatório do general Malan, como comandante da Circunscrição Militar, conforme a narração do seu filho:

Antes, porém, de ter de enfrentar a nova ação rebelde, ele teve que debelar surtos de indisciplina ocorridos no 6º BE, em Aquidauana; [...] no mês de fevereiro de 1925, o comando da unidade – 6º BE – obtivera seguros indícios da existência de correspondência entre inferiores, entendimentos e bases de conspiração. Presos 14 responsáveis, após inquérito **foram excluídos do Exército 3 sargentos**. (MALAN, 1977, p. 237, grifo nosso).

Possivelmente, após a sua prisão e expulsão em Aquidauna, Adalberto Granja rumou para Corumbá, tendo encontrado no percurso o Lourenço Lima e, em seguida, participado do levante do 17º BC.

O sargento Adalberto Granja, após escapar do fuzilamento pela fuga, constou entre os revolucionários que se apoderaram de Ponta Porã, em 9 de maio de 1925, e evitaram os saques na cidade, abandonada pela tropa legalista, segundo Lima (1979). Aparece identificado como 2º tenente e extraviado em combate, na fotografia com os integrantes do Estado-Maior da Coluna Miguel Costa-Prestes, tirada em janeiro de 1926, “na Fazenda Coutinho, depois da

⁶ Segundo Corrêa (2006b, p. 107), Lourenço Moreira Lima teria cometido um equívoco, e o nome do sargento seria Armando Granja. O nome utilizado neste trabalho é Adalberto, seguindo vários jornais que publicaram notícias sobre a Revolta de 27 de março de 1925 em Corumbá.

retirada de Teresina” (*A Manhã* – RJ, nº 317, de 4 jan. 1927, p.5). Mais tarde, teria sido capturado e enviado preso para Clevelândia, onde morreu de maus tratos.

Na narração de Corrêa (2006b, p. 108), os rebeldes prenderam o capitão Luiz de Oliveira Pinto, comandante do 17º BC, o capitão Manoel Pereira da Silva, comandante da Força Pública Estadual, o tenente Arthur Xavier Sobrinho, e ocuparam militarmente o correio e o telégrafo. O telegrafista David Paulo de Lacerda, ao presenciar a ocupação, fugiu e alertou o comandante da flotilha de Mato Grosso em Ladário, segundo Meirelles (1995, p. 360). O pessoal do telégrafo teve uma ação destacada na reação aos rebeldes, transmitindo “as ocorrências em comunicações secretas e da melhor forma possível para bem servir à legalidade” (*O Estado do Paraná* - PR, nº 74, 07 abr. 1925, p. 8). Por sua ação, “na prática de serviços de vulto em favor da causa da legalidade”, o telegrafista Lacerda foi promovido por merecimento (*Jornal do Brasil* – RJ, nº 81, 04 de abr. 1925, p. 5).

Além dos dois sargentos mencionados, os sargentos João Leite de Figueiredo, Marcondes Fontes Esperidião Ferraz, Bertholdo de Souza Papa e o cabo Arlindo, teriam participado da liderança da revolta, segundo Corrêa (2006b, p. 108). O sargento Lydio de Gomes Barros é citado também como um dos chefes da revolta (*O Estado do Paraná* - PR, nº 74, 07 abr. 1925, p. 8).

O movimento rebelde em Corumbá durou apenas algumas horas e terminou de maneira trágica. Os civis da cidade e o comandante da flotilha de Mato Grosso não aderiram ao movimento, frustrando o planejamento rebelde. O coronel Frutuoso Mendes, além de não aderir, liderou a contrarrevolta, recebendo o auxílio do comandante da flotilha do Mato Grosso, dos oficiais residentes fora do quartel, de alguns sargentos, soldados e grande número de civis, que permaneceram à disposição da legalidade. O intendente municipal de Corumbá, Cyriaco Felix de Toledo cooperou com a contrarrevolta, após ser avisado, logo ao amanhecer, da ocorrência de algo de anormal em Corumbá:

Procurou auxiliar na medida do possível os oficiais que pernoitaram fora do quartel na organização de uma defesa às nossas famílias. E tão eficaz foi essa organização, tão devastadoras e valentes se mostraram os distintos oficiais que nela tomaram parte e dos quais não declino aqui os nomes com receio, que de cometer alguma lamentável omissão⁷, que dentro de uma ou duas horas os rebeldes perderam as posições ocupadas dentro da cidade,

⁷ Seriam os tenentes Enock Corrêa Arruda, Severino da Costa Júnior, Manoel S. de Oliveira e Antonio Mendonça, segundo *O Imparcial* - RJ (nº 4485, 4 abr. 1925, p. 6), e o capitão Eudoro Corrêa de Arruda e Sá, os responsáveis pela libertação do capitão Luiz de Oliveira Pinto (*Correio da Manhã* - RJ, nº 9825, 28 jan. 1927, p. 1).

ficando sua ação circunscrita ao quartel onde se achavam⁸ (apud CORRÊA, 2006b, p. 109).

Apesar da curta duração, os combates em Corumbá foram violentos e resultaram em duas dezenas de feridos, entre eles o 1º tenente Arthur Benites Guimarães, o fiscal do batalhão, e o sargento Alberto Moreira Filho, depois comissionado no posto de 2º tenente, segundo Corrêa (2006b, p. 109). O tenente Benites foi alvejado com um tiro no peito, disparado por um cabo (*Estado do Paraná* – PR, nº 74, 07 abr. 1925, p. 8).

Após a suspensão do Estado de Sítio e conseqüentemente da censura aos jornais, em janeiro de 1927, vários órgãos da imprensa publicaram uma carta que teriam recebido durante o período de exceção. O conteúdo das reportagens, baseadas nessa carta, é semelhante à narração de que Lourenço Moreira Lima (1979), mas não se encontraram indícios para atribuir a esse revolucionário a autoria da carta.

Em Três Lagoas, divulgou-se o retorno do capitão Luiz de Oliveira Pinto para o Rio de Janeiro. A notícia, inserida no centro superior da primeira página, destacou a bondade do militar:

É talhado para as funções de comando, **enérgico quando assim é preciso**, mas **bondoso no trato habitual dos seus soldados que o têm em grande estima**. Em amistoso e delicado cartão que dirigiu ao nosso diretor, mostrou-se sensibilizado pelas atenções que recebeu em Três Lagoas [de onde partiu para Corumbá], para cujo progresso faz os melhores votos e comunica que propôs ao Conselho do Batalhão que fosse feita uma dádiva de trezentos mil réis ao hospital como compensação pelos pequenos estragos que a permanência dos soldados possa lhe ter causado, proposta essa que foi aceita. (*A Notícia* – MT, nº 127, 16 jul. 1925, p.1).

O general Malan d'Angrogen, comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, nomeou, em março de 1926, o major Alfredo Alberto de Alencastro para realizar um inquérito sobre a Revolta de Corumbá (*Correio da Manhã* – RJ, nº 9825, 28 jan. 1927, p. 1). Depois, designou-se Francisco Anselmo das Chagas, promotor de justiça do Rio de Janeiro (*Gazeta do Commercio* – MT, nº 265, 27 jun. 1926, p. 1), para uma revisão do processo penal, em trabalhos de correição de processos findos. (*Diário Carioca* – RJ, nº 17, 04 ago. 1928). O auditor da Promotoria, Dr. Trajano Balduino de Oliveira, solicitou o arquivamento do processo (Corrêa, 2006b, p. 112) e não atribuiu culpa ao capitão Luiz de Oliveira Pinto, concordando com o parecer do promotor de que o “o ato do comandante constituía uma medida necessária da ordem pública” (*Correio da Manhã* – RJ, nº 9825, 28 jan. 1927, p. 1).

⁸ Transcrito do Relatório do Intendente Municipal Cyriaco Felix de Toledo à Câmara Municipal de Corumbá em 5 de novembro de 1925, armazenado no Arquivo de Corumbá.

Segundo informações esparsas obtidas nos jornais, instaurou-se outro inquérito pela Circunscrição Militar sobre a Revolta de Corumbá, ocorrida em março de 1925, para apurar a responsabilidade dos identificados como revoltosos. O major médico Julio Mario de Castro Pinto (*Jornal do Commercio* – MT, nº 233, 21 maio 1927, p. 1) foi o encarregado, assistido pelo Dr. Adalberto Barreto, promotor militar, em Campo Grande, no Conselho de Justiça Militar da Circunscrição Militar. O processo qualificou 32 praças (sargentos e soldados) como implicadas (*Jornal do Commercio* – MT, nº 232, 20 maio 1927, p. 4), e pela denúncia de 15 de outubro de 1925, indiciaram-se 29 militares por crime coletivo de sedição ou motim (artigo 93 do Código Penal Militar⁹). Desde 27 de março de 1925, os implicados permaneceram presos preventivamente no Forte Coimbra, aguardando a solução do processo. Alguns sofreram o rebaixamento de posto e, posteriormente conseguiram a “alta de posto”, por não ter sido regular a pena de rebaixamento que lhes fora imposta (*Jornal do Commercio* – MT, nº 273, 09 jul. 1927, p.4, transcrição do Boletim Diário nº 155, da CMMT).

Em 1927, alguns militares obtiveram *habeas corpus* e entraram em liberdade. A prisão preventiva prolongada justificou-se pela demora e dificuldade para apurar, no decorrer do processo, uma possível ligação dos rebeldes do 17º BC com os revoltosos de São Paulo (*Jornal do Commercio* – RJ, nº 282, 12 out. 1926, p. 8).

Segundo Corrêa (2006b, p.123), a revolta dos militares de Corumbá, com a tomada do quartel em março de 1925, se enquadra dentro do *Movimento Tenentista*. Uma ligação com o *Tenentismo* encontra-se na descrição de Lima (1979) dos seus encontros com o sargento Adalberto Granja. Meirelles (1995, p. 360 e 400) menciona que “os amotinados tinham ligações com o 11º Regimento de Cavalaria Independente, de Ponta Porã, na divisa de Mato Grosso com o Paraguai, que também se levantara em armas, na mesma noite, mas não teve forças para ultrapassar os muros do quartel”. A confirmar essa ligação, o 1º tenente Jorge Lobo Machado, apontado como um dos líderes do Levante do 10º RCI em Bela Vista, é apresentado como implicado “na tentativa de revolta do 17º Batalhão de Caçadores, segundo documentos interceptados, aos quaes se fazem referência ao seu concurso” (*Jornal do Brasil* – RJ, nº 96, 22 abr. 1925, p. 6).

Os segundos-sargentos José Leite de Figueiredo e Hercilio Tavares de Oliveira foram considerados como cabeças da revolução. Além deles, identificaram-se os seguintes militares

⁹ Pena de prisão com trabalho por dez a trinta anos, aos cabeças e aos demais co-réus, de prisão com trabalho de dois a oito anos. Adotou-se o Código Penal para a Armada, aprovado pelo Decreto nº 18, de 07 de março de 1891, conforme determinado pela Lei nº 612, de 29 de setembro de 1899. < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-612-29-setembro-1899-540610-publicacaooriginal-41179-pl.html> >.

como implicados na Revolta de 1925 no 17º BC: cabos Lino Marcellino Vianna, Antonio Esperidião Ferraz, Arlindo José da Silva, Dorvelino Alves da Silva, que obtiveram alta do posto; cabos Armando (Armando) Pereira da Silva, Barnabé de Moraes; soldados Wilson Roberto (Rodrigues) de Sousa, João Guilherme da Costa, Bertholdo de Sousa Papa; e, sem graduação identificada: Ramão Espindola, Manoel Macedo Pinto, José Bezerra da Silva, João Baptista de Meneses, Heraclito Dactivo Cordeiro, Martinho C. Carvalho, Joaquim José de Almeida, Domingos Dorsa da Costa, João Elpidio de Oliveira, Manoel Ambrósio Garcia da Silva, Estácio Dias dos Santos e Carlos Augusto do Amaral (*Jornal do Commercio* - MT, nº 238, 27 maio 1927, p. 1 e nº 270, 06 jul. 1927, p. 4)¹⁰.

Sobre a sentença final no processo, José Leite de Figueiredo conseguiu sua absolvição do crime previsto no artigo 117 (deserção) do Código Penal, no julgamento em sessão secreta de 31 de agosto de 1928. A promotoria apelou para a 11ª CJM, e obteve o provimento do recurso na sessão de 3 de setembro de 1928 do Supremo Tribunal Militar, condenando-o ao grau mínimo (prisão com trabalho por seis meses). (*Gazeta de Notícias* – RJ, nº 211, 4 set. 1928, p. 6).

Sobre a morte do sargento Aquino, narrada por Lima (1979, p. 361), por fuzilamento e com cenas de crueldade, uma reportagem menciona que ele estaria vivo, exercendo a profissão de professor, após ter participado da Revolução de 1930. O militar, declarando-se vivo, prestou as seguintes informações:

RESSURGE COM A REVOLUÇÃO O SARGENTO AQUINO DADO COMO MORTO. São Paulo, 28. (A.B.) – Acompanhado de grande massa popular esteve hoje em visita à Agência Brasileira **o sargento Pedro Aquino**, professor de ciências e línguas da cidade de Ponta Grossa. Esse militar, que serviu incorporado ao 13º RI daquela cidade, sob o comando do Major Plaizant, faz parte da coluna do coronel Waldomiro Lima. O sargento Aquino fez toda a campanha da presente revolução na fronteira Paraná-São Paulo, no setor de Ribeira, junto ao litoral, onde entrou em diversos combates. Acompanharam aquele sargento, na visita que nos fez, o tenente Adherbal Serpa e seu ajudante, assim como o Sr. João Gomes Barreto, do Partido Democrático. O sargento Aquino, que é um militar estudioso, vem dizer-nos que **é um revolucionário de 1924, quando foi condenado à morte pelas forças legais de Mato Grosso, em cuja circunscrição servia. Sobreviveu, felizmente à pena que lhe fora imposta graças a sua iniciativa própria, quando era conduzido para o lugar da execução**, uma barranca à margem do rio Paraná [sic]. Aproveitando de um descuido da escolta que o conduzia, lançou-se rapidamente à água do rio, através da qual com o auxílio da noite, conseguiu fugir a nado da sanha de seus inimigos. (*O Matto Grosso* - MT, nº 2190, 28 dez. 1930, p. 5, grifo nosso).

¹⁰ O Boletim Diário nº 153, da CMMT, transcreveu o resultado do *habeas corpus* no Supremo Tribunal Militar, das praças que estavam presos no 5º GACosta, em Forte Coimbra.

Segundo essa reportagem, o sargento Adalberto Granja seria o militar fuzilado, mas nas margens do rio Paraná: “Menos feliz do que o sargento Aquino foi o seu colega de infortúnio, sargento Granja que, por não ter tido igual expediente, foi fuzilado no mesmo local, logo depois”. (*O Matto Grosso* - MT, nº 2190, 28 dez. 1930, p. 5).

De acordo com sua narração, o sargento Pedro Aquino teria permanecido vagando pelas matas do Estado de Mato Grosso, a pé, e atingiu o território boliviano, onde ficou homiziado. Por causa do seu desaparecimento, circulou a notícia de que teria sido fuzilado. O sargento Pedro Aquino declarou ter iludido a sua família: “Mas, graças a Deus, mesmo depois de ter sido tomado como morto pela minha própria família, que não sabia do paradeiro mesmo depois de enterrado vivo pelos legalistas, aqui vim para derrubá-los e como vê, estou bem vivo”. (*O Matto Grosso* - MT, nº 2190, 28 dez. 1930, p. 5).

Cita-se essa reportagem como curiosidade. Apesar de os acontecimentos serem iguais, não se encontrou a publicação em outros jornais, e o nome citado do sargento, *Pedro Aquino*, é diferente do mencionado em outros documentos. A viúva do sargento Antonio Carlos Aquino foi contemplada com uma pensão militar referente à patente de capitão, segundo Corrêa (2006b, p.124) o que confirma o nome e a morte do seu marido militar.

É possível mencionar duas causas para a revolta do 17º Batalhão de Caçadores, ocorrida em 27 de março de 1925. Uma seria o atraso de pagamentos e outra a relação com o *Movimento Tenentista*.

O general Malan reconheceu que em dezembro de 1924 havia um atraso de oito meses no pagamento dos vencimentos da tropa e a revolta fora conduzida por dois sargentos, e um deles, o sargento Aquino, “realmente benquisto entre soldado e civis”, (MALAN, 1977, p. 238 e 257). Motivada pelo atraso no pagamento dos vencimentos, a rebelião seria estritamente militar e, portanto, disciplinar.

Os sargentos e praças do 17º Batalhão de Caçadores tinham os vencimentos atrasadíssimos. Além disso, lutando com as maiores dificuldades com o comércio a negar-lhes crédito e vendo as respectivas famílias a passar toda sorte de necessidade, estavam sendo perseguidos por um primeiro-tenente arvorado em fiscal do corpo. A indignação era geral e o espírito de revolta era latente. (*Correio da Manhã* – RJ, nº 9825, 28 jan. 1927, p. 1).

O pagamento era uma das responsabilidades do fiscal do batalhão, e este ao realizá-lo, desamparava e perseguia os sargentos e praças. Por esse motivo, a sua escolha pelos rebeldes como alvo, sofrendo ferimentos à bala no peito: “só um desejavam eles pegar, mas esse se escondera valentemente: era o fiscal perseguidor” (*Correio da Manhã* – RJ, nº 9825, 28 jan. 1927, p. 1).

É possível afirmar a ocorrência de uma conjugação dos motivos disciplinares, pela falta de pagamento, com os ideais tenentistas, embora os sargentos liderassem a Revolta em Corumbá. Malan (1977, p. 238) relaciona dois incidentes disciplinares anteriores na tropa do 17º BC, ocorridos em Entre Rios e Campo Grande, em fevereiro de 1925. O de março de 1925 foi o de maior repercussão, possivelmente pelo fuzilamento de um dos seus líderes, o sargento Antonio Carlos Aquino.

A Revolta em Corumbá seria isolada, com poucas possibilidades de auxiliar os revolucionários, mas poderia resultar em um direcionamento de forças legais para contê-la, enfraquecendo o esforço governamental na região do Estado do Paraná. Não há indícios de que os rebeldes de Corumbá planejassem o deslocamento para reforçar os revolucionários em luta no Paraná. No final de março de 1925, os rebeldes no Paraná estavam em uma situação complicada. Em 29 março, após o cerco em Catanduvás, um grande efetivo rendeu-se, enquanto o comando revolucionário permanecia imobilizado e isolado em Foz do Iguaçu. E os gaúchos, em marcha rumo Norte, ainda cruzavam terras paranaenses.

6.3 As mulheres na Coluna Revolucionária: amantes ou guerreiras?

As mulheres estiveram presentes na Coluna Revolucionária. Segundo Prestes (1991, p. 201), ainda que pouco numerosas, elas também compartilhavam do espírito de aventura e do entusiasmo dos combatentes da coluna. Para Lima (1979, p. 130), tal como as *vivandeiras*¹¹ da Guerra da Tríplice Aliança, elas acompanhavam a Coluna e prestavam serviços nas enfermarias, preparavam a comida dos soldados e algumas eram valentes e combatentes. Muitas, casadas e amasiadas, acompanhavam seus maridos e companheiros.

Lima (1979, p. 130) justificou uma superestimação da quantidade de mulheres, pela aparência imberber de muitos soldados revolucionários, rapazes de doze a vinte anos, vindos do Sul, e por isso confundido com mulheres. As mulheres, realmente, seriam no máximo cinquenta, mas não passavam de dez quando internaram na Bolívia. Com a semelhança, teria surgido uma lenda de centenas de amazonas gaúchas lutando com extrema bravura na Coluna.

Em Mato Grosso, no começo da passagem da Coluna, as mulheres invadiram e saquearam casas de famílias, motivando severa repressão por parte dos próprios revolucionários, cita Lima (1979, p. 130). Ainda em Mato Grosso, um pouco antes de entrar

¹¹ Vivandeiras: mulher que vende ou leva mantimentos acompanhando tropas em marcha. (Bueno, 1986, p. 1203). Carvalho (2001 e 2008) realizou suas pesquisas para mestrado e doutorado sobre as vivandeiras na Coluna Prestes.

no Estado de Goiás, segundo Prestes (1991, p. 202), fato também mencionado por Lima (1979, p. 131), uma vivandeira, conhecida por *Santa Rosa*, teve um filho do sexo masculino, o primeiro a nascer durante a marcha da coluna e, vinte minutos depois, montou a cavalo, seguindo com a tropa. Ela acompanhava o Destacamento Cordeiro de Farias, e servia de polícia secreta do comandante contra as outras mulheres.

Na narração de Barros (1997, p. 80), no comando do 2º Destacamento Revolucionário, durante a permanência em Ponta Porã, enquanto aguardavam a aproximação do restante da Coluna, da qual seguiam como vanguarda, os revolucionários lotavam os “jiroquis”, descritos como “pequenos cabarés funcionando em casas de taipa, com chão de barro batido onde se dançava toda a noite com as ‘chinas’ a polca paraguaia, tocada por violinos e violões”. Era uma noite alegre, após vários meses privados da alegria proporcionada por músicas e danças. O ambiente festivo acabou por provocar animosidade com os homens paraguaios, exaltando os ânimos e deixando-os “de mau humor, viam as suas beldades passar nas danças de mão em mão entre os nossos soldados, sem que lhes chegasse a vez”. Havia a proibição dos revolucionários consumirem cachaça, mas ela não era obedecida, embora não tivessem como pagar as despesas.

Um conflito, naquela noite, transformou-se em tiroteio generalizado, e as patrulhas esforçaram-se para recolher os desordeiros para o acampamento. A confusão noturna resultou em três homens mortos, sendo um deles paraguaio, e uma dezena de feridos. Para evitar novos confrontos, Barros (1997, p. 81) determinou a saída da cidade, indo ocupar um acampamento a dez quilômetros da localidade conhecida como Cabeceira do Apa, onde acampava a tropa do governo. Naquele acampamento, o comandante do 2º Destacamento identificou “umas vinte mulheres paraguaias que, vestidas de homens, se misturavam à tropa, com a intenção de continuar na marcha” Então, elas foram mandadas “logo de volta a pé para Ponta Porã, sob o olhar melancólico dos seus admiradores” (BARROS, 1997, p. 81). Na narração de Meirelles (1995, p. 390), seriam trinta as paraguaias descobertas no acampamento.

Prestes ordenara para a guarda da retaguarda retrocederem as mulheres quando as tropas saíssem de qualquer povoado, impedindo que o número de voluntárias fossem aumentado (Lima, 1979, p. 130). Por ocasião da travessia do rio Uruguai, Luis Carlos Prestes proibira que elas atravessassem o rio para prosseguirem com os combatentes, mas quando a Coluna se colocou em marcha, pela manhã após a travessia, ele descobriu, espantado, que as mulheres haviam transposto o rio e já estavam montadas. Então, descreve Lima (1979, p.

130), Prestes permitiu que elas continuassem a viagem, reconhecendo serem elas moças gaúchas, e sentiu pena de abandoná-las naqueles sertões desertos.

Luís Carlos Prestes explicou a sua decisão, em uma entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo* (02 jul. 1978), transcrita por Sodré (1980, p. 89): “ao chegar a Santa Catarina, com grande surpresa, verifiquei que todas as vinte e poucas mulheres lá estavam. Isso porque todas elas eram relativamente admiradas e queridas pelos soldados”.

Siqueira Campos, segundo Lima (1979, p. 130), não suportava as vivandeiras e expulsava-as do seu destacamento, e mesmo quando elas se aproximavam da sua força, tomava-lhes os animais e deixava-as a pé no meio das estradas. Por isso, era temido e odiado pelas mulheres guerreiras, que, em vingança, o chamavam pelas costas de “olho de gato” e “barba de arame”.

Amado (1987) ao elaborar a biografia de Luis Carlos Prestes com o objetivo de auxiliar a causa da anistia aos presos e exilados políticos, relacionou algumas mulheres que marcharam com os revolucionários, mencionadas pelos apelidos recebidos. A chamada *Ai! Jesus!*, era uma “mulata espevitada”. A *Onça* dançava maxixe nas noites de selva e da caatinga. Aquela que ia vestida de couro, era confundida com vaqueiros e chamada de *Cara de Macaca*. *Hermínia*, uma loira austríaca, casou-se com um revolucionário negro “foi enfermeira da Coluna, mãe dos soldados feridos, irmã dos oficiais doentes”. *Isabel Pisca-Pisca* passava-se pela Princesa Isabel quando em contato com os sertanejos mais incultos. *Chininha*, embora gorda, era uma andarilha sem igual e marchava mais rápida que qualquer soldado. *Alzira* é citada como linda aos dezoito anos e de boca inculta. A mais bela das mulheres era a *Albertina* “a mais formosa das vivandeiras, flor do Rio Grande, tanta bondade no seu coração quanta beleza no seu corpo” (AMADO, 1987, p. 119).

Mostrando uma religiosidade existente nos combatentes revolucionários, Amado (1987, p. 123) destacou a “Tia Maria, a velha Maria que os governistas temiam, acusada por eles de ser feiticeira”. As tropas governistas odiavam o nome da *Tia Maria* como o de uma inimiga terrível, pois antes das batalhas, a “preta velha, seca e de olhos brilhantes” e “boca sem dentes de negra velha” teria a incumbência de invocar os deuses negros da macumba (Oxóssi, deus da guerra; Xangô, deus do raio; e, ainda, Ogum e Oxolugã) e pedir a proteção para os revolucionários, e assim “fechava às balas inimigas o corpo dos soldados da Coluna” (AMADO, 1987, p. 123).

Nessas descrições, encontramos as vivandeiras combatentes e as aventureiras. Na explicação de Lima (1979, p. 131), para aquelas que levavam uma vida de boêmia alegre, o

período com a Coluna em marcha foi uma vasta “farra”. Porém, todas “foram heroínas e muitas revelaram um alto grau de dedicação”. O prosseguimento com os revolucionários seria também pelo “espírito da conservação”, segundo Prestes (1991, p. 201), pois se abandonassem a Coluna ficariam à mercê dos legalistas, que cometiam as maiores barbaridades. Assim a única alternativa para elas era seguir em frente, acompanhando a Coluna.

6.4 Ações dos potreadores na região de Dourados, Entre Rios e Vacaria: o convívio e os saques às fazendas

As informações sobre a maneira como agiam com a população dos locais por onde passavam permitem elaborar uma configuração para o modo de atuação dos revolucionários. E mostram a percepção sobre os ideais revolucionários por parte dos habitantes afetados pela passagem da Coluna.

De acordo com Prestes (1995, p. 190) e Lima (1979, p. 136), na região sul de Mato Grosso os rebeldes usaram a experiência gaúcha das “potreadas”, pois encontraram cavalos para montaria e gado para alimentação. Os “potreadores” seguiam afastados do grosso da Coluna, reconhecendo áreas distantes e grandes, localizavam o inimigo, arrebanhando cavalos e alimentos. Ao se separarem da Coluna, tinham conhecimento da direção geral que seria seguida na marcha.

Montados e alimentados, os soldados da brigada “Rio Grande” desenvolviam grandes velocidades e faziam o reconhecimento das regiões por onde o grosso da tropa passaria. Os potreadores agiam destacados, isolados e com iniciativa. Pela descrição de Meirelles (1995, p. 399), eram pequenos grupos de 10 a 15 cavaleiros que exploram a região à procura de animais para montar. Eles se distanciavam, às vezes, de 20 a 30 quilômetros do grosso da tropa, ausentando-se durante três a cinco dias. Com essa autonomia:

Invadem cidades e vilas, de onde voltam com enormes cavalcadas. Criadas para cumprir um papel meramente logístico, as potreadas transformaram-se logo em importante instrumento de luta. Com uma mobilidade surpreendente, passam também a fustigar o inimigo onde estiver e quando este menos espera. A audácia dos potreadores não tem limites. (MEIRELLES, 1995, p. 399).

No começo da passagem da Coluna por Mato Grosso, conforme Lima (1979, p. 137) houve alguns excessos, mas eles foram reprimidos, embora fossem justificáveis. Para a repressão, foi criado um pelotão de disciplina, comandado pelo tenente Hermínio Fernandes Amado, subordinado diretamente ao Estado-Maior revolucionário. O Pelotão da Disciplina

recebia os soldados que “havia cometido faltas de alguma gravidade e sua punição consistia basicamente na reeducação através do trabalho redobrado” (PRESTES, 1991, p. 195).

A liberdade e autonomia teriam consequências desagradáveis. Os revoltosos, inclusive as mulheres que os acompanhavam, cometeram abusos e foram punidos, até mesmo com a pena do fuzilamento, superior à reeducação por trabalho redobrado:

Nas correrias enlouquecidas pelos campos de Mato Grosso, os rebeldes cometem alguns abusos, favorecidos pela impossibilidade de se vigiar o comportamento de tantos combatentes espalhados por lugares tão distantes. Os excessos, entretanto, são punidos de forma exemplar: com advertência por escrito, castigos físicos, expulsões e fuzilamentos. Ao chegar a Mato Grosso, até as mulheres que acompanham os rebeldes praticam violência, achando-se com o direito de invadir as casas de família que encontram pelo caminho. (MEIRELLES, 1995, p. 400).

Encontram-se, nos excessos e na punição com a pena de morte, exemplos do processo descivilizador que ocorre nas guerras, ao ser rompido o autocontrole pela ameaça de um grande perigo externo, ameaçador da sobrevivência, interrompendo o processo civilizador citado por Elias (1993 e 2011). O controle da violência fica ausente. Para obter o controle, o privilégio do monopolizar a violência, a autoridade impõe penas rigorosas, como os castigos físicos, trabalhos forçados e a morte por fuzilamento, algumas sem previsão nos regulamentos.

A Coluna alcançou, após a travessia do rio Iguatemi, a região do atual município de Iguatemi, chamada de Vila Sacarón ou Sacarão e, ainda, pelos revolucionários nas corruptelas de *Zacaró*, *Zacarô*, *Zaicarô* (Amado, 1987, p. 114) e *Sassoró*. Segundo Soares e Silva (1991, p. 26), baseado em informações obtidas de antigos moradores de Iguatemi, a vanguarda, formada pelo Destacamento João Alberto, chegou a Sacarão em 1º de maio. O grosso da coluna dali saiu em 08 de maio, enquanto a retaguarda, formada pelo Esquadrão, que se atrasara por conduzir os canhões, ali permaneceu por mais dez dias. Na localidade, existia apenas um estabelecimento comercial e “uns dez ranchos de taipa e capim” e a população não ultrapassava cinquenta ou sessenta pessoas no povoado, e possivelmente de cento e cinquenta a duzentos nas fazendas vizinhas. (SOARES e SILVA, 1991, p. 26-27).

A percepção deixada pela Coluna nos moradores da vila Sacarón, embora com a ressalva de que muitos podem ter exagerado, é coerente com a ideia dos revolucionários cometendo abusos. Segundo os depoimentos, os revoltosos “se espalharam prá tudo que é canto como formigas, roubando, saqueando, forçando os moradores a fugir [para o Paraguai, ou para as localidades mais próximas, Patrimônio União, a 120 quilômetros ou Ponta Porã,

distante 230 quilômetros], ou entregar o pouco que tinham”. Comparados a uma “Praga de Gafanhotos”, o resultado no único “bolicho” do povoado foi devastador:

Foi completamente depenado: dez toneladas de arroz foram distribuídas entre os revolucionários; como era muito arroz para pouca gente, o que sobrou foi dado aos cavalos; estes, por seu turno, foram roubados em massa das fazendas vizinhas, bem como o gado, que muitas vezes era abatido a tiro e carneado no local; com o passar dos dias, os rebeldes tiraram apenas as costelas para churrasquear e deixavam os restos para os urubus. Os poucos móveis eram arrastados para as cozinhas e transformados em lenha; as armas e munições que não estivessem bem escondidas eram tomadas; respeitou-se, porém, o pudor e a vida: não há relato de estrupo, nem assassinatos durante o tempo em que aqui estiveram os revolucionários. (SOARES e SILVA, 1991, p. 27).

Por essa narração, os revolucionários respeitaram as mulheres e as vidas, preservando a integridade física dos moradores, mas promoveram saques em seus bens, principalmente levando alimentos, armamentos e cavalos, e o fizeram sem as requisições escritas, pelas quais se comprometiam a ressarcir os proprietários. Atemorizado, um casal de moradores na região do Iguatemi fugiu para o Paraguai, com a esposa em adiantado estado de gestação, e a criança nasceu em território paraguaio. (SOARES e SILVA, 1991, p. 27).

Com relação ao então Patrimônio de Dourados, os revolucionários apontaram datas diferentes para o deslocamento da Divisão Revolucionária. Segundo Lima (1979, p. 134 e 143), o batalhão comandado por Oswaldo Cordeiro de Farias, depois de afastar-se da Cabeceira do Apa, ocupou o Patrimônio de Dourados em 19 de maio de 1925. Antes da ocupação, venceu uma força legalista, dispersa pelo Esquadrão do major Ary Salgado Freire¹², pouco além da margem esquerda do rio Dourados, nas cercanias do Patrimônio.

Pelas informações de Távora (1974, p. 180), a Divisão Revolucionária passou pela região de Dourados entre 14 e 15 de maio de 1925. Em carta ao deputado Baptista Luzardo, o general Miguel Costa mencionou a ocupação do Patrimônio Dourados como ocorrida em 20 de maio. (*O Combate* – SP, nº 3026, 31 ago. 1925, p. 1).

Na ocupação do Patrimônio de Dourados, os revolucionários inutilizaram a estação telegráfica, com a finalidade de impedir a transmissão de notícias sobre a localização e possíveis destinos. O batalhão Oswaldo Cordeiro de Farias saiu da comunidade e reuniu-se ao grosso da Coluna, que passou a uma légua do Patrimônio. Possivelmente o acolhimento pela Divisão tenha acontecido na região do Cerrito, onde estão atualmente localizados o Aeroporto

¹² Quando aderiu à Revolução, era oficial do Exército no posto de tenente e servia em Alegrete. Reintegrado ao Exército, chegou ao posto de coronel e comandou o Regimento *Dragões da Independência*, no Rio de Janeiro, nos anos de 1945 e 1946. (ABREU, 2010).

Municipal Francisco de Matos Pereira, o Centro de Tradições Gaúchas, a Cidade Universitária de Dourados, com os *campi* da Universidade Federal da Grande Dourados e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a comunidade de Cerrito e o Forte Guaicurus, sediando os quartéis do Exército em Dourados.

A região do Cerrito era o acesso para o Passo Torraca, no rio Dourados¹³, cuja travessia foi feita em uma balsa desmontável, armada sobre barris, preparados e transportados desde Ponta Porã, e que seria utilizada em outros rios (Lima, 1979, p. 144). A partir do Passo Torraca, o caminho passava por Cerrito, de onde os caminhos pelas cabeceiras dos rios permitiam o acesso para o Patrimônio de Dourados e, também, para as localidades de Fazenda Santa Virgínia, Cabeceira do Apa e Vista Alegre.

As informações sobre as ações dos potreadores foram obtidas no relatório de Iniciação Científica, elaborado por Isis de Oliveira Gomes em 1999. Nele estão registrados os depoimentos de pessoas que testemunharam a passagem da Coluna Miguel Costa – Prestes na região de Dourados.

Em 1925, ainda com o nome de Patrimônio de Dourados, a cidade de Dourados era um distrito de Ponta Porã, de onde se emancipou em 1935. Na década de 1920, a maioria dos moradores vivia na zona rural, espalhados em pequenos sítios, afastados uns dos outros. No núcleo urbano ficavam poucos habitantes, em “meia dúzia de casas comerciais e algumas poucas residências” (GOMES, 1999, p. 4).

Não houve registros de atos abusivos quando da passagem da Coluna Miguel Costa – Prestes pela região de Dourados, segundo os depoimentos registrados por Gomes (1999). Pelo contrário, ao analisar a abordagem dos revolucionários à cunhada do proprietário da Fazenda Alvorada, quando ela negou a existência de dinheiro na propriedade, afirmou que, “atitudes dessa natureza, em que os revolucionários poderiam ter se aproveitado da fragilidade física da dona da casa e não o fizeram, comprovam que as requisições que promoviam era para garantir a sobrevivência e a manutenção da tropa” (GOMES, 1999, p. 16).

A entrada no núcleo urbano de Dourados, em 19 de maio de 1925, deu-se pelo sudoeste, avançando pela rua principal. Ao chegarem à região da atual Praça Antonio João, foram recebidos à bala, por um “grupo de homens, sob o comando do subdelegado de quartirão Domingos Barroso, que dispôs seus homens em linha, obstruindo-lhes a passagem” (GOMES, 1999, p. 21). O tiroteio provocou um princípio de pânico entre os moradores, controlado quando os revolucionários “num gesto comovente, levantaram as armas,

¹³ Atualmente, próximo ao local do Passo Torraca (mostrado no Anexo E), existe a ponte da BR-463 sobre o rio Dourados.

suspendendo assim o tiroteio e evitando, por conseguinte, que alguma bala perdida viesse a ferir ou mesmo matar algum inocente” (GOMES, 1999, p. 23). O gesto trouxe, conforme afirma Gomes (1999, p. 23), a compreensão e respeito aos revolucionários, desfazendo a imagem negativa propagada pelos governistas.

Na narração de Capilé (2004, p. 118-119), há uma divergência sobre quem teria enfrentado os revoltosos no povoado. Julio Capilé estava com sete anos de idade e presenciou o entrevero armado envolvendo os revoltosos e o destacamento do Exército. O Patrimônio de Dourados contava com trinta casas, no máximo, e era guarnecido por um pequeno destacamento do Exército, constituído pelo sargento Soares, o cabo Ribamar e 9 soldados, sendo dois motoristas, comandados pelo tenente Parreiras, destacados de Entre Rios (atual Rio Brillhante) com a missão de proteção da estação telegráfica no povoado. Os revoltosos entraram pela rua principal, perseguindo os militares que estavam em dois automóveis. Com o tiroteio, os alunos foram mandados sair da escola e irem correndo para casa, e um deles, o Rachid Mamede, teve um tinteiro que levava na mão quebrado por uma bala. A escola era situada onde atualmente existe o prédio que abriga a empresa *Tecelagem Avenida*, em frente à Praça Antônio João (JOP, nº 13122, 19 dez. 2017, Edição Especial, p. 11). O cabo do Exército ficou ferido, com um tiro no peito, e permaneceu escondido em uma chácara, em tratamento, enquanto os demais da guarnição militar retiraram-se para Entre Rios. Segundo narra Capilé (2004, p. 118-119), seu avô, o major Manoel Pompeo Capilé, tratou do ferido, com recursos medicinais mandados pelo seu filho. O major Capilé era o farmacêutico e prático de médico e dentista no povoado, com o título concedido por ter exercido o cargo de major-médico da Guarda Nacional (JOP, nº 13122, 19 dez. 2017, Edição Especial, p. 8).

Ainda segundo Capilé (2004, p. 120), a maior parte dos habitantes do Patrimônio Dourados, inclusive seu pai, João Augusto Capilé, era favorável aos revoltosos. Eles mostravam lenços vermelhos para demonstrar o apoio. Inclusive forneciam alimentos e realizaram troca de dinheiro:

Minha mãe fez uma grande quantidade de pão para os revoltosos, mas estes não queriam nada de graça – pagavam tudo e muito bem e diziam ser ordem do “Cabana”. Ao lado da casa tinha a padaria de dona Leonor (a papuda) e então passaram a existir duas padarias para atender aos revoltosos nos três dias que permaneceram no povoado. O dinheiro que tinham era peso paraguaio. Como seguiriam para Entre Rios (nome de Rio Brillhante) e de lá para diante não eram mais recebidos os pesos, queriam trocar. Meu pai trocou muito no primeiro dia, mas depois que vieram em casa perguntando “é aqui o banco?” ele por precaução disse que não tinha mais dinheiro. Tirou uma tábua do assoalho e enterrou os mil-réis que tinha. (CAPILÉ, 2004, p. 121).

Após saírem do vilarejo e seguirem para Entre Rios, o capitão Juarez Távora passou pelo Patrimônio Dourados. Mostrando-se perdido, foi levado até a casa do major Capilé, onde sua esposa preparou para jantar “carne de porco frita que ele esfomeado comeu com galleta (pãozinho duro paraguaio). Depois foi encaminhado rumo à picada do Bocajá que ia dar em Entre Rios.” (CAPILÉ, 2004, p. 121).

Outra abordagem amistosa é a ocorrida no sítio de Olímpio Azambuja, onde um grupo de cinco revoltosos chegou inesperadamente ao final da tarde, bem armados. Na residência tomaram café, servido fora da residência, solicitaram licença ao proprietário e deram água aos cavalos em um rego d’água da propriedade. (GOMES, 1999, p. 27).

Sete revolucionários, entre eles um sargento, um cabo e um soldado, estiveram em uma chácara na região da Cabeceira Alegre, conversaram com o proprietário e permaneceram alguns dias em um galpão da propriedade. Solicitaram e indenizaram com 45 mil réis os serviços de costura em cinco a seis camisas, feitos pela filha do casal da chácara, então com quinze anos de idade. Guiados por um filho do casal, deslocaram-se até outro sítio, onde existia um alambique, para comprar aguardente. Um sargento tocava violão e cantava músicas, e dessa maneira se despediu dos moradores, antes de irem embora. Deixaram um cavalo cansado e levaram outro novo, em troca, para prosseguirem a marcha. De acordo com Capilé (2004, p. 121), os cavalos deixados pelos revoltosos eram chamados de *Chimbos*, e na fazenda do seu pai ficaram três *Chimbos*. O bom relacionamento entre revolucionários e moradores é constatado pelos serviços de costura e o tratamento dos piolhos que empestava a cabeça do soldado, pela dona da casa e sua filha, então, a convivência desfez a imagem de maus que antecedia o contato com os rebeldes e, “de bandidos, passaram a serem consideradas pessoas amigas e bem educadas”, e até mesmo o sistema das requisições passou a ser entendido como necessário, contrariando a propaganda negativa dos legalistas (GOMES, 1999, p. 28).

Nas chácaras onde residiam Sidney Pereira de Almeida e Franklin Luiz Azambuja, os revolucionários empregaram o sistema de requisições, e levaram cavalos, arreios e bois das propriedades. Procuraram também armas para serem levadas, porém não encontraram.

Os revolucionários utilizavam dois tipos de vestimentas, contudo, de uma maneira geral, trajavam-se mal. Os vinculados ao Exército usavam a farda tradicional, na cor cáqui. Os revolucionários do Rio Grande do Sul não usavam fardas, mas com a roupa tradicional da época, composta por camisa, calça, bota ou botina, chapéu e um lenço vermelho no pescoço. O lenço vermelho, ostentado pelos revolucionários, fora anteriormente utilizado para

identificar os *maragatos*, membros do Partido Federalista, de oposição ao governo gaúcho, chefiado por Júlio de Castilhos. A descrição de Gomes (1999) confirma o relato de Prestes (1991, p. 189), sobre a Coluna ter chegado a Mato Grosso em estado deplorável, praticamente em farrapos. Porém, com as condições favoráveis encontradas em Mato Grosso, a Coluna encontrou cavalos, vestimentas e abastecimento em alimentação, principalmente com os artigos obtidos na Companhia Mate Laranjeira.

Em Amambai, então Patrimônio União, um revolucionário chamado Hildebrando Fagundes de Oliveira encontrou sua tia-avó, Iraldina Oliveira Campos e muitos outros parentes da família Oliveira, oriundos do Rio Grande do Sul. No Patrimônio de Dourados, procurou e encontrou uma tia, abraçando-a e conversando com ela por algumas horas, recordando de seus familiares. (GOMES, 1999, p. 12).

Os testemunhos confirmam a presença dos gaúchos a cavalo nos grupos de potreadores, isolados e à dianteira do grosso da Coluna, transitando pela região do SMT.

Ferreira (2013) relata a passagem dos revolucionários na fazenda de sua bisavó, Carlota Almiron Lopez Gomes, localizada na área da Colônia Militar dos Dourados, próxima da Cabeceira do Apa. Repetindo o que ouvira de seus avós, e confirmado por sua mãe, a fazenda onde residia sua bisavó foi saqueada, e no local teriam sido enterrados alguns revolucionários mortos, possivelmente nos combates da Cabeceira do Apa:

Ela e os filhos tiveram que fugir para o mato, permanecendo ali até a retirada do bando, sua residência foi ocupada pelo grupo e serviu também de repouso para os feridos, muitos dos quais foram abandonados pelo caminho, durante a fuga. Coube a tarefa de enterrá-los a Manoel Gomes, tio da minha mãe, sendo que no período em que ali permaneceram, mataram e consumiram todos os animais, fizeram festa, dançaram, pois no bando também existiam mulheres. Levaram todos os bens de valor que existiam, como joias, inclusive um arreio todo prateado de estimação de Manoel Gomes. Meu avô Mantilha Martins (Xiru), gaúcho de São Borja-RS que vivia em Santa Virgínia, sendo avisado que o bando estava chegando, de carreta levou a família para o Paraguai e só retornou mais tarde, cuja propriedade também foi saqueada, mataram suas vacas e roubaram os cavalos. Nesta época minha mãe Jahyr Martins Ferreira,[...] tinha 6 anos, hoje e ainda se lembrava do trecho da canção que eles cantavam: lá vem os paulistas, não vou lá não, porque eles são legalistas, têm metralha e canhão.(FERREIRA, 2013)

Em Maracaju, na Fazenda Maria do Carmo, Gomes (1999, p. 40) registrou um depoimento com a descrição de um incidente trágico, que resultou na morte dos dois velhinhos moradores no local e de um revolucionário, morto por um filho dos falecidos. O episódio, considerado como uma exceção na conduta dos revolucionários da Coluna, poderia ser um dos motivadores da criação do Pelotão da Disciplina, citado anteriormente.

Ainda na região de Maracaju, Luciano (2011, p. 25) narra a passagem da coluna revolucionária na Fazenda da Mata, localizada no distrito de Vista Alegre, propriedade de Francisco Alves Terra, o coronel Chico Alves. Uma escolta da Coluna Miguel Costa - Prestes, possivelmente um grupo de potreadores, deteve o coronel e o tratou com respeito, não praticando violência quando invadiram a fazenda e sua residência. Dali, levaram fuzis e munição, recebidos pelo coronel para organizar um batalhão provisório, com voluntários, mas deixaram com ele um revólver marca “nagant”. Na aproximação dos revolucionários da sede da fazenda, “Dona Victória teve medo dos revoltosos. A menina Demétria agarrou-se às saias da mãe em meio àquele alvoroço. Dona Victória, ao perceber a chegada dos cavaleiros, correu para esconder suas jóias enterrando-as debaixo de um abacateiro nos fundos da casa” (LUCIANO, 2011, p. 25).

6.5 As percepções dos revolucionários da Coluna Miguel Costa – Prestes sobre Heitor Mendes Gonçalves e a Empresa Mate Laranjeira

Heitor Mendes Gonçalves era funcionário da Empresa Mate Laranjeira quando ocorreu a Revolução de 5 de julho de 1924 e durante a passagem, no ano seguinte, da Coluna Miguel Costa -Prestes pelo SMT.

Magalhães (2014) explica que Heitor Mendes Gonçalves em outubro de 1923 passara a diretor da *Seção Brasil* da Empresa Mate Laranjeira, encarregada da produção da erva-mate. Desde 10 de maio de 1921, a sede operacional da empresa funcionava em Campanário, em instalações especialmente construídas com essa finalidade.

Ao iniciar a navegação pelo rio Paraná com destino à Guaíra, as tropas revolucionárias esperavam encontrar “a ‘Mate Laranjeira’ com o seu empório de Guaíra e os seus dois mil paraguaios armados, sempre prontos a qualquer determinação” (TALMA, 1926, p. 56). Embora estivessem com dúvidas sobre qual seria a reação, se a favor ou contra a revolução, há evidências de que os revolucionários possuíam expectativas favoráveis ao recebimento de apoio por parte de Heitor Mendes Gonçalves.

O tenente Alfredo Simas Enéas Junior, em carta datada de 7 de fevereiro de 1924, escrita no Rio de Janeiro, e destinada ao Heitor, faz menção a outras mensagens anteriormente remetidas ao Heitor, com itens os quais Heitor não teria entendimento. E esclarece:

Hoje escrevo-te poucas linhas, apenas para te pedir que **procures entendimento com o Falconiére**, em Corumbá. **Esse entendimento se prende ao que já te mandei dizer e não entendeste bem.** Mais tarde, quando eu puder te escrever mais à vontade, palestraremos melhor. Por hoje, como estou com pressa, limito-me a te dizer só isso, [...] P.S. **Pede ao**

Falconière a cifra e escreve-me dando teu endereço privado aí. (ENÉAS JUNIOR, 1924, grifo nosso).

O original dessa carta, igualmente às do seu irmão, Luiz Simas Enéas, utilizadas como fonte nesta tese, encontra-se na Coleção *Cia Companhia Matte Larangeira*, depositada no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (Campo Grande – MS).

Alfredo Simas Enéas Junior citava o primeiro-tenente Olympio Falconière da Cunha¹⁴, agora servindo no 17º BC, em Corumbá, onde chegou a assumir o cargo de comandante, segundo Ferreira (2014, p. 267). Alfredo Simas Enéas Junior e Olympio Falconière estiveram presos pela *Revolta dos 18 do Forte* em 1922 e entraram em liberdade por não terem sido denunciados. A carta está enigmática, possivelmente em virtude de censura que receberia, pois o missivista estava sendo vigiado por causa das suas ligações revolucionárias. Segundo Corrêa (2006, p. 105), Falconière e o próprio comandante do 17º BC, o major Octavio Fontes Pitanga, manifestaram-se publicamente na cidade de Corumbá, em julho de 1924, a favor dos revoltosos de São Paulo, e chegaram a estabelecer ligações com os líderes da revolta do 10º RCI, em Bela Vista. Efetivamente, o primeiro-tenente Olympio Falconière da Cunha, quando servia no 17º BC, esteve na guarnição de Bela Vista, em gozo de licença, retornando para Corumbá em 6 de maio de 1924. (BolReg10, nº 113, 9 maio 1924, p. 171). O primeiro-tenente Alfredo de Simas Enéas Júnior afastou-se de Bela Vista, em gozo de licença para tratamento de saúde, desde 7 de janeiro de 1924, prorrogada até 3 de agosto de 1924, tendo realizado os exames para a concessão da licença na Capital Federal (Rio de Janeiro). (BolReg10, 7/8 jan. 1924, p. 12, 9 jan. 1924, nº 42, 18 fev. 1924, p. 75). O afastamento permitiu-lhe a participação intensa no movimento revolucionário.

Luiz Simas Enéas, irmão de Alfredo, escreveu uma longa carta (Anexo B) ao tenente Heitor Mendes Gonçalves, datada de 23 de janeiro de 1924, manifestando sua solidariedade e compreensão pelo assassinato de João Baptista de Azevedo. Nessa carta, já analisada anteriormente, Luiz Simas Enéas afirma uma possível vigilância na correspondência deles:

¹⁴ O primeiro-tenente Olympio Falconière da Cunha combateu ao lado das forças legais em Contestado. Sua assinatura é a terceira das 529 que constam na Moção *Fructuoso Mendes*. Olympio Falconière da Cunha não foi denunciado pela Revolta de 5 de julho de 1922. Em 18 dez. 1922 foi transferido para o 17º BC em Corumbá (*A Noite* - RJ, nº 3972, 21 dez. 1922, p. 7). Posteriormente foi preso pela participação na *Conspiração Protógenes*, em outubro de 1924, e fugiu da Fortaleza Santa Cruz, em 1925, onde se achava. Apesar de ter sido impronunciado na sentença de 8 de março de 1926, exarada pelo ministro Olympio de Sá e Albuquerque, em 22 de maio de 1929, foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal com a pena de reclusão por um ano (grau mínimo do art. 115 & 2º, combinado com os artigos 18, & 1º e 42, & 9º do Código Penal) (*Diário Carioca* – RJ, nº 259, 30 maio 1929, p. 4). Reintegrado à vida militar, participou da Força Expedicionária Brasileira que combateu na Itália na Segunda Guerra Mundial, alcançou o generalato, foi nomeado para ministro do STM (1957-1961) e reformado com a patente de marechal (LAMARÃO, 2010).

Esta carta te será remetida por intermédio do Octavio, do hotel de Campo Grande, para não ser extraviada pelos sicários do governo, como outras minhas e tuas. Eu não deveria tratar aqui de interesses meus, mas para evitar dúvidas, pois não sei se a minha carta de dezembro te chegaria às mãos, vou repetir os seus tópicos principais [pedido de um emprego para o sogro, na Companhia Mate Laranjeira]. Respondi à tua carta de janeiro, mas a minha resposta, uma vez que não te chegou às mãos **foi, talvez, propositadamente extraviada**. (SIMAS ENÉAS, 1924, grifo nosso)

Mesmo sem citações de Luiz Simas Enéas sobre o movimento revolucionário que estava ajudando a organizar, a carta demonstra a existência de uma forte amizade entre ambos. Possivelmente pelo conteúdo dessa correspondência que teria sido interceptada, veio a convicção das tropas governistas de que o tenente Heitor Mendes Gonçalves seria um revolucionário, e a Empresa Mate Laranjeira empregaria seus meios apoiando-os.

Existem referências de um sentimento, demonstrado pelos revolucionários, adverso à forma com que a empresa conduzia a exploração da mão-de-obra, para a extração da erva-mate. Ao procurar esclarecer a participação da Empresa Mate Laranjeira na passagem da Coluna Miguel Costa – Prestes em suas terras, essas referências trazem informações importantes para identificar as relações estabelecidas, se de apoio aos revoltosos ou aos legalistas e, de outra forma, entre interferência ou neutralidade.

O sentimento adverso dos revoltosos paulistas com relação à Empresa Mate Laranjeira é encontrado em Talma (1926), ao descrever a estupefação ao descobrir ser uma senhora prestigiada na sociedade do Rio de Janeiro uma das proprietárias da empresa, portanto também responsável pela exploração:

Quem aqui vem para trabalhar escraviza-se. Contratados pela companhia que lhes paga em vales e é quem lhes vende o que necessitam, esses infelizes estão sempre em débito para com os patrões. Não lhes é possível a quitação. **Os salários são rigorosamente, calculados de sorte a não suprir as necessidades. Daí o débito crescente.** Os anos escoam assim, tristemente, e quanto mais a energia dos trabalhadores se esgota na faina produtora, mais crescem as razões odiosas do seu cativo, diminuindo as probabilidades de libertação. **Mais o braço opulenta a Empresa, mais se escraviza...** (TALMA, 1926, p. 90, grifo nosso).

A sua decepção com a empresa é transferida para a proprietária, detentora de prestígio como filantrópica perante a sociedade da capital federal, porém com uma origem reprovável de seu dinheiro:

Toda ocupada com a sua caridade mundana, promovendo chás, quermesses, espetáculos, saraus, enfim, toda sorte de ciladas mais ou menos elegantes com que **se consegue transferir o que sobra na carteira dos afortunados para a deserta algibeira dos desprotegidos da sorte**, D. Laurinda não tem notícia, nem suspeita, do que se vai pelos seus domínios do Alto Paraná. A

sua alma compassiva, os seus fervorosos princípios católicos, a sua ternura sempre pronta a socorrer os deserdados de toda espécie, generosidade e desprendimento que são os traços predominantes do seu caráter, aprovam ratificam a nossa suposição. Não! D. Laurinda não sabe! A princípio pensei: - certo jamais visitou Guaíra. Indaguei. Disseram-me que sim, que havia aqui estado, por sinal muito apressada, e, após ordenar a edificação de uma capela, num sítio que escolhera, abalara para Buenos Aires. Ora, aí está. Já não se podem queixar da patroa os paraguaios de Guaíra. Ela lhes indicou a porta do céu. Uma capela!... Coração de oiro essa D. Laurinda, não acha – minha querida amiga? Os seus olhos clarividentes, passando, superficialmente sobre este triste calvário do braço operário se não viram o martírio notaram, pelo menos, a falta da cruz. A sua misericórdia vibrou e, num lindo gesto, digno de perpetuidade, mandou erigir um altar para a redenção de tantas vítimas. Comovente!... Nem quero pensar – minha querida amiga – na admiração desmarcada que, na alta vida elegante em que pontifica, lhe vai granjear esse rasgo de piedade cristã até agora ignorado, perdido nas margens tonitruantes das “Sete Quedas”. (TALMA, 1926, p. 95-96, grifo nosso).

A senhora da sociedade carioca é Laurinda Santos Lobo, homenageada com o seu nome em dos barcos da empresa. A ela pertenceriam os sessenta mil contos do capital brasileiro e o narrador teria ficado “boquiaberto” com a descoberta:

São assim as divindades do Oiro, aparecem-nos faiscantes de jóias, esplendendo no macio aconchego de sedas escandalosas, entre cheirosas volutas de lisonja que a sua vaidade faz queimar em caçoila aurilavrada, ninguém, no entanto, lhes tente examinar o pedestal, pois é sempre de argila vil, amassada com sangue e lágrimas... (TALMA, 1926, p. 94).

João da Talma é o pseudônimo de José Maria dos Reis Perdigão, jornalista que se engajou na Revolta de 1924, fundando o jornal *O Libertador*, considerado como porta-voz dos revolucionários. Exilado em Buenos Aires, lá escreveu e publicou em 1926 a obra *Da Fornalha de Nabucodonossor- correspondência de um revolucionário*, narrando a experiência da Coluna revoltosa. (ABREU, 2010).

A narração citada de Talma (1926) foi datada de outubro de 1924. Ele definiu a localidade de Guaíra como um feudo, um “território brasileiro habitado por paraguaios, com leis norte-americanas e moeda argentina”, considerada a “capital dos vastos domínios da “Companhia Mate Laranjeira”. Em sua descrição, Guaíra parecia uma esplendorosa metrópole, um oásis a encantar (o narrador confessa que assim a enxergou após passar dois meses na mata), possuindo “casas de teto novo, o seu gramado verdejante, as suas oficinas, os seus armazéns, os seus postes de luz elétrica. Tudo organizado, alinhado, perfilado, respirando um grato perfume de civilização.” Na cidade circulava, além do peso argentino, um dinheiro da própria companhia, uma moeda de alumínio, “absolutamente clandestina” (TALMA, 1926,

p. 88-89). Por isso a decepção aumentara com a descoberta que estava descrevendo. Embora “bem recebidos” em Guaíra pelos trabalhadores, manifestou sua decepção com a empresa.

A consideração da relação de trabalho tipo escravidão, mencionada por Talma (1926) consiste no argumento central da tese de Guillen (1991). A emissão de dinheiro é utilizada por Guillen (1991) para exemplificar o poder da Empresa Mate Laranjeira no Mato Grosso. Carrone (1972, p. 255-256) cita como exemplo de uma limitação dos poderes dos governos federal e estadual, facilitando a crescente autonomia local, a existência de verdadeiros *Estados*, subsistindo tranquilamente durante a Primeira República. A emissão de dinheiro particular, uma característica desses *Estados*, estaria sendo feita pela empresa:

Em 1924, a Mate Laranjeira, que nesta época pertence aos Murtinhos e a argentinos, fabrica suas “notas novinhas... bilhetes bem simpáticos, coloridos, com valor nitidamente expresso e respectiva promessa de resgate... puro estilo “Banco do Brasil” (CARONE, 1972, p. 255-256).

Restava a José Maria dos Reis Perdigão o consolo na suposição de que a Laurinda ignorasse o praticado nos campos de ervais, pois “não é crível que uma dama de tão proclamada virtudes e tão fino gosto seja conivente nessas barbaridades, impunemente praticadas pela ‘Mate Laranjeira’” (TALMA, 1926).

Magalhães (2014, p. 115) descreve a senhora Laurinda Santos Lobo¹⁵ como uma expressiva acionista e incentivadora do empreendimento da construção das instalações da empresa em Campanário. Sobrinha de Francisco e Joaquim Murtinho¹⁶, irmãos de sua mãe Leonor, casou-se com Hermenegildo Santos Lobo. Magalhães (2014) identifica o casal Laurinda e Hermenegildo como grande acionista da companhia, de maneira divergente de Talma (1926), que aponta Laurinda como proprietária brasileira da empresa. Magalhães (2014) destaca Laurinda em quase meia página do livro, como “mecenas de primeira hora, mulher que reunia a seu redor artistas de todos os matizes. Dentre suas famosas intervenções, contribuiu muito para o crescimento profissional de Heitor Villa-Lobos [...] Costumava receber seus convidados com champagne e mate gelado da Cia. Mate Laranjeira, da marca que levava seu nome, Laurinda, até hoje vendida em Buenos Aires.” (MAGALHÃES, 2014, p. 116). Recebeu de seu tio Francisco Murtinho bens comprados do irmão Joaquim Murtinho, tornando-se grande acionista da empresa. Em sua homenagem, existem a Rua Laurinda

¹⁵ Mais detalhes sobre a vida de Laurinda Santos Lobo na sociedade podem ser encontrados em *Laurinda Santos Lobo: mecenas, artistas e outros marginais em Santa Teresa*.

¹⁶ A atuação política dos irmãos Murtinho e suas atividades econômicas relacionadas com a Empresa Mate Laranjeira foram explanadas nos Capítulos 1 e 2.

Santos Lobo, no bairro Santa Tereza, no Rio de Janeiro, com o CEP 20.240-270 e o Centro Cultural Municipal Laurinda Santos Lobo, no mesmo bairro carioca.

Sua biografia mereceu um artigo no jornal argentino *Página 12*, onde suas festas e relacionamentos são mencionados:

La delfina del palacio de Santa Teresa con talento para invitar apellidos a sus fiestas abría las puertas de su alcázar –seis salas de estar, tres salones, siete dormitorios, galerías, mirador y capilla, construido entre 1898 y 1902– a Isadora Duncan, a Tarsila do Amaral, a Heitor Villa-Lobos (quien le dedicó a su benefactora “Cuatuor, Impresiones de una vida mundana” para coro femenino, flauta, saxofón contralto, arpa y celesta) o a cualquier otro artista que buscara calma de atelier. La mariscala de la elegancia (elegancia para algunos, desborde de mal gusto para otros) concibió su mansión como la esfera de la modernidad de Río de Janeiro en los primeros años del siglo veinte y como uno de los rincones más excitantes que tuvo la vida cultural y política de la ciudad durante algunos años más. (AVIGLIANO, 2014).

As atrocidades cometidas pela empresa contra os trabalhadores incluíam, segundo Talma, o abuso sexual das mulheres, desrespeitadas em seu pudor:

As moças são tomadas ou vendidas. Desonra-as algum capataz ou as compra algum administrador. Uma questão de violência ou dinheiro. Repugnante. Com a saída dos homens para o trabalho, afastado dos lares para onze horas contínuas de trabalho, proibidos de retornarem para casa sob qualquer pretexto, permite uma “maneira hábil de, prendendo o homem à oficina ou armazém, ter campo livre no seu domicilio para as aventuras danjuanescas a que se dão certos administradores. Daí a sem cerimonia com que aqui se diz: ‘durante o dia a mulher do paraguaio é de toda gente’. A noite volta ao domínio do marido que, embora aparenta ignorá-lo, sabe, e muito bem, quanto em sua casa ocorreu durante a sua ausência. Essas e outras tantas humilhações relaxam-lhe o caráter, tornando-se de uma passividade digna de compaixão. Sem direito, sem garantias, sem proteção de espécie alguma, perdendo a noção da dignidade, vivem aqui centenas e centenas de colonos, como rebanhos humanos de que a companhia suga, ávida, insaciável, brutalmente, as energias e imola sem piedade, quando lhes descobre um vago indício de reação... (TALMA, 1926, p. 91).

E, se assim acontecia na “capital”, nos ervais o regime deveria ser mais rigoroso, as tarefas maiores e duplamente penosas, indaga Talma (1926). Ao retratar de maneira tão incisiva e dramática o tratamento dispensado pela empresa aos seus trabalhadores, ele representou um sentimento compartilhado pelos demais integrantes da coluna revoltosa?

O tenente João Cabanas, da Força Pública de São Paulo, teve uma participação célebre na Revolta de 5 de julho de 1924, onde ficou famoso por liderar uma tropa revolucionária conhecida como *Coluna da Morte*. Inicialmente, João Cabanas não penetrou no SMT. Adoentado, solicitou o seu desligamento da Coluna revolucionária em Guaíra, refugiando-se

no Paraguai. No exílio, escreveu em 1926 a obra com o nome da *Coluna da Morte*, narrando suas experiências na Revolução de 1924. Em Cabanas (2014) encontram-se referências às atividades ervateiras desenvolvidas no Paraná e no SMT.

Cabanas (2014), o comandante revolucionário da Coluna da Morte, embora sem referir-se diretamente à Empresa Mate Laranjeira, registrou em sua obra a existência do trabalho escravo nos ervais, da mesma maneira que o citado por Talma (1926). Cabanas acampou com sua tropa no povoado de Piqueri, no estado do Paraná, sede de um departamento da elaboração de erva-mate, da seção norte do enorme latifúndio com ervais explorados pelo argentino *Julio T. Allica*. Na descrição, o trabalhador do erval seria um verdadeiro escravo, esquecido pela lei da abolição da escravidão, que não incluiu esses trabalhadores. E os capatazes agiam como modernos feitores de escravos:

No meio desse rebanho humano que parecia ter surgido de ignotas paragens onde o sol não penetra e não existe civilização, destacam-se arrogantes, supurando saúde, bem vestidos, finíssimos e franjados ponchos ao ombro, vistoso lenço de seda ao pescoço, botas de estilo carnavalesco, retinindo as esporas de prata, os famosos capatazes, moderno e sanhudos feitores, sem alma e sem consciência, brutais até a violência, encarregados de exaurir as forças daqueles escravos até o aniquilamento, para extrair da mata bruta a preciosa folha que, remetida aos moinhos de Buenos Aires, se transforma em ouro. [...] O capataz, em matéria de autoridade, é um ser único, sui generis, nele se concentram as atribuições que vão desde o soldado de polícia até o Supremo Tribunal Federal e possui dentro do cérebro estúpido um código de castigos que começa no pontapé e segue até o fuzilamento, e às vezes a autoridade do brutamente estende-se também pelos domínios da religião, impondo ao escravo a sua própria crença. (CABANAS, 2014, p. 172-174).

Os abusos sexuais, mencionados por Talma (1926), são confirmados nessa obra:

O sistema de escravatura nos referidos ervais toca ao auge quando o escravo tem família; pois as primícias das virgindades de suas filhas são o fruto ótimo que permeia a atividade do capataz, e mesmo a esposa ou companheira não é jamais respeitada, tendo o desafortunado trabalhador de aceitar tudo isto sorrindo ao seu algoz, como agradecido pela preferência que deu à família, distinguindo-a com a desonra. (CABANAS, 2014, p. 174).

Surge um questionamento se Cabanas referiu-se apenas aos trabalhadores do Paraná. Ele citou o Oeste do Paraná, onde permaneceu por estadia bastante prolongada, suficiente para estudar o terreno dentro das matas a fim de preparar as defesas contra as tropas legais:

Na generalidade, nasceu ele [o peão ervateiro] na hospitaleira República do Paraguai, onde a fortes quantias adiantadas é arrebanhado para além das fronteiras de sua Pátria e internado nos ervais do **Oeste do Paraná**, sendo depois entregue a um capataz que o recebe, mostrando ao desventurado as insígnias de mando a que tem de sujeitar-se, conforme o caso: um chicote e um revólver calibre 44. De aí em diante, o estrangeiro, a quem acenaram

com as libérrimas leis brasileiras perde a sua individualidade nas mãos de estranhas gentes. (CABANAS, 2014, p. 173, grifo nosso).

A escravidão por dívidas, contraídas por adiantamentos antes da prestação do serviço, é um fato identificado por Guillen (1991), em seu trabalho sobre a Empresa Mate Laranjeira. Os trabalhadores arrebanhados pela Mate Laranjeira eram os paraguaios, mais afeitos aos serviços com a erva-mate. Cabanas (2014) acrescentou os brasileiros entre os trabalhadores escravizados nos ervais, explicando que

O escravo é sempre paraguaio ou brasileiro, porém o capataz, este, na sua quase totalidade, viu a luz do dia na província de Corrientes, República Argentina, cujos filhos, com raras exceções, têm contra o brasileiro e o paraguaio uma manifesta antipatia. [...] Os brasileiros nascidos naquelas terras que a natureza criou generosa e que os capatazes dos ervais transformaram em verdadeiro inferno, vivem e morrem como animais sem benefícios das leis do registro civil; da instrução pública e outras de amparo social, para não falar em códigos como o penal e o civil que ali não tem aplicação (CABANAS, 2014, p. 173-174).

O questionamento se Cabanas refere-se apenas aos ervais de Julio T. Allica ou, de forma genérica, aos ervais em sua totalidade, abrangendo os explorados em Mato Grosso, é justificado por ter ele, em uma parte final do livro, incluído elogios para a Empresa Mate Laranjeira em quatro páginas após o título “Em Mato Grosso – a Empresa Mate Laranjeira”. Segundo Cabanas, essas observações foram realizadas quando entrou em Mato Grosso, incógnito e disfarçado, para desempenhar uma determinada missão, não revelada em sua obra, e percorreu quase todas as estradas do município de Ponta Porã. Essa passagem possivelmente ocorreu no segundo semestre de 1925, pelas datas e períodos mencionados no texto (embarque no Porto Adela no dia 1º de maio de 1925, com destino a Encarnacion; desembarque no dia 6 de maio, permanência de um dia e mudança para Buenos Aires, onde permanece em tratamento por 2 meses e 15 dias; e viagem estimada de 10 dias, para o Brasil pelo Paraguai). Nessa época, a Coluna Miguel Costa – Prestes marchava da Bahia para regressar ao Goiás.

Em uma percepção favorável à Empresa Mate Laranjeira, ela é elogiada como implantadora do progresso e da civilização, construindo pontes e estradas carroçáveis. Destoando de ideais revolucionários, manifestou-se contrário ao final do monopólio da exploração da erva-mate, reprovando a divisão dos ervais em lotes para vender a particulares, os pequenos fazendeiros extratores:

Os que assim pensam laboram em um grande erro, porque o dispêndio do governo para manter um aparelhamento fiscal e compensador na zona seria enorme e os resultados exíguos, tendentes a diminuir gradualmente até a

extinção completa pela danificação dos ervais, na ânsia que teriam de exaurir-lhes a vitalidade para o enriquecimento fácil e rápido de cada foreiro ou pequeno proprietário. (CABANAS, 2014, p. 260).

Teria sido João Cabanas seduzido pela empresa, durante o seu período em tratamento na cidade de Buenos Aires, ou na estada no Paraguai? Cabanas elogiou a atitude da empresa, apontando a ação benemérita, a atenção dispensada aos brasileiros no exterior, e o atendimento das famílias em trânsito pelas suas terras, sem mencionar as condições de trabalho nos ervais:

A empresa não limita a sua atividade àquilo que unicamente lhe pode acarretar lucros; ela contribui, de modo excepcional e sem reclame, com fortes quantias para as obras de caridade, de religião, de higiene e até de policiamento. Nenhum forasteiro passa pelos caminhos que cortam os vastos terrenos da empresa sem que receba desta qualquer benefício; um cavalo, um arreio, dinheiro, um guia para quem não conhece as estradas, e alimentação em abundância, tudo isto é fornecido constantemente aos viajantes. Mesmo no estrangeiro não deixa a Empresa Mate Laranjeira de socorrer espontaneamente o brasileiro, sem indagar suas crenças políticas. Facultar meios de vida ao brasileiro na Argentina e no Paraguai é também como os funcionários da empresa revelam o seu carinho pelo Brasil. (CABANAS, 2014, p. 258).

Os elogios estendiam-se para a imparcialidade política da empresa, cuja administração ordenava severamente para que nenhum empregado interviesse nas eleições para influir nos resultados, e dando liberdade para escolherem seus eleitos. Apesar de que “podia e pode influir poderosamente no estado do Mato Grosso, a exemplo de outras companhias e empresas dos outros Estados do Brasil, pois é sabido com ali se fazem as eleições, a peso de dinheiro e sob o refulgir da espada da polícia mercenária...” (CABANAS, 2014, p. 258).

Cabanas (2014, p. 119-120) ao propor aos chefes da revolução a penetração no Estado de Mato Grosso, em passagem aqui já citada, reconhecia a importância econômica da Empresa Mate Laranjeira, capaz de dar a independência financeira a um novo estado, apenas com o pagamento dos impostos sobre a erva-mate:

A revolução, senhora de um grande estado da União, estabelecerá aí o seu governo e somente a cobrança de impostos de exportação da erva-mate, dará de sobra para sustentá-la. A população nada sofrerá e, pelo contrário, será beneficiada grandemente com o barateamento dos gêneros de primeira necessidade que seriam importados livres de direitos das repúblicas vizinhas. (CABANAS, 2014, p. 120).

Nas declarações de Luiz Carlos Prestes, em Mato Grosso, o comando da Coluna conseguiu vestir e abastecer os rebeldes, usando material requisitado da Empresa Mate Laranjeira, em Campanário:

A capital da “Mate Laranjeira” era a cidade de Campanário. Havia um grande armazém nessa cidade. Tão grande, que nós requisitamos mercadorias no valor de 200 contos, mais ou menos. Naquela época, era muita coisa, 200 contos de mercadoria. Tivemos que dar recibo de que recebemos aquele material: calçado, botas, arreios... Estava chovendo muito e fazendo frio, no Sul de Mato Grosso [...] Compramos umas peças de uma lã vermelha, uma lã chamada baeta e dávamos um metro e pouco, um metro e meio, um metro e vinte, para cada soldado fazer um poncho. Quer dizer, cortava assim, para passar a cabeça e botava aquele poncho. A Coluna ficou toda de poncho. Poncho vermelho! (apud PRESTES, 1995, p. 190).

A tropa que esteve em Campanário, diminuída por Magalhães (2014) a um grupo de potreadores, era, na narração de Prestes (1995, p. 187), o batalhão Virgílio dos Santos, encarregado de realizar uma proteção lateral no oeste da Coluna. Nessa missão, ela ocupou Porto Felicidade, no rio Amambai e, em seguida, a vila de Campanário, a sede regional da Mate Laranjeira, onde estaria Heitor Mendes Gonçalves, conforme Magalhães (2014). Em Campanário, no grande armazém da “capital da Mate Laranjeira”, os revoltosos conseguiram suprimentos e vestimentas, mediante “requisições junto à empresa ‘Mate Laranjeira’, que, mais tarde, após a vitória da ‘Revolução de 30’, apresentaria a conta ao governo de Getúlio Vargas” (PRESTES, 1991, p. 189). Essa afirmação de Luiz Carlos Prestes, de ser a Fazenda Campanário a “capital da Mate Laranjeira”, confirma a percepção encontrada em outras citações, da Empresa formar um verdadeiro Estado. Pois apenas os *Estados* possuem *capitais*.

Heitor Mendes Gonçalves seria, então, o receptor dos recibos com as requisições revolucionárias do material retirado do armazém em Campanário. Segundo Magalhães (2014), Heitor Mendes Gonçalves apresentaria, mais tarde, as requisições ao governo federal. Possivelmente, a empresa não conseguiu receber o dinheiro pleiteado.

6.6 O envolvimento da Empresa Mate Laranjeira: conveniência política ou suporte militar?

Para Magalhães (2014), Heitor Mendes Gonçalves possuía uma capacidade de negociação e, quando da passagem da Coluna Miguel Costa – Prestes, permaneceu entre a cruz e a espada, ao enfrentar o difícil dilema decisório entre o apoio aos revolucionários e ao governo.

No relatório sobre a Coluna de Operações do Sul, durante as ações do Regimento Provisório de Cavalaria, comandado pelo capitão Dilermando Cândido de Assis, contra os

revolucionários de 1924, está explícito o auxílio de Heitor Mendes Gonçalves às forças legais, a despeito das informações de que ele estaria apoiando os revolucionários:

Estavamos a 9 [agosto] quando, por GUAÍRA, com destino a CAMPANÁRIO, passou o Sr. Tenente Heitor Mendes Gonçalves, administrador geral da Empresa Mate Laranjeira. Da conferência havida com o comandante resultou um pleno entendimento entre ambos, ficando o tenente Heitor de procurar ligação com o 11º RCI em PONTA PORÃ e de prestar informações sobre o que por ventura de anormal ocorresse nos arredores. **A velha e estreita amizade que une os dois militares em questão não podia proporcionar senão o mais franco e leal acordo, como de fato resultou, ficando um de auxiliar ao outro em tudo quanto se relacionasse à causa em jogo. O tenente Heitor nada tinha, como falsamente se propalava, de revoltoso.** E isto muito contribuiu para que a administração da empresa em GUAÍRA passasse a atender mais solícitamente às necessidades da tropa e às requisições do comando. (*Gazeta de Notícias*, nº 244, 9 out. 1924, p. 3, grifo nosso).

Heitor Mendes Gonçalves teria laços de amizade com integrantes das duas forças contendoras: Luis Simas Enéas e Juarez Távora, nos revolucionários, e Dilermando de Assis, nos legalistas.

Uma carta, do coronel João Francisco, comandante da 1ª Brigada Revolucionária, destacada para ocupar Guaíra, e assim facilitar a passagem ao Estado do Paraná, foi encontrada com um oficial revolucionário ferido e feito prisioneiro a bordo da lancha Dourados apreendida no porto após o combate ocorrido no porto São João, mencionado no Capítulo 5. (CABANAS, 2014, p. 147). A carta destinava-se ao general Isidoro Lopes, e relatava a tomada de Guaíra em 14 de setembro de 1924, assim como a previsão frustrada de lá encontrarem o diretor da Companhia Mate Laranjeira, que já se encontrava em Campanário:

Guaíra, 14 de setembro – Sr. General Isidoro Lopes – Pelas cinco horas da manhã tomamos Guaíra, aprisionando a guarnição e um tenente. [...] **Não encontrei o capitão Heitor**, porque está em Campanário, para onde escrevo, mas o **gerente e pessoal desta companhia nos receberam muito bem, nos auxiliando em tudo e por tudo.** Estou muito bem impressionado com **a gente desta empresa que tratou-nos melhor possível.** Talvez amanhã eu tenha uma resposta do capitão Heitor, pois mandei a Campanário com urgência. Apreendemos bastante gasolina, armas e munição. (apud COSTA, 2013, p. 119-120, grifo nosso).

O coronel João Francisco aguardava uma resposta da carta enviada ao capitão Heitor Mendes Gonçalves, localizado em Campanário, com recomendação de pressa ao portador. Haveria, portanto, instruções do comando da coluna revolucionária para esse encontro. No texto da carta, além da previsão do encontro com Heitor Mendes Gonçalves, o coronel João

Francisco informava ao general Isidoro Lopes do bom relacionamento com o gerente em Guaíba e com seus empregados, recebendo deles o auxílio solicitado.

Os revolucionários programavam encontrar Heitor Mendes Gonçalves em Guaíba, de onde pretendiam seguir para tomar posse do Rio Grande do Sul em combinação dos elementos da política oposicionistas, já contactados, e acreditavam estarem em vias de levante (CABANAS, 2014, p. 148). Nesse ínterim, o diretor da empresa encontrava-se na sede da mesma, em Campanário, de onde informou ao general Nepomuceno Costa a tomada de Guaíba pelos revolucionários por telegrama, datado de 19 de setembro, cinco dias depois (COSTA, 2013, p. 118). Pelo espaço de tempo, o conhecimento por parte de Heitor Mendes Gonçalves deu-se pela leitura da carta expedida de Guaíba pelo coronel João Francisco.

Sobre o itinerário da Coluna Miguel Costa – Prestes, Magalhães (2014) comenta que ela passou distante da sede Campanário, onde apenas um dos grupos de potreadores esteve para pegar alguns cavalos e mantimentos. A preservação da sede da empresa da investida revolucionária é creditada à habilidade de Heitor Mendes em negociar:

Coincidência ou não, o fato é que depois a chamada Coluna Invicta – que virou Coluna Prestes quando gaúchos e paulistas se fusionaram ao entrar em Mato Grosso – passaria ao largo de Campanário, mandando à vila apenas um de seus famosos grupos de potreadores, que estavam baseados em Patrimônio União (Amambay) para pegar alguns cavalos e mantimentos. (MAGALHÃES, 2014, p. 122).

Em Campanário, segundo Magalhães (2014), ocorreu apenas a venda de cavalos e mantimentos, pagos em requisições pelos revolucionários, que teriam poupado a sede, pela negociação com Heitor Mendes, o diretor da *Seção Brasil* e presente na fazenda na época da passagem da Coluna no SMT, no segundo trimestre de 1925.

Em notas explicativas, Magalhães (2014, p. 122) acrescenta como justificativa da capacidade de negociação e articulação política de Heitor Mendes, a atuação posterior para serenar os ânimos e obter do governo federal a anistia para os revolucionários da Coluna, já refugiados na Bolívia.

Pela narrativa de Lima (1979, p. 143), o coronel Juarez Távora “ainda se achava” em Campanário, quando recebeu a visita do general Miguel Costa, saído do quartel-general instalado em Ponta Porã desde 11 de maio. O general Miguel Costa retornou no mesmo dia, à tarde, para o acampamento da Brigada “Rio Grande”, distante duas léguas de Ponta Porã. Heitor Mendes Gonçalves, o diretor da Mate Laranjeira, estava na sede e negociou com os revolucionários da Coluna Prestes: “A História não confirma, mas deve-se creditar à habilidade de Heitor, presente em Campanário, a forma pacífica com que lá se desenrolaram

os acontecimentos” (MAGALHÃES, 2014, p. 122). Em Campanário ocorreu, portanto, um encontro de Heitor Mendes Gonçalves com o coronel Juarez Távora e o general Miguel Costa.

A citação de Magalhães (2014), a recepção amistosa ocorrida em Guaira, os encontros em Campanário, implicariam um acordo da empresa com os revoltosos? A percepção hostil, evidenciada nas declarações de alguns revolucionários sobre a empresa, não condicionaria a uma espoliação aos bens da empresa, quando os encontrassem desprotegidos no Mato Grosso?

Na narração de Magalhães (2014), há evidências do apoio de Heitor Mendes e, em consequência, da Mate Laranjeira, para as tropas legalistas, ligando suas ações com o governo, embora mencionando que a empresa teria ficado “entre a cruz e a espada”. Esse posicionamento é assim explicado:

Como estudante e militar, **Heitor frequentara os mesmos quartéis da juventude tenentista, onde teve amigos com os quais dividira ideais de justiça e inconformismo por causa das repetidas e caóticas situações políticas de uma república em formação;** por outro lado, **como empresário recente, não podia adotar posições antigovernistas,** que pudessem por em risco o tênue equilíbrio existente entre a empresa que representava e o poder constitucional. (MAGALHÃES, 2014, p. 121, grifo nosso).

Encontramos assim, evidências sobre os pensamentos revolucionários de Heitor Mendes Gonçalves, na defesa dos ideais de justiça e reprovação da situação política da época, com predomínio do poder oligárquico, uma representação do coronelismo tradicional do Estado. São ideais que os jovens oficiais, revoltosos de 1924 e 1924 comungavam, adquiridos durante o período de formação militar. Desta maneira, existem indícios do apoio prestado pela empresa aos revoltosos:

Lá [Porto Mojoli/Guira] os paulistas rebelados onde **“tomaram emprestados”** o barco *Don Pancho* e outras chatas e vapores, além de combustível e alimentação para os pelotões que iriam se juntar aos revoltosos vindos do sul do país sob a liderança de Luiz Carlos Prestes e que adentrariam o Mato Grosso por Porto Artaza (logo abaixo de Porto Mendes), cruzando pelo Paraguay (MAGALHÃES, 2014, p. 121, grifo nosso).

Ao mesmo tempo, o senso empresarial existia em Heitor Mendes Gonçalves, na preocupação em defender os interesses da empresa. Permanecia oficialmente ao lado do governo, defendendo a legalidade. As tropas do governo foram transportadas pelo rio Paraná, embarcadas nos navios da empresa:

A *Matte cedia* lanchas e vapores que estavam no Porto Dom Carlos – de sua propriedade, às margens do rio Paraná, acima de Guaira – aos militares governistas do 67º BC e 50º RCI, que desceram de Porto Epitácio para dar

combate aos revolucionários paulistas no rio Paraná. (MAGALHÃES, 2014, p. 121, grifo nosso)

Essas são as poucas referências na obra de Magalhães (2014) sobre o posicionamento da empresa e Heitor Mendes Gonçalves com os revoltosos de 1924. Enquanto os revoltos tomavam emprestados, entre aspas, ao governo os bens eram cedidos, como citado para as embarcações do rio Paraná.

As ligações de Heitor Mendes Gonçalves, por intermédio da Empresa Mate Laranjeira, apoiando a passagem da coluna Prestes - Miguel Costa pelo SMT, aparecem de forma mais explícita em Assunção. Juarez Távora (1974) afirmou que obtivera um empréstimo de 800 pesos argentinos com o agente da empresa, na capital paraguaia, a pedido do deputado paraguaio Ayala, a quem entregara documentos confidenciais trazidos de Buenos Aires, versando sobre entrega de armamentos e munições aos revolucionários brasileiros. Sem dinheiro, obteve o apoio de Heitor Mendes para o regresso ao Brasil, após sua participação no levante iniciado no final de outubro, nas guarnições do Rio Grande do Sul, e reintegrou-se, no oeste paranaense ao efetivo do general Miguel Costa. A colaboração de Heitor Mendes com o ingresso no Brasil de Juarez Távora, que se encontrava evadido em Assunção, no Paraguai, no início do ano de 1925, é assim narrada:

Tive de vender o meu relógio de pulso e o revólver que trazia desde o levante de São Paulo, para pagar a pequena diária da pensão em que me hospedava. Era o fim. Sentia-me desesperado. Lembrei-me, então, de recorrer a um ex-colega da Escola Militar e amigo de meu irmão Joaquim, Capitão Heitor Mendes Gonçalves, então um dos acionistas da Companhia Mate Laranjeira, pedindo conselho e ajuda para sair daquela embaraçosa situação. **Mendes Gonçalves foi solícito e eficiente. Entendeu-se – não sei por que meios – com a polícia paraguaia, garantindo-me o trânsito, pela ferrovia, até Encarnación. Emprestou-me 12.000 pesos paraguaios**, para custeio das viagens por trem e por via fluvial, até Foz do Iguaçu. **Indicou-me os funcionários da companhia de navegação**, com quem devia entender-se em Encarnación, bem **como as gratificações que lhes deveria dar, com o necessário resguardo, para que me facilitassem o embarque naquele porto**. E tudo deu certo. Ninguém me molestou em Villa Rica, podendo chegar, no mesmo trem, a Encarnación. Aí, encontrei o Capitão Paulo Kruger e dois ex-marinheiros do encouraçado *São Paulo*, que debalde haviam tentado embarcar, em navio paraguaio, com destino a Foz do Iguaçu. Tratei de estender a esses companheiros de revolução o **“salvo-conduto” com que me beneficiara o Capitão Heitor Mendes Gonçalves**. Para consegui-lo foi mister apenas aumentar as gratificações estabelecidas e o incômodo de deslocar-nos para um pequeno porto, a montante de Encarnación, onde uma canoa nos conduziu até o navio. Uns dias depois estávamos desembarcando num porto paraguaio, quase fronteiro a Foz do Iguaçu, de onde nos transportamos, sem incidentes, para a margem brasileira do rio Paraná. (TÁVORA, 1974, p. 172-173, grifo nosso).

Nelson Tabajara de Oliveira, jornalista e revolucionário, descreve enfaticamente o apoio recebido da Empresa Mate Laranjeira, quando se encontrava exilado no Paraguai. Em sua narrativa, ele foi o primeiro revolucionário abrigado pela Estancia Aguerrito, uma propriedade da empresa no Paraguai, após ter sido dispensado pelo general Isidoro, ainda no Paraná. Inicialmente, revela que encontrou em Assunção o “Mario Mendes Gonçalves, que me tirou de todas dificuldades, assegurando-me emprego na Estância Margarida, que ele administrava. Disse-me mais que procurasse em Conceição [Concepcion, no Paraguai] a seu irmão Heitor, que ali se achava ocasionalmente e, sendo autoridade superior na Empresa, talvez me pudesse oferecer outro destino” (OLIVEIRA, 1956, p. 46).

Nelson Tabajara de Oliveira prossegue elogiando a capacidade de administração do tenente Heitor Mendes Gonçalves, agora o diretor da Seção Brasil da Empresa Mate Laranjeira. Cita as transformações que a empresa recebeu com a nova administração:

Heitor é dos maiores administradores que o Brasil jamais conheceu. Depois que assumiu a direção dos ervais daquela organização no Sul de Mato Grosso, houve sensível mudança no sistema primário que imperava nas suas propriedades e se deve a ele o levantamento de uma verdadeira urbe como Campanário. (OLIVEIRA, 1956, p. 46).

Teria, então, a empresa, abandonados os hábitos de exploração escravista, mencionados por outros revolucionários, e adotada uma postura coerente com os ideais revolucionários, implantada pelo tenente Heitor Mendes Gonçalves? De acordo com Nelson Tabajara de Oliveira, no encontro realizado em Concepcion, o oficial demonstrou ser receptivo aos ideais revolucionários, e estar informado do desenrolar dos acontecimentos no Brasil:

De fato, encontrei-o naquela cidade e recebido com animadora cordialidade, passei a narrar-lhe os episódios da campanha. **Heitor não estava alheio ao movimento militar** que aspirava operar mudança radical nos hábitos políticos do Brasil, que pessoalmente julgava retrógrados. Antigo e competente oficial do Exército, conhecia um a um os participantes da revolução e pediu-me notícias detalhadas de todos. Depois, com interesse fraternal e bondoso, quis saber da minha pessoa e ciente de que mal saíra de um hospital, insistiu em que não fosse exercer emprego algum mas que ficasse antes como seu hóspede na estância Aguerrito, no Paraguai. Iria pessoalmente falar do meu caso com o **General Malan**, comandante da guarnição federal de Mato Grosso, pois temia que, dada a circunstância de ser eu ex-sargento, pronunciado pela Justiça, embora não propriamente um profissional da caserna, poderia ser preso ao entrar em território brasileiro. **Escreveu uma carta de apresentação ao administrador de Aguerrito** abrindo-me crédito no respectivo armazém e garantiu-me que ali teria abrigo seguro e farto enquanto estivesse de saúde delicada, e que só depois disso me chamaria a ocupar um lugar remunerado em qual estabelecimento da empresa. **Sua generosidade criou em mim forte sentimento de gratidão e**

desde esse dia passei a dedicar-me [sic] a mais sincera e leal amizade. Dois dias depois seguia para a lendária estância, uma propriedade pastoril modelar e o onde vivi os dias mais felizes do exílio. (OLIVEIRA, 1956, p. 46-47, grifo nosso).

A citação do general Malan, como comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, no texto com a narração da conversa, permite concluir que ela aconteceu no ano de 1925, por causa da promoção a general após a assunção do comando, em outubro de 1924.

Observa-se que a servidão por dívida, a forma com que a empresa implantava o trabalho considerado como escravo, ainda fazia parte dos hábitos de Heitor Mendes, pois o crédito era aberto no armazém, para o ressarcimento após o início dos trabalhos. E o ex-revolucionário demonstra a contratação com outro tipo de dívida, a por gratidão pela ajuda recebida.

Como Nelson Tabajara de Oliveira foi o primeiro a se instalar em Aguerrito, presenciou a chegada de outros revolucionários, exilados que encontraram abrigo na estância (Cascardo, Rafael Bandeira Teixeira, cabo Dantas, Luiz de Braga Mury, Adalberto Araripe da Rocha Lima, João Teixeira Marques, Agenor Brayner Nunes da Silva, Cleto Campêlo e Cesar Bacchi de Araújo).

Reunidos, os abrigados na Estância Aguerrito articularam uma invasão ao SMT, a ser coordenada pelo general Isidoro. O plano era reunir e armar todos os ex-combatentes revolucionários, dispersos pelo interior do Paraguai, para marchar em direção ao Nordeste e reunirem-se à Coluna (1956, p. 59). Os preparativos para a invasão do SMT pode ser enumerado como uma das hipóteses sobre a missão oculta de João Cabanas, no segundo semestre de 1925, no Mato Grosso.

O apoio prestado por Heitor Mendes Gonçalves confirma dois aspectos. O primeiro é o prestígio de Heitor no interior do Paraguai. Com esse prestígio, conseguiu superar a proibição imposta pela embaixada brasileira de retornarem ao Brasil os revoltosos homiziados no Paraguai. O segundo aspecto é um indício do compartilhamento por Heitor Gonçalves dos ideais revolucionários mostrados pelos jovens tenentes do movimento, confirmado quando Juarez Távora o menciona como “ex-colega da Escola Militar e amigo de meu irmão Joaquim” e pela narrativa de Oliveira (1956).

Em 1927, quando o movimento sofria revés com a perseguição das forças legais e o governo negava oficialmente qualquer negociação com os revoltosos, apareceu o nome de Heitor Mendes Gonçalves como negociador no Palácio do Catete, representando os revolucionários:

O Sr. Washington Luiz já recebeu por parte dos revolucionários um emissário com que conferenciou, o ex-oficial Heitor Mendes Gonçalves, que esteve no Catete, como enviado do Sr. Assis Brasil e do marechal Isidoro Dias Lopes, tratando do problema da pacificação. Ficou, então, deliberado que o representante dos revolucionários voltaria a se entender com os chefes do movimento, a lhes transmitir o que ouvira do presidente, vindo depois novamente trazer a última palavra. (CM, nº 9847, 23 fev. 1927, p. 4).

Além da participação de Heitor Mendes Gonçalves, encontra-se uma referência sobre a entrada de emissários, pelo Paraguai, trazendo uma carta do general Isidoro para Prestes:

A incursão da Coluna Prestes em território boliviano obedeceu a instruções recebidas do general Izidoro, instruções que, sabíamos, foram transmitidas por intermédio de dois emissários que, via Paraguai, entraram em nosso Estado, nas proximidades de Bela Vista. Foram elas a **resultante de um entendimento que teve como o general Izidoro e com o Sr. Assis Brasil, o capitão Heitor Mendes**, cuja atuação feliz e inteligente trouxe o resultado benfazejo de pôr termo a uma luta fratricida que ultimamente se desenrolava em Mato Grosso. Depois de entender-se com os chefes revolucionários em Argentina, que já tinham amplos poderes de Prestes e Miguel Costa para agir, o capitão Heitor levou ao Sr. Washington Luiz a palavra dos revolucionários. Nessa conferência foi assunto capital a anistia, o que teve o assentimento pleno do presidente da República, não havendo transpirado no momento o resultado da mediação pelo motivo ponderoso de ainda estar Prestes em armas (JOP, nº 264, 13 mar. 1927, p. 1, grifo nosso).

Para essas conversas, Heitor Mendes Gonçalves teria se deslocado até a cidade de Mello, na República Argentina, ouvindo os revolucionários, nos encontros com o general Isidoro Lopes, Assis Brasil e Luiz Carlos Prestes (*A Rua* - RJ, nº 116, 119 e 127, de 21, 24 fev e 8 mar. 1927, p. 1, 3 e 1, respectivamente). Depois de regressar, conferenciou longamente com o presidente da República, confirmando que o chefe da nação não era contrário à anistia. Heitor Mendes explicou a sua participação, como emissário dos revolucionários:

Amigos do governo e meus julgaram azado o momento para pacificar a Pátria e eu não quis negar meu auxílio a essa obra de generosidade. **Tinha entre os revolucionários velhos camaradas da escola e da caserna, sabialhe a pureza dos sentimentos e a sinceridade da revolta.** Do lado do governo, onde, sem ser político me encontrava, possuía também boas amizades que animavam a ação bondosa, e me aconselhavam a **trabalhar pela anistia.** Ela tinha de ser solicitada e eu fui procurar o marechal Isidoro dele trazendo a carta que o país já hoje conhece e que deverá, talvez, vir menos apressadamente para o domínio público. (*A Rua* - RJ, nº 199, 01 jun. 1927, grifo nosso, p. 1).

A declaração confirma sua ligação amistosa com os revolucionários, bem como o fato de haver sido escolhido por eles como porta-voz. Está presente o espírito de corpo, com a solidariedade entre os componentes da corporação armada. E sobre a possibilidade da eclosão de novos levantes, opinou sobre a necessidade da pacificação no Brasil:

É difícil e julgo mesmo que a modificação da mentalidade governante alterou o pensamento dos rebeldes de ontem. **Todos, revolucionários e legalistas, compreendem a necessidade patriótica de fazer a harmonia do Brasil.** Não se modificaram, nem se modificarão os princípios condutores dos rebelados, mas agora que se restabeleceu o império da lei, não é mais com as armas que eles podem impor-se, é antes no campo social e político agitando ideias em vez de cruzar baionetas. As palavras que ontem proferiu um deputado carioca parecem-se exagerados nos receios que revelam (*A Rua* - RJ, nº 199, 1º jun. 1927, grifo nosso, p. 1).

Para *O Jornal*, impresso no Rio de Janeiro sob a direção de Assis Chateaubriand, o mediador da anistia era Heitor Mendes Gonçalves, assim descrito:

Um **distinto ex-militar**, o qual abandonou, desde algum tempo o serviço do Exército, para dedicar-se à indústria da erva-mate, e que agora, num impulso de **generoso patriotismo**, interpôs os seus **desinteressados e bons ofícios**, entre o governo e os rebeldes, a fim de por termo à contenda, que há perto de três anos ensaguenta o Brasil [...] o capitão [sic] Mendes Gonçalves, que tinha como militar, excelente reputação na sua classe” (*O Jornal* - RJ, nº 2517, 20 fev. 1927, grifo nosso).

Por ter se encontrado primeiro com o presidente Washington Luiz, no Palácio do Catete, para conversar do problema da anistia, e não com o ministro da Guerra, deixando de seguir uma ordem hierárquica, Heitor Mendes Gonçalves esteve depois no Ministério da Guerra, conforme explicou:

onde se demorou longamente com o general Nestor Sezefredo dos Passos, expondo-lhe a razão pela qual se dirigiu primeiro ao magistrado supremo, sem embargo de, como antigo oficial do Exército, **ter desejado guardar o respeito da hierarquia**, indo através do ministro da Guerra até o presidente da República. Mas é que **a mediação que oferecera lhe impunha o dever de discutir o caso da anistia e de pacificação com o próprio Sr. Washington Luiz** (*O Jornal* - RJ, nº 2517, 20 fev. 1927, grifo nosso).

Heitor Mendes Gonçalves apresentou-se voluntariamente para intermediar as negociações, conforme explicado na reportagem:

Em caráter particular, como brasileiro e como cidadão. Não era um procurador dos rebeldes nem dos seus chefes. Aliás, **condenava a ação dispersa e anárquica** daqueles e destes. Agia levado por um impulso de patriotismo, para ver se encontrava uma fórmula que restituísse a paz definitiva ao Brasil, fazendo estancar a ferida aberta há tantos anos. (*O Jornal* - RJ, nº 2517, 20 fev. 1927, grifo nosso).

Pelos argumentos apresentados ao *O Jornal*, Heitor Mendes Gonçalves demonstrou respeitar os preceitos hierárquicos de subordinação e hierarquia, ao explicar ao ministro da Guerra o motivo de ter ido tratar do assunto diretamente com o presidente da República.

Esclareceu, ainda, seu posicionamento em relação aos rebeldes, ao declarar que “condenava a dispersa e anárquica daqueles e destes”.

O patriotismo e o desejo de contribuir para uma Pátria pacificada, somados à intenção de defender a dignidade do Exército, os motivos alegados para a ação no *Conflito de 1921 em Ponta Porã*, definiriam, portanto, segundo suas palavras, o perfil de Heitor Mendes Gonçalves, por ele assim sintetizado: brasileiro, soldado e mato-grossense.

O presidente Washington Luiz, embora alguns divulgassem que ele era favorável à anistia, e entre os que assim pensavam estava Heitor Mendes, não a concedeu e nem realizou a reforma política desejada. Entre as medidas reformadoras esperadas, deveria constar a implantação do voto secreto. Por causa desses fatores, “a onda da insatisfação e de oposição ao governo crescia diariamente” (GERALDO, 2004, p. 55).

Os revoltosos de 1922 e 1924 voltariam em 1930, agora trazendo um furacão do Rio Grande do Sul, que colocaria Getúlio Dorneles Vargas no governo federal. Mas... essa é outra história!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado de Mato Grosso apresentou, no Censo de 1920, uma baixa densidade populacional. A maioria da população mato-grossense concentrava-se nos municípios do SMT, onde existia uma heterogeneidade em diversos aspectos, desde étnicos até culturais. Aos indígenas, primeiros habitantes, somaram-se outros, provenientes de diversas regiões do país e do exterior.

A população no SMT distribuía-se em pequenas comunidades urbanas, sendo que as existentes na região fronteira contavam com menos de 10.000 habitantes. Nos aglomerados urbanos, predominavam os comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, militares e empregados. Na área rural habitavam os indígenas, fazendeiros, pequenos proprietários de terra e trabalhadores rurais.

O início da circulação dos trens da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil aumentou o fluxo de pessoas e mercadorias, e beneficiou a cidade de Campo Grande, que assumiu as condições de principal polo comercial, centro estratégico e capital militar do Mato Grosso.

Um acréscimo populacional no SMT durante a década de 1920 ocorreu com a vinda de migrantes estrangeiros e nacionais, atraídos pela oportunidade de adquirirem terras férteis e produtivas, colocadas em leilão pelo Estado. O fluxo de pessoas ensejou as disputas pela posse das terras, enfrentando a resistência da Empresa Mate Laranjeira, detentora da concessão para a exploração dos ervais e de um considerável poder político no Estado.

No SMT a economia era peculiar e pouco diversificada, com predomínio da comercialização de gado bovino, madeira e da erva-mate. O contrabando era realizado em todas essas atividades econômicas, gerando um problema para o controle das fronteiras pelo Estado.

No período estudado, ocorreu no SMT a instalação de empresas monopólicas estrangeiras, a chegada de novos investimentos e a entrada de migrantes, fatores motivadores de uma alteração da estrutura social e disputa pela posse da terra.

No começo da década de 1920, Ponta Porã era um povoado novo, onde se verificara uma rápida evolução. A concentração populacional teve início por volta 1880. Foi reconhecida como distrito de Bela Vista em 1900, município em 1912 e cidade em 1920. Ao adentrar a década de 1920, embora com uma pequena comunidade de 6094 pessoas no distrito

sede, Ponta Porã, o município mais populoso no SMT, totalizava cerca de 10% da população estadual, em virtude da existência de dois distritos que mais tarde se emancipariam.

Cidade emergente na região fronteira, Ponta Porã evoluiu rapidamente com as atividades comerciais e a Empresa Mate Laranjeira escolheu a região para instalar sua sede operacional. A Empresa dedicava-se principalmente à exploração da erva-mate, embora também explorasse a madeira e a criação do gado. Em 1921, a sede passou a funcionar na Fazenda Campanário, no distrito de Nhú-vera, onde suas instalações assemelham-se a de uma cidade. Os contratos de arrendamento para a exploração dos ervais pela empresa com o Estado de Mato Grosso, onde deteve por longo período o monopólio, foram motivos de disputas políticas, surgidas com a presença de novos personagens no Estado e na região dos ervais.

Em Ponta Porã, as evidências encontradas apontam a existência de uma divisão em torno de duas agremiações político-partidárias, nas duas primeiras décadas do século XX: Partido Republicano Conservador (PRC) e Partido Republicano Mato-grossense (PRMG). As pessoas agrupavam-se em torno dessas duas associações políticas predominantes, em busca do poder e das benesses decorrentes, concedidas ao grupo dominante, detentor do poder, como as nomeações para os cargos públicos. A substituição, em caso de derrota política, é um indício de que o grupo social vitorioso se julgava superior e mais poderoso.

Havia circulação de jornais impressos nas principais cidades do SMT. Os jornais possuíam alinhamentos com os partidos políticos, defendiam os interesses da sua comunidade de referência e propagavam as fofocas e intrigas sobre as outras comunidades, contribuindo para manter a crença da diferenciação entre as pessoas dos dois partidos.

As necessidades em segurança, educação e de vias de comunicação, mostram a deficiência do Estado na atuação na região de fronteira. Mesmo com essas necessidades, o Sul de Mato Grosso não estava isolado. Inicialmente, as comunicações favoreciam-se das ligações proporcionadas pela rede fluvial disponível na região, bacias dos rios Paraná, Paraguai e Amazonas e relevo suave, facilitando o tráfego de veículos e pessoas. Houve um incremento nas comunicações com o restante do país com a construção da estrada de ferro e das linhas telegráficas.

As reformas no Exército ocorridas no período da Primeira República visavam deixar o Exército mais moderno, adaptado às novas doutrinas militares e equipamentos bélicos disponíveis. As reformas procuravam retirar os militares da vida política, mas fracassaram neste intento. Dentro do Exército, houve uma divisão, surgindo militares com espírito

revolucionário, agregados naquilo que posteriormente designou-se como *Movimento Tenentista*, e aqueles que permaneciam fiéis à legalidade, incentivando um Exército profissional, afastado das questões políticas.

Com a organização do Exército adotada no período da Primeira República, criaram-se organizações militares no SMT. Para elas, vieram oficiais novos e cidadãos alistados de outros estados, principalmente de São Paulo, a fim de completar os efetivos.

Até a década de 1920, a transferência para as guarnições de Mato Grosso ocorria, em várias ocasiões, como medida punitiva, para afastar o militar do Rio de Janeiro. Nessa condição, receberam militares que discordaram da eleição de Arthur Bernardes para presidente da República, disputada a 1º de março de 1922.

A instalação e construção de quartéis em cidades do SMT injetaram novos recursos econômicos e promoveram uma circulação de ideias com a movimentação de militares. Com o acréscimo de novas unidades militares no SMT, o governo transferiu vários oficiais que participaram da Revolta de 5 de julho de 1922 para as guarnições militares do Mato Grosso, em sua maioria localizadas no SMT. Mesmo com essas transferências, o número de oficiais era insuficiente para completar o efetivo previsto. Com a deficiência na quantidade de oficiais superiores, oficiais de postos inferiores, capitães e tenentes, exerceram as funções de comandantes. E os oficiais rebeldes de 1922, ocupando postos de comando nos quartéis, encontrariam uma situação propícia para revoltas, com atrasos no pagamento dos vencimentos, as distâncias do centro decisório do país e a dificuldade de acesso para as cidades fronteiriças.

Além dos militares das forças federais, Marinha e Exército, outras corporações possuíam armamentos, como a Guarda Aduaneira e a Força Pública estadual, esta com organização similar ao do Exército e concentrada em Cuiabá e cidades importantes, onde poderiam impedir o êxito de movimentos políticos contra o governo.

A Guarda Nacional desempenhava um papel simbólico, na distribuição de patentes aos cidadãos conforme o poderio político e econômico. Os guardas aduaneiros formavam, na prática, uma milícia armada, comandada e servindo aos interesses partidários.

As presenças das corporações armadas no SMT evidenciam a intenção do Estado e de outras forças políticas de exercerem o poder. A presença militar representava a afirmação do poder do Estado-Nação, destacando-se o poder federal na fronteira.

Em Mato Grosso, até 1920, havia uma tradição de conflitos armados, chefiadas por políticos, e os militares participavam apoiando determinadas facções políticas, que deles se beneficiavam nos planos de conquista do poder, em seus componentes estadual e federal.

Um dos fatos a serem destacados para o Estado de Mato Grosso, ocorridos durante o período em estudo, é o início da construção de uma identidade mato-grossense, configurada na gestão de Dom Francisco Aquino Corrêa (1918-1922), ao promover as comemorações do bicentenário da fundação de Cuiabá (1919). Simultaneamente ao processo identitário estadual, na região fronteira ocorreram outros processos de construção de identidades, capitaneados pela presença do Estado nacional sobrepondo-se aos outros grupos armados.

Ocorrida em 1912, a revolta conduzida pelo capitão Antonio Netto de Azambuja e pelo major Paulo José de Oliveira envolveu as tropas federais de Bela Vista e Ponta Porã e apresentou como oponentes a força federal de um lado e a estadual, a serviço dos chefes políticos locais. A revolta sedimentou um novo espírito revolucionário nos quartéis fronteiriços, ao conjugar as disputas pelo poder no SMT com a liderança da revolta por oficiais do Exército.

A proposta do tenente Heitor Mendes Gonçalves, para a construção de um monumento homenageando o tenente Antonio João, falecido por ocasião da invasão paraguaia no início da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), evidencia o sentimento dos militares de construir uma identidade nacional, apoiada na imagem de heróis que sucumbiram no cumprimento do dever em defesa da Pátria brasileira. Com a apresentação dessa proposta, no final de 1920, surgiu a sugestão de alteração do nome do município de Ponta Porã, o que causou um antagonismo político, evidenciado na discussão pela comunidade sobre a questão.

Heitor Mendes Gonçalves teve uma carreira militar curta, porém significativa. Órfão dos pais aos quatorze anos de idade, encontrou abrigo e auxílio de sua irmã, esposa de militar, para prosseguir nos estudos. Ingressou na Escola de Guerra de Porto Alegre em 1908, onde foi declarado aspirante a oficial em 1911. Destacou-se nos combates da Revolta do Contestado (1912-1916), com sua atuação recebendo elogios dos comandantes militares. Em Ponta Porã, Heitor Mendes Gonçalves envolveu-se em dois graves incidentes. Foi o personagem central do *Conflito de Ponta Porã*, em 1921, e recebeu como punição uma prisão de trinta dias, a ser cumprida na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Após o cumprimento da prisão, recebeu várias transferências e licenças para tratamento de saúde. Transferido para o SMT, assassinou, em 1924, o advogado João Baptista de Azevedo, e encerrou a carreira militar em 1926, reformado no posto de primeiro tenente.

O *Conflito de Ponta Porã*, culminado no dia 30 de janeiro de 1921, teve como protagonistas os tenentes Heitor Mendes Gonçalves, integrante do Exército Brasileiro, o tenente Manoel da Costa Ribeiro, da força policial estadual, e o advogado João Baptista de Azevedo, chefe político local. O conflito foi antecedido pelo posicionamento favorável de João Baptista de Azevedo à mudança do nome de Ponta Porã, opinião contrária à do tenente Heitor Mendes Gonçalves.

Os acontecimentos de 1921 receberam a divulgação em duas versões contrárias. Uma afirmava que o tenente Heitor Mendes Gonçalves e seus companheiros militares prenderam as autoridades municipais, incluindo o comandante da Força Policial e o juiz, agindo em cumprimento do dever legal de manutenção da ordem em uma região fronteiriça. Heitor Mendes Gonçalves e Luis Simas Enéas, os tenentes do Exército envolvidos no *Conflito de 1921* em Ponta Porã, alegaram que estariam pegando em armas para lutarem contra as oligarquias dominantes, em defesa da honra do Exército e cumprindo as leis. Teriam agido contra os desmandos dos chefes políticos locais, que exerciam o governo, e em defesa da dignidade e honra das Forças Armadas ofendidas pelos políticos locais e outros homens do poder.

A outra versão apontava uma motivação política desses militares, acusando-os da promoção de uma revolução na cidade, visando substituírem as autoridades desfavoráveis aos seus pensamentos políticos e ao controle exercido pela Empresa Mate Laranjeira.

Os fatos repercutiram na imprensa em várias cidades, inclusive no Paraguai, mostrando que Ponta Porã e o SMT não eram isolados. Pelo contrário, a repercussão demonstra a existência de uma rede de comunicações que permitiam a transmissão de notícias ou das intrigas interioranas da política.

A classe política civil demonstrou estar coesa, contra os oficiais participantes do movimento. A ação dos tenentes promotores do *Conflito de Ponta Porã* de 1921 recebeu severa repressão das autoridades federais (ministro da Guerra e presidente da República), havendo a interferência do presidente do Estado em desfavor dos oficiais do Exército.

No *Conflito de Ponta Porã*, a atuação do tenente Heitor Mendes Gonçalves repercutiu os ideais revolucionários proclamados pelos jovens oficiais do *Movimento Tenentista*, com os quais possuía contemporaneidade na escola de formação de oficiais. Conforme alegou em sua defesa, combatia os desmandos políticos e a prática de fraudes eleitorais pelas oligarquias detentoras do poder. Comandante do Destacamento Federal, afirmou ter o amparo dos códigos militares para efetuar a prisão de autoridades municipais de Ponta Porã. Outrossim,

sua ação favoreceria a Empresa Mate Laranjeira, propriedade de familiares e local de trabalho de seus irmãos, pois os dirigentes políticos municipais da época eram contrários aos interesses da empresa.

A prisão de Heitor Mendes Gonçalves, em 1921, foi determinada pelo presidente da República, o que caracteriza uma ingerência política na esfera disciplinar do Exército. Contra essa medida, recebeu o apoio e solidariedade, embora de forma dissimulada, de seus companheiros. Descontente com a represália, cogitou a solicitar sua demissão do Exército. Resignado, permaneceu no Exército, embora entrando em licenças, inicialmente para tratar de seus interesses e, depois, para tratamento de saúde. Na questão das *Cartas Falsas*, no final de 1921, manifestou sua adesão aos companheiros com pensamentos contrários à intervenção do Exército em assuntos políticos.

Afastado do Exército, Heitor Mendes Gonçalves, ainda em gozo das licenças, passou a exercer cargos na direção da Empresa Mate Laranjeira. Exemplificando as alterações do poder ao longo de uma trajetória de vida, passou a representar, no Sul de Mato Grosso, o modelo agroexportador, agora substituindo as relações oligárquicas que combatera em 1921.

Como um desdobramento do *Conflito de Ponta Porã* de 1921, ocorreu o homicídio do advogado João Baptista de Azevedo, praticado em janeiro de 1924, por Heitor Mendes Gonçalves. Nessa morte, encontra-se como causa uma mistura de componentes políticos e empresariais. Aponta-se a ação do advogado, defensor dos posseiros contra os interesses da Empresa Mate Laranjeira, da qual Heitor Mendes Gonçalves, irmãos e outros parentes eram proprietários ou empregados; e a questão política mato-grossense, com uma disputa germinal entre os dois partidos que defendiam interesses divergentes sobre a concessão das terras e exploração dos ervais no SMT. O poderio da Empresa Mate Laranjeira refletiu na decisão dos jurados, que o absolveram por unanimidade, aceitando a tese da legítima defesa.

Nos conflitos armados liderados pelos militares no denominado *Movimento Tenentista*, houve distintas participações das tropas federais localizadas no SMT em 1922 e 1924. Em 1922, os militares rebelaram-se contra o governo federal, iniciando um movimento revolucionário no Estado; e, em 1924, a força federal no SMT aliou-se ao governo federal, combatendo os revolucionários.

A participação da tropa federal mato-grossense no *Levante de 1922*, conhecida de forma simplificada como *Revolta dos 18 do Forte*, pelos fatos protagonizados pelos militares no Forte de Copacabana em 5 de julho de 1922, não ficou restrita ao âmbito dos

aquartelamentos, ou ao deslocamento das tropas revoltosas para Três Lagoas, pela via férrea, como normalmente citada.

A guarnição federal de Mato Grosso, uma das poucas a aderirem de forma significativa ao movimento revoltoso dos *18 do Forte*, sublevou-se, sob o comando do general Clodoaldo da Fonseca, liderando oficiais das patentes inferiores, capitães e tenentes. O desdobramento em Mato Grosso caracterizou-se como um levante militar, com finalidade política. O objetivo principal dos militares mato-grossenses era a deposição do presidente Epitácio Pessoa e o consequente impedimento da posse de Arthur Bernardes, o candidato eleito para sucedê-lo. Houve uma denúncia, procedente de Ponta Porã, que a deposição de Pedro Celestino, presidente do Estado de Mato Grosso, seria outro objetivo da revolta. Existia, ainda, a questão interna do Exército como instituição, em busca de uma identidade nacional e de ocupar um papel central na vida política, para recuperar o prestígio do início da República.

Os militares planejaram deslocar as tropas de Mato Grosso para fora do Estado. Esperavam transpor o rio Paraná e, no Estado de São Paulo, abrir uma segunda frente de combate aos legalistas, ou em prosseguimento para o Rio de Janeiro, fazer a junção com os revoltosos daquele Estado.

Combatidos por outra força federal, embora reforçada pela estadual de São Paulo, e enfraquecidos por uma ação política do dirigente mato-grossense junto ao presidente da República, os militares revoltosos não obtiveram êxito em suas pretensões.

O levante militar de 5 de julho de 1922 encontrou um limitado apoio dos civis no SMT, motivado por posicionamentos políticos, nos partidos e pessoas que eram contrários à posse de Arthur Bernardes e desejavam a eleição do presidente de Minas Gerais, Nilo Peçanha, para o cargo de presidente da República, e que tinha o baiano José Joaquim Seabra como companheiro para a vice-presidência, na chapa da *Reação Republicana*.

Na parte norte de Mato Grosso, o movimento foi frustrado pela intervenção do presidente do Estado, Pedro Celestino, favorável à eleição e posse de Arthur Bernardes, e aliado no âmbito federal com o presidente Epitácio Pessoa, a quem declara prestar apoio e alinhamento político. Pedro Celestino solicitou ao presidente da República e foi atendido na substituição do comandante do 16º Batalhão de Caçadores, sediado em Cuiabá, por um oficial do exército de sua confiança, que exercia o comando da Força Pública Estadual. Assim, impediu a eclosão do movimento na região norte, que seria chefiado pelo oficial retirado do comando.

A adesão dos militares aos ideais revolucionários restringiu-se ao SMT, onde atingiu a quase totalidade das guarnições militares, excetuando Bela Vista. A população civil, como um todo, permaneceu indiferente. Mas existem vestígios de estímulos aos militares pelos políticos, motivados pela disputa existente em torno da sucessão de Eptácio Pessoa.

Os oficiais do 10º RCI, capitão Alcebiades Pinto Botelho e tenente Jansen, implicados no levante de 1922, foram apontados como simpatizantes ao Partido Republicano Conservador (PRC), chefiado pelo senador Antonio Azeredo nas eleições de 1920, quando os políticos acusaram-nos de interferirem diretamente no resultado das eleições. Os partidários do PRC, chamados de *perrecistas*, defendiam a continuidade dos privilégios da empresa extratora, contra a qual Pedro Celestino, e sua corrente partidária, o Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG), os *perrengues*, *celestinistas* ou *urucubacas* exerciam ardorosa oposição. Após a eleição de Pedro Celestino para o governo de Mato Grosso, os dissidentes perrecistas desligaram-se da *Fusão*, nova composição partidária, surgida do acordo tecido pelo presidente Wenceslau Braz para as eleições mato-grossenses para o período 1917-1920, pelo qual se elegeu Dom Aquino e, em seguida, Pedro Celestino, para presidente do Estado.

O senador Antonio Azeredo era representado no Mato Grosso pelo deputado estadual Anibal Toledo, e os opositores ao PRC tinham como representante na fronteira sul o advogado e jornalista Baptista de Azevedo. Esses descontentes, transformados novamente em adversários políticos, encontraram no levante militar uma possibilidade de retomarem o poder, retornando à velha política mato-grossense das revoluções, caso o movimento militar saísse vitorioso.

Ocorreram interesses políticos mato-grossenses, incluindo a Empresa Mate Laranjeira, o apoio decisivo do presidente do Estado de Mato Grosso, Pedro Celestino para as forças legais, ao lado do presidente da República, Eptácio Pessoa, influenciando os militares e interferindo no resultado da revolta. Evidenciando influências endógenas no Levante Militar de 1922 no SMT, em 1921/1922 ainda desenvolviam-se as discussões sobre os privilégios da Empresa Mate Laranjeira na exploração dos ervais no SMT.

Durante o período, foram utilizadas com intensidade as comunicações telegráficas e o transporte de tropas por via férrea. As vias telegráficas permitiram rapidez nas transmissões de ordens e agilidade no deslocamento dos militares. Empregou-se amplamente a viação férrea para a concentração e movimento das tropas. Enquanto as tropas da circunscrição reuniam-se em Campo Grande e seguiam para Três Lagoas, em trens da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, as forças legais deslocaram-se de São Paulo, percorrendo o trajeto da

Estrada de Ferro Sorocabana, dirigindo-se para Bauru e Araçatuba, com destino à estação de Jupiá, da EFNOB, na margem paulista do rio Paraná.

A Lei nº 1860, de 4 de janeiro de 1908, ao estabelecer o serviço militar obrigatório, favoreceu a mobilização de reservistas. Os editais convocando os reservistas para as manobras programadas para setembro de 1922, inseridas nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil, ajudaram no comparecimento dos cidadãos para o recrutamento pelas tropas sublevadas.

O contexto do Levante Militar de 1922 em Mato Grosso evidencia a consolidação da presença do Estado na região SMT. Encontraram-se os aspectos citados por Elias (1993) que configuram a atuação do Estado-Nação: o monopólio da violência, a emissão de moedas e a cobrança de impostos. Diferentemente dos conflitos armados do primeiro vintênio do século XX, os militares das guarnições mato-grossenses rebelaram-se contra assuntos da esfera política, alegando defenderem um processo mais democrático nas eleições. A força militar federal demonstrou o seu poder, mobilizando e deslocando tropas. O saque efetuado em órgãos arrecadadores de impostos e de emissão de dinheiro, como a Alfândega e a agência do Banco do Brasil, demonstra a presença do Estado – Nação como o alvo dos revoltosos.

Embora derrotados em suas pretensões, a maioria dos oficiais revoltosos de 1922 voltaria às armas em 1924 no *Segundo 5 de julho*.

Na primeira fase da Revolta de 5 de julho de 1924 no Estado de Mato Grosso, assim considerada aquela transcorrida no período do comando da 1ª Circunscrição Militar, também chamada de Circunscrição Militar de Mato Grosso, exercido pelo general Nepomuceno Costa, ocorreu a mobilização dos batalhões patrióticos. O comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso recorreu à convocação de reservistas e voluntários para completar os efetivos das organizações militares, bastante desfalcados na época. Faltavam, principalmente, oficiais e sargentos. Estes claros foram supridos por comissionamento de militares em postos e graduações superiores.

As tropas da Circunscrição Militar de Mato Grosso deslocaram-se transportadas pela via férrea para a região de Três Lagoas, na divisa dos Estados de Mato Grosso e São Paulo, e nessa região travaram-se decisivos combates com grandes perdas de vidas.

O resultado do combate do Porto Japonês, desfavorável aos revoltosos, impediu que eles penetrassem em Mato Grosso e conquistassem Três Lagoas, local onde obteriam uma boa posição estratégica e ficariam em condições de alcançarem Campo Grande. Com a derrota, desfez-se a pretensão de fundação de um Estado Independente, a ser denominado *Brasilândia*.

Os recursos econômicos do novo Estado seriam, em grande parte, provenientes da extração da erva-mate, atividade exercida pela Empresa Mate Laranjeira.

O combate de Panchita tornou-se decisivo, ao permitir o prosseguimento da marcha da Coluna Miguel Costa – Prestes pelo interior do Mato Grosso. O confronto mais sangrento, envolvendo tropas legais e a Coluna, ocorreu na Cabeceira do rio Apa. Após esse combate, os comandantes revolucionários acataram a opinião de Luíz Carlos Prestes, e adotaram uma guerra de movimento, com deslocamentos pelo interior do Brasil. A Divisão Revolucionária não mais se envolveu diretamente contra as forças legais, procurando desbordá-las nos pontos onde a defesa estivesse mais organizada. Evitaram, assim, as lutas pelo domínio de Entre Rios (atual município de Rio Brilhante-MS) e Campo Grande, desbordando-as e passando distante dessas cidades.

Os revolucionários superestimaram o apoio que receberiam das tropas militares matogrossenses. Acabaram recebendo um suporte diminuto, caracterizado pela deserção de oficiais da tropa legal e o surgimento de focos isolados de revolta em Bela Vista, Corumbá e Campo Grande, rapidamente contidos. O movimento revoltoso sofreu forte repressão e não obteve êxito.

A Revolta do *Segundo 5 de julho* trouxe um pensamento exógeno de separação do Sul do Estado de Mato Grosso, não compartilhado pelas forças políticas e militares. A população do SMT apoiou as ações legalistas em 1924, atendendo às convocações do general Nepomuceno Costa, comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso. Houve uma mobilização das forças no SMT para combater os revoltosos paulistas, incluindo pessoas indígenas e paraguaias. No entanto, parte de setores da sociedade permaneceu favorável ao movimento de rebeldia destinado à deposição do presidente. Formadores de opinião criticavam em jornais o presidente Arthur Bernardes. A censura imposta com a decretação do Estado de Sítio para o Estado de Mato Grosso limitou as informações sobre o período.

O uso do telégrafo proporcionou rapidez nas transmissões das ordens e articulação das tropas. O general Nepomuceno Costa utilizou o telégrafo para propagar notícias falsas, diminuindo os ânimos dos revolucionários. E os revolucionários danificaram estações e linhas telegráficas, impondo restrições ao tráfego das informações.

A Revolução de 1924 colocou o Sul de Mato Grosso no cenário da crise política e militar que se instalou no país. Os combates aos revoltosos paulistas, em Três Lagoas e a passagem da Coluna Miguel Costa – Prestes, receberam divulgação e acompanhamento na imprensa, embora com a vigência do Estado de Sítio e censura aos órgãos de imprensa.

Em 1924, as elites agrárias e políticas aliaram-se ao componente militar e combateram os revoltosos. Os grandes proprietários rurais, detentores do poder político no SMT, chefiaram unidades provisórias e levaram seus empregados para compô-las. Até mesmo o deputado estadual Jayme Vasconcelos combateu nas tropas legais, comissionado no posto de major.

A passagem da Coluna Miguel Costa – Prestes não permaneceu na memória coletiva. É rememorada em poucas referências, como a denominação do município de Brasilândia, criado em 1963, na faixa oeste, limites com São Paulo, a recordar a pretensão revolucionária de estabelecer um Estado Independente.

Nos conflitos armados no Sul de Mato Grosso na década de 1920 houve o deslocamento da liderança dos coronéis políticos, apoiados por militares, para os líderes militares, aos quais os políticos apoiavam.

As revoltas de 1922 e 1924 trouxeram um desequilíbrio financeiro ao Estado, por ocasionarem despesas adicionais com a mobilização das tropas, saques e requisições. O abastecimento de gêneros chegou a ser interrompido, pela dependência do transporte ferroviário. Aumentou, em consequência, a dependência do Estado com o capital particular, principalmente o da Empresa Mate Laranjeira.

Com a preponderância da liderança dos militares nos movimentos armados ocorridos no SMT na década de 1920, houve a influência dos ideais que caracterizaram o Tenentismo.

A Empresa Mate Laranjeira não esteve à margem do processo. Considerada “Um Estado dentro do Estado”, participou e interferiu diretamente nos conflitos, sendo um dos principais personagens no Sul do Mato Grosso e, portanto, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Heitor Mendes Gonçalves, o diretor da *Seção Brasil* da Empresa Mate Laranjeira, manteve um posicionamento dividido, colaborando com as duas partes em conflito. Ele transitou entre os dois polos de uma Revolução, e esteve entre os detentores do poder e em seu oposto, naqueles que buscavam o poder.

Os argumentos apresentados nesta tese mostram, no entanto, que mais do que uma difícil escolha, entre seus companheiros de farda (também posicionados nos dois lados) e os interesses empresariais, Heitor Mendes Gonçalves realizou auxílios diferentes, com “uma no cravo e outra na ferradura”, ajudando ora o governo e, em outros momentos, os revolucionários. Com sua ação, obteria ganhos políticos para a Empresa Mendes Laranjeira em qualquer resultado dos conflitos.

Durante o comando do general Nepomuceno Costa à frente da Circunscrição Militar de Mato Grosso, na primeira fase (1923-1924) do enfrentamento aos revoltosos no SMT, Heitor Mendes Gonçalves e a Empresa Mate Laranjeira apoiaram as forças legais. Os empregados, caminhões da empresa e animais, foram fundamentais para a mobilização dos batalhões patrióticos, utilizados na defesa do SMT e combate aos revoltosos.

Nos relatos sobre a campanha da segunda fase (1925), transcorrida com a passagem pelo SMT dos revolucionários de 1924, combatidos pelas tropas chefiadas pelo general Alfredo Malan D'Angrogne, identificou-se a ajuda prestada aos revolucionários pela Empresa Mate Laranjeira: o uso dos vapores fluviais da empresa para o transporte das tropas rebeldes no rio Paraná; o fornecimento, embora mediante confisco, de suprimentos no armazém de Campanário; o abrigo de refugiados nas fazendas da empresa no Paraguai e no Brasil; o auxílio para Juarez Távora ingressar clandestinamente no Brasil. Juarez Távora, um dos líderes revolucionários, reconheceu em suas memórias a ajuda recebida de Heitor Mendes Gonçalves.

Em simbiose com a Empresa que dirigia, durante os incidentes da Revolução de 1924 no Estado de Mato Grosso, Heitor Mendes Gonçalves agiu primeiramente como soldado. Obedeceu as ordens recebidas do comandante da Circunscrição Militar e apoiou as tropas legais. Todavia, ao ter contato com os revolucionários que marchavam pela região, sobressaiu o espírito de companheirismo e a solidariedade da caserna. Prestou o auxílio, utilizando os bens da empresa.

Por essa duplicidade de relacionamentos, obteve o reconhecimento dos grupos oponentes e, em 1927, pode intermediar com o presidente da República a tentativa de anistia e a deposição das armas pelos revolucionários. Em outra configuração, a de mato-grossense, divulgava o potencial do seu estado natal junto à sociedade do Distrito Federal, por meio do Centro Matogrossense, atividade compartilhada com outros intelectuais e políticos.

Heitor Mendes Gonçalves, em sua trajetória pelo SMT, simbolizou a presença do Estado Brasileiro. Inicialmente, na fase da sua vida quando veio para a fronteira como militar do Exército, integrava a Instituição que se fazia presente na região para demonstrar a atuação do Estado Nacional. Nessa fase, entrou em conflito com as lideranças políticas locais. Depois, com o encerramento da carreira militar, exerceu a direção da Empresa Mate Laranjeira. No período em esteve na direção da *Seção Brasil*, a Empresa Mate Laranjeira consolidou o seu poder no Mato Grosso, mantido sob a forma de empréstimos ao governo estadual. Heitor Mendes Gonçalves trouxe inovação na condução empresarial, ao implantar medidas para a

nacionalização da mão-de-obra, plantio de mudas de erva mate, novo manejo sustentável da planta, e parcerias com produtores independentes. Incrementou outras atividades econômicas, como a navegação fluvial e extração de madeiras. Direcionou recursos para a educação pública, ao edificar escolas para a população fronteiriça. Essa empresa chegou a constituir um “Estado dentro do Estado”, pela amplitude da influência exercida na sociedade, em particular na região fronteiriça do SMT. Nessas duas fases, Heitor Mendes Gonçalves agiu como agente das transformações marcantes daquela época.

Ao final da vida, buscou o reconhecimento oficial pelo Exército da patente que a sociedade cotidianamente lhe conferira. Alegou sua pretensão de deixar para o montepio da sua esposa o amparo dos proventos de capitão. Não pretenderia, dessa forma, obter ganhos financeiros para si próprio, e abria mão dos proventos aos quais teria direito com a promoção.

A atuação de Heitor Mendes Gonçalves como porta-voz dos revolucionários na desejada anistia presidencial para os revoltosos de 1924, confirma as evidências anteriores do seu alinhamento com os pensamentos do Movimento Tenentista, demonstrado inicialmente e de forma precursora no *Conflito de Ponta Porã* de 1921.

REFERÊNCIAS

Fontes

ACERVO FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – Brasil. Hemeroteca Digital. *Jornais: A Capital* - MT, *A Cruz* - MT, *A Época* - SP, *A Federação* - RS, *A Manhã* – SP, *A Noite* - RJ, *A Notícia* - RJ, *A Razão* - RJ, *A Rua* - RJ, *A Semana* - MT, *A União* - RJ, *A Vida Moderna* - SP, *Careta* RJ, *Correio da Manhã* - RJ, *Correio Paulistano* - SP, *Crítica* - RJ, *Diário de Notícias*, *Correio do Sul* - MT, *Correio do Estado* - MT, *Diário Carioca* - RJ, *Diario Nacional* - SP, *Gazeta Official* - MT, *Gazeta de Notícias* - RJ, *Gazeta de Notícias* – RS, *Jornal das Moças* – RJ, *Jornal do Brasil* - RJ, *O Debate* - MT, *Jornal do Commercio* - RJ, *O Brazil* - RJ, *O Combate* - SP, *O Commercio de São Paulo* - SP, *O Dia* – SC, *O Estado de Mato Grosso* – MT, *O Fluminense* - RJ, *O Imparcial* - RJ, *O Jornal* – MT, *O Jornal* - RJ. *O Jornal do Brasil* - RJ, *O Matto Grosso* - MT, *O Paiz* - RJ, *O Progresso* - MT, *O Republicano* - MT, *Tribuna* – MT, *Ultima Hora* - RJ. Disponível em: < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> >; Acesso em: 09 set. 2017.

ACERVO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO REGIONAL. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados (CDR/FCH/UFGD): *Jornal O Progresso*.

ACERVO DO 10º REGIMENTO DE CAVALARIA INDEPENDENTE. 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada, Bela Vista – MS. Boletins Regimentais de 1920 a 1924.

ALBUM *graphico do estado de Matto-Grosso* [1914]. Org. por S. C. Ayala e Feliciano Simon. Corumbá, Hamburgo, 1914.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Fé de ofício e caderneta de oficial de Heitor Mendes Gonçalves. AHEX – HMG. Caixa IV-13-15.

ARQUIVO O Jornal/JCom/D.A Press. *O Jornal* (RJ) / Edição 06 jan. 1921.

ARQUIVO Público Estado de Mato Grosso do Sul. Coleção Matte Laranjeira. APEMS-CML.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1891)*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm >. Acesso em 06 ago. 2016.

BRASIL. *Decreto nº 4911, de 27 de março de 1872*. Promulga o Tratado de Limites entre o Império do Brasil e a República do Paraguai. Disponível em: < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1872/b_109/ >. Acesso em 23 ago. 2017.

BRASIL. *Decreto nº 14.085, de 03 de março de 1920*. Aprova o Regulamento para Instrução e Serviços Gerais nos Corpos de Tropa do Exército, 2ª edição. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14085-3-marco-1920-526111-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em 28 ago. 2016.

BRASIL. *Mensagem do presidente da República ao Congresso Nacional*: 1890.

BRASIL. *Relatórios dos Ministros da Guerra ao Presidente da República*: 1890, 1898, 1906, 1908, 1909, 1910, 1914, 1916, 1917, 1918, 1919, 1921, 1922. Disponível em: < <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/guerra> >.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920*. Volume IV (1ª parte). Rio de Janeiro: Typ da Estatística, 1926. Disponível em: < https://ia802704.us.archive.org/3/items/recenseamento1920pop1/RecenGeraldoBrasil1920_v4_Parte1_Pop_por_Sexo_Estado_Civi_e_Nac.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Guerra. Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. *Carta Schematica do Estado de Mato Grosso e regiões circumvisinhas*. 1890-1922. Arquivo Histórico do Exército.

BRASIL. Ministério da Guerra. Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso. Carta do Estado de Mato Grosso e regiões circumvisinhas. 1952. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart341767/cart341767.pdf >. Acesso em 14 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1905. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222260>> Acesso em: 08 ago. 2016.

BRASIL. SENADO FEDERAL. *Relatório Parcial nº 24*, de 2004 (Estado de Mato Grosso do Sul). p. 23-24. Disponível em: < <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=57231&tp=1> >. Acesso em 03 fev. 2018. *Lei nº 725, de 24 de setembro de 1915*.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Petição de Habeas Corpus do General Clodoaldo da Fonseca e outros*. Processo nº 8.826 de 06 de janeiro de 1923. Disponível em < http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico/anexo/Habeas_Corpus_8826.pdf > . Acesso em 12 fev. 2018.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Acórdão nº 1035 – Apelação Criminal*. 03 fev. 1931. Disponível em: < http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfJulgamentoHistorico/anexo/ACr_1035.pdf > . Acesso em 12 fev. 2018.

ENEAS JUNIOR, Alfredo Simas. *Carta a Heitor Mendes Gonçalves*. 1924. Acervo do Arquivo Público Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul - Coleção Companhia Matte Laranjeira.

MATO GROSSO. *Mensagens dos Presidentes do Estado de Mato Grosso à Assembleia Legislativa* (1892, 1893, 1914, 1918, 1920, 1921, 1913, 1919, 1920, 1923). Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso >. Acesso em: 08 ago. 2016.

SIMAS ENÉAS, Luiz (tenente). *Carta a Heitor Mendes Gonçalves*. 1924. Acervo do Arquivo Público Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul - Coleção Companhia Matte Laranjeira.

Obras citadas

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Verbetes: Ary Salgado Freire, Fernando Jorge Mendes Gonçalves, Riograndino Kruehl, José Maria dos Reis Perdigão, Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/> >. Acesso em: 23 ago. 2017.

ALÉM, Fernando de Castro. O jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962). 170 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados. 2011. Dourados, MS: UFGD, 2011.

AMADO, Jorge. *O cavaleiro da esperança: vida de Luís Carlos Prestes*. 34 ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987.

AMADOR, G. A. *Composição florística e caracterização estrutural de duas áreas de carandazais nas sub-regiões do Miranda e Nabileque, Pantanal sul-mato-grossense*. 2006. 56 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Disponível em: < <http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/bitstream/123456789/574/1/Gisaine%20de%20Andrade.pdf> > . Acesso em 03 set. 2013.

ANTOSZ FILHO, Alexandre. *Aspectos Econômicos, Sociais e Institucionais do Tenentismo: projeto e Ação na Revolução de 1924 em São Paulo*. 2001. 138 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

AVIGLIANO, Marisa. *La heredera*. Página 12. 4 de abril de 2014.

Disponível em : < <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-8771-2014-04-04.html> > Acesso em 01 jul. 2017.

BARROS, Reynaldo de. General Clodoaldo da Fonseca. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/> >. Acesso em: 23 ago. 2017.

BARROS, João Alberto Lins de. *A marcha da coluna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.

_____. *Memórias de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1954.

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio do Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 173-193.

BENTO, Cláudio Moreira. A Revolta do Contestado (1912-1916) nas memórias e nos ensinamentos militares de seu pacificador. Resende: FAHIMTB/IHTGRS, 2013. Disponível em: < <http://www.ahimtb.org.br/Guerra%20do%20Contestado.pdf> >. Acesso em 03 ago. 2016.

_____. Raízes familiares do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Exército. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ano 162, n. 410, p. 101-119, jan./mar. 2001. Rio de Janeiro: IHGB, 2001.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (direção) 2ed. Trad. Dora Rocha. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003a. p. 57-98.

- BIANCHINI, Odaléa da Conceição Diniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000. 264p.
- BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande- MS: UFMS, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BRITO, Silvia Helena Andrade. *Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá:1930-1954*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000246420>>. Acesso em 10 ago. 2016.
- BUENO, Francisco da Silveira (org.). *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 11 ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.
- CABANAS, João. *A coluna da Morte sob o comando do tenente Cabanas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- CAMARGO, Luís Soares de. Habitações populares em São Paulo: precedentes. *Informativo Arquivo Histórico Municipal*. São Paulo, ano 4, nº19, jul/ago.2008. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info19/i-manu.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2017.
- CAMPOS, General Flammarion Pinto de. Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n. 744. (p. 76–85). jul/ago, 1989.
- CAPILÉ, Julio. *Antigamente era assim: crônicas*. Brasília-DF: Ed. do autor, 2004.
- CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1965.
- CARONE, Edgard. *A Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
- _____. *A república velha – Volume I (instituições e classes sociais)*. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- _____. *A república velha – Volume II (evolução política)*. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.
- _____. *O Tenentismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1975.
- CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Calógeras*. 1 ed. Brasileira Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V, Vol. LIV. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. Disponível em <<http://www.brasiliana.com.br/obras/calogeras>>. Acesso em 16 mar. 2016
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CARVALHO, Marechal Setembrino de. *Memórias dados para a História do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.e.], 1950. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/CARVALHOMarechalSetembrinode.pdf>>. Acesso em 03 ago. 2016.

CARVALHO, Maria Meire. *Vivendo a verdadeira vida: vivandeiras, mulheres em outras frentes de combates*. Tese (Doutorado). Brasília: UnB, 2008

_____. *A invenção das vivandeiras: mulheres na marcha da Coluna Prestes – a trajetória silenciada*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 2001.

CASTRO, Jeanne Berrance de. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, Sérgio Buarque; CAMPOS, Pedro Moacyr (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. Vol. 4. São Paulo: DIFEL, 1971. p. 274-298.

CENTENO, Carla Villamaina. *A educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930): crítica da historiografia regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, UFMS. Campo Grande.

_____. *Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia mato-grossense (1870-1950)*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHAMORRO, Graciela. *História Kaiowa: das origens aos desafios contemporâneos*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e fronteira: o sul de Mato Grosso – 1870-1920*. Campo Grande: Ed. UCDB, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. 2 ed. rev. e atual. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006a.

_____. *Corumbá: terra de lutas e de sonhos*. Brasília: Senado Federal, 2006b.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra dos herveas mato-grossenses*. São Paulo: Ed. S. Paulo, 1925.

_____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

COSTA, General Nepomuceno. *A Circunscrição Militar de Mato Grosso e o levante sedicioso de São Paulo*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2013.

CREMONESE ADAMO, Camila. *Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo Sul de Mato Grosso*. 2010. Dissertação (Mestrado de História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

DORIA, Pedro. *Tenentes: a guerra civil brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador – Volume 2: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. *Escritos & Ensaios*; 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. *O Processo Civilizador – Volume 1: Uma História dos Costumes*. 2 ed. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar. 2011.

_____. Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 7, 1980.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações do poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESTEVES, Diniz. *Documentos Históricos do Estado Maior do Exército*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1996.

FALCON, Francisco. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 55-82.

FANAIA, João Edson de Arruda. Anníbal Benício de Toledo. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010a. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/> >. Acesso em: 23 ago. 2017.

_____. Antonio Francisco de Azeredo. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010b. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/> >. Acesso em: 23 ago. 2017.

_____. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na primeira república (1889-1930)*. Cuiabá: Ed UFMT, 2010c.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1999.

FERREIRA, Bruno Torquato Silva. *Apontamentos para uma leitura da presença militar no antigo Estado de Mato Grosso (1889-1916)*. 2009. 171 p. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados – MS.

_____. *"Cidadãos, às armas!": a introdução do sorteio da militar no estado de Mato Grosso (1908-1932)*. 2014. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR.

FERREIRA, José Tibiriça Martins. Luiz Carlos Prestes, o outro lado da moeda. *Dourados News*. 06 Dez. 2013. Disponível em < <http://www.douradosnews.com.br/especiais/opiniao/luiz-carlos-prestes-o-outro-lado-da-moeda-por-jose-tibirica> >. Acesso em 31 jul. 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 387- 415.

FIGUEIREDO, Washington Machado de (et. al). *A engenharia do Exército na construção do desenvolvimento nacional*. Brasília: Departamento de Engenharia e Construção, 2014.

FONSECA, General Manoel Deodoro. *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional em 15 de novembro de 1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1278/000001.html>>. Acesso em 27 maio 2016.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Polis, 1978.

_____. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas medias urbanas na crise da Primeira Republica*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1977.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da Civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. Tese (Doutorado em História) - USP, São Paulo.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do império*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP.

GEBARA, Ademir. *Conversas sobre Norbert Elias: depoimentos para uma história do pensamento sociológico*. Piracicaba – SP: Biscalchin Editor, 2006.

GERALDO, Alcyr Lintz. *1930 – O furacão veio do sul*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

GOMES, Isis de Oliveira. *A passagem da Coluna Prestes pela Região de Dourados*. 1999. Relatório (Iniciação Científica), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro Universitário de Dourados, Dourados.

GRESSLER, Lori Alice; VASCONCELOS, Luiza Mello. *Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos*. Dourados-MS: L. Gressler, 2005.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso. In: *Estudos Sociedade e Agricultura* 12, abr. 1999. p. 148-168.

_____. *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Matte Laranjeira. Mato Grosso, 1890-1945*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-mate- o outro lado:- a presença dos produtores independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados-MS.

JOSGRILBERT, Alessandra Viegas. *Escolarização na fronteira Brasil Paraguai: 1901-1927*. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade Federal da Grande Dourados.

KLINGER, Jeneral. *Parada e Desfile: duma vida de voluntário do Brazil*. Rio de Janeiro: Seção de Livros da Empresa Gráfica “O Cruzeiro” S.A., 1958.

LAMARÃO, Sérgio. Olympio Falconière da Cunha. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O tempo do liberalismo*

excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 313-350.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã (Rio de Janeiro). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/> >. Acesso em: 23 ago. 2017.

_____. Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010b. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/> >. Acesso em: 23 ago. 2017.

LEITE, Sydney Nunes. *Bela Vista uma viagem ao passado*. 3 ed. Campo Grande: Associação de Novos Escritores de MS, 2007.

LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes: Marchas e Combates*. 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

LOBATO FILHO, General. *A Última Noite da Escola Militar da Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1992.

LOBO VIANNA, José Feliciano (capitão de artilharia). *Guia Militar para o Anno de 1898: as Armas Combatentese*. v. 1, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=705837&pagfis=1211&url=> >; Acesso em 12 fev. 2018.

LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010. P. 111 – 153

LUCIANO, Luís Carlos. *Triunfo e glória de um guerreiro*. Dourados - MS: L. C. Luciano, 2011.

MACAULAY, Neill. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Difel, 1977.

MACHADO, Hilda. *Laurinda Santos Lobo: mecenas, artistas e outros marginais em Santa Teresa*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques. *Mato Grosso do Sul – Fazendas – Uma memória fotográfica*. Campo Grande: Alvorada, 2012.

_____. *Retratos de Uma Época – Os Mendes Gonçalves e a Cia Mate Laranjeira*. Porto Alegre: Nova Edição, 2014. Campo Grande / Ponta Porã: Alvorada, 2014.

MALAN, General Alfredo Souto. *Uma escolha um destino* (Vida do Gen Malan d'Angrogne). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

_____. *Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MALAN, General Alfredo D'Angrogne. *A região sul de Matto Grosso – esboço descritivo e estatístico*. Revista Militar Brasileira, Ano XVIII, vol. XXVII, nº 4, Out-Dez, 1928, 1929.1928.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. A História Militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural. *História em Reflexão* (eletrônica), Dourados (UFGD), vol. 2, n. 4, jul./dez. 2008. p. 1-22. Disponível em: <
<http://ojs.ws.ufgd.edu.br/index.php?journal=historiaemreflexao&page=article&op=view&path%5B%5D=294/>>. Acesso em 26 set. 2016.

MATTOS, General João Baptista de. *Os monumentos nacionais – Estado de Mato Grosso*. Revista Militar Brasileira (Separata), nº 1 e 2, jan. a jun. de 1957 (1ª Parte) e nº 3 e 4, jul a dez. 1957 (2ª parte). Rio de Janeiro: SMG – Imprensa do Exército, 1957.

McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 153.

MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MENDES, Felipe Ucijara Guimaraes. *Mashorqueiros ou Procellários? a experiência tenentista no Maranhão: política, cultura histórica, imaginário, personagens.* 2015, 170 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA.

MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-grossenses*. Rio de Janeiro: Salesina, 1919.

MENDONÇA, Rubens de. *História das Revoluções em Mato-Grosso*. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1970.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. *Levantamentos históricos sobre os índios Guarani Kaiowá*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2003.

MORAES, João Quartim. O positivismo nos anos 20, entre a ordem e o progresso. In: LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

MORO GOMES, Enrico Diogo. Os limites entre Brasil e Paraguai: das primeiras negociações à demarcação e o caso da serra de Maracaju. *Cadernos do CHDD*. Ministério das Relações Exteriores, Fundação Alexandre de Gusmão / Centro de História e Documentação Diplomática. Ano 10, nº 19, 2º sem. 2011. p. 9-102. Disponível em <
http://funag.gov.br/loja/download/900-Cadernos_do_CHDD_N_19.pdf>. Acesso em 19 ago. 2017.

MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

MOURA, Aureliano Pinto de. *Contestado: a Guerra Cabocla*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

NORÁ, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo: PUC-SP. nº 10, p. 7 - 28. dez. 1993.

NORONHA, General Abílio de. *Narrando a verdade*: contribuição para a História da Revolta em SP. São Paulo: Ed do autor, 1924.

_____. *O resto da verdade*: contribuição para a história da Revolução de São Paulo. São Paulo: Rochéa, 1925.

OLIVEIRA, Alex Alves de. *Representações da passagem da Coluna Prestes no sertão cearense*. 2011, 195 f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza – CE.

OLIVEIRA, Daniel Freitas de. *A sedição da 1ª Circunscrição Militar em 1922 e o tenentismo em Mato Grosso*. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História, Universidade Federal de Campo Grande). 2012.

OLIVEIRA, Nelson Tabajara. *1924 – A Revolução de Isidoro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

PAPA FRANCISCO. *Carta Apostólica às pessoas consagradas, para proclamação do Ano da Vida Consagrada*. Vaticano: *Libreria Editrice Vaticana*, 2014. Disponível em: < https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco_lettera-ap_20141121_lettera-consacрати.html >. Acesso em 17 nov. 2017.

PANTOJA, Sílvia. Juarez do Nascimento Fernandes Távora. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/> >. Acesso em: 23 ago. 2017.

PARENTE, Paulo André Leira. A construção de uma nova História Militar. *Revista Brasileira de História Militar*. Edição especial de lançamento. 2009. Rio de Janeiro.

PASSOS, Edilenice. *Mesas diretoras do Senado Federal: 1891 a 2014*. 2 ed. Brasília: Senado Federal, 2013.

PEREIRA, Armando de Arruda. *Construindo Quartéis*. São Paulo: Graphica Paulista Editora, 1930.

_____. *No Sul de Matto Grosso*. São Paulo: E.G.R.T, 1928.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

_____. *Uma epopeia brasileira*. A Coluna Prestes. São Paulo: Moderna, 1995.

_____. *Os militares e a Reação Republicana (As Origens do Tenentismo)*. Petrópolis: Vozes, 1994.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan.-jun., 2015. Disponível em: <

<http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/336/pdf>. Acesso em 26 maio 2016.

_____. Caminhos e fronteiras: vias de transporte no Extremo Oeste do Brasil. In: FILHO, Alcides Goularti; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo (Org.). *Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil*. Dourados: Ed. UFGD, 2011. 462 p.

_____. Joaquim Murtinho, banqueiro: notas sobre a experiência do Banco Rio e Mato Grosso (1891-1902). *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 125-146, jan./jun. 2010, p. 126. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2912>>. Acesso em 26 maio 2016.

_____. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). In: *Revista Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006. Maringá – PR. Disponível em: http://www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=105&path%5B%5D=pdf_87. Acesso em 15 mar. 2016.

_____. Revisitando um velho modelo: contribuições para um debate ainda atual sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 87, p. 171-201, dez. 2007.

_____. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)*. São Paulo, 1999. 559p. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP.

_____. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru-SP: EDUSC; Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2004.

QUEIROZ, Odilon de. *No transpirar da vida*. Memórias. Acervo do 9º Batalhão de Engenharia de Combate – Aquidauana – MS. 464 p. Memórias em CD, não editado. 2004.

RAMOS, Plínio de Abreu. Euclides Zenóbio da Costa. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REYS, Plínio. *A Sedição Militar de Matto Grosso em 1922 – notas de um repórter*. S[ão] Paulo: Typographia Piratininga, 1922.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (direção) 2ed. Trad. Dora Rocha. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003a. p. 13-36.

_____. Do Político. In: RÉMOND, René (direção) 2ed. Trad. Dora Rocha. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003b. p. 441-450.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.

ROSA, Pedro Angelo da. *Annaes Ponta-porenses*. São Paulo: Secção de Obras d’“O Estado de S. Paulo”, 1922.

_____. *Resenha Histórica de Mato Grosso: fronteira com o Paraguai*. Campo Grande: Livraria Ruy Barbosa, 1962.

SANCHES, Marcos Guimarães. A Guerra: problemas e desafios no campo da história militar brasileira. *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.historiamilitar.com.br/Artigo1RBHM1.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.

SANTOS CRUZ MAYNARD, Andreza. *A caserna em polvorosa: a revolta de 1924 em Sergipe*. 129 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As marcas do período. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Vol 3. A abertura para o mundo 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SEREJO, Hélio. *Vida de erval*. Presidente Venceslau: [197-]. (Coleção Surrão Crioulo).

SILVA, Carlos Roberto Lyra da; SILVA, Roberto Carlos Lyra da; VIANA, Dirce Laplaca. *Compacto dicionário ilustrado de saúde*. 3 ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2008.

SILVA, Hélio. O Ciclo de Vargas, Volume I – 1922 *Sangue na Areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.

SOARES, Delvair; SILVA, Pedro Domingos da. *História de Iguatemi*. Campo Grande: Associação de Novos Escritores de Mato Grosso do Sul, 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. Prefácio. In: SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. *O Tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

_____. *A História Militar do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

_____. *A Coluna Prestes*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

SOUZA, Fernando dos Anjos. *Educandário Coronel Felício: a participação militar na educação pública da fronteira Brasil – Paraguai (1951-1980)*. 141 f., Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2012.

SOUZA, João Carlos. *Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008.

TALMA, João de. *Das Fornalhas de Nabucodonosor*. Buenos Aires: s/e, 1926.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. História e Informática. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TAVARES, General A. de Lyra. *Nosso Exército: essa grande escola*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1985.

TÁVORA, Juarez. *À guisa de depoimentos sobre a revolução brasileira de 1924*. v. 1. São Paulo: O Combate, 1917.

_____. *Juarez Távora – Memórias*. Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do antiplano. Vol 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, Livraria José Olympio editora, 1974.

TECCHIO, Caroline. *Memórias do combate à Coluna Prestes no oeste paranaense: a escrita de si nas pajadas de um soldado (1924-1925)*. 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TREVIZAN, Marcio Bogaz. *Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS.

VAINFAS, Ronaldo; SOARES, Luiz Carlos. Nova história militar. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. (org.). *Novos Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VASCONCELOS, Cap. Genserico de. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.

VIVEIROS, Esther Maria Terestrello da Câmara de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

ZORZATO, Osvaldo. *Alicerces da identidade mato-grossense*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, ano 161, p. 419-436, jul./set. 2000.

Apêndice A - Datas e notas esparsas

Data		Evento
1864-1870		Conflito da Tríplice Aliança contra o Paraguai
1872		Assinatura dos Tratados de Paz e Demarcação de Fronteiras entre o Brasil e o Paraguai
1872-1874		Demarcação das fronteiras Brasil-Paraguai
1882		1ª concessão para Thomaz Laranjeira explorar a erva-mate na Província de Mato Grosso, por um período de 10 anos.
1883		Formação da Companhia Mate Laranjeira, com a associação de Thomaz Laranjeira e irmãos Murtinho; sede em Nhu-Verá (Coronel Sapucaia)
1889-1891	15/11 a 24/02	Governo Provisório presidido por Deodoro da Fonseca, promulgação da Constituição e eleição de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto
1891	03/11	Decreto de Deodoro da Fonseca dissolvendo o Congresso
1891	04/11	Decreto de Deodoro da Fonseca com o <i>Estado de Sítio</i>
1891	23/11	Renúncia de Deodoro da Fonseca; Floriano Peixoto assume e nomeia novos presidentes dos Estados
1890		Criação do município de Nioaque e elevação de Bela Vista a Distrito
1891		Criação do 7º Distrito Militar
1892		Associação de Thomaz Laranjeira com Francisco Mendes
1894		Ampliação da concessão de exploração da erva-mate por mais 16 anos
1889		Elevação de Campo Grande a Distrito
1899		Elevação de Campo Grande a município
1900	20/09	Elevação de Porto Murtinho a Distrito
1900		Elevação de Ponta Porã a Distrito
1904		Revolta da Vacina na Escola Militar da Praia Vermelha
1906		Criação do município de Aquidauana
1906		Revolução de Bento Xavier
1907		Criação do 17º RC em Ponta Porã
1908		Construção da Estrada de Ferro São Roque-Porto Murtinho
1908		Elevação de Bela Vista a município
1908		Criação da 13ª Região de Inspeção Permanente
1908	01	Aprovação da Lei 1860 de janeiro de 1908 (Lei do Sorteio Militar)
1910		Criação do 17º Regimento de Cavalaria Independente, em Ponta Porã
1911		Emancipação de Porto Murtinho como município
1911		Revolução de Bento Xavier
1912-1916		Revolta do Contestado
1912		Inauguração da Estação Ferroviária de Porto Esperança.
1912		Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso (navegação)
1912		Emancipação de Ponta Porã como município
1912		Revolução do capitão Antonio Netto de Azambuja em Ponta Porã no 17º RC
1912		Revolta no 13º R.I. em Corumbá
1913		Visita do governador Joaquim Augusto da Costa Marques ao sul do Mato Grosso (set. a dez.)
1914-1918		1ª Guerra Mundial
1914		Criação do Distrito de Paz de Dourados
1914		Edição do Álbum Graphico do Estado de Matto-Grosso
1914		Transferência do 15º RI de Nioaque para vila Ipanema (SP)
1914		Ligação das frentes de trabalho e circulação de trens da EFNOB até Porto Esperança
1915		Extinção do 17º RC de Ponta Porã
1915		Criação da 1ª Circunscrição Militar (de Mato Grosso)
1916		Renovação do contrato de exploração da erva-mate pela Empresa Mate

		Laranjeira
1916		Revolução dos Gomes em Bela Vista
1917	17/11	Aviso 872 de 17 de novembro de 1917. Ficam distribuídos em Mato Grosso: 13º RI (com três batalhões), 3º RC; 5º RAM e uma bateria isolada de artilharia de costa.
1917		Circulação de mala postal por automóvel entre Ponta Porã e Campo Grande
1917	7 / 12	Transferência de Cuiabá para Corumbá da Circunscrição Militar de Mato Grosso
1919		Fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso
1919		Revolta no 13º RI em Corumbá
1919		Comemorações do Bicentenário da Fundação de Cuiabá
1919		Transferência para Campo Grande da Circunscrição Militar de Mato Grosso
1920		Início da circulação do jornal <i>O Progresso</i> em Ponta Porã
1920		Visita de Dom Aquino ao SMT, incluindo Porto Murtinho, Bela Vista e Ponta Porã
1920		O PRC passa a ser oposição a dom Aquino e perde as eleições municipais.
1920		Transferência da 13ª Região Militar para Campo Grande
1920		Chegada do tenente Heitor Mendes Gonçalves em Ponta Porã
1921		Fusão do PRMG e PRC; eleição de Pedro Celestino (14/07, estaduais) para presidente do MT e dissidência de Costa Marques nas eleições federais (20/02)
1921	30 / 01	Conflito de 1921 em Ponta Porã
1921		Fundação do Centro Matogrossense de Letras
1921	10 / 05	Início da sede da Companhia Matte Laranjeira na Fazenda Campanário
1921	11 / 08	Permuta com a Companhia Matte Laranjeira das terras das fazendas Potreiro e Carambola pela Ya-Jhapemy
1921	21 / 10	Visita do ministro Pandia Calógeras e general Rondon ao SMT
1921	26/12	Decreto nº 15196, de 26 de dezembro de 1921 (credito especial para auxiliar a construção de um monumento, na Capital Federal, aos heróis da Retirada da Laguna.)
1921	31/12	Decreto nº 15.235, de 31 de dezembro de 1921 (Organiza o Exército ativo em tempo de paz)
1922-1925		Exército: processo de afirmação de poder com identidade própria (monumento, cemitério, quartéis)
1922	30/03	Exoneração do general Joaquim Ignacio do comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso
1922		Entrega da Carta Esquemática de Mato Grosso, pela Comissão Rondon
1922	16/06	Possível data para o início da Revolução de 1922 em Ponta Porã
1922	05/07	Rebelião na Escola Militar de Realengo e Forte de Copacabana (Os 18 do Forte). Decretado estado de sítio no país.
1922	05/07	Reunião dos oficiais em Campo Grande com o general Clodoaldo da Fonseca e início do levante em Mato Grosso
1922	07/09	Comemorações do Centenário da Independência e Exposição Internacional do Rio de Janeiro
1922	07/07	Sublevação do 17º BC em Corumbá
1922	09/07	Sublevação do Destacamento Federal em Porto Murtinho
1922	12/07	Chegada dos emissários revoltosos no 10º RCI em Bela Vista
1922	13/07	Rendição das tropas de Mato Grosso em Três Lagoas
1922	15/11	Arthur da Silva Bernardes (MG), eleito presidente da República em 01/03, toma posse no dia 15 de novembro.
		Instalação do telégrafo em Bela Vista
		Instalação do telégrafo em Ponta Porã
1924	18/01	Morte do Dr. João Baptista de Azevedo
-1924		Comando do general Nepomuceno Costa na Circunscrição Militar de Mato Grosso
1924-1926		Comando do Gen Mallan na Circunscrição Militar de Mato Grosso
1924	22/03	Tribunal do Júri em Ponta Porã pelo assassinato do Dr. João Baptista de

		Azevedo
1924	25/03	Organização do 11º RCI em Ponta Porã, com efetivos do 3º e 4º esquadrões do 10º RCI
1924	05/07	Levante militar na cidade de São Paulo contra as oligarquias que comandam o país. <i>Segundo 5 de Julho</i> . Seguem-se levantes em todo o país.
1924	12/07	Inicia-se em Bela Vista (Mato Grosso) um levante militar fracassado.
1924	28/10	Oficiais do 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo, no Estado do Rio Grande do Sul, rebelam-se, sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes (RS), com o objetivo de depor o presidente da República, Arthur da Silva Bernardes.
1925	11/04	Os rebeldes gaúchos encontram-se com os paulistas em Porto Santa Helena (PR) e unificam as tropas, formando a Coluna Miguel Costa – Prestes.
1925	12/04	A Coluna Miguel Costa – Prestes aceita a proposta do capitão Luís Carlos Prestes (RS) para praticar a “guerra em movimento” até a queda do Governo de Arthur da Silva Bernardes.
1925	28 e 29 / 04	Travessia de parte do Paraguai pela Coluna Miguel Costa - Prestes para ingressar no território brasileiro pelo SMT
1925	01 / 05	O Destacamento da Vanguarda da Coluna Miguel Costa - Prestes ingressa no Mato Grosso, pela Fazenda Jacaré.
1925	06 / 05	Combate da Panchita
1925		Reorganização da Coluna Miguel Costa - Prestes
1925	14, 15, 16 / 05	Combate da Cabeceira do Apa
1927	03 / 02	Os rebeldes da Coluna Miguel Costa – Prestes exilam-se na Bolívia.
1928		Criação do município de Maracaju
1929		Criação do município de Rio Brillhante
1932		Revolução Constitucionalista
1934		Criação da 9ª Região Militar
1935		Elevação de Dourados a município
1937-1945		Estado Novo – Getulio Vargas. 1937: Constituição, Era Vargas
1938	25 / 12	Inauguração do Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados, no Rio de Janeiro
1943-1946		Existência do Território Federal de Ponta Porã
1957	25 / 07	Falecimento de Heitor Mendes Gonçalves

Apêndice B – Presidentes da República, ministros da Guerra e presidentes do Estado de Mato Grosso no período da Primeira República

Presidente da República	Período	Ministro da Guerra	Período	Presidente do Estado de Mato Grosso	
Manoel Deodoro da Fonseca	15 nov 1889 25 fev 1891	Benjamin Constant Botelho de Magalhães	15 nov.1889 12 mar.1890	Antonio Maria Coelho (por aclamação)	9 dez. 1889 15 fev. 1891
		Eduardo Wandenkolk	12 mar.1890 19 abr.1890	Frederico Solon de Sampaio Ribeiro (nomeado pelo Governo Provisório da República)	16 fev. 1891 31 mar. 1891
	Floriano Vieira Peixoto	19 abr.1890 22 jan.1891	José da Silva Rondon	01 abr. 1891 05 jun. 1891	
	Antônio Nicolau Falcão da Frota	22 jan.1891 23 nov.1891	João Nepomuceno de Medeiros Mallet (nomeado pelo Governo Central)	06 jun. 1891 16 ago. 1891	
Floriano Vieira Peixoto	23 nov. 1891 15 nov. 1894	José Simeão de Oliveira	23 nov.1891 2 fev. 1892	Manuel José Murtinho (eleito pelo Congresso Constituinte do Estado)	16 ago. 1891 15 ago. 1895
		Custódio de Melo	2 fev. 1892 2 mar. 1892		
		Francisco Antônio de Moura	2 mar.1892 13 abr.1893	Generoso Paes Leme de Souza Ponce (substituição temporária)	
		Antônio Eneias Gustavo Galvão	13 abr.1893 31 jan.1894		
		Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Costallat	31 jan.1894 15 nov.1894		
Prudente José de Morais e Barros	15 nov. 1894 15 nov. 1898	Bernardo Vasques	15 nov.1894 23 nov.1896	Antônio Corrêa da Costa (sufrágio direto)	15 ago. 1895 26 jan. 1898
		Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira	23 nov.1896 4 jan.1897		

		Francisco de Paula Argolo	4 jan. 1897 17 maio 1897		
		Carlos Machado de Bittencourt	17 maio 1897 5 nov.1897		
		João Tomás de Cantuária	6 nov.1897 15 nov.1898	Antônio Cesário de Figueiredo (substituição por renúncia)	26 jan. 1898 10 abr. 1899
Manoel Ferraz de Campos Sale	15 nov. 1898 15 nov. 1902	João Nepomuceno de Medeiros Mallet	15 nov.1898 15 nov.1902	João Pedro Xavier Câmara	10 abr. 1899 06 jul. 1899
				Antonio Leite de Figueiredo (como vereador)	06 jul. 1899 15 ago.1899
				Antônio Pedro Alves de Barros (sufrágio direto)	15 ago.1899 15 ago. 1903
Francisco de Paula Rodrigues Alves	15 nov. 1902 15 nov. 1906	Francisco de Paula Argolo	15 nov.1902 15 nov.1906	Antonio Pais de Barros (sufrágio direto)	15 ago. 1903 02 jul. 1906
Afonso Augusto Moreira Pena	15 nov. 1906 14 jun. 1909	Hermes da Fonseca	15 nov.1906 27 maio 1908	Pedro Leite Osório (por substituição legal)	02 jul. 1906 15 ago. 1907
	14 jun. 1909 15 nov. 1910	Luís Mendes de Morais	27 maio 1908 14 jun. 1909	Generoso Pais Leme de Sousa Ponce (sufrágio direto)	15 ago. 1907 12 out. 1908
Nilo Procópio Peçanha			14 jun. 1909 18 jun. 1909	Pedro Celestino Corrêa da Costa (substituição legal)	12 out. 1908 15 ago. 1911
		Carlos Eugênio de Andrade Guimarães	18 jun. 1909 16 out. 1909	Joaquim Augusto da Costa Marques (sufrágio direto)	15 ago. 1911 15 ago. 1915
		José Bernardino Bormann	16 out. 1909 15 nov.1910		
Hermes Rodrigues da Fonseca	15 nov. 1910	Emídio Dantas Barreto	15 nov.1910		

	15 nov. 1914		12 set. 1911		
		Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto	12 set. 1911 30 mar. 1912		
		Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva	30 mar. 1912 15 nov.1914		
Wenceslau Braz Pereira Gomes	15 nov. 1914 15 nov. 1918	José Caetano de Faria	15 nov.1914 15 nov.1918	Caetano Manuel de Faria e Albuquerque	15 ago. 1915 08 fev. 1917
				Camilo Soares de Moura	09 fev. 1917 22 ago. 1917
				Cipriano da Costa Ferreira	23 ago. 1917 21 jan. 1918
Delfim Moreira da Costa Ribeiro	15 nov. 1918 28 jul. 1919	Alberto Cardoso de Aguiar	15 nov.1918 28 jul. 1919	Dom Francisco de Aquino Corrêa	22 jan. 1918 21 jan. 1922
Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa	28 jul. 1919 15 nov. 1922	Alfredo Pinto Vieira de Melo	28 jul. 1919 3 out. 1919		
		<u>João Pandiá Calógeras</u>	3 out. 1919 15 nov.1922	Pedro Celestino Corrêa da Costa	22 jan. 1922 24 out. 1924
Arthur da Silva Bernardes	15 nov. 1922 15 nov. 1926	Fernando Setembrino de Carvalho	15 nov.1922 15 nov.1926	Estêvão Alves Corrêa	25 out. 1924 22 jan. 1926
Washington Luís Pereira de Souza	15 nov. 1926 24 out. 1930	Nestor Sezefredo dos Passos	15 nov.1926 24 out. 1930	Mário Corrêa da Costa	22 jan. 1926 21 jan. 1930
				Aníbal Benício de Toledo	22 jan. 1930 30 out. 1930



APÊNDICE C - Organização das tropas da Circunscrição Militar de Mato Grosso

Grande Unidade	Unidades	Situação	Comandante	Cidade de origem / organização
1ª Brigada Mista (6º GBC) Tenente - coronel Ciro Daltro	16º Batalhão de Caçadores	Ativa	Tenente-coronel Ciro Daltro 1ª Cia: 1º tenente Laureano Gomes Monteiro	Cuiabá
	18º Batalhão de Caçadores	Ativa	Capitão José Martinho da Costa Teixeira	Campo Grande
	66º Batalhão de Caçadores	Reservistas / voluntários	Major Gonçalo Travassos de Veiga Cabral / major Antônio Castilho	
	2º Esquadrão do 10º Regimento de Cavalaria Independente	Ativa	Capitão José Jansen	Bela Vista
	3ª Bateria do 1º Grupo de Infantaria do Regimento de Artilharia Misto	Ativa		
	6ª Companhia de Sapadores Mineiros	Com forças da ativa	1º tenente Henrique Moerbeck	Destacamentos de Porto Murtinho, São Luis de Cáceres, mais 15 praças de Forte Coimbra
	1º Batalhão de Infantes Pioneiros da 2ª Linha 10º Batalhão de Infantes Pioneiros da 2ª Linha	Reservistas / voluntários	Coronel José Alves Ribeiro Filho Coronel Germano Fechner	Aquidauana
2ª Brigada Mista (26º GBC)	17º Batalhão de Caçadores	Ativa	1º tenente Eudoro Correa de Arruda e Sá 1ª Cia: 1º tenente Brocardo Bicudo	Corumbá
	68º Batalhão de Caçadores	Reservistas / voluntários (forças auxiliares polícia)	Capitão Bernardo Antonio Leite	Três Lagoas
	1º Esquadrão do 10º Regimento de Cavalaria Independente	Ativa	1º tenente Ebroino Dias Uruguay	Bela Vista
Elementos do Destacamento do Exército	3ª Companhia do 6º Batalhão de Engenharia	Ativa		Aquidauana
	Escolta e Serviços do Quartel General da Circunscrição Militar	Ativa		Campo Grande
	67º Batalhão de Caçadores (montado)	Força Pública do Estado e Reservistas / voluntários	Coronel Antonio Gomes Ferreira da Silva (depois Avelino Nogueira)/ 1º tenente José Antônio da Costa	Nioaque A disposição do comandante da circunscrição; deveria ser a cavalo
1ª Brigada de Cavalaria	10º Regimento de Cavalaria Independente	Ativa	Tenente-Coronel Péricles de Albuquerque	Bela Vista
	11º Regimento de Cavalaria Independente	Ativa		Ponta Porã
	50º Regimento de Cavalaria Independente	Guardas	Coronel Mário Gonçalves	Ponta Porã

		aduaneiros e Reservistas / voluntários		
	1ª Companhia do 5º Grupo de Artilharia de Costa		1º tenente Raimundo Frota	
A organizar	2ª Companhia do 5º Grupo de Artilharia de Costa		1º tenente Raimundo Frota	
	5º Grupo de Artilharia de Costa		Major Augusto da Costa e Silva	Forte de Coimbra
	80º Batalhão de Caçadores		Manuel Pereira da Silva	Força Pública Estadual
	2º Batalhão de Infantes Pioneiros da 2ª Linha		José Alves Ribeiro Filho Coronel Cecílio (?)	Aquidauana (?)

Fonte:

Apêndice D - Fotos de Heitor Mendes Gonçalves

No 1º RC (RJ), em 1912	Na Campanha do Contestado, em 1915	No navio <i>Capitão Heitor</i> , em 1941
		
<p>Fonte: Fundação Fernando Henrique Cardoso e <i>O Paiz</i> – RJ, nº 10272, 20 nov. 1912, p. 3</p>		
<p>No 8º RC (RS), em 1917</p>		
		
<p>Fonte: <i>Correio da Manhã</i> - RJ, nº 9088, 26 jan. 1924, p. 3</p>	<p>Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (APEMS-CML) e Magalhães (2014, p. 155)</p>	

APÊNDICE E – Notas e resultados de Heitor Mendes Gonçalves nos cursos da Escola de Guerra

Curso de Guerra					Disciplinas práticas do 2º ano do Curso de Guerra			Curso de Aplicação de Infantaria e Cavalaria		
1º ano			2º ano		grupo	disciplinas	nota	grupo	disciplinas	nota
1ª aula	Arte e história militares; organização e composição do Exército.	5,0 (S)	Fortificações de campanha; noções de fortificação permanente.	8,0 (P)	1º grupo	Trabalhos topográficos	8,0 (P)	1º grupo	Difusão dos conhecimentos relativos ao armamento em uso nos exércitos das nações circunvizinhas; escrituração militar completa de batalhão ou regimento; estilo militar: redação de ordens em geral, informações, relatórios, correspondência oficial. Prática dos processos militares.	5,0 (S)
2ª aula	Estudo prático do armamento; balística elementar e sua aplicação ao tiro das armas portáteis.	5,0 (S)	Noções de direito internacional aplicado à guerra, precedido dos conhecimentos indispensáveis ao seu estudo. Legislação e administração militares, precedidas do estudo da constituição brasileira.	8,0 (P)	2º grupo	Instrução prática das unidades de combate; estudo descritivo e nomenclatura do armamento, equipamento e, arreamento, munições e demais material de guerra regulamentar.	6,0 (P)	2º grupo	Equitação e esgrima a cavalo; hipologia.	7,0 (P)
3ª aula	Geometria analítica, geometria descritiva; planos cotados; trabalhos gráficos.	3,0	Topografia, especialmente suas aplicações militares; convenções topográficas; desenho, cópia, redução e leitura de cartas topográficas.	7,0 (P)	3º grupo	Equitação e esgrima a cavalo; hipologia.	6,0 (P)	3º grupo	Esgrima de espada, florete e baioneta.	7,0 (P)
4ª aula	Física	5,0 (S)	Química	5,0 (S)	4º grupo	Esgrima de espada, florete e baioneta.	6,0 (P)	4º grupo	Instrução completa de tiro: exercício das três armas	7,0 (P)
-	Desenho	4,0	Desenho	8,0 (P)	5º grupo	Ginástica e natação	6,0 (P)	5º grupo	Construção dos entrancheiramentos, seu ataque e defesa; castrametação (1); trabalhos de guerra, incluindo destruição de vias férreas, pontes e viadutos.	5,0 (S)
					6º	Redação e estilo militar,	8,0	6º	Trabalhos topográficos;	6,0

					grupo	escrituração militar de companhia, bateria e esquadrão, atribuições e forma processual dos diversos conselhos militares conferências sobre preceitos de subordinação, disciplina, honras e precedências militares.	(P)	grupo	levantamentos regulares e expeditos; reconhecimentos e explorações militares.	(P)
					7º grupo	Higiene	-	7º grupo	Prática de telegrafia, telefonia, fotografia e criptografia.	8,0 (P)
					8º grupo	Prática falada das línguas francesa (obrigatória), inglesa ou alemã (facultativa)	5,0 (S)	8º grupo	Prática falada das línguas francesa (obrigatória), inglesa ou alemã (facultativa)	3,0

Resultados: (D): Distinção, grau 10; (P): Plenamente, média de 6 a 9; (S): Simplesmente, média de 3 a 5; Reprovados: média inferior a 3.

Castrametação: arte de assentar acampamentos (BUENO, 1986, p. 238).

Fontes: Fé de ofício de Heitor Mendes Gonçalves (AHEx-HMG) e Decreto nº 5698, de 2 de outubro de 1905, aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino (RMG 1905, p. A-B-5)

Apêndice F – Cronograma da passagem da Coluna Miguel Costa – Prestes pelo SMT em 1925

	Vanguarda Flanco oeste	Grosso	Flanco leste
Travessia Porto Mendes – Porto Adela	26 abril	26 a 29 abril	
Fazenda Jacareí (Mundo Novo)	1º maio	2 maio	
Rio Iguatemi (Porto Pirai / Porto Lindo - Japorã)	30 abril	3 maio	
Zocoró / Sassoró / (Iguatemi)		08 maio	
Porto dom Carlos			8/9/10 maio
Porto Felicidade			
Panchita	6 maio		
Rio Panduí (Panuí, Panhuí)	9 maio	11 maio	
Rio Amambai	9 maio		
Patrimônio União (Amambai)			
Rio Amambai			
Acampamento entre Patrimônio União (Amambai) e Campanário		13 maio	
Campanário			9 maio
Ponta Porã	10 maio		
Cabeceira do Apa	13 a 15 maio		
Rio Dourados			
Patrimônio Dourados (Dourados)		13 maio	19 maio
Passo rio Santa Rosa			
Rio Pardo		30 maio	
Travessia EFNOB		2 junho	
Jaraguari		4 junho	
Cabeceira do Camapuã		10 junho	
Baús / Paraíso		18 a 20 junho	
Ingresso no Estado de Goiás		21 junho	

Fontes: Távora (1974), Lima (1979),

Anexo A – Questionário aplicado pelo tenente em Porto Murтинho

1 Se cometi alguma violência em atos ou palavras para com as famílias ou outras pessoas desta vila a não ser a prisão do Juiz de Direito, Colector Estadual, Tenente de Polícia, Intendente Municipal e o Sr. Antonio Valle.

Resposta: Além das autoridades nomeadas sei mais que foi também presa a Sra Innocencia Valle, esposa do Sr. Antonio Valle e que foi posta em liberdade momentos depois de chegar ao quartel do destacamento federal.

2 Se sabe se estas pessoas sofreram algum mau trato corporal ou verbal.

Resposta: Sei por ter ouvido dos Srs. Tenente de Polícia, Intendente Municipal, Coletor Estadual e Juiz de Direito, que tendo eles dormido duas noites apenas sobre um colchão foram maltratados pelos “carrapatos” do chão que existem em grande quantidade no xadrez onde estiveram recolhidos e que dentro do mesmo xadrez estivera servindo de “vaso noturno” uma lata velha sem ser retirada desde a tarde de domingo, cuja exalação incomodou-os muitíssimo, tendo sofrido o Intendente uma síncope na ocasião da retirada da mesma.

3 Se eu as tive presas incomunicáveis e qual o tempo que durou a prisão.

Resposta: Sei que não estiveram incomunicáveis e que a prisão durara mais ou menos quarenta horas.

4 Se estas pessoas presas no dia onze quando as soltei iam espavoradas ou calmas.

Resposta: Calmas.

5 Se houve, a não ser estas prisões, alteração da ordem pública.

Resposta: Tendo sido presas e recolhidas ao xadrez as autoridades civis já nomeadas foram disparados diversos tiros sobre a casa do Juiz de Direito, está claro que a ordem pública foi gravemente perturbada.

6 Se alguém, nacional ou estrangeiro, sofreu algum constrangimento, excetuando-se essas pessoas presas.

Resposta: Não me consta.

7 Se houve algum desrespeito às famílias destes presos.

Resposta: Idem [Não me consta].

8 Se houve excesso de autoridade que o momento admitia.

Resposta: Prejudicada pelas respostas da primeira e quinta perguntas.

9 Se os meus subordinados abusaram da situação anormal.

Resposta: Não me consta.

10 Se a vida comercial ou privada deste município continuou ou não normalizada.

Resposta: Diante do edital afixado pelo comandante do destacamento federal na manhã do dia 11, ressentiu-se sensivelmente a vida comercial e privada.

11 Qual o tempo que demorou nesta vila depois de ter sido solto o dr. Muniz.

Resposta: A 24 horas mais ou menos.

12 Se o mesmo Sr. Transitava livremente nesta vila.

Resposta: Sim.

13 Em que dia e hora retirou-se o mesmo Sr. para o território estrangeiro.

Resposta: Creio que as nove horas da manhã do dia doze.

14 Se houve saque na residência de algumas pessoas presas.

Resposta: Ignoro.

15 Se sabe de alguma ameaça feita às pessoas presas, as obrigasse a se retirarem do território nacional.

Resposta: Ouvi o dr. Juiz de Direito dizer que o comandante do destacamento federal lhe declarara que só o poria em liberdade quando ele Juiz lhe escrevesse uma carta

declarando estar resolvido a seguir para o Paraguai e essa carta foi escrita no xadrez onde se achava recolhido e em papel fornecido pelo mesmo Sr. Comandante do destacamento.

16 Enfim tudo que possa relacionar a este caso.

Resposta: Tenho a declarar que diversos civis, aproveitando-se da ocasião e da amizade pessoal ou particular do sr. Comandante do destacamento federal espalharam boatos terroristas amedrontando e apavorando as autoridades destituídas dos cargos que exerciam, bem assim suas respectivas famílias e o Tenente comissário da Armada Carlos Abreu Lima declarou-me na manhã do dia 10 que estava acertado o fuzilamento do Dr. Juiz de Direito e que esse atentado não tinha sido levado a efeito devido a sua oposição mas que o Sr. Getúlio de Sá, fiscal de selo adesivo e que se achava foragido, seria fatalmente “passado pelas armas” caso fosse encontrado; o Sr. Henrique de Sant’Anna contara em casa do Sr. Antonio Valle que o comandante do destacamento federal lhe havia dito que ia mandar prender novamente o tenente da Polícia e incorpora-lo no seu destacamento como soldado; o Sr. Antonio Ferreira da Silva contou-me no dia 22, que o comandante do destacamento federal lhe dissera que não entregava as armas e que faria disto um segundo Contestado, contando para isso com elementos, o Sr. Elesbão Murtinho, na tarde do dia 19 dizia em voz alta na esquina do negociante Jorge Saad, que ia reunir seus correligionários e sair em campo para fazer o que ainda faltava; na pensão da Sra. D. Justa Moreno diversos comentários eram feitos pelos pensionistas, comentários esses que imediatamente eram espalhados na rua como verdade; outros diziam que o dentista Maciel assediava o comandante do destacamento para que fossem aplicadas palmatoadas em diversas pessoas, indo a sua insistência até o ponto de ser energicamente repellido; o Sr. Mario Cordovis contou ao Sr. Hildebrando Esteves que esse comando lhe declarara que quando tivesse de partir daqui para reunir-se aos seus companheiros em Três Lagoas, não deixaria um só brasileiro nesta vila. Todos esses boatos, verídicos ou não, eram repetidos e espalhados como verdade, por partirem de amigos da situação que dominava e apavorava as já citadas autoridades civis que sentindo-se por isso ameaçadas e sem garantias refugiaram-se no Paraguai.

Em tempo tenho ainda a acrescentar que na tarde de 9, apresentaram-se na estação telegráfica da qual sou encarregado, duas praças do exército armados de fuzil que intimaram-me a passar o cargo ao Sr. Antonio Ferreira da Silva e mudar-me imediatamente com minha família. Comparecendo às 18 horas o Sr. Ferreira da Silva fiz-lhe entrega da estação tendo ele me dito que ia escrever ao comandante do destacamento pedindo para me fosse permitido continuar no mesmo prédio isolado da sala do aparelho, pedido esse que foi prontamente atendido. Às 22 horas retirou-se o Sr. Ferreira da Silva deixando a sala do aparelho guardada pelas duas praças já referidas; às 23 horas regressou mandando que as duas praças se retirassem trazendo-me uma ordem do Sr. comandante que continuaria no encargo, sob sua fiscalização. No dia seguinte (10) retirou-se o sr. Fiscal recomendando-me, ainda de ordem, que não aceitasse serviço de caráter político, nem noticiando fatos aqui ocorridos, ordem que foi suspensa no dia 17, acrescentando que estava decretada a lei marcial, que seria fuzilado aquele que usasse de deslealdade; cumpre-me ainda declarar que pessoalmente nenhum desacato sofri, quer das praças, quer do sr. Comandante, que com muita urbanidade me transmitia suas ordens.

Fonte: *A CruzMT*, nº 585, de 20 de agosto de 1922, página 1.

Anexo B – Carta de Luiz Simas Enéas para Heitor Mendes Gonçalves

Rio de Janeiro de 1924

Meu caro Amigo.

Que venha a saúde e a paz em tua casa.

Li na "Noite" de 21, um telegrama resumido, em que se noticiava que haviam assassinado o colega Benício Bacharel e Silva.

Embora eu visse essa morte como mais um serviço que prestasse a Ponta Preta, não posso deixar de lamentar esse fato - eu que, estou certo, te envolveste a contragosto - por cálculo ou aborrecimento presente e futuro que elle deixaria toda tua familia, especialmente a D. Cozy.

Na mesma noite de 21 escrevi uma longa carta narrando resumidamente a "massa guerrilha" e os factos que a precediam e sucediam. Terminava attribuindo o crime a impiedade de do Aguiar e a injustiça de que fosse victima. Dizia tambem da tua nobre attitude por occasião dos preparativos da revolta de julho e das motivos que te levaram a deixar o exercito (elle não merecia mais o paiz). Pensava logo publicar tudo na propria "Noite" onde te rubo sempre. Entretanto em se algum dos Paiz Vermelhos actual chefe da reportagem do "Correio", que se achava presente, o Pinheiro Calazai, fez questões febridas de que eu devesse preferenciar ao "Correio". Entretanto as notas continham o seguinte, com a seguinte mudança de um forum

publicada. É possível que ainda sejam amaldi-
çoados, tendo sido házi por causa de uma no-
ticia muito loufa, sobre um crime sensacional.
Se tal não se der, recorreré ainda a Noite.
Talvez venha aqui o Pinheiro Calaf, e então
saberei ao certo.

O Correio de Lourenço dava uma noticiazinha, ob-
tinando o facto a tua capitania de fora. Acredito
que assim fosse, pois confio a tua generosidade
e estou certo de que não iria proceer nem
appreder um typo como o chegado.

Esta carta te será remettida por intermedio
do Octavio, do hotel de Campo Grande, para não
ser extravaiada pelo sicario do governo,
como outra, minha, e tua.

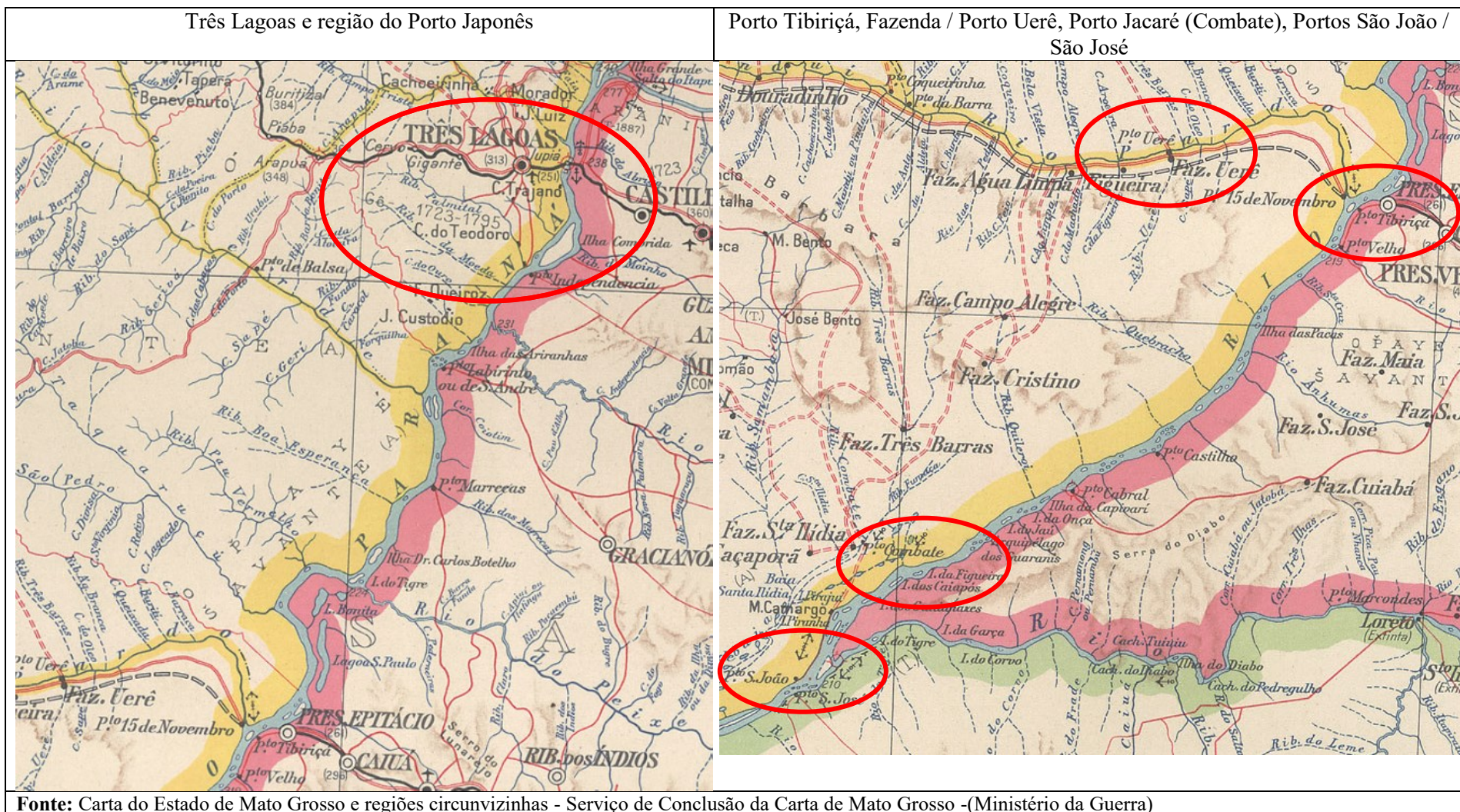
Eu não deveria tratar aqui de interesse, mas
mas, para evitar duvida, pois não sei si a mi-
nha carta de Dezembro te chegou ás mãos, vou
repetir os meus topicos principais.

Respondi a tua carta de Janeiro, mas, a mi-
nha resposta, uma vez que não te chegou ás
mãos foi, talvez propositadamente, extravaiada.
Depois só recibi uma carta tua em que me
offerces mais uma vez um emprego que es-
pejava por mim ha 3 mezes. Como dis-

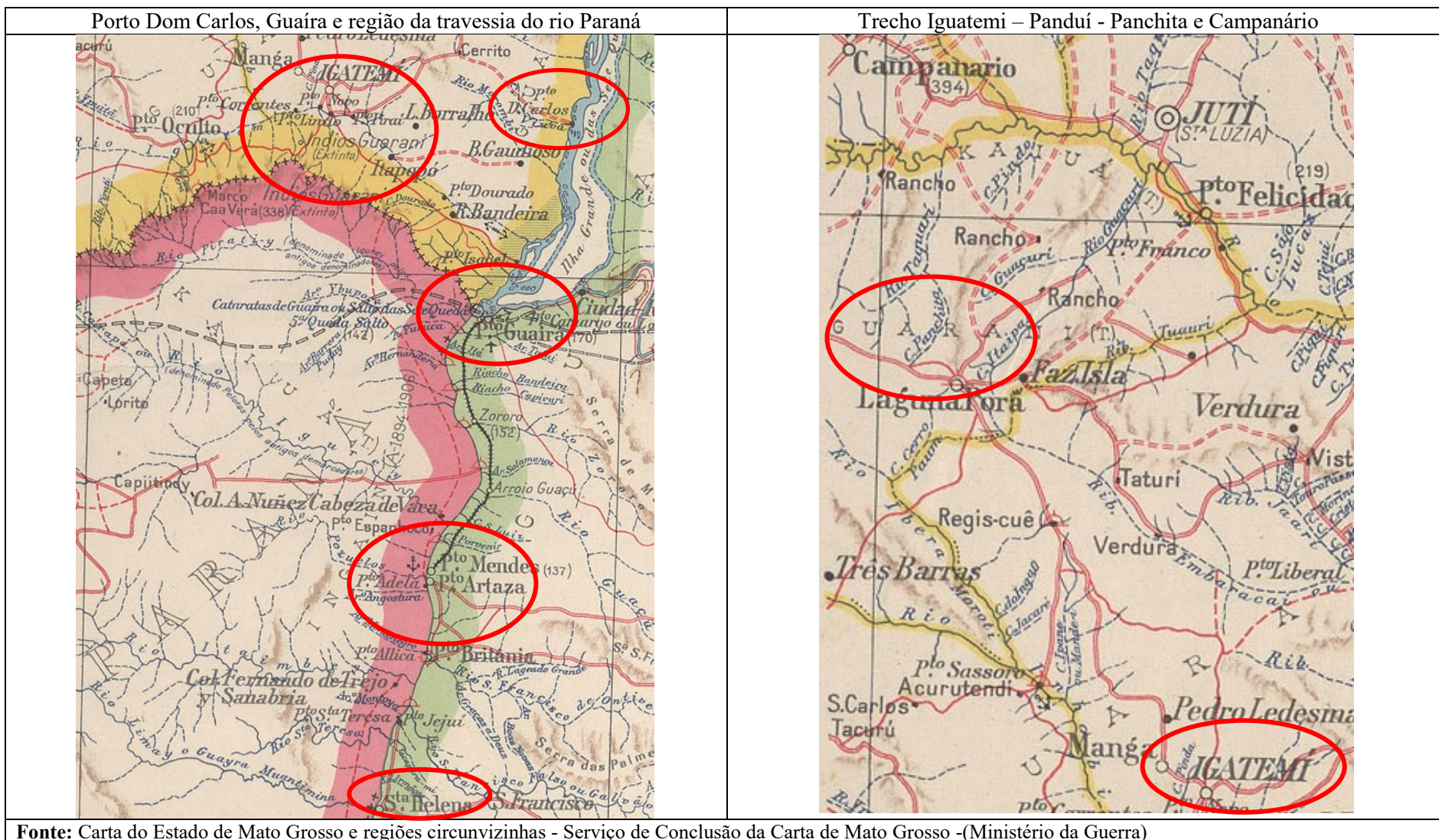
se não recebi a carta em que me'o offerecia. Tinha
certo que eu jamais duvidaria de tua amizade,
mas sempre do interesse que tens em servir-me.
Soffri um bocado uma forte actuação, embora não
ficasse desistido como no tempo em que tinha
crise. O espirito que me tratava ao tempo, disse-
me que, sendo eu um diu, não desconfiasse,
precisava de seu vol-ve-me, pois é trabalho
chegado o tempo em que executando compromissos
que tomei no espaço, devo trabalhar como
medium. Vim ao Rio para desenvolver-me,
O prazo foi calculado em 3 mezes. Entretanto, de-
pois de obter ^{promessa} uma licença de 3 mezes, allegando
que vinha completar o tratamento feito por proce-
so especial do Dr. Albilis, a junta soube que
eu fora revoltoso. Então, faltando ao que solenemente
promettera fazer-me baixar ao H. C. B. apin-
de ser observado. Dahi, illegal e desnecessaria-
mente me transferiram para o H. N. A. (o governo
soube que eu andava conspirando para a La). Fi-
nalmente, depois de um mez, no dia 4 que suspen-
deram o estado de sitio, attenderam ao meu
pedido de transferencia para a casa de san-
do do Dr. Albilis. Depois de querelem reformar-me
por incapacidade physica, deram-me uma

licença de seis meses. Breis que ante, de
terminar esta, não poderei sair do Rio,
pois ante, de me concederem a licença per-
guntaram ao Abilio si a pinta poderia ins-
peccionar - me ficando acharem conveniente.
Diante de tudo isso eu perguntava si o
meu caso poderia occupar o cargo vago, isto
que eu posso fazer. Obtive a licença com
em 24 de Dezembro.
Cabe-me reiterar uma advertencia: meu
caso, apesar de já ter ~~se~~ possuido e di-
tribuido fagudo, parece-me que nasceu
mais para obedecer, do que para insubir.
Confio não quero te crear maiores em-
baraços, faz o que melhor consultar
os teus interesses e os da Pemprega.
Com o tempo tudo se arranjara depois
credeita que continuo a fazer de ti
o de tua prestante amizade, o qual
conceito que faz desde Ponta Porã.
Recomenda-me muito a Sr. Greg e aos
teus irmãos.
Meu forte abraço do amor e fidelidade, de
sempre
Breis

Anexo C - Regiões dos combates em Três Lagoas e rio Paraná

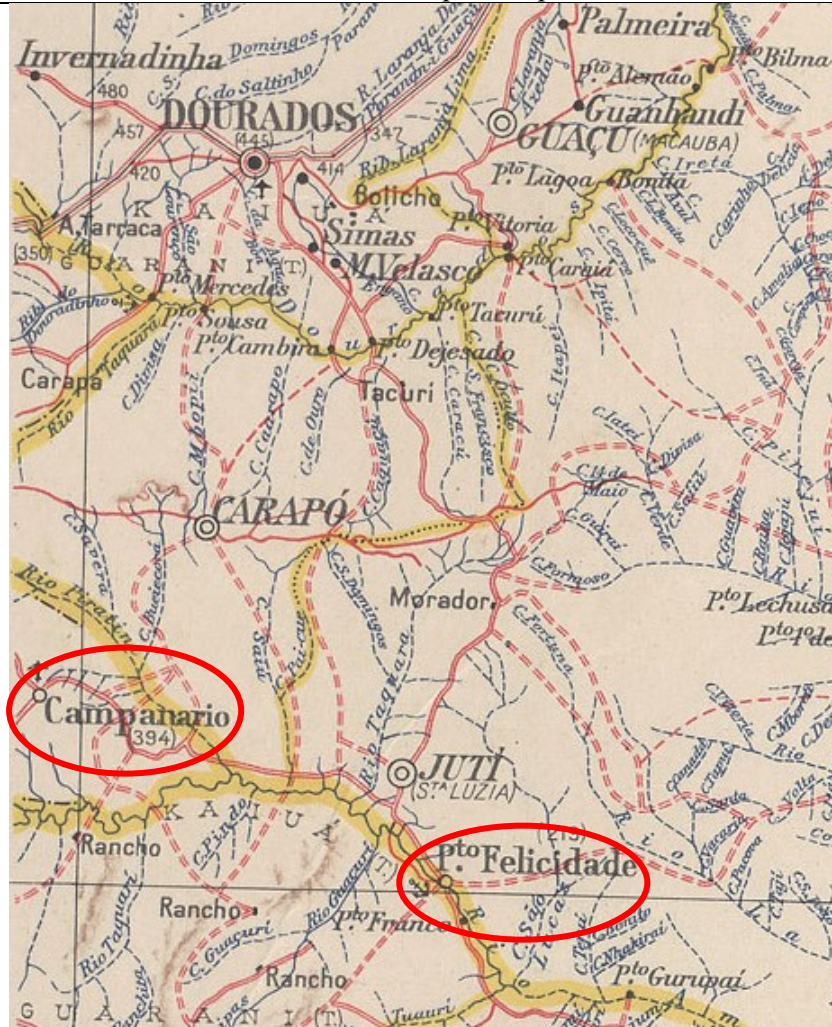


Anexo D - Regiões dos combates na Campanha do rio Paraná e Sul de Mato Grosso

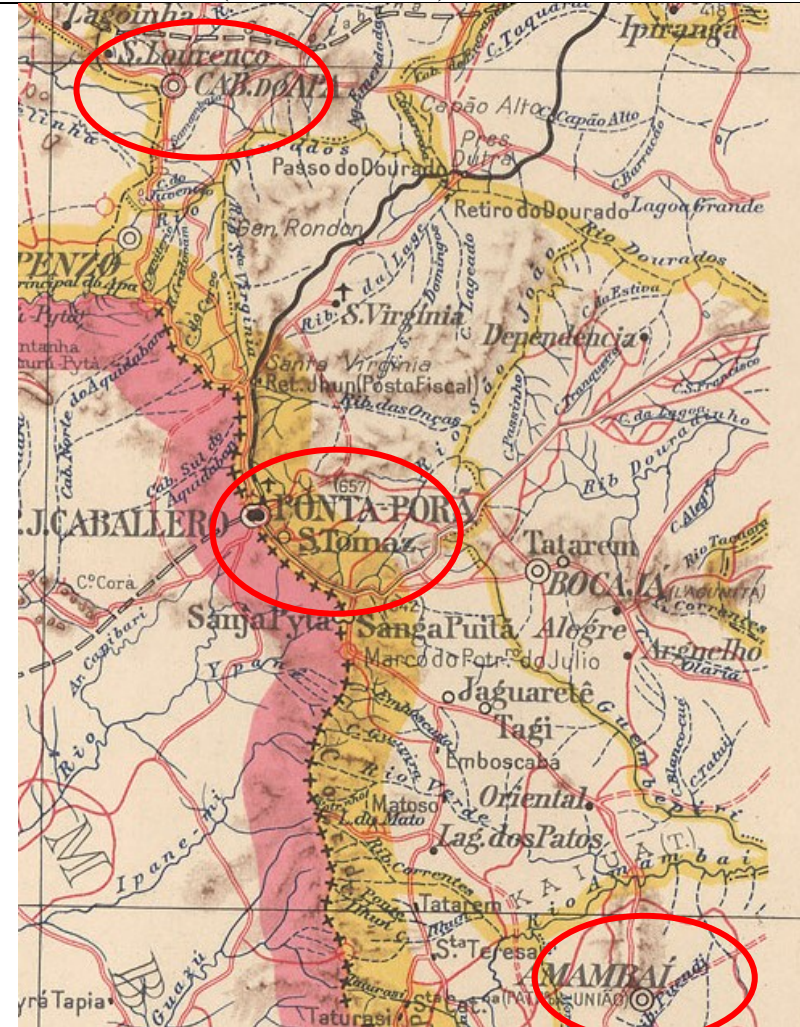


Anexo E - Regiões dos combates no Sul de Mato Grosso

Porto Felicidade, de Campanário para Dourados

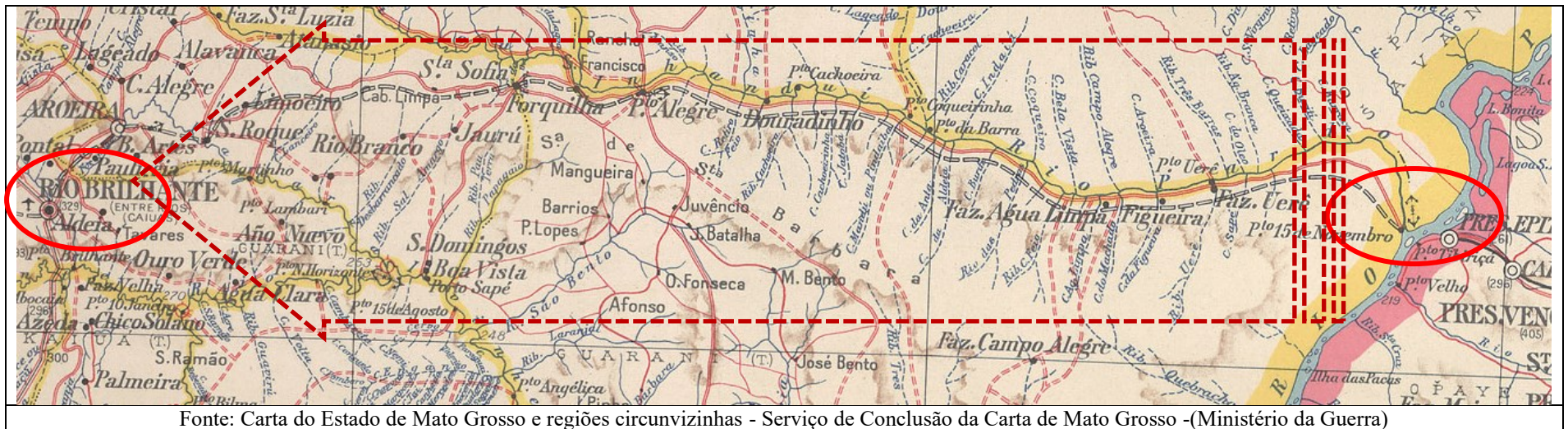


Panduí - Amambai (Patrimônio União) – Ponta Porã – Cabeceira do Apa



Fonte: Carta do Estado de Mato Grosso e regiões circunvizinhas - Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso -(Ministério da Guerra)

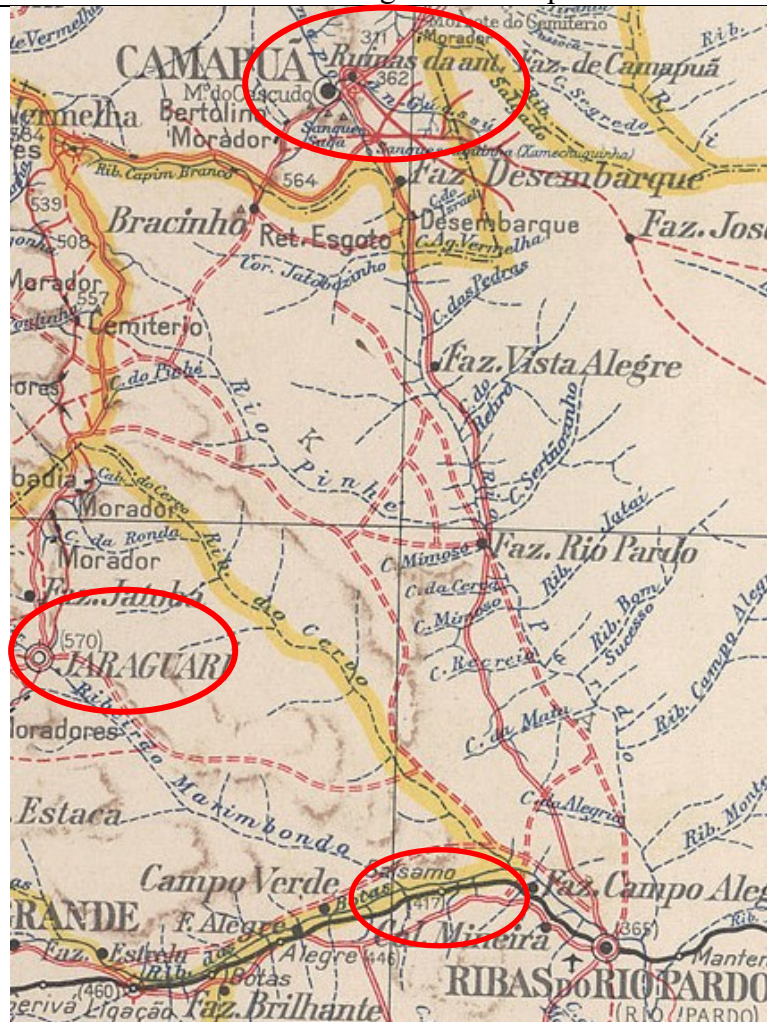
Anexo F – Região do deslocamento a pé de Odilon de Queiroz (Porto XV – Entre Rios /Rio Brillante)



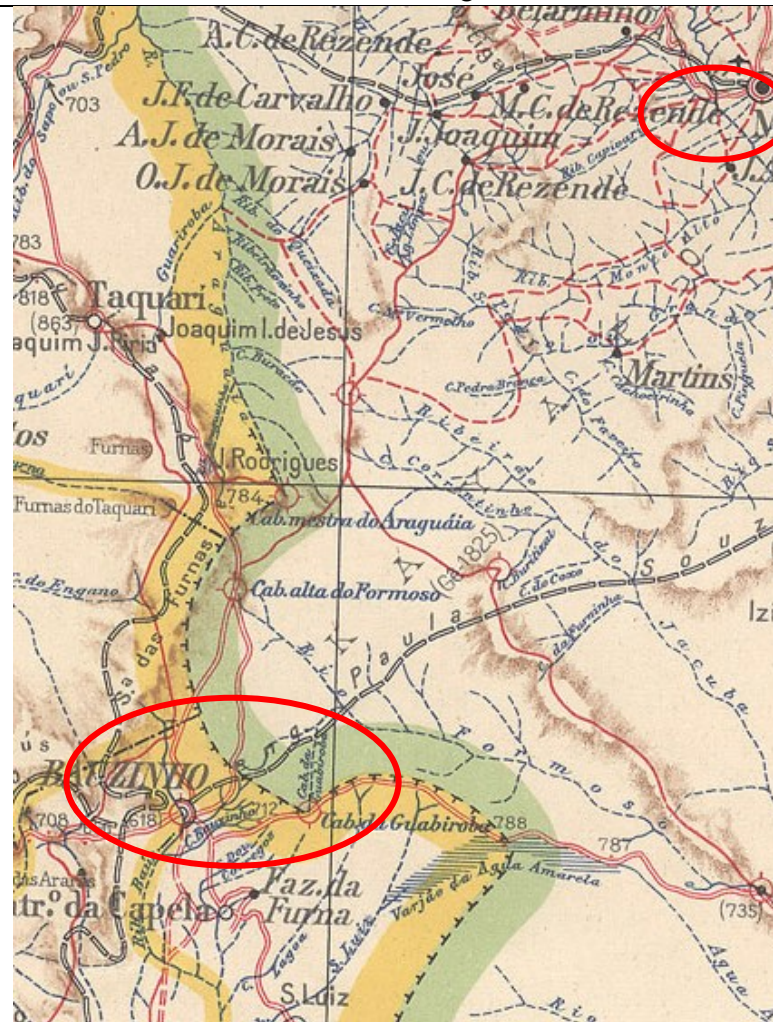
Fonte: Carta do Estado de Mato Grosso e regiões circunvizinhas - Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso -(Ministério da Guerra)

Anexo G – Da travessia da EFNOB até a saída de Mato Grosso

Balsamo – Jaraguari - Camapuã



Saída de Mato Grosso e ingresso em Goiás



Fonte: Carta do Estado de Mato Grosso e regiões circunvizinhas - Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso -(Ministério da Guerra)

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 11 de abril de 2018.

Fernando dos Anjos Souza